

DÍALOGOS NECESSÁRIOS

CADERNO DE RESUMOS

VIII ENCONTRO DE
PESQUISA EM
HISTÓRIA DA UFMG

Caderno de Resumos VII EPHIS – Encontro de Pesquisa em História (7º: 2018: Belo Horizonte, MG). *Diálogos Necessários*

Belo Horizonte, MG, 07 a 11 de Maio de 2018 / organizado por Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, André Onofre Limírio Chaves, David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira, Jéssica Bley da Silva Pina, Laura Jamal Caixeta, Luíza Lima Dias, Maria Luíza de Sousa Lopes, Marina Helena Meira Carvalho, Matheus Yago Gomes Ferreira, Paula Miranda de Oliveira, Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo. Romilda Oliveira Alves, Vinícius Garzon Tonet, Ygor Gabriel Alves de Souza.

Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

Modo de acesso: www.ephisufmg.com.br

851 p.

Texto em Português

ISBN: 978-85-54944-07-0

CDD 900. Geografia e História.

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa, André Onofre Limírio Chaves, David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira, Jéssica Bley da Silva Pina, Laura Jamal Caixeta, Luíza Lima Dias, Maria Luíza de Sousa Lopes, Marina Helena Meira Carvalho, Matheus Yago Gomes Ferreira, Paula Miranda de Oliveira, Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo. Romilda Oliveira Alves, Vinícius Garzon Tonet, Ygor Gabriel Alves de Souza
(Org.)

CADERNO DE RESUMOS DO VII ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFMG

VII EPHIS - UFMG

Diálogos Necessários

1ª Edição

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas – UFMG
07 a 11 de Maio de 2018

Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Alessandro Fernandes Moreira

Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Orestes Diniz Neto

Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Chefe do Departamento de História

José Newton Coelho Meneses

Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação em História

Mauro Lúcio Leitão Condé

Coordenador do Colegiado de Graduação em História

Luiz Duarte Haele Arnaut

Realização

Comissão Organizadora do VII EPHIS / Departamento de História – UFMG

Comissão Organizadora

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
André Onofre Limírio Chaves
David Barbuda Guimarães Meneses Ferreira
Jéssica Bley da Silva Pina
Laura Jamal Caixeta
Luíza Lima Dias
Maria Luíza de Sousa Lopes
Marina Helena Meira Carvalho
Matheus Yago Gomes Ferreira
Paula Miranda de Oliveira
Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
Romilda Oliveira Alves
Vinícius Garzon Tonet
Ygor Gabriel Alves de Souza

Monitores

Adriana Cristina Souza de Jesus	João Paulo Nogueira Baptista
Adriel Marques Nunes	João Victor da Fonseca Oliveira
Álvaro Augusto Lourenço	Juslane Gomes Oliveira
Ana Flávia Mourão de Miranda	Larissa Cristina Amaral
Átila Augusto Guerra de Freitas	Letícia Pereira de Freitas
Bruna Luiza Costa Pessoa	Luis Otávio Silva Botelho
Bruna Maciel Arantes de Souza	Luiz Fernando Cristiano Ferreira da Silva
Bruno de Souza	Luíza Nunes Silveira de Oliveira
Camila Neves Figueiredo	Maria Júlia Viana Matoso
Caroline Nadir Félix de Paula	Maria Luísa de Souza Castro Pena
Clara Lima Borges	Mariana Corradi Bruno
Daniela Coelho Brandão	Mariana Langkammer Bohler Motta
Dayane Maria Miranda de Araújo	Marina Almeida Martins
Déborah Soares da Silva	Matheus Augusto Nogueira De Souza
Elisa Melo Brochado Santos Carvalho	Paula Alves Melo dos Santos Pacheco
Eric Serbinenko	Regiane Aparecida Farias Ferreira
Eva Santana Malheiro	Roberta Ornelas Oliveira
Fabio Henrique Menezes Apolinario	Samuel Antunes de Sousa
Felipe Augusto Souza	Sara Rodrigues Handeri Araújo
Gabriela Freitas Rocha	Sérgio Andre Ribeiro Ricardo
Gleis Steliane Fernandes da Silva	Silvaneide Gonçalves Ferreira
Iago Veloso	Stephanie Nunes de Lima
Iasmin do Prado Gomes	Vanessa Martins Gonçalves
João Batista de Oliveira Dias	Vívian Maria de Almeida Gomes
João Carlos Starling do Nascimento Passos	Yuri Ricardo Ferreira Cruz

Apoio:

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH-UFMG
Programa de Pós-Graduação em História - UFMG
Programa de Graduação em História – UFMG
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP-UFMG

Arquivo Público Mineiro - APM
Centro Acadêmico de História - CAHIS/UFMG
Centro de Estudos Mineiros - CEM
Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno - CEPAMM
Grupo de Teoria e História da Ciência – Scientia UFMG
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA
Núcleo de História Oral - UFMG
Oficina de Paleografia - UFMG
Projeto Brasileira: Escritos e Leituras da Nação
Projeto República - UFMG
Revista Temporalidades
Revista Varia Historia

Gustavo Viegas – Web Developer
Igor Falconieri – Designer

Patrocínio:

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Governo do Estado de Minas Gerais

Sumário

Apresentação06

Simpósios Temáticos

Simpósio Temático 1

História do Esporte e das Práticas Corporais08

Simpósio Temático 2

Reflexões sobre a Era Vargas36

Simpósio Temático 3

Escravidão e liberdade na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX)58

Simpósio Temático 4

Diálogos entre História e Comunicação Social83

Simpósio Temático 5

História Ambiental e seus diálogos sobre sociedades e natureza107

Simpósio Temático 6

História e Linguagens: Biografia, Literatura e Teoria da História136

Simpósio Temático 7

Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média159

Simpósio Temático 8

História e Historiografia da punição, do crime, da polícia e da justiça178

Simpósio Temático 9

Descolonização e História212

Simpósio Temático 10

Democracia em Perspectiva na América Latina – Séculos XX e XXI231

Simpósio Temático 11

Cultura Intelectual: Teoria, Trajetórias, Práticas e Representações251

Simpósio Temático 12

História das Coleções e dos Processos Museais nas eras Moderna e Contemporânea285

Simpósio Temático 13

História Antiga e recepção da cultura clássica324

Simpósio Temático 14

Diálogos sobre a ditadura militar brasileira: Ensino e pesquisa339

Simpósio Temático 15

História da Educação e das práticas educativas no diálogo entre campos do saber364

Simpósio Temático 16

Ensino de História e prática docente396

Simpósio Temático 17

História política e relações de poder nos séculos XIX e XX422

Simpósio Temático 18

História, Arte e Imagens: novos objetos, novas perspectivas metodológicas460

Simpósio Temático 19

História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades491

Simpósio Temático 20

Teoria da História e História da Historiografia516

Simpósio Temático 21

História, música e audiovisual: perspectivas historiográficas e abordagens546

Simpósio Temático 22

Rupturas e continuidades da Época Moderna (XV-XIX)568

Simpósio Temático 23

História, gênero e sexualidade: discursos, poder e subjetividades602

Simpósio Temático 24

Itinerários de pesquisa em história das ciências, saúde e doenças: múltiplas abordagens630

Simpósio Temático 25

Índios, Negros e Camponeses na História: vivências, resistências e escrita de si646

Simpósio Temático 26

História da África e seu ensino no Brasil677

Simpósio Temático 27

História Intelectual em debate: teorias, metodologias e propostas de pesquisa702

Simpósio Temático 28

Dinâmicas coloniais e imperiais: poder, administração, instituições e sociedade (1706-1889)726

Comunicação Livre

Comunicação Livre

Mesas 1 a 10.....756

Minicursos

Minicursos

Minicursos 01 a 26.....801

Apresentação

O Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) é uma iniciativa discente do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Desde a sua primeira edição, em 2012, o evento promove - prezando sempre pela horizontalidade de seus participantes - o encontro e diálogo entre os pesquisadores de História de instituições de várias partes do Brasil. Mais recentemente, tem contando com contribuições internacionais e de estudiosos de outras áreas que incluem em suas pesquisas a perspectiva histórica. Em 2018, o evento prossegue com seu caráter discente, propiciando troca de experiências entre os seus ouvintes, proponentes e apresentadores, despertando reflexões, se debruçando sobre inquietações, sempre norteado pelo desejo de contribuição e compartilhamento.

E devido ao crescimento espontâneo da conversa entre as diversas áreas da História e desta para com os outros saberes, o EPHIS em sua sétima edição propõe que os diálogos já não são somente possíveis, mas necessários e urgentes. Quando o desmonte das universidades brasileiras se inicia e desenrola, além dos silenciamentos que chegam até o currículo escolar, é preciso debate. Da mesma forma que o processo histórico da desigualdade e da formação das elites tocarem intimamente a concentração de renda no país suscita reflexão. Vem da mesma sede de deslocar o olhar, o ouvir e o pensar para a alteridade que também discutimos nossas ideias de arte e corpo, que sabemos, são políticas. Diálogo pressupõe partes diferentes que entram em contato uma com a outra, logo vamos pensar juntos, nessa edição, como alternados mundos se comunicaram. E, enfim, após 130 anos de abolição do escravismo no Brasil, ainda se faz necessário o diálogo sobre os processos abolicionista e pós-abolicionistas.

Como é possível notar, em nossas Mesas Temáticas, várias áreas do conhecimento se farão presentes, inclusive Psicologia, Ciências Econômicas e Sociais, primando pela interdisciplinariedade. O que prossegue nos nossos Simpósios Temáticos, Comunicações Livres e Minicursos, selecionados todos de modo a promover a variedade de temas.

Assim, o VII EPHIS, edição do ano de 2018, se propõe a contribuir para que as pesquisas que envolvem conhecimento histórico prossigam valiosas, pertinentes e presentes. Temos ciência de que a História é um saber capaz de expor e criar posicionamentos sobre problemas passados e presentes, contribui para o diálogo dentro e fora da academia e mantém o conhecimento como

ferramenta de transformação. Desejamos que ao final do evento, todos nós saíamos com o pensamento de que os diálogos propostos são necessários, devendo ser ampliados e levados conosco para quaisquer comunidades onde transitamos. Sejam bem-vindos!

Comissão Organizadora do VII EPHIS

ST 01 - História do Esporte e das Práticas Corporais

Simpósio Temático

Marcus Vinícius Costa Lage

mvclage@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Raphael Rajão Ribeiro

raprajo@gmail.com

Doutorando em História

CPDOC/FGV

Sarah Teixeira Soutto Mayor

sarahtsouttomayor@hotmail.com

Doutora em Estudos do Lazer

UFMG

Thiago Carlos Costa

thiagc_costa@yahoo.com.br

Doutorando em Estudos do Lazer

UFMG

Proposta do Simpósio

O objetivo deste simpósio temático é promover a troca de ideias e experiências de pesquisas que têm o esporte e as práticas corporais como objeto de investigação. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a História do Esporte e das Práticas Corporais vem se consolidando no âmbito do campo acadêmico da História. A complexidade do campo esportivo e a aderência da população global despertaram o interesse de pesquisadores que vislumbram em tais fenômenos a possibilidade de ampliar a compreensão de contextos sociais complexos. Hoje, o tema encontra-se disseminado em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Letras, Educação

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Física e História. Destaca-se, sobretudo na última década, a criação de grupos de estudo e laboratórios em universidades de São Paulo, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que potencializou a publicação de livros, capítulos e artigos em periódicos. Nesse percurso, é fundamental a troca de experiências, debates e o compartilhamento de pontos de vista teóricos, metodológicos e epistemológicos entre os pesquisadores. Nos encontros nacionais e regionais de História, os simpósios dedicados ao tema estão estabelecidos desde o início dos anos 2000. Nesse mesmo sentido, desde a V edição deste Encontro de Pesquisa em História realizamos o presente Simpósio Temático congregando os pesquisadores interessados no esporte e nas diferentes práticas corporais institucionalizadas: dança, educação física, ginástica, atividades físicas “alternativas” (antiginástica, eutonia, ioga etc.), alguns fenômenos análogos de períodos anteriores à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um grande número de manifestações lúdicas de longa existência), entre outras (como, por exemplo, a capoeira). Estudos do lazer também têm sido contemplados, especialmente em suas articulações com os usos do corpo. Trabalha-se, assim, com a perspectiva de utilizar o esporte e as práticas corporais como uma chave para compreender, interpretar e/ou explicar cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, sobretudo dos séculos XIX e XX.

Comunicações

Dos campos de terra a promessa de fama: a trajetória de Piolho no futebol baiano

Guilherme Lima Silva Junior
guiga_jr99@hotmail.com

Matheus Silveira Lima
silveira_lima@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, História local, Oralidade, Promessa e Vasco da Gama.

O presente trabalho apresenta um estudo sobre alguns aspectos relacionados à prática do futebol amador e profissional na cidade de Vitória da Conquista-BA. A partir de uma entrevista e um estudo aprofundado a respeito das práticas futebolísticas no interior do Sudoeste Baiano, iremos debruçar sobre a vida e carreira de Antônio Jesuíno da Silva, carinhosamente apelidado de Piolho. O texto convida o leitor à observar sobre a vida desse indivíduo, destacando desde o interesse do “Expresso da Vitória”, time emblemático do Vasco da Gama na década de 1940, até as dificuldades encontradas ao término da vida esportiva. Desta forma, o texto pretende contribuir para um estudo da diversidade das práticas futebolísticas no mundo contemporâneo. Assim, conseguimos fazer um diálogo de grande valia entre a importância da utilização da história local e assim como da oralidade, como metodologias que contribuem para o enriquecimento das fontes para este tipo de pesquisa. Então, reconhecemos que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem serem ouvidas, também as peculiaridades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas.

Megaeventos esportivos de 2013 e 2014: "sou brasileiro com muito amor"?

Raul de Paiva Oliveira Castro
raulcastro13@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Megaeventos esportivos, politização, nação

O conceito de nação tem sido objeto de inúmeros estudos das ciências sociais ao longo do tempo, em especial da historiografia, principalmente pelo fato de ter legitimado a formação dos Estados nacionais modernos, vistos nos dias de hoje como modelos bem sucedidos e acabados de poder. Assim, durante os séculos XVIII, XIX e XX, diversos trabalhos buscaram encontrar um suposto passado remoto da nação brasileira, isto é, a sua essência. Todavia, a partir dos anos 1970 e 1980 as pesquisas voltaram-se para a nação com um olhar mais distanciado, procurando entender o fenômeno e os elementos que lhe fornecem concretude. Neste sentido, podemos elencar alguns agentes que são vetores da nacionalidade, admitindo-os como valores socialmente construídos por intelectuais e políticos brasileiros. Grosso modo, o sentimento nacional foi potencializado pela presença do Exército, da escola pública, do rádio, da televisão e, claro, do futebol. Recentemente, no entanto, devido à globalização surgiram inúmeros blocos econômicos e organizações transnacionais (caso da FIFA), que ameaçam a soberania das nações. Contudo, elas ainda demonstram sinais de resistência e fortalecimento, haja visto os movimentos nacionalistas presentes até hoje. Tratam-se, porém, mais de projetos em disputa do que a conformação de uma identificação coletiva apontada somente para uma única direção. Nosso objetivo, então, será analisar brevemente neste trabalho os grupos, agentes e formas pelas quais o futebol identificou-se, ou não, com a nação em tempos de megaeventos esportivos no Brasil, especificamente nos meses de junho/julho de 2013 e junho/julho de 2014. Discutiremos a partir de referenciais teóricos e base empírica, como se deu a politização futebolística nesse contexto ímpar vivenciado pela nossa República. Portanto, nosso foco de análise será o debate em torno da noção de identidade nacional, procurando desconstruir uma visão essencialista do termo no que tange ao futebol e matizando o famoso discurso da "pátria de chuteiras". Para tal, examinamos os discursos político-ideológicos construídos pelo jornal Estado de Minas durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Por fim, vale a pena salientar como esses megaeventos esportivos encontram-se inseridos em uma cultura política singular do

tempo presente. Verificaremos, pois, os impactos dos períodos preparatórios, a realização dos torneios propriamente ditos e a sua conseqüente repercussão na grande mídia mineira.

O protagonismo das cervejarias no universo do divertimento urbano em Juiz de Fora/MG

Jakeline Duque de Moraes Lisboa
jaklisboa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, recebeu na segunda metade do século XIX um grande número de imigrantes de diversas etnias. Destacamos para este trabalho aqueles de origem germânica, que chegaram nos anos de 1856 e 1858 para a construção da Estrada União e Indústria e para a formação da Colônia D. Pedro II respectivamente. Entendemos que este grupo contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade em diversos setores como na política, na economia, no social e no cultural e, neste contexto, destacamos as fabricas de cerveja que chegaram ao número de nove ainda nas décadas finais do século XX. São elas: Sebastião e Henrique; Augusto Kremer, José Weiss, Borboleta, Poço Rico, Dois Leões, Winter, Schubert e Estrella. Localizadas em diversos locais, produzindo desta maneira novas sociabilidades e uso do espaço urbano, estes locais se tornaram protagonistas do divertimento para a sociedade juizforana que passou a vivenciar diferentes atividades oferecidas nos chamados parques: corrida de cavalos, de bicicletas, tiro aos pombos, bolão, ginastica, patinação, futebol, festas, teatro, entre outras. Observa-se que as cervejarias para além de sua produção, possibilitou o conhecimento e convívio de diferentes práticas, promovendo assim a sociabilidade urbana, impulsionando o dinamismo cultural da cidade.

O negro no futebol brasileiro e a questão dos gêneros discursivos e literários

Marcelino Rodrigues da Silva
lino-rodrigues@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Mário Filho, memória, ficção, história

Considerado o grande clássico da bibliografia sobre o esporte em nosso país, o livro *O negro no futebol brasileiro*, de Mário Filho, tem sido objeto de um grande número de abordagens e algumas acaloradas polêmicas, particularmente no que diz respeito ao seu uso como fonte para a pesquisa histórica. Boa parte desses debates se concentra na questão do gênero ao qual o texto pertenceria, o que implicaria em diferentes formas de ler e na necessidade de determinadas precauções metodológicas por parte do pesquisador, particularmente no campo da História. O que se pretende neste trabalho é discutir brevemente essa questão, a partir de reflexões que têm sido realizadas, no campo dos estudos da literatura e da linguagem, sobre a questão dos gêneros discursivos e literários. Tomando como referências principais as reflexões de Mikhail Bakhtin, sobre o conceito de gênero discursivo, e de Antoine Compagnon, sobre os gêneros literários, pretende-se mostrar que a vinculação de um texto a um determinado gênero não depende apenas de suas características intrínsecas, ou mesmo de suas relações com a realidade referencial do mundo, mas do funcionamento de regras e modelos que balizam a produção, a circulação e a recepção dos textos, bem como os mecanismos discursivos de interpretação e produção de sentidos. Desse ponto de vista, a vinculação do livro de Mário Filho a uma ou outra rubrica genérica apontaria menos para uma suposta essência imutável do texto e mais para as convenções a partir das quais ele foi lido e utilizado por seus leitores e comentaristas.

As bolas Victoria produzem o mesmo efeito que estrangeiras-Propaganda e futebol

Glauco José Costa Souza
glauco.josecosta@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Propaganda, Economia

A história do futebol no Rio de Janeiro não pode ser pensado como um elemento segregado do que acontecia no restante cidade. No início do século XX, este esporte faz parte do desenvolvimento de uma indústria de lazer que se manifesta sob diversas formas em meio à febre esportiva que incidia sobre a Capital Federal. A existência, cada vez maior, de partidas e torneios de futebol indica a presença da sua prática em terras cariocas e, como tal, esta atividade esportiva passou a ser absorvida por diversos segmentos, como o ramo publicitário. Neste sentido, o presente trabalho se debruça sob as formas em que se deu esta relação nas duas primeiras décadas do século XX. Para tanto, a imprensa carioca será nosso objeto de análise, em especial (mas não exclusivamente), o Gazeta de Notícias, o Jornal do Brasil e a Gazeta Suburbana. Ao longo de nossa análise, esperamos apresentar possibilidades para refletir sobre como os jogadores passaram ser envolvidos nas campanhas publicitárias feitas por empresas interessadas em vender seus produtos. Contudo, àqueles que assistiam aos duelos também eram alvo deste mecanismo, uma vez que mais do que atividades esportivas, as partidas também eram considerados autênticos eventos sociais. Iniciando nosso recorte apresentando o quadro da relação propaganda com o esporte existente desde o século XIX, podemos identificar que o futebol não foi o marco inicial para esta situação, entretanto, foi um dos que mais foram utilizados neste processo. Para tanto, analisaremos as regiões de Botafogo, Laranjeiras, Centro, Meier, Engenho de Dentro, Riachuelo, Cascadura e Bonsucesso entre 1902 a 1924 em busca de contribuições que possam somar ao estudo do futebol no Rio de Janeiro durante a Primeira República.

"O eterno da paixão": identidade clubística e o centenário do Atlético Mineiro

Davi Leonardo Mota
davileomota@hotmail.com

Ana Cristina Araujo Fernando
anaaraujof13@gmail.com

Karina Fonseca Soares Rezende
kaa.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, memória, Atlético, identidade clubística

O aniversário de um clube é momento importante por simbolizar no tempo uma trajetória que o time e seus seguidores defendem como louvável. Em especial, a comemoração de um centenário tem um viés de tornar pública a tradição de um clube. É momento de marcar no tempo a importância do objeto que está sendo festejado e trazer à tona os feitos que reiteram suas glórias. Portanto, à luz do centenário, um clube se movimenta no sentido de auto-afirmar seus feitos, aguçar a paixão de seus fiéis, bem como de salientar sua superioridade, ainda que, para isto, não evoque nominalmente seus rivais. Num momento como este, as celebrações só são possíveis a partir da mobilização das massas, isto é, dos indivíduos que mantêm um com seu time uma identificação tão forte que pode ser comparável a uma relação afetiva. Essa identidade clubística, que fundamenta a relação clube-torcida, é conformada em meios informais, entre os próprios torcedores, e adquire força em discursos proferidos pela mídia e pelos clubes. É perceptível como a sensação de pertencer a uma comunidade também se constitui na dualidade com o outro. Possuir um outro que se apresenta como diferente, oposto e rival, é um caminho para a definição de sua própria identidade. Na lógica esportiva, o rival aparece como um “mal necessário” na constituição do discurso dos clubes sobre si mesmos. No caso de Belo Horizonte, a forma como o futebol adentrou na cidade e os clubes de futebol se estabeleceram criou uma tensão em torno do reconhecimento de qual seria o time popular representante da capital. Após a queda do América e ascensão do Cruzeiro em 1960, o “clássico das multidões” perde fôlego e a rivalidade entre o já consolidado Atlético e o ascendente Cruzeiro protagonizaram o cenário esportivo mineiro. Desde então, os clubes se apropriam de símbolos e representações na memória coletiva, resgatando eventos de sua história e disputando atributos de forma a construir

sua própria identidade. O presente trabalho pretende analisar de quais maneiras o discurso do e sobre o Clube Atlético Mineiro em meio às comemorações do centenário em 2008 se formou sobre sua própria história e qual o lugar – ou o não-lugar – dado ao rival na construção da identidade atleticana. Os dossiês comemorativos do ano de 2008 e as produções oficiais do clube são fontes essenciais para essa investigação. Analisar de que maneira os clubes de futebol enxergam seus rivais é um importante exercício para percebermos como eles enxergam a si mesmos.

Futebol e Mercado em Belo Horizonte: profissionalismo e consumo (1933-1965)

Georgino Jorge de Souza Neto
netogeorgino@gmail.com

Sarah Teixeira Soutto Mayor
sarahsoutto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, mercado, cidade

As primeiras décadas do futebol em Belo Horizonte não fogem a alguns aspectos comuns da chegada desta modalidade em outros locais, notadamente as grandes cidades brasileiras: controle da prática institucionalizada condicionada a uma esfera da elite local; produção de novos hábitos de divertimento, associados à lógica da modernidade e seus valores e atributos; a ideia do cenário esportivo como composição de uma “festa distintiva”. No entanto, logo este panorama começa a se alterar, a partir da rápida popularização do futebol e da perspectiva de incremento de um mercado esportivo que pudesse se apropriar dos benefícios (políticos, econômicos e também simbólicos) advindos da “paixão futebolística”. Muitos indícios corroboram para o entendimento da gestação de um mercado esportivo e do futebol na cidade, tais como: criação de entidades representativas; organização dos primeiros campeonatos e de uma rivalidade forjadora da identidade de pertença; criação e melhoria de uma primeira estrutura própria para a prática; instituição de uma relação com setores da economia e da política mais demarcada. Tais aspectos foram fatores de especial importância para a adoção da profissionalização no Estado, em 1933, seguindo os rumos, especialmente, de capitais brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse ínterim, os clubes e a imprensa belo-horizontina intentavam se aproximar de um modelo de gestão esportiva que acreditava-se promover a consolidação de uma estrutura capaz de atender às exigências de um mercado, ao mesmo tempo local e global. A premente necessidade de adequar a sua estrutura esportiva (no caso, futebolística) ao nível de “adiantamento” vislumbrado nas referidas capitais (com os quais partilhava certa proximidade geográfica, mas uma exponencial distância em termos de desenvolvimento econômico e social) foi uma das forças propulsoras para a adoção do profissionalismo que, em uma de suas vertentes (provavelmente a principal), possibilitaria (assim se acreditava) o incremento das atividades comerciais que já se faziam presentes no futebol da capital mineira. O recorte temporal inicial foi demarcado pela

implantação do profissionalismo em 1933 (embora as discussões sobre este processo já se faziam fortemente presente no início da década e de forma insipiente na década anterior). O marco final da investigação é delimitado pela construção do Mineirão, o maior estádio mineiro, no ano de 1965, e que representou, finalmente, o alcance de grande parte dos anseios.

A consolidação da prática institucional do foot-ball em Oliveira, Minas Gerais

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral
dvoamaral@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O foot-ball foi introduzido em Oliveira no ano de 1916, quando um seletivo grupo de sócios formado por empresários, políticos, comerciantes e profissionais liberais fundaram o Oliveira Sport Club. Na mesma época, o jogo de bola se difundia entre os grupos mais abastados de diversas localidades das adjacências de Oliveira, o que proporcionou a realização de encontros intermunicipais. Tais encontros eram cercados por uma série de cerimoniais pomposos, congregando autoridades políticas e agentes abastados envolvidos institucionalmente com a modalidade esportiva. No bojo desse processo, o foot-ball em Oliveira logo assumiu uma imagem de fidalguia e cavalheirismo, cujo principal intuito da organização de jogos era promover o estreitamento de laços entre sócios e localidades envolvidas com o jogo. Na década de 1920, com uma maior difusão social da prática institucional, o foot-ball em Oliveira gradativamente foi assumindo novos contornos, onde o afloramento da competitividade e do pertencimento clubístico fez com que os encontros futebolísticos adquirissem sentidos completamente distintos daqueles criados pelos primeiros sportmen. Dito isto, o objetivo central deste trabalho foi analisar e descrever essa transição do jogo cavalheiresco para o jogo competitivo, que fomentava paixões e despertava rivalidades entre os aficionados oliveirenses. Para tanto, a pesquisa adotou como principal fonte de pesquisa exemplares do jornal Gazeta de Minas e documentos produzidos pelo poder público estadual.

O Lazer como tempo histórico: o futebol e as manifestações de 2013 e 2014.

Jéssica Montanhini de Souza
jessicamontanhini@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Lazer, copa do mundo, futebol

O Lazer é algo pouco estudado no campo da História no Brasil, como aponta Melo (2010), tanto no que se refere a História do Lazer propriamente dita, quanto ao lazer na História. A História dedicou-se majoritariamente ao tempo social do trabalho, no intuito de estudar sobre as continuidades e rupturas, a institucionalização do tempo de trabalho, o trabalho como ordenador da vida social. Segundo Melo (2010), a institucionalização do não-trabalho foi tão difícil e controverso quanto o trabalho. Se lazer ocupa uma parte do tempo do nosso cotidiano, se está inserido nas formas de socializar, acessar a cultura, ele também se relaciona com fatores econômicos, políticos, sociais – os fundamentos políticos do lazer. Como aponta Pronovost (2011) o pensamento social sobre o que é o lazer e os valores que são a eles associados interferem, tanto nas práticas de lazer, quanto em outras práticas cotidianas. O recente megaevento futebolístico sediado pelo Brasil trouxe consigo várias possibilidades de análise histórica da relação do futebol com acontecimentos políticos no país; mais especificamente a relação desse esporte com as manifestações políticas que se iniciaram no ano de 2013. A hipótese é a de que o futebol teve um papel ambíguo, já que forneceu os símbolos de união nacional nas manifestações, mas também foi alvo nos questionamentos com os gastos da Copa. Encaro o futebol como uma prática de lazer, não apenas o jogar, mas tudo o que envolve a prática: jogar, torcer, assistir as transmissões, assistir a noticiários e reportagens sobre o futebol e etc. O projeto busca fazer a análise, sob a óptica de metodologia da História do tempo presente, refletindo o papel do futebol em prover símbolos sociais de pertencimento, ainda na manutenção dessa sensação de pertencimento coletivo, observando a relação do Lazer com os sujeitos e identidades. O Lazer está integrado à cultura e estabelece com ela uma relação dialética, de troca mútua. (Pronovost 2011) É necessário, portanto, compreender esse duplo papel do futebol – fomentando os símbolos para união e ao mesmo tempo tendo os gastos com a Copa como uma das reivindicações das manifestações - nessa conjuntura histórica específica, lembrando que o esporte é parte que constitui a identidade dessa sociedade e uma das práticas institucionalizadas dentro do lazer e suas complexidades

Pesquisa e comunicação do CEMEL: exposição 20 anos da Copa Centenário de Futebol

Marilita Aparecida Arantes Rodrigues
marilita.rodrigues@pbh.gov.br

Guilherme Augusto Pereira da Fonseca
guilherme.a.pereira@pbh.gov.br

Rita Márcia de Oliveira
rita.marcia@pbh.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Futebol amador. Exposição.

O texto tem por objetivo relatar o processo de pesquisa e comunicação realizado pelo Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL), da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) da Prefeitura de Belo Horizonte, ao elaborar a exposição “20 anos da Copa Centenário: memória e celebração da cultura esportiva popular”. No ano de 1997, em meio às festividades dos 100 anos da Capital, foi concebida e programada pela SMEL a primeira edição da Copa Centenário de Futebol Amador, realizada no início de 1998. Desde então, a competição vem sendo realizada anualmente e, em 2017, alcançou a vigésima edição, firmando-se como uma das maiores competições do gênero. Como uma das comemorações desses 20 anos, o CEMEL propôs a realização de uma exposição. Ao pesquisar a trajetória do evento, utilizou como fontes os relatórios, clippings, fotografias, cartazes e filmes ligados a ele, pertencentes a seu próprio acervo, enriquecidos pela substancial contribuição da história oral, obtida mediante entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram diferentes momentos desse evento. Levantadas as fontes, o primeiro desafio foi definir quais seriam a narrativa e a expografia construídas a partir do referido acervo, de modo a melhor representar os diferentes atores, lugares e ações envolvidos. O caminho adotado foi a utilização de totens e banners que abordassem a trajetória da competição, priorizando o emprego das imagens a ela relacionadas. Como uma exposição é um importante meio de comunicação, aprendizagem e mediação cultural, sua preparação exige vigoroso empenho na seleção dos fatos. Optou-se em iniciar o percurso por um totem que destacasse momentos marcantes do evento, seguido por outros que retratassem suas particularidades, como as categorias: masculino, máster, feminino e de base; as festividades; os campos; a presença das comunidades; os aspectos referentes à organização e à disciplina; encerrando com os campeões.

Atribuiu-se destaque a esses, com a utilização de manequins vestidos com os uniformes dos times. Por fim, um totem digital garantiu interatividade com o público, por meio de vídeos e imagens de diferentes edições da Copa. Com isso, o CEMEL pôde contribuir para divulgar e valorizar a memória dessa cultura enraizada em nossa capital, de grande valor social para as comunidades, cumprindo assim o seu papel não só de preservar, mas também de pesquisar e comunicar a memória esportiva e do lazer em Belo Horizonte.

Jornalismo e olimpíadas: impacto da hegemonia do futebol nas demais modalidades

Wallace Henrique Graciano Santos
wallacehenrique@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O ano de 2016 foi “ímpar” no âmbito desportivo mundial. Afinal, nele se encerrou mais um ciclo quadrienal com o início dos Jogos Olímpicos, que foram disputados no Rio de Janeiro, no Brasil, em agosto. E os media portugueses tiveram um papel um tanto quanto sui generis durante o período. Além de nutrir suas audiências com informações factuais sobre toda a preparação até o evento, que é a maior festa desportiva do planeta, esses veículos de comunicação costumam atrai-la através da criação de “mitos” para modalidades que, outrora, sequer tinham visibilidade, sendo sobrepujadas pelo futebol, desporto hegemônico dentro do noticiário desportivo do país. E é justamente buscando entender esse fenômeno que o trabalho se fundamentará. Como objeto de estudo será utilizado o “Record”, um veículo voltado para a prática desportiva e que dedicou sua cobertura aos Jogos Olímpicos, enviando, inclusive, repórteres ao Rio de Janeiro. Para ajudar nessa leitura, foram feitas contagens da presença das modalidades no veículo nos seis meses precursores ao evento, considerando-se presença na capa, destaques, número de páginas destinadas, número de notícias, número de notícias destinadas aos portugueses, publicidade e frequência das modalidades. Todas estarão representadas graficamente ao longo do projeto.

"Zé de São Januário": a Visão de Álvaro do Nascimento sobre o Esporte Carioca

André Alexandre Guimarães Couto
guimaraescouto@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Um dos cronistas mais longevos no Jornal dos Sports (JS) ao longo da metade do século XX foi o jornalista Álvaro do Nascimento. Com uma coluna intitulada "Uma Pedrinha na Shooteira" e sob o pseudônimo de "Zé de São Januário", o cronista tornava-se um dos autores mais críticos e ácidos sobre o campo esportivo no Rio de Janeiro. Uma das suas principais teses era de que o futebol era supervalorizado pela imprensa esportiva e por seus pares nas matérias e crônicas publicadas no JS. Portanto, redigia textos sobre os prejuízos causados aos demais esportes e seus respectivos clubes de atuação, que viviam a margem do interesse da imprensa especializada. Apesar desta dura crítica, também redigia sobre o futebol, com uma característica bem específica: tinha um tom debochado e ácido sobre diversos aspectos, seja a organização das competições, as autoridades esportivas e ainda a própria imprensa. Utilizava estratégias de interdiscursos e de debates intersubjetivos com os cronistas do próprio jornal em que atuava. Desta forma, podemos incluí-lo em um dos quatro possíveis grupos de classificação acerca dos cronistas que atuavam no JS ao longo da década de 1950: a dos jornalistas polêmicos. A pesquisa de suas crônicas nos revela uma das possíveis formas de construção de textos inter(subjetivos) no JS, ou seja, havia uma variedade de estilos narrativos no jornal/empresa e que conviviam nas mesmas páginas, disputando espaços e trocando idiossincracias culturalmente e profissionalmente. Desta forma, afirmarmos, mais uma vez, de que o enquadramento de uma única direção narrativa do esporte no JS é refutável pelas fontes das quais analisamos. Neste trabalho, apresentaremos uma voz dissonante em vários aspectos da cobertura do campo esportivo. Esta divergência de estilo narrativo poderia, ao mesmo tempo, conviver com características mais amplas compartilhadas com outros autores como a defesa do clubismo e do denunciamento.

Os contos de futebol escritos por mulheres

Gustavo Cerqueira Guimarães
gustavocguimaraes@hotmail.com

Mayra Santos Cruz
mayrasantoscruz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas futebolísticas, escritoras brasileiras, futebol e gênero, antologias de contos sobre futebol

Este estudo tem o objetivo de apresentar os quatorze contos escritos por mulheres, dentre elas Rachel de Queiroz, Hilda Hilst, Edla van Steen, Edy Lima, Adriana Lisboa e Tatiana Salem Levy, extraídos das principais antologias de contos sobre futebol em circulação no Brasil, a exemplo de "Onze em campo" (1986) e "22 contistas em campo" (2006), organizadas por Flávio Moreira da Costa, e "Entre as quatro linhas" (2013), organizada por Luiz Ruffato. Posteriormente, apresenta-se uma síntese dos principais temas e personagens desenvolvidos no decorrer dessas narrativas, arriscando um primeiro esboço de análise, levando em consideração os seguintes pontos: de qual futebol falam as mulheres e se haveria diferença entre a escrita de futebol criada por mulheres e homens, como aponta Claudia Piñeiro, organizadora de "Las dueñas de la pelota" (2014), antologia que talvez seja a primeira da América Latina a reunir contos futebolísticos escritos somente por mulheres. Essa hipótese é bastante interessante e abre vários caminhos para investigações, exigindo uma análise mais pormenorizada de cada um dos textos, suas tramas, seus personagens, seus aspectos formais etc. Por fim, paralelamente, pretende-se suscitar questões relativas à participação da mulher tanto no futebol quanto no discurso literário que o tematiza.

Futebol: uma temática interdisciplinar

Vínnicius Pereira Ferreira
vinniciuspereira97@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, cultura, sociabilidade, aspectos históricos, interdisciplinar

O objetivo desse estudo é fazer uma análise histórica, da importância e impacto sociocultural do futebol, para a cidade de Lambari, Minas Gerais, e também, para outras cidades do sul de Minas no período da segunda metade da década 1920, até o início da década de 1990. Assim, no presente artigo, pretendo, a partir de fontes orais, iconográficas e escritas, e discutir a influência que um time de futebol pode ter sobre os moradores, principalmente, desta cidade e de algumas outras cidades da região sul mineira, buscando abordar aspectos históricos, a partir da sociabilidade e cultura que existe em torno do futebol.

Almirante Heleno Nunes no Mundial da Argentina – Presidente ou Interventor?

Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do Cabo
alvarodocabo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Copa da Argentina, Heleno Nunes, imprensa

O presente artigo tem como objetivo analisar representações sobre o presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Heleno Nunes, nos periódicos brasileiros *Jornal do Brasil* e *Placar*. Enquanto entre fontes argentinas a figura militar onipresente nas reportagens sobre o campeonato mundial de 1978 foi o general Jorge Rafael Videla, no Brasil o presidente da CBD é a figura política que se destaca. O fato de um militar, político da ARENA, estar comandando o esporte mais popular no país, após 17 anos da gestão do civil João Havelange (1958-1975), em uma conjuntura em que se clamava por uma abertura política e econômica potencializou as críticas e as representações autoritárias em torno do dirigente que era o elo executivo entre a cúpula da caserna e os “ídolos” da bola. A administração do futebol nacional e consequentemente da própria seleção brasileira se confundia muitas vezes com os próprios interesses governamentais, até mesmo pela legislação vigente que vinculava o desporto ao Estado, transcendendo assim a esfera esportiva. A clássica referência historiográfica à possível utilização política do triunfo no México pelo presidente Médici serve como paradigma crítico apesar do diferente contexto político em que se encontrava o país na segunda metade da década de 1970. Em 1978, a tendência das fontes analisadas era buscar afastar o suposto “genuíno” futebol brasileiro dos vínculos militares. Havia críticas ostensivas à gestão do Almirante Heleno Nunes, às próprias decisões e inovações táticas do capitão Cláudio Coutinho num tom libertador que, se não pode ser explicitamente interpretado como pessimista, estava longe de um otimismo ufanista como se atribui ao mundial de 1970. Apesar do interesse do presidente Ernesto Geisel pela equipe, a gestão da CBD e o comando da seleção acabam se transformando nos principais focos de ataques durante o torneio, sobretudo na primeira fase, na qual a equipe não teria atuado bem e também após o término do campeonato - mesmo com o Brasil alcançando o terceiro lugar invicto. Heleno Nunes será constantemente criticado por uma suposta conduta autoritária e pelas eventuais intromissões no comando e escalação da equipe. Segundo as fontes brasileiras, ele teria se comportado como um verdadeiro “interventor”, inclusive modificando deliberadamente a

equipe após as duas partidas iniciais e contribuindo significativamente para a “militarização” do futebol brasileiro.

As representações femininas no país do futebol

Débora Miranda de Oliveira
opsdebora@gmail.com

Ana Karolina Amorim Fernandes
anakarolinaamorim3@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em abril de 1941, pelo Decreto-lei N° 3.199 as mulheres foram proibidas de praticar esportes no Brasil. O artigo 54 pontua que não se permitiria “a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. O trabalho aqui apresentado discute, a partir do futebol, a construção da identidade nacional sob bases valorativas sobre a figura feminina e seu lugar social no Estado Novo. As consequências da exclusão das mulheres no esporte são ainda perceptíveis no futebol feminino atualmente.

A (sub)representação das mulheres na Copa Centenário de Futebol Amador: discursos e silêncios

Ana Cristina Araújo Fernando
anaaraujof13@gmail.com

Lucas Macedo Gomes
lucasgomes98@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, mulheres, representação, identidade, gênero, esporte

Com base nos estudos de gênero, a pesquisa busca analisar o lugar social - e o não lugar - disponibilizado às mulheres a partir do discurso dos jornais que realizavam a cobertura midiática da Copa Centenário de Futebol Amador. Nossa análise colocou sob perspectiva a representação das mulheres enquanto jogadoras, torcedoras e participantes do “Garota/Musa da Copa”, evento que fez parte do calendário do torneio. A competição acontece desde 1997, e a categoria do futebol feminino desde 98. Sendo assim as fontes usadas são reportagens de jornais que circularam durante esse período e materiais oficiais do evento encontradas no acervo do Centro de Memória de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte (CEMEL) e na Hemeroteca da Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Nossa investigação ambiciona compreender em que termos ocorreram essas representações e, a partir daí, promover uma breve reflexão sobre as relações de gênero gritantemente desiguais num espaço historicamente dominado pelo masculino: o futebol. Na pesquisa, fica evidente a sub-representação das mulheres, tanto devido à pequena visibilidade da categoria quanto por discursos marcados, primeiramente, por uma representação tradicional de feminilidade e, em seguida, pela heteronormatividade, ou seja, por discursos que descrevem a situação homossexual como desviante (Wamer, 1993). Salta aos olhos o quanto essa representação é carregada de intenção, mesmo que velada. É sabido que a imparcialidade é uma impossibilidade, e que o que é dito - e não dito - é sempre impregnado de princípios, valores e concepções pessoais (conscientes ou não). No que se refere às representações de gênero, a iniquidade e a presença de discursos carregados de machismo são especialmente visíveis. Eloquentemente, o silêncio ensurdece, numa violência indireta, simbólica, que escolhe excluir. Outro aspecto analisado no discurso das reportagens foi a retroalimentação das mensagens misóginas, uma vez que o discurso da socialização feminina é enfatizado de tal forma que as próprias mulheres passam a reproduzi-lo e legitimá-lo como verdade. Sabemos que mulheres são socialmente levadas a entenderem seus corpos como objetos estéticos e isso gera uma

preocupação constante ao que se refere à forma que se apresentam e uma auto-cobrança relacionada a beleza, postura e ao que vestem. A partir da análise das fontes, fica claro como esses fatores estão presentes no cotidiano das mulheres e na prática esportiva.

A mulher esportiva nas páginas da revista Alterosa (1939-1945)

Gelka Arruda de Barros
gelkabarros@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, corpo, esporte, Estado Novo, cultura de massa

Este artigo propõe analisar o discurso sobre a mulher esportiva presente na Revista Alterosa, entre 1939 e 1945, no intuito de compreender a construção do papel social feminino naquele período histórico. O periódico, lançado em Belo Horizonte, em agosto de 1939, era mensal, de caráter literário e noticioso, composto por contos, crônicas, reportagens econômicas, políticas e sociais sobre o Estado de Minas Gerais, notas da sociedade mineira, humor, poesia, passatempos, entretenimento como o rádio e o cinema, prescrições sobre saúde, beleza, moda e anúncios publicitários. O surgimento da revista, em meio a um crescente processo de modernização da capital mineira, coincidiu com o processo de estreitamento de relações entre o Brasil e os EUA, sob o regime do Estado Novo. No interior do projeto político varguista, a conformação das condutas sociais fundada no ordem conjugal reconfigurou o padrão corporal feminino, estabelecendo um ideal de beleza engendrado pela saúde, sendo o esporte, uma das expressões do vigor da nação. O conteúdo apreciado foi constituído por anúncios publicitários, reportagens, matérias e seção de moda, provenientes da investigação de todas as edições publicadas entre 1939 e 1945, combinando análise de conteúdo de texto e fotografia. A conclusão evidencia o alinhamento entre o discurso da Alterosa, a cultura de massa norte-americana e o projeto nacionalista de Vargas na educação do corpo feminino. Fruto de tese em desenvolvimento, este artigo reproduz partes de um trabalho originalmente publicado na Revista Comunicação e Sociedade, da Universidade de Minho, Braga, Portugal.

"Sé7ima é o poder": as novas práticas corporais dos torcedores organizados

Flávia Cristina Soares
flavia.c.soarez@gmail.com

Mauro Lúcio Maciel Júnior
maurolmj9@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho objetiva apresentar narrativas históricas construídas por torcedores organizados de Belo Horizonte, a respeito de mudanças ocorridas no futebol brasileiro com a finalidade de preparar nosso país para sediar a Copa do Mundo de 2014. Seu desenvolvimento é fruto de trabalho realizado entre os anos de 2014 a 2017, quando frequentamos ações filantrópicas, reuniões, treinamentos e festas realizadas por um grupo de jovens da "sé7ima" - área habitada por moradores que possuem um baixo status socioeconômico, localizada na região Noroeste da capital mineira. Além disso, circulamos pela cidade com os torcedores organizados nos dias destinados às partidas futebolísticas, assim como nas arquibancadas dos estádios de futebol. Por fim, realizamos 18 entrevistas com os ex-integrantes da torcida organizada. A partir disso, foi possível perceber uma série de estratégias realizadas pelo poder estatal para controlar a violência no futebol e as reações dos torcedores às mudanças executadas. Exemplos disso são a implantação do Juizado Especial Criminal (JECrim), a alteração do Estatuto de Defesa do Torcedor em 2010 e as reformas dos estádios. Em decorrência dessas medidas, pode-se dizer que o grupo de torcedores estudado passou a adotar novas práticas corporais nas arquibancadas, caracterizadas por uma maior preocupação em controlar o comportamento dos torcedores e pela institucionalização de regras no interior do próprio grupo, constituindo uma atuação semelhante à do Estado, a fim de resguardarem a torcida organizada de penalidades por comportamentos inadequados vindo das arquibancadas.

Outros caçadores: mulheres, africanos e imagens do esporte na África colonial

Ruben Souza
rubensouzass@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: África colonial, caça esportiva, imagens

Esta comunicação tem como objetivo avaliar imagens de caça esportiva produzidas em contexto colonial na África. Tendo por base um diálogo com os estudos de gênero, da imagem e da psicanálise, buscamos salientar como a produção de imagens de caça pôde, concomitantemente, afirmar um - falso - protagonismo masculino europeu, escamotear a presença e atividade africana nas jornadas (como guias, carregadores, cozinheiros, etc) e traduziram um contraponto entre a [falsa] figura masculina [pretensamente triunfante] e uma África feminilizada expressa nas mais diversas alusões. Através do cotejo da literatura, fotografia, fontes hemerográficas e histórias em quadrinhos, nota-se que tais configurações do "enquadramento" da caça esportiva espriam-se pelos mais variados suportes.

ST 02 - Reflexões sobre a Era Vargas

Simpósio Temático

André Barbosa Fraga
andrebfraga@yahoo.com.br
Doutor em História
UFF

Proposta do Simpósio

Este simpósio objetiva reunir pesquisas sobre as transformações significativas operadas no Brasil de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, quando Getúlio Vargas ocupou a presidência da República. Poucos períodos da história do Brasil deixaram uma herança tão extensa e duradoura. O intuito do ST é o de fomentar a troca de experiências entre os historiadores que abordem esse período a partir de análises culturais, políticas, econômicas ou sociais. São bem-vindos trabalhos que versem sobre qualquer aspecto relacionado às ações empreendidas pelos governos provisório, constitucional, ditatorial do Estado Novo e democrático de Vargas, bem como sobre os reflexos que essas medidas tiveram no âmbito regional dos diferentes estados. Além disso, poderão participar também pesquisadores que estudem as oposições e as resistências aos projetos apresentados pelo grupo político de Vargas nos quase vinte anos em que o político gaúcho esteve no cargo de presidente, tais como análises a respeito das disputas pelo poder e das perseguições sofridas por lideranças sindicais, escritores e jornais.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Comunicações

Trabalhismo e povo: campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (RS, 1945-1954)

Douglas Souza Angeli
douglasangeli@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho é resultado da pesquisa de doutorado em andamento sobre as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a experiência democrática no Rio Grande do Sul (1945-1954). Membro do Departamento Administrativo do Estado e secretário estadual do Interior e Justiça durante o Estado Novo, Pasqualini se insere no contexto de democratização, em 1945, por meio da fundação da União Social Brasileira (USB), mais tarde incorporada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pelo PTB, concorre a governador em 1947, sendo derrotado. Em 1950, é eleito senador na mesma campanha eleitoral que teve Getúlio Vargas como candidato a presidente. Senador, foi relator do projeto de lei que resultou na criação da Petrobrás. Em 1954, concorreu pela segunda vez ao governo do Estado, sendo novamente derrotado. O recorte temporal diz respeito à fase inicial da experiência democrática, marcada pela implantação dos partidos políticos nacionais e pela ampliação e modificação no perfil do eleitorado. Considerando este contexto, busca-se compreender o sentido do qualificativo "candidato do povo", adotado para as eleições de 1947, e como os discursos do candidato petebista, considerado o "teórico do trabalhismo", e a propaganda do PTB na imprensa interpelam as camadas populares promovendo uma adaptação do discurso estado-novista direcionado ao cidadão-trabalhador à lógica da mobilização eleitoral na experiência democrática. Se Pasqualini era o candidato do povo, quem era o povo do candidato? As campanhas do PTB nas eleições de 1947, 1950 e 1954 reconvertem o discurso anti-oligárquico e anti-liberal que justificou o Estado Novo, e o desenho da fronteira antagônica que separa o "povo" dos "inimigos do povo" na propaganda petebista se dá em uma lógica na qual Getúlio Vargas continua sendo a figura central.

“Deem asas ao Brasil”: a Campanha Nacional de Aviação no governo Vargas

André Barbosa Fraga
andrebfraga@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Esta pesquisa objetiva analisar a aviação brasileira no primeiro governo Vargas (1930-1945), período marcado por consideráveis mudanças e inovações provenientes de iniciativas públicas e privadas no setor. O estudo procura demonstrar como o grupo político que chegou ao poder por meio da Revolução de 1930, e se fortificou com a implantação do Estado Novo, identificou no fortalecimento do setor aéreo, principalmente a partir de 1940, algo fundamental à própria legitimação do regime. Defende-se no trabalho que o caminho mais seguro encontrado pelo governo para empreender alterações profundas no setor aéreo foi o de investir na elaboração de um projeto de Estado voltado à construção do que foi chamado na época de uma mentalidade aeronáutica. Ela consistia na tentativa de se generalizar a compreensão e o interesse da população pelo desenvolvimento da navegação aérea, despertando em cada brasileiro o interesse de colaborar com a causa. Este trabalho foca principalmente em uma das principais estratégias utilizadas por Salgado Filho, primeiro ocupante do cargo de ministro da Aeronáutica, para viabilizar a conscientização popular acerca de tudo o que dizia respeito à navegação aérea. A pasta ministerial da aviação passou a investir esforços no aumento do número de aviões disponíveis para treinamento dos atuais e futuros condutores. Com esse intuito, Salgado Filho recorreu principalmente à colaboração da sociedade civil, por meio de campanhas que estimulavam a doação particular de dinheiro ou de matérias-primas necessárias à obtenção de aviões endereçados aos mais diversos aeroclubes espalhados pelo território nacional. A mais importante delas foi a Campanha Nacional de Aviação (CNA), lançada em 1941. A CNA foi criada por Salgado Filho e pelo jornalista e empresário paraibano Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais Diários Associados. Logo se tornou a iniciativa empreendida durante o governo Vargas de maior impacto para se promover a consolidação da aviação civil no país. Ela almejava incentivar a doação particular de aviões de treinamento aos aeroclubes brasileiros, bem como de dinheiro para a compra de aparelhos aéreos e para a ampliação ou construção de hangares e campos de pouso aptos a recebê-los.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Os 18 serão milhões: o Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes

Marco Túlio Antunes Gomes

mtantunesgomes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em outubro de 1949, enquanto próceres udenistas engendravam uma candidatura firmada a partir de um acordo intepartidário estabelecido com o PSD e o PR , um grupo de universitários cariocas organizou a criação do Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes (MPN), em defesa do lançamento daquele que consideravam "a suprema e derradeira esperança de salvação das instituições democráticas". Em poucos meses, o MPN irradiaria por todo o país através de comitês estaduais, encarregados da organização de comícios, afixação de cartazes e distribuição de panfletos em prol da candidatura do brigadeiro, ao mesmo tempo em que buscavam minar as negociações dos dirigentes da UDN junto à opinião pública. Acompanhando seus primeiros meses de atuação por todo o país, esta comunicação analisa as estratégias de arregimentação política adotadas pelos brigadeiristas, destacando a apropriação de elementos da cultura política liberal – notoriamente, o moralismo e o apreço à ordem pública – para mobilizar o eleitorado a sufragar o militar em 1950. Ao mesmo tempo, o movimento é aqui considerado uma expressão da vontade de parcela da sociedade, em especial as camadas médias, de influenciar nas decisões político-partidárias, reivindicando o direito de escolha de seu candidato.

A nacionalização de imigrantes em São João Del Rei durante a II^a Guerra Mundial

Thiago Henrique Carvalho Davin

thiagodavin@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação propõe apontar dados sobre o impacto sociopolítico que a II^a Guerra Mundial promoveu na cidade de São João Del Rei, dando enfoque no processo de nacionalização e perseguição de imigrantes praticado pelo governo varguista. Após o golpe militar de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, houve um embate entre o governo brasileiro e grupos sociopolíticos. Com o fracassado golpe integralista, em maio de 1938, Vargas buscou reprimir elementos suspeitos de conspiração, prendendo líderes integralistas e membros das embaixadas alemãs e italianas, e alguns interventores brasileiros buscaram a nacionalização compulsória de estrangeiros, como, por exemplo, impondo às escolas particulares o ato de lecionarem em português, e eliminando concessões e verbas às escolas estrangeiras. Com o rompimento das relações diplomáticas com os países do “Eixo”, em janeiro de 1942, houve uma intensa ação policial para combater a espionagem no território brasileiro. No mesmo período foi criado, pelo Estado-Maior da Forças Armadas, o Serviço de Informações de Interesse de Segurança Nacional. Conseqüentemente, logo foram identificadas rádios clandestinas alemãs que informavam sobre a movimentação dos portos nacionais, e fechados clubes, associações germânicas, empresas e grupos escolares. Em São João Del Rei a população imigrante, em sua maior parte de origem e ascendência italiana, sofreu momentos de perseguição, principalmente após meados de 1942. Muitos dos ataques e intimidações, fomentados pela política varguista, partiram de redatores da mídia local, que afirmaram a necessidade de vigiar, denunciar, confiscar os bens e perseguir os “súditos do Eixo”. Na prática, houve o fechamento forçado da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro “Figli del Lavoro”, a imposição de decretos que exigiram a necessidade de portar salvo-condutos para circulação e a obrigatoriedade de declarar a natureza, a quantidade e o valor de seus bens ao Banco do Brasil. Ademais, foram realizadas prisões temporárias de indivíduos como o lituano Juozas Jurgilas e do alemão Ferdinand Ernest Albrecht, e de itens pessoais do suíço Max Hohn. Como fonte para análise foram utilizadas matérias publicadas no jornal são-joanense

"Diário do Comércio" entre os anos de 1942 e 1945, e empregados os procedimentos metodológicos apresentados por Tânia Regina de Luca.

O autoritarismo de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral durante o Estado Novo

Gabriela Loureiro Barcelos

gloureirobarcelos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho objetiva construir uma reflexão acerca da influência das obras - O Idealismo da Constituição (1939) de Oliveira Vianna, e O Estado Autoritário e a Realidade Nacional (1938) de Azevedo Amaral - na construção da narrativa histórica do Estado Novo. Buscando, também, compreender a trajetória intelectual desses autores e como se relacionavam com Getúlio Vargas, visto que acreditavam que o autoritarismo era a chave para o desenvolvimento nacional.

Desmobilização da FEB: A perspectiva da Memória

Rodrigo Musto Flores
rodrigo.flores@ufv.br

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação se refere ao projeto de pesquisa intitulado: Jogo de Luz e Sombra; Os usos e abusos de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira. Neste projeto abordo a desmobilização dos cidadãos incorporados à FEB durante a Segunda Guerra Mundial, abordando os pontos deste processo e as conseqüências deste, sobre a memória dos ex-combatentes brasileiros no período posterior ao conflito. O historiador Francisco César Alves Ferraz, que ainda em Nápoles foram outorgadas uma série de medidas que recaiam sobre o os expedicionários, tais medidas visavam, em alguma forma, conter um serie de agitações e minimizar o impacto da chegada da FEB ao Rio de Janeiro, já que, a atuação do Brasil ao lado aliado durante o conflito, criava uma grave contradição interna no regime estadonovista, contradição esta acentuada pela vitória dos aliados e o bom desempenho da Força Expedicionária Brasileira nos campos de Batalha italianos. A proibição do uso de: uniformes, distintivos, medalhas, condecorações ou qualquer outro adereço que fizesse referência à campanha da Itália. (Aviso Nº 217-185 de 06 de julho de 1945) e a proibição de tecer relatos à imprensa sobre as experiências vividas nos campos de batalha na Itália (Aviso Nº 197-166 emitido em 11 de junho de 1945). As medidas apontadas corroboram por identificar a proximidade entre os discursos de retorno da FEB e o discurso de retomada das rotinas democráticas no país. O problemático processo de desmobilização da FEB colabora para a reversão ao tratamento natural do veterano de guerra no Brasil, no qual a memória veiculada sobre a participação Brasileira no conflito será alvo de disputas, construções e desconstruções.

O Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora

Luiz Antonio Belletti Rodrigues
luizbelletti@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho analisa o processo criminal contra um casal de alemães acusados de fazer propaganda do Partido Nacional-Socialista Alemão em Juiz de Fora, Minas Gerais e de pregar uma política de germanização de brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. O processo foi encontrado durante as pesquisas sobre a perseguição de estrangeiros ocorrida em Juiz de Fora no Estado Novo. O objetivo central da pesquisa é identificar, através do estudo das perseguições, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. A pesquisa foi feita nos processos criminais existentes no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. O período pesquisado está compreendido entre 1937 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa das perseguições ocorridas contra os estrangeiros neste período.

A política educacional do Estado Novo ensinada nos livros didáticos

Leandro Gonçalves de Rezende
leandro9rezende@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Na primeira metade do século XX, tanto na Europa quanto nas Américas, uma onda nacionalista, que já havia sido gestada século anterior, influenciou a formação de diversos governos. Em geral, governos conservadores e ufanistas. Logo, tais governos souberam manipular muito bem a propaganda política, com forte carga patriótica, usando inclusive dos sistemas escolares como meio e instrumento de civilização dos cidadãos, numa transformação progressiva da sociedade rumo à modernidade. No caso brasileiro, a partir de 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, presenciaremos uma linha de ação muito diversa da política oligárquica anterior. Principalmente no período compreendido entre os anos de 1937 e 1945, ou seja, no período autoritário do Estado Novo, no qual o governo, aliando-se às ideias populistas, buscou utilizar diversas estratégias para a construção e veiculação de uma cultura política de cunho nacionalista. Para tanto, o governo investiu fortemente em propagandas políticas, reforçando o patriotismo e centralizando o poder. Nesse sentido, os esforços pautaram-se também na dimensão da escolarização, legitimando forças políticas que viam na educação o meio de difundir o ideário nacional, que intencionava produzir um homem civilizado, trabalhador e agente criador da nova pátria. Tal processo foi tão intenso que consolidou formas de pensar e agir nos padrões escolares, criando e articulando símbolos nacionais e tradições que permaneceram ao longo do tempo. Percebemos que o governo de Vargas e as ações do Estado a ele articuladas orientaram um ensino de História, que formou uma memória nacional, construindo uma identidade cultural, bem como formando moral e civicamente a nação. O “arsenal pedagógico” para essa mobilização contou com diversas propagandas políticas, manuais e livros didáticos; cartilhas de Moral e Cívica; heróis nacionais e festas cívicas. Tudo foi bem engendrado que permaneceu na tradição nacional, perpetuando visões de mundo e concepções de história, que, até hoje, vinculam Getúlio Vargas ao panteão dos grandes heróis da pátria. Nesta oportunidade, analisaremos, de forma breve, como o Estado Novo foi ensinado nos livros didáticos, a partir de dois livros com orientações pedagógicas distintas, a saber: o livro Nova História Crítica, de Mário Schmidt e o livro História Global – Brasil e Geral de Gilberto Cotrim.

O PTB em Montes Claros/MG no Período Democrático: reflexões a partir da imprensa

Elisdael Oliveira Santos
elissantoshistoria@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O período que se estende de 1945 a 1964 é historiograficamente considerado um momento de exercício da cidadania, já que no pós-45 os partidos políticos voltaram a se reorganizar, eleições foram marcadas e os cidadãos puderam manifestar-se politicamente. No referido contexto, quando fora criado, o PTB tinha como elementos essenciais o trabalhismo e o varguismo e visava servir de anteparo aos trabalhadores no sentido de questões relativas à participação política, de maneira a manter vínculos dos mesmos com o Estado. Na cidade de Montes Claros/MG a edição do Jornal Gazeta do Norte de 05 de Janeiro de 1947 informara os membros escolhidos para o Diretório Municipal do PTB e convidara para um comício que seria realizado na mesma oportunidade. Nessa perspectiva, inquiriremos acerca da adesão ao partido e dos discursos utilizados no decorrer dos anos visando atingir tal objetivo, uma vez que a presente pesquisa busca identificar se houve elementos relativos à cultura política trabalhista em Montes Claros durante o período democrático (1945-1964), posto que nesse contexto considera-se que esta era compartilhada tanto nos grandes centros urbanos quanto interior. Dentre as fontes utilizadas para o desenvolvimento deste estudo temos o jornal Gazeta do Norte, semanário que durante o recorte temporal escolhido fora o responsável por divulgar as informações oficiais da Câmara Municipal. A metodologia utilizada com a imprensa está em consonância com a proposta de repertório de procedimentos, conforme sugerem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto. É importante enfatizar que entendemos a imprensa e o partido como vetores para a socialização da cultura política. Palavras-chave: Cultura Política Trabalhista. Partido. Imprensa.

O ensino de História e a construção da brasilidade durante a Era Vargas (30-45)

Ana Laura Alves Alvim
analaura.alvim@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder político em 1930, e os diversos confrontos que o Brasil estava enfrentando, como o tenentismo, que surgiu no início de 1920 e promoveu diferentes rebeliões, devido ao descontentamento com a política que estava sendo aplicada, certificam que vários elementos nacionais pediam por diversas reformas, mudanças políticas e sociais. Deve-se notar que o país passava também por inúmeras propostas de uma construção identitária, que buscava redefinir a “brasilidade”. O investimento na educação, com a criação de um currículo nacional, era uma das formas de alcançar essa identidade, pois até então a educação ficava por conta do Estado que encarregava as Províncias. Getúlio Vargas sempre foi uma pessoa que despertou grande interesse em muitos historiadores pelas diversas mudanças que instalou no Brasil durante seu primeiro governo, mas algo que despertou a nossa atenção foi o ensino de história neste período. Assim como a preocupação de Getúlio com o caráter nacional da educação e com a criação de um currículo único para todo o território brasileiro, o que nos levou a primeira indagação: como o conteúdo de história ficou neste cenário?. Ainda são poucos os trabalhos historiográficos sobre o ensino de história deste período conhecido como Era Vargas (1930-1945), e quase nenhum que aborda a influência política no ensino de história e a utilização da disciplina de história a favor do governo. A maioria dos trabalhos abordam a educação no geral, pois é o período que surge a educação pública e o planejamento de um currículo nacional. O principal objetivo deste trabalho que ainda está em desenvolvimento é analisar como o ensino de história do Brasil se insere no projeto de construção da “brasilidade” na Era Vargas (1930-1945).

A Academia do Samba: um culto à malandragem e a exaltação do “ser brasileiro”

José Reinaldo Bernardino
jrbernadino@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE:

Samba na sua forma moderna surge nos morros cariocas; nas casas das baianas como a Tia Ciata. A dança e a batucada presente nessas festas foi o embrião para a produção do primeiro samba gravado, “Pelo Telefone” de autoria de Donga em 1917; samba de compasso bem marcado e com características maxixadas, ficou conhecido como Samba Baiano, nessa primeira geração do Samba considerado moderno, surge nomes de sambistas como Donga, João da Baiana e Pixinguinha. Na década seguinte o samba ganha grande projeção com Ismael Silva e a Turma da Estácio. O samba então, ganha uma cadência acelerada e a presença de instrumentos percussão usados atualmente nas rodas de samba e baterias de escolas samba. A fama do Samba de morro se evidencia na cultura popular carioca e o ritmo agradava aos Boêmios de bairros nobres como Vila Isabel, porém o fato do ritmo ter sua gênese em uma camada social pobre, fez com que não tivesse aceitação no asfalto, surgindo então um subgênero dentro do samba que possuía uma alteração rítmica; cadência lenta, letra românticas, ideias para os salões da elite. Surge então o “samba canção”, destacando Noel Rosa, conhecido como o Poeta da Vila. Pode se associar Noel como uma ponte entre o Morro e o asfalto, por possuir amizade com Ismael, Cartola e outros bambas como também um crítico do malandro, como aquele que queria levar vantagem sobre o outros e que era avesso ao trabalho. O Malandro era um estilo de vida que destoava completamente da burguesia carioca. Estácio, Salgueiro, Mangueira, Oswaldo Cruz eram reduto de bambas que tinham um talento nato pra compor. A Malandragem através dos espetáculos do teatro de revistas se sustentou por um período longo nas produções fonográficas do gênero mesmo sendo algo rechaçado na sociedade e da sua figura ser constantemente associada à vagabundagem; Wilson Batista em sua música “Lenço no Pescoço” é um bom exemplo desses transparecer à exaltação do malandro. Vendo o potencial musical do Samba no Rio de Janeiro; Getúlio Vargas, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, decide incentivar e dar propulsão ao ritmo; surge o dito “Samba Exaltação” que abordava as riquezas nacionais, e o orgulho de ser brasileiro, os desfiles das escolas de samba tinham somente como temática a História do Brasil. Nacionalismo chega ao samba como uma forma protecionista

as investidas culturais estadunidenses, vindas com o Fox Trot que era uma dança que ganhava gradualmente os salões.

"Travel in Brazil" e a propaganda do Estado Novo nos EUA

Ana Paula Leite Vieira
leite.anapaula@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE:

Entre 1941 e 1944, a Divisão de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) editou a revista *Travel in Brazil*, impressa no Brasil e distribuída nos Estados Unidos, com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas norte-americanos para o Brasil. Com colaborações de intelectuais de renome como Cecília Meireles, Mário de Andrade, Tasso na Silveira e Sergio Buarque de Hollanda, a publicação apresenta a seu público um Brasil moderno e industrial, que caminha a largos passos em direção ao progresso, mas que conserva suas “tradições” e “raízes” históricas coloniais e imperiais, expressas na arquitetura, música, festas e religiosidade. Sendo assim, apresenta uma identidade brasileira que articula passado e presente, tradição e modernidade.

Cadar não faz política no Brasil: o litígio da União Síria (1939-1944)

Pedro Henrique da Silva Carvalho
peu.fire@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Coubertin, movimento olímpico, Amadorismo.

Fundada em 1933, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, a “União Síria” foi criada com o propósito de ser uma sociedade beneficente, cultural e recreativa, acolhendo e orientando sírios, libaneses e descendentes, assim como brasileiros. Todavia, a política de controle à entrada e à permanência de imigrantes organizada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MNJI), articulado às chefias de polícias locais (DOPS), tornou incerta a sobrevivência da instituição por seu caráter supostamente “não nacional”. Por meio da análise de um processo envolvendo a “União Síria” (posteriormente “União Síria-Brasileira”), bem como dos estatutos da instituição, de requerimentos, memorandos, ofícios e lista dos sócios, busca-se discutir a luta da organização e dos próprios sírios e descendentes, em particular, por vias legais, para manter uma sociedade que pudesse existir dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo brasileiro, mas que salvaguardasse o seu caráter identitário.

A indústria fluminense nas falas de Amaral Peixoto: conexões com a Era Vargas

José Luís Honorato Lessa
honorato.lessa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: República Velha, Esporte, História do Rúgbi.

Em primeiro plano esta comunicação compreende uma análise do depoimento de Amaral Peixoto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que está consubstanciado na obra: Artes da política: diálogos com Amaral Peixoto. Trata-se das primeiras observações do projeto de pesquisa - O comandante em marcha: Amaral Peixoto e a indústria fluminense - apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa tem a orientação do professor Américo Oscar Guichard Freire. Extrairemos do depoimento as falas de Amaral essencialmente em relação ao campo da indústria bem como da organização administrativa e fiscal-financeira do Estado, com ênfase à expectativa de investimentos associadas à confiança no futuro de progresso da terra fluminense e sua articulação com o contexto nacional ao longo do Estado Novo e entre 1951-1954. Palavras-chave: Amaral Peixoto; indústria fluminense; modernização.

República da Canção: os diálogos musicais de Noel Rosa na era Vargas

André Luiz Rocha Mattos Caviola
andrecaviola@live.com

Lucas Romano Silva
lucasromano23@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este artigo tem como objetivo a análise de sambas compostos durante a Era Vargas. Serão objeto de estudo as canções Positivismo (1933), de Noel Rosa e Orestes Barbosa; Lenço no Pescoço (1933), Mocinho da Vila (1933), Conversa Fiada (1933), de Wilson Batista, e Rapaz Folgado (1933), Feitiço da Vila (1933) e Palpite Infeliz (1933), de Noel Rosa. Dentro dessa perspectiva, o estudo da República no Brasil é tema de grande destaque no meio acadêmico e nos estudos empreendidos por diversos campos da História, seja na perspectiva política, cultural ou social. A canção popular, de acordo com José Geraldo Vinice, acompanha as diversas experiências humanas. Além disso, é uma expressão artística que contém um forte poder de comunicação, principalmente quando se difunde pelo universo urbano, alcançando ampla dimensão da realidade social. Dessa forma, a canção e a música popular podem ser pensadas como uma rica fonte para compreender certas realidades da cultura popular e desvendar a história dos setores da sociedade pouco lembradas pela historiografia (MORAES, 2000). As canções selecionadas são anteriores à consolidação do samba como um ritmo nacional e distanciam-se três anos da revolução de 1930 e a formação da Aliança Liberal, estabelecida entre lideranças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para fazer frente às oligarquias paulistas. Essas canções dialogam com o universo mental do período, desvelando tensões sobre pautas relacionadas à educação e trabalho, a economia brasileira, os ideias modernizantes que fundaram a república, a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, dentre outros assuntos, além de ilustrar uma disputa entre os compositores sobre a representatividade do samba na sociedade republicana, além de trazerem em si referências à cidade do Rio de Janeiro, capital da república polo maior da efervescência cultural no país. Palavras-chave: Era Vargas; Noel Rosa; Canção Popular; História e Música;

Estado y movimiento obrero en Argentina y Brasil (1942-1945)

Juan Ignacio Pocorobba
jignaciorp@yahoo.com.ar

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Movimento Obrero; Ideologia da Outorga; Nacionalismo; Clase Trabajadora.

La primera mitad de la década del 40' nos presenta escenarios políticos sumamente agitados tanto en Argentina como en Brasil, marcados por la aparición fulgurante de Juan Domingo Perón como líder popular a escala nacional y la caída de Getúlio Vargas y su proyecto estadonovista. Dentro de la vorágine de los acontecimientos, en ambos países tendría lugar un fenómeno muy novedoso, que sería la ligazón cada vez más estrecha entre el aparato estatal y el movimiento obrero. En Brasil, este proceso ya se había iniciado con la revolución de 1930 pero se profundizaría durante el trienio 1942-1945 con la gestión de Alexandre Marcondes Filho al frente del Ministerio de Trabajo, Industria y Comercio, mientras que en Argentina sería impulsado por los entonces coroneles Juan Perón y Domingo Mercante dentro del gobierno de facto surgido a partir del golpe militar de junio 1943. ¿En qué situación se encontraba la clase trabajadora cuando irrumpen las figuras de Perón y Vargas? ¿qué orientaciones políticas había seguido el movimiento obrero organizado hasta ese momento? ¿cuál sería su rol a desempeñar dentro de los proyectos políticos peronista y varguista respectivamente? Como parte del presente trabajo intentaremos brindar una respuesta a los interrogantes planteados y abordar los acalorados debates y las diferentes interpretaciones que siguen generando estos sucesos hasta la actualidad.

Festa da Pátria: A Festa Cívica de 1936 no Theatro da Paz

Milena Moraes de Araújo e Souza
millenamoraesm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Esgrima, Educação Física.

No início do século XX, notamos grandes avanços tecnológicos no mundo: a Europa como palco das Grandes Guerras, o crash da Bolsa de Valores de Nova York, que afetou a economia de diversos países, e a ascensão da mentalidade nazifascista na Europa. Vemos também uma grande mudança nas artes, que nos anos 30 trazem o Movimento Modernista ao Brasil, buscando romper com os modelos estéticos europeus e voltando-se para a valorização da cultura brasileira. Neste ambiente, uma das principais preocupações da elite era a difusão dos ideais comunistas, levando ao aumento do número de adeptos aos movimentos anticomunistas. Uma das manifestações desta inquietação anticomunista foi a “Festa da Pátria”, que ocorreu no dia 12 de fevereiro de 1936 em Belém-Pará, e foi um grande evento cívico realizado para a sociedade belenense. Foi realizado no Theatro da Paz, espaço de maior prestígio artístico e político da cidade, e foi transmitido via rádio para todo o território nacional, tendo como objetivo o combate ao comunismo. Este artigo traz uma discussão sobre o contexto político-social-ideológico em que o Brasil e o mundo se encontravam, entendendo o objetivo do evento “Festa da Pátria”, ocorrida em Belém como produto desse contexto, destacando também o Theatro da Paz como palco desta festa, assim como o papel da Rádio Clube do Pará como meio de propagação das ideologias divulgadas pelo evento, e os protagonistas que apresentaram os discursos naquela noite. Para isso, teremos as contribuições de autores como Eric Hobsbawn, Maria Helena Capelato Rolim, Maurício Costa, e Érito Oliveira sobre o contexto histórico; Vicente Salles e Rose Silveira sobre a história do Theatro da Paz; e Tânia Luca, sobre as fontes utilizadas.

Políticas de Saúde Mental durante o Estado Novo em Santa Catarina

Ana Terra de Leon
anatdeleon@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Lazer, Educação, Futsal, Projeto Social.

Sugerimos discutir os desdobramentos do atendimento em Saúde Mental do Ministério da Educação e da Saúde (MESP) em Santa Catarina durante a fase do Governo de Getúlio Vargas conhecida como Estado Novo. Até a década de 1940, Santa Catarina não contava com um hospital psiquiátrico que desse conta da demanda do estado inteiro, o que só foi possível a partir das tentativas governamentais de uniformização do atendimento em saúde pública ao redor do país. Numa breve análise da documentação referente às políticas públicas de Saúde Mental do MESP e ao funcionamento do hospital, pretendo discutir os efeitos das políticas públicas de isolamento social e tratamento psiquiátrico das pessoas consideradas doentes mentais na época da inauguração do Hospital Colônia Sant’Ana, instituição construída no estado para atender a demanda governamental e populacional por atendimento público em saúde mental, em 1941/1942. Nos orientaremos pelas produções mais recentes da história social da loucura e da psiquiatria e outras ciências médicas no Brasil, buscando ainda possíveis contribuições das abordagens de Michel Foucault e Giorgio Agamben do conceito de biopolítica, entendendo seus limites e especificidades no contexto brasileiro para discutir até que ponto são abordagens válidas. Neste artigo pretendemos, por fim, situar Santa Catarina num debate mais amplo acerca das políticas públicas varguistas, especialmente as de saúde e de controle social, e as especificidades deste estado frente ao panorama nacional de atendimento aos pacientes psiquiátricos nos anos de 1941 e 1942.

A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha através da mídia

Wanderson Oliveira dos Santos
w.os@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Lazer, Educação, Futsal, Projeto Social.

A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha de 1935 marcou uma mudança fundamental na maneira como o gaúcho gostaria de ser reconhecido pelo restante do país. Órgãos oficiais do governo do Rio Grande do Sul, assim como Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul utilizariam o evento como um artifício de divulgação da chamada brasilidade dos farrapos e dos gaúchos do século XX. Assim, faz-se necessário entender como a imagem do rio-grandense, que originaria o gaúcho, foi interpretada desde o século XIX. As principais fontes a serem apresentadas serão artigos e encartes especiais dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias em setembro de 1935 que tratam da Exposição da Revolução Farroupilha. Assume-se aqui a premissa de que o jornal impresso pode, sim, ser compreendido como um lugar de memória, pois disponibiliza para um grande número de pessoas o registro de um evento que não tomou parte, mas que acionam um sentimento de pertencer a um determinado grupo que, esse sim, tomou parte naquele evento, criando uma memória coletiva.

ST 03 - Escravidão e liberdade na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX)

Simpósio Temático

Ana Caroline Carvalho Miranda

anacarolinec625@gmail.com

Doutoranda em História

UFJF

Dayana de Oliveira Silva

dayana.oliveira84@hotmail.com

Mestranda em História

UFJF

Roseli dos Santos

selix07@hotmail.com

Doutoranda em História

UFJF

Proposta do Simpósio

Nas últimas décadas, a historiografia tem lançado luz sobre as problemáticas envolvendo as populações escrava e egressa do cativo na América Portuguesa, buscando uma melhor compreensão das relações de poder, as sociabilidades, os tratos comerciais, culturais e religiosos em que estes indivíduos estavam inseridos. A partir disso, as práticas cotidianas, as trajetórias individuais e coletivas estão sendo resgatadas e as diversas faces da escravidão e da liberdade postas em evidência. A proposta deste simpósio temático é promover um espaço de discussão entre os pesquisadores que se dedicam ao tema, seja na perspectiva da problematização da escravidão como instituição, por meio das relações de poder envolvidas e da administração, seja discutindo o significado da liberdade, as trajetórias individuais, coletivas e de resistência, durante os setecentos e oitocentos brasileiro. A partir disso, serão privilegiadas pesquisas que abordem o cotidiano do cativo e a atuação da população que o compunha nos seguintes aspectos: os conflitos vivenciados, a constituição da

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

família escrava, as redes de compadrio, a presença em irmandades leigas, as práticas religiosas, as formas de adaptação e resistência, bem como as vias utilizadas por estes indivíduos para adquirirem a liberdade. Ademais, serão bem vindos, igualmente, os trabalhos que tratem das relações pós-cativeiro em suas múltiplas manifestações, ou seja, a vivência dos libertos em comunidade, religiosidade, o universo material angariado, a participação em demandas judiciais, a formação de redes sociais e mercantis. Este simpósio visa também contemplar trabalhos que utilizem diversas tipologias documentais em suas análises, das quais, podemos citar: testamentos, inventários post mortem, ações cíveis, processos crime e administrativo, fontes eclesiásticas, correspondências, relatos de viajantes e legislações. Do ponto vista teórico-metodológico, serão aceitas pesquisas fundamentadas na História Social, Demografia Histórica, História Econômica, História Cultural, Micro-História, dentre outras correntes.

Comunicações

A crítica ilustrada de Blanco-White ao tráfico de africanos na Era Napoleônica

Alisson Eugenio
alissoneugenio@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: José Maria Crespo, Iluminismo espanhol, tráfico de escravos, Atlântico sul e abolicionismo

Essa comunicação visa apresentar algumas considerações iniciais de uma pesquisa intitulada A escravidão na obra Bosquexo del em esclavos y reflexiones sobre este tráfico considerado moral, política e cristianamente, escrita por Blanco-White e publicada pela African Institute em 1814 para combater o tráfico de escravos no Atlântico sul, especialmente Cuba e Brasil por terem sido os maiores países escravistas ibero-americanos no século XIX. Assim será selecionado dos objetivos e dos resultados já obtidos nesta pesquisa, para essa apresentação, as influências exercidas pelo Iluminismo na referida obra, particularmente no estilo literário utilizado por seu autor, na organização dos seus argumentos a fim de convencer o leitor a apoiar a causa abolicionista.

Acerca do tráfico interno de escravos em Juiz de Fora durante a década de 1870

Dayana de Oliveira da Silva
dayana.oliveira84@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; tráfico interno; século XIX

Ao analisar os livros cartoriais de compra e venda de escravos, indagamos como procedeu o tráfico interno dos escravizados tendo em vista uma série de restrições a esse tipo de comércio no principal município cafeeiro da Zona da Mata mineira, a cidade de Juiz de Fora no decênio de 1870. Para além da procedência dos cativos no período final do regime escravista no Brasil império, outras questões estão surgindo no transcorrer da pesquisa. Ademais as questões envolvendo compra e venda, estamos observando quais foram às opções dos senhores para adquirir os cativos. Eles optaram mais na hora das transações pelo compra de cativos do sexo masculino ou feminino? A idade era um fator determinante no ato da negociação? As transações entre os senhores oitocentistas eram somente um simples ato de aquisição, ou havia outros motivos intrincados na negociação? As observações apontadas fazem parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, onde tem por objetivo a compreensão dos mecanismos usados para adquirir mão de obra cativa no principal município cafeeiro de Minas Gerais, Juiz de Fora. O exame atento das fontes está possibilitando extrair questões relevantes para elucidar aspectos do escravismo nesse município. A pesquisa vem sendo elaborada em conjunto com o Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS).

Escravidão e Liberdade no mundo do trabalho do Amazonas Imperial (1850-1884)

Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa
samyajessyka@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; escravidão; liberdade

No Brasil Oitocentista a população africana e afrodescendente egressa do cativeiro tinha sua experiência de mobilidade e liberdade constantemente ameaçadas pelo espectro da escravidão, pela necessidade de lidar constantemente com o receio de cair nela ou voltar para ela. Ainda recaíam sobre eles várias regulamentações, por parte principalmente do poder público, com o objetivo de mantê-los sobre controle. Na segunda metade desse século, esse processo intensificou-se fazendo crescer a precarização da liberdade, principalmente pelo perigo da reescravização ou escravidão ilegal de pessoas livres. Essas vivências foram atravessadas por questões de gênero, em que homens e mulheres enfrentavam desafios diferenciados. Às mulheres, ainda bastante atreladas com atividades domésticas, ambiente que guardavam complexas conexões com as relações escravistas, continuavam a ter o caminho da autonomia negociado no âmbito do privado e explícita dependência pessoal. Apesar da experiência do deslocamento geográfico apresentar inúmeros perigos e ameaças, mesmo assim muitas mulheres optavam por esse caminho. Algumas delas acabaram indo povoar a Província do Amazonas, que na segunda metade do XIX, passava por inúmeras transformações, tais como: instalação do aparelho administrativo a chegada de modernos vapores, estrada de ferro, incremento da imprensa, crescimento das cidades, aumento do contingente populacional livre e escravo e o crescimento a empresa extrativista da borracha. Todas essas questões atraíram sobremaneira uma população livre que servia de mão de obra nesses espaços de trabalho, sendo as mulheres negras e indígenas comumente presente nos serviços domésticos dos lares. Dessa forma, nesta pesquisa buscaremos debater essas questões através das trajetórias de duas mulheres que tiveram sua liberdade ameaçada na região da Província do Amazonas na segunda metade do século XIX, sendo elas: Maria Roza, indígena e Catarina Maria Roza da Conceição, negra. Este estudo se utiliza da fonte jurídica de dois processos de Habeas Corpus para penetrar nos relatos descritos ao longo dos processos pelas mulheres com o objetivo de recuperar quais diferentes estratégias foram acionadas por elas e como as mesmas qualificavam e interpretavam o "viver em liberdade".

O comércio e a redistribuição de escravos pelo interior do país – século XIX

Ana Paula Dutra Bôscaro
anapaulaboscaro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; tráfico de escravos; século XIX

O Brasil é notoriamente reconhecido como o país que recebeu o maior número de escravos provenientes da África. Minas Gerais, embora estivesse situada no interior do continente, acabou por se tornar uma das “margens do Oceano Atlântico”. Ao longo dos anos, pesquisas alusivas ao tráfico de escravos cresceram em volume e importância, e muitos foram os estudos que abordaram as rotas, os números, as redes comerciais e os homens que estavam envolvidos com esse comércio marítimo. No entanto, pouco se sabe acerca do transporte e da redistribuição terrestre dos africanos que chegaram ao Rio de Janeiro. O tráfico de escravos não terminava com a chegada dos navios e dos escravizados ao mercado do Valongo. Após a travessia atlântica, um longo percurso era percorrido pelos cativos que, por terra ou por meio do comércio de cabotagem, eram levados e redistribuídos pelo interior do país. Que a maior parte dos escravos que entraram em Minas Gerais foi encaminhada para a Comarca do Paraibuna, situada na parte sul da Zona da Mata mineira, não é novidade. Mas, certamente, os indivíduos que estavam envolvidos com essa atividade mercante são sujeitos históricos ainda pouco explorados. Dessa forma, por meio de um intenso cruzamento entre os Registros de “despachos de escravos e passaportes” que foram lançados pela Intendência Geral de Polícia da Corte, entre os anos 1809 e 1833, e das Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831, referentes aos Distritos de Santo Antônio do Juiz de Fora e Chapéu D’uvas, o presente trabalho buscará apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento. Quem eram os homens que estavam envolvidos com esse comércio? Qual o perfil dos indivíduos que se dedicaram a transportar esses escravos pelos sinuosos caminhos que ligavam as capitânicas/províncias no interior do país? Como perceber o tempo de permanência, frequência, destino e o volume de cativos por eles comercializados? Como se dava a atuação desses agentes? Atuavam sozinhos ou as famílias desses comerciantes também estavam envolvidas nesse negócio? Essas são algumas das questões que a presente comunicação buscará responder. Em síntese, a proposta do nosso trabalho consiste em analisar o tráfico interno de escravos, na primeira metade do século XIX, a partir da história, trajetória e atuação de alguns comerciantes em específico.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Livres por natureza: os Índios e a Justiça na Capitania do Maranhão (1720-1757)

André Luís Bezerra Ferreira
andreluis_bf@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Maranhão; índios; Junta das Missões; justiça; liberdade.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as ações de liberdade dos índios no tribunal da Junta das Missões na Capitania do Maranhão. Instituído em 1681 pela Coroa portuguesa na Amazônia, o referido tribunal foi de suma importância não somente para a atividade missionária, cujo intuito era a conversão dos índios em cristãos e vassalos do rei, mas também para as metas econômicas, pois constituiu o principal órgão deliberativo acerca das formas legais – resgates, descimentos e guerras justas – de arregimentação da tão necessária mão de obra indígena. A Junta das Missões se caracterizou, assim, como uma interface administrativa de constante debate entre os diversos agentes coloniais. Composto por representantes da Coroa, das ordens religiosas e da autoridade eclesiástica secular, o órgão corroborou a legitimação da expansão do projeto colonial por meio da propagação da fé e, mais concretamente, auxiliou na aplicação da justiça referente à (i)legalidade dos cativeiros e, sobretudo, das liberdades dos índios do Maranhão. No decorrer do século XVIII, evidencia-se uma significativa proximidade dos índios com a justiça, cujo intuito seria o reconhecimento da legitimidade de suas liberdades. Na Capitania do Maranhão, os nativos submetidos à escravidão pleiteavam suas liberdades com os mais diversos argumentos e motivos, dentre os quais podemos destacar: os títulos (in)justos de cativo, as partilhas determinadas por testamentos, os matrimônios indígenas, os filhos bastardos, as violências, a inaptidão física e a obtenção de mercês. Todos esses eram significativos processos que permeavam a sociedade colonial. Em face disso, compreende-se que “ser livre” não era uma condição meramente dada pela lei, mas que implicava várias opções jurídicas, além de que os sentidos das liberdades dos índios devem ser compreendidos no plural, pois, malgrado as questões legislativas, estes variavam conforme os anseios dos índios, dos seus senhores e das articulações políticas dos deputados da Junta das Missões. Para o desenvolvimento da presente proposta serão utilizadas fontes históricas contidas no Livro de Assentos da Junta das Missões pertencente ao Arquivo Público do Estado do Maranhão e os documentos avulsos relativos ao Maranhão contidos no Arquivo Histórico Ultramarino.

Entre réus e suplicantes: os libertos e as demandas judiciais na vila de Pitangui

Ana Caroline Carvalho Miranda
anacarolinec625@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Libertos; Vila de Pitangui; justiça; sociedade

Esta comunicação tem como objeto apresentar uma breve análise sobre a presença dos libertos na justiça local da vila de Pitangui, capitania de Minas Gerais, no período de 1715 a 1800. Para tanto, analisaremos ações cíveis de diferentes tipologias, no intuito de compreender como se deram as manifestações jurídicas dos alforriados no seio da sociedade em questão, como autores ou réus nos processos. Por meio destas fontes, é possível notar a dinâmica das relações socioeconômicas vivenciadas por eles, visto que a sua maioria é de cunho mercantil, demonstrando, assim, terem convivido com pessoas de diferentes segmentos sociais.

Casar e viver “entre os seus”: o matrimônio legítimo entre os escravizados

Ivanice Teixeira Silva Ortiz
ivaniceortiz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; casamento; Caetité

Esta comunicação pretende apresentar os perfis das uniões legítimas entre os escravizados de Caetité, Alto Sertão da Bahia, entre os anos de 1830-1860. Os dados permitiram além da tipologia dos arranjos, a constatação de laços consanguíneos que se estenderam por gerações, mães que empreenderam esforços para a compra da liberdade de seus filhos, sujeitos libertos que na família se fortaleceram para sobreviver em uma sociedade escravocrata edificada na desigualdade, e cônjuges que juntos trilharam o caminho da liberdade.

Reflexões sobre a escravidão africana no Brasil colonial

Thiago Rodrigues Tavares
thiagor.tavares@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Diversas são as perspectivas teóricas utilizadas para compreender a escravidão africana no período colonial brasileiro. A historiografia tem dado destaque às relações de sociabilidade, parentesco, trabalho, religiosidade e outras mais. Este artigo visa, a partir de diferentes pesquisas e interpretações, refletir sobre o processo de reconhecimento identitário, apropriação e ressignificação cultural e religiosa, além de destacar algumas das estratégias de inserção na rede/teia social que estava em construção naquele momento. Veremos que africanos e afrodescendentes escravizados desenvolveram formas de se movimentar dentro das estruturas sociais e estabeleceram redes de sociabilidade e solidariedade.

Candendê – Sítio dos Crioulos: trajetórias e relações de poder. Barbacena, XIX

Roseli dos Santos
selix07@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O ponto específico da comunicação é sobre a Comunidade Candendê, também conhecida como Sítio dos Crioulos. Esta comunidade rural remanescente quilombola, situa-se na localidade de Ponto Chique do Martelo, distrito criado e anexado a Barbacena em 08 de novembro de 1996, por meio da Lei Municipal nº 3.365. Um dos personagens principais do lugarejo foi Antônio Lourenço da Costa, o Candendê. Segundo relatos locais, Antônio falava embolado e era curandeiro, firmando relações próximas com a família do coronel Abel Carlos Moreira Campos. Nesta perspectiva, estamos analisando documentações relacionadas à família Campos e dos moradores locais encontradas no Cartório de Padre Brito e Arquivo Municipal de Barbacena, do meado do século XIX até o século XX, e que possam trazer vestígios da formação e relações estabelecidas pelos Candendê. A partir da História Oral buscamos indícios de como Antônio Lourenço utilizou das frestas do sistema normativo, dentro do período escravista, para conquistar uma posição de reconhecimento que ficara até os dias atuais como herança imaterial de seus descendentes. Além do interesse pessoal de resgate da memória familiar, a presente pesquisa busca trazer a valorização social da cultura africana como motor de resistência, o entendimento da formação das comunidades quilombolas no Brasil, e o elo de pertencimento formado por um grupo que juntos, ainda lutam para se ascenderem da “margem da história”.

Historiografia da Escravidão: Perspectivas de Estudos Historiográficos

Igor da Silva Nunes
igorsn85@gmail.com

Tamires Celi da Silva
tamiresceli@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; historiografia; revisionismo

Desde meados da década de 70 e 80, a historiografia brasileira sobre a escravidão vem passando por relativas mudanças. Destacamos, aqui, a concepção que se é atribuída à cativos e ex-cativos. Em obras clássicas da historiografia brasileira produzidas no século XX, o escravizado começou-se a ser lido sob o signo de “coisa”, resultando na sua objetificação e descartando-se a humanidade desses indivíduos. Já no final do século XX, combinando a influência de pesquisadores estrangeiros, novas metodologias e fontes para o trabalho historiográfico, pesquisadores brasileiros começam a se debruçar sobre arquivos; além da influência de movimentos políticos acontecidos no país, que contribuíram para a mudança na perspectiva da pesquisa histórica. Tendo em vista tais ponderações, este trabalho visa analisar o processo judicial de uma crioula coartada, que aciona a justiça para evitar a sua volta ao cativo, e a partir deste processo, propor um diálogo com o que vem sendo produzido pela historiografia brasileira acerca da temática da escravidão, propondo um contraponto a historiografia clássica, está que ainda é muito presente em livros didáticos, na mídia e no imaginário social.

La defensa de la familia esclavizada a través de la legislación eclesiástica.

Yobani Maikel Gonzales Jauregui
mathias2008@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Las investigaciones sobre los discursos religiosos a favor de la población esclavizada en el periodo colonial han sido tratadas de forma tangencial por la historiografía latinoamericana. En las monarquías ibéricas existía el ideal de construir sociedades católicas y esclavistas a la vez, por ese motivo, desde la Iglesia emanaron disposiciones legales a favor de los esclavizados a fin de reconocerles sus derechos a la libertad de elección y a la indisolubilidad del matrimonio, esto permitiría llevar la condición de esclavizados sin mucha opresión. Estas disposiciones eclesiásticas tuvieron como base el discurso del Concilio de Trento, que elevó el matrimonio a categoría de sacramento, pasando a control exclusivo de la Iglesia. Siendo replicadas en dos documentos coloniales, los Concilios Límenses y las Constituciones del Arzobispado de Bahía. En el presente trabajo nos proponemos realizar un estudio comparativo sobre los discursos religiosos acerca del matrimonio de la población esclavizada en el Perú y Brasil durante el periodo colonial.

Prática testamentária e construção de memória no momento da morte

Felipe Tito Cesar Neto
felipetito10@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Testamento; ritos fúnebres; memória

Os estudos inerentes à morte, aos mortos e ao morrer têm expandido nos programas de Pós-Graduação, levando uma série de pesquisadores neste intrigante campo de estudo, a tecer questionamentos intrínsecos as suas inquietações no que tange esta temática de pesquisa. Em diversas áreas, sobretudo em diálogo interdisciplinar, podemos atentar-se para novos objetos e/ou fontes de estudos que vem surgindo ou novas perspectivas de abordagens em objetos e/ou fontes tradicionais pela historiografia. Para esta comunicação temos como propósito refletir a respeito da prática testamentária e a construção de memória no momento da morte, enquanto importante estratégia do moribundo em obter uma “boa morte” e manutenção de sua permanência no mundo dos vivos. Para isto, por meio de análise comparada, nos propomos refletir a respeito de dois testamentos – de uma mulher preta forra e uma mulher branca livre – com o intuito de apontar as proximidades e singularidades da “imagem de si” que ambas quiseram legar. Além disso, acreditamos da necessidade de ser realizada a análise jurídica da fonte, neste caso, dos documentos de últimas vontades, que tanto nos permitem falar a respeito de quem o fez, quanto da sociedade em determinada época, mediante este olhar dado a documentação. Destarte, tornando visível as medidas que regulam esta prática, bem como as possibilidades de ação que eram possíveis, para que os indivíduos agissem de acordo com suas estratégias, condições e universo valorativo. Tal abordagem, para nós historiadores, implica em sempre ter em mente, que antes de uma fonte de pesquisa, estamos lidando com documentos que tiveram suas determinadas funções e regulamentações numa determinada época; e, para maior aprofundamento empírico, precisa ser considerada. Esperamos conseguir correlacionar a produção de memória em testamento e o olhar jurídico a fonte, no que tange este momento último e derradeiro, apontando as possibilidades de estudo que as atitudes diante da morte permitem descortinar para os historiadores da morte.

O Espaço social dos escravizados por meio do Geoprocessamento na Cidade da Bahia

Carlos Antonio Pereira de Carvalho
carlos.decarvalho95@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O objetivo desta pesquisa concentra-se em localizar, mapear e analisar o espaço geográfico e social dos escravizados na cidade da Bahia em finais do século XVI à meados do XVII. Esta pesquisa se realizará por meio de análise de redes; e do Geoprocessamento de dados, bem como da construção de mapas que permitam a visualização do nosso objetivo. O contexto no qual trabalharemos tais perspectivas, se dará pelo processo Inquisitorial realizado na cidade da Bahia, em suas duas visitas feitas pelo tribunal do Santo Ofício em 1590 e 1618. A proposta é trabalhar com os dois livros de confissões e denúncias produzidos por estes em suas visitas. Para isto, foi feita a produção de um banco de dados em que colhemos dados da fonte de acordo com os nossos interesses, a fim de se possibilitar o mapeamento e a análise do objeto. O banco de dado está organizado nos termos: nome do interrogado; nome da localidade do interrogado; pessoas citadas pelo interrogado; localidade das pessoas citadas pelo interrogado. A partir da obtenção destes dados, em conjunto com o conteúdo destes testemunhos, conseguiremos localizar os agentes em foco, bem como observar seus interlocutores e a forma como estes estão sendo retratados e a sua atuação naquela sociedade. Nestes livros, diversos são os casos em que os escravizados são citados. Portanto, usaremos aqui a Inquisição como um instrumento que nos permitirá enxergar os escravizados pelos olhares daquela sociedade. A metodologia que utilizaremos para o mapeamento e a reflexão dos casos, está aplicada no uso da análise de redes (social network) e de técnicas do Sistema de Informação Geográfica - SIG, onde construiremos mapas que permitam a visualização do nosso objetivo, bem como a produção de uma reflexão mais rica acerca do espaço social e geográfico dos escravizados na cidade da Bahia em suscitado contexto. Neste sentido, localizaremos os lugares em que estes aparecem, a forma como aparecem e a constituição de uma rede (como denunciante, denunciado, ou testemunhas indiretas) e qual o contexto em que são citados. Portanto, espera-se que consigamos representar na forma de mapas, bem como produzir uma reflexão sobre o espaço social dos escravizados em dado contexto histórico, através do uso e da instrumentalização dos processos inquisitoriais realizado na cidade da Bahia.

Famílias, compadrio, trajetórias e sociabilidades de uma comunidade escrava

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva
ganascimentoesilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; família escrava; compadrio.

Esta comunicação tem por objetivo analisar a formação de laços familiares entre escravos no interior de uma mesma propriedade e detectar a continuidade destas relações no decorrer de várias gerações. Para este fim, recorreremos a uma série de inventários post-mortem de senhores escravistas e seus descendentes, residentes na Freguesia de Guarapiranga, Minas Gerais, ao longo do século XIX. Nas zonas rurais, as grandes propriedades escravistas eram pontos privilegiados de convívio e trocas culturais de escravos de diferentes origens. Africanos das mais diversas procedências, crioulos, cabras e pardos, se relacionavam cultural e biologicamente, entre si e com indivíduos de outras condições, gerando descendentes e buscando formas de distinção e mobilidade social, tanto intra quanto intergrupais. Neste sentido, através do cruzamento de fontes como assentos de batismo, testamentos e inventários, traçaremos a trajetória de diversas famílias de cativos e buscaremos relacioná-las com a estabilidade familiar após a partilha de bens e a conquista da alforria em suas diversas formas.

O Clube Mundo Velho: Espaço social e resistência negra em Sabará (1890-1900)

Marlon Marcelo
marlonmarcelo.s@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pós-abolição, clubes sociais negros, liberdade, sociabilidades, política

O presente trabalho tem como objetivo investigar a fundação do Clube Mundo velho e suas relações com as mobilizações culturais e sociopolíticas da população negra nos primeiros anos após a abolição da escravatura. A associação Clube Mundo Velho é um clube social negro fundado no dia 2 de março de 1894 no município de Sabará, Minas Gerais, por ex-escravos e seus descendentes. À semelhança de outros clubes sociais negros fundados no mesmo período, o Clube Mundo velho serviu como local de articulação, sociabilidade e solidariedade para comunidades negras, podendo ser entendido como forma de resistência aos processos de segregação e marginalização social dessas populações num período marcado pelos ideais de branqueamento racial (CARVALHO, 1987; SCHWARCZ, 1993). Sua fundação e manutenção estão intimamente ligadas aos grupos recém-egressos da escravidão, pois era um espaço no qual seus integrantes e agregados se reuniam para manifestações típicas da música dos negros, socialização e fortalecimento das relações pessoais. Fundado inicialmente como bloco carnavalesco, o clube permitiu a formação de arranjos informais com fins de auxílio mútuo, estabelecendo uma “territorialidade negra” marcada por laços sociais e expressões culturais próprias (GOMES, 2005; WISSENBACH, 1998), que se estruturava a partir de padrões advindos de experiências anteriores à abolição. Essas formas alternativas de organização tinham como substrato as antigas redes associativas formadas no fim do império e agregavam novos elementos de acordo com as necessidades do novo contexto histórico em que viviam. O grupo além de promover eventos recreativos à população negra desenvolviam outras atividades com a finalidade de instruir e integrá-los a sociedade local. Ofereciam serviços de assistência às crianças e adultos, cursos e uma extensa rede de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e oportunidades de emprego e casamentos. Ressaltando a persistência, entre as comunidades negras recém-egressas da escravidão, de certas estratégias de sociabilidade desenvolvidas durante o período escravista (WISSENBACH, 1998), esta pesquisa pretende relativizar a tese de que esses grupos teriam se caracterizado por um estado de anomia (FERNANDES, 1965). Em conformidade com as sugestões de José Murilo de Carvalho (1987), pretende-se também questionar uma

historiografia tradicional que indicava a ausência de mobilização e participação política das populações negras no pós-abolição.

A primeira proposta de liberdade do ventre e sua discussão no Conselho de Estado

Thomaz Santos Leite
thomazsantos2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação dos escravos; Conselho de Estado; política Imperial.

Este trabalho objetiva analisar a discussão acerca da liberdade do ventre escravo no âmbito da política na segunda metade do século XIX. Para isso, partiremos do “Trabalho sobre a extinção da escravatura do Brasil”, projeto escrito pelo Conselheiro de Estado Pimenta Bueno a pedido do então Imperador D. Pedro II, colocando em discussão, nos meandros do Conselho de Estado, a ‘questão’ da escravidão e suas ambiguidades. Em um contexto de expansão de ideias de cunho liberal e abolicionistas, além de processos importantes, como a Guerra de Secessão e a Guerra do Paraguai, os processos de abolição da escravidão vão se espalhando pelo mundo, deixando o Império do Brasil e a Espanha contra a parede. Tais eventos geraram contradições e impasses na discussão do texto entre os personagens da mais alta elite política imperial, o que mostra a complexidade do tema e nos permite enxergar com outros olhos a relação entre escravidão e política no Brasil Imperial.

Os preços dos escravizados e as alforrias em São João del Rei, 1800-1850

Gabriela Vitória Monteiro da Silva
monteiro.gabriellavitoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravizados; alforria; preços.

Esse trabalho tencionou analisar a relação entre a concessão/conquista de alforrias e um fator econômico: os preços dos escravizados. A partir da coleta de informações em inventários post-mortem de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, no recorte temporal de 1800 – 1850, utilizando-se do método quantitativo, montamos uma base de dados com o intuito de averiguar se a flutuação dos preços seria realmente um dos aspectos importantes e influenciadores no tocante a oscilação das taxas de alforrias. Para tal, utilizaremos alguns estudos da historiadora Sheila de Castro Faria referente às liberdades na localidade supracitada. Nossos esforços se direcionaram nessa perspectiva de estudos para melhor compreendermos a conjuntura na qual a “libertação” era alcançada, tendo em vista que o Brasil escravista não pode se definir por padrões homogêneos, mesmo no referente às razões pelas quais se alforriavam – ou não – os escravos, fazendo-se necessário o estudo com recortes geográficos específicos para apreendermos as singularidades de cada região. Pretendíamos desvelar um pouco do contexto sanjoanense para assim aumentarmos os dados que se desenham sobre os complexos fios que estruturam as várias realidades do Brasil Oitocentista.

Nova História e a História Social de Gilberto Freyre: O Lugar do Negro

Vinicius Henrique dos Santos
vineehenrique@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão, negro, historiografia.

A presente comunicação tem por proposta apresentar os primeiros resultados de pesquisa acerca da obra “Casa Grande & Senzala” sob ótica e crítica historiográfica. O objetivo central busca observar as contraposições existentes entre a “história social” orientada por Gilberto Freyre (1900-1987) acerca da sociedade brasileira do século XVI ao século XIX e as produções da nova história sobre a mesma temática – a escravidão colonial brasileira. Influenciados pela Escola dos Annales, historiadores do século XX elaboraram a expressão “nova história”, esta fórmula historiográfica abriu horizontes para a resolução de novos problemas e um novo tratado ao sujeito e ao objeto de pesquisa no campo epistemológico da história. As produções decorrentes deste pensamento no que se refere à escravidão colonial no Brasil trouxeram grande avanço no entendimento deste processo histórico e na compreensão da identidade brasileira. Gilberto Freyre que se considera para além de um historiador (1968), deixa a multidisciplinaridade marcada em sua obra aqui analisada, de antropólogo, sociólogo, historiador e escritor literário, retrata uma sociedade escravista diferente de Maria Helena P. T. Machado ou Emilia Viotti da Costa, e a mistura de raças enquanto amenizadora de antagonismos deixa alguns parágrafos quase inverossímeis. A pesquisa detém por objeto o sujeito histórico das produções analisadas, o lugar do negro, indígena e senhor das fazendas na obra de Freyre, e de produções da Nova História de forma geral, aprofundando-se nas obras de Maria Helena P.T. Machado e Emilia Viotti da Costa. Enfim, como no antagonismo presente do título “Casa Grande & Senzala”, Freyre e a Nova História se contrapõem e dão sentidos diferentes ao lugar do negro na história da escravidão. O autor pernambucano de difícil classificação adentra o texto e narra sua história ao lado do colonizador sem colocar a voz do colonizado em discussão, produzindo resultados distantes de historiadores da nova história. Portanto, evidenciar tais diferenças epistemológicas revela o que cada perspectiva – seja sociológica ou historiográfica, contribui para a história da escravidão colonial e o lugar do negro e indígena hoje.

Raízes profundas do branqueamento - Minas Gerais (1719-1732)

Hilton César de Oliveira
h.cesar.oliveira@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Branqueamento; Minas Gerais; 1719-1732

O principal escopo da proposta aqui submetida é a demonstração de uma investigação em andamento sobre as formas de contenção à mestiçagem levada a curso na Capitania de Minas Gerais, no final do governo de dom Pedro de Almeida Portugal (1717-1721) e durante o governo de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Muito mais do que um emaranhado de atos dispersos, a hipótese é que havia na Capitania de Minas Gerais uma ação articulada entre diversos organismos de poder metropolitanos que visava, senão de todo suprimir a mulaticie, pelo menos criar condições favoráveis para que houvesse a expansão da população branca. Com isso quer se vislumbrar, de modo específico, a composição de políticas governamentais contrárias à expansão da população mulata. Nesse sentido, o modelo de casamento propagado era aquele entre homens e mulheres brancas sob o auspício da Igreja. Os casamentos interétnicos eram desencorajados, mas não de todo proibidos. Contra aqueles que se insurgiam contra essa deliberação haviam leis restritivas, que vedavam a promoção social por intermédio do exercício de funções públicas reservadas a pessoas de comprovada pureza de sangue. No horizonte o branqueamento como política permanente: para além de uma pesquisa histórica tão somente voltada a um circuito acadêmico, a proposta visa também a produção de um material didático que possa estabelecer elos comparativos entre ontem e hoje, das formas de poder que tentam subjugar as populações negras a uma realidade de submissão permanente, não obstante, os avanços observados pela introdução de direitos, mormente, aqueles consagrados na constituição de 1988. O método comparativo a ser utilizado é aquele apontado por Marc Bloch em "A Introdução à História", qual seja: em história se compara o que é diferente, não o que é igual. Um outro ponto a ser destacado é a inventividade das populações negras submetidas, no processo de escape das políticas coercitivas impostas pelos grupos dominantes.

Documentos das Irmandades do Rosário como fontes históricas sobre escravidão

Ariel Lucas Silva
silva.ariellucas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades leigas; fontes históricas; escravidão; Minas Gerais

Os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravista escritas por negros, ou pelo menos como expressão de sua vontade. As irmandades, aliás, produziram muita escrita. Por ironia, através da escrita, homens e mulheres egressos de culturas orais construíram suas identidades, codificaram discursos sobre a diferença, defenderam-se da arrogância dos brancos, deixaram, em síntese, testemunho de uma notável resistência cultural. A presente comunicação trata da história das irmandades que congregaram negros escravos e libertos na comarca do Serro Frio, na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII até meados do XIX. Essas irmandades deixaram documentação que nos ajudam a compreender a história social da cultura de onde se faziam presentes, bem como colocam em evidência a vivência dos atores históricos a elas envolvidos. Os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravista escritas por negros, ou pelo menos como expressão de sua vontade. São documentos que nos possibilitam desenvolver estudos relativos aos domínios da história cultural e social de Minas Gerais e ao universo religioso de negros escravos e libertos na comarca do Serro Frio. Requerimentos, cartas, provisões, certidões, bilhetes, pareceres, representações, justificação e recibos diversos que se configuram como registros da ação dessas irmandades e que, junto com os Livros de Compromisso; Livros de Admissão de irmãos; Livros de Assuntos Diversos; Livros de Casamentos; Livros de Certificados de Missas por Alma de Irmãos vivos e defuntos; Livros de Concordatas; Livros de Despesa e Receita; Livros de Eleições; Livros de Registros de Entrada de Irmãos; Livros de Registros de membros e Livros de Registros da Visita Pastoral documentam o universo religioso da época. Ao destacar a importância destas organizações na configuração da vida comunitária e dessas fontes históricas do período escravista, vislumbramos a possibilidade de compreender as práticas históricas, associadas ao universo religioso das irmandades dos negros, que moldaram o cotidiano social de uma determinada população no tempo da escravidão.

O pós-abolição em Oliveira nos discursos do Jornal Gazeta de Minas (séc. XIX/XX)

Cleudiza Fernandes de Souza
cleosouzalh@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pós-abolição; Oliveira; imprensa

O presente trabalho tem a pretensão de abordar os discursos construídos em torno da questão abolicionista, em Oliveira, Minas Gerais, no período do imediato pós-abolição, nos artigos e notícias publicadas no Jornal "Gazeta de Minas", a partir de 1888 até os anos do primeiro decênio do século XX. O periódico, que começou seu funcionamento em 1887, é o mais antigo do estado mineiro, e trouxe em suas páginas alguns delineamentos sobre a questão emancipacionista e a alocação do negro ex-cativo como cidadão livre e comum, em sociedade. Utilizando uma bibliografia metodológica, pretende-se analisar esses posicionamentos, como também contextualizar o período pós-abolição oliveirense, fazendo um balanço historiográfico sobre a temática. A escolha do recorte regional tem a ver com o fato da região do Rio das Mortes, onde se concentrava a cidade, ter sido um dos maiores eixos escravistas de Minas, contando com uma diversificação econômica considerável. A escolha temporal justifica-se pelo "boom" de informações, a nível nacional, percorridos nos meios de comunicação e imprensa, tendo como eixo a temática abolicionista. E nos números do jornal "Gazeta de Minas", isto não foi diferente, percorrendo artigos sobre o 13 de maio, questão da substituição da mão-de-obra e perfis disseminados acerca dos recém-libertos. Sem prender-se a uma análise puramente institucional, como usualmente foi feito durante longos períodos da historiografia, neste texto também pretende-se fazer um contraponto entre a visão das elites e a posição dos próprios ex-escravos, indo de encontro às novas revisões bibliográficas sobre o tema.

Festas e despesas na Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz, Vila Rica

Andressa Antunes de Freitas
andressaantunes2@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Essa comunicação propõe apresentar o investimento dos juizes de santos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz nos eventos festivos confraternais. Na pesquisa, dialogamos com historiografia que abordou a temática e cruzamos as suas conclusões com os registros setecentistas/ oitocentistas do sodalício (conforme o enquadramento quantitativo), que indicassem a mobilização dos irmãos “devotos de cor” durante o calendário das festas populares. Observamos que as formas públicas de exibição da Irmandade do Rosário do Alto da Cruz de Vila Rica – representação social e religiosa dos pretos – eram, com efeito, cruciais para os irmãos da mesa dirigente e, especialmente, para os juizes de santos, que organizavam as festividades dos seus oragos. Nessas ocasiões, esses agentes ofereciam avultadas esmoladas ou doações que compunham as despesas da irmandade. Entretanto, ainda que se perceba o empenho desses africanos e afrodescendentes nas expressões festivas, bem mais marcante do que o observado nas confrarias dos brancos, seria prematuro supor que os pretos do Rosário não consolidassem planos de outros dispêndios, como os de construção e ornamentação da capela ou os que fossem necessários às ações caritativas.

ST 04 - Diálogos entre História e Comunicação Social

Simpósio Temático

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com
Doutorando em História Social
UFPA

Gabriela Silva Galvão
gabisgalvao@gmail.com
Doutoranda em História e Culturas Políticas
UFMG

Proposta do Simpósio

A relação entre as diversas mídias e o conhecimento da História tem conquistado crescente espaço nos trabalhos acadêmicos, principalmente dada a recente valorização das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Os meios de comunicação são excelentes lócus para o conhecimento da História não só da mídia, como também, por meio da mídia. Se o primeiro significado aponta para a historicização dos meios, os colocando como objeto de pesquisa e informado sobre determinada cultura material, a segunda abordagem os utiliza como fontes responsáveis por representações de experiências humanas, às quais se ligam com problemáticas contemporâneas ao meio. As mídias, mais do que suporte de informação, também são instrumento de difusão do conhecimento. O presente simpósio visa a reunir trabalhos que utilizem as diversas formas de meio de comunicação, tais como jornais, revistas, fotografias, propagandas, televisão, rádio, cinema, Histórias em Quadrinhos (HQs), redes sociais, entre outras, como fonte ou objeto de pesquisa, não só no campo histórico, como também das demais áreas. Existe amplo e ainda pouco estudado leque de possibilidades investigativas acerca das mídias no campo da História. Pensar em uma pesquisa de

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

interface entre História e Comunicação é investigar sobre o contexto semântico de elocução e de produção, a cultura material e simbólica de determinada época, as representações e os discursos construídos e postos em circulação, as relações com o poder, dentre muitas outras questões. Analisa-se, destarte, o que foi produzido, para quem, por quem, de que forma, como, com quais intencionalidades e como se deu a recepção pelo público. Esses elementos também podem ser levados em conta para pensar nas mudanças pelas quais a propagação do saber vem sendo feita nos últimos anos. É notório que os meios de comunicação são usados como forma de divulgação de pesquisas desde pelo menos o final do século XIX, tendo esse fenômeno crescido consideravelmente durante o século XX, a partir da popularização de meios como o rádio, as revistas e a televisão. Entretanto, essa ocorrência cresceu exponencialmente nos últimos dez anos por meio da internet e, sobretudo, das Redes Sociais. Como podemos ver, as relações entre o conhecimento histórico e a Comunicação Social são amplas e não é intenção esgotá-las, pelo contrário. O Simpósio Temático será uma maneira ímpar de discutir e problematizar essa interface, contribuindo para o incremento e divulgação da pesquisa na área.

Comunicações

História Pública, Cinema e Historiografia: Aproximações

Samuel Torres Bueno
samueltorresbueno@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente pesquisa almeja estabelecer pontos de contato entre a história pública e as produções cinematográficas. Em um primeiro momento, iremos estabelecer um debate conceitual acerca da categoria de história pública. Em seguida, argumentaremos que os usos públicos do passado que escapam aos ditames acadêmicos devem cada vez mais fazer parte do ofício do historiador na atualidade. Nesse sentido, entendemos que o cinema é uma das notáveis expressões da história pública e que as apropriações históricas geradas pela sétima arte seguramente suscitam debates profícuos. Por fim, demonstraremos alguns apontamentos metodológicos que versam sobre a relação entre o cinema e a operação historiográfica.

Do golpe à memória: as memórias de ditadura em edições especiais de jornais

Leylianne Alves Vieira
leylianne.av@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Ditaduras, América Latina, Jornais, Narrativas.

Esta Comunicação tem como objetivo analisar especiais multimídia publicados por jornais de grande circulação acerca dos golpes militares realizados na segunda metade do século XX. Entendemos que a memória é uma construção social (HALBWACHS, 2003), que implica na sobreposição de narrativas, construídas e modificadas ao longo dos anos. No caso argentino, o jornal Clarín publicou, em 2006, o especial intitulado ‘El golpe del ‘76’, apresentando textos, vídeos e fotografias, além de extratos de jornais publicados à época. Em se tratando do caso chileno, o periódico La Tercera lançou, em 2013, o especial ‘Las 24 horas que estremecieron a Chile’. A narrativa é ilustrada e possui animações. Já o especial brasileiro foi publicado pela Folha de S.Paulo em 2014: ‘Tudo sobre a ditadura militar’ utiliza como gancho as figuras políticas que se destacaram no período democrático, percebendo as ligações que possuem com o período militar. A fim de nos aproximarmos deste corpus, recorreremos aos preceitos teóricos e metodológicos da Teoria da Narrativa (MOTTA, 2013) e às reflexões realizadas por pesquisadores latino-americanos sobre a memória dos períodos de repressão (JELIN, 2002). Percebemos que as batalhas pela memória se dão no cotidiano, e é neste cenário que os jornais, beneficiados pelo distanciamento do tempo, pensam e publicam narrativas que se pretendem detenedoras da verdade, nas quais se permitem omitir o próprio papel no plano social. Consideramos que os especiais lançados fazem parte de uma trama maior, de retomada destes acontecimentos dolorosos e autoritários, ao mesmo tempo em que estão ligados ao momento político: no caso chileno, uma tentativa dos jovens de se reaproximarem de memórias mal trabalhadas; no Brasil, um contexto político que finalmente criava uma Comissão da Verdade; na Argentina, o governo de Néstor Kirchner era o primeiro a pedir perdão pela forma como o Estado lidou com a memória dos desaparecidos. Estes especiais se inserem em um momento de reconstrução da memória das ditaduras, ao mesmo tempo em que buscam consolidar o lugar dos próprios veículos enquanto defensores da democracia e da liberdade.

Representações e memórias da ditadura militar no cinema brasileiro e argentino

Ana Marília Carneiro
anammc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A proposta dessa comunicação é apresentar, em perspectiva comparada, as principais semelhanças, diferenças e particularidades da produção cinematográfica pós ditatorial nos contextos brasileiro e argentino. Uma vez que o cinema constitui uma ferramenta privilegiada de construção e difusão de imagens, representações e visões de mundo, a questão central que perpassa essa análise é refletir sobre as representações da experiência ditatorial produzidas pela filmografia em ambos os países, percebendo assim as especificidades de cada configuração histórica. Ao se investigar a produção cinematográfica pós ditatorial é necessário considerar a identidade social desse período como uma trama atravessada pela memória de um passado comum, e é importante assinalar que o contexto de redemocratização na Argentina a partir de 1983 apresentou um panorama político e cultural bastante distinto do caso brasileiro. Na Argentina a centralidade da problemática dos direitos humanos, a publicação do informe elaborado pela CONADEP em 1984 e o juízo às juntas militares em 1985 foram fatores que fortaleceram a presença pública da memória ditatorial nos primeiros anos de retorno a democracia, diferente do Brasil, onde presenciamos um longo processo de "distensão lenta, gradual e segura". Os filmes argentinos, apesar de tratarem de uma experiência histórica comum marcada pelo regime militar e pelo autoritarismo, apresentam problemáticas e questões de outra ordem, significativamente diversas da produção brasileira. Ao elaborar uma representação do período e da experiência social vivida sob os anos de regime militar, o cinema está também produzindo um discurso e uma proposição sobre o devir pós-ditatorial, estabelecendo uma relação entre o passado e o presente que se mostra atravessada por disputas, tensões e controvérsias. Assim, pretende-se apresentar de que maneira os filmes brasileiros e argentinos elaboraram os respectivos períodos ditatoriais, a fim de, ao analisá-los, promover uma reflexão sobre as inter-relações entre as narrativas cinematográficas e a construção da memória histórica das ditaduras militares nos dois países.

A exposição da imagem e do íntimo na interface público/privado no Snapchat

Afonso Ribas Moreira
afonsoribass@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Foro Íntimo. Interface Público/Privado. Redes Sociais. Snapchat.

O referido artigo tem como finalidade analisar o modo como se estrutura o aplicativo Snapchat, assim como o conteúdo nele veiculado, considerando as mudanças nas configurações da interface público/privado decorrentes das novas plataformas de interação social. Se comparado a outras redes sociais, a exposição da imagem e da intimidade nesse aplicativo ocorre com maior intensidade. As postagens em tempo real se assemelham a um reality show. Com base em trabalhos de André Lemos (2006), Pierre Lévy (1999), Fernanda Bruno (2004), Dominique Wolton (2012) e Stuart Hall (2006), discutimos o quanto a adaptação às tecnologias móveis afeta as relações pessoais e banaliza a esfera do íntimo. Para entendermos como se dá essa exposição, foi feito um formulário com algumas perguntas relacionadas ao uso do Snapchat e, para completar o estudo, a observação de alguns perfis e da própria estrutura do aplicativo. Foi possível perceber que, ao estar condicionado ao movimento de expansão da cibercultura móvel, o Snapchat intensifica a visibilidade empregada ao foro íntimo e privado, que já acontecia em outras redes sociais.

Modernidade Líquida e a Transfiguração das Identidades.

Wesley dos Santos Lima
wslmendes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Identidades, Fluidez.

É incontestável que a sociedade atual vive conectada, nossas ações do cotidiano são representadas pelas telas, estamos inseridos em um novo período histórico, em uma nova sociedade; as mudanças na estrutura social são perceptíveis, a sociedade contemporânea se estabelece por conexões virtuais, um emaranhado de redes e as transfigurações que ocorrem nesse processo. Nessa perspectiva de metamorfoses na estrutura social, percebemos que a identidade cultural se altera, recebe elementos que estão perpassando o local e global, o tempo e espaço. Dessa forma, buscaremos inquirir nessa comunicação questões que consideramos relevantes para o desenvolvimento de uma discussão que sustente o pensamento de uma sociedade fragmentada e fluída, onde a evolução do espaço virtual possa ser entendida levando em consideração os prós e contras nessa modernidade líquida. Através da observação desses fatores que se transfiguram rapidamente dentro da sociedade moderna iremos discutir no decorrer da comunicação, a relação do sujeito moderno e globalizado em um mundo onde os comportamentos são líquidos, assim como aponta Bauman (2001) esse comportamento líquido que se refere às ações desenvolvidas em comunidade, entre conectar e desconectar, entre estar e não estar, entre ser real e virtual. Destarte, evidenciamos que as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões das identidades e as lutas pela afirmação e manutenção dessas (Silva, 2011, p. 25). Assim, percebemos que na modernidade líquida apontada por Bauman (1999) e Hall (2011), existe um crescente debate acerca da identidade cultural, que visa compreender a importância da identidade, e de situar o sujeito histórico como um transeunte entre global e local; a percepção dessa análise é fruto de uma inquietação pessoal por investigar a adaptação dos sujeitos nessa modernidade, esmiuçando essa desconstrução social e política, a compressão desse espaço-tempo e a passagem histórica para a chamada modernidade líquida.

Antecedentes históricos do talk show popular

Rafael Barbosa Fialho Martins
rafaelbfialho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Como mais um gênero televisivo perpassado pela matriz do popular na televisão brasileira, o talk show apresenta uma trajetória que nos permite identificar um subgênero: o talk show popular. Marcado pela exposição da vida privada de pessoas comuns, tal subgênero reúne uma variedade de programas, tendo recebido ora maiores ora menores investimentos das redes de TV do país. Com o objetivo de compreender os modos pelos quais o talk show popular tem se consolidado na televisão desde seu surgimento, o presente trabalho parte da análise histórica das críticas televisivas publicadas em revistas, jornais e sites a respeito dos programas filiados ao gênero, especificamente no período entre a década de 80 e o início dos anos 2000, caracterizado pelo auge de programas do tipo. São analisados textos publicados na imprensa a respeito dos seguintes programas: Silvia Poppovic, Márcia, Barraco MTV, Encontro Marcado, Hora da Verdade, Casos de Família e Você na TV.

Juventude e redemocratização no Brasil na década de 1980

Luís Felipe Fernandes Afonso
lfafogo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Juventude, música, redemocratização.

A década de 1980 é uma época de transição para o Brasil, que passava por um processo de redemocratização e por uma grave crise econômica. Nesse momento, a juventude brasileira é cobrada por certas atitudes políticas que não adotavam, pois não as reconheciam como efetivas, levando a uma crise das utopias. Esse conjunto fez com que o período fosse denominado durante algum tempo como "a década perdida". O objetivo desse trabalho é apresentar como a juventude brasileira da década de 1980 sentia todas essas mudanças e como isso levou a uma nova forma de encarar as questões políticas, seja refletindo ou agindo. Nesse processo o rock e seus meios de divulgação (rádios, discos, revistas e shows) feitos por esses jovens serão essenciais para entendermos suas ideias, pois, a partir deles, que são desenvolvidas e repassadas suas visões sobre o período e onde se darão parte importante da sua ação política dessa juventude. Assim, pretendo debater como não podemos considerar esses jovens como "perdidos", afinal, eles mudaram o cenário cultural brasileiro e trouxeram novas questões políticas para uma "novo" Brasil que estava surgindo.

História, produtos e marca das narrativas de contos de fadas

Priscila Mana Vaz
priscilamana@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória; Contos de fadas; Irmãos Grimm; Disney.

As narrativas de contos de fadas sofreram muitas transformações ao longo de sua trajetória e foram apropriadas e re-apropriadas em diferentes contextos. Desde os contos orais, conhecidos como folktales até a inserção dessas narrativas em produtos seriados televisivos, essas histórias percorreram uma enorme trajetória, e foram sendo contadas por diversos autores em diferentes suportes, entre eles o livro, o cinema e a televisão. Essa comunicação, apresenta a trajetória que essas narrativas percorreram ao longo de todos esses anos, desde os indícios da palavra falada até sua apropriação por produtos televisivos. Como proposta, faremos um breve histórico sobre a formação do termo “contos de fadas”. Indicaremos seus principais autores e suas contribuições para a formação do gênero narrativo. Passaremos pelos Irmãos Grimm e a consolidação dessas narrativas como contos para criança. Também revisitamos as discussões em torno do século XX e as subversões nos contos (ZIPES, 2006). E finalizamos com Walt Disney, as princesas e a permanência dos contos de fadas nos dias de hoje e na televisão.

Perspectivas conservadoras no cenário dos quadrinhos de super-heróis brasileiros

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História política do Brasil contemporâneo, super-heróis nacionais, conservadorismo político.

Examina-se a cultura política de autores de quadrinhos de super-heróis nacionais e a relação de parte desses sujeitos com movimentos de viés qualificado como conservador no Brasil atual. Trata-se de um esforço de refletir sobre as condições históricas que possibilitaram quadrinistas de determinado segmento encamparem por meio de suas produções temas como o combate às questões de gênero, defesa do endurecimento penal e até mesmo intervenção armada contra a ordem democrática, a exemplo da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Busca-se elementos de compreensão sobre como visões de mundo tidas como conservadoras contribuem para o engajamento desses sujeitos históricos em uma luta simbólica para definir o lugar dos quadrinhos brasileiros como "isento de ideologias", apesar de alguns desses produtores se comprometerem com ideais político-morais de setores da direita e da extrema-direita. Ao alegarem que se deve eliminar a política dos quadrinhos, tais quadrinistas e seus seguidores se opõem, por exemplo, às produções cujo enfoque classificam como "politicamente correto", em particular àquelas produzidas por mulheres e que questionam representações objetificantes do feminino. Apesar de defenderem boicote ao material estrangeiro, recorrem, contraditoriamente, a um gênero importado, o dos super-heróis, para validar seus posicionamentos. Há de se interpretar dentro de premissas acadêmicas tais oposições. A pesquisa toma como objeto de análise não apenas produções de quadrinistas, mas discursos proferidos em redes sociais, fóruns de discussão e blogs; discursos que contribuem para inscrever tais autores ditos conservadores em um campo ou terreno de disputas e negociação que reproduz em nível cultural os dilemas e paradoxos do cenário político atual.

A nova perspectiva sobre a nova capital: como a revista "brasília" contribuiu para a construção de um olhar moderno sobre o Brasil Central

Alexandre Pinto de Souza e Silva
alexandrepisosi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasília; Periódico; Sertões.

O presente trabalho vem de um desdobramento da minha pesquisa de iniciação científica iniciada na COC/Fiocruz, que foi encaminhada à monografia no curso de História, a qual busca analisar a atuação do periódico *brasília* (1957-1960) durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Logo no início de seu mandato, Kubitschek anunciou a construção da nova capital no interior do país tornando-a a meta-síntese do seu Plano de Metas. Porém, o empreendimento estava longe de ser unanimidade, levando alguns de seus opositores (como Gustavo Corção e Carlos Lacerda) a se manifestarem através da imprensa. Com isso, surgiu o periódico "*brasília*", cujo objetivo era de mostrar as transformações que modificavam e reorganizavam o espaço urbano nos sertões do Brasil, bem como construir o simbolismo de um "novo" Brasil que estava surgindo com a nova capital. As discussões dessa análise também levantam as questões no debate entre o sertão, associado ao "subdesenvolvimento", e ao litoral, caracterizado pela "civilização", mostrando que as políticas públicas ainda mantinham preocupações com a inserção de populações do Brasil Central, ou sertanejas, na lógica do progresso.

As representações da Segunda Guerra Mundial selecionadas: publicidade e Seleções

Marina Helena Meira Carvalho
marinahmc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Publicidade; Política da Boa Vizinhança; revista Seleções Reader's Digest; Office of the Coordinator of Inter-American Affairs; Segunda Guerra Mundial.

Seleções Reader's Digest, a versão em português da norte-americana Reader's Digest, foi criada por solicitação de Nelson Rockefeller para atender demandas da Política da Boa Vizinhança. Publicada pela primeira vez em fevereiro de 1942, a revista de bolso para brasileiros deveria contribuir para criar uma imagem favorável aos norte-americanos e fortalecer laços de amizade entre os países vizinhos. Em contexto de Segunda Guerra Mundial e evidências de interesse do Eixo pelos países latino-americanos, os Estados Unidos investiram quantias de capital e pessoal em políticas culturais incomparáveis com o que até então se conhecia, que visavam nova abordagem de aproximação com os países do hemisfério, diminuindo as políticas intervencionistas nos moldes do Big Stick e apostando no que foi denominado como “conquista dos corações”, o que hoje em dia pode ser considerado como soft power. Ao conquistar os vizinhos como aliados, garantiriam sua hegemonia hemisférica. Foi criada, então, uma agência subordinada ao Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA). Essa agência desenvolveu um projeto chamado Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics, em 1942, mesmo ano em que a Seleções começa a ser publicada. As publicidades deveriam cooperar com a Política da Boa Vizinhança no combate ao Eixo, explicando a escassez de produtos – cujas fábricas estavam voltadas para a indústria de guerra – para garantir o mercado latino-americano para os Estados Unidos no pós-guerra. Esta comunicação visa analisar os exemplares da revista Seleções de 1942 e perceber quais eram as representações de guerra veiculadas pelos anúncios comerciais, como a guerra era justificada e quais empresas suportavam tal projeto. Problematizar assim, como o Cooperation with U.S. Advertisers in the other American Republics foi constituído em sua prática e suas relações com a revista escolhida. Para isso, também cruzaremos os dados encontrados na revista com as diretrizes fornecidas pelo OCIAA. Nosso principal objetivo é analisar quais as justificativas para a Segunda Guerra Mundial foram representadas, bem como

as motivações para fazê-las, as quais acreditamos que ultrapassam os incentivos oferecidos pelo OCIAA.

Historiadores online: Internet como lócus e lógica de pesquisa

Luíza Lima Dias
dias.lu.lima@gmail.com

Ana Gonçalves Guerra
anagvguerra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Internet; Historiografia; Metodologia.

Os crescentes debates e proposições do campo das Humanidades Digitais acerca dos atravessamentos entre práticas de pesquisa acadêmica e novas tecnologias vêm apontando para a necessidade de uma construção transdisciplinar de conhecimento no campo das Humanidades e das Ciências Sociais. Argumentando em favor de um movimento colaborativo de diferentes disciplinas, pretendemos, nesta comunicação, partir de estudos sobre as chamadas novas mídias para discutir como as etapas da operação historiográfica podem ser afetadas pelas novas tecnologias digitais, em especial as redes sociais. Tendo como referência a própria ementa do Simpósio Temático que trata das mídias tanto como objeto quanto como instrumento para o conhecimento histórico, perguntamos: Em que medida o acesso à web e às redes sociais e sua utilização como fonte, referência ou suporte produz novas dinâmicas que se imbricam na produção de conhecimento histórico? Para tecer esta discussão, partiremos do exemplo de páginas de jornais tradicionais no Facebook e outras formas de jornalismo próprio das redes sociais, levando em consideração suas diferenças em relação a suportes físicos, como os jornais impressos. Caberá ainda pensar nas possibilidades de recuperação dessas fontes em pesquisas futuras. Entendemos que a Internet e as redes sociais não somente configuram um lócus para o conhecimento em diferentes áreas, mas também implicam lógicas próprias de armazenamento, acesso, sistematização e interpretação da informação. Qual será o lugar da História em uma lógica de produção, disseminação e armazenamento que privilegia o presente e o passado imediato? Quais dados serão conservados e sob quais condições? Quem poderá acessá-los? Quais cuidados metodológicos estes dados exigirão e quais novas potencialidades se apresentam? Sem pretender esgotar o tema, teremos como referência estudos que abordam a Internet como fonte primária, as dinâmicas das redes sociais, e o Big Data como método e paradigma de pesquisa.

Identidades impressas: Norte de Goyaz e a construção da tocanтинidade

Wedster Felipe Martins Sabino
wedster.sabino@mail.uft.edu.br

Maycon Dougllas Vieira dos Santos
mdougllas0@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Norte de Goyaz; Imprensa; História do Tocantins; Identidade.

Este trabalho tem como objetivo propor análises sobre a importância do periódico Norte de Goyaz na construção identitária tocanтинense, bem como sua posição frente aos primeiros debates separatistas que ocorreram na região norte de Goiás de outrora, Estado do Tocantins de agora, nas primeiras décadas do século XX. O periódico Norte de Goyaz, fundado em 1905, localizado no município de Porto Nacional, evidencia a proeminência da cidade sobre a região em construção. Esse quinzenário, criado e dirigido pelo líder local Francisco Ayres da Silva, declaradamente contrário a emancipação da então região norte do estado goiano, se professava como defensor ferrenho dos interesses da população nortense. Pretende-se então demonstrar como, mesmo sem intenção, os números do jornal contribuíram para formar, consolidar e legitimar os discursos dos movimentos separatistas, bem como na criação da identidade tocanтинense no imaginário da população. A partir das análises do periódico portuense, da revisão da historiografia tocanтинense, da história da imprensa no Brasil e da história do pensamento social brasileiro intenta-se identificar como esse processo se articula com as tentativas de construção da nação, una e indivisível, que influenciaram os debates sobre a construção da região e identidade nortense.

História e Memória na Graphic Novel "A Arte de Voar"

Jorge Edson P. G. da Silva
jorge-edson@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE:

Entre os anos de 1936 e 1939, a Espanha presenciou um dos piores confrontos civis da história contemporânea, seguida por uma ditadura que perdurou por 36 anos, liderada pelo general Francisco Franco. Os traumas e os horrores causados pela guerra e pela ditadura, fortalecidos pelo “pacto de silêncio” geraram, no período de redemocratização, silêncios individuais de muitos que viveram o cotidiano dos eventos. A aprovação da Lei de Memória Histórica, durante o governo de José Luis R. Zapatero em 2007, buscou conduzir a memória individual, coletiva e familiar para superar os traumas. É nesse contexto que o crescimento dos romances gráficos, com mensagens políticas e pessoais que dialogam com a História, evidenciou-se no mundo todo. Na Espanha, o romance gráfico, se tornou referência da comunicação entre a história social do país e a sociedade. O presente trabalho acompanha autores como Manuel De La Fuente Soler, David Fernández de Arriba e Ivan Rodrigues, que desenvolveram estudos relacionados à história e à memória, partindo da utilização dos romances gráficos como fonte e procurando analisar as representações dos conflitos políticos na Espanha durante o século XX. A relação entre os romances gráficos e testemunhos de guerra na história, encontra uma base teórica pautada nas mudanças epistemológicas desenvolvidas principalmente pela terceira geração da Escola dos Annales, que buscou um diálogo interdisciplinar através da abertura de novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas. A Graphic Novel “A Arte de Voar”, objeto desta proposta de pesquisa, apresenta em seu enredo articulações entre a História, a memória e o testemunho em relação aos traumas gerados pelos acontecimentos violentos, como a Guerra Civil Espanhola e a Ditadura Franquista. Partindo da hipótese de que o autor, Antônio Altarriba, ao apresentar as memórias de vida do pai (Antonio Altarriba Lope), por meio da relação texto-imagem-contexto na obra, construiu um discurso político motivado pelo choque emocional, buscando divulgar a memória de vítimas como seu pai. A narrativa construída pelo filho de uma vítima, permite encontrar dimensões da experiência dos espanhóis durante a guerra, a ditadura, o exílio e a redemocratização, que nem sempre se encontram nos documentos, além de permitir, também, dialogar com tais documentos.

Um estudo sobre heroínas da Marvel Comics nas décadas de 1960-1970

Gabriela Vitória Monteiro da Silva
monteiro.gabrielavitoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

As histórias em quadrinhos apresentam inúmeras possibilidades de abordagens de pesquisa, mostrando-se como um objeto muito rico para aqueles que se aventuram a estudá-los. Neste trabalho, tentaremos percorrer por essas fontes, usando da análise de personagens femininas da Marvel Comics, criadas nas décadas de 1960 e 1970, a saber: Janet van Dyne (Vespa), Carol Danvers (Miss Marvel) e Ororo Munroe (Tempestade), para compreendermos as maneiras como essas mulheres ficcionais e suas histórias foram construídas. O período selecionado é significativo em decorrência da força alcançada pelos movimentos feministas e suas demandas, além das transformações promovidas nos percursos da Revolução Sexual, de forma que pretendemos estudar as ressonâncias dessa conjuntura em algumas edições de revistinhas das personagens selecionadas, já que, segundo nossa interpretação, os quadrinhos não são escritos à margem de conjunturas históricas e realidades sociais. Em um momento em que a máxima “nosso corpo nos pertence” ecoava pelas discursos feministas, o mainstream das HQs vendia figuras femininas pensadas e desenhadas por homens, o que torna esse trabalho mais complexo e interessante.

Manifestações Políticas Pela Lente da TV Folha

Igor da Silva Nunes
igorsn85@gmail.com

Guilherme Amormino Gomes
guilherme.amormino@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Manifestações; Representação; Política.

Este trabalho tem como objetivo analisar dois curta metragens, o primeiro intitulado “Em dia de debate, sutileza zero nas ruas de SP” e o segundo “Manifestação de 15 de Março de 2015”. Ambos foram produzidos pela TV FOLHA, sendo o primeiro em 2014, antes da votação do segundo turno para presidente e o segundo após a manifestação de março de 2015, onde se pedia o impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Neste contexto marcado por uma dicotomia política e pelas várias manifestações de rua, diversos meios de comunicação acompanharam os diversos eventos. Entretanto, cada mídia construiu uma determinada representação dos grupos participantes, seja esta uma das mídias alternativas ou grandes veículos de imprensa nacional e internacional. Com isso, selecionamos os curtas para pensar este contexto de crise e os discursos que emergem, ganham força, legitimidade, popularidade tanto em grupos políticos, quanto nas mídias. Por mais que os curtas não sejam a realidade, os discursos representados de determinado grupo político pelos diretores existem e refletem uma ideologia e uma cultura política na história específica. Feito isto, podemos perceber o que foi a manifestação na ótica desta mídia, ou seja, como ela representou os eventos, quem produziu, pra quem, por que e as suas recepções.

O jornal “A Semana” e a história social da cultura de Divinópolis-MG – 1946-1962

Gabriel Moura Silva
gabrielmslv@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: A Semana. Jornal. Bombas da RAF. História Cultural. Comunicação Social.

Este trabalho tem por objetivo analisar um recorte sobre a História da cultura impressa de Divinópolis-MG. Para tanto, utilizamos como fonte de pesquisa, o periódico “A Semana”, semanário publicado de 1943 a 2001 pela Ordem dos Frades Menores – O.F.M., e que encontra-se disponível para consulta no portal “EmRedes” do Centro de Memória Prof.^a Batistina Corgozinho – CEMUD, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Unidade Divinópolis. De 1943 a 1946, o jornal foi responsável pela comunicação interna entre os franciscanos, porém, à partir de meados de 1946 este absorve como público alvo a população em geral. Portanto, destacamos neste estudo, os exemplares oriundos desta segunda fase de publicação do jornal e, mais especificamente, as colunas intituladas “Bombas da RAF”, escritas por Frei Rafael, um dos diretores do semanário, de 1946 a 1962, e que demonstravam conteúdos de forte aspiração ética e moral, de acordo com os pensamentos religiosos de seu espaço/tempo. Nesse sentido, acompanhamos Darnton (2010) pensando que este tipo de análise está para além do simples ato de ler, mas sim, de compreender como as ideias eram transmitidas por vias impressas e como atingia seus leitores e influenciavam o pensamento cultural e social da sociedade divinopolitana. Assim, buscamos suporte em teorias e metodologias da História Cultural, como em Chartier (1998; 2001) e Goulemot (2001); procurando meios de analisar como a leitura do periódico em questão interferiram no pensamento social, alterando a realidade dos indivíduos e formando maneiras de ver o mundo. Com isso, esperamos desvendar através deste estudo, a Comunicação Social como um conjunto de pensamentos, circulação de ideias e interpretações da realidade contidas nas entrelinhas das “Bombas” do jornal “A Semana”.

A figuração mítica do "Salvador da Pátria": o caso Veja-Collor

Aryanne de Oliveira Araújo
aryanneoaraujo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O período Collor é o ambiente de análise desta apresentação, tratando-o com um dos marcos da história política brasileira: a eleição do “Salvador da Pátria” na primeira eleição direta à presidência da República após a ditadura militar. Este herói nacional não possuía nenhuma prova expressiva de sua eficiência como líder político, mas foi construído, produzido e vestido, através da grande exposição midiática. A partir daí, o marketing político torna-se central nas campanhas eleitorais no Brasil e, a meu ver, o comportamento eleitoral do cidadão brasileiro não modificou-se expressivamente desde então: permanece pautado na imagem do mito político, que promete romper com certa tradição de corrupção e do descaso dos governantes para com as camadas sociais. Na história política do país, o fenômeno Collor representa um caso recente e que foi amplamente estudado na década de 1990, mas que perdeu fôlego ao longo dos anos e ficou restrito, em alguns aspectos, à imediatividade das conclusões acerca daquele período histórico, principalmente devido à ausência da História nas pesquisas sobre o fenômeno de 1989. Com foco no fortalecimento dos estudos sobre este fenômeno, rever os discursos midiáticos e a construção do mito de Fernando Collor de Mello é parte crucial para compreender a relação da mídia com o poder nos interstícios eleitorais. É também dar luz à mentalidade política de seu contexto que acaba por reverberar na história do comportamento político recente do país. É nesse sentido que a presente apresentação pretende contribuir em certa medida. Proponho ater-me à reflexão da participação da mídia na configuração da imagem de Collor enquanto candidato à presidência, com foco no discurso jornalístico de Veja e seu diálogo com a figura do mito do “Salvador da Pátria”, conceito este proposto por Raoul Girardet (1987). Esta análise foi desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social da UFMG, defendido em 2014. Apesar de decorridos quatro anos desde a elaboração da pesquisa, o tema ainda dialoga, fortemente, com os anseios políticos da população brasileira e do papel da mídia que se esforça para eleger o “Salvador da Pátria” da vez. Vemos esta mesma articulação hoje na figura de Sérgio Moro, para citar um exemplo.

A produção midiática da identidade: uma breve análise das Jornadas de Junho

Fábio Júnio Mesquita
fabiojmesquita@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho busca analisar as informações veiculadas na grande mídia ao longo das jornadas de junho, em 2013, afim de perceber se a identidade atribuída foi reivindicada pelos manifestantes ou rotulada pela mídia. O recorte temporal compreende os dias 03 de junho a 11 de julho, buscando entender como, quando e quem nomeou os manifestantes como Black Blocs. O objeto de análise foi a grande mídia brasileira, sobretudo o jornal G1, da Rede Globo, programas de notícias e outras plataformas virtuais também foram utilizadas na pesquisa. Assim o trabalho se divide em duas etapas: primeiro, aborda brevemente a origem e aplicação da tática Black Bloc ao longo dos anos, em diferentes lugares e épocas; e, em seguida, como a mídia abordou e noticiou os manifestantes e os protestos.

Muçulmanos e cristãos: uma relação a partir do cinema.

Vitor Augusto Pereira
vitor.54apple@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação tem como objetivo fomentar um debate sobre a relação dos muçulmanos e cristãos a partir de uma perspectiva cinematográfica. Em suma, propõe-se notar como os filmes abordam esta relação que de tempos em tempos vem constituindo ser um desafio para os historiadores e para nossa sociedade. Para isso serão analisados de forma técnica dois filmes de grande importância, Cruzada e Arn: o Cavaleiro Templário que podem contribuir com o debate. Defende-se que os filmes podem ser um transmissor de conhecimento e principalmente um dos abjetos que contribuem para a propagação de perspectivas que podem ajudar o debate entorno daquela relação.

Diversão e Interatividade: Sugestões teórico-metodológicas para análise de games

Luiz Gustavo Soares Silva
gustavohistoriador@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Especialmente a partir da década de 1990 os jogos eletrônicos passaram a incorporar diversos elementos próprios do cinema, tais como tipos de plano, enquadramento, montagem, ritmo e foco narrativo. Essa ampliação estrutural, no entanto, só foi possível devido a popularização de microprocessadores capazes de decodificar um número ainda maior de informações que o usual para esse período. Na medida em que essas novas ferramentas tecnológicas foram se tornando acessíveis ao público, a indústria de entretenimento ocidental passou a experimentar uma rápida ascensão rumo ao potencial narrativo dos games que começou a contar histórias cada vez mais complexas através de elementos discursivos ainda mais eficazes. Apesar disso, parece haver certo incomodo em relação a alguns pesquisadores sobre o modo como grande parte das pesquisas acadêmicas contemporâneas têm sido executadas. Por esse motivo é que propomos evidenciar os principais apontamentos das duas principais correntes teórico-metodológicas conhecidas (narratologista e ludologista), bem como uma sugestão de abordagem para esse tipo de material a partir da contribuição de autores brasileiros como Jesus de Paula Assis, especialista em Artes Plásticas (arte e tecnologia) pela USP; Arthur Bobany, escritor e designer experiente que trabalhou para estúdios como a Ubisoft; e, Guilherme de Almeida Xavier, autor de *A Condição Eletrolúdica*. Recorreremos ainda a autores estrangeiros como Espen Aarseth, Gonzalo Frasca e Henry Jenkins, que fazem parte do editorial da revista *Games Studies*, Janet Murray, Douglas Kellner, Roger Caillois e Johan Huizinga.

ST 05 - História Ambiental e seus diálogos sobre sociedades e natureza

Simpósio Temático

Isabela Cristina Rosa

isabela.rosa05@yahoo.com.br

Mestranda em História

UFMG

Erika Marques de Carvalho

erikacarvalho08@gmail.com

Doutoranda em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Rute Guimarães Torres

rutetorres@gmail.com

Mestra em História

UFMG

Jamerson de Sousa Costa

jamersonscosta@gmail.com

Mestrando em História

UFMG

Proposta do Simpósio

A História Ambiental tem, por objetivo, compreender as interações entre sociedades humanas e o mundo natural, considerando ambos como sujeitos históricos. Por considerar a natureza como fonte e também como objeto de estudos, a História Ambiental contribui de forma significativa para ampliar os horizontes das pesquisas historiográficas. Para estudar tais interações, os historiadores ambientais logo perceberam a necessidade de dialogar com outras áreas de saber. Além das conexões já estabelecidas com a sociologia, a economia, a política e a antropologia, abriu-se espaço para a geografia, a geologia, a biologia, a ecologia, dentre outras áreas. Dessa forma, a História

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Ambiental se constitui como um campo de saber multidisciplinar privilegiado, no qual o contato com outras disciplinas permite conhecer e até criar novas possibilidades, novos conceitos e novas abordagens. Além disso, ela se desenvolve em interface com outros campos da própria História, como a História Cultural, a Política e a Intelectual, para exemplificarmos, sempre direcionada às interações humanas com o mundo natural, nos diferentes tempos e temporalidades. Diante disso, este Simpósio Temático propõe entender como os temas são construídos e como as fontes são interpretadas na História Ambiental, a partir do diálogo com outras áreas de conhecimento e com outros campos historiográficos. Entre os temas possíveis estão o manejo de recursos naturais, a conformação de territorialidades, as representações e a circulação de ideias sobre a natureza, as construções históricas das paisagens, as relações entre natureza e saúde pública, as políticas ambientais, dentre outros. Em conjunto, interessa conhecer pesquisas que lidam com fontes diversas, produzidas por diferentes vozes, lugares, épocas, linguagens e suportes, o que também se constituiu com uma forma de diálogo, a exemplo dos periódicos, fotografias, documentos do poder público, literaturas, relatórios científicos, entrevistas, discursos políticos, propagandas, cartografias e tantas outras. Assim, serão aceitos trabalhos cujas análises estejam voltadas para as relações sociedades-natureza, a partir de uma perspectiva histórica, com a proposta de contribuir para uma fértil discussão em torno dos diálogos tão necessários para a História.

Comunicações

Serra do Lenheiro (M.G.): paisagem, pertencimento e políticas públicas

Ana Flávia Nascimento Paes
af.historiadora@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A cidade de São João del Rei (M.G.), foi declarada como conjunto arquitetônico e urbanístico pelo IPHAN no ano de 1938, sua inscrição foi feita no Livro de Belas Artes e somente em 1947 foi delimitada a área urbana a ser preservada. Interessante observar que a maior parte das inscrições nesta época foi feitas apenas no Livro de Belas Artes, mesmo já existindo o Livro do Tombo Arqueológico e Paisagístico criado em 1937. No caso de São João del Rei, o interesse pela paisagem começou a ser levado em consideração, legalmente, com a primeira iniciativa em prol da preservação da Serra que aconteceu no ano de 1988 com o Decreto Municipal número 1.654 que tomba a área em questão. Em 1998 foi criado o Parque Ecológico Municipal Serra do Lenheiro, mas ainda permanece somente no papel. Indagamo-nos, existiria a cidade sem a Serra? Qual a relação entre a cidade e Serra? Considerar a Serra do Lenheiro apenas como moldura da cidade é restringir toda a sua importância histórica para o município de São João del Rei e reduzi-la a um elemento de segunda importância, apenas no sentido contemplativo. E como os novos estudos vem nos mostrando, a Paisagem Cultural só se torna importante a partir da relação que o homem estabelece com ela. Sabemos que existem várias formas de se preservar os bens culturais além do tombamento. O que nos chama a atenção neste caso é a falta de políticas públicas e fiscalização que visem à preservação da Serra, o que implica em destruição do meio ambiente, da memória, da paisagem, do equilíbrio biológico e até mesmo em ocupações irregulares dentro e no entorno da área de proteção. Tal descaso contraria as legislações e discussões acadêmicas que tem por objetivo preservar a paisagem e trabalhar o sentimento de pertencimento da população. Atualmente parte da região onde fora explorado o ouro na cidade de São João del Rei configura uma zona com elevado índice de violência, falta de planejamento urbano e população de baixa renda. O que antes representava a riqueza da cidade hoje representa uma área com problemas sociais, mas com uma rica história escondida pelas preferências e eleições do que se julgou ser passível de uma patrimonialização e mostrada a comunidade e aos

turistas. A nossa análise trata das iniciativas por parte da sociedade civil em prol da preservação do meio ambiente e também procuramos compreender as possíveis relações estabelecidas ao longo da história entre os sanjoanenses e a Serra do Lenheiro, independente do poder público.

A natureza como autoridade nos escritos setecentistas de Minas Gerais

Carolina Marotta Capanema
cmcapanema@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Cada época e cada cultura elabora uma ideia de natureza e estabelece relações diferentes com o mundo natural. O conceito de natureza não apresenta uma perspectiva única e universal, apesar de ser construído como categoria unificadora. Uma conotação simbólica que lhe é atribuída, e que muitas vezes é inadvertidamente aplicada, é o uso de “natureza” para indicar a qualidade inerente de algo que se queira classificar. Assim, quando algo é adjetivado como “natural”, assume-se uma identificação de “natureza” com “realidade”, como se expressasse uma coisa como ela é. Nas Minas Gerais do século XVIII o conceito foi amplamente utilizado nesse sentido, sendo seu significado simbólico apropriado por diferentes atores sociais na construção de uma imagem das “minas do ouro”. Em alguns textos setecentistas, a ideia de natureza foi utilizada para atribuir autoridade aos discursos na defesa de certas ideias, como aquela que defendia que a exploração do ouro dava origem aos males que atingiam as Minas. A concepção de natureza se identificava diretamente com a representação da “verdade” e, nesse sentido, serviu para reforçar os argumentos de que a capitania de Minas Gerais era um local social e moralmente perigoso. Em uma carta inédita, datada de 1727, que hoje se encontra sob a guarda da Academia das Ciências de Lisboa, algumas dessas apropriações se colocam presentes em uma escrita em formato de missiva que se apresenta como um escrito regulador das práticas políticas e sociais nas Minas.

Saberes do artesanato do campo: cultura material, oralidade e história de si

Edivaldo Barbosa de Almeida Filho
aedivaldo70@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tradição; camponês; artesanato.

Nosso campo de investigação objetiva-se no estudo de saberes do homem do campo na sociedade contemporânea. Para tanto, apresentaremos como o artesanato é compreendido como parte da cultura material dos camponeses do interior do estado do Tocantins, onde esses sujeitos apropriam-se de matérias primas extraídas da natureza encontrada nessas localidades. Além de ser um importante ponto de referência da cultura local, o artesanato também tem a possibilidade de fortalecer o comércio e subsidiar a renda familiar. Nos últimos anos, a atividade do artesanato vem paulatinamente se degradando por falta de mão de obra devido ao desinteresse dos mais jovens pelo artesanato tradicional. Como fonte de pesquisa, usaremos como referência metodológica a história Oral, pois ela é um importante caminho para dar voz as pessoas consideradas “sem história”; E para que possamos ouvir as experiências desses sujeitos, optamos pelo caminho da trajetória de vida de um desses sujeitos. Para os limites desse trabalho, entrevistamos o senhor Miguel Chaves Almeida, o qual é um importante artesão que reside no povoado Altamira no município de Taguatinga região sudeste do Estado do Tocantins. Esse artesão utiliza “braço” do buriti – árvore típica do cerrado – , na qual o estipe da palha quando seco se usa no “centro” do material para fabricação de objetos do meio rural como carro de boi, pilão, engenho de pau etc. Lembrando que essa pesquisa ainda está em fase inicial, acreditamos que nossa abordagem da trajetória de vida de artesão pertencente a comunidade rural pode ser de grande valia para o registro das “histórias de si”, da cultura material do homem do campo e para a preservação do artesanato.

Meio Ambiente e Saúde: as políticas médico-sanitárias na Transamazônica (1970-74)

Erika Marques de Carvalho
erikacarvalho08@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: políticas médico-sanitárias; Transamazônica.

Os possíveis diálogos entre a História Ambiental e a História da Saúde ampliam os estudos sobre a história da rodovia Transamazônica (BR-230). Anunciada no Decreto-lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970, como instrumento do Plano de Integração Nacional, a rodovia era parte de um grande projeto autoritário de desenvolvimento para a Amazônia da Ditadura civil-militar brasileira. E desde o início de suas obras, a rodovia era comparada à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912). Esta voltava a assombrar a memória de políticos e da imprensa que viam no empreendimento da Transamazônica a possibilidade de repetir os erros cometidos – como o desprezo às doenças tropicais –, no passado com a ferrovia. Além de mais uma vez temer uma possível derrota das políticas de desenvolvimento e de integração nacional para a floresta amazônica e seus mosquitos. Dessa forma, os investimentos em saúde e saneamento nas margens da BR-230 passaram a ser uma das prioridades do governo Médici (1969-1974) para que esta fosse efetivada. Um dos esforços do Ministério da Saúde foi a criação da Operação Oswaldo Cruz, que tinha como órgãos integrantes a Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública (FSESP), a Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e a Fundação Oswaldo Cruz, através do Instituto Evandro Chagas (IEC). Objetivando prestar assistência médica e sanitária aos colonos e trabalhadores da Transamazônica, a Operação realizou missões com estudantes de Medicina de diversos estados do país. O atendimento então era assistencial e preventivo, e cumpria-se em hospitais de campanha localizados em determinados quilômetros da rodovia. Em outra frente, o IEC desempenhava diversos estudos epidemiológicos nos núcleos de colonização da Transamazônica, com o intuito de planejar campanhas de imunização e de enfrentamento das doenças. O objetivo desta comunicação é analisar as políticas médicas e sanitárias realizadas por instituições governamentais nos anos de construção da rodovia Transamazônica (1970-1974), que se empenhavam em viabilizar o grande empreendimento, observando o estudo e o combate aos surtos de doenças como esquistossomose, malária, febre

amarela e leishmaniose, a partir do diálogo, aqui proposto, entre a História Ambiental e a História da Saúde.

“Metas florestais”: desenvolvimentismo e proteção à natureza no governo JK

Filipe Oliveira da Silva
filipe_oliveira_da_silva@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A gestão presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcada na historiografia pela sua política nacional-desenvolvimentista. A esteira disso, os estudos que o remetem, por vezes, sublimaram a agência da natureza durante esta conjuntura ou trataram-na de maneira secundária e pouco significativa para a compreensão deste período. No escasso leque de trabalhos que a mencionam, o enfoque é concedido às práticas destrutivas do mundo biofísico, destacando-se o avanço das fronteiras para o Oeste do território nacional, através da construção da nova capital federal, Brasília. Não ocultando esta face já conhecida da política JK, este trabalho busca realçá-la à proposta concomitante de proteção das matas brasileiras. Pretende-se investigar que, em meio a aceleração do processo urbano-industrial, a elite técnica juscelinista articulou iniciativas de minimização da degradação das florestas. Sob o ponto de vista institucional, materializaram-se a reestruturação do Serviço Florestal, do Instituto Nacional do Pinho e do Conselho Florestal Federal; propuseram renomear o Ministério da Agricultura, agregando o vocábulo “conservação”; a reativação da criação de parques nacionais; a adesão do Brasil à União Internacional de Proteção à Natureza e a mobilização de entidades civis (tais como, a Fundação Brasileira de Conservação à Natureza e a Sociedade Brasileira de Proteção à Natureza). No que se refere ao aspecto legislativo-fiscalizador proliferaram-se debates sobre a revisão do código florestal de 1934, o aparelhamento da polícia florestal e a ampliação da fiscalização por postos florestais volantes. Os veículos automotivos eram entendidos como os meios eficientes de inibir a devastação das matas. Em relação às medidas educacionais, verifica-se, por exemplo, a organização da Campanha Nacional de Educação Florestal, os incentivos às escolas de silvicultura e a contratação de técnicos florestais estrangeiros. Busca-se, portanto, compreender os modos pelos quais o governo Kubitschek pretendeu conciliar exploração e proteção da natureza por meio de um volume diversificado de fontes que abrangem os selos comemorativos das campanhas organizadas, os relatos da imprensa especializada em florestas, os discursos elaborados pelo presidente e seus assessores, os relatórios ministeriais, as correspondências

trocadas entre intelectuais das instâncias de proteção, bem como as memórias sobre suas atividades florestais.

Pioneirismo mineiro: a história da elaboração do Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais (1989-1998)

Gabriel Schunk Pereira
gabrielschunk@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Livros vermelhos; biodiversidade; Minas Gerais; Biodiversitas.

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de elaboração do Livro vermelho das espécies ameaçadas de extinção da fauna de Minas Gerais, publicado em 1998 pela Fundação Biodiversitas, instituição ambientalista de Belo Horizonte. O ataque à biodiversidade é uma das principais discussões quando falamos em conservação de espécies do mundo natural. Ainda que o movimento de extinção de espécies seja natural do processo evolutivo, devido ações antrópicas de degradação dos habitats, a extinção de plantas e animais tem crescido em ritmo vertiginoso, desequilibrando esse processo, e suscitando medidas mitigadoras por organizações conservacionistas, cientistas e pelo poder público. As listas vermelhas, originalmente publicadas pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza) desde a década de 60, são um importante mecanismo para identificação das espécies ameaçadas de extinção. Elas contribuem e auxiliam na definição de políticas públicas e diretrizes de conservação dessas espécies. No Brasil, as primeiras listas vermelhas datam da década de 1950, mas sem utilizar os métodos definidos pela UICN. Com a institucionalização dos órgãos técnicos ambientais na esfera pública, a atuação do movimento ambientalista no Brasil adquiriu um caráter técnico-científico, sobretudo a partir dos anos 1990. Em Minas Gerais, a Biodiversitas é uma ONG de atuação voltada para conservação da biodiversidade e que surgiu para ser um braço técnico do Centro para Conservação da Natureza de Minas Gerais, a primeira ONG desse modelo em solo mineiro. Um dos principais trabalhos da Biodiversitas é a produção dos livros vermelhos de Minas, o primeiro estado brasileiro a tê-los, e que resulta de um trabalho coletivo de cientistas, principalmente biólogos e zoólogos. Para tanto, essa pesquisa utiliza o conceito fleckiano de coletivo de pensamento como chave de compreensão da produção desses livros vermelhos. Como fonte, utilizamos os livros vermelhos, capítulos avulsos publicados pela Biodiversitas, entrevistas e documentos pessoais dos principais coordenadores e editores do livro. A análise compreende os anos de 1989, ano de fundação da Biodiversitas, e 1998, ano da publicação do primeiro livro. As primeiras impressões indicam a participação ativa de cientistas mineiros, ligados ao Instituto de

Ciências Biológicas da UFMG e à Conservation International, dentre outros centros de pesquisas em Minas, com a definição de um roteiro metodológico próprio e referência no país.

Martírio: uma análise acerca dos discursos sobre o meio ambiente

Janaina Di Lourenço Esteves
janalourenci@outlook.com

Geraldo Homero do Couto Neto
geraldohomero6@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em 2017, o documentarista Vincent Carelli lançava *Martírio*, segundo filme de sua trilogia que aborda as experiências dos indígenas no Brasil, da qual fazem parte *Corumbiara* (2014) e o ainda em execução *Adeus, Capitão*. Em *Martírio*, somos apresentados às reivindicações dos Guarani Kaiowá pelos seus territórios, considerados por eles sagrados e simbólicos, à medida que são ameaçados com o avanço do ocidente. Carelli contextualiza essa luta contando a história desses índios desde a chegada dos brancos até o momento presente, uma vez que, como ele próprio afirma no filme, “a história é o fiel das demandas indígenas”. O documentário é construído a partir das justificativas dos Guarani Kaiowá em contraposição as dos ruralistas do agronegócio, os grandes inimigos de suas demandas atuais. Nesse sentido, faremos uma análise de ambos os discursos, os quais nos permitem vislumbrar aspectos importantes acerca das cosmologias indígenas e ocidentais no que diz respeito à natureza e à relação que mantemos com ela. Assim, perceberemos que a forma como a cultura indígena concebe a si própria e o mundo ao seu redor não se constrói da mesma forma que a ocidental, uma vez que, enquanto esta opera através de dualismos, como o de natureza e sociedade, a primeira opera através de relações.

Interpretando a paisagem na cartografia dos caminhos mineiros do século XIX

Herbert Pardini
herbertpardini@ciclus.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

O destaque dado aos caminhos na conquista dos chamados “sertões” é frequentemente verificado em preâmbulos de narrativas históricas do Brasil, em especial de Minas Gerais, e evidencia a indissociável relação entre caminhos, ocupação do território, configuração de redes de comércio e poder. Partindo do entendimento de que caminhos são marcas, vestígios da relação entre sociedade e natureza, e que as intervenções humanas no ambiente são transformações culturais, é possível inferir que a interpretação dos caminhos também está intimamente ligada à interpretação das paisagens e que ambos são essenciais para a compreensão da história dos lugares, da formação das cidades e simbolismos que permeiam discursos e pensamentos. A cartografia é fundamental para a representação de informações espaciais, como os caminhos. Os mapas, muito mais que ilustrações, são fontes importantes para as interpretações históricas e simbólicas do espaço. Diante disso, pretende-se, a partir da “reconstituição” de um mapa do início do século XIX (referente a parte do atual sul de Minas Gerais), analisar a paisagem por onde passavam os caminhos naquela região, tendo como ponto de partida a geolocalização das vias de circulação. Soma-se a isso o cruzamento de fontes cartográficas e documentais (como relatos de viajantes), o georreferenciamento de dados e levantamentos de campo. O presente trabalho tem por objetivo refletir acerca das interações entre cultura e natureza naquela região mineira e ampliar as interpretações sobre as paisagens a partir das representações cartográficas. A complexidade da interpretação dos diferentes signos e símbolos culturalmente construídos representados nos mapas ao mesmo tempo que desafia, aproxima o geógrafo da dimensão histórica, uma vez que exige pesquisa, cruzamento de diferentes tipos de fontes e compreensão das expressões impressas por uma cultura em determinado contexto histórico e espacial. O estudo da representação cartográfica das vias de circulação em diferentes períodos, os marcos espaciais, a imprecisão da escala (proposital ou não), as mudanças toponímicas, os exageros e as omissões, as representações de poder e suas escolhas, o silêncio dos vazios, as camadas de informação, o contexto em que foram elaborados os mapas, os erros e as ausências intencionais,

são elementos da linguagem cartográfica a ser investigada que oferecem ao pesquisador elementos para problematização, crítica e reflexão acerca da construção da história das paisagens.

Osny Duarte Pereira e as causas da degradação das florestas

Isabela Cristina Rosa
isabela.rosa05@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Osny Duarte Pereira; desenvolvimentismo; conservação das florestas.

A história ambiental, constituída a partir da segunda metade do século XX, consiste num importante referencial teórico e metodológico para análise dos acontecimentos e fenômenos sociais. É a partir dela e de algumas de suas proposições que o presente trabalho analisa e compreende elementos do discurso do jurista Osny Duarte Pereira (1912-2000), em sua obra *Estudos Nacionalistas*, publicada em 1960. Publicada no ano de 1960, pela editora paulista Fulgor, a obra intitulada “Estudos Nacionalistas” é composta por dois volumes. O primeiro deles, com o subtítulo “Considerações à margem do Brasil contemporâneo”, trata da política e economia interna, dos capitais estrangeiros e das liberdades democráticas no Brasil. No segundo volume, com subtítulo “As cadeias do imperialismo no Brasil”, o autor se propõe a discutir a questão do petróleo, a política exterior brasileira e aquilo que chama de ‘problemas nacionais’. Os textos que compõem tal obra são resultado da junção de conferências nacionais e internacionais proferidas por Osny Duarte Pereira e, sobretudo, por artigos publicados, entre 1957 e 1960, no jornal carioca “O Semanário”. Em ambos os volumes da obra, a tônica central das colocações de Duarte Pereira gira em torno da crítica feita às políticas - por ele entendidas como imperialistas - que vigoravam no País, bem como da defesa de políticas públicas nacional-desenvolvimentistas. A ideia de degradação da natureza esteve, para este intelectual, entrelaçada às noções de nacional-desenvolvimentismo e de conservacionismo florestal. Destaca-se que tanto o nacional-desenvolvimentismo, quanto o conservacionismo, enquanto projetos e posicionamentos sociopolíticos, possuem facetas múltiplas, sendo fundamental identificar e delimitar de quais destas visões Duarte Pereira se valia para suas análises. A principal conclusão a que se chega é que, segundo o autor estudado, o atraso social, econômico e tecnológico da sociedade brasileira era o grande responsável pela devastação das florestas.

Da Biologia à Economia: diálogos para uma História da exploração florestal

Jamerson de Sousa Costa
jamersonscosta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em 1939, auge da Era Vargas no Brasil e no primeiro grande ciclo de industrialização do país, um grupo de empresários lançou um periódico para reunir informações e opiniões a respeito de indústrias que manufaturam produtos a partir da madeira. O carro-chefe dessa produção era a fabricação de papel. Mas objetivava-se falar de um círculo mais amplo, que incluía desde a manufatura de pasta de madeira e celulose; até a prestação de serviços de impressão e criação para embalagens. Assim, surgia a revista *O Papel*, de periodicidade mensal, que visava acolher informações e opiniões consideradas pelos seus idealizadores como pertinentes a esse conjunto de indústrias, não só do Brasil, mas da América do Sul e, quiçá, de todo o mundo. Essa revista foi analisada durante pesquisa de mestrado, que deu origem a dissertação defendida em dezembro de 2017, e a artigos que estão em fase de escrita e/ou de publicação. O período analisado foi de 1939 a 1965, que compreende o surgimento da revista e a publicação da mais longa versão do Código Florestal do Brasil até o momento. Entre os resultados, encontrou-se uma exaltação da indústria do papel como grande protetora das florestas, conciliada com a minimização de seus impactos sobre as matas. Esses resultados foram relacionados com o momento atual, em que empresas criam representações a respeito de sua sustentabilidade diante da natureza, a despeito do impacto que causam no ambiente. Sob a perspectiva da História Ambiental e da historiografia pertinente, objetivando analisar um conjunto de textos que remetiam diretamente à relação entre essas indústrias e as florestas, foram selecionados e analisados 50 artigos que faziam referência às florestas em seus títulos. Essa análise, porém, só foi possível graças ao lugar da interdisciplinaridade na História Ambiental, considerada necessária para o entendimento de algo tão complexo como a relação entre sociedades humanas e natureza diante do tempo. Esta proposta de Comunicação para Simpósio Temático, portanto, se direciona aos diálogos traçados com áreas como a Biologia, para explicar a diferença entre espécies de árvores privilegiadas, por serem consideradas econômicas, e espécies nativas desprestigiadas; a Comunicação Social, para conhecer formas de se considerar as representações apresentadas em uma revista; e a Economia, para estabelecer a participação do recurso natural madeira na perspectiva de quem o explora.

A influência naturalista nos romances indigenistas de José de Alencar

Kaian Luca Perce Eugenio
kaian_k2k@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Romantismo; José de Alencar; Naturalismo.

Partimos da ideia, neste projeto que José de Alencar mobilizou conceitos comuns à estética romântica e às ciências naturais para compor uma historicidade para o indígena e para a natureza nos romances *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865). Se pensará estas representações através do fenômeno da aceleração do tempo provocado pela Modernidade, momento em que é possível uma reorganização conceitual importante. Os léxicos “indígena” e “natureza” assumem novos significados, quer na linguagem científica e artística, quer em certos espaços políticos, sociais e econômicos. A hipótese desta pesquisa é a de que o Romantismo é um espaço fundamental à redefinição destes conceitos. Alencar seguia a tendência romântica de produção de sentidos através da literatura, se utilizando de formas simbólicas e metafóricas tanto da natureza e como do indígena para forjar uma identidade cultural brasileira. O mundo natural e o indígena eram tematizados por Alencar seguindo princípios do pensamento científico da História Natural e da arte romântica adaptados à originalidade da temática nacional brasileira. A descrição e a taxionomia da História Natural, a idealização da paisagem, as buscas por uma origem mítica da nação pautada na etnografia dos viajantes naturalista e cronistas, a forma poética da literatura, foram modos encontradas por Alencar de seguir a tendência universal e local da literatura de aproximar a “metodologia” e teoria da estética romântica e das ciências naturais. José de Alencar se utilizava de historiadores, filósofos, literatos, padres, naturalistas, médicos, viajantes, cronistas para compor enredo de *O Guarani* e *Iracema* como: Fenimore Cooper, Willian Shakespeare, Gordon Byron, Victor Vigny, Walter Scott, Alexandre Dumas, François-René Chateaubriand, Honoré de Balzac, Michel de Montaigne, Philipp Von Martius, Adolfo de Varnhagen, Auguste de Saint-Hillaire, Alexander von Humboldt, Jean-Jacques Rousseau, Gabriel Soares de Souza, Xavier Sigaud, Antoine de La Martinière, José Mariano da Conceição, entre outros nomes.

O Rio Guamá e sua representação para os Tembé das Aldeias Sede e Ytwaçu

Letícia Cardoso Gonçalves
let-cardoso@hotmail.com

Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado

PALAVRAS-CHAVE: Água; Identidade; Tenetehara.

O seguinte trabalho, fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida por intermédio do Projeto RENAS IV (Recursos Naturais e Antropologia de Sociedades Pesqueiras) do Museu Paraense Emílio Goeldi, tem como objetivo explicar os múltiplos significados que o Rio Guamá apresenta para os Tembé-Tenetehara das Aldeias Sede e Ytwaçu, localizadas na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG) no nordeste do estado do Pará e também os desafios que este povo vivencia diante de impactos ambientais na região. Tais aldeias estão situadas às margens do rio Guamá e, através de uma pesquisa de campo realizada no mês de novembro de 2017, foi possível constatar que o mesmo exerce influência direta no cotidiano Tembé e na construção da identidade deste grupo. A viagem a campo foi executada com intuito de participação da II Mostra Cultural Tembé, evento empreendido na Aldeia Sede com intuito de promover o debate acerca de questões ambientais e suas importâncias para esta etnia. Na ocasião, as lideranças Tembé afirmavam a relevância do Rio Guamá para o bem-estar do povo e a necessidade de preservá-lo. Foram feitas inúmeras denúncias acerca da prática de pesca predatória e do desmatamento nas margens do rio que vem resultando o assoreamento do mesmo. Tais fatores ocasionaram a perda de inúmeras espécies de peixe que levaram a uma reconfiguração dos hábitos alimentares do grupo. A relação dos Tembé com as águas do Rio Guamá, no entanto, foi melhor perceptível através do convívio com eles na Aldeia Ytwaçu. Nos finais de semana os mesmos se encontravam na beira do Rio para um momento de descontração onde as crianças e adultos pescavam, remavam, nadavam e almoçavam nas margens do Rio Guamá. Tais questões possibilitaram compreender a que ponto a natureza passa a se constituir como elemento significativo na construção histórica e cultural de inúmeras sociedades. O caso dos Tembé e suas relações com o Rio Guamá demonstram o quanto o mesmo tornou-se parte da cultura Tembé-Tenetehara e um mecanismo de reafirmação de suas identidades. Este estudo se encontra ainda em fase de desenvolvimento que resultará em um futuro Trabalho de Conclusão de Curso.

Simbologia cultural e patrimonial da paisagem nas necrópoles belohorizontinas

Vagner Luciano de Andrade
trezeagosto@yahoo.com.br

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva
ludimilardrigues86@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Historicamente, os cemitérios compõem junto com outros elementos humanos e naturais a paisagem de um determinado lugar. Como componente dessa paisagem, carrega consigo um emaranhado de contextos socioculturais, alternando permanências e rupturas, espacialidades e temporalidades. Cemitério, necrópole ou sepulcrário é o lugar onde se sepultam os cadáveres e destaca-se pelo além de seus objetivos iniciais, pela complexidade de seu simbolismo alicerçado na humanidade. Data da pré-história o início do sepultado humano, carregado de sentidos e significados existenciais diante do mistério da morte e a impotência perante a efemeridade da vida. Algumas das grandes civilizações da Antiguidade foram conhecidas e decodificadas através de seus túmulos e monumentos mortuários. Isso faz com que na maioria dos casos, os cemitérios sejam lugares de práticas espirituais e/ou religiosas. Em muitas cidades existem necrópoles onde os rituais funerários são cumpridos de acordo com a respectiva religião ou fraternidade, bem como também existem casos de cemitérios nacionais para o sepultamento de chefes militares e figuras notáveis da vida pública. Culturalmente, os cemitérios, verdadeiros “museus a céu aberto”, sempre foram visitados, prática atualmente denominada de turismo cemiterial, nos quais são identificados nos túmulos, elementos históricos e arquitetônicos que demonstram a vida social e artística, através das estátuas, das obras, das fotos, dos epitáfios e dos símbolos valorizando e exaltando sua preservação enquanto patrimônio. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é discutir sobre a importância desses espaços enquanto elemento histórico da paisagem local, que faz parte do roteiro de visitação turística em diversas regiões do mundo, ressaltando, em particular a experiência e os aspectos ecológicos e patrimoniais dos sete cemitérios da capital mineira, onde as quatro necrópoles públicas são administradas pela Fundação de Parques Municipais. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, documental e trabalhos de campo nessas localidades. Posto isso, destacamos que Belo Horizonte, como importantes cidades

européias, tem se configurado com um importante núcleo de turismo cemiterial, que cada vez mais merece atenção não apenas de gestores públicos, como dos próprios cidadãos e pesquisadores das áreas de história, geografia e preservação patrimonial.

Fronteiras e Conquistas: a Comarca do Rio das Mortes (1740c.-1808c.)

Marcelo do Nascimento Gambi
marcelongambi@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: fronteira; sesmarias; natureza.

A descoberta do metal precioso na Capitania de Minas Gerais na passagem do século XVII e início do XVIII provocou grandes transformações nos aspectos sociais, político e econômico desta região. O desejo de enriquecimento desencadeou intensas ondas de ocupação de indivíduos vindo das mais variadas partes da colônia e da própria metrópole. Dessa maneira, ao longo do setecentos foram se constituindo os espaços urbanos e rurais nas comarcas desta capitania. Nossa proposta de estudo visa analisar, por meio das cartas de sesmarias, o processo ocupacional na Comarca do Rio das Mortes ao longo da segunda metade do setecentos e início do oitocentos. Esta comarca em questão, se destacou pela produção de gêneros alimentícios, em especial, as atividades agropastoris. Entretanto, o desenvolvimento desta atividade econômica somente é possível por meio da conquista e da expansão das fronteiras, tendo em vista que a terra como unidade produtora é inelástica, necessitando, portanto, de conquistar novas áreas à medida em que crescem as práticas das atividades agropastoris. Esta proposta de pesquisa, busca, portanto, relacionar o espaço físico da Comarca do Rio das Mortes, em especial, dos sertões oeste, demonstrando a relação dos sesmeiros e a conquista de novas áreas dentro do nosso recorte temporal de estudo.

Operação Carne Fraca: O que a mídia não mostrou

Maria Luisa Batista Moreira
marialuisa_moreira@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVES: operação carne fraca; mídia; agronegócio; carne; meio ambiente; história.

Nos últimos anos, o Brasil teve um crescimento expressivo no agronegócio internacional. Apenas alguns poucos países obtiveram crescimento semelhante. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e cresceu mais de 100% no saldo comercial. Este trabalho tem como objetivo analisar as informações publicadas nos primeiros e últimos dias da divulgação da Operação Carne Fraca. Para isso, foram analisadas duas notícias veiculadas pela Revista Veja e duas notícias veiculadas pela Revista Carta Capital, com o intuito de conhecer e entender melhor como o agronegócio está ligado à política do país e a relação disso com a operação deflagrada pela Polícia Federal. Foi possível perceber que o discurso da mídia mudou após os impactos causados na economia pela notícia do início da operação. A produção de carne no Brasil envolve muitos fatores que vão além da preocupação com a saúde de quem está consumindo esse produto. É um negócio envolto por corrupção, exemplo disso é a bancada ruralista existente no Congresso brasileiro, que tenta flexibilizar as leis sobre desmatamento e demarcação de terras, e que tem como principal função defender os interesses de grandes proprietários rurais. Além da corrupção, a violência também faz parte do agronegócio, seja ela contra os animais, que em 2015 representavam um rebanho bovino maior que a população brasileira, chegando a 209 milhões de cabeças de gado, seja ela contra os ambientalistas, ruralistas e indígenas que morrem todos os anos em busca de demarcações de terras mais justas. Outro impacto deste negócio é a preservação de biomas inteiros, matas, ecossistemas, principalmente a Floresta Amazônica.

O cerco-flutuante: a resistência da pesca caiçara de Ubatuba

Marina de Mello Fontanelli
marina.fontanelli@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta pesquisa analisa as mudanças nos hábitos dos pescadores artesanais da cidade de Ubatuba/SP após a construção da estrada Rio-Santos (BR101) na década de 1970. O estudo tem uma abordagem histórica procurando relacionar o contexto político-econômico da Ditadura Militar (1964-1985) com o modo de vida dos pescadores. O incentivo dos governos para construção de grandes obras, gerenciadas por empreiteiras nacionais, não era acompanhado de uma preocupação com a sobrevivência das populações tradicionais que viviam nos locais afetados por essas construções. A pesquisa também procura ter uma abordagem aproximada da História Ambiental, pois focaliza a relação caiçara-natureza e suas modificações durante o período estudado. Compara o tempo da estrada com o tempo da rede de espera, técnica utilizada pelos pescadores artesanais de Ubatuba. Para tanto, utiliza a metodologia da História Oral e o levantamento de documentos do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), órgão responsável pela obra, e outras fontes como o periódico O empreiteiro, disponível na Biblioteca Nacional, além de arquivos como fotos da construção da estrada, disponíveis no Arquivo Nacional, entre outros. O método de pesca considerado como típico da cultura caiçara de Ubatuba é o cerco-flutuante, uma técnica que funciona como uma rede de espera, onde em geral ocorrem quatro visitas diárias para a despesca. Além do modo de pesca, é um saber caiçara também a confecção do cerco. Há nas comunidades caiçaras, além dos problemas trazidos com a rodovia como a especulação imobiliária, conflitos com a legislação ambiental de cunho conservacionista que dificulta, por exemplo, a continuidade de hábitos pesqueiros em determinadas áreas e a extração de madeira para a manufatura de canoas. A pesquisa também se embasa em trabalhos clássicos sobre a cultura caiçara, como os do sociólogo Antônio Carlos Sant'Ana Diegues. É de fundamental importância a compreensão da territorialidade dos pescadores e como essa foi afetada pela especulação imobiliária, já que muitos se viram obrigados a deixar suas terras próximas ao mar. Para as comunidades tradicionais, como os caiçaras, o território tem um significado muito mais amplo do que a lógica capitalista da propriedade.

O mundo natural nas narrativas dos livros didáticos de História

Narrimam Lorena Oliveira Carvalho
narrimamcarvalho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta pesquisa faz parte de um projeto de iniciação científica que tem como objetivo analisar as narrativas sobre o mundo natural nos livros didáticos de história, por meio de um método comparativo entre dois países: Brasil e Estados Unidos. Esperamos identificar as divergências e as convergências dos discursos históricos nas coleções escolares destes dois países, tendo em mente suas especificidades, seus respectivos projetos políticos e nacionais, e direcionando nosso olhar para a maneira como a questão ambiental é tratada. O objetivo final será alcançado através da metodologia da história comparada, buscando semelhanças e diferenças, silêncios e disputas narrativas, sempre tendo em mente a especificidade da narrativa didática e seu papel na construção da consciência histórica. A análise das representações acerca do meio ambiente - entendido como lugar de interação entre aspectos naturais e sociais - se faz relevante frente aos problemas ambientais latentes na sociedade moderna, onde a dominação do ser humano sobre a natureza, sob a bandeira do progresso, ameaça nossa própria sobrevivência como espécie. Deste modo, ao dirigir nosso olhar para os livros didáticos, esperamos contribuir para promover uma Educação Ambiental transformadora nos seus mais variados contextos. Como parte de tal projeto, a presente pesquisa teve como escopo específico livros atualmente consagrados de História dos Estados Unidos, destinado a high school. São 22 livros selecionados a partir de outros trabalhos que analisavam as representações de mulheres ou afrodescendentes nos livros didáticos estadunidenses, e que utilizaram critérios semelhantes para escolha dos livros. Sendo que os resultados parciais aqui apresentados são frutos da análise de dois livros: "The American Pageant" (2001, 12 edição, 1134p.) e "A People's History of the United States" (2003, 3 edição, 729p). Quanto aos resultados parciais da pesquisa em andamento, de modo geral, não encontramos nas obras citadas nenhuma proposta de educação ambiental voltada para as questões atuais, tampouco houve uma historicização do mundo natural – predominando ainda uma visão disjuntiva entre sociedade e natureza. O progresso tecnológico é apresentado como invariavelmente positivo, e estimulado por uma narrativa de caráter nacionalista, expansionista, e

onde a apropriação de recursos naturais é frequentemente mencionada para a legitimação das identidades e dos projetos de determinados grupos sociais.

Bicicletas, paisagem e o estudo da história ambiental

Rogério Ribeiro de Oliveira
rro@puc-rio.br

PALAVRAS-CHAVE:

Qualquer nova proposição na ciência começa pelo uso dos sentidos (“É só dos sentidos que procede toda a autenticidade, toda a boa consciência, toda a evidência da verdade”, dizia Nietzsche). Embora as circunstâncias mudem historicamente, é inegável que as atuais tecnologias ampliaram ad nauseam as possibilidades dos sentidos. No entanto, isso não é um bem em si mesmo, pelo menos no que se refere à ciência. Os ganhos de tempo decorrentes da tecnologia, que fazem tudo ficar mais rápido e eficiente, muitas vezes se transformam numa verdadeira apologia à velocidade e à quantidade, onde muitos campos ficam carentes de investigação e de novas proposições. Como em um círculo vicioso, velocidade e quantidade tendem a direcionar à super-utilização de um sentido - a visão - em detrimento dos demais. Mas em se tratando de estudos sobre sistemas complexos como a paisagem e sua transformação, o uso dos sentidos ganha uma importância diferenciada. A bicicleta é considerada o veículo de propulsão humana mais eficiente já inventado pelo homem. É um meio de transporte amigável, não poluente, de fácil manuseio e de barata manutenção, acessível a todas as idades e classes sociais e um excelente exercício físico. Segundo o historiador Hobsbawm, os ciclistas se deslocam à velocidade das reações humanas e não estão isolados da luz, do ar, dos sons e aromas naturais por trás de parabrisas de vidro. O presente trabalho constitui uma proposição metodológica do estudo da paisagem pelo enfoque da história ambiental, tendo como ferramenta o uso de bicicletas. Em termos teóricos, considera-se que paisagem e transformação são duas coisas que andam juntas. A paisagem nunca está congelada ou permanece estática e constitui uma resultante do encontro de forças humanas e não humanas. O estudo das paisagens é, portanto, uma decodificação de vestígios desses encontros e transformações, bem como de suas respectivas resultantes socioecológicas. Serão abordadas as seguintes vertentes: a) uso dos sentidos e o papel da bicicleta como meio de pesquisa da paisagem; b) decorrências de seu uso: percepção da fauna, de aspectos geomorfológicos e de gradientes de espécies nativas ou exóticas; c) facilidade de contato com as pessoas, particularmente com populações interioranas. Serão apresentados dois estudos de caso: a

transformação da paisagem na região dos campos das vertentes (MG) e outro, sobre antigos sistemas de circulação do século XIX (RJ e SP).

O Museu Nacional em defesa dos Monumentos Naturais na década de 1930

Rute Guimarães Torres
rutetorres@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio Natural; Era Vargas; Museu Nacional.

Esta comunicação busca discutir a atuação do Museu Nacional do Rio de Janeiro em prol da inserção da categoria Monumento Natural na agenda das políticas patrimoniais do Brasil, na década de 1930. Propõe-se uma “volta à reflexão” da história da constituição da natureza como patrimônio, cuja década de 1930 é considerada um marco para experiência brasileira nessa temática. As especificidades do período ligam-se à estruturação de um Estado que procurava construir uma nova representação da nação. Nesse cenário, o Museu Nacional se dispôs a discutir de forma mais ampla questões sobre os monumentos naturais como referências para identidade nacional e como mantenedores de aspectos da natureza valorados pelas demandas daquela época. No contexto estudo, a instituição consolidou-se como local de produção e divulgação do conhecimento e como órgão técnico consultivo do governo. Centro de pesquisas e ensino, o Museu procurou inserir uma nova temática nos programas educacionais e na legislação: a Proteção à Natureza. Dessa forma, o objetivo central da comunicação é apresentar os projetos nos quais os membros da instituição propuseram a proteção à natureza na organização dos monumentos naturais travada pelo Poder Público. A partir dessa instituição, estudaremos como seu grupo de cientistas contribuiu nas definições de riqueza, diversidade e beleza para algumas porções da natureza, associadas à ideia de nacionalidade e de bens da nação. Isso demanda estabelecer um diálogo entre suas propostas voltadas para os aspectos naturais e aquelas defendidas no âmbito cultural, focalizadas nos lugares e objetos de valor histórico e artístico. O tratamento da natureza como “monumento” implica compreender as visões, práticas e entendimentos dados por aquela sociedade como parte dos processos que orientaram a seleção e a valoração das formações rochosas, das composições florísticas, das áreas de “espetacular beleza”, etc. Sendo assim, compreendemos que nosso tema se constrói na interface da História Cultural e História Ambiental, considerando também aproximações profícuas com a história política, da ciência e as outras áreas do conhecimento dedicadas ao estudo da natureza como patrimônio.

ST 06 - História e Linguagens: Biografia, Literatura e Teoria da História

Simpósio Temático

Ana Carolina de Azevedo Guedes

anaazevedoguedes@gmail.com

Doutoranda em História

PUC - Rio

Edson Silva de Lima

edson_hist@yahoo.com.br

Mestre em História

UNIRIO

Evander Ruthieri Saturno da Silva

evander.ruthieri@gmail.com

Doutorando em História

UFPR

Maycon da Silva Tannis

ms.tannis@yahoo.com

Mestre em História

PUC - Rio

Proposta do Simpósio

O simpósio temático tem como objetivo o diálogo entre estudantes e pesquisadores que investiguem fontes e problemas relacionados às dimensões da Biografia, da Literatura e da Teoria da História, no cerne de abrangentes e multiformes linhas de contato com a teoria da literatura, a qual, segundo Luiz Costa Lima, tende a ampliar verticalmente e horizontalmente o fazer historiográfico. E ao tomar como ponto de partida a perspectiva de que estes objetos fornecem novas evidências fragmentárias e verossímeis a respeito das formas de sentir e pensar em determinado contexto sócio-histórico se mostram e tornam-se passíveis de tematização crítica. Nesse sentido, o

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

simpósio visa reunir trabalhos que dialoguem com os fundamentos constitutivos da formatividade literária e da Teoria da História, por meio de análises que concebam uma escrita da história a partir de um diálogo abrangente, no qual narrativas biográficas e literárias estejam presentes em pesquisas e pesquisadores de várias frentes possíveis. Nos últimos anos, em um movimento que acompanha a expansão dos métodos e abordagens mobilizados por historiadores e historiadoras, as discussões sobre das relações multifacetadas entre história, ficção e narrativa ganharam novo fôlego, desdobrando-se em pesquisas dedicadas ao amplo universo de temas relacionados à literatura enquanto fonte histórica: estudos de trajetórias, biografias e itinerários sociais de literatos e editores, livreiros e leitores; análises dedicadas à materialidade dos livros e aos processos editoriais, à circulação e mobilidade dos textos; articulações entre literatura e memória, literatura e patrimônio, poesia e memória, imaginários sociais e sensibilidades; bem como a concepção expansiva entre uma possível escrita da história com elementos da ficção, de modo a romper com sua pressuposta dicotomia opositiva, em favor de tessituras narrativas em que se apresente uma relação entre História, Ficção e Literatura. Esses eixos ligados pela relação em que a análise da vida do sujeito produtor, discursos e devir no mundo possa ser orientadora de sua prática teórica e escrita. Assim, o simpósio visa agregar trabalhos que lidem com esses temas e problemas, não de modos isolados, mas de forma a atravessar por um questionamento metodológico, teórico e pela via da linguagem, capaz de orientar uma escrita da história que tenha a sensibilidade de tocar temas pouco explorados a partir das transformações na relação entre historiador, epistemes e objeto de estudo.

Comunicações

Pluralidade identitária em Caderno de Poesias, de Maria Bethânia: formação brasileira entre a história e a literatura

Everson Nicolau de Almeida
eversonscj@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, História, Identidade Nacional, Maria Bethânia.

Em sua obra intitulada *Caderno de Poesias* (2015), a intérprete baiana Maria Bethânia realiza uma composição na qual é possível perceber um olhar ensaístico sobre a história do Brasil a partir de fragmentos de textos literários e de imagens. Deste modo, é por meio da montagem de fragmentos que Bethânia sistematiza um modo de ver e de dizer sobre a constituição da sociedade brasileira em seu aspecto plural, considerando a diversidade étnica e identitária que se estabelece em nosso país. É através das inter-relações entre os campos da literatura e da história que se realiza este estudo sobre o *Caderno de Poesias*, a fim de que seja possível analisar a obra em seu aspecto literário e ensaístico. Assim, para que seja possível uma análise historiográfica, toma-se por base trabalhos referentes à formação do Brasil como Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Caio Prado Junior (*Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*), além de obras específicas do campo literário, como as de Antônio Cândido (*Literatura e Sociedade*), Alfredo Bosi (*Dialética da Colonização*) e Silviano Santiago (*O entre-lugar do discurso latino-americano*), a fim de que seja possível uma discussão ampla e interdisciplinar sobre as relações étnicas, históricas, econômicas, sociais e culturais presentes no *Caderno de Poesias*. Sendo assim, a questão a ser compreendida diz respeito a uma obra literária e ensaística em que estão contidos múltiplos aspectos na constituição de uma identidade que se entende plural (*Da Diáspora: identidades e mediações culturais*). Este trabalho é orientado pelo professor Angelo Adriano Faria de Assis, como parte de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), na área de Estudos Literários.

Leonor de Mendonça e o feminino através do teatro de Gonçalves Dias.

Ana Paula Silva Santana
anapaulasantana.ufop@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Feminino, Modernidade, Gonçalves Dias, Romantismo, Stimmung.

A apresentação compreenderá a análise das personagens femininas construídas em um drama de Gonçalves Dias. Tendo por base a obra Leonor de Mendonça (1846), pensaremos a peça inserida na modernidade, momento de intensa “aceleração do tempo” e reorganização da linguagem, em que certas palavras adquiriram um caráter de disputa e tornaram-se conceitos, assim “mulher” e “feminino” assumiram um novo papel quer na linguagem quer em certos espaços sociais. O romantismo enxergou o feminino/a mulher ora como anjo benfeitor e despertador do belo, ora como demônio sedutor capaz de levar à perdição e, no que mais nos interessa, por um viés de crítica social ao papel das mulheres no espaço urbano, a partir do paradigma da individualidade e da subjetividade. Assim nosso objetivo é acompanhar, a partir da literatura e do campo linguístico, como o feminino/a mulher foi se reconstituindo, mesmo que inicialmente, no interior do Brasil na segunda metade do século XIX.

The Lady of The Shroud (1909), de Bram Stoker e a questão oriental

Evander Ruthieri da Silva
evander.ruthieri@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História e Literatura, Imaginário Político, Bram Stoker.

Em 1909, o literato anglo-irlandês Bram Stoker (1847-1912) publica *The Lady of The Shroud*, um romance epistolar no qual narra as aventuras do anglo-escocês Rupert Sent Leger, que herda uma propriedade nos Bálcãs, apaixonando-se por uma misteriosa mulher envolta em uma mortalha e, após descobrir sua verdadeira identidade, envolve-se em conflitos contra a invasão turca na ficcional Land of the Blue Mountains. A narrativa literária, misto de ficção política e aventureira, constrói-se em torno do que se convencionou chamar, ao longo do século XIX, de “questão oriental”, a saber, um vasto número de problemas políticos que tinham como palco a região intermediária entre a Ásia e a Europa, e que se concentram em três aspectos centrais: a) o enfraquecimento do Império Otomano, considerado por muitos contemporâneos como o elo fraco dentre as nações europeias; b) a emergência de movimentos nacionalistas na península balcânica, sobretudo entre os sérvios; c) o avanço das políticas imperialistas russas, facilitadas por intermédio de tratados firmados com o Império Otomano no final da década de 1870. A análise do texto literário em questão, a partir de referenciais teórico-metodológicos concernentes à relação entre História e Literatura, converge em uma chave de leitura política, ao entender que, em *The Lady of The Shroud*, Stoker enreda fantasias políticas de revitalização do Império Britânico, ao enfatizar o protagonismo de personagens oriundos das fronteiras étnico-geográficas, ao exemplo de anglo-escoceses e anglo-irlandeses, na consolidação dos sonhos de uma Greater Britain.

Os pivetes de carvalho - o surrealismo no Brasil nas décadas de 1950 e 1960

Lucas Romano Silva
lucasromano23@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Surrealismo, Campos de Carvalho, Roberto Piva, História e Literatura.

Serão analisados neste artigo os textos publicados pelo novelista Campos de Carvalho e o poeta Roberto Piva entre as décadas de 1950 e 1960. Entre 1956 e 1964, Walter Campos de Carvalho publicou os quatro romances que, por sua escolha, formariam a sua Obra Reunida, publicada em 1995 pela José Olympio Editora. Fazem parte desse volume *A lua vem da Ásia* (1956), *Vaca de Nariz Sutil* (1961), *A Chuva Imóvel* (1963) e *O Púcaro Búlgaro* (1964). Roberto Piva publicou entre 1961 e 1964 os textos que formariam *Um estranho na legião*, o primeiro volume de suas obras reunidas publicado em 2005 pela Editora Globo. Constam neste volume o poema *Ode a Fernando Pessoa* (1961), os manifestos *d'Os que viram a carcaça* (1962) e os livros *Paranóia* (1963) e *Piazzas* (1964). Além da estética surrealista, os autores têm em comum a crítica ácida à cultura ocidental e a construção, nas suas obras, de uma identidade cosmopolita relacionada ao modernismo. As representações construídas pelos autores serão pensadas a partir das sensibilidades que constroem os textos, que trazem em si significados que dialogam com o universo mental da época e fazem parte de uma cultura específica. A linguagem, essência da literatura, permite essa abordagem por surgir da relação dos homens entre si e com a realidade e se tornar elemento modelador dessas relações. Desta forma, a literatura enquanto produto de seu tempo apresenta a subjetividade da relação autor-cotidiano e autor-sociedade, pois não traz consigo apenas a percepção de seu criador sobre sua realidade, mas o que gostaria de, nesta realidade, ver modificado.

No correr e no corroer do tempo: o conceito de Nostalgia nos fins do século XX

Pedro Gabriel Torres de Assis
ptorreshist@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Nostalgia, Retorno, Narrativa, Literatura, Milan Kundera.

O projeto destina-se a ler a obra do ficcionista Milan Kundera (1929-...) e do ensaísta Marshall Berman (1940-2013), de forma comparada, tendo em vista a elaboração e estruturação do conceito de nostalgia retido em ambos. Não se trata de conceber a nostalgia como um conceito da medicina que remete ao século XVII, mas entender as novas atribuições de sentido à palavra, em fins do século XX e no alvorecer do XXI. O tema da nostalgia instiga outros conceitos a ela associados em cada autor e todos sugerem um uso político da história em suas ficções históricas e ensaios. A partir de Kundera, se analisará os conceitos de regresso e pertencimento na época contemporânea – com maior especificidade na Europa Oriental após a ruína da União Soviética – em sua obra *A Ignorância* (2000). A análise de Marshall Berman, no seu ensaio “Nostalgia dos anos 60”, atenta-se aos conceitos de crítica literária e experiência do tempo. O conceito de nostalgia está presente nos escritos de ambos autores, sobretudo quando indicam a falência do projeto da modernidade em sua crítica à experiência do tempo pautada no progresso/processo, a percepção de um futuro idílico e no antropocentrismo, em diálogo com ponderações do pós-modernismo. A nostalgia, aqui apresentada como centro desse projeto, não deve ser entendida somente em sua dimensão conceitual, mas associada também à permanência topos que remete ao canto V da *Odisséia* de Homero.

Diálogos entre Teoria e Literatura: A escrita dos relatos clínicos de Freud

Larissa de Assis Pimenta Rodrigues
apr.larissa@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Freud, Ficção, Psicanálise.

Sigmund Freud apresenta um interesse substancial nas Obras literárias. Sobretudo em relação a seu conteúdo, muito mais do que a sua forma estética. Seu interesse está nos sentidos que a obra traz, pois o que Freud encontra na obra literária não é um conteúdo único trazido pela forma, mas expressões de um conteúdo comum, originado e organizado pela cultura. Pensando uma aproximação entre psicanálise e literatura, vê-se que ambas são práticas textuais que se encontram no campo da linguagem. A linguagem é, segundo Saussure, a primeira Instituição, à qual todo significado se subordina. Lacan, grosso modo, evoca a linguagem como O Grande Outro. A literatura é, dessa forma, condição e possibilidade para a prática da psicanálise, esta que revela não um inconsciente coletivo a priori, mas efeitos comuns de interpretação deste. Se por vezes a psicanálise e a literatura se apresentam como pares opostos, como sentido literal/figurado, ficção/realidade, sério/pouco sério; por outro lado é possível dizer também que elas se encontram dentro uma da outra. Assim, a literatura motiva (porque evoca questões) e habita nos conceitos fundamentais da psicanálise (exemplo: complexo de Édipo, Narciso, Eros, Marquês de Sade, Leopoldo Von Sacher-Masoch). Por isso diz-se que a obra literária é o inconsciente da psicanálise: ela faz emergir temáticas inconscientes, irreconhecíveis para o sujeito criador. Por isso a obra é necessária; e como diz Foucault, a ausência de obra é a própria loucura (porque é a eterna repressão das pulsões). A escrita do caso clínico também faz uso do recurso literário, ao relatar em forma de novela. A exposição do caso demanda uma retórica típica do romance, para ambientar o leitor à situação específica do personagem. Sendo assim, a literatura antes rechaçada como ficção pura, pode retornar para a forma teórica, pois como relato de caso, ela ganha toda propriedade como base e como meio para as formulações teóricas. Um caso emblemático relatado por Freud foi o de Daniel Paul Schreber. Este fora um paciente psicótico que escreveu sobre sua própria patologia, esta analisada por Freud. Este caso foi usado como testemunho de uma situação tão particular, e ao mesmo tempo com aspectos universais (referente aos psicóticos). Percebe-se que a escrita literária revela ainda mais do que se propõe, já

que, ao fazer uso da linguagem, revela elaborações do inconsciente, que fogem ao próprio criador, e que é o conteúdo que interessa à história e à psicanálise.

A rainha reabilitada: as escritas e os usos das biografias de Maria Antonieta

Felipe Bernardo da Silva Goebel
goebel.felipeb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Regime, Monarquia Absolutista, Maria Antonieta, Biografia.

A presente comunicação visa analisar as diversas biografias da rainha Maria Antonieta, executada na guilhotina em 1793. Centraremos nossa investigação nos mecanismos que pautaram a escrita das diversas biografias analisadas, dando ênfase para os paradigmas de escrita historiográfica e de pesquisa biográfica que nortearam a escrita de cada obra. Nos debruçamos, inicialmente em *Vie Privée de Marie Antoinette*, primeira obra escrita a centrar-se na figura da rainha, imediatamente após a o eclodir da Revolução e que contém os relatos e memórias de Madame Campan, uma de suas damas de companhia. Seguimos após isso para as diversas biografias escritas no período da Restauração e Império, sobretudo por nobres franceses exilados, que mitificaram positiva e negativamente o imaginário sobre a rainha e como essas obras acabaram por solidificar uma memória institucional no palacete do Petit Trianon, em Versalhes. Passamos ainda pelas biografias mais flagrantemente literárias, especialmente a escrita por Stefan Zweig, buscando destrinchar os mecanismos de narrativa ficcional e psicológica utilizados pelo autor. Chegamos, por fim, às biografias mais atuais que buscam mesclar uma análise documental da vida privada de Maria Antonieta com estudos advindos da sociologia e da antropologia, dando especial atenção para as obras escritas por Joan Haslip, Antonia Fraser e Caroline Weber. Tendo como premissa básica, a idéia de que a biografia pode ser definida como um gênero híbrido que se encontra entre a literatura e a História, colocaremos em debate ainda como que as biografias de tal personagem relacionavam-se com noções como verdade, narração, testemunho, memória, psicologização e escrita da História, marcando os diversos debates acerca desses tópicos e como eles podem ser percebidos nas diversas obras estudadas.

Mask of Anarchy: Percy Shelley e o Massacre de Peterloo (1819)

Bárbara Deoti Silva Rodrigues
bdeoti3@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Massacre de Peterloo, Shelley, movimento operário, Romantismo inglês.

O Massacre de Peterloo foi um dos eventos políticos mais marcantes da história inglesa do século XIX. A repressão violenta da manifestação pacífica reunida em St. Peter's Fields, em Manchester, teve um impacto significativo na formação do movimento operário e suas subsequentes formas de organização e luta, nas ideias e ideais. O poema “The Mask of Anarchy” de Shelley, publicado postumamente em 1832, se tornou simbólico na memorialização do Massacre. A narrativa construída pelo poema desafia e subverte aquela promovida pelas autoridades e valida a posição e o discurso dos manifestantes. Há um entrelaçamento entre os campos político e literário – a ação política se dá através da intercessão literária por intervir na “partilha do sensível” (Rancière, 1995). O poema promove uma subversão cognitiva necessária para uma mudança política. Através da análise do poema, de sua representação do conflito ocorrido em Manchester e das críticas da versão oficial procuramos recuperar o envolvimento do romantismo inglês com o nascente movimento operário.

Atavismo, profissionalismo e ansiedade burguesa no período vitoriano: uma análise histórica através da literatura

Pedro Victor Antunes Guerra
p.v.guerra@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Vitoriano, Burguesia.

Na presente pesquisa nos propomos a analisar, sob um viés histórico, a obra "The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde", de autoria do escritor escocês Robert Louis Stevenson. Na obra é apresentada a história do médico Dr. Henry Jekyll, que elabora um método para cindir a própria identidade: de um lado, resulta o respeitável burguês, exímio profissional, cumpridor de leis e “[...] expoente máximo das decências, [...] um dos homens que pratica o que se costuma chamar o bem” (STEVENSON, 2010, p. 14). Do outro, temos a figura do sádico, perverso e detestável Mr. Edward Hyde, apresentado como “[...] pálido e quase um anão, [dando] a impressão de deformidade sem que tivesse qualquer defeito a que se pudesse dar nome” (STEVENSON, 2010, p. 21). Logo de início, é quase inevitável relacionar a construção ficcional de Stevenson com as “descobertas” científicas disseminadas no período vitoriano, principalmente aquelas surgidas dos estudos do criminalista italiano Cesare Lombroso. Após observar e dissecar um número desconhecido de cadáveres de criminosos, colecionar obras de arte de delinquentes, juntamente com seguidores sob sua orientação, Lombroso pôde concluir que os homens criminosos o são desde o seu nascimento e esses poderiam ser reconhecidos por características físicas atávicas marcantes, que são indícios de regresso a um estágio mais primitivo do desenvolvimento humano (GAY, 1993). O criminoso de Lombroso carregava assim o estigma da degenerescência, um sinal de que o gênero humano ia mal, simbolizado pela deformidade física ou intelectual. Entretanto, fato é que os discursos científicos que pululavam na época, que embasaram a teoria da degeneração e outras, eram “legítimos” pois reproduziam as ideologias da classe burguesa, relacionando o criminoso com o atavismo, e ambos com as classes mais baixas (ARATA, 1996). Assim, a preocupação com os homens, que como Mr. Hyde, eram “degenerados”, “atávicos” e “criminosos”, era fruto muito mais de uma intensa “apreensão burguesa” do que uma preocupação real com a solução do problema da criminalidade e degeneração do gênero humano.

Literatura e História: A literatura na legitimação cultural nos EUA e Argentina

Hugo Farias de Sousa
hgfariasdesousa32@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, História, Historiografia, Memória.

Este trabalho pretende demonstrar por um comparativo entre a Literatura de Fronteira do EUA, que tem relação com a expansão para o Oeste durante o Século XIX, e a Literatura Argentina sobre as questões dos Pampas e das terras indígenas durante o mesmo século XIX, a relação da História com a Literatura, refletindo sobre as questões da sociedade, que estão presentes nas obras literárias de cada meio e tempo. As observações serão feitas refletindo a construção da memória e da narrativa historiográfica em sua ligação com as obras literárias, analisando como estas tem um papel fundamental para legitimar determinados discursos ou construir novos. Para tanto usaremos reflexões de Fernando Catroga sobre a memória e historiografia, com sua constituição baseada no esquecimento, nos afetos e nas disputas de poder presentes nas narrativas históricas. Analisaremos Eric hobsbawn e suas questões sobre tradições inventadas, onde temos a eliminação de determinadas práticas e a manutenção de outras, o que se liga de forma sensível a construções narrativas. Outra questão será a de imaginários criados, na intenção de moldar a unidade, nacional por exemplo. Analisaremos Benedict Anderson e suas comunidades imaginadas, que possuem no texto historiográfico a ponte para isto. A análise e reflexão a respeito da relação da obra literária com a sociedade, feita por Antonio Candido nos mostra que as questões de cada período fazem com que a literatura passe o tempo e o espaço, mitificando, recriando e incorporando estruturas originadas na história do momento em que é criada, além de nos apresentar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais na literatura. Temos também as ideias de Roger Chartier em um debate sobre Literatura e História, que afirma que no texto literário há dispositivos de ficcionalização, que nos convidam a refletir sobre as categorias que governam em um dado momento e lugar, as normas estéticas e as expectativas dos públicos. Desde modo pretendemos refletir sobre as questões da literatura e sociedade nos EUA e na Argentina do século XIX através de obras como *The last of the Mohicans* (1826) de James Fernimore Cooper e *Facundo; Civilização e Barbárie* (1845) de Domingo Fausto Sarmiento, observando como os valores e as visões de mundo estão presentes

no texto literário, servindo de base para uma legitimação de práticas políticas, econômicas e culturais nestas sociedades em expansão.

Biografia Histórica em Pedro Calmon

Thayná Miclos
thay_miclos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esse trabalho pretende realizar uma pesquisa acerca da produção biográfica realizada por Pedro Calmon (1902-1985), intelectual baiano que atuou no Instituto Histórico e Geográfico. A fonte primária para a execução da análise é “O rei filósofo: A vida de D. Pedro II”, publicada em 1938 pela Coleção Brasileira e que esteve inserida na chamada febre biográfica dos anos 1930. Visto como um historiador tradicional, pertencentes às elites políticas, Pedro Calmon foi renegado e pouco estudado. Sua obra mais conhecida, “História Social do Brasil”, publicado em 1935, teve grande circulação no meio intelectual e foi amplamente utilizado como um manual de história síntese. No entanto, sua produção biográfica foi pouco pesquisada e merece um olhar atento e cuidados. Sabe-se que a escrita biográfica está em debate desde antiguidade. Tucídides, por exemplo, revelava um grande desprezo por esse gênero por se tratar de um gênero popular, enquanto Plutarco considerava o gênero fundamental para impedir que virtudes e realizações humanas não fossem esquecidas. A valorização de grandes homens, como produtores de história e de feitos importantes gerou a criação dos chamados “heróis”, e tornou-se especialmente difundida durante o século XIX, foi também nesse período que a escrita biográfica gerou importantes reflexões acerca da produção do conhecimento histórico. Sabina Loriga escreve que: “Hoje, após a polêmica contra a ‘história historicizante’ que fez da biografia um emblema da história tradicional e événementielle, pode nos parecer estranho que alguns historiadores do século XIX tenham podido ver na biografia um instrumento para escapar da fascinação dos fatos”. (LORIGA, 1998, P.234). Nesse sentido, pretende-se, observar que as biografias, contribuem de forma significativa para a elaboração de métodos na investigação histórica, gerando questionamentos a cerca de como entendemos a história que ultrapassa o simples encadeamento dos acontecimentos.

A experiência da aids em obras de Caio Fernando Abreu

Guilherme da Silva Cardoso
guilherme.sscardoso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Caio Fernando Abreu, Regimes de historicidade, Tempo, Epidemia discursiva.

Escrevendo o tempo, repensando a vida: a aids em obras e cartas de Caio Fernando Abreu (1983 – 1996): O trabalho visa analisar de que modo o entendimento e a experiência do tempo frente à experiência-limite da aids se inscreveu na produção literária do escritor gaúcho Caio Fernando Abreu. A partir da década de 1980, a epidemia de aids entre homens homossexuais e a luta pela sobrevivência reconfiguraram movimentos e identidades, bem como os evidencia como grupo social. Assim, o discurso literário, em suas diversas expressões, se afirma como uma das maneiras de pensar e escrever sobre a aids, abrindo possibilidades e cenários dentro da epidemia discursiva sobre essa experiência. No Brasil, Caio Fernando Abreu destaca-se como pioneiro ao tratar do tema na escrita literária, fundando um estilo cujo pano de fundo da tensa relação de sobrevivência com a aids torna-se o cenário para indivíduos e suas experiências com o tempo, a vida, a sexualidade e a morte virem à tona: o medo, a condição e a presença da aids, assim, permanecem como um espectro, ancorados no passado que se estende, impondo-se como experiência de puro presente, como aponta Susan Sontag, em uma relação com o tempo que não pode ser ignorada. Analiso nessa pesquisa algumas obras do escritor que tematizam a aids, produzidas entre os anos de 1983 e 1990 - o romance Onde Andará Dulce Veiga? (1990), quatro contos de Os Dragões não conhecem o Paraíso (1988), e a novela Pela Noite, de Triângulo das Águas (1983) – e também, em algumas cartas enviadas por ele a seus amigos, buscando compreender, em um diálogo entre a historiografia e a literatura, de que modo essas obras apresentam as particularidades de uma experiência do tempo marcada por estigmas tão potente como os que ocorrem com a aids, com tamanho poder de interferência em como se entende passado, presente e futuro.

Patrimônio e Literatura: a representação da violas nos relatos de James Wells

André Vitor de Oliveira Batista
andrevitor134@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes, Patrimônio, Violas.

Diversos são os relatos do século XIX que descrevem os caminhos dos viajantes no Brasil. Esse tipo de literatura, que serviu para historiografia como fonte documental, hoje é relida como objeto de estudo, indicando uma abordagem recente e mais atenta aos valores e costumes comuns aos viajantes. Ao mesmo tempo em que se verifica essa alteração, a representação do outro nessas narrativas assume novo significado para essas análises. O discurso, em sua maioria, depreciativo das gentes e das terras pelas quais o viajante passa, assume um recurso de interpretação, sobretudo, de quem o enuncia. Essa comunicação é resultado de um estudo preliminar desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas, com objetivo de reconhecer as práticas e saberes associados à viola, como patrimônio cultural do estado. Para tanto, utilizou-se dos relatos dos viajantes para compreender os significados e circunstâncias em que estava imersa a viola ao longo do tempo. Particularmente na obra “Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão”, James W. Wells percorre o interior do Brasil com sua equipe, “contratada pelo governo imperial para levantar um itinerário para o trecho final da Estrada de Ferro Pedro II, levando os trilhos pelos vales do Paraopeba e do São Francisco até Pirapora”. (p. 18, Martins. In: Wells, 1995). Embora sua atenção à paisagem e aos ambientes seja maior do que para outros aspectos, justificada pelos motivos de sua viagem, Wells descreve também o cotidiano dos pequenos vilarejos e fazendas no interior de Minas Gerais. Em seu relato revela a beleza das comemorações, sons, comidas, expressões e o jeito rude, mas perspicaz, das gentes que habitavam essa imensa porção de “terras férteis e próprias para o progresso”. Nesse sentido, essa comunicação pretende compreender a presença e uso das violas, instrumento que já se mostrava relevante nos costumes mineiros, nas manifestações religiosas e culturais descritas pelo viajante inglês e, além disso, entender como esse tipo de literatura contribui para elaboração dos estudos técnicos do patrimônio cultural e na possível elaboração de políticas públicas para preservação dessas práticas.

Reflexões teórico-metodológicas sobre a produção de si de madre Dubost no século XIX

Melina Teixeira Souza
melufs@yaho.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Produção de si; Subjetividade; Vida religiosa feminina.

A Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo estabeleceu sua primeira casa brasileira em meados do século XIX, no município de Mariana, em Minas Gerais. A empreitada das freiras não era nada simples, já que para fundar o primeiro colégio católico feminino do Império, têm de enfrentar meses de travessia marítima de Paris até o Rio de Janeiro e, logo depois, prosseguir viajando a cavalo pelo interior do país. Sabendo da densidade da missão, Irmã Dubost, madre superiora da congregação no Brasil, começa um diário de bordo para relatar o cotidiano da viagem, e, ao chegar ao seu destino, prossegue escrevendo. A freira envia correspondências mensais para seus superiores franceses, tratando da fundação do Colégio Providência entre os anos de 1849 e 1858. Este artigo visa o precioso contato com a produção de si da religiosa, buscando classificar a escrita de madre Dubost, refletir se o material se aproxima de um relato autobiográfico em sua essência, ou se tem características mais próximas de um relatório institucional orientado pelo objetivo de publicação e divulgação dos feitos da companhia vicentina. Para tanto, é salutar discutir o conceito de subjetividade, relacionando-o à ascensão do individualismo moderno, bem como é necessário conferir importância a própria figura de irmã Dubost: quem era, o que a fizera optar pela vida religiosa, seus anseios e inquietações cotidianas, quais expectativas e motivações relacionavam-se à mudança para o Novo Mundo em novo patamar hierárquico dentro da congregação das Filhas da Caridade. Seria a freira um exemplo de crente fervorosa, portadora de uma religiosidade sentimental e inspiradora? Ou poderia ser, do contrário, uma burocrata a serviço da expansão da empresa católica no Oitocentos?

O masculino e a configuração do ser intelectual na autobiografia 'Homens e factos de meu tempo' (1939)

Luisa Marques de Paula
luisadepaulam@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia, Intelectuais, Gênero.

Ao considerarmos o papel dos intelectuais no processo de estruturação do mundo social, e, tendo em vista a importância dos produtos culturais para a construção e perpetuação de valores e representações que compõem a cultura política experimentada por determinada geração, compreender o lugar das biografias na veiculação de ideias é um investimento de grande importância historiográfica. Isso porque tais produções se apresentam como o terreno por excelência da constituição do “plano das representações instituídas” tal qual o concebeu Clarice Nunes (2000), e que deve ser entendido como aquele no qual os sujeitos representados por outrem podem assumir determinado comportamento ao levarem em consideração os valores que estão sendo a eles associados, tendo em vista que tais valores representam um conjunto de princípios e padrões que são tidos como ideais, almejavéis e identificáveis, especialmente se se tem em vista o caráter em geral elogioso dos exercícios biográficos e de nomeação. Interessado nesse tipo de problematização, esse trabalho pretende tensionar os diversos relatos biográficos elaborados sobre a figura do intelectual Aurélio Pires (1862-1937) com o texto de sua autobiografia "Homens e fatos de meu tempo", buscando questionar o peso das representações instituídas e suas adjetivações na própria construção autobiográfica executada pelo jornalista e professor, com especial interesse às questões que tangem a representação da masculinidade no exercício de escrita de si, tendo em vista os valores masculinos presentes nas próprias ideias de intelectual e do fazer intelectual nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

O tempo passa. Metáforas em torno do tempo na obra de Virginia Woolf

Ana Carolina de Azevedo Guedes
anaazevedoguedes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Virginia Woolf, Reinhart Koselleck, Romance Moderno, Imageria.

Este trabalho visa criar um esboço da reflexão sobre as metáforas nos romances de Virginia Woolf e na construção de uma mimesis própria localizada em sua fortuna crítica. Virginia Woolf (1882-1941) foi uma das principais autoras do século XX, tendo feito incursões na produção de ensaios, romances e contos que tinham como característica principal a escolha de temáticas cotidianas, mas revestidas de sensibilidade e de cuidado na expressão do que “as pessoas não diziam”. Fundamentando-se na importância do acionamento dos recursos metafóricos afim de construir imagens sobre uma narrativa interiorizada característica do século XX, através do uso do fluxo de consciência, pretendo instituir a existência de um universo próprio do uso da metáfora de Woolf. Compreendendo a metáfora como eixo principal de reflexão, o tempo figura das formas mais diferenciadas, tanto na parte do romance “Ao Farol”, intitulada de “O Tempo passa” publicado em 1926, quanto no enxerto publicado posteriormente. Meu esforço é de encontrar como esse tratamento da temporalidade nesses dois textos refletem sobre o tempo vivido por Virginia Woolf. Considerando a metáfora como Luiz Costa Lima trabalha em sua obra, podemos estabelecer um passo entre a mesma e o conceito, encontrando-se entre ambos um hiato, que pode ser preenchido com metáforas que aproximem o escritor da linguagem afim de comunicar a experiência. Com isso, traço uma possibilidade do fazer histórico nas obras de ficção da autora como parte do plano maior de minha tese de doutoramento.

Entre “História” e “histórias”: repensando os estudos de uma África plural

Fernanda Chamarelli de Oliveira
fchamarelli29@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Identidade, África, Afrocentrismo.

A partir de meados do século XVIII, desenvolve-se um conceito de história mundial e uniformizadora, a partir do movimento da ilustração e da revolução francesa. Caracteriza-se por ser uma história eurocêntrica, que vivencia um novo desenvolvimento do ser humano. Uma história que passa a designar como um todo a soma de todas as histórias individuais, que passa a representar a condição prévia de toda a experiência. O sentido desta história começa a se perder a partir dos desdobramentos das guerras mundiais e com o avanço da globalização e aumento de circulação de tecnologias, informações e pessoas ao redor do globo. Os estudos historiográficos passam a considerar uma multiplicidade de histórias e a analisar criticamente o sentido das histórias nacionais. Dentro deste processo de mudança está inserido o modelo de análise de histórias conectadas proposto por Sanjay Subrahmanyam, buscando um olhar alternativo para a história, desnaturalizando conceitos e reconhecendo as contribuições de uma pluralidade de práticas, valores e ideias que passaram a circular por diferentes regiões do mundo a partir do século XIV. Pensar em histórias plurais, em histórias conectadas, histórias globais, exige não apenas o reconhecimento do outro, de sua história, de seus saberes e suas contribuições dentro de diferentes culturas. Faz com que se considere quem de fato é este “outro”, propondo um olhar diferenciado, um entendimento de que se faz necessário assumir perspectivas diferentes das hegemônicas para que sejam compreendidas as matrizes culturais de diferentes povos e também sua visão de mundo e a forma como interpretam e utilizam conceitos e ideias comuns a um mundo global. A partir da perspectiva das histórias conectadas é possível pensar em um debate, estudos e conhecimentos em relação às histórias do continente africano que considerem sua multiplicidade de atores sociais e de elementos culturais, além do acesso a esses dados se fazer possível a partir da sua escrita pelos próprios africanos, reconhecendo fontes e fatores endógenos ao continente. Esse modelo ainda nos permite pensar nas relações interculturais estabelecidas pelas “Áfricas”, a partir das diversas interações ocorridas, a partir do que Subrahmanyam considera como um período de início da modernidade (early modern), em meados do século XIV.

Nas veredas da memória e do testemunho: história e literatura em Jorge Semprún

Raysa Luana da Silva Oliveira
raysa.silva@ifms.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Literatura.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o diálogo existente entre a memória e o relato testemunhal com a literatura e a história, a partir da chamada literatura de testemunho. Jorge Semprún, escritor espanhol sobrevivente de um campo de concentração da Alemanha nazista, relata, com muita propriedade, a rotina e os acontecimentos no campo, e a luta diária para sobreviver. É a partir desse olhar além-mar que o testemunho, de maneira geral, transita entre a necessidade e/ou impossibilidade de esquecer os fatos ocorridos, históricos ou não, e quase sempre traumáticos. Tais relatos, ora apresentados pela crítica literária como biografia, ora como ficção, são apresentados de diferentes formas como, por exemplo: pela escrita propriamente dita, e pelo diálogo, sempre produtivo, entre os fatos históricos e o cinema e a música. Essas múltiplas formas narrativas são o ponto de partida para ler os fatos históricos, contando as memórias do campo e da vida após a libertação. É por meio desse entre-lugar, ou não-lugar, às vezes expresso pelo silêncio e pela contemplação dessas artes, que este trabalho pretende desenvolver um frutífero questionamento entre essas teorias, mostrando a interessante – e complexa – fronteira da Literatura e da História.

Porviroscópio: as visões do futuro em O Presidente Negro, de Monteiro Lobato

Wesley Ribeiro dos Santos
ribeirosantos.wesley@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Distopia, Eugenia, Modernidade, Tempo.

A comunicação terá como finalidade apresentar os resultados parciais de pesquisa em face da iniciação científica intitulada Porviroscópio: as visões de futuro em O Presidente Negro, de Monteiro Lobato. A pesquisa é orientada pelo professor Julio Bentivoglio da Universidade Federal do Espírito Santo, fundamentada em seu projeto de pesquisa, Distopias históricas: diálogos entre história, literatura e teoria da história. O objetivo de pesquisa é compreender o lugar da distopia na teoria história, tendo como objeto as duas narrativas construídas na obra por Monteiro Lobato: o futuro americano e o presente brasileiro. Dessa forma possibilitaremos um diálogo a respeito do romance de Monteiro Lobato, O Presidente Negro, publicado em 1926. É importante destacar que o mesmo denota visões de futuro em que ocorrerá o Choque das Raças, dado que a Questão Racial é trada de um modo diferente no Brasil e nos Estados Unidos, buscando apresentar os perigos e sucessos da ciência, pois o Choque das Raças resultará na esterilização dos negros, considerada uma solução para o embate racial.

ST 07 - Poder e fé na Antiguidade Tardia e na Idade Média

Simpósio Temático

Carolina Minardi de Carvalho

cau_minardi@hotmail.com

Mestre em História Ibérica

UNIFAL

Olga Pishchenko

pisnitchenko@gmail.com

Doutora em História

UFMG

Paulo Renato Silva de Andrade

paulorsdeandrade@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Wanderson Henrique Pereira

wandersonhenriquep@hotmail.com

Mestrando em História

UFMG

Proposta do Simpósio

A proposta desse Simpósio Temático é consolidar os Encontros de Pesquisa em História da UFMG como espaço para debate, meio de intercâmbio, consolidação e expansão das pesquisas sobre os períodos convencionados como Antiguidade Tardia e a Idade Média realizadas no Brasil. Entende-se que eventos desse tipo são importantes para aprofundar as reflexões e os diálogos historiográficos, bem como apresentar novas fontes ou abordagens ainda pouco conhecidas. O objetivo principal é contribuir para a compreensão das relações entre poder e fé nos períodos supramencionados. As comunidades políticas do medievo possuiriam especificidades no que diz respeito ao exercício

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

do poder e ao lugar que as três grandes religiões monoteístas, no Ocidente e no Oriente, ocupavam nas relações cotidianas. Reflexões relacionadas à estruturação desses dois tópicos, em suas múltiplas dimensões, permitiriam a compreensão dos discursos construídos em torno de diversas questões, como o “Outro”, a magia, a criação artística, o gênero, a justiça, o governo urbano, entre outros. Ressalta-se, ainda, o papel que tais religiões tiveram nas transformações das noções e categorias de tempo e na construção de meios para sistematizar a sua passagem, bem como nas formas de apreendê-lo e de interpretar a história humana. A temática proposta, portanto, é bastante ampla e possibilita a inclusão de problemáticas, regiões e tempos diversos. Propomos que seja realizado um debate interdisciplinar, ancorado na percepção do tema pela História, o que permita a troca experiências entre pesquisadores que se dedicam ao estudo dessas temporalidades em áreas do conhecimento como Teologia, Direito, Artes, Literatura, Linguística, Filosofia e afins. A metodologia adotada pelo Simpósio Temático será a apresentação de comunicações, agrupadas, pelos coordenadores, tendo como base a proximidade temática, seguida por debates, possibilitando a participação dos ouvintes.

Comunicações

O comportamento como exercício de poder no Regiment de la cosa pública (1383)

Luciano José Vianna

luciano.jose.vianna@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Francesc; Eiximenis; Regiment; Comportamento; Político;

A partir do século XII, o cenário ocidental medieval foi cada vez mais permeado pelo (re)aparecimento gradativo das cidades. A partir de então, alguns intelectuais daquele contexto preocuparam-se com o regimento das cidades, principalmente refletindo sobre formas de comportamento governamental por parte dos regentes das cidades, os quais deveriam apresentar características e comportamentos morais para o exercício do governo citadino e para o bom governo da coisa pública (*res publica*). Nesta comunicação, apresentaremos algumas reflexões sobre os diversos conselhos relacionados ao comportamento governamental dos regentes citadinos elaborados por Francesc Eiximenis (1330-1409) no Regiment de la cosa pública. O conteúdo do Regiment versa sobre a forma de se governar uma cidade medieval e apresenta reflexões sobre o exercício do governo citadino, considerando como fundamento os ensinamentos de diversos autores da Antiguidade e também apresentando fundamentos bíblicos em seu conteúdo. Nosso objetivo é analisar os conselhos elaborados por Eiximenis para serem exercidos pelos regentes citadinos compreendendo-os como um caminho para a realização do exercício de poder no ambiente citadino valenciano no final do século XIV. De acordo com as reflexões sobre a memória social e a memória cultural, discutidas respectivamente por Patrick Geary e Jan Assmann, observamos que a memória social faz parte do processo de renovação e reformulação que uma sociedade realiza sobre a compreensão do passado para integrá-lo em seu

presente, manifestando-se como uma formação cultural, como por exemplo, os textos. Neste sentido, utilizaremos esta perspectiva como fundamentação teórica para compreender a composição do Regiment de la cosa pública e também os conselhos elaborados por Eiximenis para o exercício do governo cidadão. Como metodologia, analisaremos alguns fragmentos nos quais identificamos alguns conselhos destacados por Eiximenis voltados para o comportamento governamental dos regentes da cidade de Valência.

“Castigos” como expressão de uma nova orientação de saber no reinado de Sancho IV

Olga Pisnitchenko
pisnitchenko@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Leão; Castela; Sancho IV; prosa; medieval;

Alfonso X morreu em abril de 1284 em Sevilha deixando um testamento singular, pelo qual deserdava seu filho, o infante Dom Sancho, em benefício de seu neto, Alfonso de la Cerda. Um testamento que não chegou a ser cumprido: o infante Dom Sancho foi reconhecido como rei único, coroado em Toledo como Sancho IV. Vários historiadores concordam com a afirmação de que o governo de Sancho constituiu uma ruptura com o ideário político e cultural do governo anterior. No plano cultural, esta ruptura pode ser identificada nas principais obras produzidas pela corte do rei Sancho e Dona Maria de Molina: Lucidario e Castigos. Nesta apresentação pretendemos discutir “Castigos”, acentuando as diferenças no tratamento de saber entre a obra sanchina e produção intelectual de Alfonso X.

Caráter autoral e construção de sentidos na *Legenda aurea*

André Rocha de Oliveira
andrero1898@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: *Legenda*; *Aurea*; Caráter; Autoral; Regime;

A *Legenda aurea* é um compêndio de relatos sobre Vidas de santos e festas litúrgicas organizado pelo frade dominicano Jacopo de Varazze na segunda metade do século XIII. Ela foi uma das principais obras hagiográficas produzidas no período medieval, tendo sido sucessivamente copiada e traduzida para as línguas vernáculas. Deste modo, chegou à Inglaterra, França, Áustria, Alemanha, regiões do leste europeu, além da própria península itálica, onde o êxito foi imediato. Desta forma, a *Legenda aurea* alcançou os mais diferentes ouvintes e leitores, seja por meio da leitura – silenciosa ou em voz alta –, seja por meio das pregações, para as quais o legendário foi utilizado como fonte pelos frades e integrantes do clero em geral. A obra do frade genovês pertence à modalidade de legendário conhecida como *legenda noua*, que se caracteriza pela presença de intervenções do compilador nos textos originais reunidos. Essas ações atribuem ao responsável certo caráter autoral, pois indicam que sua participação vai além da mera compilação de manuscritos. Elas constituem procedimentos que chegam até mesmo à reelaboração textual do escrito a ser inserido no legendário. Isto é, desde que não rompa com a tradição textual medieval, que preconiza o respeito às autoridades do passado. Neste sentido, na presente comunicação colocaremos em relevo três manifestações nas quais é possível identificar intervenções que podemos considerar autorais na *Legenda aurea*. São elas: a primazia pelas *legendas antigas*; a tipologia de santo privilegiada, e as modalidades de milagres mais comumente escolhidas. Pretendemos com isso, em nossa comunicação, verificar como foi realizada a construção – ou transformação – de sentidos no legendário. Para, em seguida, voltarmos nossas atenções para o objetivo da manipulação de sentidos nos textos da *Legenda aurea*. Adotamos como hipótese que essas ações praticadas nos textos serviam ao propósito propagandístico da obra de Jacopo de Varazze em prol da implantação do regime de verdade almejado pelas autoridades eclesiásticas.

O Iconoclasmo Bizantino: modos de integração e desintegração no Mediterrâneo.

Caroline Coelho Fernandes
carolfernandes1989@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo que pode se inserir na perspectiva da corrente historiográfica intitulada ‘Global History’, com ênfase na história Mediterrânea, com a análise do Iconoclasmo Bizantino, de forma a demonstrar suas consequências para o Mediterrâneo no século VIII, especialmente para os romanos e para os árabes, uma vez que nesse período Constantinopla era o principal centro econômico, religioso e social do Mediterrâneo, devido à sua posição estratégica situada ao mesmo tempo tanto na Ásia quanto na Europa. Neste sentido, iremos expor como esse acontecimento atingiu não somente a parte oriental do globo, que no referido recorte teve como principal ocorrência a expansão islâmica, como a ocidental, com a antiga capital dos romanos e a ascensão de Carlos Magno, através das noções de integração e desintegração mediterrânica.

Mesquitas e catedrais: mudanças nos contextos citadinos ibéricos (séc. XI a XIV)

Anna Carolina Alves Viana
annacvianas@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Catedral; Mesquita; Toledo; Córdoba; Poder;

Mais do que grandes centros cúlticos, as mesquitas e catedrais podem ser, especialmente a depender de seu contexto, símbolos de conquista e poder, como defende Robert Hillenbrand. Nas cidades de Toledo e Córdoba, encontra-se um padrão que diz respeito à existência de alterações nesses edifícios – e também na estrutura interna que rege o clero – a partir das guerras da reconquista cristã. Encontram-se mudanças nas relações estabelecidas entre o clero local e aquele que veio com o rei, que passou a ocupar posições de maior importância. Além de trazer alterações na esfera clerical, vê-se também que ocorriam mudanças internas nas relações de poder da comunidade, que passava a ter novos líderes e a habitar um local que se organizava e se identificava de maneira diferente – as cidades do antigo império islâmico tornaram-se episcopados, como colocam Francisco Hernández e Hillenbrand, ganhando um novo ordenamento jurídico. Assim, busca-se investigar a história dessas cidades, identificando possíveis relações entre as transformações sócio-arquitetônicas dos edifícios de culto, àquelas que dizem respeito ao grupo que se encontrava no poder e às novas redes de poder que ele estabelecia. Compreender as funções sociais e políticas dos espaços de culto comunal se faz, portanto, necessário, a fim de delimitar melhor como o lugar atribuído a esses centros influenciava o cotidiano e as relações que a comunidade local estabelecia com eles. Por meio de revisão bibliográfica e da análise da Primera Crónica General de España, pretende-se expor como o estabelecimento dessas construções trazia de maneira consequente ou paralela, diversas alterações organizacionais e estruturais para o clero e a cidade.

Transformações urbanas no Marrocos medieval tardio

Hugo Clemente Palmier
hugocpalmier@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Seguindo a queda dos Almóadas na segunda metade do século XIII, as relações tribais entre comunidade árabes e berberes passaram a tomar uma nova forma de organização, especialmente no que diz respeito aos centros urbanos. Esta pesquisa visa, ao analisar dados arqueológicos e compará-los com o relato de cronistas, em especial Ibn Khaldun, para traçar como a queda dos Almóadas e a ascensão de outras tribos afetou as condições em três principais centros urbanos sob controle Marinida: Fez, Sijilmasa e Marrakech.

Princesa Olga de Kiev como Governante Ideal na Crônica dos Anos Passados

Leandro César Santana Neves
kingelgyem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rus; Kiev; Olga; Sviatosláv; Exemplum;

Pretendemos a partir de nossa comunicação analisar a figura da princesa regente e futuramente santa Olga de Kiev (944/5 - 960) na fonte conhecida como "Crônica dos Anos Passados" (Póvest Vremennýkh Luiét), escrita entre os séculos XI e XII em Rus de Kiev. Acreditamos que a personagem fora construída em três narrativas presentes na fonte, sendo elas a vingança contra os Derevlianos, sua conversão em Constantinopla e sua morte em 969, a partir de um modelo de governante ideal disseminado tanto na PVL quanto em outras fontes da época. As historietas sobre a regente seriam relato de cunho moralizante que faz uso da realidade do receptor, sendo os príncipes no caso de Rus, para convencer-lhe em seguir uma conduta proposta, evocando então o conceito de "exemplum" de Claude Bremond, Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. Logo, tais teriam uma função pedagógica que era difundida a partir do recontar de seus feitos na fonte.

Asceticismo e o surgimento da *Umma*: Entre o retiro social e a refundação

Paulo Renato Silva de Andrade
paulorsdeandrade@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Asceticismo e o surgimento da *Umma*(itálico):Entre o retiro social e a refundação do social Uma tendência recente da erudição histórica relacionada ao movimento profético de Muhammad no século VII e o surgimento do Islam é a ampliação do escopo temporal e espacial da análise dos documentos disponíveis, com a finalidade de se escapar da interpretação clássica do fenômeno como algo isolado historicamente, espacialmente, cosmologicamente. A partir dessa postura, tem se construído uma imagem do movimento deste profeta melhor alinhada ao panorama político-religioso do Oriente próximo durante a Antiguidade Tardia. Por outro lado, a simples conclusão de que o movimento proto-islâmico teria adotado as muitas características e discursos dos judaísmos e cristianismos em seu entorno nos parece equivocada, na medida em que muitas das características destes mesmos judaísmos e cristianismos eram mutuamente excludentes e contraditórias, e que a própria trajetória política, bastante singular, do movimento de Muhammad, necessariamente implicaria em escolhas e mudanças significativas em seus fundamentos teológicos e cosmológicos, bem como sociais e políticos. A postura mais cautelosa, de análise comparativa entre as características verificadas nas comunidades religiosas e políticas de maneira controlada, uma de cada vez, nos parece um caminho mais proveitoso em direção a uma reavaliação gradual, porém responsável, do que se pode afirmar - e até onde se pode afirmar - a respeito do movimento profético e político liderado por Muhammad e da comunidade proto-islâmica. Na tentativa de contribuir nessa empreitada, esta comunicação pretende tecer alguns paralelos entre o ideário ascético judaico-cristão do período e suas manifestações - positivas ou negativas - no movimento de Muhammad. Contudo, nosso foco estará especificamente sobre a concepção de "fuga" da comunidade, de "retiro" social, que se pode verificar no ideal ascético judaico-cristão, e como se manifesta na comunidade proto-islâmica. Ainda que existam passagens notórias no texto corânico em que rahbaniyya (em árabe, normalmente traduzido como monasticismo) e práticas ascéticas são criticadas, nos parece haver uma tensão entre uma espécie de exortação ao rompimento com a antiga comunidade "idólatra" por um lado - o retiro - mas,

por outro, uma formação gradual de outra comunidade, a Umma - algo não exatamente imediato nos movimentos ascéticos cristãos. Propomos apenas algumas reflexões preliminares nesse momento inicial.

Beda e a Construção da Identidade do Povo Anglo

Francisco Pereira Castilho Ferreira Machado
franzcast@his.grad.ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Alta Idade Média; Medieval; Beda; Identidade; Northumbria;

Nesta apresentação será abordada a construção da identidade dos povos anglo-saxônicos na *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* de Beda, o Venerável, durante o século oitavo. A obra, um dos mais importantes escritos de sua época, narra diversos acontecimentos importantes, desde os antecedentes da invasão romana até a contemporaneidade do autor. Uma das narrativas centrais desta obra, é a de que o povo anglo teria sido escolhido por Deus para ir para a Grã-Bretanha e renovar a fé cristã na região, que se encontraria ameaçada pela degeneração dos antigos habitantes da ilha. A partir daí Beda cria em sua obra uma identidade para aqueles povos, baseada nas ideias de povo eleito, de terra prometida e também na ideia de uma unidade entre todos aqueles povos. Atualmente, por meio de estudos de cultura material e pelo nível mais aprofundado de análise crítica da própria obra, já se encontram evidências muito fortes de que o Povo Anglo não possuía uma identidade única, sendo na realidade uma miríade de diversos povos com origens muito diferentes no continente, além de que teria ocorrido uma importante assimilação dos povos romanos-britânicos, o que levaria à uma outra questão, que seria a motivação da construção desta identidade por Beda. Durante o século oitavo, a região das ilhas britânicas onde se encontravam os reinos anglo-saxônicos passava por um processo de unificações, expansões e consolidações de unidades políticas, onde os menores reinos eram conquistados pelos mais poderosos, que lutavam pela hegemonia na ilha. Tal processo teria tido início quando estes povos se converteram ao cristianismo e começaram a constituir unidades políticas estáveis a partir do final do século sexto. É importante também ressaltar o papel da fé no contexto político da época, já que ao entorno dela que se construíam as principais narrativas de legitimação dos poderes das lideranças políticas, das identidades e das ações. Durante sua vida ele permaneceu a maior parte do tempo em meio aos seus estudos nos mosteiros de São Pedro e São Paulo, tendo viajado poucas vezes a localidades importantes da ilha. Beda, tendo vivido na Northumbria dos séculos sétimo e oitavo, participou ativamente da construção destas narrativas, que impactaram profundamente o contexto político da época. A importância dele se traduz em

sua canonização e na reverência que a Igreja presta a ele até a contemporaneidade, já que em 1899 foi declarado Doutor da Igreja pelo papa Leão XIII.

Guerra aos pagãos: O papel da cultura guerreira dos daneses nas cruzadas contra

Fábio Henrique Ribeiro Barbosa
fillodok@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta proposta de pesquisa tem como objetivo a análise da *Gesta Danorum*, manuscrita no século XII, sob a autoria do historiador medieval Saxo Grammaticus. O manuscrito é um dos documentos mais antigos da Idade Média escandinava e foi escrito a pedido do arcebispo Absalon, consistindo em dezesseis livros que perpassam a história da Dinamarca pré-cristã até a era cristã, ao fim do século XII. O enfoque será correspondente aos livros XIV ao XVI, que compreendem o período da Segunda Cruzada e relatam as expedições de guerra das cruzadas contra os eslavos ocidentais que, neste período, eram pagãos. A bibliografia que aborda a *Gesta Danorum* tende a afirmar que sua produção se articulou a propósitos de afirmação de uma identidade cultural dinamarquesa durante o século XII, sendo o passado pagão utilizado pelo escriba do arcebispo como referência para a construção de imagens de apelo para a sociedade de seu próprio contexto. Cabe, assim, perguntar de que formas o passado pagão dos daneses influenciou na realização das Cruzadas do Norte, bem como que motivações levaram estes povos a invadir e fazer guerra contra os eslavos pagãos ultrapassavam. Podemos perceber a *Gesta Danorum* como expressão representativa de um ideário consciente em seu processo de produção, cujos discursos foram imbuídos de um caráter ideológico que, implícito ou explícito, falava à sociedade de seu tempo sobre questões, processos e lutas por direitos muito marcantes. Procuo refletir, a partir da bibliografia acessada, sobre o contexto de produção da *Gesta Danorum*, tendo a Dinamarca do século XII como foco. Desse modo, é possível entender que sociedade produziu a *Gesta Danorum* e, em contrapartida, em que medida ela foi influenciada por essa obra.

O Pequeno Massacre de Gatos: uma reflexão sobre a definição e a periodização da Idade Média nas revistas de divulgação científica

Luiz Felipe Anchieta Guerra
anchieta Guerra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Medievalismo; Historia; Medieval; Periódicos;

Este trabalho se propõe a analisar três matérias da revista Superinteressante, publicadas entre 1999 e 2015, que abordam o tema das cruzadas e dos conflitos medievais entre ocidente cristão e oriente islâmico, tentando delimitar a construção discursiva feita, seus conceitos e escolhas narrativas. Dessa forma, esboça-se um panorama da representação desses acontecimentos dentro da produção de divulgação científica no Brasil. Nesse sentido, importa trazer à luz o conceito anglo saxão de medievalism (traduzido aqui como medievalismo), que envolve "todas as respostas à Idade Média em todos os períodos desde que a ideia de medieval começou a se desenvolver." Diferentemente dos estudos medievais, o campo dos "estudos do medievalismo" (medievalism studies) se encarrega do "estudo das respostas à Idade Média em todos os períodos desde que a ideia de medieval começou a se desenvolver", como aponta Thomas Alan Shippey. É importante ressaltar que o estudo dos medievalismos não consiste em apontar ou combater estereótipos sobre o período, mas sim em constatar e tentar compreender melhor a presença que a cultura medieval ainda exerce nos dias de hoje. Assim, pretende-se, finalmente, discutir a precisão e aplicabilidade desse termo para se trabalhar essas representações contemporâneas do medievo e suas permanências em nosso imaginário.

Amiano Marcelino: discussões teóricas na Antiguidade Tardia

Cynthia Alves de Oliveira
cy.oliveira24@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Amiano Marcelino; digressões; Antiguidade Tardia; Historiografia Latina

Em termos retóricos, uma digressão pode ser definida como o desenvolvimento inesperado que interrompe o fio temático do discurso seguido até então, onde o autor descreve um objeto, uma paisagem ou uma situação antes de retomar o assunto narrado anteriormente. Com a exceção de Heródoto, Amiano Marcelino é o autor antigo que mais lança mão do recurso das digressões em sua obra histórica: elas estão espalhadas por toda a sua obra e suas temáticas são as mais variadas possíveis. Durante muito tempo as digressões foram consideradas a parte da obra de Amiano com menor valor literário, que interromperiam a todo o momento a unidade da narrativa, em uma demonstração excessiva de erudição por parte do autor, desnecessariamente longas, que não mantinham um vínculo nítido com a narrativa principal e cuja veracidade das informações era duvidosa. Acreditamos que o ponto cego desses estudos é interpretar os relatos de Amiano por meio de uma óptica moderna, sem levar em consideração as especificidades do contexto de gênese da obra. Esta comunicação tem com objeto apresentar uma proposta de análise das digressões etnogeográficas – aquelas em que o autor descreve terras distantes e os povos que nela habitam - presentes na obra de Amiano Marcelino que considere o papel por elas desempenhado dentro da estrutura geral das *Res Gestae* levando em consideração as particularidades do ambiente historiográfico da segunda metade do século IV.

Vínculos locais e desígnios papais: uma análise a partir da comendadoria de Ruou

Bruna Zucherato
bruna.zucherato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Templários; comendadoria; Ruou;

O objetivo desta comunicação é analisar como se davam as relações entre os Templários da comendadoria de Ruou e as aristocracias locais no território de Vidauban e compará-las com os documentos papais. O poder pontifício é comumente visto como preponderante sobre o laicato e os eclesiásticos e os Templários como instrumentos do papa, sendo submetidos aos seus desígnios. A questão se mostra mais complexa se analisarmos os vínculos locais, pois a hipótese de que a vontade do papa possa interferir de maneira direta nesses vínculos revela-se muito questionável. Nesse sentido, entender como o conceito de “Reforma Gregoriana” pode distorcer a leitura da nossa documentação e como a concessão de imunidades e isenções entre a Ordem e o Papado se ligam diretamente a ele, nos leva a necessidade de construir um ponto de vista mais específico. Este mostra-se necessário para alcançar a proposta de que os desígnios presentes na documentação podem ser abordados de uma forma diferente.

Reflexões sobre História Medieval e Literatura de Viagem

Eduardo Leite Lisboa
eduardolisboa.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; Literatura de viagem; História medieval;

Talvez não seria exagerado dizer que o grande resultado da articulação entre História e Literatura seja o acesso privilegiado ao imaginário de determinado período. De igual maneira não teríamos novidade em afirmar que neste quesito a Idade Média era por excelência fantástica e maravilhosa. As narrativas de viagens nela produzida, por exemplo, estão repletas de sensibilidades muito caras à Cristandade ocidental, que, por inúmeras razões, verdadeiramente animou e colocou seus espíritos em movimento. Este gênero, todavia, parece-me estar sendo mais resgatado pela historiografia do que pelos estudos literários propriamente dito. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso tenho contactado com estas discussões e desenvolvido alguns pensamentos dentro da ótica das mentalidades e de sua permanência no Renascimento, visando discutir preconceitos históricos. Dessa forma, o objetivo da comunicação consiste em compartilhar estas reflexões ainda em processo, principalmente no que diz respeito à literatura de viagem enquanto fonte para o historiador interessado no longo e duradouro imaginário medieval.

ST 08 - História e Historiografia da punição, do crime, da polícia e da justiça

Simpósio Temático

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira

lucaspereirahistoria@gmail.com

Doutorando em História

IFMG - Betim

Mateus Frizzone

mfrizzone@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Igor Tadeu Camilo Rocha

igortcr@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Proposta do Simpósio

A documentação inquisitorial, judiciária e policial, desde a década de 1960, subsidia estudos históricos interessados no universo popular e na própria dinâmica dos órgãos punitivos. Busca-se compreender tanto a vida social, cultural e política que estaria por trás dessas fontes, quanto as condições de produção dessa documentação, as instituições e os sujeitos que as produziram, bem como o papel da violência, do crime, dos aparatos punitivos e da polícia no cotidiano de determinadas localidades e na sociedade em geral. O objetivo deste ST é promover o encontro de pesquisadoras(es) que trabalham com fontes e temas da polícia, do crime, da punição, da vigilância, da censura, da justiça criminal e da violência, no mundo moderno e contemporâneo, estimulando debates metodológicos e apresentação de resultados de pesquisas. Serão bem vindas propostas de

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

trabalho relacionadas às seguintes abordagens: 1) O crime e os criminosos. Variações ao longo do espaço e do tempo. Estudo tanto das práticas sociais e culturais criminalizadas pelo estado como dos grupos e indivíduos que foram historicamente identificados como autores de crimes e como criminosos. 2) As instituições públicas que tratam do crime. Surgimento e o funcionamento de aparatos legais, judiciários, policiais e prisionais como forma de lidar com o crime. Abordagens das normas legais, com ênfase na história do direito, da Inquisição ao Direito contemporâneo. Abordagens de história social e/ou cultural dos agentes que participam dessas instituições: juízes, carcereiros, policiais, defensores públicos, etc. 3) A formação das polícias como instituições públicas e como parte da história da formação do estado. Análise dos projetos, objetivos e diferentes modelos policiais – que não se resumem no objetivo de “combate ao crime” – bem como das condições cotidianas e da vida social e cultural constituída entre os sujeitos que formaram os diferentes grupamentos policiais. 4) As representações sociais a respeito do crime, do criminoso, da polícia e do policial tendo como fonte principal os processos-crime, mas também, a imprensa, a literatura, as memórias, a música e outras formas públicas que produzem explicações e imagens partilhadas sobre a criminalidade. 5) Formas históricas de punição, o nascimento das prisões e das penas, o cotidiano e as memórias de presos e responsáveis pela administração das prisões.

Comunicações

Os olhos de Morfeu: Guarda noturna e segurança privada na capital carioca (1902-1912)

Pedro Guimarães Marques
pedromrqs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: guarda noturna, segurança privada, iluminação pública, noite.

A apresentação procura analisar o desenvolvimento da iluminação pública do Rio de Janeiro e a criação da Guarda Noturna, a partir de uma perspectiva transnacional, durante o século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Será estudado como o desenvolvimento da iluminação pública, fenômeno presente desde o século XVI, que é traço característico da conversão de cidades em cidades modernas, se liga à formação e desenvolvimento das guardas noturnas, estas que marcam novas formas de se tentar controlar a noite e marca uma preocupação constante das autoridades em se vigiar hábitos noturnos, assim como controlá-los. Será revelado aqui a criação do primeiro grupo de guarda noturna da capital, assim como os deveres que esses grupos tinham ao patrulharem a noite, apontando-se ao mesmo tempo características da cultura noturna carioca, baseando-se principalmente na área da Lapa para expô-las. Não obstante, serão apontados como ações do âmbito judiciário procuravam auxiliar o patrulhamento noturno das ruas noturnas no centro do Rio, classificando a noite como elemento utilizado para a aplicação de agravamentos de pena a criminosos. O estudo da guarda noturna é importante para a historiografia policial por oferecer uma perspectiva ainda pouco trabalhada na área - a da atuação de grupos de segurança privada, que revelam a permanência de modelos de policiamento privado que foram transportados desde o antigo regime - em alguns países, as guardas noturnas datam desde o século XVII - até o período da construção de uma nova ordem política e social que caracterizou a era contemporânea, oferecendo novos olhares para a relação entre população, polícia e Estado. Palavras-chave: Guarda Noturna, iluminação pública, polícia, noite, Códigos de Posturas municipais.

Um terreno em disputa: a(s) nova(s) polícia(s) em São Paulo (1834-1850).

Bruna Prudêncio Teixeira
bruna.prudenciot@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Polícia, São Paulo, Guarda Municipal permanente, Guarda Policial, Formação do Estado.

A presente comunicação é fruto da pesquisa de mestrado intitulada "Polícia(s) em São Paulo: a Guarda Municipal permanente e as Guardas Policiais (1834-1850)", financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). De maneira geral, a pesquisa tem como objetivos analisar a ação, administração e funcionamento da Guarda Municipal permanente (GMP) e da Guarda Policial (GP) na província de São Paulo logo nas primeiras décadas que sucederam suas criações (período ainda pouco explorado nos trabalhos sobre polícia). Em vista disso, temos em conta todo o cenário político provincial, entendendo o período de criação dessas instituições, também como o de formação da província e, assim, parte do processo de formação do Estado Nacional. Nesse sentido, para critérios de contextualização é fundamental destacar que em âmbito nacional a GMP foi criada por Diogo Antonio de Feijó em 10/10/1831, e se configuraria como a primeira instituição pensada para exercer apenas a tarefa de policiamento, onde os guardas receberiam pelo trabalho prestado e o alistamento seria voluntário. Já a GP, foi criada dois anos depois em 1833, quando o governo imperial autorizou às províncias a instauração de corpos policiais. A força armada deveria ser constituída por voluntários locais os quais arcariam com os gastos necessários. O número de voluntários que formariam essa guarda ficou em aberto, dando liberdade à Câmara Municipal junto ao juiz de paz decidir. Elegemos como marco inicial do trabalho o ano de 1834, pois foi a partir do Ato Adicional e da criação das Assembleias Legislativas Provinciais que as províncias ganharam liberdade administrativa no que toca a questão do policiamento. Em vista disso, para a presente comunicação, teremos como foco o âmbito administrativo da polícia, ou seja, demonstraremos como a GMP e a GP se moldaram na província de São Paulo nas primeiras décadas desde suas instaurações. De maneira geral, a partir do Ato adicional, permeamos uma nova dinâmica em que novos agentes políticos entravam em conflito com instituições e cargos mais antigos e tradicionais ainda em vigor. Isso fica nítido no que toca o policiamento, uma vez que percebemos que a administração da(s) polícia(s) era um terreno de bastante disputa entre as forças do centro provincial presidente da

província e assembleia legislativa) e as câmaras e autoridades municipais (juiz de paz, chefe e delegado de polícia).

O Crime dos Irmãos Piriás: Polícia e Justiça em Sete Lagoas e região (1978-1979)

Guilherme Amormino Gomes
guilherme.amormino@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Piriás; Crime; Polícia e Justiça.

No ano de 1978 os irmãos Orlando Patrício da Costa e Sebastião Patrício da Costa, popularizados como “Piriás”, protagonizaram um caso bastante difundido nos jornais de Minas Gerais. Além desta, acerca do caso policial foram produzidos como parte da memória sobre o evento: Curta e Longa-metragem, música, ditados populares, lendas urbanas, notícias de jornais de outros estados. Na manhã de Natal do ano de 1978, depois de sete meses de perseguição, os irmãos foram mortos alvejados por 14 tiros cada um na cidade de Corinto/MG. Os policiais envolvidos nessa “captura” foram condecorados, depois da montagem do processo o juiz e o representante do Ministério Público acataram o arquivamento do processo. O Inquérito da Polícia Militar (IPM) teve sua abertura datada em abril de 1978 e o seu término no feriado de carnaval em 25/02/1979 – como o juiz fez questão de mencionar, nos dando indícios da importância do caso – no ato de arquivar o processo. Na relação de documentos do processo encontram-se: Relatórios das testemunhas, mapas da polícia e de operações, mapa do itinerário dos Piriás, fotos, autos de resistência e apreensão, mandato de prisão, histórico criminal e um termo de declarações do DOPS onde estiveram presos. No entanto, existem ainda outras duas pastas anexadas ao processo, estas são coletâneas contendo recortes de jornal e o relatório da autópsia. Esses documentos formam o processo criminal “Irmãos Piriás 1979 - nº 5607”, que juntos e articulados por um corregedor criam uma narrativa que deu legitimidade jurídica a um duplo assassinato. Sob a justificativa de “reestabelecer a paz no campo”, nenhuma denúncia à ação da PM foi efetuada, praxe do contexto. Tendo em vista esta perspectiva construcionista para pensar o processo enquanto fonte histórica, torna-se necessário problematizar o evento: até onde prejudicavam a paz no campo? A paz para quem? Quais as questões históricas estavam envolvidas na construção do fato? Com tudo isso, esta pesquisa busca utilizar principalmente o processo-crime como fonte, problematizando a construção da narrativa jurídica – considerando-a tangível e da linguagem. Além disso, analisando o processo podemos perceber: a forma como os órgãos de justiça se organizavam; a inter-relação com as polícias, das polícias entre si e com os

vários grupos da sociedade; questões como o que era crime naquele contexto; ocupação e questões sobre as atividades desenvolvidas na cidade.

Estatísticas criminais do Manicômio Judiciário de Barbacena (1929-1945).

Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira
pedro_darknessmki@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Criminologia; Minas Gerais; Manicômio Judiciário de Barbacena; loucura; justiça.

O presente trabalho fruto de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento tem como escopo a análise das estatísticas presentes nos laudos periciais de internos do primeiro Manicômio Judiciário do estado de Minas Gerais localizado na cidade de Barbacena, criado a partir do decreto nº 7471 de 31 de janeiro de 1927, promulgado pelo presidente de Minas Gerais da época Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946). Com a obra pronta, a partir de junho 1929 o MJB começa a receber pacientes oriundos de vários municípios de Minas Gerais e também de outros estados, mas que moravam no território mineiro durante a prática de seus crimes, bem como, de acordo com a documentação levantada até o momento, a internação de alguns estrangeiros. que também viviam em Minas Gerais. Disto isto, com os 210 laudos periciais levantados até o momento(documentação que consta no Arquivo Público Mineiro, localizado em Belo Horizonte), pretende-se estabelecer ainda que de maneira provisória um perfil quais eram os delitos cometidos, pelos pacientes internados através dos dados colhidos que constam nos laudos periciais dos internos. E também quais eram as profissões, diagnóstico (se havia ou não alienação mental durante o crime cometido ou se o paciente estava apto para cumprir sua pena na prisão) e procedência e cor destas pessoas. O que podemos perceber é que a grande maioria de internos são do sexo masculino totalizando 197, e temos 13 mulheres. Portanto, pretende-se mostrar quem eram estas pessoas internadas, quais teriam sido os motivos dos crimes, suas justificativas, quem eram estas mulheres criminosas, quais teriam sido os delitos mais comuns cometido pelas pacientes do sexo feminino? Para que possamos compreender de que maneira o saber médico-criminológico se constituiu no estado de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX.

Pequenos indícios, grandes revelações: o método datiloscópico e a identificação civil no Rio de Janeiro

André Luís de Almeida Patrasso
andre_patrasso@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Método datiloscópico; identificação civil; polícia.

No ano de 1914, em conferência realizada no salão de honra do Palácio da Polícia do Rio de Janeiro, o perito-médico e também professor de medicina legal Diógenes Sampaio ressaltava a uma plateia composta de policiais e juristas a importância dos pequenos indícios coletados em investigações de crimes ou tragédias com a esperança de que as informações dali provenientes pudessem vir a render grandes revelações em favor de sua resolução. O desenvolvimento da criminalística no distrito federal, por meio da atuação da polícia nos primeiros anos do século XX, centrava-se na resolução de crimes e na identificação de suspeitos mediante a busca de pequenos sinais naturais, como as impressões digitais. A introdução do método datiloscópico de identificação criminal ajudaria a dotar a instituição policial carioca de um caráter, por assim dizer, mais científico, devido ao formato mais simplificado de recolhimento de informações acerca das pessoas e à eficiência da referida técnica em seu objetivo principal: individualizar os suspeitos. É com base no êxito da datiloscopia, que se tornava recorrente objeto de debates e acordos em congressos e convênios, nacionais e internacionais, que Elysio de Carvalho, então diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro, publicou em seu periódico institucional, Boletim Policial, no ano de 1914, o artigo intitulado "A identificação civil no Rio de Janeiro". Em seu texto, Elysio de Carvalho parecia exercer uma militância bastante determinada em proveito da identificação através das impressões digitais para fins civis, como, por exemplo, trabalho ou viagens. Suscitava igualmente a discussão sobre a necessidade de se evitar contínuos erros judiciários quando era necessária a comprovação da identidade de alguém. O objetivo do presente trabalho está assentado na análise do discurso de Elysio de Carvalho no intuito de cruzar algumas pistas e palpites em relação a sua enlevada manifestação em benefício da identificação civil; e isto ao mesmo tempo em que se localizava no interior da instituição policial do Rio de Janeiro, buscando ainda, a partir de sua retórica e seus argumentos, compreender seus principais fundamentos e demais motivações para uma prática que, anos mais tarde, seria obrigatória a todos.

Clipping da editora Abril: Análise do Esquadrão da Morte e a revista Veja (1968)

Aline de Jesus Nascimento
lini_nascimento@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O Esquadrão da Morte (EM) foi uma milícia que tinha o intuito de realizar uma espécie de profilaxia social e que atuou de modo particularmente intenso durante o período da ditadura militar no Brasil (1968-1985), contando com apoio velado do Estado, fato que explica a continuidade de suas atividades nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como a sua propagação para outras partes do país. O presente trabalho relaciona as matérias da principal revista de informação semanal brasileira em termos de exemplares vendidos, a Veja, mais especificamente as Edição 11 (20/11/1968) e a Edição 13 (04/12/1968) cujo tema principal foi o Esquadrão da Morte, que serão contrapostas a um conjunto de recortes de jornais, reunidos ao longo de décadas pelo Departamento de Documentação da Editora Abril e que atualmente está no Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP/Unesp, Assis), relativos às notícias publicadas sobre esse grupo paramilitar. Trata-se de acervo com 659 recortes de jornal, organizados em oito pastas sobre a rubrica Esquadrão da Morte (EM/Caso Correinha (1970-1974), EM/Execuções (1968-1970), EM/Execuções (1971 -1988), EM/História (1968-1986), EM/Investigação (1968-1970), EM/Investigação (1971), EM/Investigação (1972-1996), EM/Julgamento (1970- 1984). Ressalta-se que a imprensa desempenhou um papel essencial para informar e formar a opinião pública sobre a existência do EM, seus integrantes e sua atuação, fosse para apoiar ou condenar suas ações.

Democracia e Justiça no Brasil: Todos são inocentes até que se prove o contrário?

Nathalia Silva Mourão
nathalia.s.mourao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Audiência de Custódia; Criminoso e Democracia.

O processo de redemocratização brasileira vivido no país no final da década de 1980 despertou o interesse de vários estudiosos das Ciências Sociais na temática da justiça, com um foco maior ao acesso à Justiça, como salienta Sinhoretto (2011). Esse interesse ressaltou que, em relação aos grupos sociais identificados como criminosos, não houveram grandes variações em relação a classificação desses sujeitos, fato comprovado com o trabalho de Sidiney Chalhub (1986) "Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro", em que utiliza processos criminais de homicídios (1898-1911) com a intenção de avaliar como a sociedade da época se pensava, se estruturava e quais eram seus interesses. O perfil do indivíduo que cometia o crime e passava pela justiça se assemelha ao perfil de criminoso atual, isto porque, a cultura jurídica justifica a desigualdade em sua própria prática e fomenta a determinação de um perfil de criminoso que é reproduzido no imaginário popular. Essa determinação pode ser entendida como a ideia de sujeição criminal de Misse (2012), que argumenta que a sociedade brasileira rotula como criminoso um perfil específico que são os indivíduos interpelados pela polícia e pela moral pública. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo discutir como um grupo social se tornou alvo do Sistema de Justiça Criminal, uma vez que um dos pilares fundamentais para a democracia brasileira e, que está consolidado enquanto uma cláusula pétrea, é a garantia ao acesso à justiça e a igualdade de direitos. Essa discussão será pautada a partir da análise das Audiências de Custódia, implantadas em 2015 na cidade de São Paulo inicialmente, pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça de São Paulo e aos poucos implantadas em outras cidades brasileiras. Para satisfazer esse objetivo serão mobilizados documentos, relatórios e pesquisas produzidos pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) com a parcerias de outros institutos de pesquisa de diversas regiões brasileiras. No entanto, o foco será nas Audiências de Custódia realizadas na cidade de Belo Horizonte e, portanto com relatórios produzidos pelo Centro de Criminalidade e Segurança

Pública de Minas Gerais (CRISP/UFMG). Esses relatórios, corroboram com a ideia de que há uma identificação de grupo específico que, em sua maioria são negros e pobres.

O Empoderamento da Polícia Federal na República Brasileira

Felipe Augusto Souza Costa
felipeaugusto53@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A questão da violência é um tema recorrente nos espaços de discussão da sociedade brasileira. Muitas vezes a posição violenta da polícia é colocada em pauta, principalmente em relação às camadas mais baixas da sociedade. Ela é alvo de críticas e muitas vezes considerada tão violenta e agressiva quanto agressores e criminosos que busca reprimir. A Polícia Militar é um dos principais alvos de tais críticas, o destaque por sua truculência é gritante. São explicações para tal fato, a cultura autoritária brasileira, a herança da ditadura e o despreparo para o diálogo. A polícia civil aparece em alguns casos nas críticas, em destaque por função dos altos níveis de corrupção, diferente da Polícia Federal, que na "Nova Democracia" se destaca como uma das mais respeitadas instituições brasileiras. Esta discrepância de análise social, considerando as características atribuídas às outras polícias transformam a Polícia Federal em um importante objeto de análise. Como chegou a esse patamar de incorruptível aos olhos do cidadãos e porquê. Fato é que diversas características da história da Polícia Federal são desconhecidas, até mesmo questões relativas à sua criação. Atualmente existe uma política institucional de vincular a criação do Departamento de Polícia Federal do Brasil ao Estado novo de Vargas, por meio do DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública), forma de vincular a PF à uma data menos "conturbada". O DFSP teve sua atuação restrita ao distrito federal - enquanto polícia metropolitana - o DFSP - totalmente distinto do que foi criado no governo Vargas - foi renomeado DPF em 1967 e atuou intensamente no processo repressivo da ditadura, por meio não só da censura, mas também da tortura, coerção e corrupção. Assim como o processo de justiça de transição brasileira, com seus problemas e permanências, a Polícia Federal também teve os seus. Como forma de fugir dos processos de justiça, diversos agentes dos sistemas repressivos estaduais e das PM's foram "federalizados", na medida que a PF, sob a condução de Romeu Tuma, continuou como importante baluarte de poder dos militares, o que poucos sabem. O objetivo da pesquisa é justamente descortinar este processo de escamoteamento da "face repressiva e corrupta" da PF, que ainda levou um bom tempo para se transformar. Esta análise

será feita por meio de leitura da bibliografia, análise de documentos, de entrevistas produzidas por pesquisadores e outras disponíveis na mídia, e dados disponíveis na internet.

Em defesa da Inquisição: direitas, fundamentalismos e usos da história

Igor Tadeu Camilo Rocha
igortcr@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; Revisionismo e Historiografia.

A “Lenda Negra” sobre as Inquisições ibéricas tem sido problematizada a algumas gerações pela historiografia. O mesmo pode se dizer a respeito dos usos e representações da violência no que toca o funcionamento e poderio desses tribunais católicos. No entanto, para além de uma historiografia acadêmica, tem se difundido um significativo número de publicações que buscam, por diversos caminhos, relativizar a violência da justiça inquisitorial como um todo. Para tanto, tais textos se valem de pontos como sua inevitabilidade ou sua contribuição positiva para um processo civilizatório -cristão e ocidental-, além de uma suposta refutação de uma historiografia “secular” ou de uma anti-propaganda que teria pesado o tom nas narrativas sobre seus abusos. Ainda que admitam alguns crimes cometidos pelo Santo Ofício, muitas vezes seguem a firme defesa de um não envolvimento da Igreja Católica Romana, e sim de autoridades civis, neles. Mais que uma busca por um debate crítico a respeito da história inquisitorial, tais publicações trazem consigo dois objetivos bastante claros, mais fortemente enredados em projetos da contemporaneidade, quais sejam: i) a construção de um discurso político-religioso ligado a correntes conservadoras e, muitas vezes, fundamentalistas, do catolicismo e ii) na construção narrativa de uma memória histórica desses grupos quanto a um passado idealizado, cristão e ocidental, em grande medida atrelado ou em forte diálogo com correntes políticas da alt-right. Este trabalho se propõe a analisar a fundo uma dessas publicações, o livro *Para Entender A Inquisição*, lançado em 2009, do engenheiro, radialista e missionário Felipe Aquino, além de algumas outras publicações, no sentido de mapear e debater algumas das linhas argumentativas mais características de suas narrativas, cruzando-as com as de alguns argumentos já conhecidos do chamado “revisionismo”, sobre a história inquisitorial. Por fim, se objetiva uma reflexão ético-política e teórica a respeito do fazer do historiador, dedicado a esse tema, diante das questões postas por esse tipo de uso da história das inquisições.

Militar e cultura: formação do soldado da força pública mineira na 1ª República

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira
lucaspereirahistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Ao longo da Primeira República, a formação do policial militar foi uma preocupação da elite dirigente da instituição composta por civis e militares. Os relatórios da chefia de polícia descrevem parte das tensões que envolveram o tema. As propostas e as práticas levadas a cabo para a formação do soldado da força pública se desenvolveram em diferentes frentes e com ritmos variados. A idealização, organização e criação de escolas regimentais, de batalhão escola, de cursos de tiro, estiveram no horizonte da instituição como parte fundamental do processo de formação militar dos policiais mineiros. Os discursos desses projetos foram unânimes em assumir a formação moral, intelectual e física como tripé fundamental para a educação do soldado. No entanto, os diferentes projetos privilegiaram um ou outro elemento na execução das atividades de ensino e durante boa parte do período a prática do trabalho policial militar foi a grande escola dos policiais militares. A formação intelectual e cultural do militar mineiro foi problematizada pelos comandantes, que propuseram a criação de uma biblioteca militar na década de 1910. Neste artigo analisarei, mais especificamente, o processo de formação dessa biblioteca e as articulações políticas e intelectuais promovidas pelo comando da força pública. Com intuito de agilizar a formação dessa biblioteca, o comandante geral conduziu pessoalmente a editoração de uma revista quinzenal, a “Revista Militar”, que circulou no ano de 1911. Esse projeto escancarou a enorme distância entre o capital cultural de oficiais e praças da instituição e assumiu o papel ativo na busca pela diminuição dessas diferenças a partir do cultivo de valores científico-intelectuais na formação do policial militar. Os projetos analisados, entretanto, não foram capazes de completar seus objetivos de modo satisfatório e não se constituíram como padrão na formação dos milhares de praças de linha de frente da instituição. A formação primária, secundária e técnica dos policiais permaneceram como práticas precarizadas no interior da força pública, que não foi capaz de uniformizar a preparação do policial militar no período estudado. Palavras-chave: Educação militar; força pública; impressos policiais.

A implantação da nova estrutura judiciária em Formiga, Minas Gerais (1830-1850)

Séfora Semíramis Sutil Moreira
seforasemiramis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) viabilizou um intenso processo de estruturação que culminou na Independência (1822) e que permitiu que muitas ideias de caráter liberal fossem estabelecidas a fim de fazer do Brasil um Estado moderno. Entre outras mudanças, estruturou-se o sistema de justiça, abandonando o arcaísmo das Ordenações Filipinas e incorporando uma legislação mais condizente com a nova condição. A criação do cargo de juiz de paz (1827), tentando deixar a justiça mais fluida, haja vista que este ficaria a cargo de arbitrar sobre pequenas causas que se amontoavam em gabinetes de juízes magistrados, preconizava um contexto de transformações. O Código Criminal (1830) e Código do Processo Criminal (1832), apesar dos debates acerca de sua ineficácia, modernizaram o sistema de justiça, possibilitando a ampliação de suas funções. Contudo, é preciso analisar como estas mudanças afetaram o cotidiano em regiões mais afastadas do Império. Assim, voltamo-nos para a região de Formiga, Minas Gerais. Analisando o acervo do Fórum de Formiga (LABDOC/UFSJ), entre os anos de 1830 a 1850, e confrontando-o com correspondências de juízes (Arquivo Público Mineiro) do mesmo período, pudemos verificar um aumento do volume de processos, bem como, a padronização dos atos jurídicos e do processo crime em si. A partir de 1834 o número de registros de crimes aumenta gradativamente, atingindo seu auge na década de 1840. Conjecturamos que este fenômeno tenha relação com os novos códigos legais, mas também com a elevação de Formiga à condição de Vila no ano de 1839, que viabilizou maior controle dos atos criminosos. Por sua vez, os tipos de crimes registrados revelam mudanças no sistema de justiça local, pois, de uma maioria de crimes violentos, passa-se a registrar outros tipos de crime como estelionato, injúria, adultério, dano, calúnia, entre outros, que pouco apareciam nos autos. Os crimes violentos continuam a aparecer nos autos – o que nos leva a pensar que não se trata de uma mudança no perfil da criminalidade local e, sim, de uma intensificação do ofício jurídico e do uso deste aparato pelos indivíduos livres comuns. Intensificação esta permitida pelo aumento do aparato jurídico resultante da elevação de Formiga à Vila e decorrente das transformações no

Império como um todo. É sobre este contexto de transformações, que se deu em concomitância ao desenvolvimento desta região interiorana da província, que iremos abordar nesta comunicação.

O discurso sobre a prostituição e a criminalização da pobreza no Rio de Janeiro

Gabriela Fazolato Guedes
gfazolato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os discursos em torno do meretrício no âmbito do legislativo, com ênfase no Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro e a Câmara dos Deputados, por meio dos anais das sessões das respectivas casas, entre os anos de 1896 à 1920. A partir disso, buscaremos traçar como os discursos eram distintos, ao levar em consideração qual era o tipo de meretrício alvo dos debates dos parlamentares: o de mulheres pobres, negras e as ditas “polacas”, ou as imigrantes francesas das “maisons”. Nosso intuito é mostrar como o baixo meretrício era o alvo principal das autoridades, tanto no legislativo, ao propor medidas de controle e saneamento, quanto da própria ação policial ao expulsar essas mulheres pobres das áreas centrais da cidade, constituindo muito mais uma criminalização da pobreza do que apenas o descontentamento com a prostituição.

Segurança Pública - Segurança Interna

Milene Lopes Costa
mileneesmg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Civil; Serviço de Informações; Ditadura militar-civil brasileira.

Em 1970, em meio à fase mais aguda da repressão ao crime político pela ditadura militar brasileira, é criada a Coordenação Geral de Segurança (COSEG) como parte da estrutura orgânica da extinta Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Sua missão era estudar, planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades operacionais e de Informação da Secretaria, sobretudo aquelas que envolviam o emprego conjunto de forças policiais do Estado. Tratava-se na prática de um órgão de Informação a serviço do governo militar, como provam alguns dos muitos documentos que integram o acervo COSEG, sob guarda do Arquivo Público Mineiro, indicando que, embora o órgão tenha sido ligado à segurança pública e leve a crer que cuidava do chamado crime comum, sua agenda era exclusivamente voltada para espionagem de segurança interna, troca de informações com órgãos afins e perseguição política desde o início de suas atividades até o fim do regime, em 1985. Ainda que não tenha sido aquele o ato inaugural da atuação das polícias, civil e militar, de Minas Gerais, na guerra ideológica que marcou o período (o anticomunismo), existem indícios da instrumentalização dessas polícias para o combate a “subversão” se consubstanciando a partir do momento em que os serviços de informações, até então desenvolvido no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG), passou para a competência da COSEG. Então, quais as consequências da incorporação da segurança pública à segurança nacional e da não autonomização da atividade de Informação em relação ao aprofundamento da guerra ideológica para o período em questão e para a atualidade? Existe nessas questões a possibilidade de enriquecimento do debate sobre a constituição das polícias como instituição pública que, ao longo dos anos, vem participando ativamente da formação do Estado através do uso da força, dos valores e do ethos discursivo compartilhado por militares e pela classe conservadora da sociedade. Portanto, embora se trate da fase elementar da pesquisa que resultará em uma dissertação de mestrado, é nosso interesse nesse simpósio levantar mais questões sobre essa parte sensível e ainda pouco explorada do aparato policial mineiro que, em razão do exposto, pode-se inferir: era parte importante das ações coercitivas ao produzir Informações que resultavam na dominação e maximização do controle e poder do Estado.

Minas Setecentista: As denúncias de Desacato ao Tribunal Inquisitorial no Episcopado de Dom Frei Manoel da Cruz

Isabela de Andrade Pena Miranda Corby
isabelacorbyadv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cadernos do Promotor; Denúncias; Desacato; Inquisição; Minas Colonial.

A presente pesquisa analisa uma amostra das denúncias de desacato contidas nos Cadernos do Promotor – documento da Inquisição de Lisboa- durante o Episcopado de Dom Frei Manoel da Cruz (1745-1764) com o objetivo de compreender a dinâmica da atividade inquisitorial na Minas colonial. Esse mergulho no universo da Inquisição visita trabalhos historiográficos sobre a matéria, o Regimento do Santo Ofício de 1640, as cartas de Dom Frei Manoel da Cruz e as denúncias dos Cadernos – fontes históricas primárias que revelam uma sociedade caracterizada por diversos grupos e atores, seguidos de seus interesses e conflitos. O estudo utiliza a metodologia da micro-história para submergir na História do Direito, pretendendo alcançar conexões e vestígios que suplantam os propósitos provocadores das denúncias dos Cadernos do Promotor. Ensaia-se a análise da origem do crime de desacato na atual legislação, a partir das influências do direito inquisitorial. A pesquisa conclui que a incursão nas fontes inquisitoriais se mostra relevante e fundamental para a compreensão da consolidação de institutos jurídicos ainda presentes na legislação, bem como procedimentos e ritualísticas do sistema de justiça.

Análise jurídico-histórica do clamor pelo endurecimento do sistema punitivo

Deborah Brait Carneiro Gonçalves
debbrait@gmail.com

Hildegard Gouvêa
gadegouvea@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Populismo penal; garantismo; sistema punitivo.

O presente trabalho tem como tema a relação entre populismo e garantismo penal, a partir de uma análise jurídico-histórica do clamor pelo endurecimento do sistema punitivo. O populismo penal, historicamente marcado pelo clamor público em busca de maior rigor na punição de delitos e pela criação de mais tipos penais, difunde a sensação de que o sistema penal é capaz de mitigar os problemas da segurança pública. Ocorre que, a despeito de ser enfaticamente defendido na mídia como uma solução para o combate à criminalidade, suspeita-se que o endurecimento penal não atinge os objetivos propostos de pacificar a sociedade. Diante disso, o trabalho objetivou investigar a relação entre o poder punitivo do Estado e a construção histórica dos direitos fundamentais, a partir da explicitação da oposição entre garantismo e populismo penal. Buscou-se confirmar a hipótese de que o Estado historicamente utiliza-se do populismo para promover atos que ferem princípios democráticos, em especial penais-constitucionais. A pesquisa justifica-se pela abundância de recentes usos do populismo penal no debate público brasileiro. Para o desenvolvimento do trabalho, além da bibliografia especializada, consultaram-se dados estatísticos disponíveis em plataformas públicas e julgados de tribunais superiores. A partir da pesquisa foi possível demonstrar que, apesar de atual, não é recente a discussão estudada. Importantes doutrinas, como a de Beccaria, desde 1764, já apontavam para a necessidade da proporcionalidade e adequação entre o dano e a pena, afirmando que o exercício de poder que se afasta do fundamento do direito de punir, balizado no direito à liberdade, torna-se abuso e não justiça. Verificou-se que estatisticamente o crescente número da população carcerária, assim como o aumento das penas, não tem surtido efeito preventivo ou pedagógico para diminuição da criminalidade. Assim, confirma-se a hipótese de que este ambiente punitivo não respeita os limites da responsabilização jurídica e nem a concretização dos valores constitucionais. Por fim, a pesquisa pode contribuir para debates futuros referentes à história da

punição, ao populismo penal e às consequências da flexibilização de garantias penais em um Estado democrático.

Penitenciária da Pedra Grande e a internação obrigatória dos menores perigosos

Fernanda Biava Cassettari
biavafernanda@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A Penitenciária da Pedra Grande entrou em funcionamento no mês de setembro de 1930 buscando acompanhar as ideias modernizadoras que circulavam no Brasil no início do século XX. A instituição aprisionava homens, mulheres e menores ditos infratores. O presente trabalho pretende analisar a internação obrigatória dos menores delinquentes considerados perigosos em Santa Catarina na Penitenciária da Pedra Grande, entre os anos de 1935 e 1945, período em que o advogado Edelvito Campelo D'Araújo esteve na direção da instituição. Entre os anos referidos para a pesquisa foi inaugurado o Abrigo de Menores, 1940, em Florianópolis. Tal instituição era destinada à internação de meninos abandonados e delinquentes. Após a abertura do abrigo, muitos menores foram transferidos da penitenciária para essa nova instituição, mas a partir do decreto nº 6.026 de 1943 os menores classificados como perigosos passaram a ser encaminhados a penitenciária. Esses casos não tinham um tempo determinado de internação a ser cumprido, sendo apenas liberados após a cessão de periculosidade. Por fim, procuro compreender através da análise dos prontuários, processos crime e relatórios administrativos a internação desses menores perigosos na penitenciária.

Clientelismo e justiça: elites mineiras do Brasil monárquico

Marcus Vinícius Duque Neves
duqueneves@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade; elites locais; clientelismo.

A presente comunicação tem como objetivo apresentar um breve quadro que mostre o contexto de contradições em que se deram as modificações institucionais relacionadas ao político e o jurídico entre as elites locais mineiras. Para isso, apresentaremos alguns crimes que tiveram desdobramentos inusitados ou que estatisticamente se apresentam repetidamente. Assim, pretendemos contribuir para uma discussão sobre as contradições, as permanências de práticas e visões de mundo que desnudam as relações sociais autoritárias e limitadas por regras não escritas, e que se reiteram, para além e apesar, das leis e do aparato policial e jurídico que está em transformação. Os projetos de reforma legal e demais transformações são usadas no discurso oficial como símbolos de “avanço civilizacional”, de “progresso” e “pacificação”. Mas, ao contrapor as formas em que o político abraça e avança constantemente sobre o que seria o “institucional”, a visão corrente nos documentos oficiais de que ocorre uma vitoriosa implantação de uma técnica jurídica, pelo poder central, e que essa seria parte estruturante de um projeto de nação moderna, afinada ao “progresso” de viés europeizante, que avançaria ininterruptamente durante o século XIX, é constantemente colocado em xeque. Por fim, nessa crítica, esperamos cruzar aspectos sociológicos e antropológicos da criminalidade com a visão puramente burocrática e jurídica, indicando caminhos para pensar as tênues linhas que separam a tipificação legal de crimes em que incorrem pessoas das elites locais ou seus mandatários, (crimes de responsabilidade, de crimes políticos, sobretudo os de caráter eleitoral) da atenção real dos agentes públicos na investigação e proposição das ações penais, e como se apresentam as influências clientelares e as possibilidades da impunidade nos tortuosos caminhos das delegacias, dos cartórios, repartições judiciais e tribunais.

"Crimes policiais" e bons costumes na cultura jurídica brasileira do século XIX

Luis Otávio Silva Botelho
luis.silvabotelho@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Moral; bons costumes; século XIX; doutrina; jurisprudência.

[O código criminal brasileiro de 1830 estabelecia que seriam crimes policiais, entre outros, práticas que ofendessem a “moral pública” e os “bons costumes”. Os dois principais dispositivos nesse sentido são os artigos 279 e 280 (objetos iniciais desta pesquisa), que sancionavam a ofensa da “moral publica” por meios impressos e assemelhados (art. 279) e “qualquer acção” que “na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes”. A importância do estudo sobre esses conceitos se justifica pelo fato de que, na determinação dos limites morais, as sociedades estruturam cadeia simbólica distinguindo o que é e o que não é aceitável no âmbito comportamental, esbarrando eventualmente em algumas liberdades modernas importantes para os juristas brasileiros do século XIX, pois o art. 279 sanciona a simples veiculação de representações ofensivas da moral pública e o art. 280 é extremamente aberto sobre o que a opinião pública consideraria ofensivo. Vale também pontuar a originalidade do estudo deste tema, dado que, após levantamento inicial de pesquisas correlatas, constatamos haver poucos trabalhos neste sentido. É importante ressaltar que o entendimento de que esses atentados contra a moral e os bons costumes são crimes policiais perdurou ao longo do século XIX, aparecendo nos códigos criminal e penal de 1830 e 1890, mas foi modificado para crime propriamente dito no código de 1940, inclusive com aumento de pena. Cabe, portanto, analisar as motivações de tal diferença. O presente trabalho segue duas linhas de pesquisa: a primeira, doutrinária, a partir de análise de comentários de juristas renomados do XIX sobre o código de 1830, com enfoque no que tinham a dizer sobre os artigos citados e buscando entender se e como percebiam a tensão entre eles e alguns dos pilares da modernidade jurídico-penal, tais como a liberdade de expressão e o princípio da legalidade, já presentes na Constituição de 1824. Se inserem nessa parte inicial juristas como Paula Pessoa e Thomaz Alves Junior, cujas obras são de relevância para o cenário jurídico no Brasil Império. A segunda vertente é realização de levantamento de casos concretos de crimes policiais com base nestes artigos, a partir de análise

dos periódicos da imprensa jurídica da época, notadamente a Gazeta Jurídica, que noticiavam e comentavam os casos de relevância para a comunidade dos juristas.

Justiça Estatal e Privada: furto, ação penal e negociação no Brasil (1860-1899)

Lucas Ribeiro Garro Lourenço
lucasgarro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em meados do século XIX e durante o XX o Estado brasileiro buscou concentrar o aparato de justiça institucional e combater práticas de justiça não institucionais. Dentre as ferramentas utilizadas para combater o protagonismo das partes destacam-se as mudanças na ação penal. Uma destas inovações se mostra bastante interessante pois conjugou a participação do ofendido e do Estado. Nesse sentido, em 1892 nasce a ação penal pública condicionada à representação, na qual o Estado só iniciaria a ação penal se o ofendido quisesse, cabendo ao Estado o controle e a condução da ação, caso ela fosse iniciada, sem eliminar por completo o protagonismo das partes, combinando, assim, a justiça estatal e a negociação entre as partes. Ainda mais curioso é o fato desta ação ter surgido vinculada a um crime específico comum em regiões mais afastadas do poder estatal: o furto de gado. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender o surgimento da ação condicionada à representação e sua relação com o crime de furto de gado, tendo por recorte temporal os anos de 1860, ano de nascimento deste crime, e 1899, ano em que esta ação deixa de ser aplicada a este delito. Esta análise levará em consideração o contexto jurídico nacional e o internacional, por meio de uma perspectiva histórico-comparada, contextualizando os discursos sobre esta ação e sobre crime de furto de gado no âmbito nacional e internacional. Uma pesquisa que propõe, assim, uma nova análise sobre a construção da ação penal no Brasil, que, além de tratar de um tema muito pouco estudado, o faz a partir de um ponto de vista pouco usual. Para tanto serão mobilizados conceitos historiográficos como o de entrelaçamento para analisar as interações entre as concepções intelectuais que muitas vezes extrapolam os limites das nações. Serão utilizados, também, os conceitos historiográfico-jurídicos de justiça negociada, parajustiça e infrajustiça que, embora apresentem perspectivas diferentes, são importantes para compreender a justiça não estatal, em particular a possível relação entre a ação penal pública condicionada e as práticas de negociação entre as partes. A partir destas perspectivas, serão analisados os debates parlamentares, assim como as doutrinas nacionais e internacionais sobre ação penal. Além destas fontes, também serão analisados processos penais

da época disponíveis no acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para averiguar os eventuais usos do poder judiciário estatal como elemento de barganha.

Pervertidas e perigosas: mulheres encarceradas em Florianópolis (1930-1940)

Carolina Wanderley Van Parys de Wit
carolinavanparys@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho tem por objetivo analisar o encarceramento feminino no Brasil e suas reverberações no estado de Santa Catarina. Com o cárcere de mulheres sendo regulamentado no país somente em 1940, a partir da promulgação do Código Penal, o período anterior é marcado pelo trânsito das criminosas em diversos tipos de instituições de isolamento. O recorte temporal deste artigo se baseará nesse período do não dito, não regulamentado, pois é nesse entremeio que o crime feminino fica muito próximo a loucura, fazendo com que a medicina e a criminologia se chocassem tentando controlar e padronizar a vida dessas detentas. Assim, utilizarei nesse trabalho os prontuários das primeiras mulheres encarceradas na penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis, para analisar o discurso médico e jurídico exercido sobre esses corpos, tentando observar como a política de aprisionamento feminino nacional reverberou no Estado. O trabalho se desenvolve a partir de algumas balizas, como um levantamento de dados sobre as mulheres ali encarceradas – quem eram, nacionalidade, onde moravam, o tipo do crime, idade, e outros dados encontrados nos prontuários; analisar a diferença das práticas institucionais no cumprimento da pena feminina em comparação aos homens; compreender que tipo de ressocialização era esperada da criminosa mulher. A partir desses pontos procuro perceber como a prisão feminina serve como um mecanismo de domesticação da mulher criminosa e vigilância de sua sexualidade. Para isso, dialogarei com Michel Foucault para discutir a função social do cárcere, realizar a análise de discurso e compreender como a sociedade cria aparelhos para controlar e normatizar a sexualidade dos corpos.

Processos-crime como fonte historiográfica: debates e apontamentos de pesquisa

Elimar Cosme do Espírito Santo
elimar.csanto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Processo crime; debates; fonte de pesquisa.

O processo-crime é, grosso modo, um meio no qual duas partes – a acusação e a defesa – tentavam impor uma versão de um fato criminoso considerado como tal pelo Estado, perpassando testemunhos, julgamentos, etc. A definição de crime e mesmo o alcance do recurso à justiça como forma adequada de resolver disputas variaram conforme a época, sociedade e Estado. Para o Brasil oitocentista a análise e compreensão adequada destes documentos exige um conhecimento prévio da complexa estruturação judiciária ocorrida em momentos como a chegada da Corte portuguesa (1808), Independência (1822), Primeiro e Segundo Reinado, República, etc. É importante assinalar os percursos de modernizações e expansões da máquina jurídica, bem como conhecer os códigos criminais e processuais de cada época, o que permite apreender um pouco das definições de crimes e punições conforme o recorte espaço-temporal, assim como da própria estrutura do processo. Entre algumas das potencialidades de pesquisa do auto criminal está a investigação dos discursos oficiais de uma sociedade ou do funcionamento da justiça, assim como da atuação social de diversos grupos. Por serem fontes oficiais produzidas pelos Estados, são acusados de conterem fantasias e distorções com o fim de controle social por parte dos primeiros, ou pelo objetivo dos envolvidos em afirmarem-se socialmente diante dos oponentes e mesmo da sociedade e justiça em si. Há, por outro lado, colocações relacionadas ao uso de metodologias que permitam apreender aspectos ocultos, como contextos e atuações sociais, a partir de contradições, mentiras (etc.), mas não só nisso, nas falas dos “personagens”. É justamente este debate que moveu parte do presente trabalho, o qual dedicou-se a apresentar algumas pontuações de ambos os lados e, posteriormente, apontamentos deste tipo de fonte para estudos quantitativos e qualitativos. Para tanto, foi usado amparo bibliográfico e de fontes primárias (pertencentes ao fórum de Formiga/MG).

"50 ou 74 anos de História?" Sobre a criação do departamento de Polícia Federal

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
pollyannahistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Polícia, Departamento de Polícia Federal, Memória.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) ganhou enorme visibilidade, principalmente a partir do Governo Lula, período em que a Polícia Federal passou a fazer grandes operações contra os crimes de “colarinho branco”. Quando tentamos entender melhor a história da instituição percebemos que há duas narrativas sobre sua criação: uma diz que o DPF fora criado em 1964 e, uma que contradiz a primeira dizendo que na verdade o departamento fora criado em 1944. Como não existem muitas análises disponíveis que tenha se debruçado sobre a atuação do DPF, e conseqüentemente sobre sua criação, nossa pesquisa busca entender as diferentes narrativas que permeiam a criação do DPF e como o contexto político influencia essas narrativas. Para isso, analisamos dois livros que têm como tema a criação desta instituição: Polícia Federal no Brasil, 50 anos de História (2015), do Coronel Amerino Raposo Filho e o livro Departamento de Polícia Federal, 60 anos a serviço do Brasil (2004), escrito pelo próprio departamento. Ambos falam do momento da criação do DPF. Enquanto o livro escrito pelo Coronel Amerino Raposo Filho tem o ano 1964 como momento de fundação, o livro Departamento de Polícia Federal, 60 anos a serviço do Brasil apresenta o ano de 1944 como o marco fundador. A pesquisa compara as duas narrativas, buscando os motivos que levaram a data de fundação distintas para a instituição.

Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica: espaço, materialidade e punição (1725)

Matheus Freitas Ribeiro Frizzone
mfrizzone@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Câmara e Cadeia; Justiça; Punição; Minas Setecentistas.

Neste trabalho procurar-se-á discutir o papel da cadeia de Vila Rica, tendo como principal ponto de análise a constituição material e espacial do edifício e os discursos sobre sua construção e reformas. Partindo do fato de que, na legislação penal portuguesa vigente no século XVIII, a pena de prisão quase nunca era mencionada, busca-se entender a função da cadeia em um espaço de ocupação recente com grande afluxo de pessoas, que despertava grande interesse da Coroa e de particulares de diversas camadas sociais pela existência abundante de ouro. Para tal estudo será utilizada a documentação referente à primeira casa de câmara e cadeia de Vila Rica, construída entre 1723 e 1725 e desativada na segunda metade da década de 80 do mesmo século. Procurar-se-á discutir a criação de um centro civil para a recém criada Vila Rica do Ouro Preto a partir da construção da Casa de Câmara e Cadeia em um local demograficamente pouco ocupado no caminho entre os principais arraiais que deram origem à dita vila e em um ponto mais elevado do que as igrejas ali existentes. Para isso, serão abordadas as formas e formações das cidades portuguesas e luso americanas modernas, com destaque para as construções administrativas civis, sobretudo as que estavam diretamente ligadas à punição e à Justiça. Assim como, será necessário o entendimento do sistema punitivo português no Antigo Regime e suas adaptações coloniais, especialmente da importância das cadeias no Antigo Regime, focalizando o Antigo Regime Português e o espaço colonial luso americano e a formação das Minas Gerais como espaço de colonização.

Criminalidade e Policiamento em Belém em fins do século XIX

Diego Nazareno de Jesus Santos Filgueiras
dhiago13@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Os eventos político-sociais deflagrados em finais do século XIX trouxeram mudanças sensíveis para a sociedade brasileira. As leis abolicionistas, a crescente industrialização nos principais centros do país, o advento do trabalho assalariado, e os processos de migração e imigração produziam um novo cenário social sob vários aspectos, dentre os quais se destacam o aumento da violência e criminalidade nos principais centros urbanos e a modernização dos aparelhos policiais em decorrência. Dialogando com esse cenário de transformação econômica, a economia da borracha na Amazônia fazia com que Belém se tornasse o principal núcleo de abastecimento do mercado mundial voltado para a goma elástica, atraindo ao mesmo tempo uma série de demandas de mão de obra para os mais variados serviços urbanos. Este cenário fazia afluir para a cidade grandes grupos de migrantes e imigrantes, os quais, aliados à população de libertos lançada na sociedade pelas leis emancipacionistas, contribuíram significativamente para o aumento populacional da cidade de Belém, e pela mudança na dinâmica social. No caso de Belém, o desnível entre o número de trabalhadores e os empregos disponíveis fazia com que a cidade também congregasse um grande número de desocupados, condição social que fazia com que estes fossem considerados como potenciais riscos à ordem, à moral e aos bons costumes e à propriedade. Esse cenário de violência e criminalidade fazia surgir à necessidade de se emprestar das nações mais civilizadas as estruturas mais adequadas para se garantir o cumprimento das leis e a salvaguarda de bens patrimoniais e de pessoas. Dessa forma, pareceu-nos coerente discutir a organização e o funcionamento do aparelho policial em contrastes com o cenário de violência e criminalidade em suas relações sociais cotidianas em Belém em fins do século XIX.

ST 09 - Descolonização e História

Simpósio Temático

Allan Kardec da Silva Pereira
allankardec_vdb@hotmail.com
Doutorando em História
UFRGS

Felipe Alves de Oliveira
historia.felipealves@gmail.com
Doutorando em História
UFOP

Gabriel dos Santos Gonzaga
gabrielgonzaga93@hotmail.com
Mestrando em História
UFRGS

Lídia Maria de Abreu Generoso
generosolidia@gmail.com
Mestranda em História
UFOP

Proposta do Simpósio

Com a publicação de “Orientalismo” pelo crítico literário palestino Edward Said, começa a constituir-se um campo dedicado ao estudo das relações entre cultura, colonização e imperialismo. Mais tarde, o controverso termo pós-colonialismo emerge como definatório deste campo, apontando para dois gestos investigativos principais: a crítica da metanarrativa da modernidade eurocentrada, e a atenção para as formações políticas, econômicas e culturais dos países recém independentes. Mais que demarcar o fim da colonização, o campo se atenta para a forma como o mundo moderno foi forjado pelo processo de colonização e pelo imperialismo, sugerindo uma impossibilidade de estudá-lo sem posicionar esse processo histórico de longa duração como elemento fundamental à análise. O pós-colonialismo abarcou autores e autoras que compartilhavam expectativas comuns de romper com

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

o eurocentrismo epistemológico, ainda que partissem de vertentes teóricas distintas. O campo foi marcado pela recuperação da crítica anti-colonial e do marxismo negro, bem como pelo diálogo com correntes teóricas autocríticas ao Ocidente, como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. Destacamos aqui os trabalhos desenvolvidos pelo grupo indiano Estudos Subalternos. Ademais, é importante mencionar o grupo latino-americano Colonialidade/Modernidade cuja produção, preocupada com as questões específicas da região, ficou conhecida como giro decolonial. Além da apresentação de novos temas e abordagens, os estudos pós-coloniais e decoloniais buscam criticar e redefinir a própria forma como se produz conhecimento, dialogando com outras disciplinas e perspectivas, como os Estudos Culturais, a Crítica Literária, a Antropologia, as histórias de povos originários, os estudos da diáspora e das relações étnico-raciais, a adoção de perspectivas transnacionais, conectadas e comparadas, os estudos de gênero e sexualidade e o giro performativo. Este simpósio tem como objetivo promover um espaço de interlocução e discussão entre trabalhos que dialoguem diretamente com os estudos pós-coloniais, decoloniais e dos movimentos anticoloniais. São bem vindos trabalhos que investiguem este campo a partir de perspectivas da história da historiografia e da história intelectual; trabalhos que incorporem apontamentos críticos, teóricos e epistemológicos elaborados pelos estudos pós-coloniais e decoloniais; e trabalhos que abordem movimentos de descolonização e resistência na África, na Ásia e na América Latina.

Comunicações

A Imaginação Histórica de Paul Gilroy

Gabriel dos Santos Gonzaga
gabrielgonzaga93@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da historiografia, Imaginação histórica, Pós-colonialismo, Diáspora, Paul Gilroy.

Esta comunicação apresenta meu projeto de pesquisa no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Rio Grande. Ela visa apresentar em síntese uma interpretação possível da imaginação histórica de Paul Gilroy, intelectual negro britânico ligado ao marxismo, aos estudos culturais e à crítica pós-colonial. O objetivo com isso é compreender como escrever a história reage a questões sensíveis relacionadas à experiência histórica dos/as negros/as no Ocidente e, mais especificamente, na Inglaterra. Sendo assim, algumas perguntas guiam minhas reflexões: como Gilroy se relaciona com o passado histórico? Qual é o sentido que ele expressa em narrativa para este passado? Quais são as implicações éticas dessa narrativa, principalmente para os/as negros/as?

Outros lugares há muitos tempos: Escrever a história indígena da Amazônia

Queiton Carmo dos Santos
tonqueiton@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia indígena, Amapá, Crítica Decolonial, Amazônia.

As possibilidades de entender o passado ameríndio tanto de um tempo mais recuado, quanto no tempo presente nos apresentam aos dias atuais grandes desafios. Historiadores, antropólogos e arqueólogos por algum tempo tentaram nos apresentar soluções conceituais, teóricas e práticas de se lidar com a compreensão das relações temporais e materiais ameríndias, em suma pautadas a partir do lócus eurocentrado do saber. Entretanto, quando se busca entender a historicidade de determinados grupos oriundos de passados não ocidentais e a sua escrita, por meio de seus próprios interlocutores, ou seja, pela narração de suas próprias histórias indígenas. Estamos compreendendo captar de modo simétrico seus saberes com uma racionalidade pré-estabelecida (ocidental) ou pensar outras racionalidades possíveis? Esse trabalho tem o intuito de discutir tal questão, a partir da análise ainda em desenvolvimento, de trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, produzido pelos próprios indígenas a partir do ano de 2011 a 2015. Utiliza-se então para tal análise leituras recorrentes da chamada crítica pós-colonial ou decolonial com o intuito de mapear como está sendo apresentado o saber local sobre a historiografia indígena na Amazônia. A fundamentação hipotética desse trabalho é que tais produções acadêmicas não apresentam em suas concepções uma ruptura com a estrutura de saber vigente. São produzidos e também falam de si mesmo a partir do olhar acadêmico em que pese à universalização de determinadas categorias de análise. Compreender os aspectos, em que se envolve esse texto é discutir a importância de um novo momento ao que concebemos como científico e acadêmico no plano dos conhecimentos. Ao tentar dialogar com essas possibilidades historiográficas para elucidar outras realidades. Assim, torna-se eficaz e necessário entender se os ditos subalternizados podem falar e se o que dizem pode ser escutado, ao mesmo passo que tenhamos a capacidade para ouvi-los e achar respostas menos maniqueístas e/ou colonizadoras para as nossas próprias inquietações.

A ciência normal e a "normalidade" da violência epistêmica: reflexões sobre alguns privilégios e inferiorizações epistêmicas

Carolina Stéphanie Rodrigues Gonçalves
crln.stephanie@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Normal, Violência epistêmica, Racismo/ sexismo epistêmicos, Heteronormatividade.

Neste ensaio é problematizado o processo fundante da violência epistêmica. Neste sentido, almeja-se discutir o sentido da violência presente na estrutura científica ocidentalizada não como ocasional, fortuita, mas antes como sua forma fundante e constitutiva. A especificidade deste processo se faz num recorte sócio-histórico de genocídio/epistemicídio de muçulmanos e judeus, indígenas, africanos e mulheres ao longo do século XVI, e, aditaremos, de "LGBT+", a partir do século XIX. Assim, o foco da análise, iniciado com o racismo/sexismo epistêmicos, desdobrar-se-á no estranhamento para com outra injustiça epistêmica: a heteronormatividade. Aventa-se que esses marcos epistêmicos, suas excludências e limites, são componentes "normais" do desenvolvimento científico designado como "ciência normal" por Thomas Kuhn. A partir das colocações kuhnianas veremos que o elemento de arbitrariedade que é constitutivamente presente nos afazeres dxs cientistas "normais" (embora tenhamos consciência de seu efeito essencial no seguimento das pesquisas), timbrado, de forma fundante, por um certo essencialismo cartesiano, faz com que as suas sensibilidades sejam restringidas, afetando de forma excludente suas experiências e interpretações.

Estudos Subalternos: (re)pensando os moldes eurocêntricos na História

Thaís Lima de Sousa
thaislimass2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Subalternos; Pós-Colonialidade; Descolonialidade.

O presente trabalho tem por objetivo promover uma análise e reflexão sobre os moldes eurocêntricos que marcam e perpetuam-se na escrita da História a partir da perspectiva do projeto dos Estudos Subalternos, iniciado em 1982 com uma série de debates sobre a escrita da história indiana moderna e encabeçado pelo historiador Ranajit Guhat a partir de seu descontentamento historiográfico. Inicialmente, o projeto dos Estudos Subalternos buscava tratar especificamente da escrita da história indiana moderna, mas seu alcance intelectual excedeu a este nicho específico e promoveu debates contemporâneos que colaboraram e colaboram com as críticas tecidas à escrita eurocêntrica, nacionalista e ocidentalista da História. É percebido, portanto, que os Estudos Subalternos encaixam-se na teoria da Pós-Colonialidade como uma parte significativa do embate epistêmico que pensadores(as) oriundos(as) de processos colonizadores vêm buscando promover e historicizar. Para tanto, servirão de aporte teórico autores como Chakrabarty (2000) e Guha (2000). No tangente à reflexão sobre a práxis acadêmica que se prende ao eurocentrismo, Said (2006) faz-se presente com a sua análise sobre as funções políticas das humanidades. Pensadores como Mbembe (2014), Fanon (2014) e Quijano (2005) também compõem o corpo do trabalho ao promover a abordagem e a reflexão dos conceitos sobre colonialismo, descolonização, racismo institucional e raça enquanto conceitos-chaves para o entendimento da construção e perpetuação do eurocentrismo na História, bem como das vias possíveis de se desnaturalizar essa hegemonia europeia. Sendo assim, a análise consiste em identificar a construção histórica da hegemonia europeia na escrita da história e, por meio dos Estudos Subalternos e das teoria Pós-colonial e Descolonial, desnaturalizar e propor uma reflexão sobre uma forma de produção do conhecimento histórico policêntrico, dialógico e antirracista.

O passado imperialista francês e o Charlie Hebdo

Rafael Oliveira Sousa
rafael.cg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo, Charlie Hebdo, Representação, Islamofobia, Descolonização.

Esta produção é marcada pelos estudos da problematização das charges do Charlie Hebdo entre os anos de 2006 e 2015 e sua associação direta com o passado imperialista francês durante os séculos XIX e XX. Buscar as raízes históricas nos desdobramentos coloniais e pós-coloniais, observar o suposto "subalterno", como esses sujeitos coloniais são nomenclaturados pelos impérios. Essa suposta superioridade ainda é presente no imaginário francês e norteiam as representações e as relações entre a comunidade oriunda desses ex-colônias e a sociedade francesa contemporânea.

Historicidade e corpo entre os Ashaninka da Amazônia peruana

Guilherme Bianchi
guilhermebianchix@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Na presente apresentação procuro estabelecer uma interpretação sobre as funções simbólicas do corpo para pensar o tempo histórico e o tempo mítico entre o grupo indígena Ashaninka, habitantes da selva central peruana. Baseado em pesquisa de campo e estudos bibliográficos, pretendo demonstrar que a cosmologia ashaninka realoca o corpo como categoria produtora de pensamento, sendo o tempo e a história objetos constantes dessa atividade. Creio que assim poderei dialogar criticamente com o corpus etnográfico que discorreu sobre as funções do corpo em grupos indígenas amazônicas. O objetivo final, entretanto, é produzir alguma espécie de tensão a partir de uma interpretação dos efeitos de tal "cosmologia do corpo" para a historiografia moderna. Pensar o corpo como lugar a partir do qual se pensa (e não só como lugar para o qual se pensa) pode promover, para os estudos históricos, um enfoque mais eticamente referenciado à pluralidade de mundos e suas diversas formas de pensar a "história" e de pensar "historicamente".

Qual é o lugar das intelectuais negras na historiografia brasileira?

Felipe Alves de Oliveira
historia.felipealves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História; Historiografia; Intelectuais Negras.

O objetivo da comunicação é discutir sobre os silêncios impostos pelas historiografias dominantes as produções intelectuais de mulheres negras. Partindo das reflexões do pensamento feminista negro, em especial Bell Hooks, Grada Kilomba, Patrícia Hill Collins e Djamila Ribeiro, buscaremos analisar como foram construídas tais marginalidades. Porém, como apontam estas mesmas pensadoras, o lugar da marginalidade, ou terceiro lugar, pode ser considerado como elemento transgressor, pois é daí que produzem discursos contra-hegemônicos. Neste texto, analisaremos três intelectuais negras, Virgínia Bicudo, Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, pouco citadas nos cursos de história, procurando demonstrar como suas produções epistêmicas são potentes, a ponto de desestabilizar o discursos dominantes.

As independências africanas, os estudos pós-coloniais e a História da Arte

Sandra Mara Salles
sandra.nangadef@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Arte; Estudos Pós-coloniais; Arte Africana.

Esta comunicação busca abordar o impacto dos estudos pós-coloniais no campo da história da arte e, mais especificamente, na historiografia da arte africana, com foco na interseção entre arte e política e a partir da análise de uma exposição. Tendo em vista o estabelecimento da História da Arte como disciplina acadêmica no século XIX, no auge do domínio colonial europeu na África e na Ásia, e as profundas transformações pelas quais a disciplina vem passando nas últimas décadas - num processo constante de ruptura com o eurocentrismo epistemológico que a caracterizou durante mais de um século - uma discussão sobre os aportes dos estudos pós-coloniais e decoloniais na produção de novas formas de conhecimento neste campo pode vir a enriquecer as discussões deste Simpósio. As posições subalternistas e pós-coloniais encontraram um dispositivo privilegiado nas ações dos artistas, curadores e críticos trabalhando no campo da arte africana desde meados dos anos 80. Algumas exposições importantes, organizadas por curadores africanos na Europa e nos Estados Unidos, se inscrevem neste movimento, que tem profundos desdobramentos até hoje na constituição de uma nova narrativa sobre a história da arte, mais inclusiva, menos eurocentrada. Com a proposta de apresentar e discutir alguns momentos emblemáticos neste processo e novas possibilidades teórico-metodológicas dele advindas no campo da história da arte, tomaremos como estudo de caso a exposição *The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa 1945-1994*, primeira exposição a abordar, por meio da arte em suas diversas linguagens, a dinâmica das transformações políticas e sociais no continente africano no período de luta anticolonial e de formação dos estados nacionais. Realizada entre 2001 e 2002 em 4 cidades: Munique, Berlim, Chicago e Nova York, esta exposição teve como curador o nigeriano Okwui Enwezor e a participação de mais de 50 artistas do continente africano. Os estudos pós-coloniais estão assim diretamente ligados à construção teórica deste projeto curatorial que buscou demonstrar, por meio de documentos de diversas categorias, imagens de arquivos e obras de arte, a emergência de novas identidades nos antigos países colonizados, que teriam se delineado durante as lutas de liberação e se afirmado no período pós-colonial.

O Islã político, seu imaginário e suas representações

César Henrique de Queiroz Porto
cesarqueirozporto@gmail.com

Luiz Gustavo Soares Silva
gustavohistoriador@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Islã Político; Estado Islâmico; Imaginário Social.

Essa comunicação objetiva elucidar o imaginário, o universo simbólico bem como as principais representações que compõem o universo discursivo subjacente aos principais grupos radicais que configuram o Islã político. A pesquisa irá priorizar o grupo islâmico sunita chamado na grande mídia de Estado Islâmico tendo como fonte principal documentos que o mesmo disponibiliza através das redes sociais com o objetivo de angariar apoio e doutrinar simpatizantes. Através dessa documentação e de uma bibliografia especializada sobre o tema pretendemos identificar as principais representações que compõem o imaginário do grupo, seu repertório simbólico e seus mitos para, assim, apreender seu projeto ideológico na medida em que todo poder necessita de legitimação.

A revista *Tricontinental* e o conceito de Terceiro Mundo (1967-1976)

Lídia Maria de Abreu Generoso
lidigeneroso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Mundo, *Tricontinental*, Revolução Cubana.

Na Cuba revolucionária dos anos sessenta e setenta, o Terceiro Mundo foi uma das categorias que significou uma forma de estar no mundo, explicar-se por um mundo tomado em seu conjunto, e estabelecer relações que buscaram superar o isolamento e a hostilidade do bloqueio econômico estadunidense. Além disso, dentro e fora da Ilha, a reincidência e impacto do uso do termo indica que este deteve grande capacidade de mobilização política no período estudado. No presente trabalho, o conceito de Terceiro Mundo assume o centro da narrativa. Buscamos delinear os contornos que este conceito assumiu nas páginas da revista *Tricontinental*, fundada em Cuba em 1967, e aqui analisada em suas primeiras 48 edições. Ainda que possa parecer fácil imaginar e circunscrever em um mapa o que seria o Terceiro Mundo, nas páginas estudadas a posição geográfica é apenas um dos elementos que indica a participação neste grupo, o que sugere a possibilidade de tratá-lo como mais que mera categoria. Nesse sentido, compreendemos que o Terceiro Mundo traz em si o caráter aporético dos conceitos políticos, o que o mantém em disputa, reinterpretação, movimento e transformação. Acreditamos que o conceito foi estruturante do projeto editorial da publicação, e não se remete exclusivamente a uma condição de inferioridade e atraso em relação à modernidade europeia, mas é, pelo contrário, uma expressão disputada e transformada performativamente por aqueles que a empregaram. Nesse sentido, analisamos como distintos autores publicados na revista conferiram a esse conceito significações políticas, econômicas e culturais complexas e múltiplas. Sustentamos a hipótese de que os grupos que convergiram nas páginas da *Tricontinental* ao longo dos sessenta/setenta promoveram uma apropriação do conceito de Terceiro Mundo, e lhe conferiram contornos específicos ligados à leitura de que os países dos três continentes compartilhavam uma condição de opressão diretamente ligada ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. As páginas da revista, por sua vez, têm como eixo condutor a concordância entre seus colaboradores acerca de qual seria a chave que abriria as portas para um novo futuro: a revolução, preferencialmente por meio da luta armada.

De encontro ao povo: questões acerca dos sentidos das histórias nos filmes Emitai e Ceddo de Sembène Ousmane, África Ocidental, séc. XX

Vinícius Pinto Gomes
vgomes19@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cinema africano, Narrativas Históricas, Colonialismo, África Ocidental.

O cinema africano é particularmente bastante desconhecido do público brasileiro de modo geral, um pequeno grupo de pessoas já visualizou e conhece os diretores e suas obras, contudo elas são pouco a pouco sendo mais visualizadas e analisadas nas ciências humanas. A proposta que se desenha aqui vai ao encontro de uma demanda para a discussão do cinema africano da África Ocidental, em especial o produzido pelo cineasta senegalês Sembène Ousmane, um dos principais nomes do cinema desse continente que construiu sua carreira ao longo da segunda metade do século XX com uma trajetória que destoa da maioria dos cineastas de África, e que é também bastante singular aos colegas de profissão de outros continentes. Pretende-se, portanto, analisar os sentidos das histórias nas narrativas cinematográficas desse cineasta, centrando nos seus filmes da década de 1970, momento de consolidação dos processos de libertação. Suas histórias têm como tema central a discussão dos conflitos dentro do continente africano, tendo os dois filmes propostos temas bastante distintos, mas que tem como fundo as várias questões do colonialismo e do conflito entre a tradição e a modernidade. Assim, as narrativas fílmicas propostas para análise são os filmes: Emitai de 1971 e Ceddo de 1977, a primeira trata do conflito de uma aldeia Diola com o poder colonial francês, no contexto da Segunda Guerra Mundial, pela produção do arroz, situação que os africanos recusam entregar o seu alimento; o segundo filme por sua vez retrata o encontro dos povos africanos com o islã, ao mesmo tempo que o cristianismo vai se introduzindo aos poucos, o filme trata, dessa maneira, da violência desse processo e das disputas vindas dele. Objetiva-se questionar como a partir de suas obras, o cineasta fez uma leitura da história a partir da tradição, ou seja, a própria colisão entre o mundo da modernidade europeia e a tradição africana. Da mesma maneira, junto a isso é interessante também perceber as possibilidades de transformação total ou não da forma como esse cineasta via essa dicotomia ao longo do processo de formação da nação e do seu projeto para a mesma. A discussão se dará no diálogo com autores pós-coloniais, decoloniais e africanos para compreender o sujeito dessa pesquisa a partir do diálogo sul-sul.

A identidade Tupi Guarani: elementos para uma etnografia histórica

Vladimir Bertapeli
bertapeliv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tupi Guarani; Memória; Identidade.

Nas cidades litorâneas paulistas, no Vale do Ribeira e em certos trechos do planalto de São Paulo, sobretudo na bacia hidrográfica Tietê-Paraná, encontramos um povo indígena que se identifica, assim como é também designado, pelo etnônimo Tupi Guarani. Este povo remonta sua ascendência aos laços de afinidade, co-residência e inter-casamentos passados e atuais entre parentelas Tupi e Guarani. Logo, ao professarem sua identidade étnica com o etnônimo homônimo, deparam-se na contemporaneidade com os recorrentes atestados de sua extinção, proferidos ao longo do tempo pelos cronistas, pelas atas das câmaras municipais, historiadores como também por antropólogos culturalistas, e que é ecoado pelo senso comum. Assim sendo, além de negar sua extinção, o reaparecimento do referido termo designativo, impõe a necessidade de uma ampla revisão nos estudos historiográficos e etnológicos, para não mencionar as políticas públicas disponíveis e praticadas para esta região. Neste sentido, procuro aqui lançar luz para um aspecto negligenciado tanto pelos historiadores quanto pelos antropólogos acerca das narrativas e os primeiros registros deste etnônimo nas fontes documentais disponíveis sobre a identidade Tupi Guarani. Portanto, para se falar dos atuais Tupi Guarani e de suas relações históricas com os Tupi e Guarani, referenciados à constituição de suas identidades étnicas, faz-se necessária uma reconstituição etno-histórica, recorrendo-se à memória oral, como também às fontes documentais disponíveis, certamente fragmentárias, atinentes aos movimentos de dispersão e reaglutinação da população em suas próprias formas de organização e sociabilidade. Assim, a etnografia histórica tem um importante papel para o desenvolvimento desta pesquisa que almeja compreender a história dos povos indígenas. Isto porque tal gênero etnográfico permite melhor compreensão dos povos nativos acerca do seu ponto de vista referente ao desenvolvimento através do tempo. Neste sentido, a etnografia histórica tem aqui grande valia para se buscar às narrativas dos txeramôes e txedjrays (avôs e avós) Tupi Guarani, lembrando que tais narrativas estão ancoradas na memória oral que, por sua vez, é mantida e repassada de maneira fragmentada pelos seus detentores. Por fim, evidencio que não se pretende aqui submeter as fontes orais ao

crivo dos registros escritos. Pois, a palavra escrita não substitui a fala, assim como esta não substitui aquela, mas ambas podem complementar umas às outras.

Colonizar e Subalternizar para Desenvolver: a disputa de humanidades na luta pela terra (1964-1985)

Sheila dos Santos Silva
sheila.ssilva.mg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia Eurocentrada, Epistemologia Ancestral, Desenvolvimentismo, Representação, Subalternidade.

A região dos sertões do Norte do Estado de Minas Gerais é considerada por muitos teóricos ferida de subdesenvolvimento do Estado, nessa região ocorre há décadas a expropriação sucessiva do agregado, do sitiante e do posseiro. A expulsão do trabalhador rural que depende sobretudo da terra para sua reprodução econômica e social, é acentuada no período da Ditadura Militar dada a investida contra a terra dos camponeses por grileiros, e empresas associadas ao poder estatal que perseguiram o avanço do país pelo mecanismo econométrico. O presente trabalho, síntese da pesquisa de Iniciação Científica, e discussão fundamental para desenvolvimento da dissertação de Mestrado, ambas desenvolvidas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), busca discutir a disputa da imagem do trabalhador rural no período de 1964 a 1985, período em que ocorreu o Conflito de Cachoeirinha onde várias famílias foram despejadas de suas terras, como efeito dessa conjuntura. Defendemos que a imagem desse ator histórico enquanto assujeitado à estrutura dominante está intrincada a lógica colonialista, em outras palavras, defendemos que o êxito de projetos desenvolvimentistas dependeria fundamentalmente da desumanização do súdito colonial. Ignorantes, atrasados, não civilizados, são alguns dos adjetivos encontrados em periódicos do período para classificar os povos ou culturas que não incorporavam o ideal de Progresso da época. Eram estes associados ao subdesenvolvimento, e a mídia que apoiava o Estado bem como outros órgãos vinculados ao ideal eurocêntrico de Modernidade, auxiliaram no combate a tal subdesenvolvimento, legitimando portanto, a privação da terra desses sujeitos, e sua conseqüentemente desumanização. Os movimentos teóricos do pós-colonialismo tem como característica uma resposta crítica a essa concepção dominante de Modernidade, são nestes teóricos críticos à tradição epistemológica ocidental (Aníbal Quijano, Gayatri C. Spivak, Dipesh Chakrabarty, Amílcar Cabral, entre outros) que referenciamos este trabalho. Dito isto, o objetivo principal desta comunicação é debater a imagem dos trabalhadores rurais que participaram ativamente do Conflito de Cachoeirinha, construída pelas esferas dominantes, contraposta com a imagem que esses próprios sujeitos

criaram de si. Faremos isso a partir dos mecanismos da História Oral, como complemento da análise densa da documentação do período em torno do Conflito, produzidos pelo Departamento de Ordem e Política Social de Minas Gerais (DOPS).

Quilombo do Camorim: resistência decolonial na zona oeste do Rio de Janeiro

Filipe Silva de Pontes
filipeponttesart@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo do Camorim, Identidade, Oralidade, Memória Local.

Este trabalho visa estudar as ações implementadas pelo Quilombo do Camorim, no que diz respeito à sua autodeclaração e conseqüente reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, em 23 de agosto de 2014, além das estratégias realizadas desde então para a demarcação e obtenção do território que ocupa. O Quilombo do Camorim situa-se na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e insere-se no contexto pós Constituição Federal de 1988, a partir da qual muitos grupos têm se organizado politicamente com a finalidade de obter reconhecimento de cunho identitário, cultural e de posse territorial, como no caso de povos indígenas e das comunidades quilombolas, como previsto no Art. 68º da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Quilombo do Camorim realiza ações culturais, como oficinas de capoeira e de jongo, que expressam o trabalho de memória local, caracterizado, sobretudo, pela oralidade, sendo ações também repletas de produção e circulação de imagens, cujo propósito é mostrar sua cultura ao público em geral. Mesmo tendo sido reconhecido oficialmente como quilombo, o grupo encontra sérios empecilhos para a obtenção de algo que lhe é garantido por lei: a titulação definitiva de suas terras, ameaçadas pela especulação imobiliária, que já invadiu parte do território reivindicado, atualmente, sítio arqueológico do Camorim, demarcado pelo IPHAN. A grande região de Jacarepaguá, incluindo-se aí o Camorim, é descrita nos livros de história como a “Planície dos 11 engenhos”, e a história oficial privilegia a perspectiva das famílias que compunham a elite social da região. Trata-se de uma narrativa com uma visão elitista, colonizadora e etnocêntrica, nas quais as camadas subalternas sempre são descritas e condicionadas sob a perspectiva das elites. A autodeclaração do Quilombo do Camorim e as ações que este implementa, deflagram a insurgência de uma voz que por muito tempo foi apagada, propositalmente esquecida pela história, mas que está ressurgindo nas ações de memória, privilegiando os saberes locais e a perspectiva dos quilombolas. Este trabalho busca, pois, a partir das experiências do pesquisador em trabalho de campo, entender como se dá a ressignificação dos valores locais, realizada a partir da perspectiva dos atores do quilombo,

através da análise de seus signos, narrativas e motivações, que colaboram para o surgimento de uma identidade quilombola carioca contemporânea no Camorim.

ST 10 - Democracia em Perspectiva na América Latina – Séculos XX e XXI

Simpósio Temático

Fábio Eduardo de Araujo Baião

baiao.fabio@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Carolline Martins de Andrade

carollmandrade@hotmail.com

Mestranda em História

UFMG

Mahira Caixeta Pereira da Luz

mahira.caixeta@gmail.com

Mestranda em História

UFMG

Proposta do Simpósio

Quais os desafios da democracia no século XXI? Na esteira de Rancière, é possível afirmar que hoje existe um “ódio à democracia”? Segundo Renato Janine, a democracia simboliza o nosso desejo de sermos mais e fazermos mais, o desejo de vivenciarmos uma sociedade da qual esperamos nosso bem. Contudo, sabemos que em grande parte dos países latino-americanos a democracia não conseguiu se consolidar plenamente, tendo se desenvolvido sob a égide de instituições frágeis e uma sociedade civil pouco organizada. Ao analisarmos a história recente da América Latina, é possível perceber uma similitude de experiências políticas que aproximam, em grande medida, as distintas realidades governamentais. Este fenômeno evidencia, avanços e retrocessos democráticos que são temporalmente compartilhados pelos diversos Estados Latino-Americanos. Toda essa dinâmica de sucessão e manutenção do poder é marcada por uma concepção pendular. Ou seja, assemelhasse a um movimento de pendulo, que ora tende a propostas mais progressistas,

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

oscilando, em outros momentos, a modelos mais conservadores. Sabemos que esta alternância de experiências políticas não foi sinônimo de equilíbrio ou simetria entre as diversas propostas ideológicas. De uma maneira geral, o pêndulo político latino-americano tendeu mais para a manutenção do poder em grupos restritos, do que para a ampliação efetiva da participação cidadã nas instâncias formais. Do mesmo modo, é possível perceber ainda a predominância de experiências ditatoriais em detrimento da consolidação de vias democráticas de ação política. A partir da concepção pendular exposta, faz-se necessário refletir não somente acerca dos modelos políticos oscilatórios, mas também, analisar as distintas e constantes reações a estes movimentos. Assim, nossa proposta de Simpósio Temático objetiva se debruçar sobre as ações e projetos que historicamente agiram e agem no intuito de balancear o desequilíbrio do pêndulo. Nesse sentido, pretendemos atrair trabalhos e temáticas que versem acerca dos avanços e retrocessos democráticos na América Latina nos séculos XX e XXI, tendo como foco as Revoluções; os Movimentos Sociais e seus repertórios de ação; o Estado e suas instituições; as ONG's; as minorias sociais; as propostas de democracia participativa; a efetividade da democracia e a aplicação dos direitos humanos; os regimes de exceção e a suspensão dos direitos políticos; as relações entre a economia e a democracia.

Comunicações

Reflexões sobre a atuação de Diamela Eltit no grupo CADA

Isadora Bolina Monteiro Vivacqua
isadora.vivacqua@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Diamela Eltit, “Colectivo Acciones de Arte”, Ditadura chilena, Arte engajada.

O "Colectivo Acciones de Arte" (CADA) foi um grupo criado por cinco intelectuais: a escritora Diamela Eltit, o poeta Raúl Zurita, o sociólogo Fernando Balcells, e os artistas visuais Lotty Rosenfeld e Juan Castillo. O coletivo atuou entre 1979 a 1985, desenvolvendo uma produção artística engajada no Chile, que se mobilizava contra o governo ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990). Nesse trabalho discutiremos sobre o contexto de surgimento do grupo, sua concepção artística, e destacaremos a luta do coletivo em prol da restituição da democracia no país. Em seguida, nos dedicaremos a analisaremos, em especial, a participação de Diamela Eltit em uma das intervenções urbanas realizadas pelo CADA, intitulada “Ay Sudamérica”, e desenvolvida em 1981, em Santiago do Chile. “Ay Sudamérica” foi uma importante manifestação artística em que Eltit e outros membros do CADA visavam lembrar, de modo crítico, o golpe de Estado ocorrido em 1973 no Chile e, mais especificamente, os atentados dirigidos ao palácio presidencial "La Moneda", onde o presidente Salvador Allende, que havia sido eleito democraticamente em 1970, acabou falecendo, e diversos outros manifestantes contrários ao golpe foram assassinados. Ademais, objetivavam que essa manifestação artística incentivasse a mobilização popular contra a ditadura Pinochetista. Para isso, como apresentaremos, os integrantes do coletivo assumiram riscos, e ousaram no experimentalismo artístico. Importante destacar que a nossa análise será feita considerando, principalmente, os pressupostos teórico-metodológicos da História dos Intelectuais e da História Intelectual, visando compreender elementos da trajetória artística e política dos intelectuais integrantes do CADA, bem como ressaltar as ideias propagadas em seus textos, manifestos e intervenções urbanas.

Democracia e legalidade: O JB e o golpe militar na Argentina (1962)

Josiane de Paula Nunes
josinunesbj@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Legalidade; Argentina.

Serão analisadas os noticiários publicados no Jornal do Brasil (JB), em 1962, no momento do golpe militar sobre o governo do presidente Arturo Frondizi, na Argentina. Considerando noticiários publicados pelo periódico e reconhecendo os jornais da grande imprensa como parte integrante da história e, portanto, capazes de formularem consensos sobre questões políticas, percebemos como o panorama de crise política na Argentina foi usado como um espaço de construção de um panorama político do Brasil. A partir das representações políticas sobre a derrubada do governo de Frondizi foi possível analisar quais os sentidos atribuídos pelo jornal às concepções de democracia e legalidade, conceitos fundamentais para o entendimento da realidade política brasileira, em um horizonte bem próximo, o golpe civil-militar, em 1964.

Pretorianismo, democracia e legalidade na Venezuela chavista (1999-2013)

Luiz Fernando de Oliveira Silva
prof.luizfernandosilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Venezuela, Militares, Chavismo.

O movimento bolivariano que deu origem a chamada Revolução Bolivariana e ao regime chavista na Venezuela foi fundado por Hugo Chávez e seus companheiros na Academia Militar do Exército, nos anos 1980, com a finalidade de revitalizar os ideais de Simon Bolívar adequando-os às demandas da sociedade venezuelana. O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo político e social que permitiu a configuração de um arcabouço político e jurídico que, segundo críticos, instaurou o que se pode chamar de pretorianismo, militarismo e, em última instância, o Estado quartel na Venezuela. Ao longo do trabalho, discutiremos as raízes militares do bolivarianismo/chavismo, bem como faremos a análise das fontes primárias (Constituição de 1999, Lei de Segurança Nacional e as Leis orgânicas das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas). Esta pesquisa é uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGH-UERJ, sob a orientação da profa. Dra. Érica Sarmiento da Silva e com o financiamento da Agência de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

O conceito de "hegemonia" na Nicarágua Sandinista.

Igor Santos Garcia
igorsangarcia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sandinismo, Hegemonia, Democracia.

O objetivo do trabalho é apresentar um pequeno estudo da apropriação do pensamento de Antonio Gramsci pelos intelectuais sandinistas da Nicarágua. Isso ocorrerá a partir da análise de uma série de reflexões teóricas elaboradas por comandantes e líderes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), por um lado, e, por outro, aproximando-as de algumas teorias marxistas de Gramsci, principalmente o conceito de hegemonia. Pretendemos, ao final, relacionar esse conceito, que em Antonio Gramsci tem papel central na reflexão política e social do autor, com as posições bastante próprias assumidas pela Revolução Sandinista, a exemplo do peso dado à democracia no discurso revolucionário nicaraguense.

Participação das mulheres na política formal: Um desafio à democracia brasileira

Jessica Holl
jessica_holl@ymail.com

PALAVRAS-CHAVE: Participação Política Feminina, Câmara dos Deputados, Igualdade de Gênero, Política Formal.

Foi em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, que as mulheres brasileiras, pela primeira vez, puderam votar e serem votadas a nível nacional. Em que pese a Constituição de 1924 não vetar expressamente a participação das mulheres no processo eleitoral, ela também não regulamentava esse direito. Ainda assim, já em 1927 o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a regulamentar a participação das mulheres nas eleições, não estabelecendo distinções de sexo para o alistamento eleitoral. Desse modo, a primeira mulher a se eleger no Brasil foi Alzira Soriano, eleita prefeita do município de Lages(RN), em 1929. Já a nível nacional foi a Constituição de 1934 a primeira a estabelecer o voto obrigatório para as mulheres, mas somente para aquelas que exerciam função pública remunerada. Já a Constituição de 1946 não estabeleceu distinção de direitos políticos baseada no sexo, indicando que são eleitores os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei. Novamente, o fato de não ser especificado o voto feminino trouxe controvérsias que só foram definitivamente superadas em 1965, com o atual Código Eleitoral. Entretanto, a regulamentação dos direitos políticos das mulheres não foi capaz de promover uma efetivação material desses direitos, isto é, na prática ainda hoje verifica-se uma atuação na política formal muito mais tímida das mulheres, em relação aos homens. Mesmo as mulheres representando 53% dos eleitores (conforme dados do TSE de 2016), o Brasil ainda ocupa o 151º lugar no ranking que avalia a presença das mulheres nos parlamentos nacionais de 193 países, conforme a Inter-Parliamentary Union. E mesmo a Lei nº 12.034, que determinou que cada partido deve lançar um mínimo de 30% de candidatas de cada sexo nas eleições proporcionais, não foi capaz de impactar significativamente o número de mulheres eleitas, apesar do aumento do número de candidatas. O que se percebe diante desse cenário é que o Brasil ainda precisa desenvolver políticas públicas no sentido de favorecer a eleição de mulheres, o que se mostra condição essencial para a efetivação do Estado Democrático de Direito, uma vez que as mulheres, mesmo constituindo maioria da população e do eleitorado, ainda não dispõem de condições materiais que lhes permitam proporcional representação

parlamentar. Dessa forma o presente trabalho baseia-se na revisão da bibliografia atinente ao tema e na análise de dados quantitativos, com o emprego do método dedutivo e indutivo.

O historiador na Comissão Nacional da Verdade: contribuições e desafios

Natália Aparecida Godoy da Silva
nataliajfm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar, História Pública, Comissão Nacional da Verdade, Memória.

O presente trabalho se constitui como uma pesquisa de mestrado em andamento e pretende discorrer sobre a participação de historiadores nas investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade – CNV, entre 2012 e 2014. A criação da Comissão Nacional da Verdade foi aprovada em 2011, através da Lei nº 12.528, para investigar e tornar públicas as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 a 1988. Um número significativo de historiadores brasileiros participou das investigações conduzidas por tal comissão sobre o contexto supracitado, trabalhando nas pesquisas e na redação de seus relatórios. O trabalho analisará a criação da Comissão Nacional da Verdade relacionando-a com a justiça de transição no Brasil, a inserção de historiadores em suas equipes de pesquisa e os trabalhos desenvolvidos. A partir dessa investigação, serão tecidas considerações iniciais sobre a participação dos historiadores na comissão, com especial atenção para as contribuições no que tange à compreensão do passado recente e desafios enfrentados. Por intermédio de discussões recentes acerca da história pública e do tempo presente, pretende-se destacar a importância do papel social do historiador em disputas públicas de memória sobre a Ditadura Civil-Militar e em espaços públicos voltados para a reparação do passado traumático.

As bandeiras do povo de Sandino: democracia e revolução na Nicarágua

Stella Ferreira Gontijo
sfgontijo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Sandinista, Democracia popular; América Latina

A Revolução Sandinista ocorreu na segunda metade do século XX, momento em que podemos perceber o surgimento de novos sujeitos e novos atores sociais com o potencial de avançar para sociedades mais livres, democráticas e igualitárias; com o fortalecimento de lutas como o feminismo, o movimento negro, das populações marginalizadas, etc. Para realizar esse trabalho temos como objetivo uma primeira análise do “Programa de la Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional de Nicaragua”, divulgado em junho de 1979 a partir da Costa Rica, pela Junta de Governo encabeçada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Nesse documento buscaram expor, em linhas gerais, a proposta de atuação do novo governo nicaraguense, respondendo às “aspirações populares”. Para os sandinistas as eleições eram entendidas como uma das formas de institucionalizar e legitimar parcialmente o processo revolucionário, sendo um dos componentes da democracia proposta, assim como a liberdade de expressão e de organização política. Os três principais eixos adotados eram: democracia, economia mista e não-alinhamento. Segundo Coraggio (1984, p.13) a democracia era o conceito chave do poder da FSLN e da Revolução, sendo apontada como uma alternativa democrática para construção do socialismo. As novas questões que vão ganhando espaço levam à crise e ao questionamento de discursos clássicos da esquerda, dessa forma, aproximam-se de uma visão culturalista, em que a questão de classe e da subordinação popular passava pela organização da cultura e das várias instituições presentes na sociedade, onde podemos perceber confluências com ideias difundidas a partir de Gramsci. Com este trabalho pretendemos discutir o que era e quais os conceitos de democracia, ou a chamada “democracia popular”, adota pela FSLN, na Nicarágua. Posteriormente pretendemos relacionar tal definição com o debate marxista mais amplo sobre o tema, buscando um embasamento teórico que assemelhe a experiência nicaraguense.

O Poder Popular na imprensa chilena durante o governo de Salvador Allende

Emmanuel dos Santos
emmanuelufmg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta apresentação tem como propósito analisar como os diários El Mercurio e La Nación, dois dos principais veículos da grande imprensa chilena, produziram discursos e representações sobre o chamado Poder Popular no governo de Salvador Allende (1970-1973). O Poder Popular foi um aspecto crucial durante o governo da Unidade Popular e sua perspectiva de implantação do socialismo por meios de vias democráticas e institucionalizadas. Pretendemos discutir como La Nación e El Mercurio incorporaram e instrumentalizaram diversas questões a respeito dos cordões industriais, comandos comunales e outros órgãos de poder popular, que em diversas ocasiões ocuparam um lugar central nos discursos dos diários. Também temos o propósito de refletir sobre o próprio sentido do conteúdo democrático que estes novos espaços de poder e participação representaram para o projeto de construção da “via chilena ao socialismo”.

Justiça de transição no Peru

Angelo Anderson Andrade Coimbra
angelocoimbra25@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Justiça de transição, Comisión de la verdad y Reconciliación do Peru, Reconciliação.

O presente trabalho busca compreender como ocorreu o processo de Justiça de Transição no Peru que vivenciou períodos de violência e violação dos direitos humanos e quais foram as contribuições e importância da Comisión da la Verdad y Reconciliación (CVR) do Peru neste processo. Para isso, buscamos entender a metodologia adotado pela CVR para efetivar e garantir à sociedade peruana o direito à verdade, à memória e à justiça. Para a CVR, as narrativas testemunhais compõem a principal fonte de análise e “verdade” dos acontecimentos. Portanto, nossa pesquisa analisou a maneira como a CVR incorporou as narrativas dos testemunhos na construção do Informe e as propostas de reconciliação nacional apresentadas por esta comissão e como elas se tornaram parte do programa de ações no Plano Integral de Reparações.

As ocupações estudantis e o pensamento de Hannah Arendt: clarões de liberdade.

Joao Victor Da Fonseca Oliveira
joaoprates2009@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

No universo das ações coletivas contemporâneas, coabitam diferentes formas de ação das juventudes no espaço público e seu impacto na sociedade. É nesse espaço, por vezes, fragmentado, disputado, controverso e dinâmico que se constituem diversas formas de ações políticas, que uma vez capazes de fazer emergir a novidade, podem em um momento de perigo, garantir o espaço da liberdade, segundo Hannah Arendt. Mediados pelas concepções da filósofa contemporânea, particularmente naquilo que se aproxima a uma abordagem histórica do seu pensamento, nos propomos a pensar com a rede de sentidos e conceitos desenvolvidos por ela, o fenômeno das ocupações estudantis ocorridas em 2015 e em 2016, ao longo de diversas escolas brasileiras e universidades, e de que forma podem ser compreendidas como formas associativas capazes de abrigar o espaço da liberdade, pela garantia das formas democráticas. O que implica pensar, ainda, de que maneira essas ações coletivas protagonizadas pelas juventudes, sobretudo, por estudantes secundaristas, ajudam-nos a compreender as ações coletivas contemporâneas a partir dos novos repertórios de ação mobilizados, tais como as redes sociais e os recursos midiáticos. Como parte desse esforço, focalizamos caso da Ocupação ocorrida na Escola Estadual Ari da Franca, representativa do movimento ocorrido em toda a Região Norte (Zona Norte), na cidade de Belo Horizonte, em extensão aos demais movimentos que eclodiram em todo o território nacional. Trata-se ainda de um exercício de História do Tempo Presente, pensando, a partir de Hannah Arendt, manifestações de ações coletivas das juventudes no mundo contemporâneo. A História do Tempo Presente, como campo de pesquisas busca, apesar das dificuldades teóricas e metodológicas, tornar os historiadores contemporâneos seus nossos contemporâneos, sem, contudo prescindir do esforço que impele se colocar à escuta de nosso tempo de incertezas, conforme Paul Ricoeur. O olhar, evidentemente, histórico que laçamos para analisar o objeto que aqui é proposto, conduz-nos a percepção de um presente possível, que a partir de um espaço de experiências projeta um horizonte de expectativas. A vida de um indivíduo, nos diria Arendt historiadora, ilumina o seu tempo e nos ajuda a pensar o hoje.

Ademais, não seria descabido lembrar, que para Arendt, o sentido da política é a liberdade, e somente a ação política faz produzir a novidade. Importa-nos acessar esse passado recente, para que, com ele, possamos pensar.

HIJOS e a construção da memória sobre o passado recente na Argentina

Izadora Maria da Conceição e Fernando
izadorafernando@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Futebol amador, Exposição.

A apresentação versa sobre a ação dos movimentos sociais nas disputas pela memória sobre a ditadura na Argentina. Para isso, analisaremos o caso de uma organização responsável por renovar as lutas por direitos humanos na Argentina, durante a década de 1990: os HIJOS (Hijos y Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio). A partir desse momento, pela primeira vez dentro do campo dos direitos humanos, viveu-se a presença dos jovens, reivindicando um olhar diferente e geracional. Desse modo, há que se refletir sobre a importância dos HIJOS no novo cenário político que emergiu na Argentina redemocratizada e qual foi a contribuição desse movimento no que tange às batalhas pela memória que caracterizaram o período. Pensar no passado como instrumento político leva à reflexão sobre as disputas atuais acerca da memória no contexto argentino pós eleição do presidente Mauricio Macri. Em 2016, Macri afirmou, em uma entrevista para a televisão, que “não tem ideia se foram 9 ou 30 mil” o número de desaparecidos, porque essa “é uma discussão sem sentido”, já que a prioridade de seu governo “são os direitos humanos do século XXI”. A apresentação que se propõe consiste em visitar criticamente certas batalhas de memória a respeito de processos cruciais de um passado recente que marcou não apenas a história argentina, mas latinoamericana. Nas batalhas de memória, segundo Daniel Aarão Reis Filho, “os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados”. Constata-se, portanto, a relevância de se compreender como e por que determinados exercícios de memória têm sido empreendidos, uma vez que as consequências desses embates são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. Em um contexto de retrocessos democráticos na Argentina e no Brasil, faz-se necessária uma reflexão e investigação a respeito do impacto da atuação de movimentos sociais capitaneados pela juventude. A apresentação discutirá de que forma os HIJOS tentaram, ainda que sob conflitos internos, estender as memórias dominantes, participando também da construção das memórias subterrâneas, na medida em que se empenharam em outras lutas políticas para além de suas tragédias pessoais e na ressignificação da figura de seus pais como militantes. HIJOS atentaram também para a necessidade de diversificar as reivindicações e os

campos de atuação política, algo significativo em um grupo que não conta com filhos de trabalhadores.

O cinema cubano e a família nas décadas de 1970 e 1980

Natália Iglésias da Silva Scheid
iglesias.nat@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em Cuba, nas décadas 1970 e 1980, houve um aumento no esforço empregado pelo governo em prol da igualdade entre homens e mulheres. Em grande parte, a movimentação do governo pela inserção das mulheres na sociedade foi motivada por interesses econômicos e políticos. Entre as motivações identificamos duas questões fundamentais: a primeira refere-se à necessidade da entrada das mulheres no mercado formal de trabalho e, a segunda consiste na importância para o Estado de ter essas mulheres atuando e militando politicamente. Após 1959 o cinema recebeu grande atenção e consideração por parte do Estado, sendo amplamente utilizado para criar e difundir representações das mulheres cubanas. Partindo da análise de filmes cubanos lançados no período, buscamos compreender as representações da família que foram por eles criadas com o intuito de atender demandas dos dirigentes revolucionários.

A Rede de proteção carioca aos exilados sul americanos durante as DSN - 1976-1982

Walter Angelo Fernandes Aló
waaflo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: exilados; refúgio; Cone Sul; ditadura; redes de solidariedade;

A presente comunicação busca reconstituir a atuação “silenciosa” e ainda pouco estudada do controvertido Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales que, entre 1976 e 1982, através da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, organizou e liderou, com seu prestígio, uma rede ecumênica de proteção e solidariedade que apoiou milhares de exilados sul americanos, fugidos do terror das ditaduras de segurança nacional. A partir de 1976 houve um expressivo aumento na produção de exilados no Cone Sul, fruto das ações de “caça” da Operação Condor aos dissidentes e da brutalidade da ditadura argentina. A chegada de latino-americanos ao Brasil, particularmente ao Rio de Janeiro, foi intensa, estimada em cerca de vinte mil, principalmente argentinos (grupo majoritário), chilenos, paraguaios e uruguaios, levando o ACNUR -Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados- a abrir um escritório na cidade para recebê-los e buscar outros países que pudessem oferecer refúgio. A legislação brasileira sobre refúgio representou extremo perigo para esses expatriados. Ao ratificar em 1960 a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), o Brasil reconhecia como tais apenas os cidadãos europeus, vítimas de perseguição na Europa, antes de 1951. Os sul americanos que chegavam ao Brasil recebiam visto de turista por 90 dias, prazo que o ACNUR tinha para encontrar um país que os acolhesse oficialmente como refugiados. Fora disso, o exílio era clandestinidade, penúria, sofrimento. E perigo de vida, uma clandestinidade civil dentro da clandestinidade política. Trabalhando inicialmente com recursos da Arquidiocese, depois reforçados com aportes da ONU, via PNUD e ACNUR, e do Conselho Mundial das Igrejas, intermediados pelo Pastor Presbiteriano Jaime Wright, a rede conseguiu operacionalizar para aquela massa de exilados assistência jurídica, educacional, médica e material. Embora predomine ainda hoje uma visão historiográfica balizada pela guerra fria e pelos desdobramentos do Concílio Vaticano Segundo, que situa Dom Eugênio como um “bispo conservador” e anticomunista, em oposição aos “bispos progressistas” que se insurgiram mais “visivelmente” contra a ditadura, demonstraremos

a significativa contribuição do Cardeal e de seus colaboradores na defesa dos direitos humanos e na preservação de milhares de vidas naqueles tempos de arbítrio e violência no Cone Sul.

A mitificação de uma heroína: o caso da revolucionária Haydée Santamaría em Cuba

Carolina de Azevedo Müller
carolina.azeller@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Haydée Santamaría, Mulheres guerrilheiras, Revolução Cubana, Casa de las Américas.

Esta comunicação pretende problematizar o processo de mitificação da guerrilheira revolucionária cubana Haydée Santamaría na história oficial cubana. Membro do Movimento 26 de Julho cujas ações acarretaram a Revolução Cubana e, após a vitória dos rebeldes, presidente do órgão cultural Casa de las Américas, Haydée teve profunda influência política e cultural em Cuba, sendo também conhecida e respeitada nos círculos de esquerda, na América Latina. A documentação selecionada para esta pesquisa são textos, em geral biográficos, produzidos desde seu suicídio em 1980 até 2016, que incorporam parte da memória oficial cubana, por se tratarem de textos publicados em sites oficiais cubanos e na revista oficial da Casa, a "Revista Casa de las Américas". Nestes textos, a narrativa biográfica constrói uma identidade de Haydée como heroína nacional. Estamos investigando este processo de heroicização historicamente, enfatizando as características atribuídas a essa heroína, em boa parte recorrentes nas descrições de outras heroínas da história cubana e latino-americana. Também estamos analisando a questão do gênero nesse processo de heroicização e as interpretações de seu suicídio. Por fim, estamos examinando as razões da minimização de seu papel de guerrilheira em contraste com sua função de presidente da Casa de las Américas, entre outros cargos institucionais.

ST 11 - Cultura Intelectual: Teoria, Trajetórias, Práticas e Representações

Simpósio Temático

Thiago Lenine Tito Tolentino

thiago_lenine@yahoo.com.br

Pós-doutorando em História

UFS

Mariana de Moraes Silveira

marianamsilveira@gmail.com

Doutoranda em História

USP

Cleber Araújo Cabral

clabrac1980@gmail.com

Doutor em Estudos Literários

UFMG

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

hugogrocha@hotmail.com

Mestrando em História

UFMG

Proposta do Simpósio

Desde a primeira edição do EPHIS, este Simpósio vem consolidando-se como um foro de reflexão permanente em torno das possibilidades historiográficas abertas pela noção de cultura intelectual. Sempre com uma perspectiva aberta e heterogênea, apenas ocultada pela generalidade da noção, o conceito de cultura intelectual opera na abordagem transversal de diversas temáticas que compõem o mundo da produção, recepção e apropriação dos mais diversos bens simbólicos, assim como da análise de trajetórias, redes de sociabilidade, arranjos institucionais, conformação de sensibilidades coletivas e afirmação de campos, climas e cenários culturais. Consideramos ser possível construir uma espécie de espectro

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

em que essas manifestações intelectuais da elaboração da vivência coletiva, tanto no registro cotidiano (crônicas, charges, canções, história em quadrinhos, cinema etc.), quanto na abordagem de produções integradas às tradições (como literatura, filosofia, sociologia, política, direito, partidos políticos etc.), apresentem-se em constante dinâmica de trocas, conflitos e distinções. Também suas fronteiras poderão assumir uma característica fluida, uma vez que aspectos importantes de tal noção residem em suas relações com produções, personagens, instituições e trânsitos internacionais. Representações sobre as Américas, a África e a Europa, assim como trabalhos e projetos de intercâmbio intelectual, artístico e político, formam importantes eixos da cultura intelectual que, por essa razão, não se restringirá ao contexto nacional brasileiro. Tal recorte, com o passar dos anos, revelou-se uma restrição arbitrária, uma vez que os próprios trabalhos e discussões apresentados não se continham em tal perspectiva. Especialmente por se consolidar a partir de suportes midiáticos – especialmente jornais, livros e revistas – que compõem os meios de formação das identidades, memórias coletivas e interpretações acerca dos mais diversos aspectos do mundo histórico moderno e contemporâneo, a cultura intelectual parece, em geral, antes guardar possibilidades de revelar trânsitos, comparações, ligações e dinâmicas internacionais, do que se consolidar em um horizonte nacionalmente determinado. Dessa forma, é com felicidade que este ST chega ao 7o ano consecutivo, reafirmando seu compromisso com a formação de uma perspectiva eminentemente historiográfica no tratamento da dinâmica das vivências passadas a partir das reflexões acerca da cultura intelectual.

Comunicações

As Raízes de uma Nação Moderna: As Identidades de Sérgio Buarque de Holanda

André Augusto Abreu Villela
andrevillela2000@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Intelectual, Sérgio Buarque de Holanda, Modernismo Brasileiro

Este trabalho tem como pretensão analisar as várias identidades do intelectual Sérgio Buarque de Holanda, mostrando primeiramente sua participação na Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. Mesmo morando no Rio de Janeiro, Sérgio se torna um dos grandes defensores do Modernismo Paulista, inclusive representando as Revistas Klaxon e Estética no Rio de Janeiro. Assim sendo, abre-se uma discussão a respeito se Sérgio era um modernista carioca ou paulista? Mostrando como o projeto empreendido pelas elites paulistas, conseguiu colocar São Paulo como o "marco fundador" do movimento modernista brasileiro. Dessa forma, tornou-se importante destacar o conceito de François Sirinelli acerca dos intelectuais, para situar Sérgio Buarque em suas redes de sociabilidade. O conceito usado por Benedict Anderson, Comunidades Imaginadas, será importante no diálogo e na interlocução entre Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, mostrando a visão de nação que cada um deles tem em relação ao Brasil. E por fim, esse trabalho analisa como que a partir da década de 50, de sua entrada no corpo docente da USP, Sérgio Buarque se aproxima sobremaneira dos *Annales* e cria uma identidade *uspiana*. Tratando temas como história das mentalidades, cultura material e interdisciplinaridade em obras como *Visão do Paraíso e Caminhos e Fronteiras*. Nota-se então, uma mudança significativa no jogo das identidades, analisado por Stuart Hall, onde o sujeito pós-moderno é fragmentado, sem uma identidade fixa. Dessa forma, o Sérgio Buarque desse período, um intelectual mais maduro, irá se aproximar mais da historiografia francesa, dos *Annales*, do que propriamente do historicismo alemão, de Weber, Dilthey e Simmel, que tanto o inspirou na década de 30 a escrever *Raízes do Brasil*. E por fim cabe-se analisar o período que Sérgio (começo dos anos 30, ascensão do nazismo) permaneceu na Alemanha, e como o pensamento de Nietzsche influenciou sobremaneira a obra mais conhecida do autor, *Raízes do Brasil*.

Representações e práticas sociais no conto *A Gata Borralheira*

Pedro Victor Silveira Ferreira
pedrovsilveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem por finalidade fazer uma análise das representações de práticas sociais no conto *A Gata Borralheira* escrito pelos irmãos Grimm no início do século XIX. Objetivamos entender com esse trabalho quais eram práticas sociais e o pensamento intelectual na transição do século XVIII para o XIX e como estas práticas são representadas no conto. O trabalho se justifica para entender o pensamento social e cultural dos intelectuais neste confuso período histórico. A transição do século XVIII para o século XIX é um período em que há uma intensa transformação de valores sociais. As transformações econômicas do avanço do capitalismo, tais como as transformações políticas da Revolução Francesa fazem com que hábitos culturais e sociais de vários segmentos da população se transformem. Mais do que isso, temos a consolidação padrões de comportamento que desde o século XIV lentamente vão mudando a sociedade. As invasões napoleônicas, seguidas posteriormente pelas medidas do Congresso de Viena fazem florescer em toda a Europa uma grande onda de “nacionalismos conscientes” (HOBSBAWN, 2016). Como produto deste, vemos em toda a Europa uma busca de suas próprias raízes, sendo o folclore popular uma grande fonte para esta busca. Neste contexto, uma vasta coleção de cantigas e contos populares são produzidos e impressos em toda Europa, cada uma reafirmando a existência do seu país. É nisto que irão surgir a publicação dos Grimm. Jacob e Wilhelm Grimm nasceram na região da atual Alemanha e trabalharam na confecção da coletânea de canções populares conhecidas como *A Cornucópia Mágica do Menino* e, depois, com a coleção de contos populares *Contos Maravilhosos, Infantis e Domésticos* entre 1812 e 1815. Os Grimm, entretanto, ao coletar os contos, transformaram e anexaram outros valores de sua própria intelectualidade e sua própria classe, guardando inúmeros aspectos da vida social e de valores das classes intelectuais daquele período. Utilizando do conceito de “representação social” desenvolvido pelo historiador francês Roger Chartier, pretendemos analisar quais e como as práticas sociais desses intelectuais do início do século XIX estão representadas dentro do conto *A Gata Borralheira*. Discutimos cinco representações que estão presentes no conto: as noções de

infância, o amor materno e sua naturalização, o papel redentor do trabalho, a idealização da nobreza e, por fim, as as noções de comportamento.

Personificar a Nação: Biografia e História em Gustavo Barroso

Erika Morais Cerqueira
erika_mcerqueira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Biografia, História da Historiografia Brasileira História Intelectual

Objetivamos analisar o discurso historiográfico de Gustavo Barroso (1888-1959) presente nas biografias publicadas pelo escritor entre 1920 e 1940. Estudaremos, através da interface entre a história da historiografia e a literatura, as possíveis relações entre o seu ato de fala e o seu público, na constituição de um saber histórico politicamente comprometido com o passado militar da nação. Ao biografar os militares que atuaram durante o Segundo Reinado no Brasil, o escritor o fez à luz das inquietações de seu tempo, intentando construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais. Propomos que a narrativa biográfica barroseana integra-se à escrita da história do Brasil, na medida em que auxilia na criação de uma ordem do tempo - o tempo da nação - e na definição de um espaço de atuação - o território brasileiro; elementos que balizavam as discussões historiográficas do período. Pensamos ser possível, por meio deste estudo, dialogar com ambiências intelectuais e com um tempo em que a aposta na escrita de histórias de vida, por meio de narrativas biográficas, quis, entre outros usos, firmar a premissa de aprender com o outro.

As revistas acadêmicas e a institucionalização da História no Brasil

Paula Miranda de Oliveira
paulaoliveiramol@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, História, FAFI, Cultura intelectual

Essa comunicação pretende apontar como as revistas acadêmicas foram importantes instrumentos simbólicos utilizados no processo de institucionalização da História acadêmica para a formação de uma cultura intelectual universitária. Acreditamos que, através delas, podemos analisar em que medida os diferentes projetos de intelectualidade e a profissionalização do saber histórico impactou a produção historiográfica da época. Trataremos especificamente do caso da revista *Kriterion* (1947-1965), fundada por intelectuais da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FAFI). Acreditamos que a criação dessa revista reuniu intelectuais que compartilhavam diferentes visões sobre a História e que, lidos em conjunto, os textos fomentaram um debate que ajudou a caracterizar esse campo disciplinar, tanto no que diz respeito ao discurso, quanto ao tipo de intelectual envolvido. Nesse sentido, acreditamos que a revista, sendo o meio oficial de circulação do conhecimento produzido nos primeiros anos da FAFI, irá repercutir vozes dissonantes, não só às intenções oficiais de homogeneização do discurso sobre a identidade nacional, mas a outros projetos intelectuais em curso na época. É sobretudo na revista que os embates dos diferentes projetos em jogo entre esses intelectuais vão emergir e disputar o espaço do debate acadêmico. Dessa maneira, os textos da *Kriterion* são o ponto de partida para compreendermos o quadro mais amplo da formação das universidades no Brasil, bem como as redes de sociabilidade dos acadêmicos e a trajetória da FAFI.

O conservadorismo identifica a nação: um diálogo entre Arinos e Prado

Vanessa Martins Gonçalves
vanessamartins41@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Eduardo Prado, Affonso Arinos, História Intelectual, Trajetórias Cruzadas

A presente proposta para simpósio temático é decorrente de uma pesquisa que visa compreender o diálogo travado entre as obras de Affonso Arinos e Eduardo Prado em um período de transição da monarquia para a república, procurando compreender como as trajetórias cruzadas dos dois intelectuais influenciaram a escrita de suas respectivas obras. Arinos se atendo a uma identificação da nação na literatura de cunho regionalista, Prado também o fez por meio de uma escrita da sua percepção da história do Brasil, sendo ambos compreendidos como autores conservadores e defensores da monarquia, críticos contumazes da república. A partir do diálogo entre as obras procura-se compreender qual o fio condutor do diálogo entre os dois intelectuais, se este se pauta na questão da modernidade, de aversão à república, do americanismo, ou de uma afirmação de uma tradição conservadora que era exaltada através do sertão. Visto que a questão do Americanismo, muito presente na obra de Prado, e reverenciada por Arinos, era compreendido pela má influência dos Estados Unidos no Brasil, sendo que o Brasil deveria seguir os próprios costumes e tradições, ou seja, a monarquia e a igreja, sendo o sertanejo o elemento nacional que expressava essa raiz tradicionalista, que por sua vez, tinha aversão a mudanças e preferia a manutenção dos costumes e tradições. Levando em consideração que os intelectuais estavam imersos nos institutos e academias como: IHGB e ABL, perceber como a rede a qual estavam inseridos exerceu uma influência na forma como foi travado o diálogo entre os intelectuais, procurando não ater somente na identificação dessa rede, mas procurando perceber o que surgiu como consequência dessa rede, apostando no fio condutor do diálogo entre as obras de Arinos e Prado uma consequência dessa rede de sociabilidades. Affonso Arinos e Eduardo Prado além de manter relações familiares tinham próximas relações profissionais, sendo que Arinos dirigiu por cerca de cinco anos o jornal do *Comércio*, de posse de Eduardo Prado. Visto como um jornal conservador, de elogio à monarquia e crítico ao regime republicano, o jornal e as cartas trocadas entre Arinos e Prado são o ponto central onde se pode perceber um diálogo entre

os autores e identificar o fio condutor desse diálogo, revelando, portanto, uma questão de maior preocupação entre os Arinos e Prado e por consequência, dos intelectuais do período.

A criminalização da maconha no Brasil: um debate intelectual racista 1891-1937

Kaian Luca Perce Eugênio
kaian_k2k@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Intelectuais, Racismo, Maconha, Criminalização

As instituições de ciência relacionada a medicina chegaram ao Brasil com a vinda da família real portuguesa. Esse foi o ponta pé inicial para se pensar a relação da medicina com a sociedade. A partir de meados do século XIX o termo raça começou a ser usado recorrentemente na literatura histórica e antropológica, sobretudo para apoiar a ideia da existência de heranças genéticas que explicariam as desigualdades entre os diferentes grupos humanos, classes, povos, etnias. Seguindo esse modelo determinista, nasceu a antropologia criminal, definindo a criminalidade como um fenômeno físico e hereditário. A moral médica começava a se enraizar na opinião pública e ia de encontro as políticas de segurança, o que se intensificou nos primeiros anos da república brasileira. Foi na passagem do século XIX para o XX que uma nova figura começa a entrar no cenário político brasileiro, seria a era dos médicos-políticos que se usava de teorias racialistas e sanitaristas (higienistas) para prevenir os males antes que estes se tornassem um problema crônico. Esses cientistas “definiram a miscigenação racial como um dos grandes males e defeitos da população brasileira. A medicina legal substituiu o vocabulário médico por um linguajar mais próximo da fala policial e dos discursos jurídicos” (SCHWARCZ, 1993, P. 206-209). Desta forma, os médicos da época davam mais importância para o criminoso do que para o crime em si, suas apostas e teorias se fundavam em outra perspectiva: encontrar a relação entre o crime e o criminoso pela esfera científica, ou seja, pelas teorias raciais e sanitaristas. Assim objetivava definir a relação direta entre criminalidade e degeneração racial e buscaram se alinhar às reformas sanitaristas e “modernizadoras” empreendidas no país durante a Primeira República assim a maconha seria proibida no Brasil por definitivo em 1932, dez anos após o Estados Unidos proibi-la em sono americano. Desta forma, concluímos que a proibição da maconha no Brasil foi fruto de políticas médicas racistas que em muito tempo já foram superadas pela filosofia das ciências. A associação da erva à as camadas mais baixas da população como os negros, mestiços, índios, prostitutas, mendigos, andarilhos, e “favelados”, foi um dos argumentos

principais para que a planta fosse proibida e seus males não chegassem a afetar as classes mais esclarecidas e altas da sociedade.

Passado e presente na História Agrária Brasileira: Celso Furtado, Octávio Ianni e Raymundo Faoro

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
hugogrocha@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Historiografia Brasileira, História Agrária, Celso Furtado, Raymundo Faoro

No presente trabalho, temos como objetivo tratar de temas ligados à história da agricultura e da pecuária brasileira, a fim de investigar a possível construção de uma narrativa historiográfica que, produzida no século XX, aponta os oitocentos como momento de intensificação da atividade agrícola no país e a consequente afirmação brasileira como importante polo produtivo agrário na conjuntura global. Estando a presente pesquisa em estágio inicial, optamos por estabelecer análises de duas obras publicadas entre as décadas de 1950 e 1980. Nelas, os autores tratam de temas ligados à economia, as sociedades e as políticas agrárias em vigência no Brasil entre os séculos XIX e XX. A primeira delas é “Formação Econômica do Brasil” (1958), do economista Celso Furtado e a segunda, “Origens Agrárias do Estado Brasileiro” (1984), do sociólogo Octávio Ianni. Nas duas obras, são abordados temas diretamente associados ao processo de consolidação da condição brasileira de país agroexportador. No entanto, se os tratamentos das questões apresentam distinções margeadas, sobretudo, pelas formações acadêmicas de Furtado e Ianni, por outro lado, é possível entrever traços comuns entre as análises dos autores. As tendências analíticas que aproximam as narrativas dos autores dizem respeito, principalmente, à maneira como cada um deles esboça suas sensibilidades temporais marcadas pela conjuntura da agricultura brasileira entre as décadas de 1950 e 1980. Com base nesses incômodos iniciais, pretendemos tratar do tema explorando a maneira como estes discursos sobre o passado e presente da economia, das sociedades camponesas e da estrutura produtiva voltada para o mercado externo apresentam diálogos importantes para o estudo da História da Agricultura no país.

As noções de sentimento e tradição nacionais em José Veríssimo e Teófilo Braga

Isabela Lemos Coelho Ribeiro
isalemos.coelho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sentimento nacional, Tradição Nacional, História da Literatura

A proposta dessa pesquisa é pensar as noções de “sentimento nacional” e de “tradição nacional” desenvolvidas, respectivamente, por José Veríssimo e Teófilo Braga. Dessa forma, buscamos compreender os significados elaborados para essas noções ao longo de algumas obras desses autores, e em que medida são basilares das interpretações desses intelectuais acerca da construção das nacionalidades de seus países, a partir do exercício da crítica literária. Para Veríssimo, o sentimento nacional se liga à partilha de uma afetividade entre o indivíduo e a nação. O desenvolvimento dessa comunhão se ligaria, nesse sentido, ao conhecimento da história, tornando a educação um instrumento privilegiado para esse fim. Da mesma forma, a literatura é concebida por Veríssimo como uma manifestação privilegiada do sentimento nacional, já que “é exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia” (VERÍSSIMO, 1969, p. 2). Já Teófilo Braga entende a tradição como “o vínculo moral e afetivo da nacionalidade” (BRAGA, 1896, p. 66), e, por isso, a literatura deveria expressar “o grão de consciência que esse povo tem do seu individualismo nacional” (BRAGA, 1896, p. 66). Para além da literatura, a comemoração dos centenários dos grandes homens cumpre esse papel de revitalização da nacionalidade e de rememoração do passado nacional. A tradição, nesse sentido, cumpriria a função de sistematizar a própria nacionalidade portuguesa, daí a necessidade de revigorá-la através das festividades cívicas e da literatura. Entende-se aqui, portanto, que as noções de sentimento nacional e tradição nacional constituem importantes elementos de inteligibilidade para a forma como Veríssimo e Braga entendem a formação de uma literatura nacional. Por isso, torna-se pertinente questionar: qual leitura de história é mobilizada por esses autores ao operacionalizarem esses termos? Mais ainda, como essas noções se ligam à formação das nacionalidades brasileira e portuguesa? E, por último, em que medida a definição desses termos relaciona-se a uma dimensão pedagógica de afirmação e construção da identidade nacional, pela necessidade de construção de uma cultura cívico-patriótica pautada em ideais republicanos (GOMES, 2009, p. 85).

História intelectual: usos possíveis e paradoxos teórico-metodológicos no diálogo Vilar-Althusser

Geise Targa de Souza
geisetarga@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Louis Althusser, Pierre Vilar, História Intelectual, Teoria da História.

O presente estudo busca avaliar a operacionalidade da “História intelectual” a partir de um estudo de caso, nesse sentido, partimos de um recorte preciso dessas abordagens para verificar alguns problemas concernentes a produção de conhecimento histórico, a saber: Um exercício de História da historiografia é necessariamente um exercício de História intelectual? Buscamos realizar uma abordagem comparativa e problematizar alguns temas a partir da investigação do diálogo em torno da produção do conhecimento histórico. Nossa pesquisa circunda o pensamento de dois autores marxistas, Pierre Vilar e Louis Althusser, o primeiro, historiador francês notavelmente reconhecido por seus estudos sobre a Catalunha; o segundo, filósofo franco-argelino que possuiu grande influência teórica no marxismo no período de 1960 e 1970, período esse que consiste em nosso recorte temporal. A História intelectual como aparato metodológico surge como quase uma necessidade quando se pretende estudar intelectuais, apesar da pluralidade de sentidos que a ela foram atribuídos, muitas vezes é cobrada como concepção necessária para historicizar o objeto de investigação. Trataremos aqui de duas concepções desse campo plural, a norte-americana e a francesa, para tal análise, partiremos principalmente da análise dos princípios teórico-metodológicos esboçados por dois autores, David Harlan e Jean-François Sirinelli, mesmo que reconheçamos que há uma multiplicidade de outras abordagens.

Pesquisa financiada pela FAPESP, processo n. 2016/08241-5.

Uma análise da coluna de Dionísio Bassi no jornal *Correio de Maxambomba*

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
marialuciabsa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Imprensa, Intelectuais, Baixada Fluminense, Nova Iguaçu

Este estudo pretende analisar os escritos de Dionísio Bassi no semanário *Correio de Maxambomba*, jornal situado em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense, entre os anos de 1958 e 1961. Fundado em 18 de dezembro de 1955, o CM consolidou-se, sobretudo, pelas mãos de seu diretor e jornalista Dionísio Bassi, agente politicamente influente na metade do século XX. Intitulado “Arauto das Revindicações da Baixada Fluminense”, o *Correio de Maxambomba* veiculou inúmeras matérias e colunas de caráter sensacionalista denunciando a “Velha ordem política” a frente da administração municipal iguaçuana. Próximo ao empresariado industrial e comerciário, o jornalista afirmou que o progresso municipal se daria através da indústria. Neste momento, emergiu uma disputa entre distintos projetos de cidade, tendo como base diferentes perspectivas acerca do rural e urbano. Estes ideários concorrentes se deram, uma vez que Nova Iguaçu se estabeleceu através de bases agrárias. Tendo a citricultura como sua principal atividade econômica, a cidade tornou-se nos anos 1920 e 1930, um dos principais centros agroexportadores de laranja do país. Por meio de práticas e representações, personalidades do movimento ruralista se estabeleceram enquanto lideranças políticas vinculadas à produção cítrica, . Instituições e indivíduos consolidaram um imaginário em que o desenvolvimento citadino seria resultado dos investimentos no campo. Contudo, ao final dos 1940, iguaçuanos viveram uma ampla reconfiguração socioeconômica, política e territorial. A “crise” no plantio da laranja atrelada ao processo de loteamentos das chácaras produtoras fez com que a cidade ganhasse novos contornos. Concomitante a estas transformações, se deu o movimento de reabertura política (1945) e às emancipações dos distritos de Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947). Tal conjuntura mobilizou a produção de matérias valorizando a importância do grupo ruralista na história local, especialmente no semanário mais antigo da cidade, o *Correio da Lavoura*, concorrente ao *Correio de Maxambomba*. Foi neste quadro de rivalidades políticas e ideológicas que se fez a produção intelectual de Dionísio Bassi. De março de 1958 a janeiro de 1961, o jornalista e militante redigiu sem interrupções conflitos e demandas da Baixada Fluminense, especialmente, em Nova Iguaçu. Será com base nestes escritos, que se investigará as

proposições e questionamentos abordados pelo diretor do CM, acerca de uma Nova Iguaçu em transi.

Os usos do passado pela intelectual Julia Lopes de Almeida

Mateus Vinícios Afonso Rocha

mateus.afonso16@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura histórica, Memória, Julia Lopes de Almeida, Literatura

Muitos dos intelectuais brasileiros do início da República que se engajaram na construção de projetos para a constituição da identidade nacional, não eram considerados historiadores “de ofício”. Eram mediadores culturais preocupados em interpretar o passado nacional de modo a favorecer a constituição identitária da pátria em formação. Na virada do século XIX para o XX, há um crescimento considerável da publicação de livros infantis voltados para a formação de uma juventude patriótica e cidadã. Eram textos cívicos com uma pedagogia moral que buscava transmitir valores de civilidade e certo ideal de homem. Dentre esses intelectuais, estava Julia Lopes de Almeida, que publica o livro de contos infantis "Histórias de Nossa Terra" em 1907. Essas narrativas literárias produzidas por intelectuais brasileiros no início do período republicano teriam dialogado, com maior ou menor intensidade, com as interpretações historiográficas a respeito do passado nacional, construídas na mesma época. Acreditamos que investigar como se dava esse diálogo contribui para pensar as diversas formas de dar sentido ao passado que constituem a cultura histórica. Ademais, analisar os usos do passado por uma intelectual que não se debruçou sobre o estudo crítico da história do país, pode nos fornecer mais indícios sobre uma cultura histórica que se constituiu quase que exclusivamente a partir de um ideal de República. Sobretudo em um momento no qual a disciplina histórica ainda estava se consolidando, e o entendimento do que era ser historiador ainda fomentava intensos debates, não faz sentido pensar que a história tenha tido o monopólio da interpretação do passado e da construção de narrativas de memória. O estudo das relações entre os indivíduos mais próximos de uma “profissionalização” da disciplina histórica, e aqueles menos envolvidos com esse mundo, pode nos ajudar a caracterizar de forma mais ampla a sociedade analisada, pois todos esses sujeitos mobilizaram valores, atitudes e representações de um passado coletivo.

O Lugar de memória do Palácio Tiradentes na constituinte estadual da Guanabara

Thiago Figueiredo Martins
thiagofigueiredomartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Imprensa, Estado da Guanabara, Memória, Palácio Tiradentes

A nossa pesquisa tem por objetivo analisar a representação na imprensa carioca das disputas de memória em torno do palácio Tiradentes durante as atividades da constituinte estadual do estado da Guanabara e da instalação da Assembleia Legislativa do estado da Guanabara de 1960-1961. A memória construída sobre o Palácio Tiradentes, que foi sede da câmara dos deputados até a mudança da capital, palco de inúmeras manifestações e comícios, além da própria atividade parlamentar. E a memória da cidade do Rio de Janeiro enquanto centro do poder político teriam sido mobilizadas através da imprensa carioca no processo de transferência da capital para Brasília, com o intuito de legitimar a criação de uma nova unidade político administrativa na antiga capital, o estado da Guanabara. O nosso objetivo é mostrar como a imprensa carioca da época noticiou as atividades da assembleia estadual constituinte em 1960 e o debate para a instalação definitiva da ALEG no prédio. Estamos analisando um conjunto de matérias dos principais jornais cariocas da época, Jornal do Brasil, Diário de Notícias e Correio da manhã. Por meio dessas matérias poderemos perceber o debate da funcionalidade que o Palácio Tiradentes poderia ter com a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília tem relação direta como peso simbólico que o espaço tem em relação a memória construída sobre o Palácio Tiradentes no período em que foi câmara dos deputados. O debate sobre o uso do prédio teria relação com importância da cidade do Rio de Janeiro como capital federal. A criação do estado da Guanabara também está ligada a recuperação da memória da cidade como centro de poder, e o interesse dos grupos políticos que se beneficiaram da criação do estado poderia ter relação com o processo de afirmação da capitalidade da cidade. Os dois processos: o uso para a constituinte estadual e o debate que envolve diretamente o poder legislativo estadual e federal em relação a questão da sessão do espaço para a ALEG indicam o interesse do poder legislativo estadual, das elites políticas cariocas que criaram o novo estado. A memória nessa pesquisa é compreendida como o nosso objeto de pesquisa, compreendemos que na contemporaneidade a nossa sociedade é marcada por uma obsessão memória, vivemos em um

período de ebulição das memórias. Nesse sentido o Estado nacional é as políticas de memória tornam-se um elemento fundamental na construção e criação de memórias.

Transnacionalidade e hispanismo: projetos políticos partilhados por intelectuais

Felipe Azevedo Cazetta
felipecazetta@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Intelectuais, Conservadorismo, Transnacionalidade

O artigo analisa as relações transnacionais entre autores espanhóis e portugueses situados entre os finais do século XIX e início do XX, período de maior sensibilidade de decadência entre intelectuais ibéricos. Assim, serão utilizadas obras e periódicos que contenham os projetos políticos defendidos por Ganivet, Unamuno e António Sardinha. Tais fontes serão analisadas a partir da história transnacional, e da história do pensamento político. Tem-se como resultado a evidência da heterogeneidade e da complexidade no diálogo entre intelectuais acerca de projetos políticos.

Sensibilidades internacionais: visões da Revolução Russa na cultura intelectual

Thiago Lenine Tito Tolentino
thiago_lenine@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Intelectual, Revolução Russa, História das sensibilidades

Nesta comunicação, irei abordar algumas referências em torno da recepção da Revolução Russa em diferentes países, especialmente, França, Brasil, Estados Unidos e Argentina. Evento que, juntamente com a Segunda Guerra Mundial, provocou uma mudança radical nas visões de mundo propagadas no interior da cultura intelectual ocidental, a Revolução Russa ganhou, no conjunto geral das produções midiáticas impressas (livros, revistas, jornais), uma variada gama de apreciações, avaliações, análises, juízos e imagens que, com o passar do tempo, consolidaram-se, de forma heterogênea, no imaginário do público de vários países. Assim, poderemos acompanhar as disputas internacionais em torno dos sentidos da revolução russa, especialmente em sua primeira fase, desde o eclodir da Revolução até a morte de Lenin. Vale a pena ressaltar que as produções simbólicas em torno de tal evento assumiram as formas mais variadas, desde as reportagens jornalísticas, passando por livros de viagem, obras acadêmicas, textos literários, panfletos políticos, caricaturas, charges e comentários de periódicos. A abordagem de tal circulação nos permite acompanhar a formação de visões de mundo compartilhadas em diferentes países fundamentalmente a partir da circulação da mídia de massa.

Silviano Santiago: o intelectual desobediente

Pedro Henrique Alves de Medeiros
pedro_alvesdemedeiros@hotmail.com

Edgar César Nolasco
ecnolasco@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Silviano Santiago, Pós-colonialidade, Cultura, Teorização, Intelectual

Este trabalho tem por objetivo traçar um perfil pós-colonial do intelectual Silviano Santiago a partir da epistemologia crítica biográfica fronteiriça (NOLASCO, 2015) à luz, sobretudo, do conceito de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2003). Para isso, a metodologia adotada assenta-se sumariamente em duas perspectivas: nos ensaios de caráter pós-colonial do intelectual mineiro e nos textos que discutem a figura de Silviano enquanto crítico que engendra um posicionamento desobediente epistemicamente (MIGNOLO, 2003) por excelência. Além disso, faz-se necessário pontuar que a teorização aqui proposta é pensada e erigida a partir da fronteira-Sul, territorial e epistemológica, atravessada, portanto, por nossas sensibilidades biográficas (NOLASCO, 2015). Como resultado, espera-se explicitar o papel do intelectual pós-colonial na crítica cultural e literária brasileiras pensadas a partir de uma epistemologia fronteiriça. Por fim, os teóricos basilares para a discussão são Edgar César Nolasco, Eneida Maria de Souza, Walter Mignolo e Denilson Lopes.

Emigração Cabo-Verdiana para o Brasil: segunda metade do século XX (1957-1972)

Gabriela Moncayo
gabrielaMoncayo14@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Cabo Verde, Santos, Emigração, História Cultural

Esta pesquisa visou à compreensão do significado que encontramos na ligação histórica entre Cabo Verde e o Brasil. Para além de territórios físicos, a análise fundamentada por meio do sentido deste movimento emigratório impactado nas pessoas que emigraram para o Brasil. Perceber este elo se faz necessário com base no volume de cabo-verdianos residentes no Brasil, 1.914 cidadãos (Censo de 2010). Mas não apenas em quantidades, e sim, sua colaboração cultural no Brasil, em vista das festividades aqui realizadas remetendo a terra natal, bem como suas participações sócio-políticas, com a atuação da Associação Cabo-Verdiana no Brasil. Qual a motivação para o cabo-verdiano emigrar ao Brasil entre 1957-1972? Qual é a sua representação desse momento histórico? O objetivo central é explorar e analisar as origens e motivações da emigração cabo-verdiana para o Brasil, este será definido com base nas respostas para objetivos secundários, por meio do entendimento histórico do contexto cultural e político de Cabo Verde de 1917-1975, bem como o contexto e significado da emigração para o cabo-verdiano, algo presente em sua concepção e estrutura social. A análise buscou conhecer mais profundamente, por meio da história oral, a representação de cinco cabo-verdianos residentes em Santos, construindo um entendimento do grupo. Verificou-se a história do trajeto da emigração, desde a vida em Cabo Verde, o caminho de chegada ao Brasil, sua recepção pela sociedade brasileira e santista, até sua vida construída em Santos. A História Cultural é o norte para a pesquisa, compreendendo como as representações sociais dos emigrantes analisados podem construir as percepções e motivações da emigração cabo-verdiana para o Brasil. O estudo bibliográfico compõe a pesquisa, e tem como referências básicas as seguintes obras: Os Filhos da Terra do Sol, Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez; A Diluição da África – Uma interpretação da saga indenitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial, Gabriel Frenardes; Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde, João Lopes Filho. Com apoio do Consulado Honorário de Portugal em Santos, foram analisados os prontuários dos emigrantes entrevistados, a documentação como ligação entre referencial teórico e as entrevistas analisadas. O emigrante faz

parte da cultura do país que o abriga, fazendo-se um cidadão ativo e modificando a cultura. O Brasil apresenta essa característica, abrigando muitas nacionalidades que constroem a sociedade brasileira.

A revolução para implantar a república no Brasil na opinião de Francisco Cunha

Dievani Lopes Vital
dievanilopesvital@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Francisco Cunha, República, França, Revolução

Enquanto correligionário e representante do programa dos republicanos da Corte imperial na província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco (Xavier da) Cunha foi colaborador do Jornal A Republica, lançado a 03 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro. De Porto Alegre, o responsável pela agência do órgão na imprensa gaúcha escreveu vários artigos que foram publicados na sua principal coluna editorial no Rio, por intermédio do talento jornalístico dos ilustres redatores proprietários Salvador de Mendonça e Luiz Barbosa da Silva, em edições de 1871 e 1872. F. Cunha, tal como assinava no final de seus artigos, pode ser identificado como um dos porta-vozes da revolução no ambiente republicano daquela época. Ele a defendia como um meio através do qual se implantaria a república em substituição aos 30 anos da monarquia de d. Pedro II, em pleno alvor da década de 1870. Decorrente da pesquisa que procura investigar as inspirações francesas da “via revolucionária”, cogitada por membros do movimento republicano no Brasil entre 1869 e 1889, este trabalho pretende demonstrar a inserção do republicano gaúcho Francisco Cunha nesse quadro. Através das páginas de A Republica, os seus discursos comprovam que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no Manifesto do Centro Liberal de 31 de março de 1869, não põe um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Muito menos pode ser considerada assim, a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do Manifesto Republicano de 03 de dezembro de 1870. Os discursos de Francisco Cunha na imprensa confirmam que opção pela via revolucionária, para solucionar a “questão do regime” no Império do Brasil, permaneceu como uma possibilidade para além dos marcos cronológicos assinalados por esses documentos políticos.

De Quintino de Sousa a Bocayúva: seus primeiros passos literários (1853-1860)

Mellina de Fátima Neres de Sousa Curty
mell.curty@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Quintino Bocayúva, Jornais Crítico literário

Sob a pena de Quintino Bocayúva juntamente com seu correligionário Salvador de Mendonça, nasceu o emblemático Manifesto Republicano em 1870. Tal documento serviu como um marco para movimento republicano brasileiro uma vez que, seus ideólogos denunciaram naquele texto que a monarquia já não era um regime compatível à conjuntura política daquele tempo e que a Casa dos Bragança deveria ruir. Nesse sentido, buscaram os autores do Manifesto a propagação dos ideais republicanos no país com intuito de fazer com que o Brasil deixasse de ser “uma planta exótica”, dado que, o país ainda era uma monarquia em um “mar de repúblicas” na América. A partir do Manifesto Republicano, a figura de Quintino Bocayúva adquiriu maior destaque no meio político, entretanto, Bocayúva não emergiu naquele meio de forma anônima. Quintino Bocayúva desde os primeiros anos da década de 1850 começou a escrever em periódicos. Primeiramente, colaborou com o jornal acadêmico O Acaýaba quando era aluno no curso de Humanidades, anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e foi especialmente ali, ao entrar em contato com a corrente romântica indianista tão em voga entre as décadas de 1840 a 1860, que o jovem escritor adotou o sobrenome que tornaria tão conhecido: o Bocayúva. Em seguida, ao ver-se obrigado a regressar à Corte, participou de forma significativa atuando como crítico literário para o jornal Diário do Rio de Janeiro, dentre outros. Posto isto, é a partir dessa ótica literária e política de Bocayúva na década de 1850 que esta comunicação tem por objetivo a reconstrução da trajetória daquele que se tornaria o “Príncipe do Jornalismo” e que para alguns, viria a ser o “Arquiteto da República” Brasileira. Dessa forma, importa ressaltar no presente trabalho que o envolvimento de Quintino Bocayúva com a arte das letras, bem como com a dramaturgia o fizeram ser reconhecido primeiramente como homem das letras e uma figura importante nos redutos intelectuais, o proporcionando assim, a criar uma rede de amizades que o possibilitou a se tornar o Quintino Bocayúva do Manifesto Republicano.

Usos do passado e concepções de história em congressos jurídicos (1900-1922)

Mariana de Moraes Silveira
marianamsilveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Direito, Congressos, Usos do passado, Comemorações, Historiografia

Durante a Primeira República, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) realizou três grandes congressos jurídicos. Cada um deles coincidiu com a comemoração de uma efeméride da história nacional: o quarto centenário da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao futuro território brasileiro (1900), o centenário da abertura dos portos (1908) e o centésimo aniversário da independência (1922). Tendo como pano de fundo indagações sobre os sentidos políticos das ações públicas dos juristas, esta comunicação analisará as concepções de história expressas e instrumentalizadas ao longo desses eventos. Tomando os anais dos congressos jurídicos de 1900, 1908 e 1922 como principais fontes, avaliaremos em perspectiva diacrônica os modos como o passado brasileiro foi mobilizado por bacharéis em direito, em especial quando se tratou de justificar ações e legitimar posicionamentos. Tais reuniões cumpriram uma função estratégica na trajetória do IAB, na medida em que a Proclamação da República representou um abalo na condição de órgão semioficial com que a agremiação de advogados, fundada em 1843, havia contado durante o Império. A inserção em celebrações cívicas poderia, dessa forma, contribuir para que o Instituto reconquistasse seu prestígio público. Por outro lado, o recurso ao formato de congresso, que se vinha fortalecendo internacionalmente desde meados do século XIX em paralelo às Exposições Universais, denota intuítos de modernização e de afirmação de um caráter científico para os debates travados. Nesse sentido, merece especial atenção a maneira como, em um ambiente de ascendente valorização social da ciência e de cristalização de uma visão depreciativa do chamado “bacharelismo”, os próprios juristas procuraram repensar as práticas e concepções de sua disciplina. Ao problematizar as narrativas nacionais – e também certas perspectivas internacionalistas – reivindicadas durante os congressos reunidos entre 1900 e 1922, espera-se contribuir para o diálogo entre a análise histórica do pensamento jurídico, a história intelectual e a história da historiografia. Embora sejam frequentes menções à passagem pelas faculdades de direito de indivíduos estudados nesses dois últimos campos, raramente se

aprofundam os questionamentos sobre os significados das interfaces entre direito e história na vida intelectual.

Surgimento da Teologia da Libertação: do discurso religioso a oposição política

Raquel Marques Soares
rms.raquel.marques@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Teologia da Libertação; Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, América Latina

Durante a segunda metade do século XX diversos países da América Latina, viviam anos de forte repressão promovidos por governos militares, nesse contexto de violência surgiu a Teologia da Libertação. Essa corrente teológica impulsionou diversos religiosos a se posicionarem contra as ditaduras e as graves violações de direitos humanos. Buscando promover mudanças nas estruturas da sociedade do terceiro mundo, teólogos utilizavam o discurso humanista cristão, fundamentando sua busca pelo fim das opressões em textos bíblicos e de teóricos marxistas. Este trabalho buscará estudar as obras consideradas marcos fundadores desse movimento: Teologia da Libertação: Perspectivas (1971) e Jesus Cristo Libertador (1972). O primeiro livro foi escrito pelo peruano Gustavo Gutiérrez, da Ordem dos Dominicanos, e o segundo pelo brasileiro Leonardo Boff, antes de deixar a Ordem dos Franciscanos. Ambos foram publicados sem que um soubesse da produção do outro, o que nos leva a acreditar que o conceito de libertação, bastante utilizado pelas esquerdas foi também abarcado por movimentos religiosos. Buscaremos através de um estudo comparado das obras aqui citadas, analisar como os intelectuais progressistas cristãos, em um contexto de pressão e ditaduras contribuíram para que as igrejas tornassem engajado de oposição e contestação as opressões vigentes.

Momento da produção de um conceito: “Barroco, signo de América”, de Angel Rama

Luiz Mauro do Carmo Passos
passosluizmauro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual, Barroco, América Latina, Discurso, Intertextualidade

Esta comunicação ensaia uma interpretação discursiva do texto “Barroco, signo de América”, do então jovem professor de literatura Angel Rama (1926-1983) – utilizando instrumentos da arqueologia das formações discursivas de M. Foucault e da hermenêutica, particularmente a teoria da recepção e do efeito, de W. Iser. O texto de Rama é a segunda seção do artigo “Temas tradicionales”, publicado em 1955, na revista uruguaia *Entregas de La Licorne*. Engaja-se numa “revalorización del barroco”, tendo como mote uma sugestão feita no livro de Mariano Picón Salas (*De la Conquista a la Independencia*, 1944; 2ed., aumentada, 1950), sobre a permanência no barroco na América. O curto, porém denso texto traz germes de algumas questões que aparecerão nas obras maduras do ensaísta, *Transculturación narrativa en América Latina* (1982) – cujo termo é utilizado por Picón Salas - e *La ciudad letrada* (1984). Rama defende a congenialidade da América e do Barroco, que pode ser resumida nas expressões: Barroco americano / América barroca. Na “estrutura do fenômeno estético” barroco, o autor identifica a busca de integração, de unidade, a superação da fragmentação em direção à uma homogeneização de elementos contrários, enfim o sincretismo, sob o ponto de vista sócio-político e cultural. Além da análise intratextual, são exploradas nesta comunicação duas vertentes de intertextualidade do texto de Rama: uma primeira abordagem confronta a perspectiva de Rama com a formulada no Brasil, por Lúcio Costa na *Revista do SPHAN (A Arquitetura Jesuítica no Brasil, 1941)* e por Lourival Gomes MACHADO (de “Viagem a Ouro Preto”, 1948 a “O Barroco em Minas Gerais”, 1957). Uma segunda abordagem é do seu efeito como precursor da proposta de uma poética neobarroca latinoamericana, por José Lezama Lima (*La curiosidad barroca, 1957*), Severo Sarduy (*El Barroco y el Neobarroco, 1972*) e Alejo Carpentier (*Lo barroco y lo real maravilloso, 1975*), recentemente estudada por Gonzalez Echevarria (*Celestina's Brood: Continuities of the Baroque in Spanish and Latin American Literature, 1993*), Carmen Bustillo (*Barroco y América Latina: un itinerario inconcluso, 1996*), Bolívar Echeverría (*La modernidad de lo barroco, 1998*) e

Irlema Chiampi (Barroco e Modernidade: Ensaio sobre Literatura Latino-Americana, 1998) –
dentre outros.

Llano en llamas: a Revolução Mexicana e a tradição literária em Juan Rulfo

Marcos Vinícius Gontijo Alves
mvhistoria@ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Mexicana, Tradição Literária, História e Literatura

A comunicação consiste numa explanação acerca da pesquisa, ainda em desenvolvimento e, por isso, incipiente, que envolve questões e incômodos acerca das obras do escritor mexicano Juan Rulfo (1917-1986) no que diz respeito a forma, ou, nas palavras de José Carlos González Boixo, a “estética do campo”, bem como as relações entre os personagens entre si e o contexto histórico. A primeira publicação de Rulfo foi em 1945, período posterior imediato à Revolução Mexicana (1910-1940). Sua obra é preenchida pelo campo e a cidade, os camponeses e os grandes proprietários (caciques), envolvidos pela violência, pelas arbitrariedades do poder, pelos ares de uma modernização — naquele momento, numa nova guinada —; e, sobretudo, pela morte violenta e trágica. Dessa forma, propomos um levantamento e subsequente análise, com base na história intelectual e na literatura concernente ao autor e sua obra, daquele período histórico, passando pelos projetos de modernização encabeçados pelo Partido Revolucionario Institucional (PRI) e seus antecedentes (PRM e PRN), a tradição literária mexicana, as visões da modernidade, e as formas como campo e cidade são narrados e relacionados. A pesquisa, portanto, possui como fontes principais as obras *Llano en llamas* (1953), *Pedro Páramo* (1955) e *El gallo de oro* (1956-1958), mas inclui, quando necessário, entrevistas concedidas pelo autor ao longo de sua carreira, determinada aqui entre 1945 e 1986. Possui como aporte a história intelectual e dos intelectuais, pois pretende analisar como ideias de campo e cidade, modernização e modernidade, surgem sutilmente ao longo da narrativa e como estão relacionadas à Revolução Mexicana e à política do PRI. Além disso, faz-se mister pensar o lugar social de Juan Rulfo, como intelectual que parte do campo para a cidade, por motivos violentos, inclusive. Como a fonte é de natureza literária, a pesquisa reconhece também a necessidade fundamental de dialogar com a crítica literária e as relações peculiares e sensíveis entre a literatura e a história, principalmente a partir dos conceitos dos “atos de fingir” de Wolfgang Iser. Rulfo, por fim, permanece como um grande nome da literatura não só mexicana, mas também latino-americana que passa ao largo da História, envolto pelos ares do ineditismo e do intelectual hermético e intransponível. A obra de

Rulfo ainda carece de profundos alicerces históricos, sociais e políticos, cuja fundação exige um olhar crítico e aberto aos problemas postos pelo presente.

Buenos Aires No Império: A Década Rivadaviana Na Imprensa Carioca (1820-1830)

Juliana Gomes de Oliveira
juliajgo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Buenos Aires, Rivadavia, Imprensa, Século XIX

As independências americanas são mencionadas como uma das maiores alusões para o entendimento de um pensamento moderno marcado por uma nova ordem e vocabulário sociopolítico conduzido entre o séculos XVIII e XIX. Apesar dessa conjuntura, que modificou a relação do contrato civil entre governantes e governados, as emancipações e construções desses Estados Nacionais foram desenvolvidas de variáveis formas. É necessário, para a compreensão deste trabalho, a princípio propor a separação de representação e aplicabilidade do pensamento moderno. Por isso, compreendemos a modernidade mais como uma representação do que propriamente a realidade. A pluralidade de projetos políticos, advindos de diferentes discussões nesse novo cenário de construção de Nação, salientou um próprio agente histórico no século XIX americano: a imprensa, que agiu como um meio difusor e propagador de ideias. O presente trabalho oferece uma análise dos periódicos "O Spectador Brasileiro" (RJ- 1824-1826) e "O Espelho" (RJ-1821-1823), destacando suas referências sobre a conjuntura política Rioplatense, no período conhecido como "feliz experiência", ordenado sob o domínio do ministro de governo Bernardino Rivadavia e seu grupo portenho identificado na historiografia clássica como os "rivadavianos". Buscamos, nestes periódicos, norteados pela perspectiva historiografia História das ideias, com seus principais expoentes, Skinner e Pocock, analisar, a partir dos atos de enunciações dos periódicos cariocas, suas perspectivas sobre o contexto rivadaviano e seu projeto político portenho.

A República em letras: Academia Brasileira de Letras como espaço político

Matheus Pimenta da Silva
ma.pimenta@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual, República, Academia Brasileira de Letras

Objetivamos a discussão sobre como os discursos e determinados ritos de louvor aos homens de letras da nação representam práticas culturais e políticas importantes no contexto da Primeira República. A Academia, fundada em 1897, contou com a presença de diversos e importantes intelectuais brasileiros. Esses intelectuais, como os fundadores Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Rui Barbosa, entre outros, mantiveram, em suas práticas e em sua sociabilidade, uma estreita relação com a política brasileira, seja por um pretense afastamento crítico, seja pela mais íntima presença e atuação no cenário político. Entendemos que os discursos, os elogios fúnebres e os textos publicados na imprensa são fontes que permitem desenvolver nossa hipótese de que determinados ritos e práticas formaram não apenas uma cultura política na Academia e em torno dela, mas compuseram o processo histórico de formação e estabelecimento, ainda que frágil, do republicanismo no Brasil.

Intercâmbio de ideias: correspondências entre Arthur Ramos e Melville Herskovits

Heloísa Maria Teixeira
heloisate@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Intercâmbio de Ideias, Correspondências, Estudos Afro-Americanos, Estudos Afro-Brasileiros

Analisamos a correspondência entre Arthur Ramos e a antropólogo estadunidense Melville Herskovits trocada no período de 1935 a 1949, época de sistematização dos Estudos Afro-Americanos nas Américas. A análise preliminar das cartas revela-nos um intercâmbio com trocas de materiais bibliográficos, pesquisas, pareceres e divulgação das produções dos estudiosos da história e cultura afro-americanas. Essa circulação de ideias influenciou o crescimento de pesquisas acadêmicas acerca da identidade africana no Brasil e na estruturação da disciplina de antropologia nas universidades brasileiras. As fontes mostram, ainda, as questões políticas que visavam discutir o racismo nas sociedades americanas. Arthur Ramos (1903-1949) foi um dos principais intelectuais de sua época com grande destaque nos estudos sobre o negro e o africanismo no Brasil; democracia racial; antropologia e anti-racismo. Foi um intelectual bastante ativo publicando pelo menos uma obra por ano a partir do final dos anos 1920 até 1949, quando a morte prematura interrompe a carreira do intelectual. Foi a publicação de *O negro brasileiro* que iniciou o intercâmbio intelectual entre Ramos e Melville Herskovits – um dos pesquisadores mais importantes da área de relações raciais naquela época nos Estados Unidos, discípulo de Franz Boas e internacionalmente conhecido por suas pesquisas sobre o continente africano e sobre os africanismos no Novo Mundo. Foi responsável por uma série de estudos de campo. Em 1934, Herskovits e sua esposa passaram pouco mais de três meses na aldeia haitiana de Mirebalais e os resultados da pesquisa foram publicados no ano de 1937 sob o título de *Life in a Haitian Valley*, uma das representações mais precisas da prática do vodu haitiano.

O Espelho de Alice: a imagem refletida do nosso país sem maravilhas

Cochise César de Monte Carmo
cochisecesar@zoho.com

PALAVRAS-CHAVE: Alice no País das Maravilhas, História da Literatura, Mitos Modernos, Cultura Pop

Alice No País das Maravilhas é uma obra imortal na literatura infantil e, tendo mais de um século não é de se espantar que seu sentido tenha se transformado, mas é especialmente interessante perceber que sua principal característica em sua época é secundária hoje: o nonsense. A aventura histórica – história de personagens que em suas peripécias afetam tempo histórico – é o cerne da última adaptação cinematográfica, ao contrário do absurdo, que permeava a primeira. A partir do caráter utópico, e, portanto distópico, de toda obra, entendemos que sua leitura é muito influenciada por necessidades sociais de compensação (utopia) ou denúncia (distopia). Apesar dos perigos e das dificuldades que Alice passa, a obra tem um caráter utópico, em que o País das Maravilhas é um contraponto aos aspectos negativos de nosso mundo. Defendemos que o sucesso de Alice, da publicação até o filme de 1951 se deve em grande parte por seu caráter utópico, retratando uma sociedade regida pelo absurdo e pela fantasia, que se contrapõe às regras rígidas que a sociedade seguia. Essa ênfase no absurdo sustenta a apropriação da personagem pelo movimento psicodélico nos anos 60, quando a jornada de Alice assume caráter exemplar e simbólico para a contestação da sociedade a partir da experiência de estados alterados de consciência. Nesta época, a narrativa de Alice adquire caráter mítico para este movimento, explicando metaforicamente nosso mundo e justificando e guiando ações. Eventualmente, as profundas transformações sociais provocadas por este e outros movimentos reduziram as regras de etiqueta, fazendo com que a obra perdesse sua capacidade utópica. Essa perda justifica que o filme de 2010 abandone o foco no absurdo e se concentre na disputa política da libertação do País das Maravilhas da tirania da Rainha Vermelha. Essa leitura se encaixa dentro da teoria *kunderiana* que a aceleração do tempo histórico tem afetado a relação entre personagens e história no romance. Antes, a história era pano de fundo para a aventura dos personagens, enquanto hoje a própria história de confunde com a aventura destes. A ascensão da aventura histórica nos mostra uma visão utópica em que o indivíduo tem poder sobre sua própria realidade, é capaz de transformá-la, apontando que a sociedade que se reflete no espelho de Alice não é mais a

engessada por regras excessivas e arbitrárias, mas uma em que os indivíduos se sentem impotentes.

Cartas Brasileiras: delineando conceitos, percorrendo histórias

Francine Carla de Salles Cunha Rojas

lucia_jbc@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

As cartas ajudam a reconstruir parte da história cultural, política e intelectual de diversos lugares e, de acordo com cada finalidade, emana determinada definição. Nesse sentido, a explanação objetiva falar de um lócus particular, Brasil, e de uma história em especial, a da carta. Podemos dizer que essa relação iniciou-se com o relato de Pero Vaz de Caminha, muitas vezes apontada como a certidão de nascimento do país, e desenvolveu-se ao sabor dos acontecimentos, desde os de cunho político quanto os de caráter corriqueiro, a exemplo das cartas dos modernistas e as pertencentes ao período da ditadura militar. Nesse sentido é necessário entender que cada esforço despendido para traçar a história da carta no Brasil deverá considerar, primeiro, o desafio sob uma perspectiva heterogênea, uma vez que de cada momento emerge uma noção diferente, e, em seguida, delinear sob quais noções de imaginário os conceitos se construíram considerando-se que cada momento herda do anterior a concepção em voga. É sobre esse prisma que se institui a presente explanação, para tanto serão necessários, além da Carta de Pero Vaz de Caminha, os apontamentos de Walter Mignolo em *Histórias locais/Projetos Globais* (2003) e *Teorias sin disciplina* (1998), Silvano Santiago em *Oras(Direis) puxar conversa!* (2006), Eneida Maria de Souza em *Janelas Indiscretas* (2011) e Vanessa Massoni da Rocha em *Por um Protocolo de Leitura epistolar* (2018).

ST 12 - História das Coleções e dos Processos Museais nas eras Moderna e Contemporânea

Simpósio Temático

Milena Santos Mayer
milenasmayer@gmail.com
Doutoranda em História
UNESP

Eduardo Polidori Villa Nova de Oliveira
eduardo.polidori@gmail.com
Mestrando em Museologia
USP

Gabrielle Nascimento Batista
gabriellenas@hotmail.com
Mestranda em Artes Visuais
UFRJ

Carolina Vaz de Carvalho
carolavaz@gmail.com
Bacharel em Ciências Sociais
FAJE

Proposta do Simpósio

A História das Coleções e dos Processos Museais é um campo de investigações que se estabeleceu no início do século XX e tem apresentado um forte crescimento no Brasil a partir dos anos 2000, com a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado em diversos programas de pós-graduação, tanto em História como em outras áreas do conhecimento. Este simpósio temático procura reunir pesquisadores interessados na história das instituições museológicas e das práticas de colecionamento durante as eras moderna e contemporânea (séculos XVI ao XXI), que têm encontrado espaço de discussões em outros fóruns mas não nos fóruns tradicionais de História. Como propósito central, objetiva-

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

se fortalecer, ampliar e redimensionar as investigações em curso sobre a dinâmica dos processos museológicos e de colecionamento, tomando como estruturantes os eixos do colecionismo, dos processos de musealização, conservação, exposição, circulação e atuação dos bens culturais. Serão aceitas, nesse sentido, pesquisas que estejam direcionadas tanto às reflexões tradicionais sobre a trajetória de coleções e instituições museológicas quanto sobre a análise da vida social, a historicidade das camadas semânticas atribuídas a objetos colecionados e expostos, o trânsito e a apropriação de coleções e objetos musealizados em diferentes culturas, contextos e espaços, bem como a formação de redes de colecionadores e a criação de mercados especializados no atendimento de seus interesses. Interessa-nos, por fim, pesquisas (em desenvolvimento ou finalizadas) sobre a formação e a trajetória de coleções em âmbito público ou privado que procurem reconstituir o papel e a experiência dos colecionadores, curadores e demais agentes envolvidos nesses processos (montagem, ordenação, documentação, interpretação, exposição, comunicação, circulação), que analisem sua historicidade, ou que tracem a biografia (história, procedência, modificações, etc.) de objetos e coleções, tomando-os singularmente ou em conjunto.

Comunicações

Colecionamento nas Minas do século XVIII: atuação complexa de José Vieira Couto

Aline Damasceno Santana

likabarbie@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: colecionismo; Minas Gerais; viagens filosóficas, amostras; Vieira Couto.

Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento que objetiva compreender as práticas de observação, coleta, preparo e envio de amostras naturais e artificiais realizadas no seio das políticas adotadas por Portugal, no século XVIII e XIX. Tal política enviou alunos luso-brasileiros formados em Coimbra em viagens filosóficas aos domínios ultramarinos portugueses. Este projeto fomentado pelo paduano Domingos Vandelli, lente de História Natural da Universidade de Coimbra, potencializou as coleções de artefatos naturais brasileiros nos museus de Lisboa e Coimbra, bem como aquelas também formadas nos diferentes jardins botânicos portugueses. Acabou também por impulsionar a economia, a ciência, as artes, a indústria e a medicina portuguesa, caracterizando tal projeto como pragmático. Inserido nesse empreendimento, encontra-se a figura do naturalista mineiro e discípulo de Vandelli, José Vieira Couto. Nascido no Arraial do Tijuco, atual Diamantina, em 1752, Couto estudou matemática e filosofia natural na Universidade de Coimbra, se graduando em 1778. Há a possibilidade dele também ter cursado em tal universidade o curso de medicina. Sua atuação se evidencia complexa pelo fato de que além de executar as atividades do rol da história natural, o que culminou no envio de amostras mineralógicas à Portugal, Couto atuou como agente burocrata na administração colonial mineira, defendendo os interesses da elite tijuca. Entendendo-se que sua atuação na administração portuguesa não se descola do seu fazer naturalista. Ressaltando-se que sua atuação se insere no contexto do declínio da extração do ouro em Minas Gerais no século XVIII, resultando em diferentes estudos sobre os métodos e técnicas a serem utilizadas para se reverter tal crise. Sua atuação pode ser evidenciada a partir das memórias produzidas pelo naturalista, bem como pelos ofícios e outras fontes documentais que registrem suas atividades. Esta documentação acaba por revelar vestígios sobre a coleta e envio de amostras minerais realizados por Couto, o que acabou por alimentar as coleções mineralógicas dos Museus de Coimbra e Lisboa. Pretende-se nessa comunicação abordar alguns

desses indícios que revelam a circulação de amostras remetidas por Couto, apontando para a importância de sua atuação na formação de coleções em museus portugueses no século XVIII e XIX.

Coleções paleontológicas: Estudo de caso do Museu de Paleontologia da URCA

Ranielle Menezes de Figueiredo
ranielle.m@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, coleções, paleontologia, museus, museologia.

O Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri/ URCA, no Ceará, encontra-se em uma das regiões que concentra uma das maiores formações fósseis do mundo, a Chapada do Araripe, que preserva vestígios de vida de 110 milhões de anos atrás. Por esse motivo, a região torna-se o destino de muitos cientistas e pesquisadores da área de paleontologia. Porém, esse grande interesse demonstrado pelos exemplares fossilíferos acaba gerando a exploração e comércio ilegal de fósseis, tendo em vista que a região possui uma disparidade econômica e poucas oportunidades de trabalho. Atuando neste cenário, o Museu de Paleontologia da URCA, busca valorizar e proteger o patrimônio geológico da região, juntamente com o reconhecimento e a importância destes fósseis por parte da comunidade local. Tendo em vista que uma das maiores dificuldades encontradas pelos visitantes está na grande diferença temporal existente entre os fósseis e a história humana, o museu possui um grande desafio, o de relacionar tempo, acervo e público. Por isso, a proposta deste estudo é investigar a comunicação expositiva do Museu, buscando verificar a qualidade da comunicação entre o acervo e seu público, especialmente, no que diz respeito à relação institucional com a comunidade da região em que está inserido. A pesquisa partiu da gênese da formação das coleções científicas, com foco em paleontologia, buscando traçar um panorama desde os Gabinetes de Curiosidades surgidos nos séculos XVI e XVII até o acervo de paleontologia integrar-se aos Museus de História Natural, avaliando a importância da institucionalização da ciência e sua relação com a concepção e formação dos museus, reverberando diretamente na organização dos museus de paleontologia brasileiros. Para verificar a efetividade comunicacional da exposição de longa duração do Museu de Paleontologia da URCA em relação à percepção dos moradores da região do Cariri, o estudo concentrou-se na obtenção de dados in loco através da aplicação de questionários e a realização de entrevistas com os proponentes do atual projeto expositivo. Estes dados foram posteriormente analisados e interpretados, dando subsídios para as discussões e a um entendimento maior sobre o que representa o Museu para o público da região do Cariri.

Os museus de Sofia Jobim: indumentária e experiência estética

Wagner Louza de Oliveira
contato@wagnerlouza.com.br

PALAVRAS-CHAVE: coleção, museu de indumentária, história da arte

A comunicação faz parte de minha pesquisa de mestrado realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ. Trata-se de uma coleção de objetos, desenhos e peças vestimentares organizada por Sofia Jobim (museóloga e professora de Indumentária Histórica na ENBA, na década de 1950) que constituiu o Museu de Indumentária Histórica e Antiguidade, inaugurado em julho de 1960, em sua própria residência, no Rio de Janeiro, em Santa Teresa. A coleção é composta substancialmente por aquarelas pintadas pela própria Sofia, representando trajes; livros especializados em indumentária; trajes que pertenceram a personagens históricos brasileiros; peças de indumentária de trajes típicos e regionais, tanto em forma de miniaturas (bonecas vestidas), quanto trajes originais e acessórios etnográficos, coletados após diversas viagens e estudos através da Europa, Oriente Médio, Extremo Oriente e as três Américas. As peças do referido museu encontram-se no Museu Histórico Nacional. Maria Sofia Pinheiro Machado Jobim (1904-1968) nasceu em Avaré – SP. A partir de 1949, passa a reger a disciplina de Indumentária Histórica na Escola Nacional de Belas Artes. Após uma reforma curricular na ENBA, em 1948, duas especializações foram criadas no curso de Artes Decorativas: Indumentária Histórica, a cargo de Sofia Jobim e Cenografia com o professor Tomás Santa Rosa (1909-1956). Algumas viagens foram fundamentais para oportunizar o aprofundamento de Sofia Jobim no campo da indumentária histórica e permitir constituir um acervo significativo. Entre 1936 e 1938, Sofia Jobim acompanhou seu esposo, em uma viagem de negócios, para Europa. Em março de 1951, Sofia Jobim parte para Grécia, Egito e Espanha. Nessas viagens, busca materiais para compor seu acervo e para enriquecimento de suas aulas de Indumentária Histórica, como fez anteriormente quando visitou a Inglaterra, França e os Estados Unidos. Em 1955, como presidente das Mesas Redondas Pan-Americanas, Sofia Jobim representa a mulher brasileira no Congresso de Aliança Internacional, na Ilha de Ceilão. Após o congresso, acompanha seu marido, o engenheiro Waldemar Magno de Carvalho, em sua viagem a Paris, Israel, Damasco, Índia, Hong-Kong, Japão, Estados Unidos, México, Guatemala, Panamá e Peru. Pensando em legar, para a posteridade, suas peças que

constituíam o museu de indumentária, Sofia Jobim doou, por meio de seu irmão, Danton Jobim, uma parte de seu acervo ao Museu Histórico Nacional, em 1968.

A coleção de Frédéric Hartmann e o "inacabado" na pintura francesa do séc. XIX

Luciana Lourenço Paes
paes.lu@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Albert Boime, em seu livro *The Academy and the French Painting in the Nineteenth Century* (1971), afirma que a dicotomia “esboço – acabado” tornou-se parte intrínseca do vocabulário da crítica de arte durante o período pós-davidiano, que testemunhou a emergência de tendências românticas. O esboço, antes considerado uma parte da fase generativa do processo de criação, foi adquirindo cada vez mais destaque até tornar-se, no fim do séc. XIX, o paradigma mesmo da execução da obra. A pergunta implícita da crítica era: como o artista resolveu o dilema de permanecer fiel à verve do esboço, da primeira ideia, de sua inspiração, sem renunciar ao trabalho diligente e metucioso que leva à objetivação da obra final? O colecionador alsaciano Frédéric Hartmann manteve uma postura aparentemente contraditória em relação a esse modelo de apreciação. Sua coleção de quadros modernos, apesar de pequena (ele possuía, ao que parece, apenas Delacroixs, Rousseaus e Millets), é bem delineada. Tratam-se, todos, de artistas que questionaram as convenções acadêmicas, por meio do trabalho com diferentes graus de acabamento. As epístolas de Hartmann atestam o quanto seu gosto fluía entre o seu século e a sua personalidade, pois ora requer, ora considera excessivo o inacabado nas telas que encomenda. A comunicação pretende abordar a relação de Hartmann com o critério do inacabado para avaliação da qualidade artística de pinturas na metade do séc. XIX, por meio da análise de obras de sua coleção, cotejadas com citações de sua correspondência e da crítica de arte do período.

Memorial da Imigração Judaica: História e Memória na construção de Identidade

Otávio Pereira Balaguer
otavio.balaguer@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Museologia; Exposição; Memória; Imigração judaica

O Memorial da Imigração judaica é um museu estabelecido em 2016 no edifício da primeira sinagoga do Estado de São Paulo. A instituição faz parte das comemorações dos cem anos do primeiro templo paulista. Fundada na capital, em 1912, a Kehilat Israel – ou Comunidade Israelita de São Paulo – foi resultado do esforço de imigrantes judeus oriundos do leste europeu, sua maioria da Bessarabia, antiga região do Império Russo, hoje dividida entre Moldávia e Ucrânia. A presença de imigrantes judeus no Brasil data da abertura dos portos em 1808. Ao longo do século XIX diferentes levas de judeus europeus e magrebinos provenientes, majoritariamente, da Alsácia, Reino Unido e Marrocos aportaram entre o Rio de Janeiro, Belém e Manaus. No entanto, é no início do século XX que grupos preponderantes se estabelecem na cidade de São Paulo. Carregando seus idiomas, culturas, usos e costumes religiosos os imigrantes constituíram comunidades no país de acordo com seus lugares de origem no velho mundo. Desta maneira, a Kehilat Israel, estabelecida no Bom Retiro – região de grande trânsito de mercadorias e pessoas na virada do século – é formada por judeus ashkenazim, falantes do iídiche e moradores dos shtetlach, vilas campesinas judaicas da Europa do Leste. As exposições do Memorial da Imigração Judaica são a fonte do presente estudo. Nelas há uma construção de sentidos e valores, por meio da história e da memória judaica em uma narrativa assentada nos temas da diáspora e da imigração. Acreditamos que os processos museológicos, deste museu-memorial, colaboram para a construção de uma identidade judaica apreensível ao longo do discurso expositivo no edifício, que opera como “lugar de memória”. Sua coleção é formada por doações e comodatos de documentos textuais, iconográficos e objetos tridimensionais, pertencentes à comunidade e a outras famílias imigradas. Os elementos em exibição são livros e peças da “judaica” – objetos de uso cotidiano e cerimonial relacionados à prática da fé. Por meio da discussão dos conceitos de história e memória pretendemos entender o discurso produzido pela exposição. Acreditamos que a construção desta identidade tem no sítio histórico e nos objetos expostos o suporte de uma memória que atende a exigências

contemporâneas de afirmação de um lugar em uma sociedade multicultural. Para isso, a instituição museológica nas funções de aquisição, estudo, conservação e difusão é demandada.

Museu Paranaense e o Contexto Museológico no séc. XIX: Ações e Coleções

Ricardo Carvalho Rodrigues
rieli@rieli.com.br

Maria Célia Teixeira Moura Santos
mariaceliatms@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museus Século XIX, Paraná, Museu Paranaense, Coleções

Como primeiros resultados da pesquisa de doutorado em Museologia, desenvolvida na Universidade Lusófona de Lisboa, a comunicação trás uma abordagem sobre o perfil do Museu Paranaense, no contexto de sua criação, no século XIX, durante os períodos da direção de Agostinho Ermelino de Leão, de 1874 a 1901. Partindo-se do contexto português de museus no século XVIII e XIX: Museu da Universidade de Coimbra e Museu Regional de Beja; buscam-se contrapontos e aproximações com o modelo de Museus de História Natural existentes no País no século XIX - Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista, bem como com o modelo de Museus Comerciais implantados no Brasil e em países europeus, alinhados à proposta criada a partir da Exposição Universal de Paris, em 1874. As aproximações e diferenças entre os modelos de Museus Nação, de História Natural, Comercial, Histórico, de Serviços, Sóciomuseologia. O Museu Paranaense: sua criação, a constituição de suas coleções, seus edifícios e as relações com a sociedade local. As ações de desenvolvimento rural, a participação nas eleições locais, as ações sociais, as ações assistenciais e de arrecadação de recursos, o Museu Paranaense como ponto de referência, as relações com outros museus e instituições locais e nacionais. Destaca-se que, em que pese atender à elite local curitibana e paranaense, o Museu Paranaense buscou promover o desenvolvimento social local e regional.

O colecionismo de antiguidades egípcias da Viscondessa de Cavalcanti

André Onofre Limírio Chaves
andreonofrelimario@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

No período moderno, antes do surgimento das instituições museológicas, o colecionismo ocorria principalmente no âmbito privado. Por vezes assumindo cunho aristocrático ou sendo usadas como instrumento para reflexões humanistas, as coleções eram organizadas em diálogo com conjuntos similares, refletindo o gosto e os interesses do colecionador. Com a Revolução Francesa (1789), o advento do iluminismo e o surgimento da necessidade de ampliar o acesso ao conhecimento para toda a sociedade, grande parte dessas coleções foi estatizada ou transformada em museus públicos. Este processo se consolidou no século XIX, que ficou conhecido com o século dos museus nacionais. Erroneamente, a historiografia brasileira tende a afirmar que, no Brasil oitocentista, o colecionismo privado era quase inexistente. Entretanto, novos estudos vêm mostrando que essa prática era bem presente, principalmente na aristocracia imperial, que via nesse ato, uma forma de adquirir lustro e reforçar sua posição social. Estudos recentes vêm mostrando a existência, no país, de coleções particulares de arte, história natural ou “etnografia”, surgidas em toda a nação, mas principalmente na sede do Império brasileiro, o Rio de Janeiro. O próprio imperador, Dom Pedro II possuía um gabinete particular no qual era possível encontrar obras de arte, objetos etnográficos, minerais e arqueológicos. A coleção mostrava a predisposição do monarca em possuir um local que contribuísse para práticas de estudo e fruição. Esta apresentação tem como objetivo analisar a coleção egípcia de Amélia Machado de Coelho e Castro, a Viscondessa de Cavalcanti, que foi uma importante colecionadora no Brasil Imperial. Ela se dedicava a reunir não apenas antiguidades, mas objetos de arte de toda natureza, como pinturas e objetos memoráveis e personalizados. Durante a segunda metade do séc. XIX, essa ilustre mulher adquiriu uma coleção da cultura material do Antigo Egito, que foi doada posteriormente para o Museu Mariano Procópio, como forma de enriquecer o acervo dessa instituição. Nessa apresentação pretende-se, portanto, abordar o processo de formação dessa coleção, por meio da análise das formas de aquisição de seus itens; o porquê do colecionamento desses objetos; e sua suposta procedência; buscando responder a duas questões. Possuía a Viscondessa um gosto

particular por objetos do antigo Egito? Como a aquisição desta coleção dialogava com as tendências colecionistas que existiam dentro e fora do Brasil do século XIX?

“Ad Authorem transmissae, ab Authore donati”: os presentes no catálogo da coleção do Collegium Romanum, 1678

Carolina Vaz de Carvalho
carolavaz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: história das coleções, história moderna, presentes, Athanasius Kircher, catálogo

Título completo: “Ad Authorem transmissae, ab Authore donati”: os presentes no catálogo da coleção do Collegium Romanum, 1678 Entre 1651 e 1680, o padre jesuíta Athanasius Kircher foi responsável por uma coleção de “obras de arte e mistérios da natureza” localizada no Collegium Romanum, instituição de educação mantida pela Companhia de Jesus em Roma, Itália. O Collegium Romanum ocupava um ponto nodal privilegiado dentro da estrutura jesuíta, sendo a instituição local de formação dos missionários e Roma, polo de recepção, tratamento e divulgação dos relatos e notícias das missões. A coleção, por sua vez, gozou de grande renome à época, atrelados em alguma medida à fama de Athanasius Kircher, calcada em suas atividades de investigação e estudo e sua rede de relações sociais – envolvendo figuras religiosas, homens de ciência, humanistas, antiquários, literatos, eruditos e importantes membros da aristocracia europeia. O ‘Museu Celebérrimo’ sofreu franco declínio após a morte de Kircher em 1680. Um catálogo, contudo, foi publicado pouco antes, em 1678, perpetuando uma descrição da coleção ainda em seu auge. Dentre as informações e detalhes que o catálogo traz, vários objetos são descritos como tendo sido recebidos na coleção ou dela cedidos como presentes. Propõe-se, aqui, algumas reflexões sobre o trânsito de objetos colecionáveis como presentes entre colecionadores e outras pessoas envolvidas nas redes de práticas de colecionamento da primeira idade moderna, tomando o catálogo da coleção do Collegium Romanum como caso de estudo. A troca de presentes foi tema de intenso interesse dentro das ciências humanas, descrita já em 1920 por Marcel Mauss como uma parte de um ‘contrato’ mais geral, envolvendo pessoas, valores e coisas. No que concerne ao universo colecionistas da era moderna, as visitas a coleções, bem como o dar e receber objetos colecionáveis, eram atividades investidas de valor simbólico que, para além dos intercâmbios materiais, criavam, fortaleciam e marcavam redes de relações que perpassavam questões religiosas, políticas, culturais, econômicas e muito mais. A presente comunicação integra um projeto de pesquisa de mestrado que está se iniciando e propõe a investigação da circulação de objetos de diversas regiões do mundo na interseção entre as ações missionárias da Companhia de Jesus e as

práticas colecionistas da Primeira Idade Moderna, a partir de uma perspectiva de diálogo entre estudo da cultura material e história das coleções.

Atores e fronteiras no tratamento da coleção privada do Estúdio Campana

Rafael Lima Capellari
lima_capella@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Irmãos Campana; acervo; preservação; documentação

Atualmente, a carreira dos designers Humberto e Fernando Campana conta com um consolidado reconhecimento internacional e nacional. Fruto de uma trajetória de mais de 40 anos, seus trabalhos são marcados por uma variedade extensa de produções, que vão desde obras icônicas como a Cadeira Vermelha, a Cadeira Corallo e a Cadeira Favela, passando pela concepção do café do Museu d'Orsay em Paris e do café do Theatro Municipal de São Paulo, até a criação de obras de arquitetura como a recente casa criada pelo estúdio na cidade de São Paulo, além de contar com produções individuais. É natural que este engenho resultou na acumulação de um grande conjunto de desenhos, estudos, testes, protótipos, obras de artistas. Esta coleção é totalmente privada, formada em sua maioria organicamente e sob a guarda do Instituto de Pesquisa em Design, associação civil sem fins lucrativos que possui entre um de seus objetivos a preservação e divulgação da produção dos Irmãos Campana. A potencialidade museológica deste acervo resultou na Exposição Anticorpos, que itinerou por sete anos (2010 - 2017) em várias cidades do Brasil e do mundo com curadoria do Vitra Design Museum. Além disso, os irmãos já haviam participado de outras exposições no MoMA e no MAM de São Paulo. Entretanto, apenas em 2016 que o conjunto começou a receber tratamentos de documentação e conservação. Este trabalho busca apresentar o percurso da coleção e o projeto de catalogação primária e organização que está sendo realizado há um ano e meio neste acervo, demonstrando que neste caso, não se aplica apenas o campo teórico metodológico da documentação museológica, mas os campos do banco de dados são também criados e delimitados por exigências, necessidades e embates dos vários grupos ligados ao acervo como a presidência, o financeiro, o instituto e os próprios artistas. Assim, procura-se ressaltar os diferentes objetivos e significados da ideia de preservação para cada ator responsável pela acumulação, peculiaridade reforçada devido ao acervo não estar diretamente ligado a um órgão público de preservação e de seus autores e produtores serem mantenedores, transformando o acervo em uma coleção em constante transformação.

Dom Duarte e a formação do acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo

Christian Mascarenhas
christian.1205@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Nesta comunicação será abordado o aspecto do “coleccionismo” de arte sacra promovido de modo pioneiro no Brasil por Dom Duarte Leopoldo e Silva, primeiro arcebispo de São Paulo. Enquanto a vanguarda das instituições museológicas em São Paulo cabe, no aspecto historiográfico, ao Museu Paulista (1895) e, no tocante à produção artística, à Pinacoteca (1905), a iniciativa isolada de criação de um museu de arte sacra em São Paulo surge como pioneira no país, graças ao trabalho empreendido pelo visionário Dom Duarte Leopoldo e Silva durante as três décadas em que esteve à frente do governo da Arquidiocese de São Paulo (1907-1938). Já no início do século XX, a partir de 1908, Dom Duarte começou a reunir, movido por seu impulso de colecionador e admirador de arte, as peças sacras das antigas igrejas e capelas paulistas, da capital e do interior do estado, bem como de outros pontos do Brasil, evitando que essas sumissem ou fossem destruídas frente ao avanço do “progresso” da época, salvaguardando assim esse precioso acervo. A decisão de recolher aquelas peças e criar um museu de tipologia sacra e religiosa, um movimento inédito no Brasil, constituiu um marco importante na cultura do início do século passado, mostrando uma mudança de atitude em relação ao tema da conservação do patrimônio que merece ser destacada por seu pioneirismo. Através de um pensamento original nos campos do colecionismo e da preservação, o projeto do prelado paulista foi precursor e deu origem, em certo sentido, à reflexão moderna sobre o que deveria ou não ser preservado da destruição e do esquecimento. Na atitude de Dom Duarte, pode-se ver um projeto coerente com a modernização da cidade, com a crescente metrópole. A história da formação dessa coleção abre caminho para a reflexão sobre a história da preservação durante o processo de modernização e, até mesmo, a relação desse patrimônio sacro com a paisagem da cidade.

Brasileiros na África: coleções africanas e o problema da autenticidade nas arte

Gabrielle Nascimento Batista
gabriellenas@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Embaixadas brasileiras; Coleções africanas; autenticidade; História da Arte.

O enfoque desse trabalho é a formação de coleções africanas, no ponto de encontro entre três personagens: Raymundo Souza Dantas, Gasparino da Mata e Silva e Antonio Olinto. Trata-se de homens com origens, trajetórias e histórias diferentes. Cada um com missões e atuações distintas nas embaixadas africanas, entretanto, todos inseridos no mesmo tempo e espaço. O lócus da reflexão é a Costa Ocidental da África. Como metodologia, o ensaio inclui a análise dos relatos pessoais e as trocas de correspondências entre os três atores sociais, nos anos de 1961 e 1964, mais ou menos o período em que atuaram como figuras políticas em Acra (Gana) e Lagos (Nigéria). Nos escritos, os diplomatas descrevem os fatos cotidianos, as aventuras e as experiências vivenciadas em parcerias em alguns países da África Ocidental. Narram também como se deram as compras dos objetos africanos e quais significados atribuíram às peças: para Souza Dantas, lembranças de viagens; para Damata, testemunhos artísticos das sociedades “tradicionais” africanas; para Olinto, artefatos etnográficos. Assim, o propósito é entender como se deu a apreensão da cultura material africana e como os objetos foram deslocados dos seus lugares de origens e assumiram categorias totalmente diferentes nos discursos desses colecionadores, pois como afirma Clifford (1995) e Price (2000), no mundo da arte as definições não são estáveis. A ideia de “belo” e “interessante”, por exemplo, podem mudar rapidamente a depender do interesse dos agenciadores. No caso da coleção de Gasparino Damata, ela foi promovida ao status das “belas artes” justamente devido ao interesse mercadológico do colecionador. Em 1964, quando o diplomata retornou da missão política em Acra, a coleção foi vendida ao Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, por dois milhões de dólares, ao passo que as outras duas coleções assumiram categorias de souvenirs e artefatos, mesmo tendo sido adquiridas nos mesmos lugares que os objetos de Damata. Nesse sentido, cabe problematizar a ideia de “autenticidade” na História da Arte.

De Lynch a Brennand: a imagem de um legado

Paula Andrade Coutinho
paulaacoutinho@yahoo.com.br

Suely Moraes Ceravolo
sumocem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Henry Joseph Lynch; Instituto Ricardo Brennand; Autorretrato social; Coleção-imagem; Coleção Cultura Inglesa.

Este artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre a prática colecionista e os processos de construção de narrativas e sentidos atribuídos às coleções museológicas. O Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB) é a entidade custodiadora do conjunto conhecido como Coleção Cultura Inglesa. Os procedimentos de documentação da referida Coleção nos levaram, através da pesquisa, a perceber temporalidades e contextos distintos – da formação aos sucessivos guardiões –, acarretando mudanças no perfil original, além das intencionalidades em jogo que ganharam visibilidade antes desconhecida. A jornada se inicia com a trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch (1878-1958) e a fabricação de sua imagem, a partir das estratégias que mobilizou para consagrar-se socialmente. Lynch investiu em sua legitimação por meio da construção do seu autorretrato social tendo como principal amparo o colecionismo, forma de prestígio social e aquisição de poder simbólico. Amparado por essa estratégia, buscou perpetuar seu nome por meio da coleção-imagem, que moldou para representá-lo. Garantiu a preservação de seu legado ao doar, com o objetivo de imortalizar-se, parte da coleção para a instituição que ajudou a criar, a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (SBCI), transformada em lugar de memória institucionalizada. Decorre posteriormente o sucessivo desmembramento da coleção inicial. No primeiro momento, a SBCI diferencia o conjunto doado em duas coleções que, posteriormente, tomam outros rumos: a Coleção Cultura Inglesa, composta por sua pinacoteca, e a Coleção Sir Henry Lynch, constituída pela biblioteca. Em 2000, a Coleção Cultura Inglesa é adquirida pelo colecionador Ricardo Brennand para compor o acervo do Instituto RB. Ao longo da trajetória da Coleção novos significados foram construídos e incorporados, o que nos leva a concluir que, conforme as diferentes entidades custodiadoras, formam-se graus distintos de representatividade para o conjunto colecionado e para a imagem do indivíduo que a concebeu, por vezes, esquecida ou mesmo perdida ao longo do tempo. Simultaneamente, novas configurações são promovidas, servindo a diferentes fins.

Política de Aquisição de Acervo do Museu Paulista: Pressupostos e Prática.

Leonardo da Silva Vieira
leonardo.silva.vieira@usp.br

PALAVRAS-CHAVE:

O Museu paulista da universidade de são Paulo implementou seu plano diretor, responsável por caracterizar as principais feições que a instituição possui nos dias atuais, em 1990 durante a gestão do professor ulpiano toledo bezerra de meneses. Após uma série de desmembramentos e redirecionamentos institucionais, este documento foi responsável por estabelecer definitivamente a atuação do museu voltada para o campo da História e da Cultura Material. Cabe lembrarmos que a instituição foi inaugurada, em 1895, como um museu de História Natural. Este documento foi também responsável por definir a atual política de aquisição de acervo da instituição. Entendida como uma das atividades constituintes da curadoria, a aquisição de acervo do Museu Paulista deveria ser responsável por incorporar ao acervo museológico da instituição qualquer objeto que permita a inferência de dados relacionados às problemáticas históricas ligadas às seguintes linhas de pesquisa: I. Quotidiano e sociedade (papéis sexuais, etários e enculturação), II. Universo do trabalho (pré- e proto-industrial) e III. Imaginário (os vetores materiais do sentido). A partir da análise documental e bibliográfica, podemos afirmar que as definições acima mencionadas encontram referências conceituais nos campos da História e da Museologia, tendo como pontos de partida, por exemplo, uma ampliação dos objetos e das fontes da pesquisa histórica, seja no meio acadêmico seja no campo de atuação dos museus. A atual comunicação visa expor alguns dos pressupostos que fundamentam o Plano Diretor citado e também suas consequências na prática de aquisição de acervo da instituição, seja por doação ou compra. Cabe pontuarmos que as ideias que serão expostas foram desenvolvidas ao longo da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor no âmbito do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Museologia da USP.

Santuário Nacional de Aparecida: Um estudo sobre a musealização do espaço sagrado

Erica Andreza Coelho
ericaandrezacoelho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A proposta dessa comunicação é apresentar os resultados parciais da dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP), que vincula-se à linha de pesquisa ‘História dos processos museológicos, coleções e acervos’. O objeto de estudo é a formação do Museu Nossa Senhora Aparecida, situado no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, inaugurado em meados da década de 1950, quando iniciou-se as obras de construção do maior Santuário Mariano do mundo, que recebe atualmente cerca de 13 milhões de visitantes ao ano. Com essa pesquisa, propõe-se analisar a evidência material da cultura religiosa por meio da devoção a Nossa Senhora Aparecida, o desenvolvimento de seu Santuário até a fase recente de revestimento interno com as obras do artista sacro Cláudio Pastro, bem como a importância do Museu Nossa Senhora Aparecida para preservação da memória e compreensão do processo de musealização do espaço sagrado. Sendo necessário analisar a formação de coleções de espólio religioso, a oferta de ex-votos, a simbologia sacra das obras de revestimento do Santuário e a compreensão desses objetos como produtos de uma sociedade, fazendo deles um suporte de informações referentes aos sistemas socioculturais onde estão inseridos e, por isso, devem ser preservados e divulgados. Em linhas gerais, para discorrer sobre o processo de musealização do sagrado é necessário primeiramente verificar se o sagrado pode ser e como deve ser musealizado. Para isso é preciso fazer um levantamento histórico da museologia, analisando a preservação e exposição de objetos referentes às práticas religiosas, partindo-se da premissa de que o sentido do sagrado é musealizável, conhecer como esse tipo de musealização tem sido feito e refletir sobre esse tipo de processo. Considerando que os museus têm sido associados aos espaços da cultura, como espaços materiais de representação social. Portanto, é preciso investigar qual é o lugar que a sociedade ocupa nesses museus e se ela os considera como meios de desenvolvimento ou se apenas proporcionam um local de consumo cultural. Pois, o que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado e o reconhecimento público. É necessário, portanto, a implementação de processos museais que identifiquem e

reconheçam as diferentes comunidades a que se destinam, procurando adequar estratégias de ação, procedimentos metodológicos e técnicas, aplicando às especificidades de cada comunidade.

Christian Boltanski, o artista como museólogo, ou a coleção como escrita de si

André Vechi Torres
vechi.andre@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: arte contemporânea, coleção, museologia, autoficção, Christian Boltanski.

O objetivo dessa comunicação é refletir e tensionar outras potências críticas e poéticas da apropriação e reelaboração de procedimentos museológicos por artistas contemporâneos no desenvolvimento de seus processos de trabalho. O presente estudo é um desdobramento de um fragmento da dissertação de mestrado defendida pelo autor em setembro de 2016 no PPGAV-EBA-UFRJ, na linha de Linguagens Visuais. Christian Boltanski (1944 -), artista francês, é conhecido por trabalhar nos limites entre verdade e ficção. No final da década de 1960 e durante a década de 70, realizou uma série de trabalhos intitulados “Vitrines de Referência”. O conjunto consiste em uma série de vitrines expositivas, semelhantes às encontradas em museus, em que ele expunha fragmentos de projetos e séries de obras anteriores, assim como sua documentação (fotos, rascunhos, etc). Nessa série, Boltanski narra, constrói e expõe a si mesmo e seu trajeto como artista a partir da assimilação e reprodução de métodos usualmente utilizados por museólogos, tais como catalogação, preservação e criação de discursividade pela visualidade expositiva. Com esses mecanismos, ele estabelece as conexões internas de seu trabalho, tomando as rédeas do próprio processo de documentação de sua obra como potência poética que engendra o mesmo. Esse gesto, nos permite refletir sobre a construção de autonomia autoral sobre a própria história individual, friccionando a relação entre documentação e autoficção, a partir do domínio sobre as fontes narrativas de si, ao mesmo tempo em que reflete sobre o mecanismos museológicos e sua capacidade de construir imaginários sobre identidades individuais. A coleção de Boltanski sai do sujeito e retorna a ele mesmo não como a identidade do indivíduo em si, mas do artista Boltanski. Trata-se da narrativa de um eu que historiciza-se, documenta-se, buscando inscrever-se na narrativa da História da Arte a partir dos mecanismos de assimilação do próprio sistema museológico, colocando-se já numa situação de passado. Por outro lado somos levados a enfrentar a própria possibilidade de entender o processo de construção da figura do artista como uma espécie de colecionismo: uma junção de fragmentos que articulam uma narrativa sobre a trajetória de um trabalho e de seu autor.

Musealização da imigração: formação de coleções em museus de imigração

Letícia Suárez Victor
leticia.victor@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Musealização; Coleções; Imigração

Nas décadas de 1980 e 1990 o ambiente intelectual, alinhado à nova história cultural e à crítica pós-moderna sobre a fragilidade das meta-narrativas unificadoras, renovou a problematização historiográfica sobre o papel dos museus na consolidação de representações culturais socialmente apropriadas e difundidas. Desde então, a temática da imigração vem ganhando uma expansão contínua na esfera dos museus, especialmente a partir da reabertura do American Museum of Immigration em 1990. Tal dimensão memorial dos deslocamentos humanos tem sido colocada cada vez mais em evidência, em função dos debates em torno do acolhimento e das tensões econômicas ligadas à recente expansão das ondas migratórias, bem como aos conflitos identitários por eles gerados. As políticas curatoriais dos museus passaram, assim a recuperar o lugar destas instituições na construção da cidadania e na afirmação dos direitos socioculturais, atentando-se aos aspectos tensos na formação de suas nações, ou comunidades imaginadas, como é o caso da absorção da imigração. Todavia, os museus são espaços de disputa, arenas de conflitos que trabalham em uma relação dialética entre memória e esquecimento, envolvidos na trama do poder. Eles transmitem os padrões políticos, estéticos e organizacionais, firmando valores e concepções de mundo. À vista disso, compreender a formação das coleções dos museus de imigração, tomando o Museu da Imigração de São Paulo como estudo de caso, analisando sua política de aquisição de acervo a partir de fontes institucionais, nos auxiliará a entender como a imigração tem sido balizada pela narrativa adotada pela instituição e pelos doadores dos documentos textuais, iconográficos e objetos tridimensionais que compõe seu acervo. A análise da construção dos conceitos ligados ao processo de patrimonialização da imigração, entendendo o processo de musealização dos objetos como parte de tal processo, se faz premente para percorrer a trajetória de formação da coleção museológica do museu em questão, como expressão de uma decisão política de evidenciar a importância da imigração na formação da sociedade brasileira. Esta pesquisa insere-se, assim, no âmbito da compreensão da ação museológica e da formação de coleções como suportes para significação do papel dos imigrantes na comunidade que os acolheu,

procurando também dimensionar, interpretar e evidenciar o grau de compartilhamento social de tais decisões governamentais por meio da formação de seus acervos.

As cópias pintadas da Coleção Didática do Museu D. João VI

Flora Pereira Flor
floraflor@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Coleção, cópias pintadas, século XIX, Academia Imperial de Belas Artes, Escola Nacional de Belas Artes.

A presente comunicação propõe abordar em um primeiro momento a Coleção Didática do Museu D. João VI (MDJVI), museu da Escola de Belas Artes (EBA) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta coleção foi composta ao longo dos séculos XIX e XX por obras como desenhos, estampas e moldagens com função de dar suporte ao sistema pedagógico de ensino das Artes Visuais característico das Academias europeias a partir do século XVI. A partir da visão geral do conjunto da coleção didática, o trabalho tratará de um universo menor dentro desta coleção composto por conjunto de cópias pintadas de obras de arte europeias, que aqui denominamos “Coleção de cópias pintadas do Museu D. João VI”. A análise desse grupo de pinturas permite desvendar os motivos e critérios utilizados para a aplicação da tradição de pintura europeia que remonta ao Renascimento na academia brasileira, bem como: o papel das cópias na formação do artista, o lugar das cópias pintadas no colecionismo da Academia e os critérios de escolha das pinturas a serem copiadas. Este artigo abordará ainda as especificidades do método de investigação que, a partir das pinturas do MDJVI somado, em alguns casos, aos dados presentes na ficha técnica, utilizou as bases de dados de instituições museais e de ensino europeias para identificar as obras de referência.

Amazônia em Lisboa: o museu como zona de contacto entre mundos pós-coloniais

Vinicius Santos da Silva
vinicius.queluz@gmail.com

Emma Pires
epires@uevora.pt

PALAVRAS-CHAVE:

A presente proposta de comunicação discute relações entre os múltiplos usos do passado, discursos museológicos, a representação do outro em espaços museológicos, memória colonial e pós-colonialismo, através da análise empírica de uma ação educativa em curso no Museu Nacional de Etnologia em Lisboa. O MNE, localizado em Lisboa, acolhe coleções etnológicas constituídas desde o colonialismo tardio português até ao período contemporâneo. Originariamente designado por Museu de Etnologia do Ultramar, foi concebido na década de 1960 como projeto museológico que procurava documentar as culturas dos povos do “Ultramar português” e também da sociedade “metropolitana” continental portuguesa. Na contemporaneidade, o MNE enquadra contextos expositivos compostos por exposições permanentes e temporárias, e por reservas visitáveis, como as Galerias da Amazônia. Estas são o nosso enfoque específico neste trabalho, já que mostram-se uma ação recente nos museus. As reservas sempre foram um espaço não visitável, onde somente poucos interessados em estudar os acervos poderiam ter acesso, ainda restrito. Concebida objetivando assegurar os princípios de conservação, preservação e salvaguarda dos objetos que não estão em exposição, por motivos essencialmente espaciais ou de escolha narrativa, as reservas continuaram a ser apenas espaços imaginados para o público. Com as discussões museológicas atuais, procura-se ampliar o acesso à totalidade de seu acervo, inspirar investigações e gerar o encontro do público com seu património, surgindo ações como as reservas visitáveis. Metodologicamente, a presente investigação é alicerçada em pesquisa bibliográfico-documental, observação direta e entrevistas exploratórias a técnicos e a participantes das visitas às Galerias da Amazônia. Argumenta-se que o Museu Nacional de Etnologia se posiciona como um lugar de pós-memória do colonialismo na contemporaneidade, e como mediador entre mundos coloniais e pós-coloniais. Assim, percebe-se a necessidade de análises críticas, sob a luz de conceitos como globalização, pós-colonialismo e multiculturalismo. Objetiva-se também compreender o processo

de ressignificação de coleções etnográficas em um museu europeu após o período colonial e seus discursos contemporâneos. Como esse processo se dá através de um recurso como as reservas visitáveis? Quais são os usos e discursos presentes? Essas e outras reflexões serão colocadas em debate, ao qual considera-se importantes para o futuro dos museus.

Do Século XIX ao XXI, a formação dos Acervos Afros Descendentes no Museu.

Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior
maranjr@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente pesquisa desenvolveu-se no Museu Histórico de Itajaí, instituição essa mantida pela Fundação Genésio Miranda Lins. A proposta da mesma é construir narrativa da construção dos acervos Afrodescendentes pertencentes a esta instituição de memória e como estes objetos foram adquiridos pelo museu. Dessa maneira o trabalho pretende demonstrar esse conjunto de peças que de alguma maneira trazem a tona a discussão, qual memória preservar através de acervos e a sua função social perante a comunidade Afrodescendente Itajaiense.

O Museu do Sertão: uma discussão sobre processos museológicos

Madjer Costa Souza César
madjercosta@gmail.com

Tatyane de Oliveira Vieira Santana
tatyaneovs@gmail.com

Vanessa Cavalcanti Vargas Leal
vanessacavalcanti_15@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museu do Sertão; Processos museológicos; Véio

O Museu do Sertão foi criado por Cícero Alves dos Santos, conhecido como Véio, o artista plástico sergipano com maior visibilidade nacional e internacional na atualidade. Artista e pensador, Véio é um colecionador de toda sorte de objetos, demonstrando seu interesse pelas histórias de sua região, pelas manifestações culturais, sobretudo as ligadas ao universo popular. Este profundo interesse, associado a uma ideia de preservação e divulgação da história de Sergipe, motivou a criação do museu. Véio conseguiu com recursos próprios montar um espaço, ao lado de sua residência, no sítio SóArte, localizado entre os municípios sergipanos de Feira Nova e Nossa Senhora da Glória, designado pelo mesmo de Museu do Sertão. Neste espaço, cujo acervo conta com aproximadamente 17.000 (dezessete mil) peças, segundo Cícero, estão misturados objetos, entre os quais figuram documentos, fotografias, mapas, cartas, ferramentas e instrumentos de trabalho, uma casa de farinha completa, máquinas de diversos tipos e funções, e esculturas de sua autoria. Os objetos estão distribuídos e organizados em espaços específicos em cada “casa” construída para abrigar as seções elaboradas pelo artista-colecionador, como um percurso estruturado pelas narrativas históricas e simbólicas do mesmo. Véio está no sítio há 15 anos e o museu vem se desenvolvendo desde então. São 4 “salas” interligadas e outros 4 espaços independentes, as “casas temáticas”. Tudo apresentado de modo um pouco improvisado, empoeirado e sem recursos tecnológicos ou de identificação. No entanto, tudo tem relação entre si, transformando o Museu do Sertão num espaço de potência histórica, estética e simbólica, principalmente diante do contexto local, cujos equipamentos culturais são praticamente inexistentes. Véio, ao montar um circuito de visitação parece saber muito bem o que apresentar mesmo diante de um cenário aparentemente desorganizado e distante de teorias ou processos museológicos. Trata-se de um espaço que existe independente de qualquer financiamento externo,

fragmentado, o qual resiste pela imensa vontade de um homem que tem consciência da potência cultural e das relações patrimoniais, educativas e simbólicas do Museu do Sertão. Esta iniciativa, partida de um sujeito que é ao mesmo tempo produtor de obras de arte significantes, e sujeito analítico, agente de intervenção do meio cultural, torna-se um objeto de estudo desafiador para se pensar a formação e o sentido dos processos museais na contemporaneidade.

O projeto do IDART e a trajetória de suas coleções

Andréa Andira Leite
andreandira@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Criado em 1975, na Prefeitura de São Paulo, o Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART) organizou importantes coleções de arte para a cidade. Embora o Departamento tenha se tornado conhecido pela inovação do seu Centro de Pesquisa (Centro de Documentação e Informação sobre Arte Brasileira Contemporânea), pretendemos demonstrar que ele se constituiu numa instituição muito mais complexa, que previa o desenvolvimento de coleções já existentes. Para tanto, apresentaremos o projeto que deu origem ao IDART, os antecedentes institucionais que serviram de base para o estabelecimento de suas matrizes conceituais, bem como a contribuição de diferentes intelectuais que estiveram envolvidos em sua concepção, com destaque para o papel preponderante desempenhado pela escritora, curadora e crítica de arte Maria Eugênia Franco. Iremos também detalhar as atividades do Centro de Pesquisa, ressaltando o caráter pioneiro das metodologias e das rotinas de trabalho adotadas. A ideia é evidenciar o modo como o IDART buscou conjugar as funções de centro de documentação às atribuições de uma instituição museológica, no que se refere à formação de coleções e difusão de conhecimento por meio de publicações e exposições didáticas.

Museus de História Natural: a ressignificação e uso das coleções nos séc. XX-XXI

Diego Almeida Lopes
diego.a.lopes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Natural, Museologia, Coleções.

O colecionismo de história natural, começa a se delinear com maior caráter científico na Europa em meados do século XVIII, onde o surgimento de museus, coleções e jardins botânicos passaram a tomar lugar dos antigos gabinetes de curiosidades. Ocorre-se um grande desenvolvimento do estudo da natureza, na classificação de novas espécies e organizações temáticas dos objetos de estudo, caracterizadas em maioria, por um pensamento lógico e explicativo da natureza e do mundo, grande parte do desenvolvimento científico se dá por meio da história natural, tendo em vista que todas as ciências e as artes eram baseadas em seus conhecimentos. No século seguinte e posteriormente no século XX, o cenário da história natural se transformou totalmente, ocorrendo uma fragmentação dos saberes e das coleções. Os modos de se comunicar estas coleções, se modifica e o que anteriormente eram usados em pesquisas científicas, são direcionados a uma sociedade não científica. Como efeito destas mudanças, novos tipos de saberes na ciência, surgimento de marcos éticos, políticos, sociais e uma ciência mais acessível são acrescentados. No desenvolvimento da ciência, dos museus e dessas coleções, temos no período do século XXI, um novo uso para as pesquisas científicas e o surgimento do conceito de biodiversidade. Os museus de história natural passam a ser também, espaços para estudos, conscientização e ações de preservação da natureza, onde também surgem políticas ambientais e educativas a partir dos conhecimentos adquiridos sobre a biodiversidade. O objetivo desta pesquisa em estágio inicial, é realizar uma identificação de semelhanças e diferenças entre o uso e ressignificação, no período de meados do século XX ao XXI das coleções de história natural em dois museus: o Museu de história natural e jardim botânico da UFMG e o Museu de Ciências Naturais PUC-MG. Uns dos aspectos que serão observados, é o fato de serem instituições ligados a uma universidade pública e outra privada, boa parte das coleções presentes nestes espaços, vieram de práticas universitárias ou se tornaram para tal uso na educação e nas pesquisas científicas. O questionamento se dá no que tudo isso impacta na salvaguarda, uso e ressignificação das coleções destas instituições nesse período. Contribuindo com uma produção de informação, conscientização

e argumentação da importância destes espaços, incentivando políticas de preservação e desenvolvimento da ciência.

Narrativas da escravidão e memória pública: coleções dos Museus Casas Históricas

Iohana Brito de Freitas
iohanamail@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Memória Pública; Museu-Casa

Ao refletir sobre a produção e circulação do conhecimento histórico, museus e instituições culturais em geral firmam-se como espaços formativos que dão vida e voz, ou mesmo silenciam, diferentes expressões culturais e leituras do passado. Propõe-se compreender as narrativas e representações sociais que despontam a partir de Museus Casas de fazendas marcadas pela escravidão oitocentista no Vale do Paraíba, RJ. Entender estes espaços como lócus de relações permeadas por estratégias de consolidação e/ou disputas de sentidos, permite compreender seu papel na formação e transmissão de categorias de pensamento, que legitimarão valores e identidades assumidas por grupos diversos, moldando práticas interpretativas e operando na reformulação de sensibilidades históricas. As casas senhoriais, agora transformadas em Museus Casas, configuram com seus acervos arena pública onde se enfrentam as memórias e o exercício de seu enquadramento, onde se instituem formas de compartilhar a experiência e por em prática (ou não) o dever da memória e o reescrever da história. É a vivência, as formas de apropriação do passado e a vontade de sua transmissão às gerações vindouras que dão o norte interpretativo do que se quer valorar. Os museus – e aqui incluo as fazendas históricas com seus museus casa – são peças importantes neste jogo, pois são validados socialmente como locais de memória, legitimam narrativas, possuem autoridade de fala, são fiadores do contrato da memória pública. E aí reside sua potencialidade: oferecer novas e múltiplas narrativas.

O processo de institucionalização da Coleção Renato Miguez de Arte Popular

Carolina Rodrigues de Lima
carolina.rdelima@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Coleção, arte popular, patrimônio, colecionador

Reunindo mais de 200 anos da história do ensino da arte no Brasil, o Museu D. João VI abriga coleções que servem de referência para a formação de artistas e restauradores, além de promoverem reflexões e fornecerem elementos para análises e pesquisas, auxiliando na formação de historiadores da arte e pesquisadores de dentro de fora da Escola de Belas Artes. No dia 15 de fevereiro de 2012 foi doada ao Museu D. João VI a Coleção Renato Miguez de Arte Popular, contendo 1366 peças de diversas origens, materiais e técnicas. Renato Miguez foi um importante escultor, pesquisador e colecionador de arte popular e professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, contribuindo imensamente para a implantação da disciplina de Folclore na instituição. Em suas viagens, além de reunir conhecimentos para o desenvolvimento de importantes pesquisas, coletou várias obras e formou essa coleção de arte popular, composta em sua maior parte por peças de cerâmica popular nordestina, contendo também artefatos indígenas, de arte popular europeia, arte africana, entre outros. De acordo com James Clifford, coleções fazem parte de hierarquias de valor, exclusões e territórios definidos pelas regras de um indivíduo. Partindo desta teoria, essa pesquisa se destina a levantar acontecimentos biográficos do colecionador, coletando evidências de suas pesquisas e vivências diversas para entender o processo de aquisição das peças e a trajetória que culminou na incorporação da Coleção Renato Miguez de Arte Popular no Museu D. João VI. Também são analisados os impactos causados na dinâmica do museu, considerando questões políticas, pedagógicas e institucionais. O contato direto com as peças se dá através da prática de catalogação no processo de tombamento e patrimonialização da coleção. A pesquisa se desenvolve primeiramente com consultas a documentos pertencentes ao acervo arquivístico do Museu Dom João VI, sendo consultadas também fontes orais coletadas pela então diretora Carla Dias durante o processo de doação e incorporação da coleção no Museu. Em seu artigo sobre Severino de Tracunhaém, Renato Miguez enfatiza a necessidade de criar museus que ultrapassem a função de mostruários, tornando-se verdadeiros centros de pesquisa para que esses assuntos sejam estudados e se tornem referência para a formação de futuros artistas. Por ser um museu acadêmico de

referência para artistas e pesquisadores, Museu D. João VI se revela o território perfeito para atender aos anseios do colecionador.

A Cidade Universitária de Minas e seu Museu: morada do sonho, imagem do desejo

René Lommez Gomes
rene.lommez@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A ideia de construção da Cidade Universitária para Universidade de Minas Gerais (atual Universidade Federal de Minas Gerais) era quase tão antiga quanto a própria instituição, criada em setembro de 1927. Na aula inaugural de abril do segundo ano de funcionamento da instituição, o Reitor Francisco Mendes Pimentel afirmou que a universidade era ainda quase uma abstração. Não tinha ela uma sede própria, um “lar universitário”, “onde diariamente nos encontremos, professores e alunos de todos os cursos, para atar e cultivar as relações que nos vinculam como membros de uma família indissolúvel”. A evocação de um sentimento universitário se fundia com o desejo de delimitação de um lugar geográfico e da construção de edifícios para a instituição. Desde cedo, portanto, o sonho de construção de uma sede para a Universidade de Minas fundiu-se com o desejo de criação de um museu universitário. Contudo, pouco se discutiu acerca das funções que este museu deveria desempenhar junto à comunidade acadêmica ou sobre quais tipos de patrimônio ele deveria atuar. Museu de ciências, museu de história natural, museu histórico, museu de arte, a cada alteração dos planos de implantação da Cidade Universitária, o espaço museológico imaginado transformava-se, encarnando novos valores que permeavam a constituição da comunidade acadêmica e de suas políticas de ensino e pesquisa. Carente de um projeto sólido, entre 1929 e 1967, a construção do museu foi sempre protelada. Ao largo das consecutivas reconfigurações dos planos o museu, coleções de arte, arqueologia, zoologia e botânica foram criadas e, eventualmente, abandonadas. O rumo dos acontecimentos mudaria apenas em 1967, com a criação oficial do Museu de História Natural. Esta comunicação tem como objetivo narrar as sucessivas etapas de construção da Cidade Universitária de Minas Gerais, investigando sua relação com as formas assumidas pelo projeto de implantação do museu universitário. Pretende-se demonstrar como parte dos atuais problemas para definição da missão e para a gestão dos espaços museológicos da UFMG resulta da perpetuação de formas de percepção dos museus e dos processos museológicos construídas no passado.

Diálogos possíveis para a (re)interpretação da cultura material dos museus

Wagner Lucas Pereira
wagnerlucasbonfim@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O trabalho aqui inscrito discorre acerca de um projeto de mestrado recentemente aprovado no programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG (Linha de pesquisa: memória social, patrimônio e produção do conhecimento) que fomenta relações interdisciplinares entre Antropologia, História e Museologia para discussões que envolvem um alicerce epistemológico para a pesquisa e extroversão com a fortuna documental material das instituições museológicas e as oportunidades de narrativas possíveis de serem constituídas com objetos tridimensionais. O projeto teve como ponto de partida algumas investidas do professor Ulpiano Meneses em ensaios instigantes que compreende várias entradas a respeito da força heurística da cultura material, como por exemplo, da contribuição das exposições museológicas para o conhecimento histórico e das críticas da marginalização ocorrida com esta qualidade documental em algumas áreas do conhecimento, sobretudo na História. A partir do campo cultivado na Museologia para o trabalho com a materialidade, tornando a temática um núcleo importante de discussões e reflexões nesta área científica, o trabalho suscita o diálogo com vertentes atuais na História e na Antropologia que contêm oportunidades para o trabalho com cultura material. Mais especificamente, serão privilegiadas as abordagens da história cultural e das discussões sobre narrativa em relação à História; e as abordagens dentro dos estudos culturais na Antropologia, mais propriamente os desenvolvimentos da área no cenário americano e britânico, destacando as discussões da chamada “material turn” ou “material-cultural turn”. Algumas premissas foram levadas em consideração na qual configuram a importância deste trabalho, como por exemplo, o papel do museu na contemporaneidade e sua apropriação nas diversas camadas da sociedade (indicado pelo boom dos museus iniciado no fim do século XX); a importância da pesquisa para a construção de concepções expositivas coesas e críticas que se sobressaem da pura espetacularização permitindo o uso mais democrático e representativo dos espaços museológicos; e as discussões acerca da força heurística da cultura material e das formas de “leitura” e compreensão desta fortuna documental. Os autores-eixo do projeto que serão utilizados na apresentação são: Daniel Miller, Roger Chartier, Ulpiano Meneses, José Reginaldo Gonçalves, Pomian, James Clifford, Susan Pearce e Hooper-Greenhill.

ST 13 - História Antiga e recepção da cultura clássica

Simpósio Temático

Lorena Lopes da Costa
lorenalopes85@gmail.com
Doutora em História
UFOPA

Igor Barbosa Cardoso
igorbcardsoso@gmail.com
Doutorando em História
UFMG

Rafael Guimarães Tavares da Silva
gts.rafa@hotmail.com
Doutorando em Letras
UFMG

Proposta do Simpósio

A produção historiográfica atual voltada à Antiguidade tem sido marcada pelo interesse sobre a recepção e a reapropriação da herança clássica em distintos momentos. Tal abordagem, destacando-se os trabalhos de François Hartog e Dabdab Trabulsi, tem renovado a historiografia dos estudos clássicos sem se furtar a enfrentar os consequentes problemas teóricos. Nesse ensejo, o ST "História Antiga e recepção da cultura clássica", nessa próxima edição, mantém o objetivo de estimular a interlocução entre os diversos pesquisadores que tenham como fonte de pesquisa as produções culturais do mundo antigo, além de dar vazão para o estudo em recepção da cultura clássica, entendida, junto a Hardwick, como os modos pelos quais essas produções foram transmitidas, traduzidas, selecionadas, suprimidas, interpretadas, reescritas, reimaginadas e re(a)presentadas por diferentes atores e grupos sociais, seja por meio do romance, da história, do cinema, do teatro etc. Preocupa-se, portanto, em colocar em debate tempos distantes que se comunicam através das produções culturais.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Comunicações

Os "Cultos de Mistério" e a releitura cognitiva da dinâmica ritual greco-romana

Thales Moreira Maia Silva
thalesmms@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Antiga; Historiografia Cognitiva; História das Religiões; Simbolismo e Ritual; Cultos de Mistério.

A genealogia das abordagens cognitivas para o comportamento humano inclui, entre outras, a argumentação de Noam Chomsky de que os estímulos culturais subdeterminam os estímulos mentais; a análise de dados etnográficos, por parte de Claude Lévi-Strauss, em termos de estruturas fundamentais da mente; a proposta programática de Stewart Guthrie para uma Antropologia Cognitiva da Religião; e o inovador estudo antropológico-cognitivo de Harvey Whitehouse, em uma aldeia de Papua Nova Guiné. Uma vez que as evidências históricas, assim como as etnográficas, representam produtos das mentes humanas, as teorizações empiricamente testáveis propostas por cientistas cognitivos – que procuram mapear traços inatos comuns às funções mentais do *Homo sapiens* – fornecem insights que podem auxiliar historiadores a “conectar os pontos” – fragmentados, incompletos e, até mesmo, contraditórios – dos registros materiais e textuais, com os quais trabalham, com uma convicção maior do que aquela, comumente, observada em sua disciplina. Intuições advindas das Ciências Cognitivas a respeito da dinâmica do sistema ritual greco-romano, por exemplo, proporcionam uma instrutiva ilustração desse novo campo de empreitada historiográfica. A inferência a respeito da autonomia local e variação entre as religiões de mistério é apoiada pela completa ausência de evidências para uma administração centralizada que possa ter controlado e monitorado sua ortodoxia ou ortopraxia – uma conclusão histórica acerca das características sociopolíticas de tais grupos que pode, então, ser confirmada e esclarecida por uma Historiografia Cognitiva. Sob uma perspectiva cognitivista, as raras, porém intensas, práticas dos grupos iniciatórios antigos complementavam os costumes rotineiros das sociedades em larga escala nas quais estavam inseridas e produziam um equilibrado sistema ritual que pode ter dado fisionomia à diversidade de mentalidades que povoou o mundo greco-romano. Em outras palavras, uma abordagem cognitiva pode ajudar historiadores na organização e integralização de seus, confusos, dados, em teorizar a significância de suas, muitas vezes ambíguas, fontes e até

mesmo inferir a respeito das mentalidades passadas, que, conforme o argumentado por Chester G. Starr, “hão de ser o interesse necessário de toda historiografia”.

Do divino ao mortal: Transformações das Musas na cultura grega antiga

Ívina Silva Guimarães
ivinaguimaraes@ymail.com

PALAVRAS-CHAVE: Grécia Antiga; Musas; Literatura grega; Divindades gregas; Período arcaico

O presente trabalho se dispõe a explorar um aspecto da mitologia e da sociedade grega que contribuiu, em grande parte, para a formação sociocultural da Grécia Antiga e permanece objeto de profundo interesse entre estudiosos da Antiguidade: as divindades nomeadas Musas. As deusas estão presentes em diversas obras da literatura grega antiga, sendo amplamente reverenciadas e homenageadas. Seu vasto poder resultou em diferentes tipos de cultos e sua representatividade ainda é foco de inúmeros trabalhos entre estudiosos contemporâneos. Esta pesquisa dedica-se ao estudo das Musas e suas representações sociais na sociedade grega antiga, isto é, proponho identificar e analisar de que forma as deusas eram imaginadas, caracterizadas e invocadas pelas práticas sociais e culturais, com especial atenção à maneira como essa questão vem sendo tratada pela historiografia contemporânea. O projeto tem como propósito elucidar as questões sociais, culturais e mitológicas acerca das Musas, tendo em vista sua expressividade em poemas e obras da Grécia Antiga inseridos em diferentes momentos da história desse povo, a fim de entender as transformações pelas quais as Musas passaram na Antiguidade Grega. O estudo terá como foco os cultos prestados às Musas, assim como os tipos de trabalhos e sorte que eram pedidos a elas, também sua presença imprescindível na sociedade enquanto musas inspiradoras e deusas precursoras da memória. É imprescindível compreender que as Musas retratadas por Homero e Hesíodo possuem profundas diferenças em relação às Musas apresentadas por mitos e autores gregos de períodos posteriores, tais como Aristóteles e Platão. As constantes transformações na mitologia grega fundamentam e justificam o objeto de estudo proposto neste projeto, já que provocam questionamentos pertinentes ao estudo da Antiguidade. A intenção da pesquisa é compreender as apropriações das deusas e as mudanças nas suas funções e imagem, ou seja, como cada época e vertente de pensamento, durante a Antiguidade grega, utilizou o conceito das divindades e sob qual propósito surgiu o interesse pelo tema. A apresentação irá dedicar-se a expor os resultados iniciais desta pesquisa a ser desenvolvida no mestrado.

A tradução de Jacques Amyot: "*Les amours pastorales*"

Igor Barbosa Cardoso
igorbcardoso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Longo; Dáfnis e Cloé; Jacques Amyot

Procura-se cotejar alguns trechos selecionados da tradução realizada por Jacques Amyot de ΛΟΓΓΟΥ ΠΟΙΜΕΝΙΚΩΝ ΠΕΡΙ ΔΑΦΝΙΝ ΚΑΙ ΚΛΟΗΝ, romance antigo provavelmente escrito durante o século II, para o francês, em 1559, junto ao texto que o autor moderno teve à disposição com o manuscrito Parisinus Gr. 2895. Argumenta-se que a versão de Amyot colocou em prática um programa poético renascentista que buscava desenvolver a "naïveté" da língua pátria, ao valorizar a relação entre humanos e natureza ao mesmo tempo que preservar o mundo pastoril de uma natureza que lhe parecia viciosa. Por fim, conclui-se que a tradução francesa do século XVI criou uma ficção duradoura sobre a recepção de Dáfnis e Cloé, de Longo.

Perfectus Agricolae. A Villa de Columella como representação do Império

Helton Lourenço Carvalho
carvalhohl@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Columella; villa; escravidão; política

A temática desta apresentação se insere nos estudos sobre poder e escravidão na sociedade romana, com ênfase especial no Principado no século I. d.C.. Comumente abordado pela historiografia moderna sob um ponto de vista essencialmente econômico, nosso objetivo é abordar o tratado sobre agronomia de Lucius Iunius Moderatus Columella intitulado *De Re Rustica* também como uma expressão ideológica e política de uma determinada elite imperial, especialmente provinciana, em um contexto de disputa inter-aristocrática por prestígio, influência política e poder no interior do espaço público. Deste modo, nos centraremos na compreensão de como as relações escravistas proposta por Columella refletiam a concepção das relações e disputas intra-elites.

Filologia Clássica e educação nacional em tempos de guerra

Rafael Guimarães Tavares da Silva
gts.rafa@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Recepção clássica; educação; Guerra Mundial

No período de consolidação dos Estados Nacionais europeus industrializados, principalmente no fim do séc. XIX e início do séc. XX, os Estudos Clássicos foram incorporados ao modelo educacional responsável pela formação patriótica de seus futuros cidadãos. Refletindo acerca dessa dimensão educativa e política, vários classicistas do período voltaram suas pesquisas para uma compreensão dos modelos pedagógicos aplicados pelas bem-sucedidas civilizações antigas (como a Atenas ou a Esparta do período clássico) a fim de propor novos caminhos para os desafios do presente: dessa forma se dão a ler algumas das reflexões de Girard (1889), Wilamowitz-Moellendorf (1901; 1914-5), Freeman (1907), Jaeger (1933-46) e Jeanmaire (1939). Esse impulso pedagógico esteve intimamente ligado às conjunturas sócio-políticas da época – responsáveis, inclusive, pelo movimento que culminou nas duas Guerras Mundiais, entre 1914 e 1945. Cumpre lembrar que formas violentas de controle estatal, manifestadas principalmente enquanto prerrogativas policiais e carcerárias, unidas a formas mais sutis de poder – por meio da educação obrigatória, por exemplo -, estão entre os fatores que contribuíram para um acirramento das tensões entre os Estados Nacionais na época (CREVELD, 2004). Tal como sugerido pelos estudos de Suzanne Marchand (2011; 2015), a educação acabou se revelando um front entre os muitos outros que entraram em disputa nesse complicado período histórico. O objetivo desta comunicação é compreender as consequências desse momento para o desenvolvimento do campo dos Estudos Clássicos e reflexos disso em sua situação atual.

Sob a proteção dos deuses: a fundação das “*apoikia*” na Sicília (Séculos VIII -VII a.C)

Martinho Guilherme Fonseca Soares
martinhoesoares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Grécia Arcaica; Homero; “Odisséia”; Sicília; “Apoikia”

A palavra “*apoikia*” refere-se aos assentamentos gregos em território estrangeiro e, diferentemente do que se convencionou por ela entender, não se trata de uma “colônia”, termo de acepções mais modernas que remete muito mais ao movimento dos Estados Nacionais europeus a partir de fins dos séculos XV e XVI de nossa Era. No contexto de fundação desses novos territórios, algumas ilhas ao longo das costas leste e oeste da Sicília e da região itálica formaram os primeiros assentamentos gregos naquilo que viria a se constituir como a Magna Grécia. Contudo, como nos informam os poemas homéricos e, em especial, a “Odisséia” — escrita no mesmo período —, a fundação das “*apoikia*” era também uma ação coletiva e esteve concentrada nas mãos dos aristocratas que dirigiam a pólis arcaica. O sucesso dessa empreitada marítima não dependia somente do interesse desses homens ou das técnicas por eles adotadas, mas sobretudo do consentimento dos deuses, preceito que aliás, se aplica às demais esferas da vida social: os homens demandam anuência perene de seus deuses. Estudar as práticas rituais nesse período da história grega permite entendê-lo como um “momento de experimentações” (Snodgrass, 1981), já que essencialmente diferente do processo que ocorria, pelo menos desde fins da Idade do Bronze, na Grécia Balcânica (TABONE, 2012). Uma realidade distinta demandou outras maneiras de ocupar/organizar o espaço “conquistado”. Dessa nova forma de organização surgem as primeiras definições de território grego no ultramar, conduzindo necessariamente as discussões sobre a relação das “*apoikia*” com sua cidade/pátria-mãe. Processo esse, muito mais ligado a uma dimensão sagrada — a escolha do local de fundação, por exemplo, era definida pelo oráculo de Delfos — do que político-econômica. Ao discutir os principais elementos que caracterizaram o movimento expansionista grego no séc. VIII a. C., intencionamos, por intermédio dessa Comunicação, apresentar quais divindades se fizeram presentes no cotidiano dos homens envolvidos na fundação dessas “*apoikia*”, o que afasta uma concepção simplista de um movimento puramente mercantil, de viés econômico. Para tanto, recorreremos à “Odisséia” como fonte de análise, mas também às concepções teórico-metodológicas das Arqueologia do Culto e da Arquitetura, identificando, por

meio de relatórios arqueológicos, as divindades eleitas pelos gregos para os conduzir pelos mares e àquelas que foram eleitas, já nos assentamentos, como divindades protetoras.

Fedro e Monteiro Lobato: da denúncia à lição moral

Marcelo Rocha Brugger
mrbrugger@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Fedro, Monteiro Lobato, fábulas

Nesta comunicação, será feita uma reflexão a respeito das fábulas de Fedro (I d.C.) e Monteiro Lobato (1882-1948), ambos sucessores do fabulista grego Esopo, tecendo comparações entre seus textos, apontando principalmente as diferenças nos discursos dos epimítios. Fedro, em um dos seus prólogos, sugere que seus livros de fábulas terão dois objetivos, "quod risum mouet et quod prudenti uitam consilio monet" (provocar o riso e oferecer conselhos prudentes para a vida), e o autor de fato orna a matéria de Esopo com o verso jâmbico, enriquecendo-a, por exemplo, com recursos que garantem a expressividade fonética, ao passo que apresenta, assim como o antecessor grego, questionamentos sobre as relações de poder de sua época. A mesma perspectiva foi adotada por Jean de La Fontaine, fabulista francês do século XVII que, assim como Fedro e o próprio Esopo, encontrou nas fábulas espaço favorável aos questionamentos dos desmandos dos poderosos de sua época - aspecto dado como característica do gênero já na Antiguidade Clássica. Nas fábulas de Monteiro Lobato, encontramos uma postura diferente daquela adotada pelos seus antecessores: o autor paulista retirou das fábulas seu aspecto crítico da moral, e o transformou em um aspecto moralizante. A apresentação trará análises de estilo no que diz respeito ao aspecto fonético e semântico de alguns textos tanto de Fedro quanto de Monteiro Lobato, visitando também La Fontaine, para refletir sobre como (e se) os autores se apropriaram do gênero fábula e constituíram, no seio dos seus textos, uma proposta de reflexão sobre os costumes de sua época.

Joãozinho Bem-Bem: um herói antigo e moderno de João Guimarães Rosa

Lorena Lopes da Costa
lorenalopes85@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Herói; Bela morte; Joãozinho Bem-Bem

Esta comunicação pretende apresentar uma breve genealogia do herói rosiano, em especial Joãozinho Bem-Bem, a partir da caracterização do personagem em dois textos distintos, quais sejam, o conto "A hora e a vez de Augusto Matraga" e o romance Grande Sertão: Veredas. A partir disso, busca-se então explorar o diálogo que João Guimarães Rosa estabelece com a tradição épica na construção e apresentação de seu herói jagunço.

A respeito das prerrogativas das mulheres na Antiguidade: etruscas e gregas

Nancy Maria Antonieta Braga Bomentre
nbomentre@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História antiga; representações artísticas femininas; papel social de gênero

Sobretudo nas últimas décadas do século XX, vimos um crescimento nos estudos sobre gênero em todos os campos do saber humano, fenômeno motivado pelos grupos que se empenharam, ao longo do referido século, em pleitear mudanças nos ordenamentos das sociedades, aumentando, entre outras, a dimensão da atuação feminina em diferentes espaços sociais. No presente artigo, pretendemos, através da observação das representações femininas na arte das culturas mediterrâneas, grega e etrusca, abordar o contexto em relação aos papéis sociais de gênero na Grécia e Etrúria. Para tanto, utilizaremos exemplares de objetos artísticos e ainda fontes textuais que se referem a estas sociedades, produzidos entre os séculos VII e IV a. C. Esta contraposição visa oferecer um panorama de aspectos sociais destas culturas demonstrados pela arte para uma compreensão mais aprofundada dos comentários apresentados em fontes textuais da época de gregos, que levantavam duras críticas aos etruscos.

Por uma história da arte "*tlöniana*"

Antônio Leandro Gomes de Souza Barros
tonileo.artista@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Império Romano; Romanização; Estrabão; Espaço; Península Ibérica

"Ficções" é, sem dúvida, o mais famoso e influente livro de contos do escritor J. L. Borges. Conforme o título indica, trata-se de uma coleção de trabalhos que problematizam questões literárias através de narrativas sobre livros ou aventuras livrescas totalmente ficcionais e que, não obstante, se fazem confundir todo o tempo com, no conteúdo, obras verídicas e, no aspecto formal, com textos ensaísticos convencionais. O conto de abertura (também o mais longo, tendo praticamente o dobro do tamanho da média dos demais) é sobre a criação de uma enciclopédia inteira sobre um planeta ("Tlön") completamente inexistente e que, no entanto, apresenta enorme detalhamento de comentários. Logo, pela inventividade e rigor da suposta enciclopédia, este planeta passa a exercer inacreditável influência sobre a maneira como vemos e vivemos no nosso planeta real. Diante das inúmeras referências que o autor faz a Plínio, o Velho, em diferentes textos e citações, bem como em temas recorrentes de interesse, não faltou na crítica especializada quem identificasse essa enciclopédia ficcional com a "História Natural" do polígrafo romano. De fato, modernamente essa enciclopédia antiga foi revisada em termos históricos e científicos de forma muito semelhante àquela em que a de Tlön é apresentada por Borges: casos extravagantes, elementos contraditórios, coisas fantasiosas e explicações desconcertantes. Sorcha Carey, em particular, articula a leitura desse conto para revisar a nossa primeira história da arte ocidental: os livros 33 a 37 da H.N. Nesse sentido, seria possível entender como a sua catalogação permitiu que construções literárias fossem entendidas como fatos objetivos ou, ainda mais, como artefatos teriam sido usados na demarcação objetiva do poder do Império. Contudo e sem desejo de polemizar, gostaríamos de abordar outras revisões possíveis, mais surpreendentes e agudas, a partir da própria possibilidade de relação vislumbrada entre a enciclopédia antiga e a ficcional. Ou seja, a de um vínculo elementar e originário entre trabalhos díspares e que não se referem ou se relacionam diretamente. Fazendo valer informações absurdas do conto (especialmente a de que nos hábitos literários a crítica tlöniana consistia em eleger obras dissimiles e lhes atribuir uma mesma autoria repetida) propomos um pensar da nossa mais antiga história da arte atentando para o fato de que

ela só produziu objeto perdidos e que ainda assim influenciaram enormemente os nossos parâmetros artísticos.

Representações identitárias no contexto de romanização da Península Ibérica

Guilherme de Aquino Silva
guilhermeaquinsilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A prática imperialista, que teve início ainda durante a República (509 – 27 a. C.), levou os romanos ao estabelecimento de formas de contato com diversos povos, num processo conhecido como “romanização”, o que a longo prazo promoveu hibridismos culturais em todo o Império Romano. A Península Ibérica, também conhecida pelos romanos como Hispânia, foi um dos primeiros territórios conquistados por Roma no além-mar, movimento que ocorreu durante o II século a. C. Uma fonte que nos fornece informações para o estudo da trajetória de contato entre os romanos e as "nationes" ibéricas é a "Geografia", de Estrabão. É possível notar que o autor da "Geografia" elaborou uma visão que colocava os romanos em posição superior aos autóctones, ao mesmo tempo em que indicou a existência de uma polarização entre o Norte e o Sul da Península Ibérica. Na presente comunicação, temos por objetivo discutir a representação elaborada por Estrabão a partir de uma análise do Livro III de sua obra. Para tanto, utilizamos como aporte teórico-metodológico os conceitos de espaço, identidade, representação e estigmatização. Palavras-Chave: Império Romano. Romanização. Estrabão. Espaço. Península Ibérica.

ST 14 - Diálogos sobre a ditadura militar brasileira: Ensino e pesquisa

Simpósio Temático

Camila Barbosa Monção Miranda

camilabmoncao@hotmail.com

Mestranda em História

UFAM

Jessica Machado de Souza

jessicamachodomartins@gmail.com

Mestranda em Educação

UFMG

Ana Carolina Monay dos Santos

monay.carol@hotmail.com

Mestranda em História

UFOP

Proposta do Simpósio

O crescimento das discussões sobre o golpe e a ditadura militar brasileira de 1964 tem sido marcante nos meios acadêmico, escolar e entre a população em geral. Problematizar as relações entre sociedade, política, cultura e economia no transcurso da ditadura brasileira (1964-1985) e suas interlocuções com eventos do presente tem se mostrado cada vez mais importante, uma vez que pedidos de retorno da ditadura e manifestações de nacionalismo exacerbado reaqueceram discursos antidemocráticos nos últimos tempos. Diante desse quadro atual, no qual o ensino tem também sofrido ataques como a proposta "Escola sem partido", cabe aos historiadores e professores de história fomentar novas questões sobre período ditatorial brasileiro na academia e nas escolas, especialmente nesse contexto de radicalização política, posicionamentos autoritários e possível censura dos docentes, dando espaço para o diálogo relativo ao período da ditadura militar brasileira. Dessa forma, este simpósio pretende ser um espaço de debate sobre as batalhas de memória que envolvem a

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

ditadura militar brasileira, tendo como foco abordagens que incorporem não só os temas clássicos na historiografia, como a repressão política e as frentes de atuação dos grupos de esquerda, mas também estudos ligados aos movimentos culturais, à imprensa, ao ensino de história sobre a ditadura militar, ao olhar para as peculiaridades regionais e seu relacionamento com o regime autoritário, as divergências internas dentro das Forças Armadas, dentre outros. Ademais, pretende-se alimentar discussões no âmbito da cultura política, da compreensão da ditadura e do golpe como militar ou civil-militar, das delimitações temporais do período que se entende como a ditadura militar brasileira e outras questões ligadas ao aparato teórico metodológico afins à temática. Portanto, a proposta deste simpósio temático é voltar os olhares para as diversas facetas do regime militar de 1964-1985, reconhecendo a importância das ciências humanas e sociais para a formação de pensamento crítico e de sujeitos históricos ativos, além de debater sobre as inquietações do tempo presente que cada vez mais ocupam espaço no fazer historiográfico, sempre em diálogo com as memórias construídas pelos sujeitos que vivenciaram o período.

Comunicações

Ditadura Militar na Amazônia: projetos desenvolvimentistas e contrassensos

Camila Barbosa Monção Miranda
camilabmoncao@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Ainda na década de 1960, alguns anos após o golpe de 1964, a ditadura militar dava início aos empreendimentos voltados para a Amazônia. Visando demonstrar seu alcance como "provedor do desenvolvimento" na promoção de um "Brasil Grande", o regime militar cria dispositivos governamentais especialmente voltados para a região. Nesse sentido, é possível citar, dentre outros, o BASA (Banco da Amazônia S.A), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). Estes organismos tinham como objetivo a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que deveria, segundo o governo: colonizar, ocupar, desenvolver, integrar e descobrir a Amazônia. Contudo, o planejamento e execução desses projetos foram permeados por inúmeras contradições e problemáticas que pouco foram explorados. Em raras ocasiões são discutidas as ligações desses empreendimentos com o projeto político autoritário que foi estabelecido no Brasil após 1964. Normalmente, estes são associados a noções de desenvolvimento, investimento e progresso da Amazônia. Além disso, é usual que sejam propagadas no senso comum ideias de que a repressão ditatorial não chegou ao Amazonas ou à região amazônica, como um todo. Dessa maneira, objetiva-se aqui demonstrar a correlação desses projetos desenvolvimentistas com o autoritarismo da ditadura militar. Estes empreendimentos serão entendidos como um exercício de poder, uma das formas encontradas pela ditadura para se fazer presente na Amazônia, ocupando e controlando a região..

Caso Volkswagen: Violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar

Caroline Weeden Martins
carol.weeden@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Nesta comunicação será mostrada uma parcela da pesquisa de Iniciação Científica, fomentada pela CNPq, através do Centro de Estudos de História da América Latina e do Caribe (CEHAL-PUC-SP) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O recorte inicial do projeto, comandado pela Profa dra Vera Lucia Vieira, é analisar a repressão dentro das fábricas, contra trabalhadores e sindicatos durante a ditadura civil militar, entre 1964 e 1985. Foi utilizado como fontes as documentações fornecidas pelo IIEP (Instituto de Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) através da parceria com CEHAL-PUC-SP, na qual ficam evidentes a articulação da burguesia com o Estado, somado a algumas produções acadêmicas sobre o período e o movimento sindical. A minha pesquisa é focada no caso da Volkswagen, mais especificamente na sede de São Bernardo do Campo, referente às condições de trabalho e violações de direitos humanos nos relatos sindicais e operários sofridos durante a ditadura civil-militar. Essa comunicação, terá enfoque nas violações de direito humanos, que não foram apenas patrocinadas pela Volkswagen e outras empresas da época, mas também cometidas por essas de múltiplas formas e em diversas ocasiões. Sendo assim, através dos documentos contidos no IIEP, será explicitado que a Volkswagen, esteve intensamente ligada ao governo repressivo, praticando ações que violam os direitos humanos condicionados em 5 pilares: articulação empresarial para fins de perseguição e repressão; elaboração de listas sujas; controle, vigilância e repressão fora das fábricas; prisões e torturas e graves violações dos direitos humanos. Dessa forma, pretende-se utilizar os documentos retirados do ministério do trabalho, pelo IIEP somados aos concedidos por esta entidade a fim de constatar e provar essa ação que viola os direitos humanos na fábrica da Volkswagen em São Bernardo Do Campo, junto a produções acadêmicas que exploram esse período e o movimento operário brasileiro.

"A Empresa" de Hilda Hilst: o poder da linguagem e das instituições

Bruna Kalil Othero Fernandes
brunakalilof@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, Teatro Brasileiro, Dramaturgia Brasileira, Hilda Hilst

O presente trabalho procura analisar a peça “A Empresa (A Possessa)”, escrita em 1967 por Hilda Hilst, por uma perspectiva política, histórica e da linguagem. Considerando o contexto de produção da obra, durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), os objetivos do artigo em questão transitam entre interpretar essa dramaturgia politicamente e refletir sobre o seu processo de produção por meio de jogos e figuras de linguagem. Hilst formaliza a estreita relação entre teatro e ditadura: “O teatro surgiu numa hora de muita emergência, em 1967, quando havia a repressão. Eu tinha muita vontade de me comunicar com o outro imediatamente. Como não podia haver comunicação cara a cara, então fiz algumas peças, todas simbólicas, porque eu não tinha nenhuma vontade de ser presa, nem torturada, nem que me arrancassem as unhas. Então fiz, por analogia, várias peças que qualquer pessoa entenderia o que se pretendia dizer numa denúncia.” (HILST, 2013, p.130). Além de discutir sobre a potência que envolve o ato de escrever teatro numa ditadura, o trabalho aborda o poder repressivo das instituições e a questão da ‘metalegoria’, termo criado para analisar o processo metalinguístico do qual a autora se utiliza para criar diversas camadas alegóricas narrativas. A metodologia dessa pesquisa se baseia em artigos sobre o teatro da autora, além de trechos de entrevistas e a palavra de Walter Benjamin, estudioso do drama alemão. Outrossim, diálogos selecionados da peça são extraídos para que se possa analisar com mais profundidade o texto literário, cuja possibilidade de palco e cenografia é imensa. O que se conclui desse trabalho é que a arte pode ser uma maneira potente de denúncia e reflexão, especialmente em momentos políticos difíceis – e sem perder a sua exigência e capacidade de criar novas formas estéticas, inaugurando linguagens e processos.

As cassações de mandatos parlamentares na ARENA da Paraíba após o AI-5

Dmitri da Silva Bichara Sobreira
dmitri_bichara@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho é fruto de dissertação de mestrado que analisou a formação e atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na Paraíba entre os anos de 1966 até 1969. A ARENA foi o partido político criado pela ditadura militar instaurada após o golpe civil-militar de 1964, que tinha como sua principal função dar sustentação política ao regime autoritário. A ARENA compôs, durante a ditadura, um sistema bipartidário no qual também participava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenhava a função de oposição consentida e controlada pelo regime ditatorial. Neste trabalho pretende-se analisar as cassações dos mandatos e dos direitos políticos dos membros da ARENA paraibana no ano de 1969, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decreto autoritário que institucionalizou por completo o Estado de exceção no país, sendo também esse ano o período que representou o ápice da crise entre o regime autoritário e seu partido. Aqui serão abordados os casos dos deputados federais arenistas Pedro Gondim e Vital do Rêgo, e dos deputados estaduais Sílvio Porto, Robson Espínola, Francisco Souto e Romeu Abrantes. A principal fonte utilizada para a análise dessas cassações são as Atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Por meio desses documentos é possível compreender os motivos que levaram o regime a expurgar políticos de sua base de apoio, bem como reconstruir a trajetória desses indivíduos antes do golpe de 1964 e durante os quatro primeiros anos de regime autoritário. Dessa forma, pretende-se contribuir com os novos estudos sobre a ditadura militar que tem levantado questionamentos sobre a participação civil no regime autoritário, a forma como os militares controlavam esses setores da sociedade civil e o caráter conciliatório do autoritarismo brasileiro.

O exílio na Argélia durante a ditadura civil-militar brasileira

Débora Strieder Kreuz
debora_kreuz@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho, situado a partir dos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira, visa investigar um de seus aspectos: o exílio decorrente da prática de Terrorismo de Estado aqui existente. Com o objetivo de eliminar aqueles que considerados “inimigos internos”, a perseguição política fez com que milhares de indivíduos deixassem o Brasil com o intuito de se rearticularem politicamente e preservar a vida. Vários foram os países de destino, espalhados pelos cinco continentes. Um deles, a Argélia, interessa-me sobremaneira: independente do jugo colonial francês após violenta guerra de libertação e cuja política era voltada a implantação de um sistema político conhecido como ‘socialismo árabe’, passou a receber exilados brasileiros já em 1965. Dessa forma, a partir de entrevistas de História Oral e obras de memória escritas por aqueles que passaram pela experiência, busco compreender a dinâmica do exílio em tal país e aspectos relacionados: como foi a saída do Brasil, a forma de viver em um local de maioria muçulmana e o processo de retorno. Dessa forma, ao demonstrar que a ditadura fez com que saíssem do país milhares de indivíduos, inclusive por meio do banimento, pretendo dar maior visibilidade a um tema ainda pouco explorado por aqueles que se dedicam à pesquisa acerca do período.

Das diretas às indiretas: transição política nas páginas da Folha de São Paulo

Kátia de Lourdes Colen
k-colen@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O trabalho tem por objetivo a análise dos debates em torno da formação da Aliança Democrática e da eleição de Tancredo Neves no interior do jornal Folha de São Paulo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira (25/04/84) até a posse definitiva de José Sarney na Presidência da República (21/04/1985). A proposta é ir além da reconstituição dos fatos, mas analisar as interpretações fundamentais sobre eles, num esforço de elucidar as contradições existentes na sociedade em torno das possibilidades políticas para o Brasil. Esse curto espaço de tempo tomou corpo um arranjo político entre oposição e membros dissidentes do partido do governo que forjou as bases da Nova República. Foi também o ano em que a Folha de São Paulo lançou o Projeto Folha, com a publicação do primeiro Manual Geral de Redação da Folha de São Paulo. O Jornal, que já vinha se destacando com a publicização e defesa das Diretas Já inova com seu Manual, com a reivindicação explícita de exercer um papel político na "nova democracia brasileira". É toda essa conjuntura de manobras, de encontros, debates e disputas políticas que esse trabalho pretende elucidar a partir da análise do Jornal Folha de São Paulo. O Jornal, ainda que tivesse seus interesses e/ou em função deles, foi fundamental para tornar inteligíveis os termos das negociações ao grande público. Ao escolher a Folha como fonte vamos de encontro à tese de Lindolfo Lohn (2013) de que a Folha teve uma posição de destaque nas tramas e conflitos que envolveram a redemocratização, colaborando, através de sua construção narrativa para a criação de um horizonte de expectativa político, no qual ela se propõe a exercer um novo papel social.

A repressão política na UERJ na ditadura civil-militar: o caso de Wilson Choeri

Leonardo Faria Cazes
leocazes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A partir do estudo da trajetória e da atuação do professor e dirigente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Wilson Choeri, o presente trabalho busca analisar como operou a repressão política na instituição durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A UERJ se apresenta como um caso particular no período: por se tratar de uma universidade estadual, ela não abrigou uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) dentro das congêneres federais. Isso não significa que o monitoramento e a repressão fossem menores na UERJ, mas que assumiram contornos diferentes e, hipótese nossa, garantiu à burocracia universitária uma margem de ação maior no caso de professores investigados pelo regime. É nesta "zona cinzenta" que o professor Wilson Choeri se movimenta. Choeri — cujos laços com a instituição remontam à década de 1940, ainda como estudante de graduação — se tornou professor catedrático da universidade em 1962. Em abril de 1964, ocupava o posto de diretor do Colégio de Aplicação da UERJ. Nos anos seguintes, viveu uma ascensão na burocracia universitária: diretor do departamento cultural (1964-1967), secretário-geral (1967-1971), sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva (1971-1975) e vice-reitor (1976-1978). À frente da Secretaria-Geral e da Sub-Reitoria, Choeri acumulou um enorme poder sobre a burocracia universitária e se tornou um interlocutor privilegiado junto aos órgãos de informação, tal como mostram os registros nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e do SNI. O conjunto documental desses órgãos, colocados em relação com depoimentos de docentes da época, mostram que o professor, a partir de sua posição, operou como interlocutor, mas também como mediador e “amortecedor” das pressões vindas do aparato repressivo. No presente trabalho, são analisadas as investigações internas levadas a cabo por Choeri que ficaram registradas pelos órgãos de informação. Infelizmente, todos os documentos da UERJ sobre a repressão política no período desapareceram em algum momento das décadas de 1980 e 1990. Esta pesquisa foi desenvolvida durante o mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Reforma Universitária de 1968. Seus impactos na região Periférica do RJ

Debora Luisa de Freitas da Silva
deboraqueiroga1@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Universitária 1968; Expansão IES privada no Brasil; Baixada Fluminense.

O presente trabalho é parte parcial da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da UFRRJ. Tem por objetivo relacionar a implantação de Universidades Privadas na região da Baixada Fluminense, que é uma área metropolitana do Rio de Janeiro, com a Reforma Universitária implantada pelo Regime Militar em 1968. Na tentativa de acalmar os ânimos e silenciar a UNE, além de atender uma demanda da classe média em ascensão, o Governo de Costa e Silva promove uma Reforma nas Instituições de Ensino Superior Públicas no país. Porém o efeito não é o aclamado pelos movimentos sociais, a reforma somente aumentou o abismo entre a massa e o acesso a universidade, além de promover a multiplicação de iniciativas privadas no ensino. Acarretando a transformação de um ensino crítico e filantrópico em um ensino produtivista que atendia as necessidades dos industriais. Nesta perspectiva foi implantada três faculdades de portes consideráveis, em uma região antes não atendida por nenhuma instituição, já nos primeiros anos da década de 70. Observamos que este movimento não foi isolado e pontual, houve uma crescente aceleração na criação de IES pela iniciativa privada em todo o país. Partindo deste ponto pretendemos analisar o enlace entre as reivindicações sociais por educação superior democrática, formação do sistema educacional na Baixada Fluminense e o Impacto destas IES Privadas instaladas quase que simultaneamente na vida do morador local. Levando em consideração as dinâmicas políticas e econômicas da região.

Uma história relegada: os reflexos do golpe de 1964 nos pequenos centros urbanos

Gilvan Gaspar de Melo
gilvangmelo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A historiografia brasileira no que concerne ao período da Ditadura Militar dedica-se nos acontecimentos ocorridos nos grandes centros urbanos, salvo casos como o movimento armado, deixando de lado milhões de brasileiros que moravam nos sertões do Brasil e passam a ser sujeitos da história dentro de um contexto geral chamado de "Sociedade Brasileira". Nada mais enganoso acabam sendo suas conclusões. Foucault já chamava a atenção para se entender o Poder "...em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais...". E esta é a proposição desta pesquisa, que traz uma visão de micro-história para entender este momento histórico e como se comportaram milhões de relegados por nossa história. O que era a Ditadura Militar nestes locais? Como se comportavam os grupos políticos dentro deste contexto? Os questões nacionais sobressaiam sobre a disputa de poder local com os resquícios do Coronelismo? as alianças nacionais ou estaduais refletiam da mesma forma em nosso interior? E os comunistas e os subversistas locais existiam? Os jornais locais de época embasam esta jornada, uma vez que eram os únicos meios de disseminação de notícias locais, além dos rádios de Ondas Curtas de alcance nacional, e que trazem a baila nossos "Menocchios" para descortinar um novo panorama de acontecimentos e desdobramentos enriquecendo a análise deste momento histórico. Os arquivos de órgãos oficiais também dão sustentação à história acontecida em nosso microcosmo no nordeste mineiro. A narrativa, destes nossos anônimos, muito tem que incorporar na historiografia brasileira deste período.

Impactos do autoritarismo nas relações de trabalho (Juiz de Fora, 1964-1974)

Paulo Henrique Silveira Damião
paulohenriquesd@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Sindical; Ditadura Civil-Militar; Autoritarismo e Repressão; Relações de trabalho; Direitos

O presente trabalho tem por objetivo perceber os impactos das políticas autoritárias do regime civil-militar sobre a classe operária, destacando a atuação dos sindicatos de Juiz de Fora durante os anos de 1964 a 1974. Desse modo, evidenciaremos que o movimento sindical esteve, nesse período inicial da ditadura, atuando em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Para tal, utilizaremos os dissídios coletivos ajuizados por sindicatos de Juiz de Fora na Justiça do Trabalho, com intuito de compreender o papel desta instituição frente aos sindicatos e aos trabalhadores e por quais direitos estavam lutando. Ademais, colocaremos ênfase nos impactos da repressão sobre a classe operária, a partir, principalmente, dos relatórios das comissões nacional e municipal da verdade e dos depoimentos de pessoas ligadas ao movimento sindical colhidos por elas. A partir dessas fontes, poderemos compreender como se dava as relações de trabalho e de que forma o movimento sindical atuou em defesa dos trabalhadores.

O relatório Figueiredo, Política Indigenista e Ditadura Militar no Brasil

Talita Gama de Magalhães
talita.jc@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O Relatório Figueiredo é um grande conjunto documental produzido no decorrer de 1967 a partir de uma Comissão de inquérito, presidida pelo Procurador da República Jáder Figueiredo, constituída para apurar irregularidades do SPI. A comissão de inquérito apurou muitas irregularidades dentro do órgão, percorrendo o território brasileiro em busca dos postos indígenas submetidos ao SPI. Finalizado e entregue em 1978, o relatório foi dado como perdido, sendo encontrado por um membro da Comissão Nacional da Verdade em 2012, no Museu Nacional do índio, na cidade do Rio de Janeiro. Em 2014 foi anunciado a sua descoberta e feita sua divulgação e disponibilização digital na internet para consulta e pesquisa. O relatório traz graves denúncias de violações aos direitos indígenas sob a gestão do SPI. Dentre os muitos crimes praticados e denunciados no relatório, estão roubo de patrimônio e exploração do trabalho indígena. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi o órgão indigenista federal responsável pela gestão dos postos indígenas, entre os anos de 1910 a 1968, vindo a ser extinto e em seu lugar, seria fundado, a Fundação Nacional do índio (FUNAI), durante o período da Ditadura militar. Há muito a historiografia indigenista se dedica a entender a proteção tutelar que o Estado exerce sobre os povos originários no Brasil. Podemos citar Antônio Carlos de Souza Lima, com uma vasta produção que se alinha a esta temática de forma pioneira. Antônio Carlos, visualiza a tutela desses órgãos como exercício de poder e dominação dos povos indígenas. Este trabalho se propõe a analisar o inquérito processual descrito no Relatório Figueiredo e sua possível participação direta, através de suas inquirições, na dissolução de uma instituição federal. Analisar, qual o papel de um relatório produzido pelo estado, no contexto histórico que depôs o SPI e fez nascer a FUNAI. Apresentar uma possível correlação e reflexão histórica acerca da fonte, como sendo resultado direto de burocracia estatal.

A escola de Educação Física: interferência da Ditadura Militar na UFMG (1969-78)

Gabriela Fischer Fernandes Corradi
gabifischer86@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A Universidade Federal de Minas Geras, uma das mais tradicionais instituições de ensino superior do nosso país, defende uma memória de resistência em relação à Ditadura Militar, que governou o Brasil de 1964 a 1985. Mas, na realidade de um regime ditatorial, resistir nem sempre é uma opção – para aqueles que pretendem manter uma vida minimamente normal neste contexto. Um bom indicativo da impossibilidade de a UFMG ter sido resistente a toda investida do governo militar é a federalização da Escola de Educação Física de Minas Gerais, objeto principal de investigação desta pesquisa. Assim, o trabalho que aqui apresento, decorrente do meu projeto de mestrado – aprovado para a entrada na Linha de Pesquisa História e Culturas Políticas para início em 2018 – tem como tema central a investigação das relações estabelecidas entre a UFMG e o governo militar, através da presença da Escola de Educação Física nesta universidade, a partir da sua federalização, pelo Decreto-lei 977, 21 de outubro de 1969. A Escola de Educação Física teria sido uma unidade de grande importância para o regime dentro da UFMG, e sua presença na universidade teria ferido a autonomia que a UFMG sempre pregou ter exercido sobre o governo militar. A EEF, que era composta por um grande número de professores militares, desenvolveu projetos para o governo militar dentro da universidade e teve professor ocupando cargo no MEC, órgão com qual a EEF mantinha intenso diálogo e do qual a UFMG não queria nenhum tipo de interferência. Além disso, a EEF ainda passaria a coordenar todas as aulas de Educação Física de todos os cursos da UFMG, podendo ser mais um par de olhos dentro da universidade a serviço da ditadura. A UFMG tentou impedir que a nova unidade funcionasse devidamente, impedindo que a escola tivesse professores titulares e uma Congregação, isso sem uma resistência frontal, mas em uma tentativa de colocar a EEF em um jogo de acomodação (MOTTA, As Universidades e o Regime Militar Brasileiro, 2014), conseguindo atrasar a implantação dos projetos do governo para a escola, mas não conseguindo impedir que fossem realizados. Investigar e questionar essas memórias oficiais tem fundamental importância para a compreensão da dinâmica própria da nossa disciplina – a História.

Compreender a existência dessas batalhas de memória também é muito importante quando nossa disciplina chega à sala de aula, para propiciar uma formação de sujeitos críticos frente a fatos dados e verdades absolutas.

Educar para o nunca mais: memória e esquecimento sobre a Ditadura Militar nos LD

Jessica Machado Martins
jessicamachodomartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: educação básica, ditadura militar, direitos humanos, livro didático.

O núcleo central dessa dissertação consiste na análise da percepção dos direitos humanos presente nos livros didáticos atuais, tendo como cenário o período da ditadura militar no Brasil e as práticas de tortura cometidas. Deste modo, problematizando a relação entre a educação básica e os direitos humanos, bem como as concepções presentes nos livros didáticos de história, o objetivo mais amplo, porém fundamental neste trabalho é compreender a percepção dos sujeitos acerca das lutas de memória. Considerando que o período em questão foi e, ainda é alvo de disputas de memória, faz-se importante analisar o papel refletido pelos livros didáticos frente a estas disputas, sobretudo em função do ressurgimento de forças conservadoras travestidas em novas demandas da sociedade. Atualmente o país enfrenta um contexto de polarização e radicalização política e ideológica, no qual tornaram-se comuns pedidos de intervenção militar, a difusão de discursos revisionistas e negacionistas sobre a ditadura militar, dificultando o reconhecimento de valores democráticos e do pleno exercício da cidadania.

As disputas memoriais sobre a ditadura militar brasileira

Ítalo Maciel Ouriques
italouriques@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Disputas; Trauma; Ditadura.

O tema da presente apresentação nos leva a refletir sobre três eixos de discussão – história e memória, “Lugares de Memória” e disputas memoriais – e sugere o estudo das relações estabelecidas entre eles. Minha explanação organiza-se em três partes: em primeiro lugar, discutirei a complexa relação acerca dos conceitos de história e memória, bem como os aspectos da temporalidade de cada um; a seguir, abordarei a questão de que se “Lugares de Memória” podem se tornar lugares de trauma; e, finalmente, correlacionar o “Debate dos Historiadores de 1986” na Alemanha e as disputas memoriais pela história e memória da Ditadura Civil-militar brasileira. De início, discorre-se sobre os significados tanto do conceito de História, quanto de memória ao ressaltar suas semelhanças e diferenças. A argumentação toma forma à medida que a discussão desse par antinômico é destacada por alguns dos principais expoentes desse debate ao longo do século XX. Ao se falar da memória não podemos deixar de lado a questão da temporalidade da memória, assim como o tempo da história. Segundo Traverso, o essencial acerca dessa diferenciação é perceber que cada uma tem seu próprio tempo e não coincidem. Na segunda parte a argumentação gira em torno do conceito de “Lugares de Memória” cuja referência ao historiador francês, Pierre Nora, é imprescindível. Todavia, a discussão não se limita a esse foco em específico. Pelo contrário, nos utilizamos desse conceito de Nora, acima de tudo, com base em Dominick LaCapra para levantar uma reflexão acerca da possibilidade de lugares de memória se tornarem lugares de trauma. Tendo em vista que o autor estadunidense discorre sobre o papel da psicanálise para a compreensão histórica, sobretudo, após eventos traumáticos. Na última parte destaca-se dois debates historiográficos, não obstante ultrapasse as fronteiras acadêmicas da discussão ao chegar a tomar dimensões públicas, midiáticas. Nos referimos ao “Debate do Historiadores de 1986” no qual a Alemanha foi palco desse conflito e as disputas pela história e memória da Ditadura Civil-militar brasileira. O intuito de suscitar ambas discussões vem no sentido de perceber os usos públicos do passado e da memória por ter se constituído sérias disputas memoriais.

Da luta à extinção: os ferroviários de Petrópolis no pré e no pós-64

Glauber de Oliveira Montes
glaubermontes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Petrópolis; ferroviários; sindicalismo; golpe de 1964; ditadura militar.

Da luta à extinção: os ferroviários de Petrópolis no pré e no pós-64 Esta apresentação tem como objetivo expor uma pesquisa, em andamento, sobre os trabalhadores ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, especialmente em seu setor organizado sindical e politicamente, e seu papel nas lutas sociais e políticas travadas na cidade (e no país), entre os anos de 1960 e 1969, com base na interpretação de documentos de época da polícia política e da 67ª Delegacia de Polícia, livros de memórias, entrevistas orais e também da imprensa local e carioca, além da literatura acadêmica que tem relação com o assunto. Nesses marcos, a pesquisa dá maior ênfase ao período entre 1960 e 1964, buscando entender a importância dos ferroviários no processo de radicalização política que culminou no golpe de 1964, e também como suas lideranças e seus militantes eram monitorados pela polícia política, supondo-se que a categoria tenha tido considerável importância no processo descrito. Mas também analisa como essa vigilância posteriormente contribuiu para prisões e perseguições logo após o golpe, e avalia as características e o peso desse processo repressivo, sabendo-se que estes trabalhadores foram duramente impactados pelo golpe e pela ditadura subsequente, inclusive com a extinção da ferrovia na cidade pelo novo regime, ainda no ano de 1964. A pesquisa busca entender esses processos à luz do sindicalismo de então, inserido nos enfrentamentos sociais e políticos da época, com base no conhecimento já produzido sobre estes temas. De maneira inversa, não obstante seu maior enfoque local, esse estudo visa também contribuir para um conhecimento mais geral desta área de investigação histórica, buscando reconhecer semelhanças e diferenças, conformidades e particularidades.

Educação escolar Indígena na ditadura militar; uma face da violência sistêmica

Hygor Mesquita Faria
hygor.interact@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, violência sistêmica, educação, indígena..

O presente artigo tem como objetivo empreender uma análise acerca da construção da concepção de educação escolar indígena no Brasil durante o período da Ditadura Civil Militar, os aspectos conjunturais presentes no período e como os órgãos “tutores” dos indígenas se colocavam neste processo, o recorte temporal da pesquisa é entre os anos de 1964 a 1985. Justifica-se este recorte pela questão do período da ditadura ser considerado um marco de uma política indigenista mais agressiva. Este período possui como característica o grande extermínio de tribos e o desejo de incorporação das mesmas a chamada comunhão nacional, tendo como desdobramento o esfacelamento cultural. A pesquisa analisa tais aspectos sob a ótica de que são face pungente da violência sistêmica contra os povos indígenas, pois são desdobramentos de políticas públicas do regime militar. Desta forma a educação escolar indígena pode ser entendida como um desdobramento da violência sistêmica contra esses povos. Também é objetivo desta proposta efetuar uma análise comparativa entre os primeiros indícios legais sobre a questão da educação indígena, presentes no decreto N °8.824- 14 de julho de 1966, que promulga a convenção N 107 sobre as populações indígenas e tribais e a lei N°6.001 de 10 de dezembro de 1973, sobre o estatuto do Índio e os indícios legais presentes já próximos ao período de reabertura, como o plano de ação do serviço de educação da FUNAI construído em meados de 1984. Assim, busca-se analisar o desenvolvimento da concepção de educação, como os órgãos tutores se apresentavam neste sentido, as características presentes no período de endurecimento da ditadura, bem como no período subsequente de reabertura, para por fim, promover uma reflexão sobre os resquícios da violência sistêmica aos povos indígenas da ditadura no tempo presente.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: análise de acervo documental

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares
terezadantas92@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar, SNI, Paraíba.

Esta proposta de comunicação busca apresentar e relatar a trajetória e os resultados de pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2016 e 2017 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do projeto: A sociedade civil sob vigilância: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba (1964-1985); tendo como recorte específico o plano de trabalho: Atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: A vigilância sobre os políticos e militantes políticos na Paraíba (1964-1985). Orientado pelo professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, esse projeto visou analisar a vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI), sob a sociedade civil paraibana, entre 1964 e 1985, tal Serviço era encarregado de “subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contra-informações e promover a difusão adequada das informações.” (ANTUNES, 2001: 52). A fonte documental utilizada foram os arquivos do Fundo SNI – Agência Pernambuco, composto por mais de 7.000 documentos referentes aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com data de produção entre os anos de 1979 e 1990, disponíveis para pesquisa no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Nesta comunicação, buscaremos descrever o SNI, apresentar o corpo documental locado na Agência Pernambuco, analisar brevemente a atuação do Serviço no que concerne à vigilância à políticos e militantes na Paraíba, bem como indicar possibilidades de futuras pesquisas sobre o tema através desse vasto acervo documental.

Abertura Política e o Projeto de Distensão da Ditadura Militar Brasileira: Abord

Rodrigo Martins Gouveia
rodrigo.m.gou@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A partir de 1974 com a chegada do General Geisel à presidência da República o projeto político dos militares muda de forma. O início de uma abertura política e a entrega do poder aos civis fazia parte da agenda de governo do então presidente, que defendia que o processo deveria ser “lento, seguro e gradual”. A historiografia recente convencionou-se a chamar esse período inicial de um “projeto de distensão política”, onde o governo orquestrava essa abertura sem perder as rédeas de comando do país. Como demonstra Rodrigo Patto Sá Motta, a ditadura passou pelo seu processo de acomodação em diversos setores da sociedade brasileira. A partir desse conceito de acomodação podemos concluir que o projeto distensionista dos militares encontrou grande sucesso em sua execução. Entretanto como aponta a professora Suzelei Mathias o projeto demonstrou conter tensões internas entre os militares e pressões sociais pela volta da democracia. A discussão segue na tentativa de observar as formas com que a distensão foi executada pelo governo Geisel e as formas de reação tanto de setores militares quanto setores sociais. Além disso, se torna foco importante a apropriação desse tema na abordagem dentro do ensino de história, nas formas de recepção dos alunos e no caráter do desenvolvimento crítico da consciência histórica do período dentro do ensino básico brasileiro.

“A Estrela Polar” e a concepção da Ditadura civil-militar

Kamila Nunes da Silva
kamilans@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente pesquisa tem como objetivo apontar os processos de construção do consenso social em torno do golpe civil-militar na cidade de Diamantina, Minas Gerais, a partir da representação que o jornal A Estrela Polar desenvolveu acerca das tensões políticas e sociais que ocorreram, entre 1961 e 1964. O jornal A Estrela Polar foi fundado na cidade de Diamantina em 1º de janeiro de 1903, por Dom Joaquim Silvério de Souza. A periodicidade nos anos iniciais consistia em três publicações mensais, o que se modificou ao longo do tempo e, no período do qual se ocupará esta pesquisa, passou a ser publicado semanalmente. O jornal é de propriedade da Mitra Arquidiocesana de Diamantina, órgão oficial, doutrinário e noticioso da Arquidiocese de Diamantina. Tratamos de como o periódico A estrela Polar percebeu e interpretou as crises políticas que marcaram o período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, desde a entrada de Jânio Quadros na presidência em 1961 até a queda de João Goulart. Buscamos desta maneira apontar as diferentes nuances que o jornal A Estrela Polar apresenta quando aborda os governos de Jânio e de Jango. Destacadamente, analisamos a luta anticomunista encampada pela Arquidiocese de Diamantina e como ela tomou parte na criação de um clima político favorável à intervenção militar. Dado que este trabalho consistiu em analisar um periódico de cunho conservador, para executá-lo foi indispensável entender o anticomunismo, pois esse tipo de manifestação teve papel marcante na história política brasileira, visto que a “ameaça comunista” serviu como pretexto para justificar o golpe autoritário e reprimir os movimentos populares. A utilização de jornais como fonte de pesquisa é de grande relevância, pois, expressam ideologias políticas que seus editores pretendem que sejam partilhadas pelos leitores. Verifica-se um apoio da Igreja Católica e de determinados grupos sociais nas páginas do jornal A Estrela Polar, os consensos foram criados de acordo com os interesses de ganhos materiais e/ou simbólicos envolvidos.

Tropical Sol da Liberdade: a ditadura militar na pena de Ana Maria Machado

Yan Bezerra Fonseca
yanfonseca92@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Originalmente publicado em 1988, o romance *Tropical Sol da Liberdade* figura com uma das primeiras obras da célebre escritora de contos infantis, Ana Maria Machado, voltadas ao público adulto. Retrata a busca de Maria Helena, ou simplesmente Lena, uma jornalista que, após longo período de exílio em Paris, volta ao Brasil para reconstruir-se física e emocionalmente. Por conta de uma fratura no dedão do pé, instala-se numa casa de praia em companhia da mãe, Amália, com quem possui uma relação complicada. E é nesse cenário que as memórias das duas são reavivadas por fotos, objetos, cartas e recortes de jornais, que guardam recordações e informações dos anos de ferro, brasa e cinza da ditadura militar brasileira. Lena rememora sua juventude num movimento catártico recompondo o terreno imprevisível da memória sob novos olhares e encadeamentos. Lembranças de uma juventude interrompida pela barbárie são trazidas à tona num presente esfacelado, repleto de inseguranças, apatia, lapsos de memória e crises de identidade. Ana Maria Machado constrói um retrato da juventude brasileira pós-1964. Ela mesma vítima da repressão e do exílio, se vale da narrativa para se configurar autobiograficamente em Lena, transformando em coletivas suas memórias individuais. Sua história constrói uma representação da situação dos expatriados latino-americanos ao retornar ao lar. Lena é uma das muitas jovens mulheres brasileiras que sobreviveu aqueles anos, viveu no exílio e retornava, sem saber quem era, sem firmeza no chão, precisando se reencontrar na pátria que a traíra e expulsara anos antes. Promove assim a empatia, atrai, choca, emociona, aproxima, comove e dá vida a um passado que ainda nos assombra quase sessenta anos depois. Este trabalho se pretende a investigar as possibilidades e os limites epistemológicos dessa obra literária para suscitar reflexões críticas sobre nosso passado recente.

Memória e Identidade: imaginários sobre a ditadura no processo de guerrilha urbana

Vinicius Victor do Prado Pereira
viniciuspradop@live.com

PALAVRAS-CHAVE:

Inserido no contexto de oposição a da ditadura civil-militar implantada em 1964 o processo de guerrilha urbana — majoritariamente de movimentos de esquerda — cresce após 1968 e se estabelece nas principais capitais do país com o objetivo de combater o regime então vigente; nesse trabalho busca-se o entendimento dos movimentos de guerrilha estabelecidos em Goiânia e Brasília nos anos posteriores ao estabelecimento dos militares no poder. O assunto aqui proposto tem como objetivo geral identificar como se constituiu a atuação de guerrilheiros urbanos no eixo Goiânia/Brasília no período da ditadura civil-militar brasileira, assim como, as representações instituídas por esses indivíduos nos processos da organização da luta armada. A análise desse processo interliga esses indivíduos com o ambiente urbano, ou seja, a cidade; para tanto se busca vislumbrar os imaginários presentes nas narrativas que constam em documentação contemporânea e posterior ao processo histórico citado. Com o acesso à documentação, em especial dos processos da 11ª Circunscrição Judiciária Militar (11ª CJM) pode-se compreender melhor o imaginário militar sobre os guerrilheiros. Para a análise das fontes a metodologia proposta por Cellard para o entendimento dos estudos relativos a interpretação das fontes documentais é aqui aplicado. O questionamento inicial proposto no trabalho tende a ser levado em conta para a análise do documento; em adicional às pistas documentais e questões propostas pelo historiador, assim nesses três pontos a interpretação é feita: indagação inicial, os vestígios da fonte e as problemáticas apontadas pelo pesquisador. Apoiado pela perspectiva da História Social de construção e desconstrução — conceito esse pode ser encontrado também nas produções de Foucault — há um processo de questionamento das fontes aqui usadas, sendo elas os livros produzidos após o tempo histórico analisado e a documentação oriunda dos órgãos judiciários atuantes nas duas capitais.

Um sopro de esperança: O CPC e a construção de uma Cultura Nacional e Popular

Maíra Santana Marinho da Cunha
mairaa.marinho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Popular, CPC, Ditadura Militar, Hegemonia Nacional

O período compreendido entre o final dos anos 1950 até 1964 aponta para um momento de grandes movimentações políticas e culturais no Brasil. Os ventos que vinham de Cuba e Moscou, bem como a construção de projetos revolucionários por parte das esquerdas brasileiras e as contradições resultantes do processo de modernização industrial do governo JK, inauguram um período de intenso clima de mobilizações. Tal efervescência se acentua principalmente a partir do governo Jango, quando abre-se um clima de utopia e horizontes de expectativas marcado pelas anunciadas reformas estruturais apresentadas pelo presidente. Nesse âmbito, intelectuais e artistas de esquerda debruçaram-se na construção de agendas democráticas, nacionais e populares com o objetivo de se contraporem às ofensivas imperialistas em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, marcada por intensa polarização. Tais atores sociais encaravam a cultura como um conceito marcado pela construção de memórias coletivas e com potencial contra hegemônico. Por este motivo, percebiam a necessidade de construir uma Cultura Popular e Nacional, sendo esta parte fundamental de projetos antiimperialistas. O Centro Popular de Cultura (CPC), encabeçado por intelectuais filiados ao PCB e construído junto à União Nacional dos Estudantes (UNE), simboliza uma síntese desta tentativa. Protagonizada por artistas e intelectuais de esquerda, em sua maioria de classes abastadas (o que foi motivo de crítica por parte de seus opositores), o CPC representou uma vanguarda cultural que visava questionar a hegemonia capitalista através de produções musicais, teatrais e poéticas. Desta maneira, os cepecistas acreditavam que poderiam elevar a consciência das classes populares, fazendo com que esta camada social participasse da agenda política. Além disso, almejavam também a construção de um patrimônio cultural para e do Brasil. O objetivo deste trabalho é apresentar a potencialidade deste período de agitações políticas, tomando o CPC como síntese das expectativas da construção de um projeto contrário aos das elites brasileiras. Também serão abordadas a interrupção deste projeto através do Golpe Militar de 1964, e os desdobramentos da Ditadura Militar para as esquerdas e para a construção de produções culturais nacionais e populares.

ST 15 - História da Educação e das práticas educativas no diálogo entre campos do saber

Luísa Marques de Paula

luisadepaulam@gmail.com

Mestre em Educação

UFMG

Fabício Vinhas Manini Angelo

fabriciovinhas@gmail.com

Doutorando em Educação

UFMG

Priscilla Nogueira Bahiense

priscillabahiense@hotmail.com

Mestranda em Educação

UFMG

Proposta do Simpósio

A História da Educação tem investido nos questionamentos sobre os rumos trilhados pela educação no Brasil, especialmente problematizando temas caros ao debate em torno desse universo, como o direito de acesso à educação e a qualidade da escola pública, as relações de poder (étnicas, de classe, de gênero) e suas implicações em práticas e processos formativos, entre outros. Nesse sentido, o crescimento de pesquisas que ajudam a consolidar e a (re)definir a área de História da Educação, vêm investindo no alargamento da concepção de educação, compreendida como um conjunto de práticas e processos sociais e culturais, provocando, assim, a ampliação das investigações que se voltam para objetos tão diversos como as diferentes práticas de ensino e aprendizagem, a História da constituição das disciplinas escolares e dos currículos escolares, a formação de professores e/ou outros agentes culturais, as práticas de leitura e escrita, as dinâmicas de circulação de impressos e artefatos culturais, além da ressignificação de temáticas tradicionais da história educacional como

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

as políticas educacionais, o investimento público em educação, e a circulação de ideias pedagógicas. Além disso, crescem o número de investigações que se voltam às diferentes formas de se educar para além da escola, como através da imprensa, da música, do teatro, cinema; e a construção de laços de sociabilidade e redes de sentimentos ligados a relações de identidade e pertencimento mediados por organizações de classe, costumes populares, manifestações religiosas, etc. Nesse sentido, o propósito desse Simpósio Temático é o de, pelo segundo ano seguido, estabelecer um diálogo sobre os sentidos destas diferentes formas de educar, pensadas na clivagem das permanências, rupturas e transições de representações e práticas . Para tanto, pretende congregiar pesquisas em torno da temática educacional a partir de múltiplos agentes, recortes, conceitos e metodologias, estreitando os laços e as trocas nos estudos nas Ciências Humanas, em especial no diálogo entre a Educação e a História. Acreditamos, pois, que a articulação entre jovens pesquisadores que se dedicam aos diversos fenômenos indicados anteriormente, assim como aos modos como a educação e as práticas educativas foram apropriadas e representadas pelos agentes históricos e pela historiografia, pode sustentar um debate que nos permite compreender os significados históricos das diferentes formas de se educar no Brasil.

Comunicações

Moral e Política em Sampaio Dória: Pensando a Educação e a República

João Victor Jesus Nogueira
jvnog@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Moral, Educação, República.

O presente trabalho busca abordar um aspecto ainda pouco estudado da obra de Antônio de Sampaio Dória, qual seja o papel do conceito de moral para o pedagogo alagoano no debate com grupos reacionários católicos, dentro da construção da República brasileira no início do século XX. Para compreender tal conceito e as categorias abordadas por Dória, lançaremos mão da análise de duas obras por ele produzidas, a saber, Educação Moral e Econômica (1928) e O eu o cidadão precisa saber (1919). Além destes textos, refletiremos também sobre a produção relativa ao assunto feita em algumas obras de intelectuais da chamada Reação Católica, com o objetivo de situar as produções citadas do pensador alagoano. Para realizar tal empreendimento analítico utilizaremos as categorias e conceitos levantados pela chamada História dos Intelectuais e pela chamada Análise do Discurso, tendo como fim a compreensão da formação da República no Brasil através da educação e o aprofundamento no debate sobre os projetos de educação laicos e religiosos.

A Educação De Órfãos Em Mariana E A Busca Por Distinção Social (1790-1822)

Leandro Silva de Paula
leandroufop204@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Órfãos, Distinção Social, Mariana Colonial.

Na Capitania das Minas Gerais, assim como em toda a América portuguesa, a capacidade de leitura e escrita era restrita a poucas pessoas. Apesar do limitado número de pessoas que sabiam ler e escrever, os moradores das Minas necessitavam lidar com meios de comunicação e ter constante contato com anotações no seu dia a dia, ou seja, a escrita fazia parte da vida de todos, inclusive daqueles que não tiveram acesso ao aprendizado das primeiras letras. Além disso, o domínio da cultura letrada muitas vezes possibilitava distinção e ascensão social na América portuguesa. O objetivo desta pesquisa é investigar as estratégias educativas destinadas aos órfãos da região de Mariana e se os tutores que possuíam familiaridade com as letras ou aqueles que detinham posições de destaque na sociedade mineira direcionaram ou não os seus tutelados a práticas educativas que lhes permitissem alguma distinção social, como por exemplo, a instrução na leitura, na escrita, gramática ou o aprendizado de um determinado ofício. Tutores mais instruídos e aqueles detentores de patentes militares ou cargos de prestígio tenderiam a desejar que os seus tutelados obtivessem distinção por meio da educação recebida durante o período da tutela ou fossem inseridos em postos ou cargos de relevância na região das Minas? Quais eram as estratégias educativas a que se poderia recorrer com o intuito de distinguir-se socialmente no período colonial? Dessa forma, o intuito desta pesquisa é desvelar a importância que as experiências prévias e o contato que os tutores tiveram com as letras exerceram nas escolhas relacionadas à educação dos órfãos que estavam sob a sua tutela.

A educação escolar dos trabalhadores belorizontinos na Primeira República

Daniela Oliveira Ramos dos Passos
ddanipassos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Trabalhadores, Belo Horizonte.

Pensar a formação das classes trabalhadoras na nova capital mineira, é também pensar a construção deste espaço onde as disputas políticas pelo acesso à cidade, melhores condições de vida e trabalho tornaram-se pano de fundo da constituição dos trabalhadores belorizontinos enquanto classe. No que tange ao projeto de educação da nova Capital mineira, apesar de prevista no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, a estrutura escolar da instrução pública somente se organizou após sua inauguração e, principalmente, no início do século XX com o surgimento dos grupos escolares durante o governo do Estado de João Pinheiro (1906-1910) e de sua Reforma do Ensino Primário e Normal, de 1906. O objetivo do empreendimento desse governante coadunava com a ideia de formar “um povo instruído e regenerado para a nova vida.” (VEIGA, 2002, p.310). Os seus pressupostos se relacionavam ao ideário republicanista brasileiro, segundo o qual a escola seria concebida como instrumento de civilização, avaliando e medindo o progresso e a moralidade de um povo, sendo a instrução considerada a base fundamental para o verdadeiro progresso social. Ainda de acordo com Veiga (2002, p.330), “a hierarquização da ocupação da cidade corresponde à hierarquização do acesso ao saber”, o que significa dizer que o próprio ordenamento urbano de Belo Horizonte interferiu na abertura de grupos escolares, que seguiram a lógica da racionalidade partindo do centro (zona urbana, destinada as elites) em direção a periferia (zona suburbana, em geral, ocupada por pobres e trabalhadores). Nessa conjuntura, as associações operárias desempenharam um importante papel, já que algumas delas mantiveram escolas (diurnas e noturnas) destinadas aos trabalhadores e seus filhos, em suas sedes ou nos centros fabris. Assim, o objetivo do trabalho reside na proposta de investigar a formação do movimento operário dos trabalhadores belorizontinos no início do século XX (1893-1930) e a luta em prol de melhores condições de trabalho e vida, passando pela possibilidade de instrução pedagógica da classe trabalhadora. Pensar a luta por uma educação (moral e cívica) dos operários, por parte das entidades classistas (ora citadas), o que simboliza na oferta de cursos noturnos para operários até a promoção de atividades educativas, por meio de seus periódicos e das palestras e conferências ofertadas pelas entidades classistas.

O conselho de intendência do serro e a instrução pública, de 1890 a 1892

Danilo Arnaldo Briskievicz
doserro@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Intendência do Serro, Instrução pública, República brasileira.

Analisamos a conjuntura de criação e funcionamento do Conselho de Intendência do Serro no período de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892, em especial sua Inspeção Municipal, responsável pelo novo projeto modernizador da instrução pública no município-sede e seus distritos a partir dos documentos de Câmara do IPHAN - Serro. Discutimos a respeito dos conflitos inerentes ao novo projeto de instrução pública considerando quatro pontos: o primeiro é como o ideário positivista da modernização da instrução pública se manifestou; o segundo é como a imensidade geográfica do município e de seus distritos afetou o projeto renovador; o terceiro é como o funcionamento burocrático através de documentos se dava no contexto (impactado pelas reformas de Leôncio de Carvalho, de 1879 e de Benjamin Constant, iniciada em 1890) e o quarto é o embate republicano na imprensa serrana. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental das fontes primárias do Conselho de Intendência do Arquivo de Câmara do IPHAN Serro, bem como de fontes primárias e secundárias da história do Serro, de Minas Gerais e do Brasil, como leis, decretos, portarias, recibos de obras e livros, além de fontes secundárias de autores ligados à história da educação imperial e republicana para ampliação conceitual do contexto pesquisado. Espera-se como resultado oferecer uma contribuição para a história da educação no Brasil republicano.

Dos Capacitados do Brasil aos Habilitados técnicos

Larissa Freire Pereira
larissafreirepereira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional, Lei 5692/71, Ditadura militar, Colégio Pedro II

O presente trabalho é uma proposta que visa a configurar uma pesquisa de doutorado, para tanto pretendemos analisar a implementação do currículo profissional de Ensino Médio do Colégio Pedro II, em cumprimento a reforma educacional elaborada pelos governos civis-militares, a partir da promulgação da Lei 5.692/71. O recorte temporal se inicia em 1971, ano de publicação da referida norma, até 1982, quando o ensino profissional deixou de ser obrigatório pela Lei Nº 7.044/82. Partindo de uma análise sócio histórica do currículo, embasado nos estudos do teórico Ivor Goodson, pretendemos avaliar as negociações presentes na elaboração do novo currículo profissional do Colégio Pedro II, destacando as permanências e mudanças contidas na grade curricular daquela instituição, promovidas pela reforma educacional de 1971. No que tange ao corpus documental, nossa pesquisa pretende examinar a Lei 5.692/71, os estudos realizados pela Comissão de Implementação do Colégio Pedro II (1976), suas pesquisas referentes a outros colégios, listados pela Comissão, que serviram como modelo de elaboração do currículo da instituição, além das atas de reuniões durante o período. Desta forma, buscaremos identificar no currículo aprovado, o resultado das negociações promovidas pela comunidade escolar junto aos governos ditatoriais que possibilitaram a criação de um currículo profissional num colégio de tradição acadêmica.

A Memória do Centro pedagógico da UFMG: Um arquivo escolar permanente no Campus

Marcial de Carvalho Júnior
marcial167@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, Educação, Arquivos Escolares, Centro Pedagógico UFMG.

Os arquivos escolares são um importante veículo para o estudo da história da educação. São a partir deles que será possível uma investigação mais profunda sobre os atores educativos, saindo de uma história com documentos oficiais para o estudo do microcosmo das relações sociais e educacionais da cultura escolar. Porém, os arquivos escolares existentes ainda não estão nas condições ideais para a preservação dos documentos e para sua utilização em pesquisas, sendo por desorganização ou em lugares não apropriados. Outro fator é o descarte de materiais importantes para o estudo da educação, como provas, diários de classe e material escolar, documentos estes não salvos pelas leis de manutenção. A pesquisa “Memória do Centro Pedagógico da UFMG: o ensino e a aprendizagem em História (1954-1968)” utiliza-se do arquivo escolar do Centro Pedagógico (CP) localizado no campus da UFMG com os objetivos de (1) Levantar e organizar documentos relacionados aos primeiros anos do centro pedagógico, quando essa instituição era nomeada de Ginásio de aplicação; (2) Digitalização de documentos encontrados para a criação de um banco de dados digital; (3) Conscientização sobre a importância de criar e manter um arquivo escolar permanente. Para alcançar tais objetivos, os processos metodológicos realizados são levantamento bibliográfico sobre arquivos escolares que demonstram sua utilidade didática e de pesquisa; construção de um panorama desses no Brasil e o levantamento, no arquivo escolar existente, dos documentos relacionados ao recorte específico. Os resultados do levantamento no arquivo escolar do CP mostram documentos mais oficiais, como folhas de ponto de professores e funcionários, registros de matrícula, resultados finais de ano escolar e atas de reuniões de professores. O arquivo não possui muitos documentos que demonstram o ensino de história no recorte, como provas e trabalhos, documentos esses que a lei permite o descarte. Os documentos encontrados também estão em má condições, devido não terem sido propriamente mantidos. Portanto, podemos concluir que o CP, seguiu um padrão de salvar os documentos que são obrigatórios por lei e não por um critério da importância dos documentos no ponto de vista de uma futura pesquisa. Assim, existe uma necessidade de

conscientização para a importância de criar e manter os arquivos escolares, mantendo documentos que demonstrem as atividades escolares para melhor pesquisa na área de educação.

Os códices da Secretaria do Interior de Minas Gerais: relatórios e outras fontes

Débora Cristina Alves da Silva
debora.cristina542@gmail.com

Ivangilda Bispo dos Santos
ivangildabs@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: História da educação, Fontes, Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Esta apresentação objetiva divulgar documentos sobre educação em Minas Gerais (1903-1907) presentes nos códices da Secretaria do Interior desse estado – localizados no Arquivo Público Mineiro (APM). O levantamento foi realizado durante a iniciação científica, referente ao projeto "O processo escolarizador: escola e civilização no Brasil (séculos XIX e XX)", em que tivemos a oportunidade de trabalhar com dez códices contendo, cada um, uma média de seiscentos documentos anexados. Entre cartas, telegramas, ofícios, petições, atestados, recibos, mapas de matrícula, exames de admissão de professores e pedidos/processos de exoneração acreditamos que os relatórios dos inspetores escolares destacam-se devido à riqueza de informações. De forma geral, apontaremos os documentos mais recorrentes e suas potencialidades no campo da História da Educação por meio de uma exposição centrada nos sujeitos e nos conteúdos identificados nas fontes levantadas. Esperamos com isso contribuir, mesmo que de forma introdutória, com o desenvolvimento das investigações no âmbito educacional a partir da divulgação de fontes que não são, até o momento, muito trabalhadas, e nos permite (re)construir histórias sobre instituições, práticas pedagógicas e gestões escolares no começo do século XX.

Dionísio Hage (1935-2006) e a história didática regional no Pará

Geraldo Magella de Menezes Neto
geraldoneto53@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História regional, Livros didáticos, Pará.

O ensino da história regional apresenta-se como uma demanda em vários estados do Brasil. Por conta da produção historiográfica brasileira se concentrar por muito tempo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e da produção de livros didáticos serem originários em sua maioria desses estados, a narrativa da história do Brasil acabou por valorizar os acontecimentos e personagens ligados à região sudeste. No Pará, desde o início do século XX há a produção de livros didáticos que tentam abordar a história do estado ou da Amazônia, atentando para suas particularidades. A partir dos anos 1960 destaca-se na produção didática regional o nome de Dionísio João Hage (1935-2006). Nascido em Santarém-PA, Dionísio Hage lecionou em várias escolas de Belém e ocupou vários cargos públicos no Estado do Pará, vários deles ligados à área da educação. Hage foi autor de alguns livros didáticos sobre a história do Pará, tais como: História do Pará (1962), Pontos da nossa história (1970), Estudos Sociais do Pará (1971), Estudos paraenses (1993) e Estudos Paraenses e Amazônicos (2003). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as contribuições de Dionísio Hage para uma história didática regional, problematizando os conteúdos veiculados por essas obras, suas seleções e exclusões; as transformações nas abordagens da história regional dos anos 1960 até os anos 2000; os tipos de exercícios propostos; e as influências das experiências sociais de Dionísio Hage na sua forma de narrar a história regional. Entendemos que os livros didáticos de Hage são indícios de uma cultura escolar no Pará relacionada à história regional na segunda metade do século XX e início do XXI.

Educação e Progresso no discurso de Manoel Bomfim

Bruna de Oliveira Fonseca
bna.oliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual, Educação, Manoel Bomfim.

Nascido em Aracaju no ano de 1868, Manoel Bomfim viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Na capital, Manoel Bomfim atuou como jornalista, mas, sobretudo, se dedicou a educação. Atuando em diversos cargos e funções ligados a instrução pública e mesmo quando circulava em outros espaços, como as redações de periódicos e no congresso, a educação era a inspiração de Manoel Bomfim. Contrariando a intelectualidade de seu tempo, Manoel Bomfim negava a veracidade das teorias racialistas levando diversos pesquisadores a considerá-lo um rebelde e esquecido visto que suas teses não tiveram grande repercussão. Atualmente, Bomfim tem sido amplamente estudado, todavia há um destaque para sua produção intelectual sobre a questão nacional em detrimento a sua faceta como educador. Deste modo, o presente artigo visa a ampliação do conhecimento sobre o Manoel Bomfim enquanto educador e militante da educação. Para tanto, será destacado o entendimento de Bomfim sobre a o papel da educação na formação da nação brasileira a partir do seu discurso O progresso pela instrução proferido na solenidade de formatura da Escola Normal no ano de 1903. Ao discursar para as recém-formadas, Manoel Bomfim além de entusiasmar as professoras pontuou suas expectativas para a educação no Brasil. O referido discurso apresenta o cerne do pensamento de Bomfim sobre o papel da educação, entendido pelo educador como a via possível para o progresso e a inserção do Brasil a modernidade. A fim de alcançar o objetivo recorreu-se a História Intelectual como norteadora teórico-metodológica. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente aos espaços de poder. Com isso, ressalta-se a importância do estudo de sua trajetória, uma vez que entender a trajetória de vida de Manoel Bomfim pode esclarecer uma série de perguntas a que sua produção intelectual em si não responde. No que tange a análise do conteúdo, preocupou-se em agregar a este estudo a ferramenta de análise do texto que mescla texto e contexto, a obra com a vida do de seu autor.

Helena Antipoff, a Escola Nova e o teatro de bonecos no Brasil

Tânia Gomes Mendonça
tania.mengomes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teatro de Bonecos, Escola Nova, Helena Antipoff.

Este trabalho objetiva apresentar a relação entre a popularização do teatro de bonecos no Brasil, a difusão das idéias da Escola Nova e a vinda da psicóloga russa Helena Antipoff em 1929. A sua mudança se deu devido ao fato de que o governo de Minas Gerais, dentro de um projeto educacional – a Reforma Francisco Campos – Mário Casasanta –, cuja base teórica eram as propostas do movimento da Escola Nova, decidiu criar a Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, com o objetivo de formar educadoras já diplomadas para realizar uma reforma nas escolas primárias e secundárias do estado. A fim de conformar o quadro de professores da nova instituição, Helena Antipoff foi convidada para lecionar a disciplina de psicologia educacional – o que foi aceito pela intelectual, a qual, então, veio para o Brasil. Antipoff mudou-se para o Rio de Janeiro em 1944 e, após alguns anos, promoveu o surgimento da Sociedade Pestalozzi do Brasil, instituição que ofereceu os primeiros cursos de teatro de bonecos no país, os quais contribuíram para a formação de vários grupos de teatro desta linguagem cênica no Rio de Janeiro. Esses, por sua vez, estimularam a criação de outros coletivos teatrais em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. A partir da trajetória e das redes de sociabilidade de Helena Antipoff, podemos tecer a ideia de que os primeiros cursos de teatro de bonecos do Brasil possuíam forte relação com a psicologia da educação e os conceitos da moderna pedagogia vinculada ao escolanovismo. Com base na proposição de que a inteligência infantil possui uma estreita ligação com a cultura, a instrução e a sociedade, é possível afirmar que Antipoff pretendia incrementar as atividades práticas das crianças brasileiras por meio da arte do teatro de bonecos, oferecendo, assim, mais oportunidades para que tal público desenvolvesse suas habilidades e seu raciocínio. Antipoff, portanto, criou pontes para que o teatro de bonecos fosse popularizado no Brasil dentro de sua perspectiva de que a inteligência infantil era, também, sócio-histórica e que, por isso, necessitava ser incentivada dentro do âmbito da moderna pedagogia, cujo movimento se mostrou crescente no Brasil a partir dos anos 1920. Assim, objetiva-se apresentar a estreita ligação entre o desenvolvimento do teatro de títeres e as novas ideias pedagógicas que passaram a ser difundidas em nosso país a partir do início do século XX.

Educar para a paz: Cecília Meireles, leitora de Eric Maria Remarque

Denilson de Cássio Silva
denicult@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; Paz; Educação; Cecília Meireles; Eric Maria Remarque.

A presente comunicação analisa a perspectiva político-educacional da escritora carioca Cecília Benevides de Carvalho Meireles, em torno das ideias de pacifismo, de antibelicismo e de antimilitarismo. Tem-se como objetivo principal compreender as tomadas de posição da autora diante do problema da guerra e da paz, com ênfase na leitura e na interpretação das obras do escritor alemão Eric Maria Remarque. Os recortes espacial e cronológico justificam-se por corresponderem à cidade em que Cecília Meireles nasceu, fixou residência e atuou na esfera pública, exercendo a função de cronista, jornalista e diretora da Página de Educação do Diário de Notícias. Exemplares desse periódico constituem as principais fontes de investigação, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A metodologia baseou-se na busca e na identificação de títulos das crônicas, que assinalassem o tratamento de questões relativas à paz, à guerra e à interlocução com Eric Maria Remarque. A seguir, os referidos textos foram lidos e analisados, situando-se os mesmos no espaço mais amplo da edição, sobretudo, em relação às manchetes, à seção de política internacional e às páginas em que as crônicas foram inseridas. Os resultados parciais dessa pesquisa demonstram que Cecília Meireles colocou-se contra o fenômeno histórico da guerra e defendeu uma ideia de paz para além da perspectiva instrumental de desarmamento, destacando a premência de se criar disposições pacíficas, por meio de uma educação transformadora, alinhada às diretrizes do movimento escolanovista. Em consonância com seu pacifismo ativo, Cecília Meireles revelou afinidades com as ideias de Eric Maria Remarque, valendo-se das obras deste para fortalecer seus argumentos. Verificou-se que a educadora exerceu uma apropriação crítica de determinadas ideias de Remarque, referenciando-as, buscando pontos em comum, sem, contudo, omitir as especificidades existentes. As conclusões, embora incipientes, apontam para a valorização de uma perspectiva universalista de Cecília Meireles, cujos argumentos destacam possibilidades de entrelaçamento das características nacionais com a humanidade em geral. Cabe destacar que esse estudo integra um esforço mais amplo de investigação, ligado ao desenvolvimento de uma tese de doutorado, e que as observações aqui discutidas deverão ser estendidas e aprofundadas.

A educação em interface com a Comunicação: Hora Educativa da Rádio Inconfidência

Leide Mara da Conceição Cota
leidem.cota@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rádio Inconfidência, Educação, Práticas educativas.

A comunicação tem como objetivo apresentar as práticas educativas realizadas por meio da Rádio Inconfidência no período entre os anos de 1936 e 1945. Para tanto serão apresentados os dados do programa Hora Educativa, transmitido pela emissora a partir de setembro de 1936. Os dados analisados se concentram no primeiro ano do programa em que se verificou a difusão de conteúdos do currículo escolar bem como era organizado de acordo com as orientações da educação escolar formal de Minas Gerais naqueles tempos. Dessa maneira foi possível concluir que a Rádio Inconfidência atuou ao lado da escola na educação em Minas Gerais, notoriamente em um período político marcado por forte controle estatal sobre as comunicações, a cultura e a educação.

Estudo do currículo do curso de licenciatura em educação do campo/campus Arraias

Joélia dos Santos Rodrigues
joeliasantos@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Formação de professores, Educação do campo.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os dados de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é o estudo sobre a formação de professores, tendo como objeto de estudo, o currículo do curso de Licenciatura em Educação do Campo Códigos e Linguagens – Artes Visuais e Música, da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias, especificamente em aspectos relacionados às habilitações Artes Visuais e Música, tendo como base o processo de formação dos primeiros graduandos. Para isso, foram selecionados a partir da análise documental, o Projeto Pedagógico do Curso, Ementas das disciplinas, o Plano Nacional de Educação (2014/2024) e revisões bibliográficas. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em autores das áreas da educação, currículo, Artes e Música: Apple(2011), Sacristan(2000), Santomé(1998), Queiroz e Marinho(2005), Dozza(2009); Pereira e Silva(2017). A partir da década de 90, suscitaram inúmeras indagações e reflexões acerca do currículo no contexto da política educacional. Ressaltam a importância do professor e da comunidade escolar na organização e materialização do currículo, pois os mesmos são agentes principais na construção do currículo que se materializa nas escolas e nas salas de aulas, portanto o currículo associa-se ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Logo, é fundamental compreender de forma crítica como o currículo e as práticas pedagógicas se fazem na escola, visto que as instituições e seus agentes distribuem valores ideológicos mantendo conhecimentos necessários à manutenção das composições econômicas, políticas e culturais de uma minoria (APPLE, 2011). Nessa direção, os dados iniciais do estudo apontam a necessidade de uma reestruturação do projeto pedagógico do curso, no sentido de discutir e promover alterações no que diz respeito à fusão, desmembramento, inclusão e/ou exclusão de disciplinas, assim como uma revisão criteriosa das ementas. Assim, este estudo se reveste de importância devido à necessidade que se tem de estudar a estrutura curricular, como uma alternativa propositiva para uma possível reformulação do PPC, propiciando de certa forma a resolução de possíveis problemas encontrados, como forma de garantir um melhor desempenho do curso.

A Trajetória do Ensino da Arte no Brasil: Do Modernismo aos Parâmetros Curricular

Delson Aguinaldo de Araujo Junior
delsonjunior_bh@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Pretende-se com essa pesquisa enfatizar a trajetória percorrida pelo ensino formal da arte no Brasil do movimento Modernista as legislações dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Dois grandes marcos teóricos para a consolidação dessa disciplina para o currículo formal escolar. A educação escolar no Brasil percorreu um longo caminho, foram os padres Jesuítas responsáveis pela implantação da catequese e o ensino, para os colonos e povos indígenas, grande ateliês artísticos foram consolidados, havia necessidade de todo tipo de formação, artífices, artistas como arquitetos, pintores, escultores, nas diferentes funções, entre diversas outras habilidades, que os índios aprenderam com os padres inacianos. O Marques de Pombal foi responsável pela expulsão dessa ordem religiosa da Metrópole e suas Colônias, ficando uma lacuna no campo educacional no Brasil vindo a ser sanada em parte com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, com a corte em solo brasileiro necessitava-se de médicos, juristas entre vários outros profissionais de formação acadêmica, o primeiro curso de humanas foi através da implementação da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro, através do contributo do conde de Marialva responsável pela missão francesa que veio trabalhar para a corte. Nesse momento prevalecia à linguagem do barroco e rococó, a missão francesa veio para romper com esse estilo que era visto como antiquado e desatualizado, implantando o neoclassicismo, grande marca de proposta de ruptura ocorreu com os modernistas o ápice ou marco de referencia foi a Semana de Arte Moderna, de 1922, esse intelectuais procuravam romper com a arte acadêmica e com a arte europeia, o nacionalismo estava em voga a educação formal sofreu importantes intervenções por esses artistas que atuaram juntos com a política de Estado Novo de Getúlio Vargas. Muitos e importantes caminhos foram percorridos, legislações implantadas, nomes de referencia com Paulo Freire, estiveram à frente de secretarias, a qual tornou-se um direito a todos, o ensino fundamental e médio passou a ser dever do estado e o superior através de mérito. O ensino de arte sofreu varias intervenções e mudanças mas sempre presente no currículo escolar, passou a valorizar a arte popular em detrimento da arte erudita, as minorias foram reconhecidas no campo

da arte através de suas manifestações e os Parâmetros Curriculares foi o legitimador do ensino da arte, nesse trabalho pretende-se esmiuçar essa rica trajetória.

História Transnacional e Educação na América Latina

Laís Olivato
laisolivato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da educação, História transnacional, Ensino mútuo.

O objetivo dessa apresentação é apresentar as aproximações historiográficas entre a História da Educação e a História Transnacional a partir do estudo das políticas educacionais do século XIX na América Latina. Para isso, pretende-se mapear as produções recentes que entrelaçaram esses dois campos de saber a fim de analisar como esse campo de pesquisa vem se constituindo entre os historiadores da educação. Em seguida, discutir-se-á a história das políticas educativas latino-americanas que implicaram na formação de Estados Nacionais. Sabe-se que as abordagens recentes centradas na História Transnacional tem permitido o alargamento do olhar para as questões educacionais desse período. Contudo, ainda constitui um desafio para o historiador da educação trabalhar com o espaço geográfico ampliado e a quantidade de fontes que essa metodologia requer.

O bordado na pesquisa em História da Educação: uma revisão bibliográfica

Isabella Brandão Lara
isabellabrandaolara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação feminina, Bordado, Trabalhos manuais, Gênero e educação.

Este trabalho integra uma pesquisa de mestrado em andamento intitulada “O ensino do bordado no tecido da cidade: um estudo sobre gênero, identidades e educação feminina em Belo Horizonte nas décadas de 1950 e 1960” e tem como objetivo fazer um debate inicial sobre a relação entre a prática de trabalhos manuais e a formação de mulheres no século XX. Para isto, foram selecionadas publicações dos últimos 30 anos (1987-2017) que se encontram em revistas científicas periódicas, em bancos virtuais de teses e dissertações, bem como em bibliotecas públicas de Belo Horizonte, utilizando-se das seguintes palavras-chave: “trabalhos manuais”, “trabalhos em agulha”, “educação feminina”, “bordado”, “prendas domésticas”, e “história das mulheres”. Após a leitura e triagem dos textos, chegou-se a um corpus de 9 trabalhos que descreviam a experiência da prática do bordado tanto em ambientes escolares como não escolares. A análise dos resultados demonstrou que os trabalhos manuais, sobretudo o bordado, foram utilizados na educação de mulheres para diferentes finalidades, mobilizando diversas áreas do saber, de modo direto e indireto. No caso da educação escolar, a prática do bordado atuou como auxiliar do ensino das primeiras letras e números e compunha, sobretudo, a disciplina de trabalhos manuais. Além disso, tanto na escola como na família e na comunidade, o ensino do bordado também serviu para inculcar noções de feminidade nas jovens, induzir comportamentos, ocupar mentes ociosas, reproduzir símbolos e crenças religiosas, dar distinção social e promover um ofício que gerasse fonte de renda para as mulheres mais pobres. O bordado chegou a ser considerado por alguns autores como “parte da natureza feminina” ou “quase como uma segunda característica sexual das mulheres”, devido a estreita aproximação entre o gênero e os trabalhos com a agulha. Diante deste cenário, esta apresentação busca refletir como os elementos deste fazer manual contribuem na formação do que se entende por feminidade ao longo do século XX.

Educação feminina na Nicarágua e no Brasil: profissionais ou “donas de casa”?

Maria Julia Alves Garcia Montero
maju.montero@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Instrução feminina, Educação de mulheres.

O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Alfabetização de mulheres: a experiência da CNA-Nicarágua (1980) e do MOVA-SP (1989-1992)”, realizada no programa de pós graduação em Educação: História, Política e Sociedade, da PUC-SP. A comunicação aqui apresentada traça um panorama sobre os processos de instrução feminina na Nicarágua e no Brasil, apresentando suas semelhanças e diferenças. Tal panorama se mostrou necessário para o desenvolvimento da pesquisa central pois contribuiu para a análise e compreensão do estágio em que se encontrava a educação das mulheres em ambos os países nos períodos analisados, e como tal educação se desenvolveu. As análises aqui apresentadas são resultado de vasta pesquisa bibliográfica a respeito do tema – desde o período colonial até os anos de 1980 na Nicarágua e início dos anos 1990 no Brasil. A investigação indicou que a instrução das mulheres esteve desde cedo intimamente vinculada à necessidade de sua preparação para as tarefas no espaço doméstico e para atividades religiosas – enquanto homens tinham sua educação na maioria das vezes fora de casa e direcionada para atividades produtivas. Quando iniciam suas atividades educativas fora do espaço familiar, a característica de preparação para o mundo doméstico se mantém, dando-se prioridade para matérias como costura. Ainda, as mulheres deveriam ser educadas por serem responsáveis pela educação das crianças em casa e, por isso, deveriam estar aptas para a tarefa. A partir dos processos de urbanização e industrialização e a necessidade de profissionalização das mulheres, o magistério passa a ser o local predominante para as mulheres – com as Escolas Normais transformando-se em um gueto feminino. Tornar-se professora passa a ser um dos únicos caminhos para a profissionalização e consequente independência para as mulheres – muito, ainda, por conta da relação estabelecida entre educação e cuidado. No Brasil, o acesso ao ensino superior para as normalistas será, durante muito tempo, restrito a carreiras relacionadas à educação (como Pedagogia e Letras), fazendo com que ainda hoje esses sejam espaços predominantemente femininos – realidade compartilhada com a Nicarágua, em que há uma maioria de mulheres na carreira docente.

Muito além do magistério: as mulheres que pensaram a educação brasileira

Kelly Morato de Oliveira
kellymorat@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Intelectuais, Educação, Mulheres.

Concebida no final dos oitocentos e mantida ao longo do século XX, a ideia da figura feminina vocacionada a educar a infância se fez muito presente no imaginário republicano brasileiro. As mesmas mulheres que outrora não possuíam o direito a educação e ao ensino, em uma mudança de perspectiva, não menos excludente e problemática, ligadas as questões de gênero, figuravam como as agentes ideais para o exercício do magistério. Os homens, em contrapartida, ao deixarem as salas de aulas, acenderam aos cargos e questões administrativas relativas a educação. E mais do que isso, figuraram como os principais articuladores de um projeto educacional para o país ao longo do século XX. Ao pensarmos nomes ou mesmo ao analisarmos documentos que marcaram as disputas em torno dos projetos educacionais para o país - como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 - ou mesmo os nomes encarregados de ocupar os Ministérios ligados à Educação, a historiografia pouco nos apresenta nomes de mulheres. Não porque elas não existiram. Sendo assim, em uma versão inicial, meu trabalho busca estabelecer relações entre a História da Educação, a História da Historiografia e as questões de gênero entre 1989 e a primeira metade do século XX. Pretendo debruçar-me sobre o trabalho de mulheres intelectuais - entendendo- as como mediadoras culturais, tal como defende Angela de Castro Gomes - no campo da educação durante este período e seu consequente apagamento na historiografia.

A faculdade de educação da UFMG: o percurso de uma história e seus destinos

João Victor da Fonseca Oliveira
joaoprates2009@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho ocupa-se em identificar, analisar e compreender os modelos de formação de professores nas décadas de 60 e 70, no percurso da criação da Faculdade de Educação, em 1968. Como possibilidade de pesquisa propomo-nos a pensar as práticas, as representações e as relações dos intelectuais envolvidos na criação da Faculdade de Educação da UFMG e a elaboração de modelos de formação de professores no âmbito da Universidade. Importa-nos perseguir o percurso de institucionalização da Faculdade, de modo a tomá-la como expressão do movimento reformista universitário ocorrido na década de 1960, bem como dos processos de modernização e desenvolvimento postos em circulação. Um conjunto expressivo das fontes utilizadas estão localizadas no Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação (CEDOC-Fae) e na Coleção Memória, da Biblioteca Central. As décadas de 1960 e 1970 trouxeram consigo uma profusão de interferências que atravessam vários campos sociais, dentre os quais, a Educação. Acerca da formação necessária à docência não havia consenso, e mesmo identificando pontos críticos, tensionais característicos da convivência e do cotidiano, das disputas, falamos, pois, de práticas e representações, de apropriações e recursos que concorriam e pleiteavam a plasticidade desse conceito. Uma concepção que se entrecruzava à cadência em que se formalizavam os currículos, disciplinas, perspectivas metodológicas de ensino e investigação, instrumentos de ensino etc. Imersos no mosaico de professores, alunos e saberes por meio dos quais se forjaram modelos de forma associados à atuação e às formas de organização dos sujeitos envolvidos. Sob a ótica da instituição, a criação das novas unidades, o investimento no tripé: ensino, pesquisa, extensão, modela uma maneira de conceber tal formação. Acreditamos que no bojo das discussões que propuseram o rearranjo institucional da Universidade, e a instalação de uma Faculdade criada para esse fim, amplia as possibilidades voltadas para essa formação, na medida em que mobiliza novos repertórios para pensar o problema. Permanências nas continuidades compilam a tradição de dar nome ao novo, sem com isso, distanciar-se de práticas e representações que permanecem. Por fim, quisemos pensar a memória como recurso

indispensável à constituição de uma identidade institucional. As instituições são, dessa forma, feitas de peças separadas, e num arranjo tão disforme e diverso que cada peça, a todo instante, faz seu próprio jogo.

D. Silvério Gomes Pimenta: um educador ultramontano

Luciano Conrado Oliveira
conrado150279@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: D. Silvério, Educação, Ultramontanismo.

As preocupações dos ultramontanos com as questões relacionadas à educação estavam presentes na diocese de Mariana desde as primeiras atuações de D. Antônio Ferreira Viçoso, em meados do século XIX. D. Silvério Gomes Pimenta, como herdeiro de D. Viçoso e bispo de Mariana na passagem do século XIX para o século XX, também demonstrou suas preocupações com a formação de cunho católico ultramontano para a juventude da época. Nesse momento o Brasil passava por um processo de tentativa de laicização das instituições, que de certa forma preocupava os membros da Igreja Católica. Para demonstrarmos a atuação de D. Silvério como educador ultramontano, analisamos os documentos (cartas, ofícios, comunicados etc) presentes no Arquivo da Arquidiocese de Mariana. A partir da análise desses documentos foi possível observar as orientações desse religioso para a educação da juventude, tendo como tríade essencial para uma boa formação dos jovens a educação familiar, a educação sacerdotal e a educação escolar. Para embasar nossas pesquisas, procuramos realizar a análise de trabalhos de autores como Pierre Bourdieu, Riolando Azzi, Sergio Miceli, Ivan Aparecido Manoel, entre outros. As pesquisas realizadas sobre o período da Primeira República no Brasil demonstram como os membros da Igreja católica estavam preocupados com a formação dos jovens, principalmente no sentido da constituição de um conjunto de fiéis que pudesse fazer perdurar os ideais católicos. Nesse sentido, entendemos que através das pesquisas relacionadas a D. Silvério teremos um exemplo de como atuavam os sacerdotes católicos no campo educacional nesse período.

O repertório republicano na criação e primeiros anos da Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte (1911-1927)

Luisa Marques de Paula
luisadepaulam@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais, Repertório Republicano, Belo Horizonte, Medicina.

Este trabalho pretende analisar a relação entre a Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte, fundada em 1911, e a própria cidade, inaugurada em 1897 para ser a nova capital de Minas Gerais. Propõe-se discutir os valores republicanos típicos do espectro político mineiro vigente no começo do século XX que perpassaram a fundação de Belo Horizonte e da citada instituição de ensino, primeira faculdade de Medicina a ser fundada no Brasil após a Proclamação da República. Interessa-nos, de forma mais objetiva, a análise do repertório educacional mobilizado por diversos intelectuais do período e que envolve, entre outras coisas, a associação entre instrução pública, progresso e civilização, bem como o uso de vocabulário médico para dar conta de assuntos do âmbito social, como se pode notar, por exemplo, na recorrente expressão “salvar a Nação”. Para tanto, além da revisão bibliográfica plausível, utilizaremos como fonte a obra “Subsídios para a Fundação da Faculdade Livre de Medicina de Belo Horizonte”, que traz amplo apanhado sobre o projeto de criação da Faculdade e sua implantação; as atas das reuniões de Congregação da Faculdade Livre de Medicina entre 1911 e 1919; bem como relatos autobiográficos que abordam a história da instituição e também dos primeiros anos de Belo Horizonte.

O Corpo Discente Da Escola Normal De Ouro Preto Na Década De 1870

Jumara Seraphim Pedruzzi
jumarapedruzzi@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal de Ouro Preto, Corpo discente, século XIX.

O trabalho ora apresentado possui como foco de análise o corpo discente da Escola Normal de Ouro Preto (1872-1879). A referida instituição foi criada ainda na primeira metade do século XIX, a partir do artigo 7º da lei provincial nº 13, no dia 28 de março de 1835. Após vários fechamentos e reaberturas, estabeleceu-se definitivamente no ano de 1872, através da lei nº 1.769 de 1871. Assim, no presente trabalho propõe-se o estudo dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto no contexto da década de 1870. Como fontes, o estudo valeu-se de documentos produzida no interior da própria Escola, localizados no Arquivo Público Mineiro (APM), como: atas, relatórios, correspondências, entre outros. Também fez-se uso dos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais na Assembleia Legislativa Provincial, e de periódicos que circulavam na cidade de Ouro Preto no recorte privilegiado da investigação. A partir da análise das fontes, constatou-se que os alunos da Escola Normal ouro-pretana, apesar de não serem numerosos, demonstravam bom rendimento no curso de formação docente. Também observou-se a inserção cada vez maior das mulheres no corpo de alunos da instituição ao longo da década de 1870. Aos poucos, o número de moças matriculadas supera o de rapazes, seguindo a tendência nacional de feminização do magistério no período.

Implantação e implementação do ensino médio: o caso de uma escola do campo em Canabrava-TO

Elizabeth Alves da Costa
elizabethalves@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Implantação, Ensino médio, Implementação, Formação de professores.

O ensino médio, etapa final da educação básica é importante para a formação integral dos indivíduos, para a educação de crianças, jovens e adultos como forma de possibilitar a compreensão da realidade social em sua totalidade, oportunizando sua transformação. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo compreender e refletir sobre o processo de implantação e implementação do ensino médio na escola do campo nomeada Escola Estadual Profª Zulmira Magalhães, enfatizando como se deu esse processo, as dificuldades enfrentadas para que esse processo fosse realizado e também como se deu a formação de professores para atuarem em tal nível. Como abordagem metodológica foi utilizada a pesquisa qualitativa, dos tipos estudo de caso e análise documental e como instrumento de coleta de dados foi feita entrevista com a diretora na época em questão. Foi possível observar que a implantação do ensino médio possibilitou a conclusão da educação básica para os alunos, possibilitou a inserção de alguns sujeitos no mercado de trabalho mais preparados e qualificados, possibilitou o ingresso em cursos de graduação e, posteriormente, em pós-graduações e, acima de tudo, possibilitou a formação integral dos sujeitos e inclusão dos mesmos na sociedade. A implantação desse nível de ensino, considerando as características e necessidades dos sujeitos do campo, atende as políticas públicas da educação do campo, ou seja, o direito à educação no campo, do campo e para o campo, de modo que essa educação para os sujeitos do campo seja ministrada no seu local de origem e não na cidade, fato que a tornaria descontextualizada da vida do sujeito do campo, ou seja, essa educação deve ser pensada de acordo com a cultura dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, que forme e conserve identidades, com seus valores, suas memórias e saberes e que esses estejam vinculados as necessidades humanas e sociais.

Educação e memória: a trajetória da Escola Municipal Albino

Maria Sebastiana Reges da Silva

marse.reges@gmail.com

Roberta Rocha Ribeiro

letras.roberta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Escola Municipal Albino, Comunidade remanescente quilombola/Kalunga.

Este trabalho tem o intuito de analisar a trajetória da Escola Municipal Albino, navegando entre o passado e o presente, por meio de memórias, bem como das experiências pedagógicas dos professores responsáveis pelo surgimento e pelo funcionamento atual dessa instituição de ensino, localizada no campo. A referida unidade escolar fica em uma Comunidade remanescente quilombola/Kalunga, na região do Mimoso-Albino, aproximadamente a 100 km da cidade de Paranã-TO. Segundo informações de moradores da Comunidade, a Escola Municipal Albino foi fundada em agosto de 1972. Sem prédio próprio, a escola funcionou durante muitos anos na residência do docente da instituição, em classe multisseriada. No final de 2009, foi construída pela prefeitura uma sala de aula, em um único cômodo. Nessa estrutura, funcionava sala de aula e cantina. Em 2014, o município construiu a sede da escola, em alvenaria, porém não foi realizado o acabamento da construção. Também não houve a entrega dos móveis necessários, o transporte escolar não foi devidamente organizado, as estruturas necessárias para o sistema de saneamento básico, energia elétrica não foram devidamente construídas. Diante desse contexto, para a produção desta pesquisa, que está em andamento, a abordagem metodológica utilizada é a pesquisa qualitativa, com a finalidade de buscar compreender a memória da escola em questão no âmbito da Educação Quilombola e do Campo. Questionários semiestruturados, na modalidade oral, serão aplicados com o primeiro professor e fundador da unidade escolar, meus pais e pais de alunos. Minhas memórias como aluna e como atual docente da referida instituição de ensino também serão arroladas neste estudo. Serão discutidos, nessa perspectiva, se os direitos dos educandos quilombolas estão sendo respeitados. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da Educação do Campo (ARROYO, 1999), nas concepções de Freire (2005), nos estudos acerca da Educação Escolar Quilombola (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Resolução nº 08/2012 CNE/CEB Brasília, DF) e em conceitos gerais de Memória (TEIXEIRA & FREIXO, 2010). Enfim, fica claro que já houve mudanças no

decorrer destes 45 anos de existência da Escola Municipal Albino, considerando sua fundação e permanência. Contudo, é evidente que há a continuidade de situações precárias no que concerne à educação escolar desses quilombolas/camponeses. É preciso discutir a realidade em tela em prol da garantia de direitos.

Os impactos do fechamento de escolas do campo no município de Combinado/TO

Eva Santana Malheiros
evasantana@uft.edu.br

Cleidiane Pereira de Almeida
cleidienepereira@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Camponeses; Escolas do Campo; nucleação escolar.

Em dias atuais, vemos que o campo brasileiro está se engajando em um novo movimento, em que as inquietações dos trabalhadores do campo aparecem na falta de possibilidade de trabalhar e se manter no campo, uma vez que a política do fechamento de escolas se torna mais ameaçadora para essas populações, comprometendo os estudantes a permanecerem na escola. Dessa forma, tal movimento luta pela consolidação do campo, enquanto espaço que tem sua singularidade, na qual precisa ser considerada de forma plena, através de implementação de novas políticas voltadas para as especificidades dos povos do campo. Pereira (2017) salienta que o fechamento das escolas do campo é um exemplo expressivo da negação de direitos, pois rompe com os vínculos estabelecidos entre a comunidade e a escola. Para o município/estado é melhor desativar uma escola do campo e convencer os pais dos alunos a matricular seus filhos na cidade do que investir em políticas que favorece a comunidade do campo. Com uma escola e educação de qualidade para os filhos dos sujeitos do campo empregando também na formação continuada dos professores que trabalham nas escolas do campo. Dessa forma, o campo precisa ser compreendido como um espaço que predomina a diversidade de elementos e formas de organização que se constitui como um espaço de existência. A partir dessa afirmação, o movimento por uma Educação do Campo tem sua base nas contradições sociais do contexto de uma educação voltada para o meio rural, em que possui uma história permeada pela negação do próprio campo que promove uma dissociação entre escola, cultura e realidade. A presente pesquisa pretende diagnosticar os impactos sofridos pelos camponeses do município de Combinado/TO em decorrência do fechamento de escolas do campo, além de contextualizar a Educação do e no Campo em seus aspectos históricos, legais e conceituais. A metodologia da pesquisa se constituirá através da pesquisa bibliográfica e a História Oral de forma prática. É importante salientar que a História oral surgiu com avanços da tecnologia, metodologia esta que é

utilizada para escrever a história nos dias atuais e a memória retrata as representações dos fatos passados onde a sociedade passa a se pensar no futuro. Para tanto, essa pesquisa será embasada nos autores que dizem respeito a memória coletiva e história oral como, Michael Pollak, (1989), Maurice Halbwachs (1950), Paul Thompson.

ST 16 - Ensino de História e prática docente

Ana Carolina Oliveira Alves
anacarolinaoa@hotmail.com
Mestranda em História
UNICAMP

Henrique Dias Sobral Silva
henriq_sobral@hotmail.com
Mestre em História
UFRRJ

Proposta do Simpósio

O simpósio temático “Ensino de História e prática docente” busca, principalmente, ampliar e reafirmar um necessário diálogo entre Universidade e a comunidade escolar, fomentando o intercâmbio de vivências e ações coletivas das múltiplas instâncias que compõem o ensino de História. Partindo da premissa de que a prática docente constitui um grande campo de atuação daqueles que se dedicam à disciplina da história, consideramos importante e necessário repensar e questionar constantemente nossas práticas, a fim de aperfeiçoar cada vez mais nossa atuação, compreendendo a sala de aula como campo de pesquisa. As pesquisas em Ensino de História vêm se constituindo a partir da construção conjunta das áreas de educação e História. O antagonismo entre teoria e prática deve ser abandonado por reproduzir espaços desiguais de poder na estrutura curricular. Devemos, nesse sentido, discutir a formação de professores a partir de uma necessária relação entre teoria e prática advinda das próprias atividades escolares. Enquanto campo de conhecimento, o espaço da sala de aula reflete a interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, ele pode se constituir em atividade de pesquisa. Essa proposta se alinha também com uma opção

política de defesa da educação pública, que envolve a necessidade de debates em torno de políticas públicas e de formas de resistência a recentes ataques sofridos pela educação. Especificamente, o momento atual tem se mostrado profícuo para tais discussões pelo posicionamento de grupos em torno de diretrizes supostamente livres de ideologia e que se relacionam diretamente ao ensino de História. O exercício da profissão professor de História é complexo e demanda uma permanente reflexão que sirva para fomentar a própria prática. Nesse sentido, consideramos que esse espaço de diálogo se torna essencial. Esperamos reunir pesquisadores e docentes da educação básica que se proponham a trabalhar certos eixos temáticos, desenvolvendo discussões sobre a produção acadêmica e pesquisas referentes ao ensino da disciplina. A disciplina escolar e suas matrizes, o currículo, os componentes didáticos e suas narrativas, a formação de professores e os processos relacionados ao Ensino de História no Brasil são alguns dos eixos que esperamos discutir neste simpósio.

Comunicações

As implicações dos programas de avaliação no Ensino de História

Alex de Oliveira Fernandes
ralexoferndes@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

O objetivo dessa comunicação é apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação (FaE/UFMG) acerca do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE) e de suas interfaces pedagógicas com o Currículo Básico Comum (CBC) da disciplina de História. O PAAE foi utilizado por professores das escolas da Rede Pública Estadual de Minas Gerais, entre 2005 e 2016, com os objetivos de realizar diagnósticos da aprendizagem escolar dos alunos ao longo do ano letivo, fornecer informações para intervenções pedagógicas com o intuito de promover a melhoria da aprendizagem e assegurar, pelo aprendizado dos CBC, um padrão de ensino para os alunos. A lógica que justifica o programa é a de que diretores, professores das escolas e equipe pedagógica devem atuar analisando os relatórios das avaliações para reverter seus dados em ações escolares integradas, promovendo, principalmente, melhorias no desenvolvimento das competências e habilidades contempladas nos CBCs das diversas disciplinas escolares. Para as pretensões desse trabalho priorizou-se a análise pedagógica dos itens de teste do PAAE, das concepções de avaliação, teórico-pedagógica e de ensino-aprendizagem sob as quais se fundamenta o programa. Os resultados indicam que o programa instaurou uma cultura de testes padronizados nas escolas, limitando a perspectiva curricular presente no CBC da disciplina de História. O PAAE estabelece uma conexão bem-sucedida entre avaliação e currículo, uma vez que os itens de teste presentes nas provas contemplam os eixos temáticos, os temas, os tópicos e as habilidades da disciplina de História, garantindo, assim, o anunciado pelo programa no sentido de estreitar a relação entre avaliação e currículo. Entretanto, a busca pelo alinhamento entre o que é necessário ensinar e avaliar promoveu o estreitamento curricular com prejuízos para o ensino de História. A transformação do CBC em matriz de avaliação fez com que a concepção de ensino dessa disciplina, os procedimentos, as metodologias, assim como as Diretrizes presentes nessa proposta curricular, ficassem em segundo plano, devido à ênfase dada à proposta curricular, que, de forma

prescritiva, definiu as habilidades priorizadas no processo de ensino. Observou-se, uma contradição entre o anúncio do caráter inovador dos itens utilizados como recurso pedagógico de uma concepção de “Educação por competências” e a presença hegemônica de questões tradicionais da disciplina de História.

A tecnologia para dentro de sala: O uso de mapas conceituais no ensino de História

Gilvan Gaspar de Melo
gilvangmelo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Mapas conceituais; Aprendizagem significativa; Tecnologia; Estratégias de aprendizado; C-Map.

O recente veto de Lei Estadual que proibiria o uso de celulares em sala de aula, em Minas Gerais, trouxe a tona o despreparo de nossas instituições para com o uso da tecnologia no ambiente escolar. Mais do que proibir, ou não, deve-se procurar a forma de tornar esta, e outras ferramentas digitais, aliados do aprendizado. Evidencia-se que o poder público não tem acompanhado os avanços tecnológicos e, pior, nossos professores não tem se atualizado e se preparado para este "novo mundo", como bem mostram pesquisas como as de Pavanelli-Zubler e Gonçalves onde, de forma geral, a "tecnologia" utilizada no ambiente escolar resume-se em projetores (PowerPoint e outros) e vídeos. Amparados nas disponibilidades digitais e nos pressupostos da Teoria de Aprendizagem Significativa de Ausubel, onde ressalta-se a relevância do conhecimento prévio, temos novos universos como no trabalho de Novak, que encontra uma forma de trabalhar estes conhecimentos pela construção de mapas conceituais que, através de representação de conceitos e proposições estruturam o conhecimento concernentes a determinado assunto, venham a tornar o aluno um agente ativo de sua formação em sala de aula. Assim, o desafio é motivar o aluno a ser este agente ativo, através de sua estrutura cognitiva, aliado ao compartilhamento destes saberes pessoais por atividades com sujeitos de seu ambiente social e os mapas conceituais são ferramentas tecnológicas, disponíveis até mesmo em dispositivos moveis como "smart-phones", e que podem propiciar a transformação da sala de aula de agentes passivos centralizados no professor, como usualmente se tem hoje, em um ambiente de pro - atividade. Recente estudo da UNICEF informa que três de cada quatro crianças entre 10 e 12 anos utiliza "smart-phone" e que nos leva a questão: Até quando o professor vai ficar afastado dos recursos digitais disponíveis para a educação? Aqui é apresentado a utilização de softwares geradores de mapas conceituais em sala de aula.

A utilização da cartografia no ensino de história

Walisson Deoclecio Quadros
walissonquadros@gmail.com

Yolanda Aparecida de Castro Almeida
yolandauneb@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Pretende-se nesta pesquisa abordar a importância da utilização da cartografia nas aulas de história do 6º ano do ensino fundamental II, além de identificar como o mesmo é trabalhado no espaço escolar. O professor de História tem como papel social e profissional ensinar os alunos a compreender os fatos históricos, sujeitos históricos, o espaço/tempo, a interpretação e análises de documentos para a formação da criticidade individual. O estudo de mapas pode auxiliar o professor neste processo, tornando a compreensão do espaço mais completa, analisando um mapa a criança tende a compreender as localizações geográficas de cada estado, e assimilar que o mesmo evento que ocorre em um continente não pode ser necessariamente aplicado em todo espaço em um mesmo período. histórico. A pesquisa utilizará o método qualitativo para avaliar os estudos de campo contando com observações em sala de aula considerando o objetivo de identificar a maior necessidade de aplicação do estudo de mapas, entrevistas, possíveis intervenções, e uma avaliação após todo o processo para identificar os resultados obtidos após a utilização dos mapas.

História e Ensino de História na perspectiva da Educação para o Patrimônio

Tamires Celi da Silva
tamiresceli@hotmail.com

Wemerson Felipe Gomes
wemersonfelipe10@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História; Patrimônio Cultural; Educação; Ensino.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de prática pedagógica que possibilite articular História, Ensino de História e Educação para o Patrimônio; que, nessa perspectiva, pode ser pensada com o intuito de desconstruir uma visão linear e descontextualizada da História. Nosso esforço se justifica devido a uma conjuntura em que o crescente desinteresse pela História (enquanto disciplina e processo social) demonstrado por crianças, jovens e adultos se tornou uma questão central no debate sobre Educação e Ensino de História no Brasil. Esse desinteresse, que, de modo geral, envolve a escola como todo, i.e., possui implicações nas diversas “disciplinas escolares” e diz respeito a maneira mesma com que a escola é organizada (tempos, currículos, arquitetura etc.), vem se manifestando de forma particularmente insistente em relação a História. Isso se dá, sugerimos, sobretudo devido ao modo com que geralmente os estudantes são apresentados a essa “disciplina”. Visto que os aspectos destacados acima apontam para necessidade de se articular novas formas de se pensar o saber Histórico em sala de aula, uma possibilidade, que exploramos, é a complexa, embora absolutamente profícua, relação entre História e Educação para o Patrimônio. Partindo de algumas de nossas experiências com projetos de Educação para o Patrimônio (apresentados no âmbito da disciplina Trabalho Interdisciplinar de Grupo – TIG/ Uni/BH), realizados com estudantes de escolas da rede pública, discutimos, entre outras coisas, a Educação e ensino de História na contemporaneidade, os novos paradigmas da educação contemporânea e apresentamos, brevemente, algumas possibilidades de abordagens de temas vinculados ao Patrimônio Cultural em sala de aula. De modo geral, insistimos que pensar a História (e o Ensino de História) na perspectiva da Educação para o Patrimônio implica – entre várias outras coisas – em pensar que a História está necessariamente vinculada a realidade dos estudantes e que, portanto, é preciso partir dessa realidade para discutir temas presentes no ensino de História. Conceitos como historicidade e noção de tempo;

memória individual e coletiva; preservação do patrimônio material e imaterial; política e cidadania, se juntam a metodologias como a da História Oral para nos auxiliar a pensar historicamente a realidade na qual estamos inseridos e, assim, problematiza-la.

As ações do PIBID e suas interlocuções com a história pública

Leonara Lacerda Delfino
leonaralacerda@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Ensino de História; PIBID.

O presente artigo tem por objetivo compreender os espaços de produção do conhecimento do ensino de história, através das ações do Programa de Iniciação à Docência, e suas interlocuções com a história pública, isto é, aquelas narrativas que não se restringem ao meio acadêmico, mas que integram outros veículos e saberes diferenciados, tais como: filmes, documentários, novelas, quadrinhos, redes sociais, teatro, livros de ficção-histórica, etc.. Nesse sentido, pretendemos tecer um estudo de caso da experiência dos licenciandos bolsistas matriculados no curso de história da Universidade Federal de Alfenas e suas atividades de iniciação à docência, entre 2016 a 2017. Com efeito, devemos discutir como tais veículos e narrativas influenciam na construção da consciência histórica dos sujeitos aprendentes (alunos das escolas públicas) e dos professores em formação (licenciandos bolsistas), a partir da experiência de dialogicidade construída pelo programa de iniciação à docência. Outrossim, consideramos que os saberes mobilizados nestas ações são sempre múltiplos, heterogêneos e multirreferenciados, isto é, não são forjados apenas pelo espaço escolar, ou pela universidade, mas neles são ressignificados e re-contextualizados de acordo com as configurações de poder e contingenciais próprias dos espaços de construção da história ensinada.

PIBID de História e a interdisciplinaridade: um estudo sobre o Rio Tocantins

Maycon Dougllas Vieira dos Santos
mdougllas0@gmail.com

Wedster Felipe Martins Sabino
wedster.sabino@mail.uft.edu.br

Walkeny Izidio Soares Macêdo
walkenyizidio98@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: PIBID; História; Interdisciplinaridade; Rio Tocantins; Oficinas Pedagógicas.

Este trabalho teve como objetivo apresentar os registros e estudos produzidos sobre a temática do Rio Tocantins no âmbito das experiências vividas pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Subprojeto de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e alunos do ensino básico do Colégio Estadual Doutor Pedro Ludovico Teixeira, localizado no município de Porto Nacional. A metodologia de estudo baseou-se nos registros realizados em forma de oficinas pedagógicas, que tiveram como temática principal o Rio Tocantins e a formação histórica da cidade de Porto Nacional, problematizados nos aspectos culturais, ambientais, econômicos, históricos, políticos e sociais, conferindo um estudo interdisciplinar. A metodologia de oficinas escolhida para este trabalho teve como premissa a participação ativa dos estudantes do ensino básico da escola, reforçando a metodologia dialógica empregada pelo Subprojeto de História. Como resultado principal obteve-se a produção de materiais didáticos, que auxiliarão professores de diversas áreas, conferindo uma contribuição significativa do trabalho interdisciplinar e do enriquecimento da história e memória local.

Voz delas: novas práticas didáticas através da horizontalização dos saberes

Fernanda Gabriella Silva Ribeiro
fernandagabriella16@gmail.com

Taynara Isabele Marques
tatamarques95@hotmail.com

João Batista de Oliveira Dias
jbdias@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Documentário; Práticas Didáticas; Consciência Histórica.

A presente apresentação trata da produção do documentário Voz delas, realizado ao longo de 2017. O trabalho reúne a equipe do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UFMG) e os alunos(as) das escolas estaduais Pedro II e Walt Disney, localizadas na cidade de Belo Horizonte. O intuito do documentário foi registrar depoimentos de alunas destas escolas envolvendo a temática das desigualdades de gêneros, contextualizá-las historicamente e transformar todo o processo de produção do material em práticas didáticas capazes de estreitar laços entre os variados saberes que fecundam o processo de aprendizagem. Dessa forma, a metodologia usada segue na linha freireana, na lógica de uma educação emancipatória, capaz de transformar o sujeito aluno em cidadão ativo. O debate sobre o lugar da mulher nos vários espaços sociais ainda é um tema pouco trabalhado em sala de aula. Considerando que um dos objetivos do ensino de história não é meramente repassar um conteúdo, mas desenvolver a consciência histórica e o senso de cidadania dos estudantes, a construção e a utilização do documentário em sala de aula se mostra extremamente importante, tanto para os professores quanto para os alunos, na medida em que apresenta como resultado saberes distintos e igualmente privilegiados, horizontalizando a produção do conhecimento. O formato documentário enfatiza o lugar de fala e de protagonismo dos alunos, dando sentido prático ao aprendizado em suas vidas.

Histórias em Quadrinhos e Ensino de História: itinerários possíveis

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em Quadrinhos; Ensino de História; Teoria e Metodologia no Ensino de História.

Busca-se estabelecer balizas teórico-metodológicas para a utilização de uma fonte ainda pouco explorada no campo do ensinar e aprender História: as Histórias em Quadrinhos, também denominadas pela sigla HQs. A proposta aqui delineada visa a contribuir ainda para a construção de instrumentais que proporcionem aos historiadores licenciados estratégias mais adequadas para transitar pelo mundo histórico configurado pelas HQs. Parte-se do pressuposto de que as histórias em quadrinhos não devem ser utilizadas apenas como uma ferramenta para que o professor de História torne suas aulas “mais atrativas”, mas como uma prática cultural, uma forma de se pronunciar, debater, questionar questões políticas, sociais, econômicas de uma época, do momento de sua produção. Uma questão a ser problematizada é justamente como professor pode instrumentalizar os quadrinhos na construção do saber histórico, relacionando-os com o conteúdo ensinado e, ao mesmo tempo, interpretá-los como um diálogo com o tempo em que foram concebidos. Para tanto, articula-se a questão às orientações de documentos de caráter normativo como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular, além de considerar obras em quadrinhos que foram incluídas no âmbito do extinto Programa Nacional Biblioteca (PNBE). Assinalam-se ainda, de forma secundária, aspectos de natureza epistemológica que contribuíram para a aceitação das histórias em quadrinhos em práticas docentes.

O negro no livro “História do Pará”, de Benedicto Monteiro (2006)

Amanda Martins Olegário
amandamolegario25@gmail.com

Geraldo Magella de Menezes Neto
geraldoneto53@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História do Pará; Livro didático; Negro.

Desde a regulamentação dos currículos escolares no século XIX no Brasil, os conteúdos de História priorizavam a história da Europa, afirmando que estudar o continente europeu era estudar a história da humanidade e da civilização. Nessa abordagem, o destaque era para o branco colonizador nos livros didáticos, marginalizando outros personagens históricos importantes para a formação do país como o negro. Questionamentos a essa abordagem são feitos ao longo do século XX com a renovação da historiografia, e no início do século XXI, com as reivindicações do Movimento Negro, foi criada a Lei 10.639/03 a qual torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, abrindo espaço para pesquisas sobre o assunto e ocorrendo mudanças nos livros didáticos tanto nacionais quanto regionais a fim de se adaptarem a Lei. Então, passados os anos desde a promulgação da Lei, de que forma esses materiais didáticos estão abordando o negro e sua história? Em quais assuntos tal personagem aparece? Quais fontes são utilizadas para falar sobre o negro? As imagens se referem somente à escravidão? Como nosso trabalho é baseado numa produção regional, cujas questões estão focadas na História do Pará, escolhemos como fonte o livro do autor paraense Benedicto Monteiro (1924-2008), História do Pará (2006), utilizado em algumas escolas públicas do Estado do Pará. Para analisar as representações do negro na obra de Benedicto Monteiro, dialogamos com autores que tratam sobre o livro didático e sobre as representações dos negros como Circe Bittencourt (2004), Nilma Lino Gomes (2005), Warley Costa (2006), Itamar Freitas (2009) e as autoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Renata Moraes (2009). Esta pesquisa faz parte do projeto de Iniciação Científica intitulado Reflexos da Lei 10.639/03 na produção didática regional: representações do negro no livro didático de História da Amazônia (anos 1990-2000) desenvolvido na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), localizada na cidade de Belém do Pará.

“Deserto-me eu-mulher e não temo”- Literatura de autoria feminina negra

Leliane Amorim Faustino
lelianefaustino@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Negro; Literatura Feminina Negra; Ensino de História.

Este trabalho é parte do PIBID/CAPES, do subprojeto PIBID-História da UFOP, desenvolvido na Escola Estadual Dom Pedro II, em Ouro Preto, no qual se busca atender à lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis de ensino de instituições educativas públicas e privadas do país. A mulher negra é o ponto central desse projeto educativo que objetiva ressignificar as sensibilidades historicamente constituídas. Desse modo, desenvolvemos juntos aos discentes um processo de reconstrução de significados e empoderamento, visto ao processo histórico da escravidão e seus desdobramentos na região. Em busca disso, desenvolvemos através de oficinas os conceitos de racismo, sexismo e machismo sofridos pelas mulheres negras proporcionando a análise e um pensamento reflexivo acerca do lugar condicionado a elas e o processo de destituição e violência simbólica decorrente desta lógica. A partir disso, optamos pelas temáticas relacionadas ao feminismo negro em confluência a literatura de autoria feminina negra enquanto produtora de conhecimento, assim, perpassando por diversas linguagens de produção e construção do saber.

"Pra que estudar o passado?" Apoio ao aprendizado escolar de História

Brenda Nataly de Paula Castelari
brendahist13@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: República Velha, Esporte, História do Rúgbi.

O projeto visa aproximar a universidade da escola, atenuando as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem em História no ensino fundamental. A orientadora atua junto com discentes do curso de História da UEMG Campanha na Escola Estadual Benedita Roquim, realizando atividades de extensão que visam aulas de apoio ao aprendizado na disciplina História. Os objetivos principais são de contribuir para um conhecimento amplo e crítico da história, dar noção de pertencimento e comparar acontecimentos no tempo. Foram traçadas metas e planejadas as atividades, os alunos puderam expor oralmente suas expectativas e estão sendo implantadas atividades, com variados recursos metodológicos. A participação e empenho da comunidade escolar tem sido de grande ajuda para desenvolvimento do projeto.

A representação dos sujeitos na Proclamação da República nos livros didáticos

Pollyanna Rodrigues Alves Chaves
pollyannahistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Livro Didático; Sujeitos; Representações.

Este trabalho busca mostrar os resultados alcançados durante o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica intitulada “As composições narrativas em textos didáticos de História”. Nosso objetivo consistia em identificar e fazer um levantamento de como os sujeitos são representados no evento histórico “Proclamação da República”. Além disso, observamos se a escrita desses textos contribui para que o aluno compreenda o processo histórico que desencadeou o evento histórico estudado e se as datas apresentadas estão inteligíveis para o aluno do Ensino Fundamental. Utilizamos como fonte os livros didáticos que foram aprovados no PNLD 2017-2019, que foram distribuídos para o rede pública de ensino.

O audiovisual como ferramenta de ensino

Vinícius Aguiar Vasconcelos Carneiro
aguiar.professor@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gymnastica, instituição não escolar, instituição escolar.

O principal objetivo deste trabalho é fazer uma breve revisão bibliográfica sobre os movimentos históricos entre a educação e o audiovisual no Brasil durante o século XX, com um especial enfoque aos usos do audiovisual nas aulas de história. Para isso, o estudo proposto foi dividido em dois momentos. No primeiro momento é realizada a análise de uma literatura direcionada a formação de professores e os diversos usos dessa tecnologia em sala de aula, para que posteriormente seja possível explorar as práticas que surgem a partir dela. No segundo momento, busca-se investigar a legislação, e em especial a LDB de 1971 e de 1996 e os PCNs, com o objetivo de compreender como se configurou a interação entre a legislação e prática docente, no que diz respeito aos usos dos recursos audiovisuais. A partir desse processo procura, também, destacar as linguagens utilizadas dentro do espaço da sala de aula e como elas se modificam conforme o surgimento de novas tecnologias, alterando as relações estabelecidas dentro daquele espaço.

Ensino de História dos Traumas Coletivos: O Diário de Anne Frank sob perspectiva

Jairo Fernandes da Silva Júnior
jairo.fernandes1994@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Traumas Coletivos; Tempo Presente.

Este trabalho tem por objetivo discutir sobre a necessidade de Políticas educacionais voltadas para o ensino de História dos Traumas Coletivos, além de demonstrar as diversas possibilidades que traz o Diário de Anne Frank com ferramenta para o ensino de História da Shoah. Estando dentro do grande campo de estudos sobre ensino de História dos eventos traumáticos motivo condutor deste trabalho está baseado na afirmativa de Fraçois Dosse sobre o Renascimento do acontecimento, visto que, no tempo presente, há necessidade de lembrar fatos perpetrados por seres humanos contra os próprios seres humanos. Alguns conceitos do século XX estão ressurgindo ressignificados, tais como nacionalismo e novas formas de fascismos, assim como uma crescente considerável de teses revisionistas e negacionistas ao regime Nazista alemão. A utilização do diário de Anne Frank como ferramenta para o ensino de História da Shoah é de fundamental importância não só por seu alcance internacional, mas também por sua ampla capacidade de promover discussões sobre problemáticas do nosso tempo, tais como racismo, preconceito e alteridade.

Estudantes resignificando a relação com o bairro Confisco através da fotografia

Luíza Rabelo Parreira
luizarabeloparreira@hotmail.com

Gislaine Gonçalves Dias Pinto
gislainediaspinto@gmail.com

Moacir Fagundes de Freitas
freitasmoacir13@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: gênero, Futebol, Formação, Projeto, Família.

Este trabalho objetiva discutir a intervenção realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Imagem (NINFA_UFMG) na Escola Municipal Anne Frank, localizada no bairro Confisco, que está na divisa entre Belo Horizonte e Contagem. As turmas de sétimo ano estavam envolvidas no projeto “Entre o diário de Anne Frank e a HQ: estudantes construindo a história de seu bairro”, que pretendeu possibilitar o desenvolvimento do protagonismo juvenil, promovendo uma experiência pedagógica fundada no conceito do educando como sujeito da construção do próprio conhecimento. A situação problema geradora do projeto foram os conflitos que ocorriam na sala de aula a respeito dos estudantes serem ou não moradores do bairro Confisco. Meninos e meninas acusavam-se (culpando-se mutuamente) por serem moradores deste local. Havia uma rejeição ao território que habitavam e tentavam se livrar de certo estigma, de uma marca negativa advinda da condição de ser morador daquele novo, pequeno e dividido bairro. Ao pesquisar a história de seu bairro, esses jovens perceberam através de fotografias antigas e depoimentos das chamadas "pessoas-livro" como houve luta social para que o bairro prosperasse e se indignaram ao perceberem que a imagem veiculada pela grande mídia sobre a comunidade era bastante negativa. Sendo assim, resolveram agir e mostrar às pessoas qual a visão dos moradores sobre o bairro que vivem. Num mundo imagético e das redes sociais, a maneira mais adequada que encontraram foi através de fotografias, que seriam um contraponto ao estereótipo cruel vendido pela mídia. Para tanto, foi necessária uma preparação técnica, que foi ofertada por estudantes da UFMG, por meio do grupo NINFA, que ministraram um Workshop sobre a história da fotografia e alguns conceitos básicos para se fotografar, além de acompanharem as saídas fotográficas das turmas. A série fotográfica denominada "Confisco

pelo Confisco" resultou em uma exposição fotográfica, que pôde ser vista não só no bairro, mas em vários espaços da cidade, gerando autoestima para a população local e fazendo os estudantes criarem um sentimento de pertencimento a um grupo e a um lugar. A definição conceitual da exposição abarca a história do bairro a partir da abordagem historiográfica que focaliza não a história oficial, mas sim a história do cotidiano, das pessoas, dos moradores do bairro, sujeitos históricos que sempre foram colocados à margem. Tratada de forma única e sensível, essa ação rendeu elogios da mídia.

Narrativas docentes sobre (re)existência da cultura indígena no Vale do Rio Doce

Flávio Luciano da Anuniação
flaviolanunizacao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, Belo Horizonte, política.

As reflexões deste texto traduzem o nosso esforço em visualizar e compreender como os professores de História da Rede Estadual de Governador Valadares/MG se relacionam com o ensino de história e da cultura indígena em suas práticas em sala de aula. Buscaremos entender também, quais os desafios e possibilidades que esses professores encontram para se ensinar a história dos povos indígenas do Vale Rio Doce. Cabe destacar que, em 2018, completa-se 10 anos da promulgação da lei complementar 11.645, sancionada em 10 de março de 2008 que institui estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, tendo como principal perspectiva resgatar as contribuições dos diferentes grupos étnicos na formação cultural da sociedade brasileira. Do ponto de vista metodológico, utilizaremos de entrevistas semi-estruturadas com três professores Rede Estadual de Governador Valadares, cujo intuito consiste em entender quais as experiências emergem de sua prática com o ensino de história dos povos indígenas do Brasil e do Vale do Rio Doce. Os principais achados dessa investigação evidenciaram que a inclusão da temática indígena deve-se muito mais a iniciativas de professores de forma individual do que a uma preocupação institucional ou dos setores governamentais em capacitar os docentes para a aplicação da lei. Esses professores, de modo particular, sentem-se engajados com a questão e procuram realizar atividades mais sistemáticas com seus alunos. São raros os casos em que a instituição assume a importância da temática e apóia e/ou orienta os docentes para a efetiva inclusão da história e cultura indígena. Posto isso, se, por um lado, reconhecemos os desafios para a implementação da inclusão da temática indígena na escola, por outro destacamos o atual ambiente propício para essa inclusão, valendo-nos sobretudo, das narrativas dos professores pesquisados.

Os possíveis dizeres das memórias indígenas a partir de ações educativas

Tamiris Aparecida Andrada da Silva
tamiris.andrada@hotmail.com

Weber Luiz Pereira Moreira
moreiraweber90@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ações Educativas; Comunidades Indígenas; Memórias.

Na tentativa de dar voz às comunidades que tiveram suas memórias ofuscadas pelo domínio de uma perspectiva colonialista e historicizante, ações educativas foram realizadas em alguns municípios do Sul de Minas, abordando a temática: “Tem índio no Sul de Minas?”, proposta da 15ª Semana Nacional de Museus. Por conseguinte, essa questão nos fez propor aos estudantes uma nova resposta para este e muitos outros questionamentos que nos auxiliaram a tecer e desenvolver novos diálogos, os quais salientaram a identidade das comunidades indígenas, tal como a representatividade e a pluralidade das mesmas, ao mesmo tempo em que apresentavam as minorias como sujeitos históricos e sugeriam o distanciamento do imaginário social. Dessa forma, foi fundamental a utilização de recursos visuais, como vídeos documentários, pinturas históricas, bem como a aproximação de artefatos arqueológicos e amostragem de padrões de pinturas rupestres encontrados nas territorialidades próximas aos alunos, a fim de exemplificar as diversas vertentes de se apresentar, discutir e explanar o tema em questão. Além disso, contamos com as contribuições teóricas das pesquisas feitas pela doutoranda em História, Maria Cristina N. De Azevedo (UFOP). As ações aconteceram no município de Baependi, com duas escolas do perímetro rural e uma instalada no presídio local. Já em Caxambu, dialogamos com alunas/alunos e professores de uma escola que localiza-se no centro da cidade. Logo, cerca de 195 estudantes, pertencentes aos 6º, 7º, 8º, 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio participaram das atividades. Assim, ficou evidente que a temática sugerida era tocada pelas comunidades de maneiras diferentes, transformando-se em novas narrativas de acordo com as vivências de cada um dos sujeitos envolvidos. Outro ponto importante se refere à aproximação da teoria com as práticas e especificidades de cada localidade - partindo do topônimo Baependi, o que torna perceptível a necessidade e importância de um ensino de história que usufrui de metodologias que se relacionem com as particularidades do contexto em que os indivíduos estão inseridos. Por fim,

destacamos a participação dos professores e da comunidade externa durante as ações na reflexão junto aos alunos sobre um passado que deixa vestígios revestidos de camadas silenciadas a serem encontradas e discutidas por elas/eles, os quais revelam a riqueza da memória que uma comunidade possui.

Carolina Maria de Jesus e a escola: a música como forma de expressão e cidadania

Thiara Rodrigues da Silva
thiara.rodrigues@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Culturas Urbanas, Futebol amador, história do esporte.

Neste trabalho trago reflexões sobre a importância de trabalhar composições musicais de cunho social dentro de sala de aula, e para isso escolhi as composições da escritora Carolina Maria de Jesus. Carolina, além de escritora, cantora, compositora, a sua maneira foi uma pensadora de sua época. Mesmo enfrentando diversas dificuldades Carolina conseguiu firmar seu lugar, por meio da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, na Literatura Brasileira. E por qual motivo é importante trazer Carolina para dentro da sala de aula? A obra mais importante de Carolina, Quarto de despejo: diário de uma favelada traz reflexão da vida social de uma favela de São Paulo do século XX, mas Carolina foi além produziu romances e embalou canções de sua autoria. Mesmo com uma linguagem simples, reflexo da pouca escolaridade da autora, é possível refletir nas mazelas sofridas e vivenciadas por nossa escritora personagem de suas obras. E além de seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, as composições de Carolina também fazem uma severa crítica às diferenças sociais, ao papel do negro na construção da social e as lutas de mulheres pobres e negras na sociedade brasileira. E ao tentar responder a pergunta “Por qual motivo é importante trazer Carolina para dentro da sala de aula?” Não tem como não pensar em respostas ligadas às vivências dos jovens brasileiros, sobretudo na posição e condição social do jovem pobre, do jovem negro perante a sociedade. Dessa forma vejo que as letras das canções de Carolina podem ser um marco para trabalhar a sociedade brasileira do século XXI e como é de suma importância que as ações afirmativas não sejam discutidas apenas dentro das academias, mas sim com aqueles que sofrem preconceitos e os efeitos do preconceito diariamente.

Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional

Simone Pinto Vasconcellos
simone.spv@gmail.com

Mônica Maria Farid Rahme
monicarahme@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Culturas Urbanas, Futebol amador, história do esporte.

A proposta da Educação Profissional originou-se no século XIX objetivando a qualificação do trabalhador urbano associada à formação moral. Em 1909, foram criadas as escolas de aprendizes e artífices que deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A maioria dessas instituições foi transformada, em 2008, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, a Rede Federal possui como missão a qualificação profissional para os setores produtivos, o desenvolvimento de pesquisas, processos, produtos e serviços. Com esse propósito, as instituições federais oferecem, dentre outras modalidades, o ensino técnico articulado ao médio. Em Belo Horizonte, estas instituições registraram recentemente o ingresso de alunos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), condição que se refere a um continuum de transtornos do neurodesenvolvimento caracterizados por limitações na comunicação, na interação social, além de comportamentos, interesses ou atividades restritos e repetitivos. Tendo em vista a escassa produção científica nacional sobre a inclusão destes jovens nos cursos técnicos e a persistência de práticas educacionais contraditórias e segregadoras nas várias etapas de ensino, a presente pesquisa objetiva analisar o impacto das estratégias educativas no processo de escolarização dos alunos autistas na educação profissional técnica de nível médio, a partir da percepção desses sujeitos, de seus pais e educadores. Para esta investigação, será realizada uma pesquisa qualitativa, envolvendo: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com pais e alunos autistas, e grupos focais com os educadores de duas instituições federais de educação profissional de Belo Horizonte (Minas Gerais). Tendo em vista as dificuldades de comunicação, sociais e comportamentais dos sujeitos autistas, as especificidades do ensino técnico integrado podem acarretar obstáculos ao processo formativo desses alunos quando apresentam dificuldades em se adequar à proposta pedagógica, à metodologia de ensino e à carga horária diferenciada. A

reflexão sobre as experiências de escolarização dos sujeitos autistas na educação profissional pode colaborar com o aprimoramento dos processos de inclusão, ampliando as oportunidades profissionais e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e realização pessoal desses jovens.

ST 17 - História política e relações de poder nos séculos XIX e XX

Simpósio Temático

Douglas de Freitas Pereira
douglasfreitas77@gmail.com
Mestrando em História
USP

Thiago Henrique Oliveira Prates
thoprates@gmail.com
Doutorando em História
UFMG

Maria Visconti Sales
mariavisconti92@gmail.com
Doutoranda
UFMG

Bruno Vinícius de Moraes
bruno_viniciusdemorais@hotmail.com
Doutorando
UFMG

Proposta do Simpósio

As respostas à busca por “novos problemas, novas abordagens e novos objetos”, que caracterizaria a abertura da historiografia no século XX a olhares alternativos, estiveram acompanhadas e orientadas por temas que explodiram como demandas de compreensão na cena pública. Lidar com as heranças do Holocausto, com a emergência da questão racial e de outras demandas identitárias, como o feminismo e os movimentos LGBT e as consequências das lutas revolucionárias e de esquerda que repercutiram ao redor do globo, exigiram a atenção dos historiadores a ferramentas teóricas e acervos documentais até então inexplorados. O entendimento de diferentes formas de atuação política, bem como a ampliação do seu escopo e a identificação de uma diversificada gama de veículos de atuação pelos

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

indivíduos, possibilitou uma série de transformações das representações humanas no esforço da vida em comum, e, conseqüentemente, propiciou olhares multifacetados. Dado o exposto, a intenção desta proposta de simpósio temático é abarcar diálogos com pesquisas de História Política nos séculos XIX e XX. Buscaremos discutir pesquisas que abordem a ampliação da noção de fonte histórica, abrangendo o testemunho e variados veículos de atuação política (como a música, o panfleto, etc) que influenciam nas abordagens dos fenômenos políticos, além dos considerados objetos e abordagens tradicionais da História Política, como o Estado e as disputas relacionadas à conquista e manutenção do seu poder. Acreditando que um diálogo de um espectro amplo de objetos e temas será enriquecedor para o simpósio, pretendemos incluir pesquisas de temas como os “antigos” e “novos” Movimentos Sociais, a relação entre história e memória e as experiências traumáticas que fizeram emergir e fixar neste século questões importantes no vocábulo internacional como “direitos humanos” e “crimes contra a humanidade”. Além disso, o presente simpósio busca estabelecer uma relação entre a história política e as práticas, pensamentos e culturas de esquerda. Se destina àqueles que desejam refletir sobre os grupos de esquerda na história contemporânea, as suas estratégias políticas, hábitos cotidianos, formas de luta e de resistência e suas produções culturais e intelectuais. São bem-vindos os que buscam debater os assuntos mais variados: as multidões francesas em armas; os movimentos operários; os movimentos feministas; a crítica ao racismo; as políticas de identidade; a tomada do Estado por parte dos bolcheviques; os movimentos sociais recentes; as políticas econômicas estatais e a organização do próprio Estado; as guerrilhas latino-americanas e africanas; os movimentos de resistência à globalização; os jornais, livros, revistas e projetos editoriais ligados às esquerdas e a atuação e engajamento intelectual, entre tantos outros temas possíveis. Da mesma maneira, este simpósio se mostra aberto aos que procuram pensar os processos autoritários e violentos em que as esquerdas muitas vezes mergulharam: a repressão política e a censura estatal; os campos de trabalho compulsório soviéticos; os sentidos e razões da violência; a reprodução do machismo e racismo; os personalismos e a centralização política.

Comunicações

A Política Externa de Jânio Quadros sob a ótica do Jornal Lavoura e Comércio

Guilherme Gonzaga Bento
ggonzagabento@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Política externa; Jânio Quadros; lavoura e comércio

A política externa “inaugurada” pelo Governo Jânio Quadros, foi teorizada ainda nos anos 1960 como uma Política Externa Independente - PEI, trazendo em seu corpus o cumprimento de princípios como: a autodeterminação dos povos; a não intervenção; a defesa da paz; a neutralidade do país frente ao conflito da Guerra Fria e a bipolaridade mundial estabelecida; e a mundialização das relações internacionais do Brasil sem preconceito político-ideológico, entre outras diretrizes. O uso das fontes oriundas da mídia impressa permite compreender práticas e representações que extrapolam as fontes oficiais, tornando-se um registro privilegiado da história contemporânea. Por isso, os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações da Política Externa de Jânio Quadros, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas naquele momento, pois traz uma visão diária dos fatos ocorridos. Partindo da lacuna existente quanto às análises da Política Externa Independente, em especial nos sete meses de Governo Jânio Quadros, a proposta que ora se coloca, pretende analisar as representações dadas pela imprensa, a partir do Jornal Lavoura e Comércio, inserido no contexto mundial e brasileiro da Guerra Fria, no entanto, localizado cultural, geográfica e economicamente no interior de Minas e do Brasil. A escolha do Jornal Lavoura e Comércio se dá por três motivos principais: em primeiro lugar pela intenção de sair fora da análise de periódicos do eixo Rio-São Paulo; em segundo para compreender como a imprensa do interior, no caso de Minas Gerais e do Brasil Central, visto que o jornal possuía circulação em outras cidades de Minas e Goiás, representava as questões da política externa do Governo Jânio Quadros a partir do contexto que se apresentava; e em terceiro suprir o hiato de pesquisa que permeia o centenário Jornal Lavoura e Comércio, abrindo novas perspectivas historiográficas. A Política Externa Independente permitiu assim o questionamento do status quo vigente no mundo, e uma nova forma de

inserção do Brasil em suas relações internacionais, de forma a contestar o hegemonismo norte-americano. Queremos assim compreender como um assunto aparentemente distante da população do interior do Brasil era repercutido pela imprensa local, no caso Uberaba.

“Trotsky protesta em demasia”: A visão de uma militante anarquista

Nilciana Alves Martins
nilcianaalves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Emma Goldman; Leon Trótski; Revolução Russa

O presente trabalho tem como objetivo aludir sobre as diferenças existentes entre a percepção da feminista e anarquista Emma Goldman (1869-1940) e a do marxista Leon Trotsky (1875-1940) entorno da centralização e da violência engendrada pelo Estado Bolchevique, relacionando ambas, sempre que possível, com a historiografia sobre o tema. Dito isso, optou-se por comparar escritos dos referidos personagens, buscando salientar sobre a forma como essas questões, e também, o processo revolucionário russo é abordado nos textos e a relação direta entre essas análises e a visão teórica de cada autor. Em julho de 1938, o periódico Vanguard – localizado em Nova Iorque – publica o artigo “Trotsky protesta em demasia” escrito por Goldman, no qual ficam visíveis distinções entre sua visão e elaborada por Trotsky na obra “A Revolução Desfigurada”, que teve sua primeira publicação em 1937. Por isso, esses dois textos serão utilizados, assim como outras narrativas de caráter historiográfico, como forma de ilustrar a consistência histórica das posições e divergências existentes entre os sujeitos analisados.

“Há limite para todas as coisas”: conservadorismo e representação (1881-1884)

Alexandra do Nascimento Aguiar
alexaaguiar13@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Segundo Reinado; Conservadorismo; Representação política

O Conservadorismo orientou visões de mundo e debates, transitando da oposição ao diálogo com o Liberalismo ao longo do século XIX. A presente comunicação é parte de uma pesquisa que enfoca o Conservadorismo como ideologia e tem como proposta situá-lo como norteador dos debates parlamentares na primeira Câmara dos Deputados eleita por voto direto no Brasil (1881-1884). O desenrolar desta legislatura, propiciada pela Lei Saraiva, mostrou-se cenário de combates intrapartidários e de coalizões que prevaleceram sobre a ala progressista no Parlamento. Nosso principal argumento problematiza a pluralidade de pensamentos e de ações políticas dessa Câmara ao indicar a existência de uma linha mestra conservadora compartilhada pelos partidos imperiais Conservador e Liberal que, embora apresentassem propostas políticas dissonantes, eram consensuais quando pensavam nas questões de interesses de grupo

O silêncio cruel em tempos sombrios: Dietrich Bonhoeffer, ação cristã e nazismo

Karina Fonseca Soares Rezende

kaa.rezende@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Protestantismo; resistência; nazismo; teologia

O político e o religioso se imbricam de maneira tão profunda em algumas circunstâncias que é impossível delimitar onde um começa e o outro termina. Algumas ações de indivíduos tanto no passado quanto no presente encontram-se nesta fronteira. As definições de ambos os conceitos não são, em nosso entendimento, rígidas e inflexíveis. As experiências humanas não podem ser definidas por um conceito de religião estático e pouco abrangente. Tão pouco o conceito de política deve contemplar apenas aquilo que se refere ao institucionalizado. Se a política é o espaço da liberdade e da ação do ser humano no âmbito público, como compreende Hannah Arendt, é impossível não considerar espaços que contemplam experiências e práticas religiosas como meios onde a política se constitui. Igrejas, seminários, espaços informais de estudos dominicais, sermões e cultos são exemplos de lugares contemplados nos estudos teológicos, mas não tão privilegiado nos estudos historiográficos que focam em manifestações políticas não institucionalizadas. Dentro desta perspectiva, analisaremos o caso do pastor luterano Dietrich Bonhoeffer e sua vivência na Alemanha Nazista a partir de um de seus sermões proferido em 1937. Desde a posse de Adolf Hitler em 1933, o teólogo se colocou na linha de frente contra o regime – diferentemente da maior parte dos protestantes do período –, se posicionando publicamente sobre os perigos das altíssimas expectativas que a sociedade alemã depositava no Führer alemão, a exclusão dos judeus e o processo de nazificação da Igreja Protestante Alemã. Morto no campo de concentração de Flossenbug após auxiliar na fuga de judeus da Alemanha, dirigir um seminário ilegal, fazer parte de uma operação tiranizada para acabar com a vida de Adolf Hitler e se tornar espião dos Aliados, os caminhos traçados por esta figura nos ajudam a pensar na complexidade das ações políticas dentro de um mesmo grupo religioso. No sermão “Pregando o Evangelho em uma Era Maligna”, observamos as reflexões de Bonhoeffer acerca da responsabilidade de ação dos indivíduos, a culpa da humanidade e a necessidade de se relacionar e se preocupar com o outro sendo levadas para a esfera pública como um ato político. As próprias seleções de passagens bíblicas e alegorias feitas pelo teólogo

nos ajudam a perceber como seu posicionamento e ação política se constitui. Se, para ele, o silêncio diante do mal é o próprio mal, de qual silêncio político e religioso Dietrich Bonhoeffer acusa a Igreja e a Alemanha?

As experiências associativas dos barbeiros, Rio de Janeiro, começo do século XX

Kaio César Goulart Alves
kaio.goulart@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo; barbeiros; Rio de Janeiro

A comunicação analisa as experiências associativas dos "fígaros" no Rio de Janeiro no começo do século XX, dedicando especial atenção às tentativas de organização em associações de tipo sindical, cujo ápice se deu com a decretação da greve dos barbeiros e cabeleireiros em 1919 pela conquista de direitos. Adotamos como fontes correspondências, ofícios, relatórios e jornais da imprensa comercial e da imprensa operária.

Guerra Fiscal na década de 1990: Estados e montadoras

Fernando Marcus Nascimento Vianini
fernandomvianini@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Governo FHC; indústria automotiva; Guerra Fiscal

O texto pretende debater o Novo Regime Automotivo (NRA), aprovado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e suas implicações. Em 14 de dezembro de 1995, o governo lançou a Medida Provisória nº 1.235, o governo federal brasileiro lançou o NRA, com o objetivo de, através de eliminar certos impostos de importação, atrair novos investimentos para o setor automotivo. Logo no início, esta política sofreu pressões dos governos estaduais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, clamando por uma medida que desconcentrasse os investimentos da região sudeste, sendo, assim, aprovada uma lei que garantia incentivos maiores para as empresas que viessem a se instalar nestas regiões. Assim, os governos estaduais iniciaram um processo de Guerra Fiscal, abusando de medidas de desoneração e doação de terrenos para atraírem as empresas para seus estados. A literatura identificou quatro fases, em que gradativamente foram ampliadas as concessões destinadas às montadoras. Como resultado, a guerra fiscal entre os governos estaduais e municipais foi uma competição de puro desperdício, em que as melhorias do bem-estar a longo prazo pareciam ser insignificantes e acarretaram em consequências perversas para outras regiões. Os custos para o governo e a população foram altos e as contrapartidas das empresas, além de superestimada pelo governo, eram incertas e indefinidas. Assim, o NRA significou uma submissão do poder público aos interesses privados, no caso das montadoras de capital externo aprofundou a desnacionalização do maior setor fornecedor da América Latina, permitindo que as empresas de capital nacional fossem absorvidas pelo capital estrangeiro, que por seu turno, recebeu maiores incentivos que as empresas locais. Ademais, a prática de guerra fiscal comprometeu a capacidade financeira dos estados e municípios, distorceu a competição de mercado e acabou reduzindo o investimento privado, que foi compensado pelo aumento dos gastos públicos. Além de não arrecadar tributos, o governo investiu em infraestrutura e modernização para a chegada das empresas, sem haver um retorno à maior parte da população. Foram consultadas fontes primárias e secundárias para a realização deste trabalho.

“El rebelde en la clandestinidad”: o MIR e a resistência para além das armas

Renata dos Santos de Mattos
renatasmattos.rm@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Chile; MIR; ditadura; resistência

No contexto da Guerra Fria, a vitória da Revolução Cubana gerou grande impacto na América Latina. Especificamente no Chile, o cenário internacional produziu forte polarização política e ideológica nos diferentes setores sociais. Além do enfrentamento clássico entre os partidos políticos de direita e esquerda, existiam disputas entre diferentes correntes políticas internas. Enquanto os Partidos Comunista e Socialista alinhavam-se com a tradição política e reformas institucionais, se fortalecia no país uma tendência revolucionária que vislumbrava a luta armada como recurso futuro. Desse modo, em 1965, durante o Congresso de Unidade Revolucionária, nasceu o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), autointitulado como a “vanguarda marxista-leninista da classe trabalhadora e das camadas oprimidas do Chile”. Apesar, da manifestada postura avessa à política tradicional, durante os anos 1970, o movimento fez parte da coalizão que governou o país, a Unidade Popular, liderada pelo presidente socialista eleito, Salvador Allende. Os chamados “mil dias de Allende”, momento de trégua da propaganda e ações armadas do MIR, estavam contados. O acirramento das disputas entre classes, o controle nas mãos da oposição parlamentar, os investimentos estadunidenses e a articulação da mídia e das forças armadas levaram ao golpe de Estado e à morte do presidente. A ditadura Pinochet, imposta a partir de setembro de 1973, assumiu as rédeas do país e definiu seus objetivos: “extirpar o marxismo” e “refundar o Chile”. Sobre as bases do Terrorismo de Estado, o aparato repressivo chileno perseguiu, desapareceu, assassinou e torturou seus opositores, dentre eles, seu inimigo nº1, o MIR. Os anos da ditadura marcaram o retorno às armas, a orientação aos integrantes do grupo foi de permanecer no país e lutar pela liberdade. Desse modo, o MIR transformou-se em sinônimo de resistência armada, associado à coragem pelas ações de seus militantes, mas também à violência. Tendo em vista o seu protagonismo e a fim de apresentar uma faceta distinta desse movimento, o presente trabalho visa analisar brevemente alguns exemplares da publicação clandestina do MIR, divulgada a partir de 1974, “El Rebelde”, e refletir sobre outra forma de resistência ao regime imposto: a escrita. Além disso, pretende-se apresentar

os usos dessa revista como ferramenta de luta, panfleto, espaço de denúncia e convocação das massas.

Trajetória política-institucional da Fiocruz (1988-2003): o público e o privado

Tiago Siqueira Reis
siqueira.treis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Fiocruz; trajetória Institucional; público e privado

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é a principal instituição estatal na área da saúde, vinculada ao Ministério da Saúde brasileiro, responsável pela prestação de serviços em ciência, tecnologia, pesquisa, ensino e produção de vacinas e medicamentos. Para além da sua importância a nível nacional, a Fiocruz é reconhecida como a maior instituição de saúde na América Latina. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a trajetória político-institucional da Fiocruz, a partir da discussão do seu modelo de gestão, entre os anos de 1988 e 2003. Nosso objetivo consiste em identificar os conflitos entre os ideais público e privado relativos à fundação, explorando os itinerários que culminaram na edificação de um projeto institucional de orientação empresarial, tomando como referência o conceito de Estado Ampliado de Antônio Gramsci para compreendermos as relações de poder no interior da entidade. Definiu-se como baliza temporal o ano de 1988, referente ao enquadramento da instituição na personalidade jurídica de Fundação Pública de Direito Público, anteriormente respondia pelo Direito Privado (1970-1988), até 2003, quando define seu modelo de gestão e estabelece o estatuto oficial vigente até os dias de hoje.

A construção da sociabilidade japonesa moderna (1868-1889): A lógica Kokutai

Mateus Martins do Nascimento
duelmaster2008@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Kokutai; História da Ásia; Era Meiji; circulação

O período do governo Meiji é um ponto de inflexão fundamental para admiradores e estudiosos das cultura e história do Japão. Tendo sido alvo de muitas representações tanto por parte da indústria cultural (como na ficção seriada e no cinema) quanto da literatura e outras áreas, o período tem grande presença mesmo no imaginário popular.... Constatamos a recorrência de uma imagem clássica, a qual visamos analisar neste trabalho: por meio da ênfase ao aspecto histórico, a Restauração Meiji, ou, Meiji Ishin (明治維新), significou um conjunto de mudanças sociais, culminando na consolidação do novo regime político de tipo moderno, cujo ponto máximo será a promulgação da Constituição do Império do Japão em 1889. Através dela, novas categorias e estruturas sobre as questões nacional e institucional e novas dimensões de público e privado puderam ser inventadas (se quisermos nos ater a conceituação benedictiana). Este processo como um todo encontra-se na essência da noção de kokutai (国体). Iniciamos este texto com uma constataçãooobservação: quando pessoas são perguntadas e mesmo pesquisas são feitas buscando-se compreender a história da Ásia, a história japonesa em específico, e seu lugar nos conteúdos de história e no consciente coletivo, o ponto de partida histórico canônico das considerações gerais feitas sobre o assunto é o período Meiji, que vai de 1868 a 1912. Necessitamos destacar este fato, pois parece-nos tradicionalmente estabelecido que o Japão ‘surgiu’ na história a partir do séc. XIX em diversos currículos e na historiografia clássica (vestígios de uma matriz curricular notadamente eurocentrada). Embora a problemática que sustenta esta ausência seja-nos importante como pressuposto teórico formador de engajamento nos estudos asiáticos, não nos ocuparemos dela na escrita deste trabalho. No entanto, convém destacar a existência de um “roubo da história” (Goody 2011; 2015) operacionalizado e fortificado pela ascensão de um eurocentrismo normativo na historiografia (conforme apontam Chakrabarty, 2008; Spivak, 2014; Said, 2007; Segrillo, 2014). Atendo-nos a este quadro, temos em vista o problema geral da escrita da história da Ásia, tomando como objeto de estudo o caso japonês. Nossa tese é de que estudar o kokutai (em japonês, 国体) e sua constituição no séc. XIX

nos ajudará a compreender a matriz fundamental do regime moderno de sociabilidade e governabilidade do Japão desde então até os períodos mais.

A primeira proposta de liberdade do ventre e sua discussão no Conselho de Estado

Thomaz Santos Leite
thomazsantos2@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Emancipação dos escravos; Conselho de Estado; política Imperial.

Este trabalho objetiva analisar a discussão acerca da liberdade do ventre escravo no âmbito da política na segunda metade do século XIX. Para isso, partiremos do “Trabalho sobre a extinção da escravatura do Brasil”, projeto escrito pelo Conselheiro de Estado Pimenta Bueno a pedido do então Imperador D. Pedro II, colocando em discussão, nos meandros do Conselho de Estado, a ‘questão’ da escravidão e suas ambiguidades. Em um contexto de expansão de ideias de cunho liberal e abolicionistas, além de processos importantes, como a Guerra de Secessão e a Guerra do Paraguai, os processos de abolição da escravidão vão se espalhando pelo mundo, deixando o Império do Brasil e a Espanha contra a parede. Tais eventos geraram contradições e impasses na discussão do texto entre os personagens da mais alta elite política imperial, o que mostra a complexidade do tema e nos permite enxergar com outros olhos a relação entre escravidão e política no Brasil Imperial.

Democracia real: a experiência curda

Maria Raphaela Campello
maria.luchini@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE:

Neste trabalho pretendemos delinear os contornos da experiência radicalmente democrática empreendida pelos curdos (e seus vizinhos) nos cantões sírios. Traçaremos um panorama geral da história curda na Síria, as relações de poder estabelecidas durante o século XX, em especial com o regime Assad, e suas consequências. A partir daí, analisaremos o confederalismo democrático, teoria que orienta a organização síria, e a experiência atual de auto-gestão, democracia direta e igualdade de gênero.

Born black in this white man'z world: Tupac Amaru Shakur e os Panteras Negras

Vinícius Novaes Ricardo
vinicius_novaesricardo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rap; Tupac Shakur; Gramsci.

Durante a segunda metade do século XX, os EUA se tornou palco de uma intensa e sistemática luta por direitos políticos e pela valorização da cultura negra. Destacam-se uma série de sujeitos e movimentos sociais que se envolveram no que ficou conhecido como "The Civil Rights Movement", mas poucos obtiveram um interesse historiográfico tão elevado quanto os Panteras Negras. Anos depois, a cultura Hip-Hop se consolidou como uma das principais plataformas de discurso e reivindicação política da população negra dos EUA, sobretudo com as músicas de rap. Em vista disso, busca-se na figura de Tupac Amaru Shakur, um dos maiores rappers de todos os tempos, a essência de reivindicação política e de denúncia próprias ao Hip-Hop. Utilizando como referencial teórico pensadores da história cultural, busca-se em suas músicas e trajetória pessoal elementos que possibilitem a compreensão de mensagens de valorização da população negra, bem como seu chamamento para uma luta política. Portanto, partindo dos ensinamentos de Chartier (1991) e Ginzburg (1989), serão elucidadas temáticas como identidade, cultura, violência e revolução, todas muito caras à retórica de Shakur. O procedimento metodológico adotado consiste em: estudo de sua vida pessoal e familiar (os Shakur não são uma família regulada pela consanguinidade, estabelecendo seus laços por uma identificação baseada na luta política revolucionária, como fica evidente com as figuras de Afeni Shakur e Mutulu Shakur, ex-panteras aos quais Tupac se referia enquanto seus pais); análise de algumas de suas músicas (Panther Power, Words of Wisdom, White manz World), pela letra e melodia, identificando as mensagens implícitas e explícitas; estudo do contexto social e histórico em que viveu; levantamento de movimentos sociais que fazia parte e explanação da T.H.U.G. L.I.F.E. (código de conduta criminal que estabeleceu e redigiu com auxílio de Mutulu Shakur). Essa metodologia tem por principal objetivo a identificação de Tupac Amaru Shakur enquanto um intelectual orgânico e anti hegemônico, em termos gramscianos, como é defendido por Mitchell (2014), e como um dos maiores artistas de todos os tempos, que se mantém relevante mesmo duas décadas após sua morte.

Supercifuentes: um super-herói em luta contra o pinochetismo

Gabriela Freitas Rocha
freitas.g@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Chile; ditadura; charge

O assassinato do presidente Salvador Allende, no dia 11 de setembro de 1973, simbolizou a ruptura do Chile com sua “via chilena ao socialismo” proposta pelo governo da Unidade Popular e inaugurou um período de 17 anos em que o poder político esteve nas mãos de Augusto Pinochet. Este capítulo da história chilena foi marcado pelos assassinatos, torturas, exílios e repressão política e cultural contra os considerados simpatizantes dos projetos de esquerda. Em cenários de repressão política, surgem estratégias diversas de resistência política e cultural, dentre elas, as revistas de cultura. Estudaremos aqui a revista “La Bicicleta”, lançada em 1978 e produzida até 1990, cujo recorte temático abrange os movimentos musicais latino-americanos de resistência política. O objeto desta análise se detém com mais afinco a série de charges produzidas pelo cartunista chileno Hernán Vidal, conhecido como Hervi, cujo título, homônimo ao personagem principal, é “Supercifuentes”. Nessas charges, Hervi traça uma crítica ao estereótipo de super-heróis americanos ao transformar um cidadão chileno comum em um super-herói assolado pelos desdobramentos políticos e econômicos do regime de Pinochet. Através desse conjunto de charges de estrutura fixa publicadas regularmente entre os números 3 de 1979 e 49 de 1984 da revista, problemas como: desemprego, repressão policial, censura moral, entre outros, são abordados com uma acidez crítica mais acentuada em relação ao conteúdo restante da revista. O humor, em nossa análise, se torna uma ferramenta política por propor críticas, e consequentemente resistência, apropriando-se de uma linguagem verbal e não-verbal para difundir o ponto de vista do autor em relação à conjuntura política e econômica do país que será consumido por um público leitor que se identifique com as situações representadas. As revistas de humor e a produção de cartunistas, comediantes, e outros artistas têm sido estudadas no campo acadêmico pois, conhecer os signos utilizados para estabelecer a comunicação entre o artista e seu público nos permite conhecer parcialmente a sociedade que analisamos, além de indicar por vezes os limites que a censura de governos ditatoriais impõe aos seus críticos. Pretendemos através desta fonte pouco usual, adotar novas abordagens que permitam

compreender as ditaduras da América Latina através do olhar de outros sujeitos, entendendo a política como o projeto estatal e a resposta dos sujeitos em relação a este projeto.

Guerra Fria, terra seca: o Nordeste na mira dos discursos hegemônicos (1960-1964)

Pedro Carvalho Oliveira
pedro@getempo.org

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria; Nordeste; hegemonia

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma breve e introdutória análise a respeito do interesse dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro entre os anos de 1960 e 1964, visto como região propensa a levantes "subversivos" em decorrência de sua intensa pauperização. Após a Revolução Cubana de 1959 e seu rápido alinhamento ao bloco soviético, os EUA passaram a temer novas revoluções no hemisfério. Assim, em fortes comparações do Nordeste brasileiro com Cuba e outros países onde movimentos revolucionários se iniciaram no campo, documentos da Central Intelligence Agency (CIA), importantes veículos de comunicação como o jornal *The New York Times* e canais de TV como a ABC, entre outros meios de comunicação, reportaram o Nordeste como região de disputa entre socialistas sobre o qual os EUA deveriam intervir. Nesse processo, discursos hegemônicos foram criados e transmitidos e, nesse sentido, é necessário pensarmos como eles foram fundamentais para a) desenvolver um consenso sobre o suposto perigo que representava a região e, assim, legitimar intervenções; b) como estas intervenções dialogavam com imagens particulares existentes no Brasil sobre o Nordeste e c) como estes discursos hegemônicos encontraram respaldo no Brasil. Além disso, diante de uma conjuntura presente na qual o Brasil vive uma intensa crise política amplificada desde aproximadamente 2013, é possível encontrarmos ecos destes discursos, da criação desta imagem, em meio aos antagonismos políticos entre esquerda e direita vigorosamente presentes nos campos onde estes embates ocorrem, como nas redes sociais virtuais, representando assim uma permanência a ser averiguada.

História política do Estatuto do Trabalhador Rural (1960-1963)

Renan Vinicius Magalhães
renan4321@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto do Trabalhador Rural; João Goulart; História agrária; História política; Legislação Trabalhista

História dos direitos trabalhistas no campo: João Goulart e o Estatuto do Trabalhador Rural (1960-1963) A questão agrária é uma temática que permeia toda a história política do Brasil, implicando em muitas lutas, conquistas e retrocessos. O meio rural brasileiro passou por um grande impacto com a Lei Áurea de 1888, a abolição da mão de obra escrava e a transição para o trabalho livre inaugurou um novo modo de relação com a terra e sua propriedade. Como aponta José de Souza Martins, o fim da escravidão tornou a mão de obra livre, porém a terra cativa. Nesse sentido, desde o início do século XX os conflitos agrários no Brasil foram se intensificando, e nas décadas de 50 e 60, ganharam proporções nacionais. No entanto, a posse de terra e a reforma agrária não foram as únicas demandas do meio rural brasileiro, havia um clamor por uma legislação trabalhista que contemplasse os rurícolas em sua totalidade. Desse modo, essa proposta de comunicação se pauta na apresentação e discussão de um projeto de doutorado que começa a ser desenvolvido na UFOP (2017), tomando como orientação a história política das leis trabalhistas no Brasil, especificamente, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Tendo o Estado como instituição legislativa, busca-se nessa proposta: pesquisar os vários partidos e personagens envolvidos no processo político de criação do ETR; analisar os principais partidos políticos envolvidos na discussão acerca dessa legislação, bem como suas posições em relação a esse debate; analisar quais propostas foram acrescentadas e/ou subtraídas durante a discussão do Estatuto; discutir qual foi a participação dos sindicatos rurais na formulação do ETR; verificar a importância e atuação do Deputado Fernando Ferrari, autor do projeto de criação do Estatuto, no meio agrário brasileiro; mensurar a importância de João Goulart para a extensão da legislação trabalhista ao campo dentre outras. Recorrendo para isso, principalmente, aos anais do Congresso Nacional, discursos políticos e à imprensa da época. Como aponta Norberto Bobbio: “Os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem.” Dessa forma, busca-se, através de uma história política, desnaturalizar as leis,

atribuindo-as a lutas e conquistas dentro de um tempo histórico e de uma cultura política, pautadas em interesses de grupos sociais.

"Como éramos cegos": a autorrepresentação dos nazistas no Julgamento de Nuremberg

Maria Visconti
mariavisconti92@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Nazismo; julgamentos de Nuremberg; Perpetradores

A proposta do presente trabalho consiste em lançar o olhar sobre um dos eventos históricos mais marcantes do século XX: o Julgamento de Nuremberg, ocorrido na cidade de Nuremberg na Alemanha entre 1945 e 1946. Pretende-se pensar, sobretudo, a autorrepresentação dos perpetradores, isto é, as atribuições de sentido que os nazistas apresentam para justificar suas ações. Essa construção da narrativa da autojustificação dos nazistas ocorre no momento em que o mundo toma conhecimento dos horrores dos campos de concentração. A historiografia entende, portanto, que existe uma consonância entre a visão elaborada no Julgamento de Nuremberg e a visão que se torna hegemônica no cenário mundial ao se pensar sobre os nazistas como uma representação do mal e como seres humanos diferentes dos demais, tomados por insanidade ou por sadismo. Tal visão se modificaria em 1961, após lançamento do livro de Raul Hilberg, *A destruição dos judeus europeus* e a cobertura do julgamento de Eichmann pela filósofa Hannah Arendt, quando a mesma cria o conceito de banalidade do mal para compreender as ações do burocrata julgado em Jerusalém. A grande questão é que ao ler os relatos dos próprios nazistas durante as longas sessões ao psicólogo Leon Goldsohn, percebe-se que eles tentam atribuir um significado às suas ações e tentam justificar suas práticas sobretudo pelo viés burocrático da necessidade de cumprir o seu trabalho. Também é naquele momento no pós-guerra que está sendo definida o que viria a ser a memória do Terceiro Reich, percebida pela luta política do discurso da acusação e o discurso dos próprios nazistas. Os perpetradores, portanto, buscavam em suas narrativas construir o que seria a memória do governo, do povo alemão, das suas próprias ações e de seus companheiros, mas sobretudo as ações de Hitler enquanto Führer e líder da nação. Em Nuremberg foram julgados 22 homens, dos quais 12 foram condenados à morte por enforcamento. Esse trabalho busca, então, analisar a narrativa dos perpetradores em suas entrevistas a Goldsohn na prisão, no contexto da narrativa que estava sendo produzida sobre estes atores pelos advogados de acusação - todos do bloco dos vencedores da guerra. A batalha pela memória durante o período pós-guerra por parte dos

nazistas auxilia no entendimento dos caminhos e dos passos que nos levam a diversas questões que tocam ainda os dias atuais, visto que, de acordo com o sociólogo Zygmunt Bauman, a sociedade moderna ainda está tomada por esses tempos sombrios.

As configurações de um mundo pós Primeira Guerra - O possível século alemão

Lucas Mendes de Faria Rosa Soares
lucasmendes-de@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Primeira Guerra; Expansão Cultural; Império Alemão

É inegável que o século XX viu uma mudança clara nas forças hegemônicas globais, o poderio europeu estava em declínio. A Primeira Guerra Mundial sedimentou o fim dos impérios e das monarquias, a Segunda Guerra sedimentou o fim da Europa como centro do mundo, mudando de vez as configurações globais de força e influência. No início do século XX, os olhos do mundo estavam voltados para a nação alemã. A pouco tempo unificada, havia saído vitoriosa do último conflito com seus vizinho, firmara-se como potência econômica e industrial e postulara-se como mestre incontestável do concerto europeu. Não era incomum a afirmação de que aquele era, o século Alemão. Este trabalho tem como objetivo analisar essa realidade, os fatores que levaram essa nação ao postulado de potência incontestável, usa presença na Guerra e a configuração geopolítica após o conflito. O fim da Grande Guerra elevou os Estados Unidos de país isolacionista e ator secundário, a uma potência econômica, financeira e militar, esse é o período que observa-se o início da formação dos Estados Unidos como "Arsenal da Democracia", termo que viria a ser utilizado como definidor no durante a Segunda Guerra e o confronto entre democracias e regimes autoritários. Se o século XX poderia ser o século alemão, ele foi sem sombra de dúvidas o século americano, porém, quais seriam as implicações de um século alemão? qual a extensão de uma dominação cultural, econômica e social para todo um mundo globalizado sob uma ótica germânica? haveria uma dicotomia em relação aos aspectos culturais em relação ao que se deu na dominação cultural americana? decerto muitos fatos históricos não teriam ocorrido com essa mudança drástica do mundo, o próprio surgimento do Fascismo e do nazismo foram decorrentes dentre outros das resoluções do fim da Grande Guerra. O que se pretende é o estudo da própria extensão histórica da dominação cultural e social por parte de uma potência e o questionamento principal de se essa prática é natural dos Estados quando postos enquanto super potências ou uma característica peculiar de algumas nações, focando nesse caso no objeto Alemanha.

Economia e Sociedade: Um estudo das transformações econômicas no fim do século XX

Marcos Paulo da Silva
mpsilva29@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Econômica; modelos econômicos; século XX

O trabalho a ser apresentado discute as transformações ocorridas no modelo produtivo no período pós 2ª Guerra, abordando as mudanças nas relações entre os países, com particular enfoque naquelas estabelecidas após o fim da União Soviética e da Guerra Fria. Através de reflexões sobre os trabalhos de Huntington, Hobsbawn, Gramsci, Sato e outros autores, discute-se a nova conjuntura global, e as mudanças proporcionadas por esta nos modelos produtivo e econômico operantes no final do século XX e início do século XXI, entendendo como agentes econômicos foram responsáveis por moldar o cenário político e sociocultural. Este trabalho discute ainda como alguns resultados das transformações decorridas da instituição destes novos modelos econômicos, culturais e relacionais foram responsáveis por alterar o cenário internacional, compreendendo que a oposição ideológica entre sistemas distintos produz formas particulares da sociedade. Por fim, ainda discute-se como países engajados no movimento social-democrata e nas relações internacionais baseadas no comércio se configuram neste novo milênio.

A representação do Esquadrão da Morte no cinema brasileiro da década de 1970

Renata dos Santos Ferreira
rsanfer76@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cinema policial; ditadura; violência de Estado

A pesquisa consiste em estudar a representação do Esquadrão da Morte no cinema brasileiro a partir da análise de três filmes: "Lúcio Flávio, o passageiro da agonia" (Hector Babenco, 1977), "Eu matei Lúcio Flávio" (Antônio Calmon, 1979) e "República dos assassinos" (Miguel Faria Jr., 1979). A proposta é identificar leituras e representações de um momento histórico e político por meio da análise das escolhas estéticas e narrativas dos diretores. Corrupção policial, tortura e denúncia social são elementos que compõem as tramas que apresentam uma visão do Brasil na ditadura civil-militar (1964-1985). Na segunda metade da década de 1970, que é o período que pretendemos abordar nesta pesquisa, essa tendência a explorar a crônica policial no cinema resultou em diversos filmes inspirados em fatos noticiados nos jornais, que alimentaram o imaginário popular com anti-heróis, violência exagerada ou estilizada e uma visão crítica da sociedade, ainda que superficial na maioria das vezes

Um corte transversal no espectro político: Reflexões sobre movimentos negros

Bruno Vinícius Leite de Moraes
bruno_viniciusdemoraes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos negros; História Política; novos movimentos sociais

Diante de uma visão panorâmica, parece predominar no senso comum e na historiografia que cita os Novos Movimentos Sociais, em geral, e o Movimento Negro em particular, a inserção de suas atuações como parte do espectro político das esquerdas. O estudo de tais movimentos em sentido lato (ou seja, tomando não só os movimentos organizados, mas também outras formas de reivindicação e inserção de suas pautas), no entanto, expõe uma realidade mais complexa no período que abordamos. Durante “o breve século XX”, a emergência da pauta identitária ao proscênio da cena política possibilitou elaborações tanto em diálogo com as tradições socialistas quanto de matriz liberal. A proposta desta comunicação é, a partir de estudos iniciais entre os diálogos de mobilizações negras no Brasil com as de origem estadunidense e africanas, discutir a inserção da pauta identitária e luta antirracista como passível de cortar transversalmente o espectro político em uma “Era de extremos”. Acreditamos que, partindo de uma compreensão comum de um problema, é identificando na resposta proposta a este problema, e na forma de autocompreensão dos seus atores políticos, que vislumbramos sua inserção à de direita ou esquerda do período.

O anticomunismo em Cuba no contexto da ditadura de Fulgencio Batista (1952-1958)

Ana Paula Cecon Calegari
anapccalegari@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho insere-se no campo da história política na medida em que se preocupa com os embates pelo poder e sua manutenção. Esta questão mobilizou diversos Estados durante todo o século XX a combater ideologias e ideias num momento em que os conflitos da Guerra Fria opuseram os defensores do comunismo e do capitalismo. As confrontações entre ambos os modelos socioeconômicos apontam para os mecanismos de controle usados, quase sempre, para a repressão política e a censura estatal. Para esta apresentação, faremos a análise do anticomunismo dentro de Cuba por meio da investigação da trajetória dos comunistas vinculados ao Partido Socialista Popular (PSP). Acreditamos que a experiência insular revela os procedimentos oficiais de repressão da ditadura de Fulgencio Batista, mas também aponta para os conflitos políticos que existiam dentro dos grupos de oposição ao regime. Usaremos documentos partidários, como o folheto Carta Semanal, e jornais pertencentes à grupos rivais ao PSP, como o Diariio de la Marina, a fim de contrapor as informação divulgadas e as narrativas feitas nestes meios de comunicação. Pensamos que o caso cubano desvela aspectos de práticas políticas e sociais que foram comuns em muitos partidos comunistas, latino-americanos especialmente, que se vincularam à União Soviética e sofreram dura repressão quando os enfrentamentos do mundo bipolar se acirraram.

Apontamento sobre Teatro e (participação) política

Henrique Brener Vertchenko
henriquevertchenko@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Teatro político; Bertolt Brecht; teatro Moderno

Este trabalho parte de uma indagação acerca do que seria um teatro político. Objetivando, assim, apresentar possibilidades para se pensar historicamente as relações entre teatro e política, serão feitas releituras de sentidos políticos para o teatro construídos no seio da formação de uma ideia sobre a modernização teatral ao longo do século XX. As teorias para o teatro moderno próprias de uma cultura de esquerda pressupõe que nas últimas décadas do século XIX teria ocorrido o começo da crise da forma dramática burguesa, fechada no diálogo entre indivíduos, evidenciando uma contradição crescente entre a forma do drama e novos conteúdos. Isso quer dizer que novos objetos passarem a ser discutidos pelo teatro, entre eles, a questão de classe, a emancipação feminina, o universo dos sonhos, a questão operária. Essa crise evidenciava uma cisão entre sujeito e objeto já que o objeto não era mais o próprio sujeito individual burguês, mas questões de interesse comum da sociedade, sujeitos anônimos e coletivos. Nessa reflexão, a “resolução” da crise da forma dramática passaria pela inserção do gênero épico, aquela forma capaz de ampliar as discussões, de abarcar o bem comum e de levar à transformação das sociedades. Essa mudança ampliava as possibilidades do teatro enquanto intervenção política. Entretanto, a questão do teatro político não pode ser somente temática. A consideração dos modos de produção são essenciais para uma análise do teatro que para ser político precisa ser tomado enquanto prática social. Desse modo, serão retomadas diversas experiências do começo do século XX – como o Agitprop na URSS, o teatro-jornal, os Volksbühne na Alemanha, o Teatro Proletário de Erwin Piscator, o teatro de Brecht – que guardam vínculos com movimentos sociais, com a organização das massas de trabalhadores, com a participação política, com o espírito associativo. À análise dessas experiências será somado ponto de vista que amplia a natureza política do teatro – olhar que o enxerga como intrinsecamente uma atividade política cuja natureza encontra-se não no conteúdo ou formas representados, mas na própria representação em sua existência como reunião pública livre. Assim, o teatro será pensado por meio de um histórico multifacetado, articulando e situando pontos de encontro entre a sua natureza política intrínseca, o desenvolvimento do teatro épico no panorama da modernização

teatral, a negação do sistema mercantil das artes e a disposição ao debate e ao pensamento político.

Cultura, Política e Engajamento nas Revistas Espanholas Durante a Guerra Civil

Douglas de Freitas
douglasfreitas77@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil Espanhola; El Mono Azul; Hora de España

A Guerra Civil Espanhola, marcada como um conflito sobretudo ideológico, levou ao engajamento político muitos intelectuais, principalmente em relação à causa republicana e antifascista. Nesse contexto, duas revistas surgem na Espanha com o intuito não apenas de cobrir a guerra e servir como material de propaganda dos republicanos, mas também para mostrar que a vida cultural espanhola continuava, apesar de todos os acontecimentos no país. Essas publicações as quais nos referimos são: El Mono Azul e Hora de España. A primeira, detentora de um formato mais panfletário dedicava-se, principalmente, as ocorrências no fronte. A segunda, por sua vez, era voltada para a produção intelectual espanhola na guerra. Assim, a proposta desta comunicação é a de analisar as duas publicações de maneira a dar ênfase a junção entre política e cultura que elas apresentavam e também apresentar o engajamento de intelectuais de dentro e fora da Espanha na causa antifascista.

Povo e Raça: Hitler e a questão racial sobre alemães étnicos

Bruna Baliza dos Santos Doimo
bbdoimo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A política de expansão territorial ocupa um lugar importante no discurso dos líderes nazistas, mesmo antes da chegada do partido ao poder. E em 1933, quando o partido chega ao governo na Alemanha, esses projetos são colocados em prática, a partir da invasão à Áustria em 1938. Tal política possuía dois objetivos, a anexação de territórios, justificada pela necessidade de espaço vital (Lebensraum) para o desenvolvimento o povo alemão, e a reincorporação de territórios e suas populações, que para eles, seriam racialmente alemães, mas que até então estavam foram das fronteiras do Estado alemão.(STEINHART, 2015. p.01) O que nos é fulcral neste trabalho não é a ação política posta em prática pelo regime nazista, mas a lógica que justificava essa expansão, em especial a questão que envolve a população alemã fora do Reich, os alemães étnicos.

Resistência feminina na ditadura militar brasileira: a imprensa feminista

Daniela Chain Vieira
danichain@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; feminismo; ditadura; resistência

Diante da ditadura militar violenta e autoritária que dominou o Brasil a partir do golpe em 1964 e sua grande força repressiva, estiveram presente fortes atuações de resistência. Eram inúmeras as organizações, armadas ou não, que atuavam na luta pela derrubada do regime militar. As mulheres, participantes ativas desses movimentos, ainda que em números inferiores aos homens, sofreram duplamente em seus papéis de mulher e militante. O machismo e a misoginia não foram exclusividade da repressão ditatorial e elas também tiveram que lidar tais situações dentro das próprias organizações que frequentavam. Nesse ambiente da resistência e das organizações de esquerda, mulheres voltaram a se organizar, não apenas frente à ditadura, mas também em torno de suas condições enquanto mulheres, reorganizando e fortalecendo o feminismo brasileiro em intenso diálogo com o feminismo internacional de segunda onda. Isso ocorre principalmente a partir dos anos 1970, e a imprensa feminista nesse período, aqui representada pelos jornais "Brasil Mulher" e "Nós Mulheres", foram um exemplo do exercício dessa nova consciência feminista militante que se expressou na imprensa alternativa nessa época. O objetivo do presente trabalho é tentar compreender, então, a atuação feminina na resistência bem como a reorganização do movimento feminista no período militar através da análise dos jornais feministas citados, da história por trás de sua formação e do caráter de suas publicações. Será importante analisar essas atuações sob uma perspectiva de gênero, bem como analisar as principais lutas empenhadas por essas mulheres, como a luta pela anistia ou a luta pelo direito ao corpo, através da subjetividade feminina dessas mulheres.

Herdeiros da memória: o Holocausto para os filhos dos sobreviventes em BH

Julia Amaral Amato Moreira
juliaamaral789@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Holocausto; filhos dos sobreviventes

A memória é o resultado de um processo que envolve a lembrança e o esquecimento sobre um determinado passado. Carregada de subjetividade, é o meio como o passado se estabelece no imaginário das pessoas. A memória, enquanto processo dinâmico, pode mudar ao longo dos anos e dos acontecimentos. Essas mudanças e ressignificações podem ser observadas no que tange o Holocausto: uma primeira fase de silenciamento, seguida por uma onda que deu voz as vítimas e uma consequente superprodução de mais distintos gêneros culturais acerca do extermínio nazista aos judeus, passando também por uma constante disputa de memória sobre a realidade ou não dos relatos dos sobreviventes – teorias negacionistas – e os usos e impactos do Holocausto para os judeus e para o mundo. A construção de uma memória é essencial para a afirmação das identidades grupais, e especificamente o Holocausto é uma importante peça na afirmação da identidade judaica. Cada grupo de sobreviventes, instalado em cada parte do mundo reelabora de forma singular sua relação com o passado. Essa avaliação tem relação direta com o presente do grupo e, conseqüentemente, da forma como a relação do grupo com a sociedade receptora se estabeleceu. O Brasil recebeu um grande número de sobreviventes do Holocausto, que se reuniram às suas famílias, ou se juntaram às oportunidades de inserção, trabalho e recomeço que o país oferecia. Parte destes sobreviventes vieram a residir em Belo Horizonte e alguns deles compartilharam suas memórias com o Instituto Histórico Israelita Mineiro através de relatos orais nas décadas de 80 e 90. Agora, quase três décadas depois, o Instituto Histórico Israelita Mineiro realizou entrevistas com os filhos dos sobreviventes do Holocausto que, por algum motivo vieram a se estabelecer em Belo Horizonte. O objetivo da presente proposta é estabelecer, através dos relatos realizados no Projeto “Herdeiros da Memória: relatos da segunda geração de sobreviventes do Holocausto na comunidade judaica de Belo Horizonte” e da bibliografia sobre o assunto, quais as características e nuances da memória formada sobre o Holocausto nas últimas décadas na comunidade judaica de Belo Horizonte, a relação que os sobreviventes estabeleceram com seu passado ao longo de sua vida em seu núcleo familiar e

social, e uma possível comparação com os relatos dados pelos próprios sobreviventes no Projeto “Vidas”, já analisados em artigo anteriormente.

Batman vs Superman: a política americana na Era Reagan

Eduardo Francisco Molina
eduardomolina11@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Batman; Superman; Reagan; política americana; Guerra Fria; Estados Unidos; Era Reagan

Este projeto tem como objetivo analisar as representações da política estadunidense no período da Era Reagan, através da fonte Batman – O Cavaleiro das Trevas, de 1986, escrita por Frank Miller e publicada pela DC Comics. Se passando no período da Guerra Fria em que os conflitos político-ideológicos e militares entre Estados Unidos e a União Soviética voltam a se acirrar, temos na história uma representação clara do tom político e social da Era Reagan: o medo do desconhecido, a perspectiva constante de um ataque fatal, as incertezas sobre um possível ataque nuclear. Gotham City vive mergulhada no caos social tal qual a conjuntura da sociedade americana à época. A postura adotada por Reagan e os elementos patrióticos desencadeados em sua política se assemelham ao Superman, o único herói livre, que age acreditando que suas ações refletem as medidas necessárias para manter a ordem social, sempre como um emissário da Casa Branca ou um fantoche nas mãos do estado. Antagonicamente, Batman luta obstinadamente contra os criminosos de Gotham, se tornando um rebelde contra o sistema e um defensor do Estado de Bem-Estar Social abandonado pelo governo. A HQ leva o leitor a uma reflexão dos valores morais e ideológicos que permeiam o imaginário popular dos Estados Unidos na segunda metade da década de 1980. Busca-se traçar um panorama sobre a trajetória das HQs nos Estados Unidos ao longo do século XX para demonstrar a influência política nestas histórias, as possibilidades de usá-las como fontes históricas para compreensão do passado, refletir sobre o papel dos quadrinhos como reflexos da sociedade vigente com seus valores políticos, econômicos, culturais e sociais. Para tanto, tomaremos como referências autores como Eric Hobsbawn, Jacques Manry, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Will Eisner, Scott McCloud entre outros.

ST 18 - História, Arte e Imagens: novos objetos, novas perspectivas metodológicas

Simposio Temático

René Lommez Gomes

renelommez@ufmg.br

Doutor em História

UFMG

Kellen Cristina Silva

ma.kelcs@gmail.com

Doutoranda em História

UFMG

José Vinícius Peres Silva

zevinicius1@hotmail.com

Mestrando em História

UNIMONTES

Clarissa Rodrigues Soares

clarissarosoares@yahoo.com.br

Mestranda em História

UNIMONTES

Proposta do Simpósio

Estamos inseridos em um mundo no qual a visualidade é parte determinante do cotidiano. A íntima relação das sociedades contemporâneas com as diversas formas de visualidade tem sofisticado as estratégias de abordagem e análise histórica das imagens e das obras de arte do presente e do passado. Tradicionalmente, os Estudos da Imagem e a História da Arte tiveram como eixos principais as análises estilísticas, abordagens do conteúdo e das mensagens veiculados por imagens (como o método iconográfico e a semiótica) e análises das condições sociais de produção da arte. Nas últimas décadas, estes campos de pesquisa cresceram e se diversificaram, havendo o surgimento de novos objetos e

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

metodologias de pesquisa. Parte das novas formas de conduzir a investigação se desenvolveram em importantes e necessários diálogos com outras áreas do conhecimento, a exemplo dos campos disciplinares da Antropologia, da Psicologia Social, da Comunicação, da Museologia, da Conservação de Bens Culturais e da Economia. O presente simpósio tem por objetivo mapear a nova produção em Estudos da Imagem e História da Arte, buscando revelar os caminhos metodológicos que as renovaram. Para tanto, o simpósio pretende acolher uma vasta gama de comunicações de pesquisa que têm como eixo orientador a discussão dos métodos de aproximação e inquirição de imagens e de objetos artísticos. Serão aceitas comunicações que abarquem diferentes tradições, meios de produção da imagem e suportes artísticos, incluindo trabalhos sobre a imagem fotográfica, o cinema, a escultura, pintura, gravura, etc, inseridos em múltiplas territorialidades e diversas temporalidades, mas que tenham como cerne a discussão do método. Serão acolhidas apresentações baseadas na renovação das estratégias de leitura imagética ou iconográfica; estudos que tomam a materialidade como objeto de investigação e documento da sua própria história; análises que investiguem processos de trânsitos e deslocamentos de obras por diversos contextos culturais e temporais; e investigações das condições técnicas de produção e recepção das imagens e da arte; das relações entre produção artística, colecionamento e mercado; e das relações entre arte, visualidade e poder.

Comunicações

Olhares e aquarelas: representações das mulheres negras no Brasil colonial

Larissa Ramos Dos Santos
larissa--ramos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

No que concerne ao estudo de representações iconográficas dos negros e negras do Brasil colonial, e no início do período Imperial, é comum pensar nas obras de Jean-Baptiste Debret. No entanto, existe outro artista pouco lembrado, que também trabalhou essas representações: se trata de Carlos Julião, um militar português que aqui esteve no início do século XIX. O objetivo desta pesquisa é analisar as representações da indumentária das negras no período colonial, a partir das obras de Julião e Debret, mas com especial atenção voltada para o artista português, tendo em vista que o principal ponto em que esse último se difere de Debret se expressa em seu olhar antropológico. Também é interessante atentar para a preocupação com a descrição das imagens, que são bastante indicativas sobre o papel social dos indivíduos apresentados. Essa análise será o ponto de partida para a compreensão do processo de formação de alguns estereótipos associados à imagem das mulheres negras brasileiras. Para melhor compreensão dessas representações, será utilizado o aparato teórico sobre análise iconográfica de Erwin Panofski, assim como de alguns escritos que tratam da história social e cultural do período em questão, a exemplo de algumas obras de Mary Del Priore e Gilberto Freyre. Palavras-chave: Representações; mulher; iconografia.

História, Memória e Resistência: uma perspectiva benjaminiana sobre a imagem

Marcela Somensari Campana
marcelascampana@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Walter Benjamin foi um filósofo e crítico de literário que construiu seu pensamento em cima da ideia de co-pertencimento do eterno e do efêmero, a partir de elementos materiais ou oníricos, por meio da sensibilidade de seu olhar. Como o título anuncia, nas linhas que seguem o autor será evocado dentro de um de seus temas mais marcantes: a noção de história e de rememoração. O objetivo é entender como o autor transformou os padrões de estudos culturais e simbólicos, reinventou a ideia de história e inspirou novos métodos de interpretar os elementos materiais de uma dada sociedade, notando, ainda, formas revolucionárias possíveis que o olhar do pesquisador pode assumir na pesquisa. Para tal o argumento se desenrola por três conceitos propostos pelo autor, que demonstram seu pensamento e suas propostas metodológicas. São eles o conceito de Origem, Imagem Dialética e de Montagem Literária. O primeiro da conta da leitura benjaminiana sobre o materialismo-histórico marxista, misturado com o messianismo judaico, indicando um caminho reflexivo onde a história linear e a oficial deveriam ser superadas. O segundo conceito explica o potencial encontrado pelo autor nas formas e elementos que, notados por ele na cidade de Paris, se desdobram em fatos e dados a serem usados para a reflexão, sendo parte da proposta de rompimento da história linear ao contar sobre o passado no presente em um rompante dialético. O terceiro, por fim, é o método de escrita indicado por Benjamin como uma forma de demonstrar – também seguindo a proposta de rompimento de uma linearidade histórica – seu argumento, reorganizando os fatos em outra lógica. Os três combinados criam uma possibilidade metodológica para estudo de imagens e formas da cidade, contrariando as bases da ciência do esclarecimento que trabalha para o progresso e pela barbárie. Como base bibliográfica para o estudo foi usado o livro das Passagens, um trabalho não finalizado de Walter Benjamin, que seria a grande obra onde seu pensamento sensível e político estaria condensado com suas formas e olhares para o mundo. A obra sintetiza o pensamento e a proposta de práxis revolucionária proposta pelo autor, quando declara o objetivo do livro como sendo contar da Paris do século XIX através do olhar do caminhante do século XX.

Como vemos os outros? O Candomblé no Fotojornalismo Brasileiro 1950-60

José Vinícius Peres Silva
zevinicius1@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho traz um breve apontamento das relações próximas entre o Candomblé, religiões de Matriz Africana, no contexto do fotojornalismo brasileiro na década de 1950 e 60. Desta forma, destacamos dentro o cotidiano das representações e visualidade o marco conceitual que foi seguido no estudo. A pontamos ainda uma caso regional de fotografias dessas religiões produzidas na cidade de Montes Claros/MG. O fotojornalismo na pesquisa é entendido como um meio pelo qual variadas formas de perceber o "diferente" ou "exótico" materializado nas religiões das periferias brasileiras do momento, criando visões específicas e estereotipadas acerca destas práticas religiosas.

A imagem do Candango: Uma análise dos registros fotográficos de Marcel Gautherot

Thiago Sobreira Vailati Silva
thisobreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho parte da atual pesquisa de mestrado realizada na UERJ. Ao longo de minha pesquisa me deparei com a forte presença dos registros fotográficos dos construtores da cidade-capital Brasília, os candangos. Marcel Gautherot foi o fotógrafo contratado pela NOVACAP para o registros das obras e dos edifícios monumentais, porém, ele escolhe criar uma segunda narrativa sobre a construção da cidade, registrando a vida cotidiana dos operários. Este trabalho portanto, pretende não somente apresentar essa segunda narrativa sobre a construção da Cidade de Brasília, como também apresentar o debate político e estético inserido na obra de Gautherot com o registro destes cidadãos. É importante assinalar que Gautherot foi membro colaborador do SPHAN onde foi responsável pela documentação de eventos variados como as festas sagradas na Bahia a arquitetura barroca mineira, todos em torno do debate sobre a nacionalidade e brasilidade ao longo dos anos 1930 - 40. Possuidor de um arsenal estético marcado pela etnofotografia, pela brasilidade e pela arquitetura moderna, Gautherot apresenta uma nova estética ao registrar o candango em seu cotidiano e ao longo de seus trabalhos na construção. Ao monumentalizar este trabalhador em suas fotografias, Gautherot nos apresenta esta segunda narrativa sobre a cidade de Brasília e sobre o próprio projeto de nação em jogo. O embate existente entre a vontade do fotógrafo-artista e a vontade das instituições do Estado é um dos caminhos explorados ao longo deste trabalho, apresentando desde fotografias de denúncia às que usam da sensibilidade de seu interlocutor para a compreensão da poética e crítica inseridas nelas. Há ainda uma clara estetização das imagens das obras, levando a questão de qual o propósito político de Gautherot para adotar tais técnicas artísticas. O Nacional-desenvolvimentismo que culmina na construção da nova-cidade capital está inserido em uma grande disputa política e simbólica e, dentro destas disputas está a atuação de Gautherot criando sua própria narrativa sobre aquele evento, por isso, pretende-se para fins de debate entre os demais colegas, levantar a questão sobre os espaços e capacidades das imagens fotográficas em construir suas próprias narrativas históricas, que, na maioria das vezes, foge às narrativas oficiais.

O olhar de Madalena - Conjecturas sobre uma pintura de Joaquim José da Natividade

Kellen Cristina Silva
ma.kellcs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Iconologia, Imagem, Intencionalidade, Pintura.

Com forte personalidade e com papéis importantes na narrativa do Novo Testamento, Maria Madalena e Thomé protagonizam no forro da capela-mor da igreja matriz de São Thomé das Letras um encontro majestoso com Jesus Cristo, retratado pelo pincel de Joaquim José da Natividade. Isto posto, nossa comunicação pretende analisar a iconografia presente na aparição de Jesus à Thomé e aos seus discípulos, incluindo Madalena, nos atendo aos detalhes que dão vida aos personagens. Conjecturamos também sobre qual possível intenção permeia a obra. Para tanto, utilizaremos do conceito metodológico de Modelo Intencional de Encomenda, que leva também em consideração as vivências pessoais dos pintores na construção de suas obras.

Educação do Campo e Cultura Visual: práticas para e pelos sujeitos do campo

Letícia Pereira de Freitas
leticiafreitas@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE:

Considerando o Brasil como um país multicultural, políticas e práticas educativas que abarquem essa realidade complexa são imprescindíveis. Dentro desse contexto, a Educação do Campo propõe construir uma política que assente a grande diversidade das populações rurais brasileiras. Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) pontua o campo como lugar de possibilidades, produção da vida em seus variados aspectos, culturais, sociais, econômicos, políticos e de resistência dos camponeses que lutam para terem acesso e permanecerem na terra. Povos estes que tem sua identidade cultural campesina no sentido coletivo, mas que também se diferenciam culturalmente em espaços regionais, territórios etc. Neste contexto faz surgir inquietações sobre como esses sujeitos do campo se veem diante das visualidades midiáticas que propõem representá-los. Os imaginários das representações dos sujeitos do campo vêm sendo construído de forma estereotipada, homogeneizante e desvalorizada pela literatura e pelos meios midiáticos. Representações que reforçam dicotomias como urbano/rural, erudito/popular, campo/cidade dentre outros, desconsiderando os saberes campesinos construídos historicamente e culturalmente em suas relações de trabalho, econômicas, culturais e religiosas. Percebemos assim, que nós enquanto sujeitos do campo, somos vistos como mercadorias, como objetos que viabiliza a obtenção do lucro para o sistema capitalista, sujeitos desprovidos de conhecimento, inferiores e de fácil alienação. Diante dessas problemáticas a Escola tem um papel importante para desenvolver um trabalho pedagógico que considere essas visualidades na sociedade contemporânea de forma a desenvolver um olhar crítico e analítico diante dessas visualidades. Nesse sentido, o tema revela a necessidade de conhecer (realizar e ampliar) os estudos referentes à cultura visual no contexto do campo. A realização dessa pesquisa é uma necessidade diante do projeto de Educação do Campo que se configura nos últimos anos, tendo em vista que nós, como sujeitos campesinos que somos, também fazemos parte desse processo, o próprio sujeito do campo pesquisando sua realidade. Dessa forma, espera-se nesta investigação apresentar descrições e possibilidades de aproximações

e interações dessas áreas com vistas a contribuir para o ensino de artes visuais na escola do campo e propostas educacionais que valorizem e impulsionem as estéticas campestres.

Catálogo da obra de Manoel Victor de Jesus (c. 1760 a 1828)

Luciana Braga Giovannini
aolibama.arte@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imagem; Pintura Colonial ; Catálogo; Produção Artística; Manoel Victor de Jesus.

A presente proposta de comunicação tem o objetivo de apresentar o Catálogo da Obra de Manoel Victor de Jesus (c. 1760 a 1828) que foi produzido durante pesquisa desenvolvida no curso de pós-graduação em História (Mestrado) pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) com ênfase em História da Arte. Durante o processo de desenvolvimento dessa pesquisa, foi necessário abordar um grande número de obras do artista, autor da pintura da nave da Igreja do Rosário de Tiradentes, nosso objeto de investigação. Deparamo-nos com um corpus de obras relativamente vasto, disperso e pouco conhecido que acabamos por reunir e apresentar neste mesmo trabalho. Com o intuito de colaborar para a definição do perfil estilístico e para a composição e delimitação do repertório de imagens de um pintor ainda praticamente desconhecido, produzimos então um catálogo que reúne toda a obra de Manoel Victor de Jesus localizada na Vila de São José e região, tanto as obras documentadas como as atribuídas. O catálogo pretende representar uma contribuição importante para os estudos da pintura colonial mineira, inserindo o artista, de forma precisa, na historiografia da arte. Para produzi-lo, fotografamos as obras, localizamos cada pintura no espaço e no tempo, identificamos o tema e realizamos, de forma sucinta, a análise formal e a descrição iconográfica de cada trabalho. Reunimos, nos últimos dois anos, toda a obra de Manoel Victor de Jesus dispersa nas igrejas, nas sacristias, consistórios e pequenas salas sem acesso público. Algumas pinturas estão localizadas em museus, prédios públicos, arquivos, e outras, resguardadas nas mãos de fiéis que temem os roubos de obras de arte. Fotografamos obras inéditas e que ainda não foram publicadas. Pretendemos, com esse trabalho, cooperar para a conscientização da preservação das obras de arte localizadas na cidade histórica de Tiradentes com o objetivo de resguardar as fontes imagéticas para futuras pesquisas e auxiliar nos futuros projetos de restauração que pretendam recuperar a pintura de Manoel Victor de Jesus.

A leitura de imagens como elemento para o ensino das artes visuais

Lucilene Deltrudes Moreira
lucilenedeltrudes@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Imagem; crítica; educação; visualidades.

Nossa contemporaneidade é marcada pela profusão da imagem, mas sabemos que a comunicação visual se faz presente na vida humana desde os mais remotos tempos. A imagem já era utilizada com intenção de comunicar uma ideia, ou até mesmo uma história. Nos dias atuais, o fluxo de imagens é incontestavelmente maior, estas permeiam grande parte de nossas experiências. Nesse sentido, requer de nós um olhar mais atento sobre a diversidade e pluralidade visual, além de discernimento sobre a presença da imagem em experiências culturais, sociais, políticas, históricas e subjetivas. A nossa atualidade é fortemente marcada pelas visualidades. Nos deparamos com a presença da imagem em toda a parte, provocando os mais diversos sentidos, desde o que desejamos e consumimos até na forma como nos relacionamos e comunicamos. A abrangência do "ver" se amplia diante de tantas possibilidades de conectar, vivenciar, perceber e convergir com as imagens. Partindo deste pressuposto, de acordo com Ana Mae Barbosa (1995) a escola deve promover uma abordagem crítica diante desse arsenal imagético possibilitando um maior discernimento aos alunos para lidar de forma mais consciente com as visualidades que diariamente consomem. Contribuindo, assim, para a percepção crítica de imagens produzidas por diferentes meios e com distintas finalidades que povoam nossos cotidianos. Segundo Fernando Hernández (2007, p. 22) os estudos da Cultura Visual “orienta a reflexão e as práticas relacionadas as maneiras de ver e de visualizar as representações culturais e, em particular, refiro-me às maneiras subjetivas e intrasubjetivas de ver o mundo e a si mesmo”. Sendo assim “as imagens são formas de produção de sentido e devem ser compreendidas como processos sociais onde os significados devem ser tomados como construção cultural” (KNAUSS, 2006, p. 100). Posto isso, é possível perceber que a imagem é um fator essencial no desenvolvimento de processos de ensino/aprendizagem. Assim, refletir sobre as imagens, instigando a necessidade de questionar e duvidar sobre aquilo que se vê, ampliando possibilidades significativas. Uma perspectiva crítica sobre as imagens contribui para uma aprendizagem mais significativa. Propomos discorrer sobre processos de leitura e compreensão crítica da imagem buscando reflexões sobre a relevância da perspectiva crítica para a educação.

Baptista da Costa: o corpo feminino em destaque.

Brenda Martins de Oliveira
brendamartinshis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação do corpo feminino nos quadros de Baptista da Costa. O artista João Baptista da Costa nasceu em 1865 em Itaguaí, Rio de Janeiro. Se matriculou na Academia Imperial de Belas Artes, onde ele estudou de 1885 a 1889. Na Academia ele se destaca principalmente pelo gênero paisagem. Em 1894 consegue o tão quisto Prêmio de Viagem, sendo assim, em 1896 realiza sua viagem a Paris. Essa ida a Paris lhe possibilita estudar na Academie Julian e frequentar o ateliê de Jules Lefévre. Ainda na Europa, residiu por algum tempo na Ilha de Capri, o que pode ter permitido certo contato com a arte italiana. Ele regressa ao Brasil em 1898. Em 1906 leciona pintura na Escola Nacional de Belas Artes. E em 1915 até o ano de sua morte, em 1926, assume o cargo de Diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Diante dessa trajetória no campo das artes o pintor se destaca, principalmente, pelas suas pinturas de paisagem, como dito. Entretanto, é importante ressaltar que esteve presente na representação de vários gêneros da pintura que segundo renomados críticos da época deixam transparecer a qualidade do seu trabalho. Neste trabalho o foco será dado aos quadros em que Baptista da Costa representa o nu feminino. Tendo como ponto de partida o estudo de nu que está localizado no Museu Mariano Procópio. Utilizando-se do método comparativo buscarei estabelecer relações entre as representações do corpo feminino dos quadros de Baptista da Costa e uma tradição de representação que se relacionam a partir de elementos iconográficos. A comparação entre os quadros é um importante método para a história da arte, visto que, nos permitem aproximar diferentes contextos a partir olhar.

Projetos políticos e fotografias: as distintas representações das mulheres na Guiné "Portuguesa" (1960 - 1974)

Isabelle Baltazar Cunha da Cruz
isabelle_bcc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Guiné "Portuguesa" - Fotografia - Representação – Mulheres.

O presente artigo pretende problematizar os distintos projetos e discursos políticos interligados a produção fotográfica e a construção de imaginários que pretendiam consolidar determinadas concepções e ideais referentes as mulheres na Guiné "Portuguesa" durante a década de 1960. Diante do contexto e da ideologia colonial portuguesa, por um lado, e da conjuntura anti-colonial e revolucionária impulsionada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), por outro, este artigo pretende investigar por quais caminhos percorreram as representações do feminino, e como foram difundidas. Dentre as imagens coloniais foram escolhidas como fonte as fotografias do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, presentes em dez volumes, de 1961 à 1970, localizadas no site Memórias D' África e D' Oriente. Já nas imagens produzidas e divulgadas pelo PAIGC, atualmente disponibilizadas pela Casa Comum - Fundação Mário Soares, a sessão possui um mil duzentos e setenta e oito fotografias, divididas em sub-sessões (Dakar, Ensino, Exterior, I e II Congressos do PAIGC, Luta Armada, Mobilização Popular, Pioneiros do PAIGC, Prisioneiros de Guerra). Para tanto, partindo da necessidade de contemplar e pensar a imagem, de desconstruir seus múltiplos olhares, utilizo como referência teórica para analisar e problematizar os discursos e imaginários presentes nas imagens, autores como o antropólogo Etienne Samain, as reflexões do artista Christian Boltanski, da arquiteta e historiadora Helouise Costa, e da escritora e crítica de arte Susan Sontag. Dialogando com estes autores, o artigo pretende pensar novas e distintas perspectivas de análise das fotografias produzidas durante a investida colonialista, em uma perspectiva local e global, no continente africano.

Modernidade em Medianeras

Bárbara Pereira da Cunha
bbarbarapcunha@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Medianeras; modernidade; cinema; Gustavo Taretto.

A apresentação trará o tema da minha monografia: expor a análise feita sobre uma série de aspectos modernos dispostos nos primeiros anos do século XXI, bem como suas consequências, a partir do que fora exposto na obra fílmica argentina Medianeras. O filme, que possibilita o recorte do tema, fora escolhido para a ocasião devido a sua riqueza de exposições de esperança e desesperança a partir de suas muitas camadas, mostrando-se sensível a características da modernidade. A obra denuncia a vida moderna, indicando, portanto, a vertigem, a ambiguidade, a ironia, o mal-estar, a dialética, tendo a urbe como plano de fundo; Neste caso, a cidade de Buenos Aires. Buscar compreender como tais sintomas se dão e impactam sujeitos e grupos da atual sociedade também constitui a ideia central do projeto, assim como expor o cinema como ferramenta de conhecimento, como ferramenta histórica. Pretende-se expor características da modernidade a partir da dinâmica do cotidiano e história de vida de Mariana e Martin, personagens principais do filme escrito e dirigido por Gustavo Taretto. Problemáticas modernas de relacionamento, interpessoal e consigo mesmo, questões que abarcam a tecnologia, a depressão, a fobia, a insegurança, o torpor e a passagem do tempo na modernidade podem ser contempladas na obra e irão ser investigadas. Medianeras, através de uma série de metáforas, também nos traz o cenário de que seja possível perde-se e encontrar-se. A maior delas seria a que habita o próprio nome do filme: as medianeras. O lado do prédio que seria considerado inútil, sujo e que bloqueia os raios solares. A medianera seria interessante apenas para as propagandas, que também participam da teia de acontecimentos do plano de fundo do enredo do filme: a cidade. Rompendo, literalmente, as medianeras, por menor que seja tal romper, poderia considerada como possível brecha ao sistema social que parece ser imposto pelos tempos modernos.

Reconfigurações da História da Arte segundo a leitura de Hal Foster

Milena Guerson Lamoia
milenaguerson@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Hal Foster, Modernismo e Vanguarda, Paradigmas Críticos.

Este trabalho coloca em evidência o pensamento do teórico da Arte Hal Foster, demonstrando como esse autor aborda a existência de genealogias inovadoras nos fazeres da História da Arte, partindo do contexto das neovanguardas, na década de 1960, e com reflexos na atualidade. Essencial nas ideias de Foster (2017) é a concepção da existência de dois eixos, um deles vertical/diacrônico, referente à dimensão histórica da Arte, o outro horizontal/sincrônico, referente à dimensão social da Arte... O Modernismo formalista se ajusta ao eixo vertical, pois a ideia de uma Arte pura, voltada aos seus próprios meios, situa-se em defesa da preservação da vida histórica da Arte. Não há, nesse caso, intenção de ruptura com o passado, mas de manutenção da Arte em sua “área de competência”, para sua sobrevivência. Em contrapartida, o Modernismo vanguardista vincula-se ao eixo horizontal, pois opera uma “quebra com o passado”; há ruptura em relação aos retornos históricos, entendidos como influências de paradigmas do passado sobre a Arte do presente. O diferencial das neovanguardas foi procurar manter os dois eixos em “coordenação crítica”, superando o modelo cindido do Modernismo, pois ao mesmo tempo em que se abasteceram em antecedentes e recorreram a paradigmas do passado, reconfiguraram as possibilidades presentes de práticas artísticas. Contudo, somadas a um contexto de “virada etnográfica” no campo de produção e de entendimento das Artes Visuais, também acabaram sendo responsáveis por novas afetações nas coordenações interativas dos dois eixos, que interagem na atualidade de maneiras plurais. Em outras palavras, os “problemas discursivos” em torno da Arte (projetos específicos de debate) acabaram se sobrepondo às “formas intrínsecas” da Arte (elaborações específicas do meio), provocando novos modos de relação entre os eixos e a consequente ampliação da variação de práticas artísticas. Para dar conta dessas práticas, em um contexto de deslocamento da “História da Arte” para a “História das Imagens”, um método de abordagem mais contextualizado mostrou-se necessário. A Antropologia aproximou-se dos usuais fazeres da História da Arte, para contemplar a abertura ocorrida da “história” para a “cultura”, assim como a Psicanálise igualmente o fez, para

acompanhar a passagem da “Arte” para o “Visual”. Para Foster (2016), esses dois campos hoje “competem pelo coração teórico dos estudos visuais.” (p.106).

Do centro da própria engrenagem: Elogio ao Lúdico em Tempos Modernos (1936)

Lais Gaspar Leite
laisgasparhis@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tempos Modernos; Avanços técnicos; Carlito; Lúdico.

O seguinte trabalho pretende apresentar um feixe de ideias através da observação sobre uma das obras cinematográficas de Charles Chaplin. São deduções cabíveis dentro das possíveis propostas entorno de Tempos Modernos, produzida em 1936 e que desde então possui caráter plausível de diálogo entre o cinema, a arte e a História Social da Cultura. Os homens desta década conheceram com os avanços técnicos a crise, a guerra e uma nova forma de fazer cinema, pois as máquinas e aparelhos audiovisuais ocuparam, neste momento, todo o espaço de produção fílmica. Chaplin negou até onde pode o cinema de som, pois seu personagem vagabundo não teria lugar nos filmes falados, para o cineasta seria o mesmo que perder a qualidade de suas pantomimas, principal característica de Carlito- que fala com as mãos e se comunica pelos gestos. Se fosse feito um filme falado o vagabundo deixaria de existir, assim Tempo Modernos que não é totalmente mudo viria a ser o último em que o ator encenaria como o emblemático vagabundo. No entanto diante do que já foi dito sobre o artista Chaplin, seu tempo, suas obras e seu meio, esta apresentação sugere perceber este personagem dentro desta narrativa fílmica como um homem inadequado ao meio em que pertence. Carlito se esforça através de tentativas falhas adaptar-se aos meios de trabalho da mentalidade moderna expostos na película, no entanto o personagem tem pouco ou quase nenhum interesse pela polis, as lutas operárias; as manifestações civis tem menos importância, para o vagabundo, do que uma refeição. Contudo Carlito existe e se movimenta pela película, o personagem resiste a esse meio não adequado através do seu caráter lúdico. Não queremos limitar possíveis análises de observação da obra, nem pretendemos afirmar que em oposição ao organizado; o disciplinado e a automação, o vagabundo brinca. A concepção que pretendemos apresentar é um elogio ao lúdico em defesa do homem livre. Portanto mais do que dissecar a problemática da obra na mesa de investigação temos, enquanto historiadores, que observar também o sujeito pertencente às diversas subjetividades de um tempo e espaço específico, e a partir daí construir uma imagem válida para a discussão histórica.

Entre visualidades e expressão: o cinema africano-americano como fonte histórica

João Lucas França Franco Brandão
joao.franco94@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho tem como principal objetivo problematizar o conceito de representação que fora melhor explanado por Roger Chartier e que ainda é muito usado por historiadores da cultura. A fim de se discutir teorias e metodologias para o estudo do cinema pela história, principalmente uma cinematografia feita por cineastas africano-americanos, este estudo também levanta a questão da visualidade como uma das alternativas para complementar carências do regime representativo, bem como traz os conceitos de expressão, postulado por Esteban Dipaola, e o de regime estético, refletido por Jacques Rancière, como outras alternativas – que por vezes se cruzam – na compreensão de um estudo da história usando as imagens como principal fonte. Desta forma, o modo de análise imagética, os usos do político no cinema e as possibilidades no estudo da “História Visual” são algumas das questões e discussões mais presentes nesta pesquisa.

Um artista no sertão carioca - o olhar e as imagens de Magalhães Corrêa

Filipe Silva de Pontes
filipeponttesart@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário; arte; representação; Sertão carioca.

Este trabalho visa analisar o discurso e a representação imagética presentes no livro *O sertão carioca* (1936), de autoria do artista plástico e naturalista Armando Magalhães Corrêa. A pesquisa se propõe a entender o significado das imagens do livro, contextualizando-as e problematizando o discurso que classificou a Zona Oeste do Rio de Janeiro como “sertão”, refletindo sobre como propósitos ideológicos e arte atuam na produção de representações e imaginários sobre um lugar e seu corpo social, num determinado período histórico. No livro, o autor descreve a paisagem e os “tipos sociais” encontrados por ele durante as expedições que fez à Zona Oeste do Rio, passando por regiões, à época, bastante desconhecidas do Centro da então capital federal, como: Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Além de texto, o artista produziu 134 desenhos com bico de pena a fim de representar o que viu durante as viagens. Assim, se propôs a descrever a flora, a fauna e as pessoas locais, classificando-as e distinguindo-as como pescadores, carvoeiros e tropeiros, por exemplo. É notório a ênfase que o artista deu às imagens, tanto em quantidade, como na disposição destinada às mesmas na edição do livro. De maneira geral, o livro apresenta uma página inteira reservada para unicamente uma imagem, sendo poucos os casos em que os desenhos dividem espaço com o relato escrito. Esta pesquisa alça as fontes e dados de natureza imagética ao mesmo grau de importância de fontes e dados escritos. Dessa forma, dialoga com as concepções de Peter Burke (2004), que ao defender o uso de imagens como evidência histórica, afirma que a arte pode fornecer evidências para aspectos da realidade social que os textos, muitas vezes, deixam escapar. Segundo este autor, o “testemunho de imagens” deve considerar o estudo dos variados propósitos daqueles que as produziram. Sendo assim, a pesquisa analisa o livro *O sertão carioca*, com ênfase em suas imagens, relacionando-o com a biografia de Magalhães Corrêa e com seu contexto histórico-político. Constata-se no livro *O sertão carioca* forte influência do ideal nacionalista que marcou a passagem da Primeira República (1889-1930) para a Era Vargas (1930-1945). O que será analisado a partir das considerações de Benedict Anderson (2008), e seu conceito de “comunidades imaginadas”, de acordo com o qual uma nação é uma comunidade simbólica com narrativas e teorias que inventaram seus personagens e identidades.

Arte e política na imprensa: trajetórias do palestino Abed Abdi (1972-1982)

Carolina Ferreira de Figueiredo
carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte Palestina; Abed Abdi; Impressos; Nação; Comunismo.

Este trabalho tem como proposta apresentar parte da pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que visa analisar a cultura visual presente em Israel e na Palestina durante as décadas de 1970 e 1980, através da singular interação entre o universo das imagens e a luta política da Palestina. Isto porque a Palestina enfrenta um cenário único desde 1948, com o estabelecimento do Estado de Israel e a expulsão da população local. Para desenvolver este estudo, analisaram-se as trajetórias do artista palestino Abed Abdi, especialmente nos trabalhos que desenvolveu com ilustrações para a revista literária Al-Jadid e as charges produzidas para o jornal Al-Ittihad, realizadas no período entre 1972 e 1982. O recorte temporal escolhido ambienta um momento de uma rica produção do artista, devido suas posições ideológicas de esquerda, a filiação ao Partido Comunista de Israel e os estudos formais realizados em Dresden (Alemanha), elementos fundamentais da biografia de Abdi. Sua produção crítica e marcadamente política proporcionam retratos de um cenário complexo das relações entre Israel, Palestina, outros países do Oriente Médio e do restante do mundo no período. Assim, no entremeio da história e arte, visualidade e política, são abordadas temáticas como a construção identitária de palestinos/as, as produções artísticas como resultado desse processo de expulsão, a construção de uma nação palestina, as relações da esquerda comunista em Israel e seus dissensos e contradições, bem como a existência de uma intelectualidade palestina no período. Neste sentido, Abdi escancara em suas produções os efeitos do Imperialismo, Colonialismo, poder, relações entre países, conflitos entre Ocidente e Oriente, bem como produz uma narrativa e uma memória acerca desse processo violento de seu presente. O problema, enfim, consiste na hipótese de uma centralidade do visual no processo de afirmação, discussão, enfrentamento e expressão das causas palestinas no século XX.

A Academia do Vale Blênio, Censura Religiosa e Disputa Artística

Gabriela Paiva de Toledo
toledogabi@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em 1560, o gravador Ambrogio Brambilla fundou uma academia "literária" de caráter bizarro em Milão. Diferente das demais academias do período, a Academia do Vale Blênio reunia artistas e artesãos de todos os ramos profissionais - pintores, escultores, bordadores, tecelões, lapidadores de pedras e cristais, poetas, literatos, atores, engenheiros e arquitetos - distanciando-se do debate em torno da hierarquia das artes de forte acentuação em Giorgio Vasari. Fundamentada no princípio de arte como inspiração, fruto do furor poético, opunha-se à ideia contrarreformada de arte como ilustração de histórias. Seu protetor era Baco, o deus da frenesi coletiva. No âmbito das reuniões (ou banquetes, de acordo com o estatuto da academia publicado na obra Rabisch, 1589, em referência direta ao texto Platônico), os acadêmicos abandonavam sua identidade de "homens das artes" e tornavam-se trabalhadores braçais, os "facchini". Resgatando o gênero cômico disseminado em Milão por Leonardo, de um lado, e pela poesia burlesca, de outro, esses artistas renovavam a tradição local produzindo poemas grotescos - narrando histórias de cunho popular através do mecanismo carnavalesco do realismo-grotesco - e desenhos caricaturais escarnecendo uns aos outros. Escondidos atrás de codinomes e fantasias de camponeses, os acadêmicos do Blênio defendiam a cultura profana em plena Milão contrarreformada, governada pelo império espanhol e controlada pelo arcebispo Carlos Borromeo, paladino do Concílio de Trento (1545-1563). Fontes documentais revelam que alguns de seus membros foram presos e torturados pela igreja Borromaica, como no caso do pintor Aurelio Luni e o próprio fundador e alto chanceler, Ambrogio Brambilla, que foge pra Roma em 1575, aí permanecendo até o fim da vida. Através do estudo deste fenômeno no campo das artes em plena Milão do tardo-Renascimento, é possível entrever um cenário de conflito, tanto no âmbito religioso como artístico. Em relação ao primeiro, o embate travado entre cultura e religião nos anos do arcebispado de São Carlos (1565-1584). No que se refere ao segundo, a afirmação da cultura local por parte dos artistas milaneses diante do grande fluxo de artistas "estrangeiros", representantes do maneirismo internacional, apoiados pela elite local. Para além disso, a Academia Bleniese é um

lugar privilegiado de onde se observar a manifestação do elemento cômico no Renascimento, permitindo uma reformulação da própria ideia de "renascença".

Cao Guimarães e O homem das multidões: hipermodernidade e subjetivação.

Rafael Augusto Fachini
rafael_augusto_fachini@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O objetivo do presente estudo é analisar o filme O Homem das Multidões, de Cao Guimarães e Marcelo Gomes. Pretende-se colocar em diálogo, tendo o filme como base para a discussão, os temas acerca da consolidação do indivíduo, o processo de solidão e isolamento na contemporaneidade, buscando-se entender como tais questões estão interpeladas e transpassam umas às outras e como são intimamente ligadas com a História, cultura e subjetividades. O foco principal que norteia o estudo é: quais as questões que, na contemporaneidade, levam sujeitos e corpos, em sua subjetividade, a sentirem as dimensões da solidão e do isolamento em nossa sociedade? O filme expressa e nos dá margem para questionar esses aspectos atuais, mostrando que existem, dentro do sistema capitalista, no qual estamos inseridos, contradições que nos levam a vivenciar aspectos que colocam em xeque o nosso próprio processo de interação humana.

A história das exposições e a pesquisa em arte africana: desafios metodológicos

Sandra Mara Salles
sandra.nangadef@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte africana; história das exposições; arte e política.

O discurso sobre a arte trata geralmente das obras, dos artistas e dos processos criativos mas deixa muitas vezes de lado um aspecto essencial da relação estética: a exposição. Como abordar em conjunto elementos tão heterogêneos quanto as relações entre os objetos, as relações destes objetos com os lugares e os públicos ou ainda as múltiplas narrativas que surgem a partir de determinados arranjos curatoriais, que renovam o repertório da história da arte? Refletir sobre os públicos, a cenografia, a arquitetura, os textos, além dos demais desdobramentos de uma exposição (o catálogo, por ex.) permite ver de que forma as diferentes mediações orientam e reorientam permanentemente nosso julgamento sobre as obras e nossa compreensão da arte. Partindo de uma reflexão mais ampla sobre as possibilidades e desafios metodológicos da pesquisa no campo da história das exposições e suas contribuições para a criação de uma narrativa mais plural e abrangente da história da arte, a presente proposta de comunicação discute mais especificamente suas contribuições no campo da arte africana. A pesquisa no campo da história das exposições exige uma interlocução constante com outras disciplinas. Pesquisar a arte africana demanda igualmente esta postura interdisciplinar. Ambas exigem que o pesquisador recorra a procedimentos metodológicos da história da arte, da sociologia da arte e da cultura, além da museologia e da antropologia, entre outros diálogos possíveis. Propomos neste simpósio refletir sobre as possibilidades metodológicas da pesquisa em arte africana por meio do estudo de suas exposições, em geral, e da exposição que será objeto desta comunicação, em particular: "The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa 1945-1994". Esta exposição buscou discutir as transformações políticas e sociais no continente africano ao longo do século XX por meio da arte. Trata-se de um projeto artístico inserido dentro de um projeto intelectual, com forte viés político e seu caráter interdisciplinar exige uma abordagem de mesmo teor. O fato da exposição ter sido realizada em dois países (Alemanha e EUA), com históricos diferentes de relações com o continente africano, nos impele igualmente a pensar no contexto de recepção da

exposição - na qual obras de arte foram confrontadas a outros documentos visuais e objetos de diversas tipologias (imagens de arquivos, fotografias, posters, tecidos, etc.).

O cinema e as representações sociais

Clarissa Rodrigues Soares
clarissarosoares@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os estudos que utilizam o cinema como fonte, buscando demonstrar como o estudo das representações sociais pode servir às análises do historiador. Qualquer livro que se propõe a contar a história do cinema tem em seu enredo uma narrativa bastante específica e comum: o assombro dos espectadores ao presenciarem a chegada de um trem à estação na primeira exibição fílmica dos irmãos Lumière. A chegada de um trem na estação, de 1895, é considerado o primeiro filme da história e marcou a passagem do século XIX para o século XX e a forma de se lidar com a imagem, o tempo e, por consequência, a própria História. Os primeiros estudos que utilizavam-se do cinema como fonte viram nos filmes instrumentos capazes de reproduzir a realidade. Com o uso político do cinema por parte dos regimes totalitários do século XX, os estudos a respeito da relação do cinema com a sociedade o consideraram como um instrumento de manipulação de massas. Esses estudos interpretavam o espectador como um ser passivo frente as investidas da Indústria Cultural, pois esta serviria somente a interesses ideológicos, o que reduziria a arte a uma mera mercadoria na era da reprodução técnica desenfreada das obras. Contudo, a emergência dos Estudos Culturais na década de 1960, o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais e abertura da História às novas fontes permitiram ao historiador um vasto campo de análise dos filmes como palco de manifestação de representações sociais, situando o discurso cinematográfico no processo de recriação dessas representações ou difusão daquelas já fixadas e naturalizadas na sociedade. Desde então, o cinema deixou de ser visto como instrumento de manipulação de massas, para ser integrante de uma luta entre dominação e resistência no âmbito da cultura. A partir dessa perspectiva teórica de análise, esse trabalho tem como intuito discutir como os filmes podem servir de espaço de manifestação dessas representações sociais, podendo auxiliar tanto no processo de fortalecimento quanto no de (re)criação de novas representações; e como o público, enquanto consumidor e produtor de significados sobre tais representações trazidas pelas imagens do cinema, é capaz tanto de aceitá-las e incorporá-las quanto recusá-las ou ressignificá-las.

Descolonização do corpo feminino: a produção de imagens na América Latina

Natália Rezende Oliveira
natalia.rzd@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Na 31ª Bienal de São Paulo (2014), uma instalação produzida pelo coletivo latino americano “Mujeres Creando” (Bolívia) apresentava relatos de aborto e violência de gênero sofridos por mulheres brasileiras e registros em vídeo de manifestações em defesa do direito ao aborto ocorridas na Bolívia. O coletivo, que produz textos e imagens em múltiplas linguagens como vídeo, performance e grafite, não define sua produção como artística, mas é absorvido pelo meio e se apropria dos dispositivos e instituições da arte para dar visibilidade a sua militância e provocar discussões sobre a violência institucionalizada contra a mulher. Dentro dessas ações tidas como poéticas, as mulheres que integram o coletivo também se engajam na construção de uma revisão da história latino americana, tecendo análises críticas acerca da relação entre os processos de colonização e o patriarcado e as representações da figura feminina dentro desse contexto. A intenção deste trabalho é apresentar parte da produção visual e teórica de coletivos de mulheres como o Mujeres Creando e Mujeres Publicas (Argentina) e de pesquisadoras da história latino americana, tais como a ativista María Galíndo, integrante do Mujeres Creando, que atua na construção de um novo corpo simbólico de referências subvertendo as imagens comuns associadas ao feminino; a norte americana radicada no Chile, Nelly Richard, revelando métodos e posicionamentos que criam alternativas possíveis de abordagem historiográfica frente à hegemonia masculinizada da teoria e pesquisa das práticas artísticas, e a filósofa María Lugones trazendo o conceito de ‘colonialidade’ de gênero, que problematiza as relações entre raça, classe e territorialidade como figurações de poder sobre os corpos; questões essas que aparecem tencionadas nas imagens difundidas pelos grupos ativistas. Nessa perspectiva, percebe-se a ampliação das possibilidades de produção e absorção de teorias interdisciplinares no âmbito da arte, que não pode mais ignorar a influência dos fatores geopolíticos na criação e compreensão das imagens na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, há o alargamento do próprio conceito de obra de arte em si, a partir do momento em que ações de cunho estético atreladas a movimentações políticas desestruturam as configurações comuns das imagens, que passam a ser

compreendidas como arte ou encontram na arte um espaço de legitimação e desdobramento, potencializando seu impacto na sociedade.

Wrestling with the Angel of Art - O procedimento escriturário de E. Wind

Rhuan Fernandes Gomes
rhuanfer.go@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Personagem central da tese de doutorado que venho desenvolvendo desde 2015, Edgar Wind é mais conhecido pela obra "Pagan mysteries in the Renaissance" (1958) e por sua relação com três de seus professores: Erwin Panofsky, Ernst Cassirer e Aby Warburg. Filósofo de formação, nos primeiros anos de sua carreira foi mais um entre tantos a buscar na Alemanha das primeiras décadas do século XX os conceitos básicos para uma História da Arte (Grundbegriffe), mas se fez ao longo dos anos um historiador da arte que se postou como continuador do legado warburguiano, tendo para isso se colocado contra o Instituto que leva até hoje o nome daquele que foi seu professor e amigo. Analisando a obra publicada nos últimos anos da década de cinquenta e resgatando por meio dela os anos de formação de Wind para expormos suas semelhanças e diferenças quanto a seus antigos amigos e mestres, esta apresentação tentará constituir uma síntese do modo como Wind constituiu sua luta contra o anjo da arte ao longo dos anos e como ela se materializou em sua análise dos mistérios pagãos do Renascimento, em sua busca escriturária por uma compreensão da arte e do modo como lidamos com ela.

A arte como documento: estudo sobre a materialidade das obras de Albert Eckhout.

René Lommez Gomes
rene.lommez@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Na última década, houve um forte crescimento no volume de estudos em ciências sociais que salientam a importância de se analisar o impacto dos artefatos e dos materiais para o desenvolvimento das práticas sociais e dos sistemas de poder. Conhecido como material turn, este movimento metodológico surgiu como resposta ao “discursive turn” iniciado com a crise de representação do pós-estruturalismo. Esta tendência emergente possui diversas matrizes teóricas, que buscam salientar como as forças materiais afetam a condução da vida cotidiana e salientar o valor do estudo da materialidade para iluminar aspectos pouco estudados da vida social. Apesar de sua forte ascendência sobre a renovação do pensamento de diversos campos de estudo, incluindo a história, foi apenas muito recentemente que os estudos da materialidade produziram impactos nos campos da História da Arte e dos Estudos de Cultura Visual. Muito recentemente, tem sido defendida a necessidade de incorporação de análises do aspecto dimensional (a corporalidade ou a presença) e da materialidade das obras de arte nas investigações sobre sua produção, uso, interpretação e inserção na produção da cultura visual de uma época, rejeitando-se a preeminência da desencarnação analítica da arte e sua redução à condição de imagem. Do mesmo modo, tem sido crescente o surgimento de estudos em História Técnica da Arte e em Conservação e Restauração de Bens Artísticos que utilizam a materialidade das obras – os materiais, técnicas, textura, peso, ec. – como fonte de informação sobre os processos históricos “vivididos” ou encarnados pela peça. A presente comunicação tem como objetivo demonstrar algumas possibilidades de se tomar os aspectos materiais de uma obra de arte como documentos para a escrita da sua trajetória (ou biografia) e como “fontes” de informação sobre os processos históricos de sua produção e uso. Para tanto, será tomado como exemplo um conjunto de pinturas realizadas, no Brasil seiscentista, por Albert Eckhout. A partir da análise de uma série de aspectos da materialidade das obras, revelados por análises físicas e químicas geradas em processos de conservação e restauro, as obras serão inquiridas como

documentos de sua própria trajetória, capazes de auxiliar o historiador na solução de questões até o momento insolúveis com o uso das fontes textuais disponíveis.

ST 19 - História e culturas urbanas: narrativas e práticas sociais nas cidades

Simpósio Temático

André Mascarenhas Pereira

andremasper@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Philippe Maurice Hugo Marie Urvoy de Portzamparc

ph.urvoy@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Bruno de Carvalho Corrêa

cappai.bruno@gmail.com

Mestrando em História

UFMG

Romulo Nascimento Marcolino

romulonm@yahoo.com.br

Mestre em História

UFMG

Proposta do Simpósio

Propomos neste simpósio temático uma reflexão sobre a história urbana em uma perspectiva cultural e social. Ao considerarmos a cidade e as narrativas que dela emergem como espaços em disputa, nosso foco concentrar-se-á na pluralidade de discursos e práticas que as culturas urbanas oferecem ao trabalho do historiador. A estrutura urbana, dentro da cidade moderna, mostra-se, em si mesma, um espaço repleto de signos, uma narrativa concebida de antemão por um discurso técnico, que se impõe tanto ao transeunte como ao morador. No entanto, como nos é ensinado por Michel De Certeau, a cidade também é o local onde uma infinidade de outras narrativas e práticas emergem para distorcer as linhas do desenho planejado. Na linha de Walter Benjamin, ao identificar a importância dos arquétipos do flâneur e do "trapeiro", caberia ao historiador dialogar com os diferentes tipos de sujeitos/agentes

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

produtores de narrativas sobre o espaço urbano que se expressam ou falam pelas/nas cidades e que, em nosso entendimento, formam, informam e enformam as várias relações e tensões estabelecidas na teia social urbana. Pretendemos, assim, dialogar com propostas de trabalho e pesquisas que, de alguma forma, tenham as cidades como lugares, fontes e/ou objetos de investigação em suas múltiplas e polifórmicas formas de expressão.

Comunicações

Produções gráficas contemporâneas: um olhar arqueológico em Belém do Pará

Augusto Moutinho Miranda
guto_moutinho@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Ao andar por diferentes cidades, nos deparamos com algumas produções gráficas contemporâneas, que compõem o ambiente urbano e acabam colaborando para a (re)construção da identidade destes espaços. Belém, como outras cidades, não tem conseguido compreender essas atividades, seja por parte do poder público ou por parte da sociedade civil através de medidas de repressão e/ou punitivas. A partir de ações desenvolvidas por grupos ou indivíduos que buscam expressar seus sentimentos, indignação e reclamações, expressando em suportes parietais a partir dos grafites e “pixações”, a cidade passa a ser um ambiente repleto de tensões e um espaço desafiador para compreender sua dinâmica a partir da heterogeneidade dos sujeitos envolvidos. Partindo do contexto urbano belemense, surgiu a presente pesquisa que busca identificar e compreender junto aos autores dessas produções gráficas contemporâneas a identidade dessa atividade no ambiente urbano, procurando entender as consequências dessa atividade e as tensões sociais existentes nestes espaços, a partir da cultura material. Para isso buscou-se na Arqueologia da Contemporaneidade, na Arqueologia da Paisagem e na Arqueologia Urbana, elementos para o desenvolvimento metodológico deste estudo.

Mulheres errantes: o ato de flanar através da perspectiva de gênero

Clycia Gracioso Silva
clycia.gracioso@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O trabalho proposto pretende analisar a transmissão de experiências urbanas através das narrativas femininas sobre o ato de flanar, contrapondo as produções existentes acerca do tema, que evidenciam a flânerie como privilégio social masculino. Para isso, são analisadas as produções feitas por mulheres estudando o próprio corpo feminino e sua relação com o espaço como matéria do urbanismo. Assim, são utilizadas narrativas urbanas como fontes literárias, cinematográficas e acadêmicas resultantes de experiências erráticas femininas ou que retratam a mulher enquanto errante no espaço urbano. Afirmando-se a experiência errática como possibilidade de experiência urbana (JACQUES, Paola Berenstein, 2014), o estudo se faz necessário uma vez que o espaço urbano se constitui historicamente como um local opressor, impedindo que a mulher seja reconhecida como flâneuse e pratique o que, segundo João do Rio, constitui “o mais interessante dos esportes – a arte de flanar”.

A capital do trabalho: espaço, disciplina e moral pública em Belo Horizonte

Fábio Luiz Rigueira Simão
fabiolsimao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Belo Horizonte foi construída na perspectiva retórica de uma cidade-dádiva da arquitetura moderna e racional da virada do século XIX para o XX. Era a “noiva do trabalho” e a “filha primogênita das realizações materiais da República” nas palavras de João Pinheiro. Mas numa sociedade recém-saída da escravidão e com tantas desigualdades, o ideal republicano tinha um significado quase meramente formal e seu alcance parece ter ficado adstrito aos círculos políticos e intelectuais. Assim, carente de reais transformações, os entusiastas e propagandistas do novo regime procuraram recriar, no âmbito retórico, uma realidade menos existente que desejada. A planta original de Belo Horizonte, excludente e segregacionista, haveria de se debater com essa realidade conflitante e marcada por descontinuidades. Entre imigrantes e migrantes pobres, médicos sanitaristas, engenheiros e policiais, a cidade tornou-se palco de uma trama relacional múltipla. A defesa de um projeto de disciplina pelo trabalho e de uma moral urbana parecem ter se sido a motriz da história da nova capital na alvorada do século XX. Abria-se um ambiente provável de diferentes demandas e atores sociais onde forças desequilibradas digladiavam. Dividiriam a cena urbana vetores tão distintos quanto os seus juízos. Mas em alguma medida suas diferenças miravam acomodação. O conflito era propósito para negociação também. A cidade procurava caminhos possíveis. Sua beleza inegável e as expectativas que se desenvolveram em sua órbita tiveram de conviver com vazios materiais verdadeiras batalhas simbólicas. Modernidade e tradição se debatiam. Pobreza e projetos de exclusão compunham a cena de uma realidade histórica em movimento. A planta, as obras e as primeiras décadas daquele empreendimento têm muito a nos dizer a este respeito. Sua observação atenta e as questões que podem daí suscitar são o nosso fito neste trabalho.

Um nó em uma rede: imagens de Belém em cartões-postais do início do século XX

Fernando Augusto Souza Pinho
fernandopinossa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: imagens; cartões-postais; discurso urbano.

Esta comunicação trata do álbum “Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais”, publicado pelo Governo do Pará, através de sua Secretaria de Cultura, em 1996, com reedições em 1998 e 2004. Reunindo cartões-postais da cidade de Belém no início do século XX, tomo este álbum como um acontecimento que faz funcionar uma dupla inscrição: o álbum se inscreve e promove inscrições outras em uma memória sobre a cidade. Neste caso, considero a noção de acontecimento não como “a novidade”, não como um rompimento que instaura um novo dizer ou um novo regime discursivo; interessa-me entender o álbum “Belém da saudade” como algo que faz retornar um dado dizer. O álbum “Belém da saudade” é composto basicamente por duas grandes seções. A primeira seção, intitulada “Carta bilhete”, faz uma apresentação do álbum, sendo composta por três textos: (1) um texto também chamado de “Carta bilhete” (escrito por Paulo Chaves Fernandes, então secretário estadual de cultura), que traz uma espécie de carta a Belém, uma carta de saudade; (2) o texto “Cartão-postal: memória de Belém” (de Victorino Miranda, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e do Distrito Federal e membro da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro), que traça uma pequena história dos usos do cartão-postal no estrangeiro e no Pará; (3) o último texto que compõe a primeira seção, intitulado “Cartografias da modernidade de Belém” (de autoria de Fábio Castro, professor da Universidade Federal do Pará), faz um apanhado mais crítico sobre a cidade de Belém na virada do século XX, tecendo as necessárias relações entre as condições políticas e econômicas vigentes na época. A segunda seção do álbum se chama “Postais” e traz os cartões-postais organizados segundo um critério temático, que dá ênfase aos aspectos materiais da cidade, instaurando um efeito de conjunto, um efeito de realidade. É essa escolha que busca forjar um sentido para a cidade de Belém, marcando o que é para ser lembrado e, ao mesmo tempo, aquilo que deve ser esquecido. É sob esta seção, em particular, como um recorte analítico do álbum, que esta comunicação se deterá, manejando noções oriundas dos estudos de discurso.

O Lânter Humano: a Cidade Ozanam e a "Fábrica de transformar mendigo em gente"

Fernando Rosa do Amaral
fernandohistor@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em artigo publicado no “Minas Gerais”, no dia 25 de janeiro de 1938, Monteiro Lobato dirigiu um forte elogio à construção da “Cidade Ozanam”, inaugurada em Belo Horizonte naquele mesmo ano. De acordo com suas palavras, essa instituição tinha um projeto promissor: solucionar de forma determinante e inteligente a questão da mendicância. Nesse texto, o escritor apontou que os mendigos, com sua incômoda presença nos grandes centros urbanos, possuíam um caráter residual: “Todas as cidades dão de si resíduos. Dão o lixo comum, resíduo das casas, e dão a mendicalha, resíduo demográfico”. Para Monteiro Lobato, essa categorização dos mendigos como seres residuais indicava a possibilidade de conversão desses personagens urbanos em sujeitos úteis para a sociedade. E para buscar essa realização, a vida idealizada na Cidade Ozanam teria, dessa maneira, tomado como inspiração a modernidade do mundo das fábricas. O sistema fabril, visto em muitas ocasiões como um símbolo do progresso humano, contribui em sua funcionalidade, de modo essencial, para que tudo possa ser reaproveitado e transformado em um produto útil para a sociedade. Para Monteiro Lobato, o exemplo dado pelas tecelagens, tão comuns no período industrial brasileiro, com o lânter – sobra do algodão –, parecia casar bem com a proposta vinda dos vicentinos mineiros de criação da Cidade Ozanam. Na sua visão, essa obra de benemerência seria uma verdadeira fábrica de transformar mendigos – o lânter humano – em gente, fazendo assim desse empreendimento dos mineiros um exemplo para todas as cidades do mundo que enfrentavam igualmente a presença dos pobres mendicantes, pessoas então vistas como indesejáveis e residuais.

Narrativas fotográficas em pesquisas etnográficas: cidades visíveis e sensíveis

Frederico Luiz Moreira
fredmoreir@gmail.com

Júnia Patricia Cardoso
contato@juniacardoso.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Narrativas visuais; etnografia; cidade; festa.

O recorte no estudo apresentado parte do pressuposto do uso de fotografias como dados etnográficos na investigação de uma festa. No estudo foram analisados processos educativos imersos nos saberes e feitura dos tapetes de serragens, que ornamentam a via da procissão da festa de Corpus Christi, em Sabará/MG, durante três anos consecutivos. Durante este processo pode-se verificar possibilidades educativas que fizeram-se presentes nas relações intergeracionais, nos gestos e em diferentes composições e desenhos que delineiam a perpetuação dessa prática cultural e religiosa. A investigação partiu da hipótese de que a feitura dos tapetes interconecta não apenas relações de sociabilidade estabelecidas entre os moradores das ruas investigadas, mas, a festa, o rito, a memória e a instauração de situações de transmissão que reforçam valores identitários e laços de pertencimento, fazendo dos tapetes um patrimônio cultural imaterial da cidade. Essa apreensão contou com o auxílio de horas de observação participante, análises e estudos de referenciais socioantropológicos e da sociologia da educação. Em diálogo com os dados apreendidos numa perspectiva etnográfica, principalmente na captura de imagens visuais, entrevistas semiestruturadas e notas em diários de campo. Para apreender reflexões sobre os dinamismos presentes na referida tradição e, por fim, tornar visível a maneira como os sujeitos que participam deste momento de festividade se apropriam da rua e dos espaços urbanos, compondo formas outras de educação.

Hotéis e sociabilidade na Praça da Estação em Juiz de Fora – MG

Gabriella Oliveira Araujo
gabbetvrs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A chegada da ferrovia em Juiz de Fora, assim como em outros municípios do estado de Minas Gerais, foi um fator de propulsão do desenvolvimento urbano. Novas possibilidades de ocupação foram trazidas para a cidade, o que interferiu diretamente na formação da estrutura urbana local. Com o estabelecimento da chamada “estação central” e uma efervescente circulação de pessoas as margens desta, o local que até então era pouco explorado passou a ser palco dos principais acontecimentos sociais e comerciais da cidade, culminando em um deslocamento do eixo central urbano que se encontrava situado as margens da “Rua Direita”, para o local que ficou conhecido como “Praça da Estação”. Junto ao comércio crescente na região “baixa” da cidade, começaram a surgir hotéis que visavam abrigar aqueles que chegavam até Juiz de Fora através da ferrovia, tendo sido o primeiro destes o “Hotel Renascença” estabelecido ainda na segunda metade do século XIX. O presente estudo visa discorrer sobre o surgimento destes hotéis na “Praça da Estação” com um enfoque em particular no “Minas Hotel”, edificação em estilo eclético construída as margens da estação ferroviária em 1923. Assim como busca-se também entender inserção e o papel deste hotel nas relações e redes de sociabilidades do início do século XX em Juiz de Fora.

"Não é imaginação, é realidade": intersecções entre o flâneur e o rolezeiro

Laíza Santana Oliveira
laizasantanaoliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A partir das perspectivas temporal, espacial e social visa-se investigar qual foi o contexto, o impacto de ação e as relações identificáveis entre o flâneur, pelas ruas de Paris, capital da modernidade no século XIX, e o rolezeiro, pelos corredores dos shoppings centers da maior metrópole do hemisfério sul, a cidade de São Paulo, no século XXI, partindo da concepção de que a flânerie e o rolezinho são fenômenos sociais e não experiências efêmeras e desconexas de seus tempos históricos. Tanto Charles Baudelaire, escrevendo sobre o flâneur, quanto o historiador do século XXI, escrevendo sobre a cultura funk paulista estão, em medidas diferentes, estão fazendo a História do Tempo Presente. Para Jean-Pierre Rioux, a História do Tempo Presente é “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (1999) e o historiador deve, nesse sentido, se atentar a recusa do que é efêmero de modo a ser protagonista na redação da História e não os jornalistas que possuem as informações nas mãos mas, realizam análises superficiais, momentâneas e enviesadas. Domínio ainda em consolidação na academia, a História do Tempo Presente é para Eric J. Hobsbawm, um dos maiores historiadores do século XX, uma necessidade “ainda que seja para salvar do esquecimento, e talvez da destruição, as fontes que serão indispensáveis aos historiadores do III milênio” (1998). Com base, deste modo, nas obras sobre o tema é possível salientar que o exercício da inserção tanto do flâneur, quanto do rolezeiro se dá nos seus referidos tempos históricos, então, na chave da experiência no/do espaço urbano que com seus ritmos e traços característicos moldam estes sujeitos, ao passo que, estes sujeitos também moldam as referidas cidades, não existindo, assim, uma relação hierárquica entre o homem e o espaço, mas, uma relação de dupla-troca em que a temporalidade se afirma, ademais, como um elemento de suma importância, tendo em vista, que sociedade, espacialidade e temporalidade são produtos de construções sociais de longa duração. Isto é, estes três elementos (sociedade, tempo e espaço) são resultados de interações sociais, das quais o flâneur e o rolezeiro desempenharam papéis significativos, cada um a seu modo, com seu trajeto, seja caminhando

pelas ruas de Paris, no século XIX, em meio a arte, jogatina, mulheres ou seja caminhando pelos corredores de um shopping center, em São Paulo, no século XXI.

Projeto Lagoinha e Operação Urbana Nova BH: reabilitação, proteção e memória

Renata Lopes
renatalopespinto01@gmail.com

Leide Mara da Conceição Cota
leidem.cota@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE :

Esta comunicação pretende analisar as propostas de revitalização do bairro Lagoinha com o Projeto de Reabilitação Integrada do Bairro Lagoinha, implementado no período de comemoração do centenário de Belo Horizonte (1994) e a Operação Urbana Consorciada Nova BH proposto em 2014. Desta maneira, objetiva-se trazer elementos que convergem e divergem entre os projetos, além de mostrar como a memória do bairro Lagoinha é utilizada pelo poder público para justificar as intervenções na região. As propostas contém, por um lado a intenção de preservar o seu patrimônio material e imaterial e, por outro, o objetivo de transformar condições físicas e sociais que caracterizam o bairro como periferia.

Moda, História e Sociabilidade: um estudo sobre as mulheres capixabas, 1970-85

Louise Maestri Ferreira
louisemaestri1@gmail.com

PALAVRAS CHAVES: História; Poder; Sociabilidade; Cidade de Vitória; Mulheres.

Nos anos de 1970, Vitória, capital do Espírito Santo, apresentou um crescimento demográfico, econômico e social em decorrência da implementação dos Grandes Projetos Industriais, tais como a Siderúrgica CST (atual Arcelor Mittal Tubarão), o Porto de Tubarão e a expansão da Vale do Rio Doce. O perfil urbano da cidade, se alterou e nele emergiu um grande mercado na área de serviços e de comércio. Concomitantemente, a sociedade capixaba passou a buscar um estilo de vida diferente do que vivido até então. Paralelo à isso, anteriormente no ano de 1962, a loja de departamentos Mesbla Magazine se instalou em Vitória com serviços prêt-à-porter de moda, e, que nos anos seguintes, instituiu seu poder econômico e social na sociedade frequentadora da capital. À luz dessas transformações sociais e econômicas realizamos uma pesquisa cuja proposta de trabalho, na temática História, Cidade e Sociabilidade, tem como objetivo analisar os paradigmas do consumo social, e identificar o impacto que essa primeira loja de departamentos da capital capixaba trouxe para o desenvolvimento social da cidade no período de 1970 a 1985. Optamos por realizar um estudo de caso, afim de pesquisar a relação entre as mulheres capixabas, a moda dos anos de 1970 e a Mesbla Magazine, podendo assim, analisar este impacto quando da instalação da loja na cidade. Como metodologia, além dos estudos documentais da Mesbla e da sociedade vitoriense, realizamos entrevistas em profundidade com mulheres e frequentadores da capital, que vivenciaram o impacto causado pelo comércio trazidos por essa loja de departamentos. De resultado da análise das entrevistas já realizadas identificamos que, as mulheres identificadas como consumidoras, eram casadas, não tinham renda própria, pois algumas não tinham profissão ou optaram pelo magistério que as remuneravam mal e, pertenciam à classe média local, além de possuírem uma relação direta com o espaço público ao frequentar, por vezes, a vida noturna e assim, promovendo, a sociabilidade feminina de uma época na qual um novo estilo de vida capixaba estava por nascer.

Os sons da cidade

Miranice Moreira da Silva
miranicem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Micareta; cidades; representações; Feira de Santana.

O texto *Os sons da cidade* tem por objetivo ler a cidade de Feira de Santana através dos circuitos da micareta e seus sentidos entre os anos de 1937 e 1980. Recorte que compreende a invenção da micareta até os primeiros indícios daquilo que ficou conhecido em 1986 como Axé Music. Trata-se de uma análise dos sentidos dos circuitos, tanto para a festa e quanto para a cidade, que está fundamentada nos conceitos de cidade (LEFEBVRE, 2001), (BRESCIANI, 1992); territorialidades (SANTOS, 1985); conceitos que não podem ser dissociados da sociabilidade (PESAVENTO, 2001;2007). Reflexões teóricas que são suscitadas a partir da análise das fontes impressas. Recortou-se para essa produção dois impressos: o Jornal Folha do Norte e o Feira Hoje. Ao trabalhar com os jornais compreende-se que ao noticiar sobre a micareta esses folhetins também a construíam, em uma perspectiva que compreende a imprensa como um dos atores que erguem representações tanto das práticas culturais quanto da ideia de cidade. A partir desses elementos, defende-se a tese de que a festa revela a cidade, mas que também é arquitetada por ela/sujeitos; em um movimento mútuo e de onde não se pode estabelecer a origem. Os sons revelam a cidade e a cidade constitui o tom.

“O progresso chega ao sertão”: o processo de “modernização” de Montes Claros

Pedro Jardel Fonseca Pereira
fpedrojardel@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Montes Claros; industrialização; modernização; progresso.

A implantação do polo industrial a partir da década de 1960 acarretou diversas transformações e expansão do espaço urbano de Montes Claros, inclusive atraiu um grande contingente de migrantes, se em 1960 contabilizava 50.000 habitantes esse número passaria para 150.000 no ano de 1970. Nesse contexto foi elaborado o I Plano Diretor e o Código de Posturas Municipal, com o intuito de regulamentar, reestruturar e modernizar a cidade. Uma das metas do projeto modernizador era fazer a passagem da cidade agrário-mercantil à cidade urbano – industrial, e adequá-la às novas “necessidades” impostas pela industrialização nascente. Uma das preocupações era com a maneira como a população tinha se apropriado do espaço urbano, ou seja, de maneira desordenada. Contudo, esse momento também foi marcado pelas disputas políticas, e essa incumbência, o grupo dos ruralistas delegou a Antônio Lafeté Rabelo que na década de 1960 se elegeu prefeito, o político e suas ações foram considerados: “A expressão das forças modernizantes da década de 1970, responsável por trazer progresso ao sertão”. I Plano Diretor que tinha como meta questões como, higiene, segurança e estrutura das habitações, que passariam ter um padrão a ser observado pelos construtores. Previa ainda realizar o controle sobre a população que cresciam de maneira desordenada e em grande proporção, sobretudo nas favelas. O documento eminente seria uma forma de o município demonstrar que estava em sintonia com o progresso desejado e em voga no país. Diante do exposto, nosso objetivo é discutir as mudanças no modo de viver a cidade, e as apropriações do espaço urbano. Nesse sentido, a investigação não se restringe apenas a compreensão das formas do espaço urbano, como os edifícios, ruas e praças, que são fundamentais nesse processo, mas também as práticas sociais e as representações produzidas por elas nesse contexto. A fonte utilizada será os documentos mencionados, O Programa de Aplicações em Desenvolvimento Urbano de Montes Claros de 1974, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de 1977, os mesmos contém informações sobre os aspectos de infraestrutura e socioeconômico da cidade. E a Revista Montes Claros em Foco, que traz diversas matérias sobre esse período. Também será utilizado mapas,

plantas e fotografias desse período que ajudaram a compreender o contexto e as transformações do espaço urbano.

Bairros camarários do Porto (1960-74): do controle social à organização popular

Philippe Urvoy
ph.urvoy@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Desde as primeiras décadas do século XX, a cidade do Porto se tornou o grande polo industrial do norte de Portugal, atraindo um número crescente de imigrantes vindos do interior do país. Salvo as poucas vilas operárias construídas por algumas empresas, estas populações tinham geralmente duas opções para se alojar: morar num bairro de lata - equivalente das favelas - ou viver de aluguel nas "ilhas", barracos construídos no quintal das casas burguesas e alugados para as populações mais pobres. Em 1956, diante do crescimento urbano e para atender motivações higienistas, é instituído, na cidade o Plano de Salubridade das Ilhas, que prevê a remoção das populações vivendo nestes locais e seu realojamento nos Bairros Camarários, conjuntos habitacionais construídos na periferia. No entanto, parte da população não se adapta facilmente a esta mudança. A vida nos Bairros Camarários é ritmada por um regulamento visando controlar o comportamento moral dos seus habitantes. Os moradores são vigiados pelas autoridades, caracterizando o aspecto repressivo, conservador e moralista da Ditadura encabeçada por António de Oliveira Salazar que se mantinha no poder desde 1932. É neste contexto que nascem nestes bairros dinâmicas coletivas de moradores que se organizam contra a ação repressiva da Câmara Municipal ou para conseguir melhorias nos seus bairros. Estas dinâmicas permitem entender, inclusive, a origem dos movimentos dos Bairros Camarários que, logo após Revolução dos Cravos e o fim da Ditadura, em 1974, surge no Porto como o primeiro movimento estruturado de moradores no Período Revolucionário em Curso em Portugal. No entanto, ainda não existe trabalho historiográfico dedicado aos conflitos sociais nos Bairros Camarários do Porto neste período, em parte pelas poucas fontes disponíveis sobre o assunto. A partir da análise de fontes municipais tais como o Plano de Salubridade das Ilhas e o Plano de Melhoramento da Cidade do Porto, ao quais contrapomos documentos produzidos por Comissões de moradores e relatos de ex-moradores e testemunhos por nos coletados nestas zonas, procuramos evidenciar a emergência de conflitos sociais e das ações coletivas de moradores nos Bairros Camarários do Porto. O estudo destes nós parece fundamental para

entender melhor a gênese dos movimentos de moradores que emerge após o 25 de Abril, e desta forma relativizar o caráter “espontâneo” destes por vezes apontado pela bibliografia sobre o tema.

A diferença entre "nós" e os "outros": história do município de Nova Porteirinha

Rhaenny Maísa Freitas
rhaennymaísa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: História; Cidade; Nova Porteirinha.

Esta pesquisa faz parte do desdobramento de uma pesquisa de mestrado sobre protagonismo feminino na referida cidade. O objetivo é demonstrar de que maneira o estudo das fronteiras e territórios podem contribuir para a história do município de Nova Porteirinha, situada na região norte de Minas Gerais. A cidade em questão, mesmo sendo jovem e com poucos habitantes, encontra-se em situação conurbada com a vizinha Janaúba, apenas uma ponte separa o centro das duas cidades. Entretanto, antes de se emancipar, Nova Porteirinha não pertencia à Janaúba, como se imaginaria, mas sim à Porteirinha que fica distante 35 quilômetros. As discussões decorrem do fato de que a emancipação política de Nova Porteirinha não é aceita por muitos habitantes da cidade de Janaúba. Os descontentes afirmam que Nova Porteirinha deveria ter se tornado bairro da cidade de Janaúba ao invés de ter se emancipado. Esta ideia é defendida tanto da proximidade dos centros urbanos, como pela dependência de Nova Porteirinha no que tange à infraestrutura oferecida pela cidade ao lado. Entretanto, consideramos que esta questão vai além do senso comum e da opinião geral da população, merecendo análise minuciosa acerca da formação dessa população, suas práticas culturais e identitárias e o motivo pela qual se identificaram como um novo território. A diferença entre “nós” e os “outros” se refere justamente à criação desse vínculo entre pessoas que começam a formar uma comunidade e posteriormente pôde ou não se transformar em um município, visto que são vários os motivos que podem uni-las e diferenciar suas vivências, fazendo com que a fronteira não seja apenas física, mas também cultural. Para tanto a metodologia se concentrou na abordagem de revisão de literatura acerca dos conceitos propostos e do uso da história oral como fonte subsidiária e complementar. Os resultados demonstraram que a separação de Nova Porteirinha do município de Porteirinha foi resultado de um processo na qual a população criou uma nova identidade e um novo território diante das situações difíceis que sofreram em consequência das desapropriações para construção da Barragem Bico da Pedra e do Projeto de Irrigação do Gorutuba. Portanto, asseveramos que a observação das flexibilidades em relação às fronteiras e aos territórios

permitem valiosas contribuições, em especial aos estudos históricos, pois possibilitam analisar a formação da identidade e cultura de uma população a partir do lugar em que vivem.

Brasília, entre a modernização e o modernismo

Thiago Sobreira Vailati Silva
thisobreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE :

Este trabalho pretende apresentar o debate existente em torno da construção da cidade-capital Brasília ao final da década de 1950. Brasília possui como seu projeto arquitetônico-urbanístico a maior representação da arquitetura modernista brasileira. De autoria de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, este projeto visava a transformação da sociedade brasileira a partir da transformação do cidadão brasileiro que, devido ao caráter coletivista da arquitetura da cidade, seria ele próprio coletivista. Ou seja, Brasília é projetada e anunciada enquanto berço de uma nova sociedade e nova nação. Porém, ao observar os demais projetos de modernização inseridos no grande arco da Modernidade - Iniciado pelas Reformas Haussmann em Paris e finalizado pela Construção de Brasília - percebe-se que a nova cidade-capital mantém em sua estrutura as mesmas lógicas segregantes dos demais projetos de modernização, em especial, dos projetos brasileiros. A Modernidade Brasileira carrega em suas aplicações diversas formas de modernização, estetização e segregação social. As teorias europeias aqui são acomodadas às classes dominantes que delas tiram somente as bases de sustentação para a manutenção de suas próprias políticas. Por isso, a escolha de Brasília como a representação deste local de embate e acomodações de ideias e projetos contraditórios. O modernismo que, partindo da estética e cultura, valoriza o cidadão brasileiro e, a modernização que, partindo das políticas públicas e reformistas, segrega o cidadão brasileiro.

O mundo é diferente da ponte pra cá: Rap Hip-Hop e as identidades socioespaciais

Vinícius Novaes Ricardo
vinicius_novaesricardo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rap; identidade socioespacial; cidade.

As culturas urbanas têm se consolidado enquanto um tema caro às ciências sociais e à historiografia. Partindo-se do pressuposto de que a cultura é um arcabouço de significados que torna a realidade social inteligível e que, como é elucidado por Chartier (1991), os distintos lugares e momentos produzem expressões culturais particulares, a cidade é vivenciada por uma miríade de sentidos distintos. Nesse sentido, pela episteme culturalista, afirmar-se que uma cidade, enquanto espaço geográfico, é composta por diversas cidades, enquanto locus sociocultural. Portanto, pretende-se o estudo de identidades socioespaciais pela análise de músicas de rap, explicitando a cultura Hip-Hop enquanto uma cultura urbana que se sustenta pela linguagem anti racista e anti status quo, que tem no rap seu ente verbalizador e propagandístico. Em vista do exposto acima, procede-se a seleção de músicas do período da virada do século XX ao XXI, tendo como foco principal o estudo das músicas “Straight Outta Compton”, do N.W.A, e “Da ponte pra cá”, do Racionais MC’s. Após a seleção das músicas, da análise da letra e melodia, sendo traçadas suas referências explícitas e implícitas, parte-se para a pesquisa dos sujeitos envolvidos em sua produção, seus contextos históricos e sociais, questão nevrálgica do trabalho. Para isso serão utilizadas as reflexões de Souza (2012) e Pasini (2007), que estudaram a trajetória individual de Mano Brown. Além disso, será utilizada a literatura de Ferréz em “Capão Pecado” (2010). Já para o N.W.A. serão utilizadas entrevistas e documentários. Em vista do supracitado, os resultados obtidos têm como ponto basilar a explicitação do que Ginzburg, em sua argumentação sobre o paradigma indiciário (1989), chama de indícios diminutos, que são reveladores de uma cidade até então omitida. Por fim, conclui-se que o instrumental teórico e a bibliografia mobilizada auxiliam na interpretação dessas músicas. Portanto, o procedimento escolhido consiste em: seleção dos grupos de rap de acordo com sua relevância musical e identificação socioespacial com um centro urbano; análise das partes textuais e não textuais das músicas; estudo dos contextos históricos e sociais, bem como a trajetória de vida individual dos sujeitos envolvidos na produção das músicas selecionadas; utilização do instrumental teórico e

bibliográfico para a compreensão e análise socioespacial destes indivíduos e dos locais que representam.

Cidade, Corpo e Poder

Wesley Henrique da Silva Sousa
wesleyhenriquedasilvasousa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: corpo; arquitetura; movimento; gesto; poder.

Este trabalho tem como pauta analisar de maneira crítica os processos de produção do espaço, partindo do entendimento de que arquitetos são reprodutores das estruturas de poder e criam a partir do projeto arquitetônico, lugares que docilizam os corpos e auxiliam na manutenção das estruturas de poder, como por exemplo escolas, hospitais, presídios e as próprias cidades que abrigam esses equipamentos urbanos. Pretende-se então que haja um questionamento, principalmente por parte dos arquitetos, da função política das proposições espaciais. O que se busca neste trabalho é entender o papel da Arquitetura nos processos de subjetivação dos movimentos humanos e sua utilização como meio de manutenção das estruturas de poder. Aqui será considerada a definição de Arquitetura como “qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano” (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 12), uma definição que inclui então as mais diversas formas de apropriação e transformação do espaço, sejam elas feitas por arquitetos ou não-arquitetos.

O punk e a pauliceia: performances do ressentimento na metrópole.

João Augusto Neves Pires
prof.joaoneves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Tenho como objeto de pesquisa a metrópole paulista narrada pelos punks que deambulavam, instigados por ressentimento e revolta, por suas ruas nos primeiros anos da década de 1980. Com isso, pretendo, para essa comunicação, levantar questões que nos leve a perceber as intenções e intensidades dos passos daqueles jovens na cidade. A região metropolitana de São Paulo, interpretada por Milton Santos como corporativa e fragmentada (SANTOS, 2010), passava, nos anos finais de 1970, por um processo de reordenamento urbano o qual viabilizaria projetos de desenvolvimento econômico e industrial para o conurbado. Sensíveis a estas mudanças e aos impactos do período de (dis)tensão política, jovens de bairros empobrecidos usaram a performance punk como dispositivo de evasão de suas fúrias. Os discos e as canções registradas nessas plataformas revelam, por tanto, os contornos da vida no "subúrbio", bem como traz à tona as pulsões sensíveis daqueles jovens marginalizados diante das operações urbanas e do rearranjo das instituições políticas da época. Nas entrelinhas dessas performances, entre os ruídos e distorções próprias do ambiente punk, vemos as fissuras, restos e estilhaços da cidade, os quais, mediante um processo de (des)montagem, formam uma cartografia marcada pelo ressentimento. Palavras-chave: São Paulo; punk; ressentimento.

ST 20 - Teoria da História e História da Historiografia

Simpósio Temático

Alesson Rota

alesson.rota@gmail.com

Mestrando em História

UNICAMP

Danilo Araújo Marques

daniomarques.his@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Fernando Gomes Garcia

eroestrato@gmail.com

Mestrando em História

UFRGS

Pedro Henrique Resende

pedrohenriquer_1@hotmail.com

Mestrando em História

UFMG

Robson Freitas de Miranda Júnior

rfm.juninho@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Stéfany Sidô Ventura

stefanysido@gmail.com

Mestranda em História

UFMG

Proposta do Simpósio

A História científica é uma dentre tantas formas do Homem elaborar sua existência no tempo e dar sentido ao mundo, sendo a disciplina, ela mesma um processo histórico e localizado, que subsume a validade do gênero histórico a

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

uma lógica científica e racional que pretendeu ser a maneira privilegiada de se compreender os fenômenos do passado, reivindicando a validade universal de seus métodos, mesmo que desde sempre e ainda mais agora conviva com práticas alternativas de se elaborar o sentido da existência humana no tempo, passando desde a memória, literatura, e formas pré-disciplinares ou não ocidentais de se tematizar o passado, até o mito, experiências religiosas e outros tantos gêneros narrativos que tenham na expressão do tempo sua matéria de trabalho. As atuais demandas pelo passado, hoje, como aspolíticas de memória e reparação e estudos subalternos, anti-hegemônicos, de história pública e digital desafiam cada vez mais a pretensão do historiador acadêmico de monopólio na escrita pelo passado. Assim, o interesse do Simpósio é manter viva a tradição de propor um espaço voltado para discussões acerca da Teoria da História, História da Historiografia e Historiografia da Ciência no interior do EPHIS, abarcando uma amplitude diversa trabalhos versem sobre as questões fundamentais do campo da Teoria e da História da Historiografia, até aqueles que desafiem a legitimidade do campo, acolhendo desde trabalhos incipientes a reflexões mais avançadas – sem que se perca o lastro comum daquilo que configura o campo da Teoria e da História da Historiografia, ou seja, o potencial do historiador em dar sentido ao passado, transformá-lo e permitir que com ele se conviva. Trabalhos que perpassem questões ontológicas, epistemológicas, éticas, estéticas e políticas sobre a escrita da História; que questionem pelo ser da História, sua construção científica, disciplinar e narrativa; seu fundamento na realidade e experiência histórica; as possibilidades de se formular um seu conhecimento metódico e racional sobre o passado. Trabalhos que reflitam sobre o desenvolvimento histórico da disciplina em seu contexto de emergência, expansão e crise, que confrontem com outros discursos relativos à culturas de passado, sejam eles ocidentais, científicos ou não, que sejam capazes de historicizar a própria tradição e prática de pesquisa, revirá-la, ressignificá-la e continuá-la criticamente, renovando os sentidos do fazer História.

Comunicações

Historiografia Cognitiva: por um estudo científico não-reducionista do passado

Thales Moreira Maia Silva
thalesmms@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História, Psicologia, Cognição.

Ao se analisar a possibilidade de uma redução normatizada das explanações historiográficas à Psicologia, vê-se possível defender a não-existência de argumentações contundentes que requeiram a disponibilização de tal processo. De fato, a plausibilidade desse argumento dependeria da condição (duvidosa) de que características psicossociais específicas provessem os mecanismos subjacentes a todas as generalizações historiográficas conjecturáveis. Embora se posicione de forma a rejeitar tal pretensão, o presente artigo pretende examinar em maiores detalhes tais supostos atributos psicológicos. Ao que tudo indica, dado que historiadores tendem a contar apenas com um entendimento genérico dos comportamentos e estados mentais humanos, não se faz necessário, em sua disciplina, a existência de tal redução teórica. Entretanto, a limitação a uma concepção pré-teórica das ações individuais pode, por sua vez, comprometer a confiabilidade das explanações historiográficas, concedidas em total ignorância da existência de todo um campo de relevantes pesquisas que tendem a estender ou modificar tal forma genérica de compreensão. Diante disso, um cenário desejável seria aquele no qual a pesquisa historiográfica se veja enriquecida por seu envolvimento com pertinentes resultados advindos – entre outras áreas – da Ciência Cognitiva, em processo de enriquecimento que não seja redutivo, mas complementar. De fato, uma vez que, em seu ofício, historiadores comumente são levados a teorizar a respeito dos estados mentais dos agentes que habitavam e atuavam nos períodos em que estudam, a descrição das intensões, desejos, motivações e considerações passadas acaba por ocupar uma posição integral na agenda historiográfica. Em particular, o esclarecimento de condutas pretéritas implica na especificação dos quadros mentais que suscitaram tais comportamentos, desta forma, as explanações propostas por historiadores, não raro, se nutrem de conceitos psicológicos e levam a teorizações psicossociais acerca de agências, pensamentos e intenções. Diante do exposto, o presente artigo explorará o conceito de História

Cognitiva – uma empreitada acadêmica realizada sob o pressuposto de que as Ciências Cognitivas proveem valor teórico e instrumental para o fazer historiográfico – advogando que, quando aplicada de forma adequada, uma abordagem cognitivo-historiográfica pode promover um melhor entendimento do passado e das mentalidades que nele povoaram.

A teoria nacionalista da história do ISEB e da História Nova

André Luan Nunes Macedo
andreluanlamarca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, Dependência, Eurocentrismo.

A comunicação tem como objetivo divulgar os resultados parciais da nossa pesquisa de doutoramento. Trata-se de uma análise dos materiais didáticos de história formulados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Procuo articular as dimensões conceituais propostas nos manuais escolares com os conceitos históricos discutidos na época, principalmente no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Tenho como objetivo compreender as nuances de interpretação dos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, descobrimento, nação e sistema colonial. O contexto cultural e intelectual do ISEB, nesse sentido, assume centralidade, uma vez que tais categorias analíticas serviram para desenvolver uma Teoria da Revolução Brasileira. Diante do quadro proposto, quais são os motivos que levaram o ISEB a formular um material didático próprio? Quais são os caminhos desenvolvidos pelos autores para dar sentido a uma história crítica que tem consigo uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista? É possível afirmar que existe, nesse campo, um esforço não somente de se formular uma nova interpretação historiográfica, como também uma teoria da história nacionalista e anti-colonial? Diante das questões expostas, assumo uma hipótese "pendular". Ora os formuladores conseguiram desenvolver uma perspectiva crítica ao que chamaram de visões europocentricas da história, baseadas em uma noção global. No entanto, ao se questionar sobre o significado desta visão global, percebi, ao analisar as fontes primárias e textos de intelectuais do ISEB - incluo aqui Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, dentre outros - os paradoxos contidos nessa perspectiva anti-colonial e nacionalista, uma vez que a substância histórica contida na definição dos conceitos analisados possuem relação direta com a história européia e assumem prescritivamente o pressuposto universal do ocidente. Longe de assumir uma perspectiva relativista ou até mesmo de julgamento dos intelectuais e do manual escolar em questão, procuro analisar o contexto a partir do fenômeno de provincialização da Europa, indicado por Chakrabarty e de colonialidade do saber, proposto por Quijano. Também apresento como referência teórica crítica o marxismo latino-americano, como importante escola contribuinte desta crítica ao pensamento eurocêntrico.

Fukuyama e Žižek atualizando Hegel

Renato Paes Rodrigues
renato09sohc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Hegel, Fukuyama, Žižek, Filosofia da história.

Neste simpósio pretendo apresentar meu projeto de doutorado, A atualidade da filosofia da história hegeliana nas obras de Fukuyama e Žižek, com o objetivo de receber críticas da mesa para o aperfeiçoamento do trabalho. Como o título indica, queremos pensar se Hegel pode ser atual hoje, considerando diferentes apropriações de seu pensamento. Enquanto muitos críticos no campo da história e das humanidades em geral vem identificando nas últimas décadas a morte das metanarrativas, seria ainda possível pensar em alguma contribuição de Hegel para os problemas atuais? Nossa percepção é de que sim, sobretudo por considerarmos ser fundamental a categoria hegeliana de *aufheben* (anular e conservar uma categoria em outro nível) à compreensão da modernidade; é através dessa categoria, por exemplo, que Žižek interpreta o colapso do socialismo real e sua conservação em outras esferas dentro das sociedades capitalistas. Além disso, a partir de Hegel, temos a hipótese de ser a modernidade um período sem precedente na história, mesmo com todas as suas contradições, de domesticação da alteridade, contingência e experiências passadas. Neste aspecto, é importante tencionar o polêmico "fim da história" desenvolvido por Fukuyama, que apresenta ser uma espécie de leitura radical e conservadora de Hegel com as críticas de Žižek ao capitalismo e a sociedade liberal, para sabermos que tipo de síntese pode ser feita a partir deste debate.

A estrutura ontológica do conceito de passado nas tradições muçulmanas

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite
augustobrunoc@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Passado, Ontologia, Islã.

Esta comunicação visa a cultura muçulmana em sua diversidade e unidade próprias ao teor universalista do islã como tradição filosófica. Desta perspectiva, proponho uma investigação de cunho conceitual, linguístico, tipológico e comparativo das formas que o passado possui dentro deste escopo. Particularmente a partir das obras de Ali ibn Mohammed al-Jurjani e Ibn Sina, mas também da análise do texto corânico, o entendimento ontológico fundamental do que é passado para as tradições muçulmanas será, então, objeto de escrutínio. Projeta-se uma rápida comparação com a tradição cristã, compilada por Agostinho de Hipona, bem como com a cultura filosófica grega, a partir do diálogo já posto com Aristóteles.

O tempo e a forma na arte: questões da historiografia francesa da arte

Lorena Fonseca Santos Lança
lorennafs@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A proposta tem por objetivo considerar algumas questões posicionadas entre a relação das categorias de "tempo" e de "forma" e que foram apresentadas pelo historiador da arte francês Henri Focillon. Por meio desses dois conceitos, seria possível traçar algumas conexões de rupturas e continuidades com a historiografia passada. Entre os séculos XIX e XX, a História da Arte contribuiu diretamente para estabelecer a identidade entre a forma artística e a obra de arte, sendo consolidada com o surgimento da disciplina na Universidade de Viena (1858). Foi a partir da influência da estética kantiana que, para os teóricos da forma, tanto a experiência sensorial quanto a faculdade da razão poderiam condicionar a maneira de experimentamos o mundo. Nessa perspectiva, a arte é apreendida sensorialmente e a sua forma seria capaz de condicionar, de alguma maneira, a nossa experiência, capacitando a produção de conhecimento. Por meio da arte, na relação entre obra e expectador, é que se realiza uma contemplação produtiva e expressiva. Por conseguinte, seria nessa "tradição" historiográfica que podemos entender algumas marcas do pensamento de Focillon e a sua concepção de forma proposta no livro *Vida das formas* (1934). Por outro lado, Focillon nos sinaliza a importância da categoria de tempo. A partir dela é que entendemos a oposição de seu pensamento à teoria do filósofo Hippolyte Taine, expoente do positivismo francês do século XIX. A arte, para Taine, seria a "filha de seu tempo", e a percepção de cada obra somente seria possível se a submetesse em uma relação causal entre a "raça", o "meio" e o "ambiente" de cada sociedade. Em contrapartida, para Focillon a obra de arte pertence à história como aquilo que é temporal, todavia, ela antecipa e transcende essas limitações contidas no tempo. A arte, para o autor, estabelece uma relação dicotômica com o tempo, ela estaria edificada tanto na mobilidade quanto no transcendente. Ademais, para Focillon, ainda que a arte esteja "suspensa" e simultaneamente "sujeita" ao tempo, ela não poderia estabelecer uma relação totalmente causal com os outros acontecimentos históricos, pois ela possui sua própria história, isto é, uma historicidade própria. Portanto, as rupturas analisadas no pensamento de Focillon seriam em relação à historiografia francesa. Em contraste, os laços de

continuidade seriam com o formalismo, tal como o da Escola de Viena, que estava apoiado na oposição aos modelos da filosofia idealista e do positivismo.

O conceito de “pós-história” do filósofo Vilém Flusser

Eric Serbinenko
ericserbinenko@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pós-história, Vilém Flusser, Teoria, Filosofia.

Vilém Flusser (1920-1991) foi um filósofo tcheco que escreveu sobre diversos assuntos, sobretudo no que tange a arte e a comunicação. Judeu nascido em Praga, em 1939 fugiu da Tchecoslováquia após a anexação nazista. Emigrou para o Brasil, onde se estabeleceu e iniciou sua carreira de filósofo. Assim, seus primeiros escritos são todos em português, de forma que pensar com Flusser não deixa de ser dialogar com um filósofo estabelecido no meio brasileiro, o que é, infelizmente, muitas vezes incomum. A ideia de pós-história de Flusser (que nada tem a ver com a famigerada concepção de Fukuyama, tendo sido concebida uma década antes) é um tanto incomum no ramo historiográfico – Flusser propõe uma espécie de crítica cultural, que em parte lembra o conceito de presentismo de Hartog, mas que entra muito mais profundamente em questões do âmbito da filosofia da comunicação, além de prescrever uma filosofia da história que se baseia em parte no existencialismo, na filosofia de Heidegger, e na fenomenologia Husserliana. Flusser trabalha com a concepção de pós-história sobretudo no livro “Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar” (Annablume, 2012). A pós-história de Flusser começa após Auschwitz, tratado como metáfora para os grandes horrores do século XX (o que inclui, para Flusser, a experiência dos Gulags e as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki). Esse evento absolutamente central teria engendrado uma mudança radical em todos os âmbitos da sociedade; ele demonstrou o propósito final da cultura ocidental: a objetificação de todos os seres humanos, a desumanização final, segundo Flusser. Desta maneira, seria como se “o chão que pisamos” teria ficado oco; que nós não mais conseguiríamos acreditar nos pressupostos básicos da nossa cultura, mas ao mesmo tempo não poderíamos conscientemente fugir dela, pois a própria fuga faria parte dela. Estaria inaugurada, para Flusser, a pós-história: o momento em que não mais as formas imutáveis do cosmos ou o progresso regeriam as esperanças e ações humanas, mas sim os “programas”: espécie de grandes construtos sociais que abarcam tudo e todos, de maneira totalizante, e que engendrariam a sociedade atual, tanto voluntariamente quanto de maneira imposta, mas sempre de forma sub-reptícia. Assim, desejo apresentar uma breve introdução às

interessantes ideias de Flusser, e tentar realizar um diálogo com a historiografia recente. Terminei colocando que essa é uma pesquisa recente, e que padece da incompletude esperada.

A teoria da história e a história da historiografia: novas aberturas

Thamara de Oliveira Rodrigues
thamara_rodrigues@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Esta comunicação tem como objetivo discutir a relação entre o que chamaremos, ao menos provisoriamente, de “histórias não-convencionais”, a teoria da história e a história da historiografia. Discutiremos aberturas possíveis da disciplina para esferas que tencionam com seus protocolos sedimentados e, também, a relação desta abertura com a emergência de uma nova temporalidade que tem transformado as humanidades e suas prioridades epistemológicas. Argumentaremos que o paradigma da presença, a história pública, a história popular, os passados práticos, a analítica da historicidade, a "critical quantitative inquiry" seriam caminhos de abertura para “histórias não-convencionais”. Isso porque elas intervêm criticamente no que diz respeito aos discursos e paradigmas históricos dominantes e normatizados.

Itinerários das disciplinas de Teoria e Metodologia da História na USP- 1956-1976

Livia Maria Orsati Clara
liviaorsati@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias intelectuais, Epistemologia disciplinar, Historiografia.

O objetivo desta proposta é investigar a formação e consolidação de três disciplinas do bacharelado em História na Universidade de São Paulo: “Introdução aos Estudos Históricos”, “Teoria da História” e “Metodologia da História”. Estas disciplinas curriculares foram criadas em meio à especialização dos domínios próprios da prática historiográfica na década de 1950, conformando nos dias de hoje um campo consolidado e respaldado no mundo acadêmico. O recorte inicial se justifica pela criação da primeira disciplina: “Introdução aos Estudos Históricos” em 1956 e transcorre até 1976, marcando 20 anos do início do curso. Para além de circunscrever os perfis teóricos e as transformações epistemológicas das disciplinas, esta pesquisa visa construir e mapear as trajetórias intelectuais dos docentes a fim de analisar a conformação das suas práticas historiográficas e o lugar social que ocupavam no mundo acadêmico. É possível identificar dois momentos relacionados aos perfis docentes precisamente nestas disciplinas: de 1956 até o ano de 1969 lecionavam professores estrangeiros, majoritariamente franceses. A partir de 1969 é possível vislumbrar a entrada expressiva de mulheres no quadro docente. É exatamente a dinâmica de inserção social destes grupos, entre estrangeiros e mulheres, que este projeto visa interpretar. Quais são as marcas que os distinguem em termos de carreira e produção intelectual? Qual a dinâmica de atuação entre eles? Qual o lugar de ocupação das historiadoras nas disciplinas do curso de História neste período? Por fim, o cotejamento de arquivos pessoais, programas de curso e textos programáticos farão parte do corpus documental, associado a uma perspectiva teórico-metodológica que leva em conta a abordagem da “História Intelectual”, “Sociologia dos Intelectuais” e “História das Relações de Gênero”.

Arthur C. Clarke: Uma teleologia cientificista e otimista da humanidade

Henrique Carvalho Figueredo
henriquecarvalho100@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Arthur Charles Clarke foi um dos mais importantes escritores de ficção científica da história, tendo publicado centenas de obras, exercendo também destacado papel como divulgador científico e cientista, apesar de não ter feito carreira como um. Nessa apresentação buscarei identificar e expor elementos do que entendo ser uma filosofia da história subjacente no pensamento desse autor, presente tanto em obras ficcionais quanto não ficcionais do mesmo. Me limitarei as publicações localizadas entre o fim da década de 1940 e o fim da corrida espacial em 1975 (contexto muito importante para Clarke), focando sobretudo na obra *Profiles of the future: An Inquiry into the Limits of the Possible* de 1962. Explicarei como a filosofia da história presente nesse livro consiste em uma teleologia cientificista e otimista da humanidade, que identifica um sentido transcendente e histórico para a existência humana na conquista do espaço, a “última fronteira”, cuja a sociedade necessita “física e espiritualmente” (CLARKE, 1970, p. 102). Isto é, a humanidade somente faz sentido em escala cósmica na visão de Clarke. “Como apontam Rabkin (1977), Reid (1997) e Marigny (2005), é um traço de suas obras que a humanidade seja um objeto central de preocupação e que uma certa ambiguidade de uma evolução humana ao mesmo tempo racional e mítica seja um dos temas centrais” (PIASSI, 2011, p. 8). Mostrarei que Clarke não cria uma narrativa histórica da trajetória dos homens no tempo, mas estabelece um fim evolutivo para o gênero humano, que confere significado a sua história. Esta, em seu método preditivo (presente na obra *Perfil do Futuro*), é instrumentalizada em um movimento de previsão do porvir tecnocientífico (seu objetivo no livro), subjugando o passado ao futuro. A trajetória humana, mesmo indefinida e não linear, se norteia pôr um rumo quase que inevitável, inexato, mas com certeza otimista em sua visão. Buscarei, portanto, esclarecer os elementos constitutivos dessa filosofia da história. Expondo as ideias de Clarke acerca da dinâmica do movimento da história, do papel fundamental da ciência e da tecnologia no futuro, do método de previsão do porvir no âmbito tecnocientífico, e claro, abordarei o sentido atribuído pelo autor a trajetória humana no tempo; correlacionando esse conjunto de ideias, mesmo que de

forma complementar, a singularidade de sua figura intelectual atuante no contexto da corrida espacial. CLARKE, Arthur Charles. Perfil do futuro. Petrópolis; 1970.

Salvar o já perdido: notas sobre o historiador redimido

Matheus Filipe Alves Madeira Drumond
matheusfamd@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imagem, História da arte, Teoria da História.

Henri Zerner numa seção denominada “A arte” do compêndio História: Novas abordagens, organizado em 1974 por Pierre Nora e Jacques le Goff, assim afirmara quando tratando dos embates entre a teoria da arte (crítica) e sua história: “a crítica choca-se, logo de princípio, contra o fato de que o visível não pode se dizer, não se reduz ao discurso”. A ideia de que arte era um significante excedente, embora fosse já bem antiga - podemos remontar à Diderot e Kant -, haveria novamente de animar historiadores como Hubert Damisch e Daniel Arrasse. A afirmativa de Zerner só vem confirmar a impressão de que tal ideia se impunha na pauta, ao menos francesa, dos enlaces entre história, estética e arte. O historiador em sua posição de sujeito conhecedor e formulador de representações, sob o pressuposto de que ao máximo formularia um discurso reducionista sobre as obras às quais se dedica, deveria então fazer de seu obstáculo lema e força motriz. A saber, arte como um significante excedente, levaria o discurso a se estabelecer na crítica ao saber e na formulação de uma ideia, tal qual no juízo do gosto kantiano, de um saber que não conhece; assim como levaria a substituição da análise hermenêutica por uma hiper-hermenêutica - até mesmo a uma espécie de heurística fantasiosa do objeto de seu conhecimento. Naturalmente, tal interdito não se impôs a maioria dos historiadores, mesmo àqueles do mundo francófono. Ainda assim, como ao gosto de uma metáfora, o trabalho que aqui se apresenta pretende explorar fragmentos discursivos de Arrasse e Damisch a fim de tomá-los como historiadores redimidos. Em vias a uma teoria da história, serão tratados como homens que insistem em produzir discursos sobre fatos e objetos que tomam como emuladores de um conhecimento pleno (conciliação onírica entre a cisão entre o sensível e o inteligível) que se desvanece no instante mesmo de sua apreensão. Redimido, pois, tenta salvar o fenômeno já tendo-o como perdido. As notas que se seguirão são reflexões sobre o historiador na posição de um produtor de discursos que, mesmo tomando-os como insuficientes frente a excedência de seus objetos, não deixa de os produzir.

José Honório Rodrigues e a escrita de Teoria da História do Brasil

Cesar Leonardo Van Kan Saad

cesar_van_kansaad@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História no Brasil, José Honório Rodrigues e História da Historiografia Brasileira.

O presente trabalho tem em seu horizonte a exposição dos percursos de pesquisa que desenvolvi na dissertação de mestrado, defendida em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Intitulada “Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues”, a referida dissertação problematizava o desenvolvimento da noção de teoria da história na publicação de 1949, de José Honório Rodrigues, e que tinha por título Teoria da História do Brasil. Tal problemática será retomada no presente trabalho, a fim de recolocar o problema de pesquisa, bem como os pressupostos de leitura e análise que conduziram a execução da dissertação. Desse modo, tenho por intenção a investigação sobre o conceito de teoria da história que foi sustentado por José Honório, a fim de compreender como esse mesmo conceito e sua historicidade marcam um momento de emergência e de constituição da história como disciplina no Brasil e seu respectivo regime historiográfico. Atrelado a esse objetivo, apresentarei como esse desenvolvimento em torno da noção de teoria da história reverbera em uma definição do trabalho do historiador, isto é, como a noção de teoria da história em Rodrigues alicerça uma propedêutica da disciplina da história, de modo a delimitar certa imagem/identidade dos historiadores ou, no caso, do historiador profissional e suas respectivas práticas historiográficas. Assim, essa imagem/identidade reivindicada pelo conceito de teoria da história, e por meio da publicação de THB, oferece ao leitor de sua época uma narrativa que instrumentalizava os pressupostos práticos, teóricos e narrativos da produção do conhecimento histórico. Portanto, algumas questões motivam o exercício de análise do presente trabalho: quais são os pressupostos epistemológicos levantados por José Honório Rodrigues e que integram seu pensamento a respeito da noção de teoria da história? O que significa teoria da história para Rodrigues e que espécie de prática historiográfica ela possibilita? E, por fim, quais foram as estratégias de legitimação da narrativa de sua Teoria da História do Brasil no que diz respeito ao sentido de teoria da história? Em síntese, a retomada de tal problemática por mim trabalhada possibilita-me

a reflexão da historicidade da teoria da história no Brasil, bem como abre a compreensão dos pressupostos alicerçados para uma legitimação epistemológica da disciplina da História brasileira.

História e mística: lugares e sentidos da religião na obra de Michel de Certeau

Robson Freitas de Miranda Junior
rfm.juninho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O trabalho que ora propomos visa analisar as diversas dimensões da questão religiosa assume na produção intelectual de Michel de Certeau. A questão que norteará nossa discussão é: como se configuram e se distribuem os lugares do religioso na obra desse historiador, isto é, quais são os sentidos que a dimensão religiosa assume em Certeau em suas diversas pesquisas historiográficas e em suas reflexões sobre o saber histórico? Pretendemos, assim, explorar três aspectos da questão religiosa no pensamento do historiador francês, isto é, sua presença como “objeto” privilegiado de suas investigação historiográficas, bem como o fato de ser uma dimensão intrínseca ao seu próprio lugar de produção, portanto uma condição de possibilidade de toda sua trajetória, e por fim, uma espécie de léxico, de vocabulário, de linguagem por meio da qual expressava e pensava e elaborava as questões que o atravessavam em seu próprio tempo. Entendemos que esse recorte nos possibilita acessar aquilo que talvez tenha sido o cerne da produção de importante historiador e, assim, contribuir para os debates envolvendo suas contribuições à historiografia contemporânea.

Nosso tempo e a abertura da história: esboço para uma política do acontecimento

Livia Esmeralda Vargas González
livia.v.academia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento, Estratégia, História Aberta.

Pensar categorias que restituam um sentido histórico do presente e sua ligação temporal com o passado e o futuro tem como sua base a preocupação pelas apostas emancipatórias, transpondo as narrativas oferecidas pelo presentismo e pela filosofia especulativa da história. Minha pesquisa assume o acontecimento como um conceito chave para a compreensão dos processos que irrompem a continuidade histórica, e apoia-se naquelas tradições da teoria contemporânea que propõem um olhar aberto, descontínuo e político-estratégico desta. Trata-se de explorar as possibilidades de um presente inscrito numa história aberta e de refletir sobre o potencial da categoria de acontecimento para a compreensão de uma história que restitua as possibilidades emancipatórias, tendo como hipótese a ideia segundo a qual a história continua aberta às emergências acontecimentais, entendidas como chance messiânica.

Walter Benjamin: o azar, a poesia e os fragmentos

Rafael Augusto Fachini
rafael_augusto_fachini@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Teoria da História, História e Memória, Filosofia da História.

Quando buscamos entender um pouco o processo de escrita e pensamento de Benjamin, acreditamos que uma das formas possíveis de compreender sua vida e obra é a partir dos ensaios que a filósofa Hannah Arendt produziu sobre o autor (uma das poucas a reconhecer, em vida, a grandiosidade dos escritos de Walter Benjamin). Por isso, partiremos dos textos produzidos, por Arendt, sobre Benjamin, assim como as teses sobre a história escritas pelo autor e buscaremos entender a relação estabelecida entre Benjamin e teoria da história. Vamos, de certa forma, tentar mergulhar no processo de entendimento da história benjaminiano e refletir como tal questão aproxima-se do campo dos estudos da memória e como existe, dentro do processo de compreensão do autor, a formulação de algo novo que vai em direção oposta a de muitas vertentes historiográficas.

Subsídios para uma abordagem existencial da história

Walderez Simões Costa Ramalho
walderezramalho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História, Historicidade, Temporalidade, Ontologia, Memória.

O tema da apresentação é refletir sobre as interfaces entre a teoria da história e as chamadas "filosofias da existência", em especial o tratado "Ser e Tempo" de Martin Heidegger (1927). Partimos do princípio de que a tarefa de pensar a história como problema teórico significa também entendê-la na sua dimensão ontológica. A partir da ideia de "existência", torna-se possível inscrever o fenômeno histórico nessa dimensão ontológica, desvelando-se como "historicidade". O objetivo da apresentação é expor essa tese em suas linhas mais gerais, para então desdobrá-la em duas direções: a articulação entre o "tempo vivido" e o "tempo histórico"; e a reconsideração do problema da tensão entre memória e história.

Revisão e Revolução: intelectuais e narrativas de passado em Crisis (1973-1976)

Thiago Henrique Oliveira Prates
thoprates@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em 1973 surgiu em Buenos Aires a revista Ideas, letras, artes en la Crisis, publicada mensalmente até 1976, fruto da iniciativa de um grupo de intelectuais organizados pelo empresário Federico Vogelius, dirigida por Eduardo Galeano e Julia Constenla. Crisis, como ficou conhecida, logo caiu no gosto do público argentino e seu sucesso levou à criação de uma editora, Editorial del Noroeste, encarregada do periódico, das monografias e livros que seriam lançados. Um dos principais temas abordado foi a revisão da história argentina e latino-americana. Crisis abrigou vários indivíduos que tiveram trajetórias ligadas ao revisionismo histórico argentino e se lançou ao estudo de temas como os caudilhos sul-americanos, o caráter da dependência econômica continental, as supostas falsificações do passado e as raízes dos problemas do presente e, ao mesmo tempo, sobre processos revolucionários recentes ou em cursos, mas que o projeto editorial terminava por conectar ao presente. O objetivo desta apresentação é analisar as narrativas de passado elaboradas pelo projeto editorial de Crisis, observando as fontes utilizadas, princípios orientadores, temas e atores priorizados, as relações entre passado e presente e os sentidos construídos. Buscamos compreender como o passado foi narrado e utilizado de forma a legitimar as práticas políticas do presente, ponto fundamental para uma parte da cultura histórica argentina da segunda metade do século XX.

Das diversas filosofias da história: uma breve exposição

John Andrew Gomes de Paula
johnandreww@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da história, Teoria da história, Historiografia.

Pensar e discutir a constituição do conhecimento histórico nunca foi uma exclusividade dos historiadores. Ainda que a História estabelecida como um saber científico seja um fato recente, datado de menos de dois séculos, encontramos em filósofos da Antiguidade como Aristóteles e/ou do período medieval como Santo Agostinho, por exemplo, reflexões sobre a retórica e o tempo que ainda são pertinentes. Mesmo durante o século XIX, quando a História tornava-se uma disciplina autônoma, o pensamento filosófico serviu de apoio, como foi o caso do Idealismo alemão e sua expressão máxima no pensamento de Hegel, o Positivismo do francês Auguste Comte e o Materialismo Histórico de Marx. A historiografia do início do século XX, por sua vez, inaugurada pelos Annales, distanciou-se de um diálogo mais próximo com a filosofia, embora posteriormente a obra de autores como Walter Benjamin e Ludwig Wittgenstein tenham sido revistas e contribuíram às discussões relacionadas a epistemologia histórica. Já a segunda metade do século é marcada por filósofos que agregam e ao mesmo tempo desestruturam a ciência histórica, dos quais cito alguns: Michel Foucault, Jacques Derrida, Paul Ricoeur e Jean-François Lyotard. Visto que nas pesquisas recentes no campo da teoria da história, as filosofias da história tem sido revisitadas, assim como se recorre a disciplina da Filosofia da História e fala-se também de uma “filosofia da escrita histórica”, o intuito desta comunicação é fazer uma breve exposição sobre os sentidos distintos que a expressão “filosofia da história” pode assumir e paralelamente evidenciar a influência da filosofia sobre às reflexões que tangem o conhecimento histórico.

A história pede passagem: comentário sobre os marxismos do início do século XX

Danilo Araujo Marques
danilomarques.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Filosofia da história, Tempo histórico.

Esta comunicação terá como principal objetivo resgatar a emergência daquilo que parece configurar uma matriz de pensamento no interior da tradição marxista a partir do final dos anos 1910 e início dos anos 1920. Para tanto, tomaremos como critério básico de nossa exposição o debate travado por nomes como Georg Lukács, Ernst Bloch e Walter Benjamin em torno de uma concepção dialética da história que se contrapõe aos usos e abusos economicistas e evolucionistas sedimentados por uma matriz teórica - chamada "ortodoxa" - derivada da Segunda Internacional (1889) e da socialdemocracia. Além de apresentar as inovações propostas por estes pensadores no campo da teoria e filosofia da história, nosso propósito com esta comunicação será "contar a contrapelo" um pequeno fragmento da história do marxismo, com a intenção de indicar os diferentes matizes e tendências que sempre existiram no cerne desta tradição de pensamento e contribuir, neste início de século XXI, para o desmonte de preconceitos cimentados por décadas de desinformação.

A Coleção Mossoroense e a Historiografia Potiguar

Hélia Costa Morais
heliacm@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Coleção Mossoroense, Historiografia, Intelectuais.

A Coleção Mossoroense é uma editora criada em 1949, na cidade de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. A sua criação promoveu a publicação de documentos, pesquisas e obras nos campos da política, história, memória, etnografia, etc; além de proporcionar o desenvolvimento de uma cultura editorial responsável pelo engajamento de inúmeros intelectuais norte-rio-grandenses, através de um projeto político-intelectual que projetava a cidade de Mossoró como centro na produção científica e editorial regional. A sua vasta bibliografia, que conta com cerca de 4.500 títulos publicados, têm contribuído significativamente como fonte para a historiografia potiguar. São vários os trabalhos que problematizam o modo como tais escritos atuam na constituição de representações tanto na história quanto no imaginário coletivo regional. Uma vez que os seus impressos têm se configurado como influenciadores na elaboração de uma identidade para a cidade de Mossoró. Desta feita, o presente trabalho propõe analisar as narrativas historiográficas em torno dos impressos que compõem a Coleção Mossoroense, intentando avaliar a maneira como tais escritos têm impactado na historiografia potiguar. Isto posto nos valeremos das discussões de Roger Chartier (1990, 2002), acerca dos conceitos de apropriação, representação e circulação, a fim de compreender a maneira como a Coleção se apropria da memória coletiva de Mossoró e produz representações tanto sobre si, quanto sobre os intelectuais a ela ligados; e através do processo de circulação interfere no imaginário dos seus leitores. A noção de campo intelectual, de Pierre Bourdieu (2002), se mostra basilar ao sugerir uma análise do meio no qual se estabelecem os intelectuais e suas práticas escriturárias, considerando as relações de disputas dentro dos espaços sociais.

Os dispositivos como elementos de fortalecimento das redes intelectuais: o caso

Bruno César Nascimento
brunocesar.nascimento@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Campo, Rizoma, História, Revistas, Historiografia.

Essa comunicação é a parte do corpo introdutório da tese de doutorado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e tem como objetivo debater aportes teóricos para a análise da construção das redes intelectuais no campo da disciplina História e como a apropriação de dispositivos, e nesse caso mais específico as revistas de História, funcionam como elementos de definição das práticas em uma determinada área de concentração ou no próprio campo. Para tanto lançamos mão das propostas de Giles Deleuze, Michel de Certeau e Michel Foucault, buscando assim compreender melhor as engrenagens de funcionamento de uma determinada prática dentro de um universo de conexões que são gerenciadas por um conjunto de poderes apoiada sobre saberes.

O Olhar de Portugal: A representação portuguesa do Brasil Independente(1830-1860)

Lucas Ribeiro Garro Lourenço
lucasrgarro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, Independência do Brasil, Almeida Garret, Representação.

Escrever sobre a independência do Brasil já se tornou, faz muito tempo lugar comum na historiografia, de forma que sempre surgem grandes estudos sobre o assunto, assunto este que sempre está em pauta e é um dos eventos políticos mais importantes da história do Brasil. Esse grande bibliografia já respondeu às mais variadas questões e das mais variadas maneiras, entretanto como é típico do desenvolvimento da historiografia novas questões e novas formas de respondê-las vão aparecendo. Este trabalho busca se debruçar sobre uma pergunta que parece ter ficado à margem desta vasta bibliografia, tendo poucos pesquisadores que se preocuparam em respondê-la. Como os portugueses viram e entenderam a independência de sua maior colônia? - para além de quesitos econômicos e consequências políticas, mas como essa perda afeta e repercute nas ideias políticas dos portugueses? Estas questões são o cerne deste trabalho que se utilizando da Nova História Política e da História dos Intelectuais, conjugadas a abordagens da História dos Livros e da Leitura dentro da dimensão buscará responder. Partindo da análise de duas obras de Almeida Garrett, "Da Europa e da América e de Sua Mútua Influência na Causa da Civilização e da Liberdade" de 1826 e "Portugal na Balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado" de 1830. Estes trabalhos de caráter histórico de mostram como boas fontes não só pela importância literária e política do autor, que além de ser um dos pais do romantismo português ainda era um atuante deputado, mas também pelo fato de que foram escritos num período muito próximo da independência do Brasil e este ocupa um papel importante em ambos os textos. Nesse sentido, a análise aqui proposta se deterá sobre a imagem construída logo após a independência, partindo de 1820 até 1834, abarcando a Revolução Liberal do Porto, a Independência do Brasil e a Guerra Miguelistas, terminado com o fim do segundo parlamento após a constituição liberal de 1826. As outras fontes desta pesquisa serão os folhetins, jornais revistas e discursos de parlamentares da época, a fim de se observar a imagem do Brasil independente proposta pelo autor e qual é o diálogo que existe entre ela e a representação deste novo Brasil em demais meios de disseminação de ideias.

História e Historicidade na Perspectiva da Filosofia Perene

Tomaz Pedrosa de Tassi
tomaztassis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

As abordagens acadêmicas que dominam o campo dos estudos históricos a respeito do fenômeno da historicidade e suas implicações para o estudo da história humana na maior parte das vezes originam-se de alguns elementos centrais das modernas filosofias historicistas, naturalistas e/ou puramente materialistas. A escola de pensamento perenialista, inaugurada pelo metafísico francês René Guénon e pelo historiador da arte e metafísico ceilonês Ananda Coomaraswamy, constitui uma alternativa interessante no que tange às perspectivas sobre o fenômeno histórico, dado que seus autores principais postulam que as principais tradições históricas emergem de uma Tradição Primordial de origem metafísica, não-humana e transcendental. Através da análise de textos dos principais autores do movimento perenialista (Guénon, Coomaraswamy, Frithjof Schuon, Marco Pallis, Seyyed. H Nasr, Titus Burckhardt) pretendemos demonstrar como as ideias da filosofia perene podem constituir respostas aos dilemas levantados pelo pensamento historicista em suas implicações ontológicas e metafísicas. Esclarecendo termos chave como meta-história, Tradição, iniciação, metafísica, essência, absoluto e relativo, pretendemos chegar a uma compreensão da historicidade que nos permita transcender os postulados do historicismo e delinear uma metafísica da história; ou, traduzindo em outros termos, uma filosofia da história anti-historicista. A importância das análises dos autores da filosofia perene será delineada não apenas por sua inegável riqueza imagética e rigor argumentativo; mas sobretudo pela sua exposição de doutrinas "pré-modernas" e "tradicionais" (Vedanta, Platonismo, Sufismo, tradições dos índios das planícies norte-americanas, Taoismo, Budismo Tibetano etc.) como antídotos ao pensar historicista.

O passado prático: do narrativismo à hermenêutica

Fernando Gomes Garcia
tomaztassis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em 2014, Hayden White lançou seu último livro intitulado "The Practical Past", popularizando, entre os historiadores, um conceito elaborado ao longo da produção do filósofo Michael Oakeshott. No contexto da trajetória do historiador narrativista norte-americano, o conceito de "passado prático" chamou a atenção para um diagnóstico de que a historiografia, em sua pretensão de se tornar científica, metódica e profissional, de estabelecer fatos verdadeiros e falar em nome de um passado real, acabou por relegar uma sua possível dimensão prática. Assim estabeleceria-se uma bifurcação entre "passado histórico" e "passado prático", na qual, em os historiadores, ao longo da disciplinarização do conhecimento histórico, relegariam a segunda dimensão do passado a um segundo plano, na medida em que reprimia a noção de ficção em detrimento da verdade. Para Hayden White, a História só poderia tornar-se útil se deslocasse sua questão principal de mero conhecimento do passado para o que fazer, como lidar com esse passado e, a partir dele, construir livremente uma identidade libertadora. O propósito desta comunicação é questionar a validade dos diagnósticos de Hayden White, a partir de uma revisitação da sua obra e da localização de seu último livro como o corolário da sua crítica narrativista ao conhecimento histórico, confrontando a significação que atribui ao conceito de passado prático à gênese de seu desenvolvimento em Michael Oakeshott. Assim procedendo, espero que lançar nova luz sobre o par, aparentemente dicotômico entre "passado histórico" e "passado prático", demonstrar seu enraizamento em uma perspectiva fenomenológico-hermenêutica, e destacar que todo mergulho em direção ao passado é, a um só tempo, conhecimento e tentativa de sua reelaboração. Se o propósito for alcançado, assim espero demonstrar a utilidade prática da História frente aos dilemas da sociedade contemporânea.

Louis Althusser e Pierre Vilar: o problema da matéria-prima da História

Geise Targa de Souza
geisetarga@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Louis Althusser, Pierre Vilar, História da Historiografia, Teoria da História.

Pierre Vilar, historiador marxista, escreve “Histoire marxiste, histoire en construction: essai de dialogue avec Althusser”, em 1973. Sua célebre crítica a Louis Althusser parece remeter ao problema do tempo, mas materializa um extenso debate sobre a matéria-prima da história-conhecimento. Esse diálogo crítico teve início na década de 1960 e cujos reflexos chegam ao ano de 1980, com a publicação de "Iniciación al vocabulário del análisis histórico". No presente estudo, buscamos abordar nas obras dos dois autores, como o desenvolvimento dessa crítica anuncia um problema fundamental para pensar a produção do conhecimento histórico: a matéria-prima da história-conhecimento. Esse problema anuncia a relação tensionada entre teoria e real, assim como a apropriação de uma "riqueza do real frente ao teórico". Buscamos compreender, portanto, qual o estatuto desse real no pensamento dos dois autores, assim como, qual o lugar que o real e a teoria ocupam em cada concepção de produção de conhecimento. A análise desse diálogo torna-se indispensável quando consideramos que houve um expurgo das ideias de Louis Althusser da historiografia brasileira, tornando seu pensamento acessível quase sempre pela crítica e não pela leitura de sua obra. Por outro lado, Pierre Vilar foi um importante referencial teórico para historiadores brasileiros na década de 1980, sendo um dos principais expoentes da *Annales*. Ao revisitarmos esse diálogo, pretendemos compreender o desdobramento desse problema historiográfico naquele dado momento, em que se pensava um conhecimento histórico marxista.

Pesquisa financiada pela FAPESP, processo n. 2016/08241-5.

ST 21 - História, música e audiovisual: perspectivas historiográficas e abordagens

Allysson Fillipe Oliveira Lima

lima.historia@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira

kaduoliveira23@gmail.com

Mestrando em História

UDESC

Daniel Lopes Saraiva

danielsaraiva_15@hotmail.com

Doutorando em História

UDESC

Luiz Domingos do Nascimento Neto

professorluizdnn@gmail.com

Doutorando em História

UFPE

Marlon de Souza Silva

marllonssilva@yahoo.com.br

Doutorando em História

UFMG

Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves

phpity84@yahoo.com.br

Doutorando em Educação

UFMG

Proposta do Simpósio

Já há algum tempo, os historiadores têm procurado incorporar outras linguagens nas pesquisas para além daquelas mais habituais, como as escritas e da pictografia. Essas novas abordagens resultaram numa bibliografia, de produção mais ou menos

recente, que valoriza objetos de estudo muitas vezes deixados de lado pela academia. Nessas circunstâncias, a música popular e os documentos audiovisuais vêm assumindo crescente importância como fonte documental e objeto de pesquisa, respondendo por uma parcela dos esforços daqueles que se empenham por percorrer novos caminhos nas pesquisas históricas. Um dos objetivos desse Simpósio Temático é levantar alguns limites e possibilidades no trato com tais temáticas, colocando luz sobre questões centrais nos seus estudos. Ao abordar temas como a canção, por exemplo, o historiador se prende à letra apenas, esquecendo a harmonia, ritmos e outras características que criam a sonoridade da parte musical da canção. Trazer para o debate estas novas fontes e discutir como utilizá-las passa a ser essencial para que se criem novas perspectivas historiográficas. Como apresenta o historiador Marcos Napolitano, “as fontes audiovisuais e musicais ganham crescentemente espaço na pesquisa histórica. Do ponto de vista metodológico, são vistas pelos historiadores como fontes primárias novas, desafiadoras, mas seu estatuto é paradoxal. Por um lado (...) testemunhos quase diretos e objetivos da história. (...) Por outro (...), são percebidas muitas vezes sob o estigma da subjetividade absoluta”. (NAPOLITANO, 2008) Portanto, o objetivo deste Simpósio Temático é trabalhar com essa variedade de novas fontes e temáticas de pesquisa, articulando diversas formas de artes e englobando trabalhos relacionados à música e produções audiovisuais. Para isso, esperam-se trabalhos que tenham tais temas como fonte ou objeto de pesquisa; lidem com a canção e/ou audiovisual utilizado como construtores de memória e auxiliando nas análises historiográficas; as problematizem através da articulação com um conjunto de representações, imaginário, culturas populares, linguagens e discursos que podem ser apreendidos por elas; tragam um olhar interdisciplinar para o âmbito da história; atentem para o caráter globalizante dessas formas de artes, atrelando com questões como identidade nacional e regionalismos, engajamento e outras abordagens que colaborem para pensar a música e o audiovisual como ferramenta da construção do conhecimento histórico.

Comunicações

Dionísio Antônio Gomes de Sá: música e inserção social no Recife, séc. XIX

Luiz Domingos do Nascimento Neto
professorluizdnn@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O crescimento da população de cor, em cidades como o Recife, ao longo dos setecentos, é diretamente tributário das dinâmicas de mestiçagens que se acentuam neste século, gerando uma massa de mulatos, pardos, cabras, entre outras qualidades de gentes. Essa população heterogênea absorve práticas e representações sociais que visam determinar o lugar social de cada um, mantendo certa organicidade das hierarquias. Nos limites da liberdade e da escravidão, transitam parte desses mestiços, que, diante de sua visão de mundo e das possibilidades franqueadas, mobilizam signos de distinção no intuito de manter seu estatuto jurídico de homens livres. Seguindo os rastros da trajetória do músico pardo Dionísio Antônio Gomes de Sá, perceberemos o quanto sujeitos marcados pelo estigma da qualidade inferior tinham conhecimento destes signos de inserção social e deles faziam uso.

O intruso e suposto timbaleiro Gomes da Rocha: violência e produção musical

Felipe Novaes Ricardo
f.novaesr@gmail.com

Edite Rocha
editerocha@ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Estudo Musicológico da Violência; Distinção Social; Violência; Capitania das Minas Gerais;

O presente artigo objetiva a análise do conceito de violência enquanto referência na realidade musical da Capitania das Minas Gerais durante o último quartel do século XVIII, a partir da análise do discurso do compositor Florêncio José Ferreira Coutinho em carta denúncia destinada à D. Maria I, cujo original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa/Portugal). Para tanto, considerando-se o campo historiográfico advindo dos estudos de Carla Anastasia (2005, 2012), Célia Nonata da Silva (1998, 2001, 2007) e Marco Antonio Silveira (1997) que versam sobre a manifestação da violência enquanto estratégia de distinção social, procede-se: 1) à descrição do conceito de violência de acordo com as reflexões da socióloga Tereza Koloma Beck (2011); 2) à delimitação de um quadro teórico-conceitual constituído a partir do pensamento de Roland Barthes (2006) acerca dos processos de significação e da teoria lingüístico-cultural de Roy Wagner (1986, 2012). Desta maneira observa-se que, enquanto processo social, relações de violência pressupõem estados e posições assimétricas que se estabelecem a partir de uma tríade inter-relacional Performer, Alvo e Observador; configurando não somente o exercício da violência, mas sua observação e julgamento. Nesta senda, por extensão do conceito de observação, identifica-se no processo de significação a constituição de signos na díade significado-significante que, por sua vez, são compreendidos enquanto constituintes de ordenações lingüístico-simbólicas pertencentes a uma base relacional coletiva acessada, partilhada e compreendida. Para se entrever tais enunciados em um complexo simbólico recorre-se à redução da escala de observação do objeto adotando os postulados indiciários da micro-análise. Neste âmbito, pode-se concluir, a partir do conceito de violência enquanto processo social e signo lingüístico-simbólico compartilhado na Capitania das Minas Gerais no último quartel do século XVIII, o reconhecimento e emprego de estratégias de distinção social por meio de representações semióticas da violência identificadas no discurso de

Ferreira Coutinho enquanto fiel vassalo em assimetria ao designado intruso e suposto timbaleiro
Gomes da Rocha.

As canções de "Alucinação" como diálogos com seus contemporâneos e sua época

André Luiz Rocha Mattos Caviola
andrecaviola@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Belchior; História; Música;

Compreende como objeto de análise deste artigo o disco *Alucinação* do músico e compositor Antônio Carlos Belchior, lançado em 1976 pela gravadora Polygram/Philips, com dez composições de sua autoria. Dentro do estudo da canção, o historiador Marcos Napolitano lança as bases para uma análise que compreenda tanto os mecanismos verbo-poéticos e os parâmetros musicais que na experiência estética da canção formam uma unidade (NAPOLITANO, 2016). Além dessa dupla articulação proposta por Napolitano, pretende-se relacionar neste trabalho, o disco *Alucinação* à outras tipologias documentais, associando-os a temas da historiografia e a problemática de seu próprio tempo, como a contracultura nos anos 1960, os anos de repressão durante a ditadura civil-militar, a emergência de uma nova geração de artistas, a tentativa de uma proposta musical pós-tropicalista e a articulação entre o regional e o nacional presente nas canções do disco. Após a efervescência cultural dos anos 1960 e a consolidação de artistas como Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano, Gil, Gonzaguinha, a música brasileira adquire uma nova característica, a dos regionalismos musicais. Ao lado dessa geração, que surgiu e consolidou-se principalmente entre os anos de 1965 e 1972, devido aos grandes festivais televisivos, novos artistas oriundos de outras partes do país como Alceu Valença, Djavan, Zé Ramalho, Fagner, Belchior começaram a ganhar espaço no cenário musical nacional (SEVERIANO, 2013). Trata-se de um período em que ritmos já consolidados como o samba, a bossa nova e o movimento tropicalista encontram-se em declínio e vários desses artistas procuram dentro de suas propostas musicais ditar novas perspectivas para a música popular brasileira, misturando ritmos regionais a outros estilos e gêneros já consolidados no mercado. Dentre esses músicos, destaca-se a figura de Antônio Carlos Belchior (1946-2017), músico e compositor cearense natural da cidade de Sobral. Porém, foi na capital cearense onde sua carreira musical teve início, após conhecer Fagner, Ednardo, Fausto Nilo, Rogério, Cirino e Teti. Ainda no quarto ano do curso de medicina, mudou-se para o Rio de Janeiro e posteriormente São Paulo, abandonando a graduação (MEDEIROS, 2017; KELMER, 2016). Durante os anos de

1970 e 1980, Belchior gravou onze discos, ganhou diversos festivais, alcançou reconhecimento nacional, participou de programas de televisão e realizou vários shows e apresentações.

Secos & Molhados: contracultura e identidade latino-americana (1974)

Thales Reis Alecrim
thales.alecrim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação objetiva analisar a articulação entre a contracultura e a identidade latino-americana na obra dos Secos & Molhados a partir da canção “Tercer Mundo”. O irreverente conjunto, Secos & Molhados, foi um sucesso de público na primeira metade da década de 1970, e em sua estética adotou elementos ligados à contracultura, o que resultou em uma mescla musical entre pop rock e folk. Sendo a primeira faixa do segundo álbum do conjunto, Secos & Molhados II (1974), a letra de “Tercer Mundo”, interpretada por Ney Matogrosso em espanhol, é um fragmento do poema "La Prosa del Observatorio" do argentino Julio Cortázar. Nesse sentido, numa perspectiva que ignora as barreiras nacionais, analisaremos como a canção dos Secos & Molhados sintetizou e corroborou com um movimento de ideias característico dos anos 1970.

Imaginário social e meios de comunicação: uma questão teórico-metodológica

Rubens de Brito Ferreira Teixeira
rubaohistoria@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário Social; Meios de Comunicação; Propaganda; Representação; Thrash metal;

Há décadas que o conceito de Imaginário Social de Bronislaw Baczko é comumente aplicado às pesquisas culturais e políticas na Historiografia brasileira. Destarte, a proposta deste exame é apreender em que medida o dito conceito pode vir a ser útil nos empreendimentos cujos temas são os meios de comunicação. Para isto, foi preciso analisar o conceito de Imaginário e suas ligações com os conceitos de Representação e Poder no campo da História, bem como suas problemáticas. Entendeu-se como pertinente comparar dois estudos cujos temas são os meios de comunicação, onde o conceito de Imaginário Social é central: a propaganda no populismo feito por Maria Helena Rolim Capelato; o disco Dante XXI, da banda de Thrash Metal brasileira Sepultura, feito por Alexandro Buffon e Cristina Ennes. No decorrer do presente trabalho, foi possível compreender que as transformações teórico-metodológicas e epistemológicas no campo da História ao longo do século XX resultaram em renovações, reformulações e incertezas. Isto porque houve a crise dos paradigmas hegemônicos do século XIX e outras mudanças políticas no corpo sociocultural como um todo que afetaram a História e colocou em evidência um conjunto de elementos subjetivos pouco valorizados até então: a Cultura, o Imaginário e a Representação. Para muitos críticos, este período é marcado pelas incertezas, modismos e contradições, para outros, é um tempo de se pensar as minorias, as relações de poder e questionar a verdade e o real. Em certo sentido, as críticas são pertinentes, uma vez que o conceito de Imaginário é polimorfo e polissêmico, não havendo uma definição sólida, assim também o é o conceito de Representação, que para muitos seu conjunto compõe o Imaginário. Apesar desta insegurança, o conceito é muito válido nas análises políticas, culturais e sociais no que tange ao simbólico, em especial ao poder simbólico, pois percebê-lo, estudá-lo e até combatê-lo é demasiadamente complexo, tanto é que atualmente os meios de comunicação são os maiores produtores e difusores do Imaginário. Neste sentido, ao comparar os dois exemplos de estudos supracitados, pode-se perceber que o estudo de Capelato está muito mais próximo ao conceito de Baczko, sobretudo por pensar regimes de exceção. No caso de Alexandro Buffon e Cristina Ennes, o conceito aparenta ser

demasiadamente amplo para o que foi proposto no trabalho dos autores, porque o Imaginário aparentemente requer e se orienta em função do tempo, memória e complexidade simbólica.

Lendo "La Communarde" (1871) como um palimpsesto auditivo

Allysson Fillipe Oliveira Lima
lima.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Francesa; Comuna de Paris; Música;

“La Communarde” foi uma canção de Jean-Baptiste Clément (1836-1903), compositor communard, entoada nas ruas durante os eventos da Comuna de Paris (1871). A canção que discorre sobre os abusos do governo francês e a resistência dos communards tinha como melodia a famosa “La Carmagnole”, uma das canções mais conhecidas durante a Revolução Francesa (1789). Esta apresentação tem como intuito um esforço metodológico: seguindo os passos de Robert Darnton (DARNTON, Robert. Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.), analisar a canção “La Communarde” como um “palimpsesto auditivo”, entendendo que a nova letra, cantada numa melodia familiar aos parisienses, transmitia associações que foram agregadas à canção revolucionária “La Carmagnole”.

A Batalha do Vimeiro: narrativa e gestos retóricos entre Lisboa e o Rio

Felipe Novaes Ricardo
f.novaesr@gmail.com

Robson Bessa Costa
robsonbessa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Joaquim Félix Bachixa; Guerras Peninsulares; Batalhas para Teclas;

Partido da aproximação entre as perspectivas de H. Becker (1974, 1982) e B. Haynes (2007) acerca das atividades envolvidas na constituição de obras artísticas, o presente trabalho tem por objetivo a análise de A Batalha do Vimeiro (entre 1808 e 1820) de Joaquim Félix Bachixa, cuja cópia oitocentista encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa/Portugal). Para isto, procede-se à delimitação de um quadro teórico-conceitual acerca de figuras retórico-discursivas (BESSA COSTA, 2017; MIRKA, 2014) que possibilite um maior entendimento sobre as células descritivas que compõem a narrativa do compositor lusitano. Posteriormente, delimita-se o contexto sócio-histórico no qual a composição de J. F. Bachixa se insere, assim como se indica a prática composicional das Batalhas para Teclas sete-oitocentista. Por fim, cruzam-se os dados arqueológicos da Batalha do Vimeiro (1808) levantados por Ribolhos Filipe (2015) com as estruturas narrativas de Bachixa. Deste modo observa-se que, mesmo em espaço já deslocado de figurae retóricas barrocas, a Batalha do Vimeiro de J. F. Bachixa apresenta estruturas enunciativas dispostas sob figuras definidas: galope de cavalos, trombetas, golpes de sabre, tambores e canhões, gemidos etc. Desta maneira, entende-se uma proposta retórico-discursiva a partir de representações e enunciados estabelecidos em gestos específicos, dispostos de maneira estruturante e articuladora que concedem à Batalha do Vimeiro um caráter comunicativo. Ademais, o contexto de deslocamento do centro político-administrativo aos trópicos, consequência das Guerras Peninsulares, a escolha da temática da obra – a última batalha antes do armistício assinado entre Ingleses e Franceses e a consequente restauração da monarquia em Portugal – assim como a atuação de Bachixa na Capela Real de Lisboa e na erigida no Rio de Janeiro, ensejam a possibilidade das estruturas retórico-discursivas de Bachixa dispostas em uma narrativa estruturada sob um cenário de disputas por espaços aos serviços musicais destinados à família real.

A canção como manifestação da palavra

Nathalia Guimarães e Sousa
nathaliagsb@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho se constitui como um possível exercício de análise do termo verbo-visual-musical como uma forma singular de manifestação da palavra. Assim posto, o objetivo que se desnuda é identificar como tal termo dialoga com o ser-palavra que o cantor e compositor Caetano Veloso se inventou. Como fundamentação teórica, os conceitos da Análise Dialógica do Discurso de Mikhail Bakhtin nos ajudam a compreender de que maneira um Caetano se origina em vários. A multiplicidade estética arquitetada pelo artista, exposta através da palavra, se configura em um instrumento disseminador da criação, da cultura.

A imagem dos artistas nordestinos nos clipes do programa dominical Fantástico

Daniel Lopes Saraiva
danielsaraiva_15@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Música; Televisão; Nordeste; Fantástico;

O presente artigo tem como objetivo trabalhar de que forma a imagem dos artistas Nordestinos que iniciaram suas carreiras entre as décadas de 1970 e 1980 eram abordadas nos clipes do programa Fantástico. O dominical teve início na rede Globo na década de 1970, e desde a sua estreia consolidou como campeão de audiência. Em uma época anterior ao canal MTV, os clipes dos artistas brasileiros ficavam a cargo do programa, que muitas vezes dividiam com as gravadoras o custo da produção. Estar na televisão na década de 1970 era a maior exposição que um artista poderia ter, o caminho para o clipe do Fantástico poderia ser o de apresentar uma música inédita do público ou o clipe de uma canção que já era conhecida. Para o trabalho aqui proposto analisaremos quatro clipes. São eles Frevo Mulher, Banquete dos Signos, Revelação e Pavão Misterioso. Interpretados. Respectivamente interpretados por Amelinha, Elba Ramalho, Fagner e Ednardo. Levando em conta que a televisão no Brasil é introjetada no imaginário da população do país nas décadas supracitadas, e no período referido, fazer sucesso significava estar na telinha, artistas de outros estados tinham de se mudar para o eixo Rio-São Paulo onde estavam as gravadoras e emissoras de televisão. Analisaremos então o contexto no qual esses artistas surgiram, o contexto da indústria musical nas décadas referidas, assim como a relação entre o audiovisual e a consolidação da carreira dos cantores surgidos na década de 1970, e por fim como parte central da proposta observar de que forma os artistas nordestinos são apresentados nos clipes, levando em consideração, roteiro, indumentária e relação entre letra da música e imagem do clipe.

"Outro público chegou": conflitos juvenis na cena de rock em Florianópolis (décadas de 1970 e 1980)

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira
kaduliveira23@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cena de rock; Juventudes; Urbanidade;

Este presente trabalho tem por objetivo analisar os conflitos entre diferentes gerações da cena de rock em Florianópolis. Conseguimos enxergar um deslocamento nos referenciais de circulação dos jovens da cidade na década de 1980, em detrimento da geração dos anos 1970, evidenciado por alguns pontos, como o rompimento com pequenos agrupamentos juvenis reunidos em um mesmo local, em um grupo fechado e “exclusivo”; uma extensão abrangente nos participantes da cena de rock; o conflito entre migrantes e os nativos. O objetivo desse trabalho é compreender esse trânsito da juventude de Florianópolis entre os anos 1970 e 1980, que nos colocam a par de diferentes espacialidades e temporalidades. A partir de um conjunto de práticas, enxergamos diferentes olhares sobre a cidade, abordando uma relação entre os usos sociais e formas urbanas que denotam complexas conexões na malha urbana da capital catarinense. Os fragmentos de espaços e tempos que nela vivem são frutos de diferentes narrativas e visões realizadas na troca entre os sujeitos e a própria urbe. Podemos compreender que a passagem para a década de 1980 modificou as visões que os indivíduos inseridos na cena de rock florianopolitana construíram sobre a cidade. Analisam-se, assim, como os espaços e os sujeitos, em uma relação mútua de trocas simbólicas e narrativas, são capazes de colocar em jogo novas imagens sobre Florianópolis. Proponho um esforço de cartografar o trânsito da juventude da capital catarinense nos anos 1980, com foco na relação que eles empreendem com o rock e com a cidade. O ponto de congruência, aqui, é a conceitualização de cena, tornando-se cara a essa ideia de intercâmbios entre o urbano e os indivíduos. As fontes utilizadas se baseiam em uma série de entrevistas realizadas com diferentes atores da cena de rock, sendo, ao todo, oito depoimentos com esses sujeitos.

História, patrimônio imaterial e prática musical: a Dança dos Caboclinhos

Marina Fares Ferreira
marinafaresferreira@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural; Etnomusicologia; Bem Cultural; Memória; Identidade;

Buscando novas abordagens para compreender a preservação do patrimônio imaterial no âmbito da Política Estadual de Patrimônio Cultural, encontro na História Cultural elementos que trazem subsídios para o entendimento do meu estudo de caso: analisar a prática musical da Dança dos Caboclinhos e os efeitos de sua patrimonialização. A Dança dos Caboclinhos acontece em diversas localidades do Brasil, mas centralizamos o estudo na cidade de Peçanha, região do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, onde a manifestação artística ocorre há mais de 80 anos. Essa dança é executada apenas por homens, perpetuada através da oralidade e é desenvolvida a partir da história de um jovem índio guerreiro, que se prepara para a guerra. Ela faz menção ao imaginário da cultura indígena e europeia, remontando a um período histórico de colonização na América. Na História Cultural a interseção entre diversas disciplinas com a área da História acarretou na possibilidade de que novas fontes de pesquisa fossem exploradas. Nessa comunicação, trabalho as colaborações analíticas entre o campo da História e da Etnomusicologia, uma das vertentes do campo Música e Cultura; a contribuição desse diálogo para compreender uma prática musical viva que envolve, além da música, elementos da dança e do cênico; e os efeitos de uma prática musical ser considerada um bem cultural registrado. Será de importância fundamental teórica para as discussões levantadas principalmente a pesquisa de: Peter Burke sobre a História Cultural, interdisciplinaridade e a memória como fonte histórica; Jean Michel Beaudet, a antropologia dos movimentos entre a música e a dança; e Diana Taylor, com o conceito de Arquivo e Repertório e a relação da performance com a sua escrita. Para desenvolver esse trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas, além de uma pesquisa de campo através da metodologia de investigação da história oral, tendo como ferramentas a observação participante, a descrição, e entrevistas semiestruturadas. As formulações finais dessa comunicação passarão por temas de identidade cultural, de memória, da visãoêmica sobre a prática musical, além das consequências e desafios de uma manifestação artística viva se transformar em uma fonte documental para ser reconhecida como um bem cultural imaterial.

História e cinema: Analisando filmes para as aulas de história

Luiz Araújo Ramos Neto
luizaraujoramosneto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cinema; História; Ensino;

A presente proposta de comunicação, busca apresentar os resultados referentes à pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2017, através do Programa de Iniciação à Docência (PROLICEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no projeto intitulado: História e cinema: Analisando filmes para as aulas de história, realizado sob a orientação do professor Dr. Paulo Roberto de Azevedo Maia. Tal projeto teve como preocupação maior, realizar uma reflexão sobre a utilização de filmes no ensino de história nos níveis fundamental e médio no intuito de produzir um catálogo de filmes com resenhas, cuja temática centrou-se na história do Brasil republicano, para subsidiar, como material de apoio, o trabalho do professor de história. Para tanto, foi feito um levantamento de filmes relacionados à temática selecionada e um estudo sobre a viabilidade de sua utilização didática. As resenhas selecionadas virão a compor um catálogo que será disponibilizado para os estudantes do curso de licenciatura em história da UFPB e para os professores interessados.

Entre Clássicos – Giselle, um clássico do balé romântico

Franciara Sharon Silva do Carmo
franciarasharon@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História; Arte; Balé; Clássico;

O trabalho tem como principal objetivo, colocar em questão a formação, consolidação e a variação que uma obra considerada clássica pode apresentar. Das inúmeras categorias que a denominação ‘Clássico’ pode gerar, foi-se escolhido trabalhar com o que vem se apresentar como um clássico do balé. Desta forma se é colocado em pauta o estudo de um balé romântico, Giselle, considerado por todos do meio, como obra máxima do período em questão, desta forma então consolidada. Criada por Théophile Gautier em 1841, foi apresentada pela primeira vez nos palcos da Académie Royale de la Musique et de la Danse. O período romântico foi extremamente frutífero para o balé, inúmeras obras foram criadas e apresentadas para o público, todavia dentre todas Giselle conseguiu se elevar ao patamar de um clássico, ocupando um importante lugar na História do balé. A beleza que a obra apresenta advém dos variados fatores que a compõe, Giselle uniu os diversos elementos que foram construídos ao longo do período anterior a sua estreia, refinou-os trazendo para o palco todas as chaves que deixaram o público admirado, além de novos detalhes cênicos tão dignos da mesma. Este balé conseguiu exprimir o melhor do romantismo, aliado a grandes construtores e grande investimento, o sucesso foi garantido. Sempre que se apresentava Giselle a Ópera contava com sessões de lotação máxima atingida. Giselle saiu, somente, do repertório da Ópera em 1868, após 27 anos de sua estreia. As apresentações atuais são uma versão criada por Marius Petipa, a partir do que o mesmo viu em uma das apresentações da Ópera. Petipa, o qual fora um renomado mestre de balé, recriou a apresentação para o balé Imperial de Moscou, suas anotações de 1884 (primeira versão apresentada por ele), serviram de base para os posteriores mestres de balé. Giselle retornou para o palco da Ópera em 1911, com a Companhia de Balé Russo de Diaghilev. Todavia com as apresentações atuais podemos por meio da beleza da obra apresentada, entender o sucesso de Giselle e o frenesi das bailarinas que almejam apresentá-la.

A religiosidade afro-brasileira e suas interfaces com a música

Paulo Renato Franco
paulinhobafafa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação tem por objetivo abordar os elementos da religiosidade afro-brasileira e suas interfaces com a música. Para tanto, demonstraremos algumas características que assemelham e diferenciam a Umbanda e o Candomblé. A partir dessa proposta inicial, faremos alguns apontamentos antropológicos sobre como se caracterizam as religiões afro-brasileiras. Após essa etapa de caracterização, discutiremos as relações entre essas religiões e a musicalidade, uma vez que a música é parte integrante de suas estruturas enquanto culto religioso. Em seguida, descreveremos os principais instrumentos utilizados nos cultos, suas importâncias e o papel do músico. A metodologia empregada nesse estudo pauta-se na etnomusicologia. Essa é a metodologia pela qual analisaremos o comportamento social dos sujeitos em relação a música e a religião, os elementos sensoriais como instrumento de percepção, a observância de ritmos, a melodia, a polifonia e as letras para composição da homogeneidade musical. Junto a pesquisa etnomusical, também lançaremos mão da pesquisa bibliográfica histórica, sociológica e antropológica sobre a religiosidade afro-brasileira. Nosso estudo é organizado a partir da escolha de uma entidade das religiões afro-brasileiras, pois, a partir dela, veremos que as expressões musicais proporcionam uma análise comparativa, já que a entidade escolhida pode ser observada em ambas as religiões citadas. Frente a essas etapas, discutiremos como se pode pensar a construção da identidade cultural dos sujeitos ligados as religiões afro-brasileiras.

Musicalidade e racismo: trajetória musical de Pixinguinha

Maurício de Jesus Tíbel de Brito
mauriciomusic@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

No presente artigo, traremos a tona uma abordagem histórica da música popular brasileira e seus atores. Nosso objetivo é entender o papel dos músicos negros que foram e são grande influência na luta de espaço e conquistas dos negros no campo musical brasileiro nas três primeiras décadas do século XX. Para o desenvolvimento dessa pesquisa trarei alguns dos principais personagens que transpassaram o preconceito no que se trata de música popular brasileira feita por negros, uma vez que a sociedade brasileira do início do século XX era marcada pelo racismo pautado na teoria do branqueamento. Entre os músicos negros desse período, podemos citar: Ataulfo Alves, Ismael Silva, Lupcineo Rodrigues e Pixinguinha. Para os limites desse artigo abordaremos apenas algumas composições musicais do Pixinguinha, onde faremos uma análise da influência da música afro brasileira em suas canções. Consideramos que esse músico foi um dos principais compositores negros brasileiros do início do século XX. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, trabalharemos com pesquisa bibliográfica e a perspectiva da trajetória de vida. Partindo das perspectivas dos estudos da História da Música, discutiremos como esse músico negro conseguiu ocupar um lugar de destaque no cenário musical brasileiro. Lembrando que essa pesquisa encontra-se no início, levantaremos questões sobre a musicalidade e o racismo na sociedade brasileira republicana.

O Vale também samba, malungo! Tata Ti Inkice e a cultura do Vale do Paraíba

Diego Uchoa de Amorim
uchoa.amorim@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

No presente trabalho, pretendemos contribuir com os estudos de pesquisadores que já vem se debruçando sobre a História Social do Samba. A partir do trabalho no projeto “Territórios jongueiros na cidade do Rio de Janeiro - século XX” (PIBIC/CNPq) e “Por uma história da música negra – Renovação”, ambos coordenados pela pesquisadora Prof^a. Dr^a. Martha Abreu, que teve como primeiro momento da pesquisa a construção de um mapeamento das principais questões e silenciamentos acerca da produção historiográfica do samba urbano carioca, surgiram questões e alguns silêncios foram identificados nas narrativas hegemônicas. É dentro desse contexto social, musical, religioso, político e acadêmico agitado do mundo do samba que esta pesquisa se insere, pois, o nosso objetivo principal consiste em analisar a trajetória de Tancredo da Silva Pinto (Cantagalo, 1904-1979), conhecido dentro do mundo religioso afro-ameríndio como Tata Ti Inkice, umbandista, escritor, compositor de música popular, sambista e um dos grandes nomes da luta pela liberdade religiosa e contra o racismo no Brasil. Isso, a partir do prisma da influência marcante do repertório cultural da população que está se deslocando da região do Vale do Paraíba (RJ, SP, MG e ES) no contexto do Pós-Abolição, majoritariamente negra, formado pelos seus jongos, calangos, caxambus, fundamentos, ritos e folias de reis no mundo do samba urbano carioca. Uma viagem por cidades, espiritualidades e músicas. Essa pesquisa resultou na Monografia entregue no final do ano de 2017 a Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói) para obtenção do título de Bacharel e Licenciatura em História.

Carolina Maria de Jesus e a escola: a música como forma de expressão e cidadania

Thiara Rodrigues da Silva
thiara.rodrigues@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Música; Sociedade; Reflexão;

Nesse trabalho trago reflexões sobre a importância de trabalhar composições musicais de cunho social dentro de sala de aula, e para isso escolhi as composições da escritora Carolina Maria de Jesus. Carolina, além de escritora, cantora, compositora, a sua maneira foi uma pensadora de sua época. Mesmo enfrentando diversas dificuldades Carolina conseguiu firmar seu lugar, por meio da obra Quarto de despejo: diário de uma favelada, na Literatura Brasileira. E por qual motivo é importante trazer Carolina para dentro da sala de aula? A obra mais importante de Carolina, Quarto de despejo: diário de uma favelada traz reflexão da vida social de uma favela de São Paulo do século XX, mas Carolina foi além produziu romances e embalou canções de sua autoria. Mesmo com uma linguagem simples, reflexo da pouca escolaridade da autora, é possível refletir nas mazelas sofridas e vivenciadas por nossa escritora personagem de suas obras. E além de seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, as composições de Carolina também fazem uma severa crítica às diferenças sociais, ao papel do negro na construção da social e as lutas de mulheres pobres e negras na sociedade brasileira. E ao tentar responder a pergunta “Por qual motivo é importante trazer Carolina para dentro da sala de aula?” Não tem como não pensar em respostas ligadas as vivências dos jovens brasileiros, sobre tudo na posição e condição social do jovem pobre, do jovem negro perante a sociedade. Dessa forma vejo que as letras das canções de Carolina podem ser um marco para trabalhar a sociedade brasileira do século XXI e como é de suma importância que as ações afirmativas não sejam discutidas apenas dentro das academias, mas sim com aqueles que sofrem preconceitos e os efeitos do preconceito diariamente.

ST 22 - Rupturas e continuidades da Época Moderna (XV-XIX)

Simposio Temático

Ana Tereza Landolfi Toledo

landolfiat@gmail.com

Mestre em História

Universidad de Salamanca

Livia Bernardes Roberge

liv.roberge@gmail.com

Mestra em História

UFF

Natália Ribeiro Martins

nribeiro.his@gmail.com

Doutoranda em História

UFMG

Thaís Tanure de Oliveira Costa

ttanure@gmail.com

Mestranda em História

UFMG

Proposta do Simpósio

O Período Moderno, aqui compreendido entre o século XV e as primeiras décadas do século XIX, foi um contexto fértil para o surgimento e a construção de diversos hábitos, instituições, teorias e perspectivas. Das monarquias imperiais à reforma protestante, das conquistas dos espaços coloniais à escravidão, forjaram-se no período as matrizes que viriam a moldar de forma substancial o que é hoje o mundo ocidental. Nesse sentido, o objetivo do presente simpósio é promover um espaço voltado ao compartilhamento de pesquisas que lidam com fontes e temáticas acerca da Idade Moderna, e sua consequente crise. Buscando distanciarmo-nos de uma perspectiva conservadora e elitista sobre o contexto, pretendemos agregar pesquisas que enfatizam o dinamismo das práticas

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

políticas e as especificidades das mais diversas estratégias e negociações empregadas pelas gentes, engendrando uma pluralidade de abordagens e possibilidades de pesquisas em torno não só de questões como centralização monárquica e consolidação dos absolutismos, por exemplo, mas também das ilegalidades e outras práticas contrárias ao costume e à lei. Nesse sentido, pretendemos também abarcar debates concernentes aos mecanismos institucionais e as práticas culturais, religiosas e sociais dos diferentes agentes e suas possíveis adaptabilidades nos mais longínquos espaços e, ainda, as estratégias políticas, culturais e econômicas de sustentação típicas da Época Moderna. O Simpósio acolherá a temática dos “desgovernos”, das instabilidades, dos radicalismos, heterodoxias e venalidades, as práticas sociais das ilicitudes e alterações da ordem e das dinâmicas dos projetos políticos e mercantis em disputa na Europa entre os séculos XV-XIX. Ao pensar a Modernidade sob a perspectiva global que lhe é digna, propomos aqui congregarmos trabalhos que versam em debates sobre os mais diversos recortes espaciais, como por exemplo, a noção de “bom governo das gentes” verificados nos Impérios Ibéricos e suas difusões no mundo Atlântico, até debates sobre Escravidão moderna, Guerras de Religião, Reforma e Contrarreforma, Milenarismos, Revoluções Inglesa e Francesa, Literaturas, Utopias, República das Letras, Filosofia Política Moderna, Impressos, dentre demais rupturas e continuidades características do período.

Comunicações

Missionação e Alteridade: Bartolomé de Las Casas e José de Acosta

Gabriel Cardoso Bom
gabriel.bonz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho busca entender os confrontos que os missionários católicos na América tiveram com a alteridade indígena que se mostrou a partir das Navegações. Sendo assim, há uma mudança clara na concepção de Homem: passa de uma classificação qualitativa, pautada no pensamento antigo (principalmente o de Aristóteles), para uma classificação quantitativa do homem, onde que o que importa é o seu caráter civilizacional.

O princípio do bem comum para as Monarquias Ibéricas modernas: um estudo de caso

Júlia de Cássia Silva Cassão
juliacassao@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Bem comum; Península Ibérica; Império Português; Diamantes.

Esta comunicação tem por objetivo de análise a trajetória do contratador dos diamantes, Felisberto Caldeira Brant, que encabeçou um consórcio para o arremate deste contrato, com início em 1749 e fim no ano de 1753. Acusado do crime de descaminho de diamantes durante o período, além de desrespeito às cláusulas do contrato e defraudação dos cofres da Fazenda Real, buscaremos compreender como a noção de bem comum e o repertório caro ao conceito, difundido nas monarquias ibéricas e no espaço colonial, contribuíram para o rigor de sua sentença. Além disso, problematizaremos a aplicabilidade do conceito de corrupção para a referida época, aqui compreendido como a putrefação e a degradação do corpo da República, assim como fator de não promoção da justiça - a principal atribuição do príncipe. Pois, se o bem comum residia no fim último de toda sociedade política, no bom governo, na liberalidade e no princípio do "dar a cada um o que é seu por direito", a corrupção, a partir das venalidades, das ilegalidades e das práticas consideradas ilícitas - entre elas as realizadas por Brant -, concorria para o desequilíbrio do governo das gentes.

"The Blue Laws of Puritans" - Abordagens entre o Jurídico e o Religioso

Guidyon Augusto Almeida Lima
guidyonaugusto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, História local, Oralidade, Promessa e Vasco da Gama.

A presente proposta de exposição de trabalho possui como objetivo primário analisar a influência de uma perspectiva religiosa sobre as chamadas “Blue Laws” (Leis Azuis) da Colônia de Connecticut, estabelecidas em um regimento da colonial, datado de meados do século XVII. O foco de nosso olhar será sobre a seção das “Capital Laws”, organizadas em um corpo de quatorze artigos que tratam sobre questões voltadas a prática de bruxaria, adultério, assim como demais assuntos considerados passíveis de pena de morte. Julgados pela Corte Geral, sob forte influência de princípios morais e religiosos, encontramos registros que descrevem casos, disputas e demais sentenças que deveriam ser aplicadas aos considerados culpados por essas transgressões. Em um segundo momento a proposta têm por intenção tecer considerações sobre a estrutura social puritana, estabelecida tanto na colônia citada, quanto em demais localidades, nos valendo justamente dos relatos jurídicos compilados nos livros *The Blue Laws of Connecticut* (Philadelphia, 1861) e *The True-Blue Laws of Connecticut and New Haven* (Hartford, 1876). Em finais de análise fazemos apontamentos específicos sobre a nomenclatura desse corpo de leis, as chamadas “Blue Laws”, nomeadas a posteriori, no século XIX, carregando uma carga de escárnio e revisão histórica sobre os pensamentos do século XVII.

Montesquieu, Benjamin Constant, Tocqueville e alguns problemas do mundo moderno.

Marco Antonio Barroso
marco.barroso78@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A reflexão sobre as bases da fundação do estado moderno e da democracia liberal não está ausente da reflexão continental europeia. E podemos encontrar como esforço de traduzir a experiência inglesa, e norte americana, para mentalidade continental e, em especial de língua latina, as obras de Montesquieu, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville. Ora, o presente trabalho tem como escopo discutir o posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal. A escolha dos pensadores que são objeto deste estudo não se deu fortuitamente, sendo que um dos marcos teóricos que amparam a escolha foi apresentado, ou seja, sua apropriação da vivência/meditação de origem anglófila sobre as bases da democracia liberal. Não obstante, destacamos também a proximidade intelectual que há, por herança, entre as instituições políticas brasileiras e francesas. Contudo, um interlocutor poderia nos questionar, ainda, sobre a distância entre o memento nosso histórico e o dos autores que são objetos de nosso estudo; a este interlocutor podemos responder que a distância contestada é, de fato, positiva para a avaliação crítica almejada, uma vez que ganhamos distanciamento do objeto de estudo e uma visão panorâmica das ideias e dos fatos por elas engendrados. Não negamos, porém, que a motivação principal da pesquisa está ancorada nos problemas contemporâneos e pela crítica que vem sofrendo a ideia de democracia representativa. Reconhecemos, também, que o presente trabalho não tem pretensões de originalidade, pois o assunto em voga já foi trabalhado com excelência por variados autores. Contudo, a revisão de alguns pontos de vista, ou a ruminação de ideias, é sempre uma passo importante na reflexão filosófica, principalmente no que tange a uma parte tão prática e tão próxima de nós, quanto a filosofia política. Como metodologia de trabalho faremos um estudo monográfico acerca das principais obras de cada um dos referidos autores, seguindo a ordem cronológica de aparecimento da reflexão de cada um, tendo como fonte primária textos destacados dos livros: O Espírito das Leis, de Montesquieu,

Princípios de política aplicados a todos os governos, de Benjamin Constant, e Lembranças de 1848 e trechos de A democracia na América, de Alexis de Tocqueville.

Entre permanências e rupturas: dimensões possíveis da atuação Digger (1648-1652)

Livia Bernardes Roberge
liv.roberge@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Ao longo da história, os Diggers – grupo que atuou durante a Revolução Inglesa de 1640-1660 – foram interpretados das mais diversas formas no que se refere à compreensão e caracterização dos posicionamentos e ações que tomaram dentro do contexto supracitado. Se nos anos 60 a historiografia marxista inglesa nos apresentou um grupo de caráter revolucionário comunista, recentemente tem-se averiguado um processo de profunda historicização “apolítica”, por parte de alguns historiadores, das experiências destes atores modernos. De forma a adentrar este debate, a presente comunicação visa apresentar possibilidades de compreensão destas experiências Diggers através da análise dos panfletos produzidos pelo grupo, associada à contextualização dos mesmos. Ao apresentar o que consideramos ser o conjunto de posicionamentos Digger sobre os mais diversos tópicos – como monarquia, propriedade e religião, por exemplo – perguntamo-nos se o conjunto de suas atuações contém uma ideia, um objetivo, que se encontra mais próxima de uma idealização de uma estruturação social passada, de caráter paternalista; ou ainda se eles nos provém com meios de identificar em seu projeto uma efetiva proposta de reestruturação social – ainda que não infligisse mudanças em absolutamente todos os setores da sociedade, como por exemplo, as relações de gênero –, identificando, assim, uma proposta de revolução, sempre mantendo em mente as possibilidades de se compreender o que caracterizaria uma mudança estrutural para a mentalidade do XVII.

Conversão e modernidade: movimentos de renovação religiosa no protestantismo dos séculos XVII e XVIII e a “afirmação do indivíduo”

Daniel Rocha
danielrochabh@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Protestantismo; Metodismo; Pietismo; História Moderna.

As igrejas protestantes conviveram, no final do século XVII e durante o século XVIII, com uma série de movimentos de renovação religiosa que condenavam o que consideravam como a “ortodoxia fria” das igrejas estatais e conclamavam as pessoas a experimentarem uma real experiência de conversão e de “santificação” da vida. Os mais importantes desses movimentos foram o pietismo alemão, o metodismo na Inglaterra e o chamado Primeiro Grande Avivamento nas colônias inglesas da América do Norte. Nesta comunicação, refletiremos sobre a importância desses movimentos para uma nova configuração do campo religioso dos locais onde tiveram maior impacto. A partir do diálogo com fontes do período – como Pia Desideria (1675) do pietista Philip Jacob Spener e trechos do diário de John Wesley, o “pai” do movimento metodista britânico – e com elementos da perspectiva weberiana a respeito das relações entre protestantismo e modernidade, buscaremos analisar as rupturas que tais movimentos representaram em relação aos vínculos religiosos tradicionais do período, mesmo dentro das igrejas protestantes, onde a “lógica” do *cujus regio, eius religio* era predominante.

Castiços, mestiços e nativos: a formação do clero local na Índia portuguesa.

Ana Paula Sena Gomide
ape.gomide@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Clero nativo; Índia portuguesa; mestiçagens.

A presente comunicação tem por objetivo central analisar a formação do clero nativo goês e sua implicação nos padrões de hierarquização e classificação dos indivíduos e grupos sociais, empregadas tanto pela coroa portuguesa como pelas elites locais. Para tal objetivo investigaremos o modo como os religiosos da Companhia de Jesus, especialmente através do léxico sobre as categorias sociais produzido por Alessandro Valignano em 1588, percebiam e classificavam as populações nascidas no Oriente, postulando qualidades específicas para castiços, mestiços e nativos. Estudar a formação do clero nativo da Índia portuguesa possibilita ao pesquisador compreender as dinâmicas das sentenças dos missionários e dos agentes da coroa sobre as qualidades de mestiços e indianos, retirando-os da subalternidade do domínio português no Oriente e inserindo-os dentro dos padrões de classificações sociais que eram compartilhadas pelas sociedades ibéricas da Época Moderna.

A santidade protestante no século XVI: A Reforma entre rupturas e continuidades.

João Guilherme Lisbôa Rangel
jglhistoria@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Reforma; Hagiografia; Santidade.

O presente trabalho pretende analisar as diferentes correntes historiográficas que se dedicaram aos estudos sobre a Reforma protestante no século XVI. Em nosso levantamento preliminar, verificamos o predomínio de pesquisas que tomaram a questão religiosa na Reforma a partir de uma perspectiva essencialista/ fenomenológica, ou seja, atribuíram à Reforma uma essência teológica cuja consequência, por exemplo, foi a iconoclastia, isto é, recusa peremptória ao culto aos santos e toda associação possível a santidade, bem como, a narrativa hagiográfica. Tais pesquisas, ao abordarem a religião e a teologia da Reforma sob esta perspectiva (essencialista/ fenomenológica) negligenciaram a possibilidade de se pensar a existência de uma santidade protestante forjada a partir de relatos hagiográficos. Obras como o Livro dos Mártires, escrita pelo protestante genebrino Jean Crespin, em 1554 e que foi consagrada aos protestantes julgados e condenados à morte por heresia, além de sofrerem um apagamento no que se refere a escassez de estudos por parte dos historiadores, ao serem analisadas, foram pensadas, apenas, como objeto de propaganda favorável a causa protestantes. Nesse sentido, partir de uma análise que rejeita qualquer interpretação essencialista/ fenomenológica em relação a Reforma, pretendemos submeter à própria ideia da santidade protestante ao escrutínio das práticas envolvidas nos processos históricos da Reforma, observando tanto continuidades (uma escrita hagiográfica protestante) quanto rupturas (a recusa da ideia de intercessão).

“Uma monarquia absoluta temperada por canções”: Canções e opinião popular

Allysson Fillipe Oliveira Lima
lima.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Regime; Revolução Francesa; Música.

Adentrando o mundo do Antigo Regime francês, entendemos que a canção popular pode tornar visíveis as práticas culturais populares e as suas implicações no fomento da rede de comunicações parisiense. Por sua vez, essa rede gerava implicações nos populares, servindo à vazão de insatisfações, à (re)elaboração e à estruturação de percepções de mundo. Havia ali momentos de sociabilidade popular, nos quais circulavam notícias, o povo elaborava e compartilhava opiniões comuns, populares, sobre quaisquer assuntos ou personagens. A canção tinha lugar especial na conformação de uma opinião popular, pois em torno dela as pessoas se reuniam, criavam e reforçavam laços. Portanto, a canção sob o Antigo Regime integrada a amplas redes de comunicação e com os mais diversos suportes, representa uma peça importante para a compreensão do povo e de sua capacidade de incomodar o poder vigente. Mesmo que a opinião popular não fosse aquela racional e ilustrada opinião idealizada pelos filósofos, ela já começara a “jorrar como força das ruas” (DARNTON, Robert. Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.). Uma força fomentada por calúnias e boatos, que revolviam emoções, e, sobre melodias de sucesso, não desgarravam da memória popular. Mas seria essa força capaz de derrubar o Antigo Regime?

Arte, moral e religião na Inglaterra setecentista através das obras de Hogarth

Laila Luna Liano de León
laila.luna88@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inglaterra; Moral; Ilustração.

Embora a Revolução Gloriosa de 1688/89 não tenha garantido a estabilidade política nas primeiras décadas, ela rapidamente conseguiu estabelecer no imaginário a ideia de que a Inglaterra vivia num regime mais tolerante e racional do que a maior parte dos países da Europa Continental. No século XVIII, a Inglaterra seria vista como um exemplo de modernidade e de desenvolvimento científico, econômico e constitucional, e à parte de certos exageros, o estabelecimento de uma monarquia constitucional, a instauração do habeas corpus, a tolerância a protestantes dissidentes e o fim da censura pré-publicação atestavam essa tese que teria uma conexão intrínseca com as Luzes não apenas na Inglaterra, mas em toda Europa. Nessa perspectiva, concordamos com o historiador Roy Porter que considera a Ilustração Inglesa como uma linguagem que ultrapassou os meios acadêmicos e esteve presente na produção cultural voltada para um público letrado mais amplo. Uma abordagem de mundo secular, racional e tolerante norteou tanto as letras quanto as artes, e a moral foi um elemento-chave para essas reflexões, deixando de ser um pressuposto religioso e transcendental, e tornando-se a base para a idealização de uma sociedade moderna ilustrada. As Luzes, de modo geral, trouxeram uma interpretação mais humana de mundo, com ideias de liberdade individual e dignidade que possibilitaram que os artistas questionassem a autoridade e a tradição da Antiguidade Clássica e do Renascimento, bem como da moral cristã, a partir de argumentos racionais e fundamentados na ciência. Nesse contexto, as obras do pintor e gravador William Hogarth (1697-1764) traziam uma proposta moderna e heterodoxa que combinava julgamento e instrução moral, e que se afastava de uma moralidade religiosa tradicional baseada na crença e na preponderância do transcendental. O artista denominou como moderno objeto moral, quadros e gravuras que visavam a ilustração das mentes através da combinação de elementos clássicos e vulgares, e uma estética empirista e racional. Suas obras moralizantes satirizavam tanto a aristocracia quanto as classes populares, e visavam uma observação e crítica do comportamento dos indivíduos e da sociedade moderna, apontando vícios considerados prejudiciais ao "bem comum". Desse modo,

a proposta do trabalho é refletir sobre a relação entre as imagens do artista e uma moralidade secular e racional difundida pelas Luzes Inglesas.

Deuotio Moderna: a espiritualidade dos “irmãos e irmãs de vida comum”

Franco Alves Biondi
francoabiondi@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Dentre os séculos XII-XVI, a cristandade ocidental vivenciou profundas transformações que mudaram a face do cristianismo e resultaram em novas formas de vivenciar e se relacionar com a fé. No século XIV, nos atuais Países Baixos, surge o movimento que ficou conhecido como deuotio moderna (“devoção moderna” ou “devoção dos tempos atuais”), que deixaria importantes marcas nas relações individuais com Deus e nas noções morais do cristianismo subsequentes. Baseando-se nos relatos dos tempos do cristianismo primitivo, os devotos modernos cultivaram ideais de simplicidade e de vida comunitária, familiares às ordens monásticas, porém sem assumir votos. Também recusaram a vida mendicante para se dedicar à cópia de livros e à divulgação da mensagem evangélica e de sua “Nova espiritualidade”. Foram, ainda, responsáveis pela criação de manuais de exercitação espiritual, denominados rapiaria, cujo principal objetivo era o de situar a alma nos desígnios divinos e fomentar uma vida virtuosa segundo os preceitos cristãos. Essas características fizeram com que os devotos, também denominados “irmãos e irmãs de vida comum”, fossem vistos como precursores dos movimentos de reforma. Parte considerável da historiografia do século XIX e primeira metade do XX percebeu na deuotio moderna uma tendência ao laicismo e uma recusa à tradição católica, expressa, principalmente, na noção da commemoratio. A partir da década de sessenta, novos estudos passam a enfatizar o compromisso dos devotos com o catolicismo e o caráter teleológico das interpretações anteriores, demonstrando como os devotos devem ser entendidos dentro de seu próprio tempo e características. Os mais recentes trabalhos, dentre os quais se destacam os de John Van Engen, enfatizam as raízes medievais do movimento, apontando suas proximidades com outros grupos espiritualizados, a exemplo dos franciscanos, begardos e beguinas. Dessa forma, propõe-se discutir a deuotio moderna a partir das principais interpretações realizadas sobre o movimento, apontando características a partir de alguns de seus manuais, como De Imitatione Christi e Tractatus Deuotus, demonstrando como ecoam respostas a problemas suscitados pelas transformações políticas e sociais do período e ainda representam desafios para a compreensão da espiritualidade do início dos tempos modernos.

O início da presença portuguesa no “Reino de Angola”, século XVI.

Luciana Lucia da Silva
l.lucia.silva@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A comunicação proposta busca apresentar alguns aspectos da relação mantida entre portugueses e povos Mbundu – denominação dada aos falantes do kimbundu que ocupavam uma larga faixa da África Central Ocidental – no momento inicial dessa presença estrangeira na região, que se deu já no século XVI. O reino do Ndongo, habitado por um subgrupo entre os Mbundu, se situava na região que ficou conhecida como Angola a partir do início da presença portuguesa no local. Nesta região foram mantidas relações bastante diferentes daquelas estabelecidas pelos portugueses em outras localidades da costa africana até então. Essa foi uma região onde se deram contatos, estabeleceram-se alianças e conflitos de forma bastante intensa e peculiar entre portugueses e africanos e que viriam a resultar no estabelecimento da futura colônia de Angola. Nesta apresentação trabalharemos com a ideia de “dinâmica imperial”, perspectiva historiográfica que vem sendo adotada por grande parte dos estudos recentes acerca da presença portuguesa nos diferentes territórios ultramarinos. Trata-se de uma forma de pensar o Império a partir da articulação entre os diferentes territórios que o compunham, reconhecendo que cada um desses territórios possuía dinâmicas próprias, que se articulavam com o centro da monarquia em Portugal e, principalmente, entre si, conectando-se uns aos outros em diferentes arranjos temporais e espaciais, identificando, entre outras coisas, a importância do sistema atlântico como primordial a sua construção. Temos como pressuposto a crença de que a compreensão da “dinâmica imperial” possibilita um melhor conhecimento não só da sociedade portuguesa, mas das áreas que a ela estiveram conectadas nesse período, como é o caso do chamado “reino de Angola”. O objetivo deste trabalho é pensar dinâmicas presentes nos primeiros contatos entre os portugueses e os habitantes do Ndongo. Buscando perceber nesse momento inicial o fator relacional entre interesses portugueses e Mbundu – os quais certamente estiveram envolvidos nesse processo, mas têm o seu papel muitas vezes negligenciado na escrita da história. Portanto, questionamos quais teriam sido as motivações, interesses e expectativas presentes no desejo do estabelecimento dessa relação tanto para portugueses quanto, e principalmente, para africanos.

Além de problematizar quais tipos de relação puderam ser estabelecidos entre portugueses e povos Mbundu nesse momento.

Poder e “corrupção” no Tribunal da Bula da Cruzada em Portugal no século XVII

Veronica de Jesus Gomes
veronicadejgomes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Clero; Corrupção; Tribunal da Bula da Cruzada; Conflitos.

Pertencer ao clero, no Portugal do Antigo Regime, não significava necessariamente ter uma vida reclusa, de devotamento, abnegação e propagação da palavra de Deus. Não consistia impreterivelmente que se tivesse total e exclusiva dedicação aos ofícios divinos. O clero era uma organização muito heterogênea e hierarquizada graças a vários aspectos: a observância religiosa (regulares e seculares), à origem social, etc. e integrá-lo era fazer parte da “ordem mais prestigiada” de uma sociedade organizada a partir de uma concepção corporativa, na qual a cada indivíduo cabia uma função no ordenamento divino da comunidade, a que correspondiam diferentes estatutos jurídicos, políticos e honoríficos. Seus membros tinham importantes privilégios, que se tornavam mais relevantes e atraentes à medida que o indivíduo galgava os degraus superiores da carreira eclesiástica, implicando disputas e rivalidades para a obtenção dos postos mais honrosos, que reuniam consideráveis rendimentos e outras prerrogativas, e que, evidentemente, nem sempre, foram ocupados pelos mais bem preparados. Os conflitos não foram excepcionais e eram muito comuns, tanto no ultramar quanto no reino, onde os clérigos se envolveram em disputas, promovendo, constantemente, a desordem social. Não raro, aqueles homens usaram armas nem sempre louváveis para obter os cargos mais relevantes. A comunicação tem dois objetivos: analisar os manuscritos – cópias de certidões e cartas do inquisidor Manoel da Cunha, que, entre 1633 e 1634, foi comissário geral do Tribunal da Bula da Cruzada, instituição eclesiástica que administrava os rendimentos da venda das bulas, nos quais ele refere a devassa que mandou realizar naquela instituição, que, além de expor os desvios ocorridos durante o comissariado de seu antecessor, D. António Mascarenhas, demonstrou seu grande zelo pela fazenda régia, procurando asseverar que, como bom e leal vassalo, servia com fidelidade e amor ao monarca Filipe III. Por outro lado, buscamos examinar os conflitos, as disputas pelo poder, a utilização do Santo Ofício como elemento de luta política, num cenário de perseguição aos cristãos novos no qual se inseriu Mascarenhas, acusado de “corrupção”, muito usual no que se refere aos rendimentos da bula, de sodomia e de nepotismo, questões que

envolveram cristãos novos e um cristão velho, secretário do Tribunal da Cruzada, incriminado de judaísmo e condenado à fogueira pelo “pecado nefando”.

Manifestos e constituintes: a crise do Antigo Regime luso-brasileiro (1820-1823)

Alexandre Bellini Tasca
abtasca@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Panfletos; constituinte; independência.

Desde meados do século XVIII o Antigo Regime passou por um acelerado processo de desgaste que está intimamente ligado à crise do Antigo Sistema Colonial. Eventos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a independência do Haiti catalisaram as transformações que viriam a marcar o século XIX. Seja a desagregação das colônias espanholas na América, sejam os movimentos de contestação às autoridades na Inconfidência Mineira e na Conjuração baiana de 1798, era inegável a irrupção de ideias e ideais que buscavam transformar um modelo de sociedade que se tornava cada vez mais insustentável. Nesse sentido, o movimento liberal eclodido na cidade de Porto em 24 de agosto de 1820 trouxe profundas mudanças para o cenário luso-brasileiro. Duas formas de participação política ganharam força a partir de então: a escrita panfletária e o debate parlamentar, sobretudo de cunho constituinte. O primeiro se multiplicou graças fim virtual da censura prévia, o segundo surgiu como fruto de uma das principais reivindicações vintistas: a elaboração de uma constituição para a “Nação Portuguesa”. A tradição política da Europa e de suas colônias era marcada, de forma geral, pelo seu caráter cortesão, restrito às camadas nobres, não constituindo uma esfera pública propriamente dita. Com o fortalecimento do ideário liberal, esse panorama passou a sofrer significativas transformações, as tipografias se multiplicavam e os panfletos, dos mais variados estilos, ganhavam as ruas, lidos nas boticas e em praças públicas. Ao mesmo tempo, em janeiro de 1821, começavam a se reunir, pela primeira vez, deputados eleitos nas diversas províncias do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, dessas reuniões, saíam diariamente o registro dos debates referentes a elaboração da Constituição da Nação Portuguesa. Interessa para o pretendido trabalho analisar o papel tanto dos panfletos, quando dos diários na criação de uma esfera pública, enfocando o Brasil que, em meio a crise do Antigo Regime, alcançou sua independência política, amparado por alicerces de fundação ainda incertas.

Relações no cárcere entre Félix Nunes de Miranda e Álvaro Rodrigues

Daniela Cristina Nalon
danielanalon@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho busca discutir as relações estabelecidas no décimo cárcere do corredor do meio da Inquisição de Lisboa por dois cristãos-novos acusados de judaísmo: Félix Nunes de Miranda e Álvaro Rodrigues. A relação que os dois teceram foi descrita pelos vigias dos cárceres como se fosse de um mestre com seu amo. Ao que parece, Félix possuía uma influência moral sobre seu companheiro, aconselhando o que deveria ou não dizer aos inquisidores por exemplo. Álvaro trazia comida para Félix, arrumava sua cama e a tirava de perto da parede por conta da umidade do cárcere, entre outras. A postura dos cristãos-novos frente os interrogatórios dos inquisidores foi diferente. Félix a tudo que lhe era perguntado afirmava que não sabia, não se lembrava e sempre declarava que não praticou ritos judaizantes, porque seguia a Lei de Jesus Cristo. Já Álvaro Rodrigues respondia, e por vezes voltava atrás dizendo que estava tudo errado e pedia para iniciar seu depoimento, fato que muitas vezes fazia com que os inquisidores lhe negassem crédito no testemunho. Os ritos processuais dos processos se diferiram, porém o desfecho dos casos de ambos foi o mesmo – foram relaxados a justiça secular no mesmo auto da fé que aconteceu no domingo, 17 de junho de 1731 na Praça da Igreja do Convento de São Domingos da cidade de Lisboa, sendo o Inquisidor Nuno da Cunha de Ataíde.

Entre o "diálogo" e a conversão: jesuítas e indígenas no Brasil do século XVI

Gabriel Isaac Soares Lopes
gabriel.isaac.lopes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A pesquisa teve como norte os debates entre os membros da Companhia de Jesus sobre a incorporação dos habitantes originais das terras coloniais portuguesas na América. O foco da análise incidu sobre o Diálogo sobre a conversão do gentio, obra de padre Manuel da Nóbrega que tem por intuito mostrar as dificuldades da conversão, bem como suas diretivas. Sendo o padre o primeiro coordenador da missão, pode se encontrar dentro de suas obras algumas pistas sobre a ação da companhia nos primeiros anos de seu estabelecimento. Com a chegada da Companhia de Jesus no Brasil em 1549, houve uma mudança nos rumos da política da colônia em relação as populações autóctones americanas. O regimento da catequização e inserção dessas camadas passa gradativamente da mão dos colonos para a regência dos inacianos. Para isso é necessária toda uma reorganização do arcabouço intelectual em relação aos povos nativos. Padre Manuel da Nóbrega primeiro superior da ordem na América portuguesa é um dos primeiros a se debruçar sobre a questão indígena em termos argumentativos através do seu “Diálogo sobre a conversão do gentio”. Dentro de sua obra é possível perceber o esforço em categorizar os silvícolas e inseri-los em uma lógica da cristandade. A origem dos povos é explicada no “diálogo” através da passagem bíblica onde os filhos de Noé povoam a terra, sendo assim cada povo tem sua condição determinada por sua ascendência. Os povos habitantes do Brasil são os descendentes de Cam, filho que foi amaldiçoado pelo seu pai após vê-lo nu e bêbado. A falta de estruturas religiosas e governamentais, bem como a desobediência as proposições dos padres eram vistas como degenerações do povo e tinha suas raízes na passagem de Gênesis. Buscamos através das pistas deixadas pelos escritos de Nóbrega entender como os indígenas foram entendidos e assimilados no contexto cristão e colonial. A luz da historiografia sobre a temática autores como Carlos Alberto Zeron, Charlotte Castelleau-L’Estaille e José de Einsenberg que se debruçaram sobre a temática dos Jesuítas nos primeiros anos da missão no Brasil pretendemos contribuir com o debate sobre a Companhia de Jesus, os indígenas e os encontros da modernidade.

Razões Iluministas: A Instrumental, a Crítica e a Empírica

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo
pedrobarbosa89@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Iluminismo; Razão; História das Ideias.

Visa-se nesta comunicação apresentar três concepções diferentes de razão utilizadas por autores Iluministas. A primeira é uma apropriação da razão instrumental de Horkheimer aplicada no século XVIII, mais especificamente no que autores como Voltaire, Diderot e d'Alembert entendiam como razão: faculdade humana de domínio e controle da natureza e da verdade. A segunda, é uma referência direta a Kant e sua tentativa de defender a razão das críticas de Hume, desassociando-a da faculdade de acesso à verdade e associando-a ao hábito crítico em direção à autonomia e ao conhecimento. Por último, chegamos à razão empírica, de autores como David Hume, Adam Smith, Edmund Burke e James Madison. Nesses autores a razão emerge como uma reflexão posterior aos sentidos e sentimentos, como um julgamento da experiência humana e, portanto, como passível de falha e contingência. Antes de seres racionais, seríamos seres sentimentais, em uma forte oposição ao racionalismo característico de Voltaire e dos enciclopedistas. O conhecimento sai do subjetivismo da razão e resigna-se na externalidade do empirismo. Por fim, concluir-se-á que o entendimento do Iluminismo como Era da Razão é inapropriado e insuficiente, devendo entender esse movimento em sua multiplicidade de princípios e aspectos: a crença no desenvolvimento humano e a ruptura de um regime de verdade que substituiu Deus por natureza como critério de validação.

A comunicação política entre governo geral e a câmara de Pernambuco (1663-1678).

Michelle Samuel da Silva
michellesamueldasilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Governo geral; comunicação política; câmara.

A proposta do trabalho visa analisar a comunicação política entre o governo geral e a câmara de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Pretende-se identificar a dinâmica política dessas duas instâncias de poder – do governo geral com a câmara – no contexto posterior a Restauração Bragantina. Procuramos por meio das correspondências trocadas entre esses poderes identificar a atuação do governador geral para manter a governabilidade no Estado do Brasil, contexto este, em que a coroa necessitava criar mecanismos para retomar a administração no ultramar. Nas últimas décadas, as câmaras municipais tornaram-se um tema fundamental para pensar o processo de centralização política e administrativa das monarquias do Antigo Regime. A Câmara Municipal tinha funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Dentre as várias instituições portuguesas transplantadas para o ultramar, a municipalidade colonial regia-se pelas mesmas leis metropolitanas – as Ordenações – que regulamentaram legalmente os concelhos em seu funcionamento no Reino. Nesse sentido, o trabalho tem como proposta analisar as relações políticas exercidas pelo governo geral – sendo este um representante do monarca no ultramar – e a câmara, com o objetivo de identificar as questões, conflitos e seus interesses.

Os cristãos-novos e o Atlântico: redes, comércio e descaminhos no século XVIII

Natália Ribeiro Martins
nribeiro.his@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta proposta de comunicação insere-se nas três primeiras décadas do século XVIII e deseja apresentar os apontamentos parciais de um estudo de caso acerca dos mecanismos de cooperação e constituição das redes comerciais encabeçadas por cristãos-novos portugueses, que atuaram em diversas praças mercantis do Atlântico. Para tanto, objetiva-se com esta proposta perseguir o rastro de um grupo de conversos agentes do trato mercantil que atuaram entre a Europa, América portuguesa e África. Desta forma, deseja-se demonstrar como foram tecidas e sustentadas as alianças entre os indivíduos até então estudados na pesquisa, as conexões e articulações do grupo, bem como as especificidades de sua agência. Será discutido, ainda, o perfil comercial dos mesmos, trazendo para o debate as indicações de que não operavam apenas nas vias lícitas da mercancia, demonstrando os indícios de que teriam também optado pela via dos descaminhos e as suas possíveis formas de viabilização.

A venalidade de ofícios nas Minas setecentistas

Rafael Jose de Paula Braga
rafaelpbjf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Venalidade; Sociedade; Mobilidade Social.

A venalidade de ofícios foi uma prática facilmente localizada e bastante difundida na monarquia espanhola, sendo utilizada pela Coroa como uma saída nos momentos de dificuldade financeira. No caso português, por sua vez, essa prática carece de pesquisa mais aprofundada, que busque perceber sua frequência e extensão. O presente trabalho procura exatamente determinar a existência da venalidade na administração lusitana e definir as maneiras pelas quais ela acontecia, focando sua análise nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, período de institucionalização política da administração metropolitana na região e aumento da densidade populacional. Além disso, esse estudo quer também enxergar a venalidade na sociedade em que está inserida, baseando-se na virada historiográfica de autores como João Frago, Maria de Fátima Gouvêa e Fernanda Bicalho e no conceito de Antigo Regime nos Trópicos. Ideias como economia do dom, mercês, autoridades negociadas, monarquia pluricontinental e poderes municipais estão todas presentes na visão do meio social em que a venalidade cresceu e se desenvolveu, encaixando-se nesse meio o qual, a primeira vista, poderia parecer oposto a essa prática. Assim, busca-se perceber os aspectos e características principais que a venda de ofícios assumiu em território luso não de maneira isolada, mas sem nunca perder de vista a sociedade em que ela se faz presente. Uma sociedade em que possibilidades de ascensão social existiam e eram perseguidas, com a venalidade podendo ser utilizada com esse propósito de mobilidade.

O apreço pelas feras e materiais exóticos: Elefantes e marfins no Atlântico

Rogéria Cristina Alves
rogeriaufmg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A proposta da presente comunicação é demonstrar, a partir de fontes históricas, como se deu a circulação de elefantes e marfins pelo chamado mundo atlântico, durante o período Moderno. Esse trânsito comercial tem por partida Angola, no continente africano e passa pelo Brasil e por Portugal e em cada uma destas localidades, de acordo com o período focado e os sujeitos envolvidos, a circulação dos paquidermes e de suas preciosas presas de marfim assume significados e valores diversos. A análise sobre a curiosidade despertada nos europeus, pelos paquidermes até o fabrico de objetos requintados em marfim, objetiva contribuir para o estudo das sociedades formadas em torno do Atlântico e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

"Seguir nos estudos para melhor servir": a trajetória do mulato Antonio José da Silva Vale César pelos espaços de educação formal do Império português

Lucas dos Santos Silva
lucas009911@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho tem como objetivo central analisar a trajetória de Antonio José da Silva Vale César (1775-?), militar de baixa e mulato que intentara, através do letramento e do ingresso em espaços de educação formal, ascender socialmente. Em uma sociedade de Antigo Regime, naturalmente hierarquizada, a carreira militar era também um lócus no qual a mobilidade social fundada no mérito era limitada, de modo que as perspectivas de ascensão engendravam-se em observância à manutenção da harmonia entre os estatutos do corpo social. Em que pesem tais considerações, bem como as revisões historiográficas que nuançam o caráter parcial dos resultados das reformas ilustradas empreendidas em Portugal na segunda metade do século XVIII, observa-se a partir do período pombalino transformações na filosofia administrativa referente ao sistema militar, a qual passa a pautar-se na racionalização administrativa e na busca por eficiência e disciplina, visando a segurança e defesa do reino e do ultramar sobretudo através da maior integração entre as forças militares. Neste contexto de transformações, consubstanciaram-se mecanismos de premiação daqueles que se destacaram por seus estudos em aulas públicas ou academias militares, espaços de educação formal que contribuíram naquela conjuntura para a gestação de uma camada de militares letrados de baixa patente. A análise da trajetória de Vale César permite-nos precisamente complexificar os olhares sobre tal conjuntura, viabilizando a apreensão das fissuras nos sistemas normativos que se (re) definem neste quadro de transformações políticas, administrativas e institucionais dos anos finais do Antigo Regime. Vale César nascera em Vila Rica e ingressara no Regimento de Cavalaria Regular das Minas em condições bastante particulares, posto que, em princípio, dada a sua cor/ condição social, fora admitido naquela tropa paga sem receber soldos. É somente ao ingressar na Aula Pública de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil e nela ser premiado que Vale César, por ordem régia, passa a ter seus vencimentos como soldado, e posteriormente, como sargento, quitados. Ainda que a marca de sua cor jamais tenha sido apagada, Vale César chega mesmo a receber a autorização do Príncipe Regente para frequentar a Universidade de Coimbra, o que

desvela-nos que as reformas de cunho administrativo e institucional gestaram novas formas de ascensão e, na trajetória analisada, de afastamento de uma ascendência escrava.

A crise do Antigo Regime em Portugal: Apontamentos em torno de um conceito

Ana Tereza Landolfi Toletto
landolfiat@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A Independência brasileira foi permeada por discussões acaloradas nas quais se buscava estabelecer o rumo que o Brasil deveria tomar diante da conjuntura política da época, isto é, romper os laços com Lisboa e proclamar-se como uma Nação independente ou permanecer unido a Portugal. Neste processo estava posto um complexo jogo político em que os comportamentos políticos poderiam colocar em xeque a manutenção das antigas autonomias e os mecanismos consagrados de reiteração das hierarquias sociais. Tendo em vista a dimensão da polifonia política da época ocasionada pelo contexto pós-Revolução Vintista e a implementação da Monarquia Constitucional, bem como a convocação das Cortes Constitucionais, é possível perceber que o absolutismo ruía-se e a derrocada do Antigo Regime português se anunciava. Neste sentido, o objetivo deste trabalho volta-se para o entendimento da “crise do Antigo regime português”, compreender os possíveis aspectos que configuraram o contexto, - desde a queda do Marquês de Pombal às tensões que assolaram a Europa, a presença da Corte no Brasil e as reações das gentes na colônia. De modo a analisar como essas mudanças atingiram as hierarquias sociais e políticas já estabelecidas e a possibilidade de porvir totalmente desconhecido. Desta forma, ao analisar questão da crise do Antigo Regime português, se faz necessário retomarmos o que entendemos por “Antigo Regime” e como este termo tornou-se uma categoria de análise relacionada a um determinado contexto. Dessa maneira, sabe-se que a referência para designar este contexto foi cunhada a posteriori da sua ocorrência e apresentava-se como contraponto do “Antigo” frente ao “Novo”. Na contraposição entre “Antigo” e “Novo”, o Antigo é dado como uma fase a ser superada, relacionado a uma época marcada por um passado atrasado e despótico. Contudo, na segunda metade do século XVIII, os mecanismos típicos do Antigo regime português entraram em crise e nas primeiras décadas de XIX o seu desgaste era notório e, não por acaso, a separação do Brasil de Portugal era desenhada. Assim, acreditamos que 1822 não estava somente na eclosão do Vintismo, ou na chegada da corte ao Brasil, na elevação em Vice-reino em 1815 ou D. João VI fazendo-se Monarca fora do território europeu. O fim do período

colonial e a formação do Estado nacional estão encetados no processo de crise que culminaram em um novo arranjo social que empreenderam o projeto de construção do Império nos trópicos.

Juan de Palafox, bispo e vice-rei: Igreja e Estado na Nova Espanha do séc. XVII

Flavia Silva Barra Ximenes
flaviaslb@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Os religiosos sempre tiveram papel de destaque no governo das monarquias ibéricas onde cardeais, bispos e inquisidores frequentemente integraram juntas e conselhos. Luis Ribot assinala que nos primeiros tempos da Idade Moderna o cargo de presidente do Conselho de Castela esteve ocupado na maioria das vezes por bispos. Nos territórios ultramarinos a coroa também não prescindiu da colaboração do clero numa atuação que foi muito além da evangelização dos naturais. As prerrogativas concedidas pelo padroado, em especial o direito da apresentação de candidatos aos postos eclesiásticos, faziam com que a Igreja funcionasse como um auxiliar da Coroa, o que levava o rei a eleger para as posições mais elevadas da igreja os clérigos mais colaborativos, geralmente com um histórico de serviços já prestados à monarquia. Como ocupantes de uma posição particular na estrutura do poder e detentores de enorme influência, os bispos muitas vezes entraram em conflito com a jurisdição de vice-reis e audiências, o que faz destas figuras ricos instrumentos de análise da estrutura de poder de que faziam parte. Desse modo, essa comunicação pretende refletir sobre a participação eclesiástica no governo das Índias tendo como referência a atuação de Don Juan de Palafox y Mendoza, "hechura" do conde-duque de Olivares, bispo e vice-rei.

A paz de Utreque: relatos do plenipotenciário português Dom Luís da Cunha

Vitor Bicalho Mota
vitorbmota1993@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Dom Luís da Cunha; Paz de Utreque; Diplomacia.

Dom Luís da Cunha (1662-1749) foi um atento observador da vida política europeia e dos problemas portugueses na primeira metade do século XVIII. Percorreu as cortes de Londres (1697-1712 e 1715-1719), Madri (1719-1720), Paris (1720-1728 e 1736-1749) e Haia (1728-1736). Por meio do aprendizado adquirido nesse trajeto, legou uma importante e vasta produção bibliográfica no âmbito da diplomacia, composta principalmente por cartas endereçadas a políticos e autoridades da época, contribuindo significativamente para que a Coroa Portuguesa traçasse suas estratégias, sobretudo na formação de alianças político-militares e de tratados de paz e comércio. Nesta Comunicação será exposto as entrelinhas de uma obra extensa e essencial, embora pouco explorada, que são as memórias da paz utreque, a qual nos possibilita uma leitura ampla dos conflitos internacionais do período. Intercalando à explicitação dessa obra, será também comentado de forma sucinta a bibliografia que versa sobre Dom Luís da Cunha e a situação da Europa do momento, especialmente autores como Pedro Cardim, Júnia Furtado, Isabel Cluny e Abílio D. Silva. A paz de Utreque (1713-1715) é considerada pela historiografia como um ponto fulcral da redefinição territorial da Europa moderna, pois a partir dela as nações europeias compreenderam de uma nova forma as relações exteriores, pois, a ambição de alargar os limites por meio da guerra foi cada vez mais cerceada por necessidades de ordem internacional, expressa na teoria do equilíbrio de poderes e reconhecida pela primeira vez no congresso. Essa ênfase na negociação como um modo de garantir o domínio/soberania dos territórios vai demandar novas lógicas jurídicas e táticas diplomáticas para embasar as pretensões das coroas em disputas por territórios. Portanto, essa paz marcou decisivamente o processo de racionalização das fronteiras europeias, bem como dos domínios ultramarinos. Será dada atenção principal à embaraçada negociação entre Portugal e Espanha, expostas na quarta parte das memórias, cujo título é: "Memorias da paz de Utrecht offercidas a El-Rey N.S. por D. Luís da Cunha, seu embaixador extraordinario e plenipotenciario no Congresso da dita paz Quarta e

ultima parte : Quarta parte: Memorias do que se passou no Congresso de Utrecht até que totalmente se terminou com a paz concluída entre Portugal e Castella. 1715. Pba-450."

ST 23 - História, gênero e sexualidade: discursos, poder e subjetividades

Eliza Texeira de Toledo

elizattoledo@gmail.com

Doutoranda em História da Ciência

Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

Isabela de Oliveira Dornelas

isadornelas@gmail.com

Mestranda em História

UFMG

Átila Augusto de Freitas Guerra

atilaaugusto_freitas@hotmail.com

Mestrando em História

UFMG

Cássio Bruno de Araujo Rocha

caraujorochoa@gmail.com

Doutorando em História

UFMG

Polyana Aparecida Valente Vareto

polyvalente84@gmail.com

Doutora em História

UFMG

Proposta do Simpósio

O simpósio temático História, gênero e sexualidade chega à sua quinta edição, tendo se consolidado como um dos mais dinâmicos, amplos e produtivos dentre os GT do evento. Como nas edições anteriores, buscamos receber trabalhos de variadas perspectivas teóricas, com distintos objetos de pesquisa e recortes espaço-temporais diversos, desde que sejam comunicações que cruzem questões de gênero e sexualidade com a análise histórica. Na presente edição, queremos destacar o cruzamento de análises ao nível dos discursos (no entendimento foucaultiano de práticas discursivas), das relações de poder e da

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

constituição histórica das subjetividades como caminho fértil para a pesquisa histórica na área. Consideramos que aplicar as categorias de gênero e sexualidade aos estudos históricos não significa um anacronismo necessário, porque estas são categorias analíticas (e representacionais) que contribuem para a investigação dos processos históricos de constituição das subjetividades - segundo estas mesmas linhas de gênero e sexualidade. Tais processos, nas sociedades ocidentais, principalmente a partir do século XIX, têm se dado, a mais das vezes, ainda que não exclusivamente, segundo os desdobramentos dos discursos científicos, ou que pretendem alcançar o limiar da cientificidade, os quais defenderam e defendem, historicamente, um referencial neutro para sua produção, ainda que, sendo engendrados por relações sociais e de poder, tenham reproduzido e produzido desigualdades de todos os tipos, entre elas, de gênero e sexualidade. De modo que parte dos interesses do ST é fomentar o diálogo entre ciência, gênero e sexualidade, em uma perspectiva histórica. Seguindo as conceituações de gênero de autoras como Joan W. Scott, como uma categoria útil à análise histórica e um modo primário de significação das relações de poder, e de Judith Butler, como categoria performativamente constituída e constituinte dos sujeitos segundo as linhas da matriz sexo-gênero-desejo orquestradas pela heterossexualidade compulsória, queremos receber trabalhos que avancem nas discussões sobre estes conceitos, dialogando com temáticas e recortes diversos. Acreditamos, assim, que os estudos de gênero na história podem ultrapassar a fronteira da história das mulheres (mantendo o diálogo com esta área pioneira e importante), compreendendo áreas como a teoria Queer, história das masculinidades, das transexualidades e intersexualidades. Também serão bem-vindos estudos interseccionais que cruzem as esferas de gênero e sexualidade com as de raça, geração, classe, etc. Outros eixos de trabalhos possíveis são a problematização da categoria sexo como construto histórico e a edificação da noção de incomensurabilidade de gênero elaborada a partir da diferenciação dos sexos. Atenta-se também para as questões de classificação, patologização, e medicalização da fisiologia sexual feminina e de comportamentos sexuais, como a homossexualidade, a prostituição, a transexualidade, a intersexualidade, entre outros. Entendemos sexualidade como dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade capitalista, com vistas à constituição de sujeitos centrados em seu sexo - postulado como bastião de suas verdades. Na constituição do dispositivo da sexualidade, o discurso médico, entre outros, desempenhou papel relevante, buscando, como forma de legitimação, se constituir, desde o século XIX, como uma ferramenta de utilidade ao Estado que, nesse momento, buscava amplificar a intervenção sobre a população com a finalidade de mantê-la apta e para o

fortalecimento da nação, por meio de mecanismos de biopoder que, ainda hoje, estão presentes em sua estrutura, revestindo-a e sustentando-a. Assim, temas pertinentes à sexualidade e à reprodução ganham especial enfoque, tornando o regime da sexualidade arena primordial para a normatização das sociedades contemporâneas.

Comunicações

“Guerrilha estética em Secos e Molhados, Dzi Croquettes e As Frenéticas”

Natanael de Freitas Silva
natanaelfreitass@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidades disparatadas; Ditadura; Masculinidades; Feminilidades.

A partir da concepção de que sexualidade não é um sinônimo de relações sexuais, mas um constructo que envolve “desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós” (MISKOLCI, 2012:39), entendo que falar de sexualidade é evidenciar como os indivíduos historicamente forjados são posicionados, marcados, atravessados e constituídos pelas normas e pela experiência de sujeito de gênero, pois como aponta Linda Nicholson (2000:10), o “sexo não é aquilo que fica fora da cultura e da história, como uma suposta instância pré-discursiva”, dado que estamos todos no rio da História. Assim, concebo que historicizar as concepções, os sentidos e o processo de invenção nas e das experiências de masculinidades e feminilidades protagonizadas e forjadas nos e pelos Secos e Molhados, Dzi Croquettes e As Tais Frenéticas, é um modo de compreender como no período da ditadura civil-militar (1964-85) as identidades eram valoradas e configuradas como inteligíveis e quais eram vigiadas, censuradas e até punidas. Para adensar e estruturar a minha análise, recorro a concepção de sexualidades disparatadas, proposta por Foucault em sua *Vontade de Saber*, que me possibilita (re)pensar as performances artísticas e as (trans)formações estético-políticas por eles catalisadas, além de destacar uma ampla gama de práticas e desejos que fogem e/ou deslocam a heteronorma. Segundo os historiadores Elias Veras e Albuquerque Júnior, na apresentação do Dossiê *Quando Clio encontra as sexualidades disparatadas*: se durante décadas, a historiografia invisibilizou essas experiências [homossexualidades e travestilidades etc] que, ao longo da história assumiram diferentes denominações e significados, [...], nos últimos anos, os olhares de Clio voltaram-se para os clamores dos “disparatados”, revelando que as demandas do presente orientam os usos do passado e contribuem para a reescrita da história (2016:7 Deste modo e a partir do exposto, é que proponho repensar tais personagens como agentes de uma guerrilha estética, sendo afetados e se deixando afetar por uma “subjetividade revolucionária” (RAGO, 2013) engendrando outras formas de resistência e existência através da politização dos corpos, dos desejos e dos afetos que impulsionavam parte daquela geração.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

A educação sexual e a “cura gay” no divã da psicanálise (anos 1950)

Carolina da Costa de Carvalho
carolinaccarvalho@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual; Psicanálise; Homossexualidade

A proposta do trabalho é apresentar algumas reflexões sobre a educação sexual enquanto tratamento de “perversões sexuais” defendido pela psicanálise durante a década de 1950. Pretende-se apresentar alguns resultados que apontam para a importância da educação sexual na conformação de uma sexualidade considerada normal através das revistas “Seleções Sexuais” e “Ciência & Sexualidade”, publicadas no Rio de Janeiro durante os anos 1950. Ambas compartilhavam da intenção de promover a educação sexual e superar tabus relacionados ao sexo. A questão sexual mobilizou diferentes grupos, como psicanalistas, psiquiatras, sexólogos, higienistas, eugenistas, educadores, religiosos, que apontavam a relevância da educação sexual para os problemas do povo brasileiro. A primeira metade do século XX se caracterizou ainda por um avanço do mercado editorial que viabilizou um crescimento expressivo de livros e coleções científicas sobre o sexo publicadas por editoras como José Olympio e Civilização Brasileira (CARRARA, RUSSO, 2002). Nesse esforço de divulgação científica, a imprensa se destacou como instrumento de propaganda da educação sexual. Tanto “Seleções Sexuais” quanto “Ciência & Sexualidade” se destacavam por incentivar a participação de seus leitores em seções de aconselhamento, como “Confidências” e “Consultório”. Tais seções eram assinadas por Gastão Pereira da Silva, psicanalista conhecido por seu engajamento com a divulgação da psicanálise para leigos, e atuavam como confessionários em que homens e mulheres compartilhavam de suas intimidades e recebiam instruções que iam desde procurar um médico especialista até ler livros temáticos, como Tabu da Virgindade e A Mulher Fria. Apesar do uso de pseudônimos, as cartas publicadas apresentam informações que permitem traçar seu público leitor participativo: homens e mulheres, jovens e adultos, indivíduos solteiros e casados. Em muitos casos, a educação sexual se apresentava como cura para condutas “desviantes” e “anormais”, como homossexualidade, masturbação, prostituição e inversão sexual. Enquanto matriz discursiva sobre o sexo (FOUCAULT, 2017), é através da confissão dos leitores que se busca pensar o que mobilizava a escrita para tais revistas e em que medida é possível demonstrar (ou não) a eficácia da mobilização da educação sexual nos conselhos dados aos leitores na conformação de uma

sexualidade normal, a um só tempo, heteronormativa e circunscrita no casamento e na reprodução.

Uma proto-história do movimento LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)

Luiz Gonzaga Morando Queiroz
luizmorando@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQIA; História; Belo Horizonte.

Convencionalmente, o grupo Somos, em São Paulo, é dado como o fundador do movimento LGBTQIA organizado no Brasil, em 1978. No entanto, vem se tornando recorrente o estudo em diversos estados que pretende resgatar uma perspectiva local, rudimentar, de organização social daquele segmento. Tais estudos apontam para organizações locais mínimas, com a formação de pequenas redes, sobretudo entre travestis. Assim, a proposta desta comunicação é apresentar uma breve história do movimento LGBTQIA em Belo Horizonte, do aparecimento de situações pontuais até as vésperas da formação do primeiro grupo organizado, em 1996. Nesse sentido, utiliza-se o termo proto-história para se referir ao período de formação da trajetória desse movimento, especialmente aquele anterior a 1978.

A representação da emancipação feminina no jornal O Lar Catholico (1930-1945)

Mônica Euzébio da Costa
monicacostajf@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Igreja Católica; Imprensa.

A partir da década de 1930 o Brasil passou por um intenso processo de industrialização e urbanização, com isso tivemos diversas transformações tanto econômicas quanto sociais. Nesse último aspecto nos interessa observar as mudanças ocorridas dentro das famílias, pois o referido contexto favoreceu a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, nesse período predominava o discurso da família higiênica, que era pautado pela valorização do trabalho feminino no ambiente privado do lar. Nesse contexto, a Igreja Católica também contribuiu para a disseminação desse discurso que era permeado pela valorização do trabalho feminino no ambiente doméstico, uma vez que, para o poder eclesiástico a vocação “natural” das mulheres era serem esposas e mães, e o trabalho fora de casa deveria ser exercido exclusivamente pelos homens. Pois, em uma sociedade com espaços bem definidos tanto para homens quanto para as mulheres, aquelas que adentrassem no espaço dito masculino estariam colocando em questão toda uma representação forjada para as mesmas de “Rainha do lar”. Entretanto, sabemos que mulheres de classes mais abastadas sempre trabalharam fora de casa em virtude de sua situação econômica e cultural, logo as mesmas sempre tiveram de conviver com os estereótipos construídos em nossa comunidade, bem como o fato de serem consideradas “mulheres da rua”. Desse modo, no presente trabalho teremos por finalidade discorrer acerca do discurso da Igreja Católica sobre a emancipação feminina e suas possíveis consequências para as mesmas, a partir de artigos retirados de um jornal de uso exclusivo dessa instituição religiosa na cidade de Juiz de Fora, denominado O Lar Catholico. Assim, faremos uma breve análise sobre a construção social em torno das mulheres principalmente no que diz respeito a atividades exercidas pelas mesmas fora do ambiente doméstico.

Nós e as Outras: uma reflexão sobre os preceitos sexistas da Modernidade

Átila Augusto Guerra de Freitas
atilaaugusto_freitas@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; Identidade/Alteridade; Gênero.

O objetivo principal desta apresentação é de articulação de uma ampla bibliografia a respeito do tema binômico Identidade-Alteridade num recorte de gênero-sexo-sexualidade, no qual O Eu ocidental é masculino e heterossexual, enquanto O Outro é feminino e não-heterossexual. A construção histórica, e opostamente complementar, do Eu e do Outro na Modernidade Ocidental perpassa ideias pungentes que estimularam o debate através dos séculos e ainda nos estimulam a pensar nossas formas de organização/mobilização social e política. O “sujeito” e a “identidade” são conceitos que assumiram diferentes posições discursivas no contexto da hegemonia imperialista ocidental e ocidentalizante. Promovendo diálogos epistemológicos a partir do Sul, nossa proposta é compreender essa ampla temática através dos estudos de gênero, das teorias feministas, dos estudos pós-coloniais/decoloniais e de outras “epistemologias dissidentes” do padrão de compreensão, produção e dominação intelectual da Europa Ocidental. Tentaremos, na verdade, traçar paralelos entre as diferentes identidades construídas a partir de situações de exclusão coletivas diversas, esquematizando, junto a Tzvetan Todorov e Gayatri Spivak, o que esses eixos de desigualdade e/ou subalternidade tem em comum frente ao projeto hegemônico do homem/cidadão universal da Modernidade. Pretendemos, enfim, refletir sobre a sistematização histórica do que chamamos de preceitos sexistas da Modernidade e suas implicações políticas em níveis global, nacional e até mesmo individual.

A participação das mulheres na Revolução Francesa (1789-1799)

Gabriela Stehling Sarmiento
gabriellassarmento@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Revolução Francesa; Gênero; Cidadania.

Robespierre categorizou que o papel das mulheres na Revolução Francesa (1789-1799) deveria se limitar ao âmbito privado, devendo elas exercerem seus papéis de cidadãs com a maternidade cívica, enquanto para os homens a cidadania era exercida em âmbito público não sendo permitida a possibilidade de “troca de papéis”. A necessidade de um posicionamento de grandes atores políticos, como Robespierre, sobre o comportamento das mulheres demonstra a força dos movimentos que elas conseguiram realizar. A construção da imagem da mulher na Revolução Francesa é dotada de viés pejorativo, afirmando que as mulheres “militantes” negligenciaram seu papel enquanto mães da pátria e queriam se situar em um ambiente que não lhes era permitido, o espaço público. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) versava sobre liberdade e igualdade para todos os homens, mas não incluía as mulheres. Se no texto o espaço para a agenda feminina se mostrava ausente, é possível, por depoimentos e registros das mulheres nas marchas e movimentos, repensar a presença das mulheres francesas na Revolução. Analisando a Revolução Francesa por um viés sócio-cultural, a comunicação visa discutir o mapeamento das mulheres que participaram dos eventos, e pensar a participação destas pela ótica de leitura de movimentos políticos e de gênero. Construir um banco de dados a respeito destas personagens possibilita enxergar quem eram os grupos atuantes em diferentes momentos da Revolução, levando em consideração as profissões, condições econômicas e os discursos das mulheres. Nota-se, com base nas fontes consultadas, o desejo de serem parte e pensadas também como cidadãs, merecedoras da igualdade e da liberdade. Pensar as mulheres como grupo que agiam politicamente na Revolução Francesa é uma maneira de pensar as relações de gênero e discutir sobre a consciência que estas mulheres possuíam de suas posições naquela sociedade.

Sodomia Queer: ultrapassando o debate Essencialismo e Construcionismo

Cássio Bruno de Araujo Rocha
caraujorocho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade; Sodomia; Teoria Queer; Michel Foucault; Construcionismo.

A categoria da sodomia tem sido objeto de estudo de um setor da historiografia brasileira desde a década de 1980, acomodada nas áreas de História Social e Cultural e nos estudos inquisitoriais. Entre os principais autores brasileiros da temática destacam-se o antropólogo Luiz Mott e os historiadores Ronaldo Vainfas e Lígia Bellini. Em seus textos, percebe-se uma tentativa de diálogo com as considerações de Michel Foucault no volume 1 de *A História da Sexualidade* sobre o processo de constituição da figura do homossexual moderno como uma espécie sexual. Em especial, há um incômodo com o enunciado foucaultiano “O sodomita era um relapso, o homossexual é agora uma espécie”. Vainfas e Mott procuraram mostrar o erro histórico deste enunciado, aprofundando-se tanto na prática processual e persecutória da Inquisição portuguesa, como nos debates eruditos coevos sobre o que era a sodomia. Neste empreendimento, os autores, com destaque para Mott, deram continuidade à polêmica entre as correntes essencialista e construcionista para o entendimento da sexualidade. Desta maneira, mantiveram os estudos sobre a sodomia e o homoerotismo na história do Brasil acorrentados a uma disputa que não tem sinais de vitória para nenhum dos lados. Nesta comunicação, pretendo apresentar argumentos para a superação deste debate improdutivo a partir do uso da genealogia de Foucault como método e da teoria queer, notadamente as considerações de Eve Sedgwick em *Epistemology of the closet*, como arcabouço teórico. Entendo que a polêmica pode ser superada por meio de uma via tangente proposta pelos estudos queer, pautados, mas não unicamente, pelas noções foucaultianas de discurso, dispositivo e biopolítica, e pelo entendimento último de Foucault das ligações entre sexualidade e ética, através do conceito de cuidado de si. Desta maneira, uma história da sodomia e dos sodomitas ultrapassaria o debate circular em que está presa, permitindo a emergência de novas pesquisas.

O lugar do gênero e da sexualidade na historiografia do mundo português

Marcus Vinicius Reis
mv.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Historiografia; Tribunal do Santo Ofício; Feitiçaria.

Este trabalho parte da problemática envolvendo o pouco número de estudos no âmbito brasileiro interessados em atrelar o conceito de gênero às relações sociais pertencentes ao do mundo português, mais precisamente quando as relações de poder envolvendo o Tribunal do Santo Ofício são o alvo dos historiadores. O que se percebe é a predominância de trabalhos influenciados pela micro-história, principalmente a italiana a partir de autores como Carlo Ginzburg, ou de conceitos como o de confessionalização, utilizado por Federico Palomo. Sendo assim, a discussão proposta busca desenvolver o exercício de reflexão a respeito dessa escassez, identificando as possíveis razões para tal (se há uma crítica aos usos teóricos do gênero e da sexualidade para o contexto em questão, ou se parte de uma recusa silenciosa por parte da academia), mapeando, por sua vez, os trabalhos que tem avançado nos estudos de gênero tendo o recorte espacial citado como ponto de partida. Pretende-se, também, analisar alguns estudos de caso, especialmente de processos inquisitoriais em que mulheres foram acusadas sob o delito da feitiçaria, a fim de indicar alguns caminhos de discussão em que o conceito citado é um dos pilares.

A potência do ensaio de Virginia Woolf: uma análise da submissão da mulher

Julia Helena Dias
julialenadias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Virginia Woolf; Gênero; Fascismo.

Virginia Woolf escreveu mais de 500 ensaios, porém, sua memória enquanto escritora acabou por se consolidar como romancista. Escolhi para análise *Three Guineas* publicado em 1938 (2015). Pois, neste ensaio ela faz uma análise sobre como a sociedade poderia evitar a guerra, denunciando a proximidade da cultural patriarcal (não desconheço a problemática do conceito, contudo, acredito que o uso do conceito faça sentido para o contexto histórico de Woolf, suas críticas são apresentadas a partir da sua concepção de um sistema patriarcal), com o fascismo, uma forma evidente de limite e colapso da ética de uma sociedade. Ela vai ver na violência simbólica, de considerar a mulher como menos humana, e assim, com menos direitos e naturalmente inferior, uma similaridade com as teorias racistas do fascismo. Assim, vai apontar a necessidade de que para que se lutasse contra o fascismo, era necessário que se criticasse os valores “típicos” da masculinidade, como a violência, a guerra e a submissão das mulheres. Ela vai propor que as mulheres trabalhem para evitar a guerra, através de uma associação independente da dos homens, a Associação das De Fora, de fora da sociedade. Penso que a validade das análises e proposições dela passam, principalmente, por associar a submissão das mulheres como uma condição de possibilidade do fascismo. O que ela chama a atenção é para a não singularidade da experiência italiana e alemã, mostrando que a fagulha do fascismo já existiria no sentimento de superioridade masculina, em relação as mulheres. Para fazer essa análise utilizo a historiadora Joan Scott e os seus usos do conceito de poder de Foucault, que defendem o gênero como um dos poderes que hierarquizam a sociedade. Seria possível, como propõe Woolf, para as mulheres refundarem a sociedade? Minha resposta provisória a partir da leitura de Butler (2016) é que, talvez seja possível construirmos uma sociedade mais igualitária, mas não como mulheres, pois, a heteronormatividade é um poder excludente por definição. Não é mais possível criticar a sociedade estando “de fora dela”, precisamos reconhecer que fazemos parte e reproduzimos os sentimentos de superioridade entre os seres humanos, que acaba por construir e justificar o machismo, o racismo e o fascismo.

Em busca de uma história trans do Brasil

Francine Natasha Alves de Oliveira
francine.alves.oliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Transgênero; Travesti; Identidade.

O passado de grupos oprimidos não aparece na história oficial, a qual é construída com base nas realizações do vencedor (BENJAMIN, 1987). Às margens da civilização, os dominados têm pouco ou nenhum lugar nas grandes narrativas e também na sociedade. Este estudo tem por objetivo estabelecer elementos que permitam a elaboração de uma história da transgeneridade no Brasil, de forma a apontar o processo que levou da prática chamada de "travestismo", associada à homossexualidade, ao reconhecimento de múltiplas identidades transgêneras. Esta pesquisa é parte de um projeto de tese que visa analisar representações de transfeminilidades na literatura brasileira contemporânea, a qual considera que, para se traçar um perfil adequado das obras e de seus personagens, é necessário elaborar uma base histórica desta fragmentada narrativa que compreende a presença de travestis e mulheres transgêneras na sociedade brasileira. Para tanto, são consultados trabalhos nas áreas de História e Antropologia, bem como teorias sobre identidade trazidas à luz pelo Pós-estruturalismo e pelos Estudos Culturais.

Nós, mulheres negras “sozinhas” e as interseccções: raça, gênero, classe e sexualidade

Aline Cardoso Lima
aline.historiasf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres negras; Interseccionalidade; Gênero.

Este estudo propõe discutir memórias afetivas de mulheres negras “sozinhas” da cidade de São Francisco/MG. O interesse aqui é compreender se as mulheres negras “sozinhas” menos escolarizadas e que pertence a classes populares, conseguem perceber através de suas experiências afetivas as opressões que as submete em função de sua raça, gênero, classe e sexualidade. E se caso elas tenha conhecimento de todo esse tipo de opressão, como as mesmas afrontam o racismo e o sexismo. E qual foi o momento em que elas se viram “sozinhas”. Conforme Ana Claudia Pacheco, quando se trata da mulher negra, deve-se pensar na condição de ser “sozinha”, pois a maioria das delas não consegue estabelecer um relacionamento estável, geralmente são chefes de família. Neste diapasão, a pesquisa pretende trazer para discussão a solidão da mulher negra, pensada a partir da interseccionalidade entre raça, gênero, classe e sexualidade. E analisar os entraves enfrentados pelas mesmas no contexto de não ser preterida para um relacionamento estável. Para tanto, pretende-se entrevistar 8 mulheres negras que se dispuseram relatar suas histórias de vida. Priorizaram-se mulheres com a faixa etária acima dos 30 anos, em virtude de ser uma fase na qual ocorrem certas pressões sociais para constituir uma família, no entanto estas que iremos entrevistar já são mães e vieram de relações não duradouras, será que também ocorrem com elas essas pressões. Buscamos por aportes teóricos metodológicos a partir dos estudos da História oral, mais precisamente por história de vida, por ser um método adequado ao que se propõe. Procurou-se dialogar com os autores que corroboram sobre o assunto, entre eles: Verena Alberti e José Carlos Sebe Bom Meihy. Nortearíamos também a pesquisa a partir das feministas Joan Scott e Judith Butler para se pensar a categoria de gênero, os estudos do feminismo negro, para melhor compreensão das relações étnicas raciais, racismo e sexismo, utilizamos para isso, autoras como bell hooks, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Como este trabalho se articula a partir da interseccionalidade, utilizaremos Kimberlé Crenshaw, para compreender os sistemas de dominação que interligam entre si, criando interseccções. Sendo que esse conceito contribuirá para refletir sobre a invisibilidade afetiva da mulher negra, pobre e “sozinha”, que é permeado pela solidão. Espera-se que esse estudo possa romper com os silêncios afetivos da mulher negra.

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

Ciências e o Feminino na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: 1832 a 1889

Paloma Gabriele Fernandes Lobato
lobatopaloma@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História da medicina; Gênero; Saúde da mulher; História das ciências.

Na cena social, havia uma crescente dependência das mulheres para com os médicos formados nas universidades. Foram se desenvolvendo uma gama de conhecimentos a partir do estudo do corpo feminino em contraposição às explicações especulativas em torno da gravidez e do parto. E esses fenômenos, definidos pela ciência como naturais, passaram a ser objetos cada vez mais da assistência médica profissional. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender como os alunos em processo de conclusão de curso na Faculdade do Rio de Janeiro concebiam os conceitos e formulações sobre a constituição do corpo feminino em consonância com argumentos sócio-culturais vigentes no Brasil Imperial, principalmente a partir dos órgãos reprodutores, e entender as regras que regiam os campos médicos em formação que falavam sobre as mulheres. Tendo em vista essa colocação, a principal hipótese apresentada aqui é de que havia no século XIX uma expansão da área médica dedicada a falar sobre a mulher tanto no biológico quanto no social e que se construiu com regras específicas do campo da medicina a partir de teorias estrangeiras ressignificadas ao contexto brasileiro. Havia uma contextualização de práticas, técnicas e discursos por parte desses médicos que estavam se formando em um contexto particular dos trópicos. Analisa-se, portanto, como médicos em processo de conclusão de curso ao longo do século XIX- mais precisamente entre 1833 e 1889- na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro inseriam seus objetos de pesquisa, com análises teóricas de além-mar empregadas como discursos e práticas médicas no contexto brasileiro do período sobre as mulheres brasileiras, levando em conta as reformas aplicadas ao longo das décadas. Isto é, quais os critérios reconhecidos pelos doutorandos para se estabelecer um processo de construção de novas especialidades – a ginecologia e obstetrícia - e quais os caminhos adotados por eles ao tratar desse corpo social que é a mulher como mãe e diferente do homem. Pensar o gênero e o sexo neste trabalho é questão de suma importância, principalmente, por se tratar de fontes escritas por homens falando sobre o corpo feminino. Mas também por não se poder dissociar o biológico do social. Encontram-se nas teses muitos exemplos de uma biologização de comportamentos

considerados desviantes e uma separação tanto fisiológica como cultural e econômica do organismo feminino, principalmente dos órgãos reprodutores.

O caso Luísa Felpuda e a produção de sexualidades desviantes pela imprensa

Tiago Vidal Medeiros
tiagovm.t@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidades desviantes; Porto Alegre; Discurso; Imprensa.

Este trabalho busca analisar o modo que a imprensa divulgou o assassinato de Luísa Felpuda, conhecido homossexual na cidade de Porto Alegre e dona de um hotel de encontro para homossexuais, ocorrido na capital gaúcha em 30 de abril de 1980. A morte de Luísa inaugurou uma recorrência discursiva que ocupou as páginas policiais da grande imprensa porto-alegrense pelo período de aproximadamente um mês até a suposta resolução do crime. Nesta trama, os espaços de sociabilidade homossexual e travesti da cidade, bem como as experiências destes sujeitos foram colocados em discurso. Mas três personagens tornaram-se objetos privilegiados do discurso jornalístico e foram constituídos como sujeitos sexualmente desviantes, sendo esses a própria Luísa Felpuda, sujeito homossexual; Joelma, sujeito travesti que trabalhava na casa de Luísa; e Jairo, michê que fazia programas no hotel e assassino de Luísa. Assim, este trabalho objetiva analisar o discurso de três jornais da grande imprensa porto-alegrense - Correio do Povo, Folha da Tarde e Zero Hora -, sobre as práticas e os sujeitos sexualmente desviantes envolvidos no crime ao longo de maio de 1980. Desta forma, a proposta é examinar de que modo os discursos desses periódicos atuaram na criação, construção e atribuição de sentido a esses sujeitos, suas práticas e seus locais de sociabilidade, produzindo efeitos de verdade, hierarquias sociais e formas de visibilidade.

Subjetividades “desviantes” na economia das sociedades de normalização

Karla Maria Gonçalves Silveira Barros
karlabarrosmgs@gmail.com

Ildenilson Meireles
meirelesildenilson@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Poder; Subjetividade; Sexualidade; Racismo.

Buscamos compreender o quanto são apropriadas as noções de mecanismos de poder, sexualidade, subjetivação e racismo, desenvolvidas por Foucault, para a análise histórica dos objetos investidos pelo poder, sejam eles: o crime, os criminosos, os presídios, a loucura, os loucos, os hospícios, a sexualidade, os “perversos”, as práticas e instituições que investem numa sexualidade “sadia”. Partimos das noções de mecanismos de poder, retomando os diversos níveis e modos de operar do poder, suas técnicas, representados pelos poderes soberano, disciplinar e pelo biopoder; de sexualidade, enquanto um operador do poder e um instrumento de constituição de sujeitos; de subjetivação, enquanto processo mesmo de objetivação desses sujeitos; e de racismo, como condição de aceitabilidade, em uma sociedade de normalização, da exposição ao risco de morte biológica, social ou política de uns grupos específicos em relação a outros, a partir da fragmentação de um contínuo biológico da espécie humana em diferentes “raças”. Conforme Foucault, não é o poder, mas o sujeito o que constitui o tema geral das suas investigações, deixando claro que seu projeto é uma história do sujeito, ou seja, dos modos de subjetivação, e não uma teoria geral do poder. Portanto, a análise foucaultina é uma história das práticas de constituição dos sujeitos: sejam as epistemes, nas obras arqueológicas; os dispositivos, nas obras genealógicas do poder; ou as práticas de si, nas obras genealógicas da ética. Os modos de subjetivação terão, para ele, dois sentidos: um estrito, conectado à sua ética; e um lato, que nos interessa nesse estudo, no qual o sujeito surge como objeto de uma relação de saber-poder. Logo, Foucault se opõe à abordagem filosófica tradicional, que se apoia no tema do sujeito fundante. O sujeito apresenta-se para ele, como consequência de uma prática de constituição. E a sexualidade é uma dessas práticas, na medida em que se configura como um dos mais importantes dispositivos do biopoder – um mecanismo de poder que não exclui as tecnologias dos poderes disciplinar e soberano, ainda que na sua relação com este último produza-se, até certo ponto, um paradoxo. Pensando, finalmente, a função de morte endereçadas a certas subjetividades “desviantes”, seja no âmbito da criminalidade, da loucura, da sexualidade e das “anomalias”

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

diversas, parece possível defender que é o racismo o elemento que a assegura na economia do biopoder.

Corpolítico negro: Performances negras na contemporaneidade

Maria Claudineide Alves Macedo
kakaw-alves@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte Contemporânea; Artistas Negras; Feminismo Negro; Performance..

O presente trabalho objetiva apresentar produções de artistas visuais negras contemporâneas no campo da performance com o intuito de identificar, visibilizar e legitimar a produção feminina e o enegrecimento das artes visuais no Brasil. Na história da arte hegemônica as mulheres sempre foram retratadas como "musas" dos pintores reconhecidos pelos movimentos artísticos ao longo dos anos. Quando falamos em produção feminina nas artes visuais poucos são os registros de mulheres como produtoras de arte, e quando pensamos em mulheres artistas negras este recorte é quase inexistente, sendo possível apenas a partir do século xx. Este texto tem o intuito de apresentar como as artistas contemporâneas tem enegrecido as artes visuais identificando as diversas imagens das mulheres negras existentes, pensando a própria existência no mundo como elemento propulsor para problematizar as questões que permeiam seus corpos pautando a identidade negra, as imposições estéticas e as padronizações dos corpos femininos, resignificando sentidos para a criação de trabalhos artísticos no mundo contemporâneo a partir da linguagem da performance.

A Transição é Coletiva: A transformação do Espaço Social na experiência trans

Matheus Yago Gomes Ferreira
matheusygf@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trans; Transgênero; Espaço Social; Youtube; Relatos de Vida.

Esse trabalho consiste em pensar a transformação do Espaço Social (usando o termo de Lucian Lefebvre) em que se inserem jovens trans. A ideia é pensar a transição como algo coletivo, pensando na adaptação, na aceitação, nos conflitos, e demais possíveis movimentos coletivos que ocorrem a partir de uma experiência individual. Para isso serão utilizados vídeos do Youtube, que se comportam como narrativas de si, de dois homens trans, de origem belo-horizontina, que registram aspectos da sua transição nessa plataforma. Pensando, que as relações desses indivíduos passam por transformações, esse trabalho visa - por mais que sejam trajetórias individuais e subjetivas - , pinçar relatos que nos ajude a compreender as experiências sociais que esses jovens estão sujeitos. Através dos relatos produzidos por Lucca Najjar e Luca Scarpelli, poderemos traçar o Espaço Social desses sujeitos, ou seja, um espaço que é produzido através das relações pessoais e constantemente transformado. O enfoque, portanto, se dará aqui nessas constantes transformações.

Estupro conjugal: narrativas de uma realidade velada nos espaços privados

Érika Oliveira Amorim
erikaoamorim@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual; Estupro conjugal.

Este trabalho apresenta parte da tese de doutorado que investiga a violência de gênero numa cidade de pequeno porte, no interior de Minas Gerais, no período de 2006 a 2016. A pesquisa busca constatar, por meio do estudo de dez casos de violências contra as mulheres, que há silenciamento da violência dado o tipo de sociabilidade do lugar. O tipo de sociabilidade desse lócus de estudo diz a respeito dos dados notificados sobre a violência de gênero e, também, sobre como os casos são silenciados pelas vítimas. Isso porque locais como esses favorecem a vigilância e o controle da comunidade para com comportamentos e ações, sobretudo das mulheres, dado a força do patriarcado e a dominação masculina. Corroborando com tais elementos, o julgamento moral da população exercido por comentários maledicentes fortalece a fofoca, variável relevante de análise para o estudo que realizamos. Especificamente, este texto apresenta relatos de estupro conjugal de três entrevistadas: Begônia, Margarida e Violeta. Embora menos visibilizada, a violência sexual praticada pelo próprio parceiro íntimo dificilmente é interpretada como um tipo de violência. Isso porque embutida na noção de débito conjugal imposta por discursos religiosos e incorporada culturalmente pela sociedade, as relações sexuais entre marido e mulher é tida como uma espécie de pagamento e dever matrimonial. A prática sexual sem o consentimento da mulher reforça a conotação de posse, virilidade e dominação do homem. Ao passo que a abnegação e a resignação das mulheres em aceitar tais atos de violência cotidiana reforçam a ideia de submissão e fragilidade demonstrando que apesar das conquistas alcançadas pela luta feminista o patriarcado ainda ronda as relações sociais entre homens e mulheres.

"Vou lhe ensinar como é que se fode": performatividade e paródia Sex, de Madonna

Gustavo Henrique Ramos Silva
gustavoramoscontato@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História; Gênero; Teoria Queer; Fotografia; Madonna.

A presente comunicação analisa como o livro de “contos e fantasias eróticas visuais e escritas”, Sex, lançado por Madonna em 1992, produz um contradiscurso que aponta para formas de saber-prazer alternativas à sexualidade, produzida por um dispositivo histórico, e, por extensão, aponta para novas subjetividades: não mais “marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos como ameaçadores da ordem social” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2008, p. 129) – em um período de conformação dos prazeres decorrente da epidemia de aids –, e não mais marcadas pela estabilidade e coerências das identidades. Para tanto, combina os referenciais teórico-metodológicos da Teoria queer: precisamente os conceitos de contraproductividade, proposto por Michel Foucault, e de contrassexualidade, proposto por Paul Beatriz Preciado – para a análise detida nas relações contratuais sadomasoquistas e na erotização do ânus –; e dos Estudos de Cultura Visual ou Estudos Visuais: a partir dos quais admite que “as imagens não têm sentido em si, imanentes”, ao contrário, “é a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (...) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar” (MENESES, 2003, p. 28).

Sexualidade e espiritualidade na obra "Castelo Interior" de Santa Teresa d'Ávila

Marcella de Sá Brandão
marcellasabrandao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Santa Teresa d'Ávila; Gênero; Corpo; Espiritualidade.

Nos idos do século XVI, a inquisição espanhola conservava uma justiça eclesiástica e um tribunal das consciências que ficavam responsáveis por definir crimes e delitos praticados contra a fé católica. Ainda nesse período, assistimos ao debate entre eruditos em teologia, ética, direito e medicina que falavam a respeito da condição da inferioridade da mulher presumindo, dessa forma, uma deficiência física e mental natural, que colocava em dúvida a racionalidade e competências das mulheres. Nesse contexto, o nosso objeto de estudo versa sobre a Santa Teresa de Ávila, madre fundadora da Ordem dos Carmelitas Descalços, que foi uma mulher consciente do seu tempo, mas ousou ser leitora, reformadora e escritora num período de rejeição ao feminino, marcado pelo discurso misógino e pela desconfiança da igreja católica. Desse modo e tendo em vista o tema do VII EPHIS “Diálogos Necessários” e o ST “História, gênero e sexualidade: discursos, poder e subjetividades”, essa comunicação objetiva discutir a linguagem mística de Santa Teresa no seu livro “Moradas ou Castelo Interior” (1577), uma vez que consideramos essa obra como um instrumento privilegiado de expressão de sua realidade, espiritualidade, feminilidade e sexualidade.

Reportagem e a homossexualidade masculina no lampião da esquina (1978-1981)

Thasio Fernandes Sobral
thasio.sobral@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidades Masculinas; Lâmpião da Esquina; Masculinidades.

Lâmpião da Esquina foi um jornal publicado durante abril de 1978 e julho de 1981, e projetado por um grupo intelectualizado de homens homossexuais. Em 38 edições, a organização deste periódico ficava distribuída em uma rede aglomerada de seções, com estruturas que iam se modificando ao longo do tempo. Francamente opinativos, esses homens buscaram abordar de maneira política as homossexualidades. Marcado por este pioneirismo político, acredita-se que os discursos e matérias presentes no Lâmpião permitem a observação de uma das narrativas sobre a homossexualidade masculina no Brasil. Esta produção busca o estudo seriado de uma das seções do jornal, caracterizando-se como um recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento. A seção Reportagem, principal objeto de análise, era o espaço cujo jornal expunha matérias que orbitavam sobre uma mesma temática – contemporânea ao período de publicação das edições – e que eram escritas por diferentes membros do Corpo Editorial. Além disso, busca-se problematizar os discursos do Corpo Editorial do jornal acerca da homossexualidade masculina, na tentativa de localizar a visão do jornal sobre a temática compreendendo que se trata de uma abordagem de homossexuais masculinos, discursando sobre outros homossexuais. Tem-se o intuito de problematizar historicamente os diferentes discursos sobre os conflitos internos entre os editores do jornal, sobretudo a respeito da homossexualidade masculina, buscando caracterizar o projeto político do jornal. Levando em conta essa seção documental, parte-se de um horizonte metodológico baseado na Análise do Discurso, tal como propõe Eni Puccinelli Orlandi, articulando-o com a perspectiva teórica fundamentada no campo da História das Masculinidades, em especial na aplicação do conceito de masculinidade hegemônica, sugerido por Robert W. Connell e James W. Messerschmidt. Procura-se, portanto, discutir sobre os aspectos que moldaram os discursos do Lâmpião a respeito desta homossexualidade.

Procura-se: Mulheres negras na mídia

Rayanne Cristine Joviano de Oliveira
rcjocontato@gmail.com

Ana Paula Campos Marques
anamarques@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE:

Embora o presente trabalho concorde com a inexistência biológica do conceito de raça, consideramos que tal categoria se constrói socialmente e pegamos emprestada a definição de Kabengele Munanga (2009), que afirma que “O conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois, como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é, natural, é de fato uma categoria etnosemântica.”. O sujeito da mulher negra, que será o foco deste trabalho, é perpassado concomitantemente por outro conceito, que, assim como o conceito de raça, dispensará o discurso biologizante das diferenças e será de vital importância para o entendimento dos lugares ocupados por esse sujeito escolhido e pelos jogos de dominação, que fazem muito mais pelos lugares não ocupados por elas. Tal conceito é o gênero. Segundo Joan Scott (2008) “Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” A questão que escolhemos abordar aqui é perceber que na nossa sociedade sobre a mulher negra, portanto, recai o peso da herança colonial, em que o sistema patriarcal apoia-se sobre a superioridade masculina branca na seguinte escala de valores: o poder político, econômico, social e cultural é privilégio do homem de cor branca; em seguida, numa degradação de valor, fica a mulher branca; abaixo dela, o homem de cor negra, ficando a mulher negra como o estrato mais desvalorizado da população brasileira. E se a mídia apresenta-se como elemento da comunicação de massa que influencia o pensamento social ao definir pautas e conteúdos do discurso público, ela molda opinião, ela é espelho da sociedade, mostra a carência, mas, mais que isso, por muito tempo o cinema foi o lugar da fantasia e do sonho, do belo, do perfeito, do incansavelmente perfeito. A pergunta do

presente trabalho é: onde estão esses sujeitos? Em que cena do belo se inserem essas mulheres para as quais restou a base da cadeia social?

ST 24 - Itinerários de pesquisa em história das ciências, saúde e doenças: múltiplas abo

Ana Carolina Rezende Fonseca

aninharezende@msn.com

Doutoranda em História

UFMG

Valquiria Ferreira da Silva

historiaval@hotmail.com

Doutorando em História

UFMG

Eliza da Silva Vianna

eliza.vianna@gmail.com

Doutoranda em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Luiz Alves Araújo Neto

thiagc_costa@yahoo.com.br

Doutorando em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Rodrigo Ramos Lima

contatomagisterio@hotmail.com

Doutorando em História das Ciências e da Saúde

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Renilson Beraldo

beraldo_rfs@hotmail.com

Doutorando em História das Ciências e da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

Proposta do Simpósio

Estudos historiográficos apresentam uma grande diversidade de abordagens, recortes e análises, que podem ser agrupadas segundo os mais diversos e amplos aportes teóricos. Nesta perspectiva, a produção do conhecimento

científico tem sido abordada como objeto historiográfico privilegiado, para se compreender os diversos aspectos que compõem distintas sociedades em determinadas épocas. Da mesma maneira, o campo de estudos em torno da medicina e da saúde tem se renovado e ampliado no Brasil, com eventos acadêmicos, publicações especializadas e, sobretudo, a disponibilização de aparatos e instrumentos de pesquisa e consultas arquivísticas. Com o presente simpósio, convidamos pesquisadores ao diálogo sobre perspectivas de pesquisa em história das doenças, da medicina e da saúde (pública e privada), assim como promoveremos a troca de experiências entre aqueles(as) que se interessam pela temática da História das Ciências e a utilizam como ferramenta de análise. Neste sentido, reuniremos trabalhos que abordam questões relacionadas ao papel do cientista, enquanto agência na elaboração de pautas políticas; da ciência nas pretensões geopolíticas; os processos de produção e apropriação do conhecimento científico, implicando na problematização do modelo difusionista e a ênfase nos aspectos das recepções e ressignificações de conteúdos europeus na América Latina, Ásia e África; o papel de redes e instituições científicas, além do diálogo com a história global e transnacional como via metodológica alternativa às análises de caráter nacionalista. Do mesmo modo, este simpósio contemplará percursos de pesquisa que priorizem o exame da relação saúde-doença e sua articulação com as narrativas de doentes e a construção de subjetividades; estudos sobre a institucionalização de práticas e conhecimentos no campo (bio)médico, bem como discussões sobre a relação medicina, saúde pública e sociedade. Além disso, são bem-vindos debates sobre as relações público e privado, coletivo e individual nas práticas e experiências de saúde e doença. Assim, convidamos pesquisadoras e pesquisadores a participarem desse simpósio, de modo a estimularmos a formação de redes, de trocas de saberes e de pensarmos o papel da prática científica como uma construção histórica e os lugares em que a saúde e a produção de subjetividades dos corpos na história ocupam em nossas respectivas pesquisas históricas, sociológicas, filosóficas e demais.

Comunicações

A construção do campo eugênico brasileiro por Renato Kehl e Monteiro Lobato.

Rhaiane das Graças Mendonça Leal
rhaiane-mleal@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Circulação de ideias, Eugenia, Monteiro Lobato, Renato Kehl.

A pesquisa tem como objetivo analisar a circulação de ideias entre o campo literário e o campo científico na difusão da eugenia no Brasil a partir das cartas trocadas entre o escritor Monteiro Lobato e o médico Renato Kehl, ao mesmo tempo em que se propõe a discutir a participação do literato na Sociedade Eugênica de São Paulo e a sua relação com a política eugênica. O recorte temporal delimitado para o desenvolvimento da pesquisa compreende os anos entre 1914 e 1929. Em 1914, Monteiro Lobato publicou o artigo “Velha Praga”, no jornal O Estado de São Paulo e que mais tarde seria compilado na obra *Urupês*. O texto demonstrava a indignação do escritor em relação aos problemas causados pelo homem do campo. Em 1918, Lobato publicou a obra *O Problema Vital*, abordando a ideia do aperfeiçoamento da raça do povo brasileiro. Neste mesmo ano, foi fundada por Renato Kehl, a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira instituição do país dedicada ao estudo e à propagação dos ideais eugenistas. Em 1929, marco final de nossa pesquisa, foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, momento de afirmação dos principais pressupostos eugenistas defendidos por Kehl e Lobato e de consolidação do campo eugênico no Brasil. Monteiro Lobato e Renato Kehl mantiveram uma amizade muito próxima, compartilhando, basicamente, dos mesmos pensamentos a respeito da higiene, saúde e educação, como podemos observar nas diversas cartas trocadas entre eles. Lobato era grande leitor das obras de Renato Kehl, assim como um admirador do seu trabalho. Em uma carta data de 06/04/1918, o escritor afirmava ter lido o discurso de Kehl na Primeira Conferência Eugênica realizada na Associação Cristã de Moços em 1917 e que daria origem, no ano seguinte, à Sociedade Eugênia de São Paulo. Mediante a isso, a amizade com Renato Kehl significou também o desenvolvimento das suas ideias eugenistas e sanitaristas, as quais são aplicadas na literatura, com a reformulação do próprio personagem Jeca Tatu. Para Kehl, Lobato era “a franqueza patriótica em ação” e “uma das mais brilhantes e promissoras mentalidades da

nova geração brasileira”. Monteiro Lobato foi um dos principais divulgadores das ideias eugenistas de Renato Kehl, tendo uma importante contribuição para a formulação do campo eugênico brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, as cartas trocadas entre Renato Kehl e Monteiro Lobato apresentam a defesa do discurso médico como o agente formulador da sociedade brasileira.

O Contraponto da República: Canudos e sua loucura político-religiosa

Bruno de Oliveira Mastrantonio
brunomastrantonio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Em Novembro de 1897 o já conhecido médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) publicou, na Revista Brasileira, "A loucura epidêmica de Canudos", resultado de suas reflexões sobre o conflito armado ocorrido em Belo Monte. Escrito ainda no calor dos acontecimentos, o artigo científico confirmava o diagnóstico de delírio crônico de Antônio Conselheiro e o suposto contágio de sua loucura a seus seguidores, fazendo parte de uma série de estudos que Nina Rodrigues fez no campo da psicologia social. A partir deles, temos como objetivo interpretar os nexos entre a trajetória do autor, suas obras e o contexto social em que viveu para compreender suas intencionalidades políticas em meio a sua atuação científica. Membro de uma elite intelectual e herdeiro de uma ciência positiva, Raimundo Nina Rodrigues esteve preocupado não somente com a comprovação de suas teorias, mas também com a viabilidade de uma nação que se pensava pela raça. Sua postura radical e pessimista fundamentou o diagnóstico das loucuras epidêmicas como tentativa de explicação para manifestações político-religiosas como Canudos, fenômeno evidente das contradições de uma República recém instaurada.

Nobre eugenia: O livro dos Cadáveres da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte

Ana Luísa Moreira Silva
analuiisa95@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia, Ensino médico, Peças anatômicas, Raça, Ciência.

Na presente pesquisa, procura-se observar as dinâmicas formativas do curso médico na primeira metade do século XX em Belo Horizonte e os câmbios impressos entre saberes anatômicos e o discurso eugênico na América Latina entre 1913 e 1970. No Livro de Registro de Cadáveres da Faculdade de Medicina, fonte principal desta pesquisa, podemos observar informações relevantes para análise deste contexto, já que de 1913 até o início da década de 1970, foi o principal instrumento de controle de corpos e peças utilizados pelo laboratório de Anatomia da Escola de Medicina de Belo Horizonte. O livro de registros apresenta dados como nome completo do cadáver, data de aquisição, características físicas, profissão, religião, idade, causa mortis, naturalidade, cor, médico que atestou o óbito, procedência, número de registro no cartório de paz e observações. Esses cadáveres e peças anatômicas serviram de material pedagógico e de fomento às pesquisas durante as primeiras décadas de funcionamento da Escola de Medicina. A partir de 1950, grande parte destes cadáveres vinha do Hospital Colônia de Barbacena, instituição notável para os debates contemporâneos sobre saúde pública e ciência no Brasil. Curiosamente, neste período, mediante efervescentes debates da Luta Antimanicomial, o livro passa a apresentar silenciamentos. Assim, os cadáveres passam a não ser identificados por nome e outras informações relevantes, passam a ser descritos como “peça de Barbacena”. Nossa questão de pesquisa é observar e discutir, ao longo de seu período de registros, como a fonte dialoga com as questões levantadas pela eugenia latino-americana e seus reflexos acadêmicos e sociais dentro da instituição de ensino. Sabe-se de acordo com os trabalhos apresentados em suplemento da Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol.23 supl.1 Rio de Janeiro dez. 2016, que a Eugenia na América Latina foi notavelmente bem-sucedida. Neste dossiê, revisita-se a obra “A hora da Eugenia” de Nancy Stepan, publicada pela primeira vez em 1991 onde a autora chama atenção para o fato de que os movimentos eugenistas aconteciam de maneiras diferentes em diferentes países. Ainda que o movimento eugenistas tenha tido uma curta duração como movimento organizado é verdade que as ideias eugenistas continuaram em circulação mesmo

após a segunda guerra, fomentando discursos racializantes e biológicos que tem tido reflexos inclusive em cenário contemporâneo mundial.

A presença de temas científicos na obra artístico-filosófica de J.-J. Grandville

José Roberto Silvestre Saiol
josersaiol@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História das Ciências, Cultura Visual, J.-J. Grandville.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns apontamentos preliminares acerca da presença marcante de temas, motivos e debates originários do campo da ciência na produção artístico-filosófica do ilustrador romântico francês J.-J. Grandville (1803-1847). Tema recorrente no repertório do autor, questões importantes, descobertas e novidades da botânica, da zoologia e da astronomia recebiam de suas mãos um refinado tratamento artístico e filosófico, assumindo assim a forma de uma interpretação própria que borra as fronteiras entre o mundo “real” e o universo fantástico de possibilidades inaugurado pela modernidade. Este argumento está ancorado, por um lado, nos estudos de cultura visual que privilegiam uma abordagem antropológica das imagens; por outro, nas discussões recentes provenientes dos sciences studies que procuram oferecer alternativas mais sofisticadas para os problemas envolvendo a chamada ciência popular, a divulgação científica e a comunicação em ciência. O diálogo entre esses campos, sobretudo nas últimas duas décadas, tem se mostrado muito profícuo, dando origem a trabalhos originais de grande relevância. No caso desta pesquisa, essa abordagem ajuda a refletir sobre a dimensão cognitiva e o valor epistemológico das metáforas presentes na produção grandvilliana e sua relação com o conhecimento. Acreditamos que essas metáforas ocupam na obra do artista um lugar que excede o da simples ilustração ou de simplificação de ideias científicas correntes – embora, como demonstra Ernst Gombrich, a condensação de ideias complexas em fórmulas ligeiras que disparam gatilhos psicológicos em seus observadores não seja uma operação trivial. Mais do que exprimir ideias, a visualidade expressa na obra de Grandville, muitas vezes através dessas metáforas, era incorporada pelo autor ao mesmo tempo em que reconfigurava o entendimento que ele tinha do mundo a sua volta. Enfatizamos a dimensão filosófica dessa produção em função do entendimento muito particular que o artista possuía de seu ofício. Inspirado pela noção romântica do gênio, Grandville procurou durante toda a sua carreira estratégias que diferenciavam o produto do seu trabalho das obras voltadas para entretenimento de massas.

Tradição e Usos das Plantas Mediciniais

Carla Cristina Barbosa
barbosacc@ig.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Plantas Mediciniais, Tradição, Uso, História da Ciência.

Neste trabalho, discutimos a tradição de uso das plantas medicinais pela população do norte de Minas Gerais. Essa tradição de uso das ervas com propriedades medicinais é abordado com base na tradição de saberes de homens e mulheres detentores de um conhecimento passado de geração em geração. O uso de plantas medicinais está representado nas mais antigas culturas, estabelecendo uma tradição que alcança nossos dias. Este estudo aborda o uso das ervas medicinais, buscando reconhecer as pessoas que procuram as plantas medicinais nas barracas do mercado de Montes Claros, quais os motivos, quais as principais plantas procuradas, como se dá o conhecimento sobre a planta, qual a enfermidade. Assim, o uso das plantas medicinais no cotidiano da população do Norte de Minas está relacionado ao modo de viver das pessoas. Esse conhecimento tradicional sobre ervas medicinais é construído, a partir da experiência cotidiana. Para isso, buscamos entender como surge a tradição, se estabelece e se mantém de geração em geração. A pesquisa procurou reconhecer a identidade das pessoas que utilizam as plantas no mercado e a tradição de uso das ervas. Tratamos também do registro das plantas medicinais do norte de Minas realizado pelos viajantes e naturalistas que passaram na região no século XIX. Os relatos desses viajantes possuem uma descrição importante das principais ervas e raízes utilizadas pela população nesse período. A partir dessas descrições procuramos mostrar quais eram e como eram utilizadas essas plantas pela população, e realizamos um levantamento das plantas descritas pelos viajantes e seus usos.

Jesuítas e a administração colonial no início do século XVIII

Valquiria Ferreira da Silva
historiaval@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Jesuítas, cartografia, Jacob Cocleo.

Esta comunicação tem como objetivo analisar alguns aspectos da produção cartográfica desenvolvida pelos membros da Companhia de Jesus na América Portuguesa antes de 1720, em particular, os relacionados ao matemático e astrônomo francês o jesuíta Padre Jacob Cocleo. Cocleo viveu 50 anos de seus 82 anos, na colônia portuguesa além-mar. Ocupou funções importantes dentro da Companhia, incluindo o de Reitor do Colégio do Rio de Janeiro entre 1682 e 1685. Além disso, foi contemporâneo de outros importantes jesuítas como Antônio Vieira, Alexandre de Gusmão, Antonil e outros. Semelhante a estes, Padre Cocleo também se envolveu em assuntos importantes para a Ordem religiosa nas Américas, como por exemplo, a administração dos povos indígenas do Brasil. Durante a última década do século XVI, em função da descoberta de ouro a Coroa portuguesa passou um período crítico em suas terras do outro lado do Atlântico. Para proteger e legitimar os seus domínios contra outras nações europeias como Espanha, França, Holanda, Inglaterra, etc Portugal necessitou entender melhor as suas possessões. Da mesma forma, regionalmente, esta novidade acarretou um extenso conflito entre o Arcebispado da Bahia e do Bispado do Rio de Janeiro, que reivindicavam a autoridade nos territórios adjacentes ao rio São Francisco, local onde surgiram as primeiras evidências de depósitos de ouro. Foi diante dessa situação, que em 1695, o jesuíta francês foi contratado para mapear o território. Fontes manuscritas dispersas em arquivos, brasileiros, portugueses e italianos, informam que este foi frequentemente utilizada ao longo dos anos 1700.

A Guerra Fria na perspectiva da Saúde: entre convergências e controvérsias

Huener Silva Gonçalves
huener@cefetmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria, Saúde Pública, Câncer, Dengue.

Como tema tradicional na historiografia política, o período da Guerra Fria (1945-1991) viu florescer, nas últimas décadas, análises historiográficas preocupadas com a produção nos campos social, cultural, ambiental, da ciência e da tecnologia. Tais abordagens possibilitaram enriquecer a compreensão dessa época no sentido de perceber as lógicas que dialogaram com lacunas e questões apresentadas pelas análises exclusivamente políticas. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar apontamentos sobre a Guerra Fria na ótica do campo da Saúde, considerada como uma das expressões do campo da Ciência e da Tecnologia, tendo como ênfase a saúde internacional. Para isso, introdutoriamente, este trabalho caracterizará sucintamente o período, com o intuito de se entender a denominação “Guerra Fria”. Assim, autores como Eric Hobsbawm, representante de uma análise de tendência mais política do período, e Marcos Cueto, que pensa o período na perspectiva da História das Ciências e da Saúde, juntamente com outros trazidos oportunamente à discussão, serão importantes marcos teóricos para a proposta pretendida por esse trabalho. Quanto ao campo da Saúde, enquanto campo da Ciência e da Tecnologia, a abordagem a ser realizada o considera entremeado por períodos de convergências e períodos de controvérsias, como considera Bruno Latour. O arcabouço teórico elencado colaborará na abordagem das campanhas contra as doenças crônico-degenerativas, com ênfase no câncer, na antiga União Soviética, divulgadas pelo periódico produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), *A Saúde do Mundo*, enquanto tempo de contemplação e convergência entre as forças oponentes na Guerra Fria. Por outro lado, a epidemia de febre dengue hemorrágica (FHD) em Cuba, ocorrida em 1981, destacada por periódicos e outras fontes no Brasil, será tratada enquanto tempo de controvérsia. Enfim, sugere-se a aplicação da perspectiva da História das Ciências, sobretudo nas Ciências da Saúde, com seu aparato conceitual, para pensar a Guerra Fria para além dos termos distensão, trégua, tensão e conflito, comuns em uma análise tradicionalmente política.

Perfil das Primeiras Enfermeiras na Escola de Enfermagem da UFMG (1933-1968)

Maria Luíza de Sousa Lopes
marialuizadesousaa@gmail.com

Raíza Gomes Araújo de Paulo
gomes.raiza00@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE:

O seguinte trabalho visa traçar o perfil das primeiras enfermeiras na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG), entre os anos de 1933 a 1968. Trata-se de um estudo sobre as enfermeiras que frequentaram a Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC), desde o ano de sua fundação até o ano de 1968, quando a escola passou a denominar-se Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse sentido, através da análise de fichas de inscrições, documentos, históricos e declarações, o perfil das primeiras estudantes a tentar ingressar no curso de enfermagem da escola vem sendo traçado. É nossa intenção buscar identificar questões-chave do perfil destas estudantes, como a motivação inicial para se tornar enfermeira, o significado do curso de Enfermagem, as características dessas mulheres, o processo de formação individual e familiar, assim como o contexto social, geográfico e econômico de onde estas mulheres partiram. Para esta comunicação, o objetivo é tratar de maneira mais aprofundada os percursos da pesquisa apresentada acima, refletindo sobre o perfil das primeiras estudantes da EEUFMG, enquanto ainda era denominada como EECC, conhecida por ser pioneira do ensino da enfermagem no estado de Minas Gerais.

Metodologia quantitativa para uma História da Ciência e de Periódicos

Jéssica Bley da Silva Pina
bleypina@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Periódico, Método quantitativo, Redes.

Esse trabalho tem a intenção de compartilhar a experiência empírica do desenvolvimento de uma metodologia quantitativa para análise de fontes históricas, mais precisamente, artigos científicos em periódicos. Ludwik Fleck postula que existe Ciência Popular, de Manual e de Periódicos e estipula características para cada uma. O que nos salta aos olhos aqui é essa diferenciação e consciência de que o fazer científico tem suas diferentes formas de exposição aos públicos. Logo, como o historiador da ciência pode olhar essa fonte de acordo com as especificidades da Ciência de Periódicos? Para tentar responder e sugerir uma solução será exposto o método de sistematização quantitativa utilizando-se da ferramenta Microsoft Excel. O substrato utilizado são os volumes iniciais da Revista Ciência e Cultura da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, iniciada em 1949, intentando demonstrar as redes, intraperiódico, de autoria e coautoria formadas pelos autores dos artigos.

Educação em saúde e divulgação científica: a trajetória de Virgínia Schall

Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
analuisamurta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde, Divulgação Científica, HIV/AIDS.

Desde a década de 1980 a infecção por HIV e a AIDS têm sido incansavelmente estudadas, em busca de chaves que auxiliem um maior entendimento sobre a origem do vírus, suas formas de transmissão, prevenção, tratamento e, com sorte, uma descoberta revolucionária que possa atuar na cura dessa peste do século XX (NASCIMENTO, 2005). Tendo, portanto, o HIV e a AIDS como pano de fundo, o presente trabalho tem por objetivo problematizar as práticas de divulgação científica através da trajetória de estudos e produções da pesquisadora Virgínia Schall (1954-2015) a esse respeito. Schall foi uma importante divulgadora científica brasileira e, através de seu acervo – hoje em processo de inventariação e consequente destinação ao Centro de Documentação da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz/RJ, instituição em que pode consolidar sua carreira –, que nos fornece toda sorte de fontes para esse estudo. Analisaremos, por meio de entrevistas, artigos em jornais, correspondências, manuscritos e os produtos finais de tais pesquisas (materializados na forma de vastos materiais educativos), de que formas Virgínia Schall se apropriou de um conhecimento científico técnico-especializado para promover sua democratização, bem como sua atuação com vistas a impulsionar o campo da educação em saúde no Brasil, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, pretendemos ainda tratar das relações público-privado em uma esfera macro, uma vez que os produtos educativos de Virgínia, encontrando diversas barreiras nos meios privados de divulgação e circulação, acabaram por conquistar maior visibilidade em meio à rede pública e aos interesses do próprio Estado em campanhas e políticas de saúde pública.

Estigmas vividos por portadores de Hanseníase na sociedade

Marina Guimarães Pereira
marinagp22@gmail.com

Sânia Mayra Lopes Braz
saniamayralopesbraz@gmail.com

Sueli Siqueira
suelisiqueira.gv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: hanseníase, estigma, sociedade.

A Hanseníase é causada pela bactéria *M. Leprae*, uma doença contagiosa que é transmitida pelo contato com o portador da mesma. Afeta a pele e incapacitações neurais, podendo causar até paralisações de mãos e pés. A doença, que era conhecida como lepra, traz consigo um grande preconceito, devido às sequelas que pode acarretar e também porque antigamente segundo o cristianismo, era conhecida como a doença dos pecadores. Um preconceito que ainda é existente na sociedade. Este estudo tem como objetivo descrever os constrangimentos, advindos do estigma social da doença, vivenciado por pessoas que tiveram hanseníase e estão curadas. A metodologia se baseia em relatos de dois casos com informantes típicos, onde buscou-se compreender os estigmas vivenciados. Os resultados permitem considerar que ao decorrer dos anos, desde a intolerância religiosa e social com os leprosos, até a atualidade, houveram muitas mudanças no âmbito da doença. Com o surgimento da Poliquimioterapia – um tratamento baseado em doses mensais de remédios e em bateria de exames para acompanhamento que impede a transmissão e, propósito final, a cura – houve mais conscientização por parte dos familiares e pessoas leigas a respeito do assunto, diminuindo assim, algumas formas diretas de hostilidades e preconceitos para o portador. Contudo, através das histórias de vida pode-se perceber que os constrangimentos ainda estão presentes, pois relataram o medo de serem vistos entrando na unidade de tratamento. O fato de terem sido acometidos pela hanseníase é, como relatam, um segredo guardado e só revelado em casos muito especiais. Nesse sentido, pode-se considerar que os portadores da Hanseníase omitem a presença da doença devido ao histórico de exclusão e também pelos sentimentos de insegurança e ansiosos diante da aceitação social. Ainda hoje, mesmo havendo uma cura para a doença, o preconceito contra os

acometidos se faz presente devido ao estigma que historicamente acompanha a Hanseníase.
Apoio: CNPq, FAPEMIG, Univale.

ST 25 - Índios, Negros e Camponeses na História: vivências, resistências e escrita de si

Simpósio Temático

Ana Paula Batista da Silva Cruz

apbscunica@yahoo.com.br

Doutoranda em História

UFRRJ

Ayalla Oliveira Silva

ayallasilva@yahoo.com.br

Doutoranda em História

UFRRJ

Natália Batista Peçanha

nataliahist@hotmail.com

Doutoranda em História

UFRRJ

Tatiana Gonçalves de Oliveira

tatih.oliveira@hotmail.com

Doutoranda em História

UFRRJ

George Leonardo Seabra Coelho

george.coelho@hotmail.com

Doutor em História

UFG

Proposta do Simpósio

A historiografia tem demonstrado o quanto se aproxima e se relaciona as trajetórias de negros, índios e camponeses na história do Brasil, por meio das mudanças teórico-metodológicas e conceituais, sobretudo no que envolve os percursos das disciplinas História e Antropologia. Tais mudanças tornaram possível estabelecer uma perspectiva sincrônica para tratar as pesquisas acerca desses sujeitos históricos. Essa dinâmica historiográfica sinalizou novas abordagens que levaram em conta os grupos étnicos e suas identidades como algo

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

dinâmico na realidade posterior ao contato colonial, além disso, permitiu retirar esses grupos do lugar de simples objetos da colonização para incluí-los na História, como atores de sua trajetória. Nesse sentido, a temática indígena deixa o lugar marginal que ocupou na historiografia brasileira, e as discussões acerca da escravidão, abolição, pós-abolição, campesinato, ganham cada vez mais representatividade. A presente proposta temática almeja ser um espaço para fomentar um debate que colabore no entendimento do lugar dos índios, negros e camponeses na história do Brasil. Desta maneira, o que se pretende é refletir acerca dos múltiplos sentidos e vivências desses sujeitos históricos, seja pelo viés da história do trabalho, de gênero, da temática quilombola, ensino de história ou demais campos de estudos que nos permitem uma interlocução entre os pesquisadores que possuem como interesse comum a busca da visibilidade das experiências das populações indígena, negra e campesina.

Comunicações

Educação como sinônimo de emancipação: a trajetória do negro Eduardo Ribeiro

Geisimara Soares Matos
geisimara.soaresmatos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias, Eduardo Ribeiro, Amazonas

Este trabalho objetiva apresentar a trajetória de vida de Eduardo Gonçalves Ribeiro como uma das novas possibilidades advindas com o estabelecimento da república brasileira. Maranhense, negro e de origem pobre, Eduardo Ribeiro consegue ascender socialmente ao entrar para a Escola Militar, no Rio de Janeiro e, posteriormente, ao tornar-se governador do Amazonas entre os anos de 1892 e 1896. Para esta apresentação focaremos nossas discussões na sua trajetória em São Luís, até a sua ida para o Rio de Janeiro. Muito pouco se sabe sobre a infância de Ribeiro, a historiografia amazonense diz que teve origem modesta e que talvez fosse descendente de escravos, mas sem nenhuma indicação de fonte primária sobre isso. Sua mãe, Florinda Maira da Conceição é citada em vários documentos aqui analisados, desde Fé de Ofício de Eduardo Ribeiro até o seu inventário póstumo. Em 1879 entra no Liceu Maranhense, fato incomum para um rapaz de origem humilde e com a ascendência africana estampada na pele. As biografias existentes sobre ele nos mostram que para conseguir este feito, Ribeiro foi ajudado por um padrinho poderoso e político. Em 10 de setembro de 1880, juntamente com outros amigos, Ribeiro ajuda a fundar o jornal O Pensador em São Luís. Publicado três vezes ao mês (nos dias 10, 20 e 30) e de caráter anticlerical, tinha como objetivo contrapor as ideias do jornal Civilização, representante dos interesses da “Igreja Católica e de seu conservadorismo”. O fato de Eduardo Ribeiro estar ligado a um jornal nitidamente contrário a política imperial, não nos dá indícios de que tenha lutado diretamente no movimento abolicionista no Maranhão, apesar disso podemos supor que suas ideias modernas possam ter relação com o contato direto com a escravidão e seus desdobramentos. Posteriormente, Eduardo Ribeiro vai em direção ao Rio de Janeiro e matricula-se nas aulas do curso preparatório em 24 de fevereiro de 1881 tendo nesta mesma data assentado praça e jurado bandeira voluntariamente. Agora, na capital da república, Ribeiro tomaria contato mais intenso com as discussões sobre abolicionismo, republicanismo e com a filosofia de August Comte. Esse era também o caso de

Ribeiro, que bacharela-se em Matemática e Ciências Físicas em 1887. Assim, pretendemos com esse texto, colocar este personagem dentro dos debates recentes na historiografia sobre o pós-abolição, configurando como um exemplo importante sobre o protagonismo negro nesse período.

Estratégias e luta pela terra na cidade de Valença (1850-1888)

Felipe de Melo Alvarenga
f.m.alvarenga@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Lei de Terras de 1850, Lavrador, Estratégias, Costume, Valença

O objetivo desta proposta de comunicação oral é compreender os efeitos da Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850 no Império do Brasil, na cidade de Valença, na província do Rio de Janeiro, focalizando as estratégias adotadas por diferentes atores sociais naquele momento de regularização da propriedade da terra. Esta pesquisa procura identificar como a criação de um sistema normativo de regularização fundiária permitia a abertura de espaços intersticiais por onde os indivíduos agiam para legitimar suas porções de terras, principalmente para o caso daqueles lavradores que não eram nem senhores nem escravos. Neste sentido, buscamos contribuir para o melhor entendimento das formas de trabalho e de dependência que marcavam as relações entre proprietários e trabalhadores rurais. A historiografia mais atual sobre os chamados “homens livres e pobres” avançou na tentativa de compreender como aquela categoria “espremida” entre os dois polos da sociedade escravista conseguia impor limitações ao poder dos senhores e lutar pelo direito à terra no Brasil do século XIX. Entretanto, acreditamos que podemos contribuir com os debates propostos pela bibliografia mais recente partindo de uma redução da escala de observação. Compreender as relações interpessoais construídas entre os próprios lavradores valencianos e a singularidade de suas estratégias neste contexto difuso de disciplinamento da apropriação da terra pode nos oferecer um norte para a pesquisa. Propõe-se um método de “ligação nominativa” em fontes de tipologias diversas. Na busca por nomes de lavradores que tenham declarado suas terras depois da lei, procuraremos cotejar registros paroquiais e de terras e processos cíveis e criminais. Parte-se da hipótese de que “conflitos fundiários” poderiam ter sido balizados por estratégias costumeiras de acesso à terra, assentadas em relações pessoais e/ou familiares, que acabaram sendo mobilizadas pelos lavradores interessados em legitimar seus terrenos num contexto de regularização da apropriação fundiária e da propriedade da terra.

Imagens do indigenismo em Minas Gerais durante a ditadura militar

Marco Túlio Antunes Gomes
mtantunesgomes@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História do Indigenismo, Ditadura Militar, Minas Gerais

Dispostos a apagar o passado de corrupção e arbitrariedades do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), é criado em 1967 pelos militares a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cujo propósito principal era acelerar a assimilação do indígena à sociedade por meio do trabalho agrícola. Em Minas Gerais, tal processo ficaria a cargo do major da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro, nomeado chefe da Ajudância Minas Bahia após seu envolvimento na "pacificação" dos Maxakali. Encarando a questão indígena como "um problema de segurança nacional", Pinheiro promoveu a criação de três instituições repressoras: a Guarda Rural Indígena (GRIN), o Reformatório Krenak e a Colônia Penal Agrícola Indígena Guarani. Sua gestão foi registrada em imagens produzidas pela imprensa, por ele próprio ou outros agentes estatais, geralmente elogiosas às suas ações. Reconhecendo estes documentos como representações da política indigenista aplicada por Pinheiro em Minas Gerais durante a ditadura militar, esta comunicação objetiva analisar o uso das fotografias produzidas por estes atores, destacando intencionalidades e ideologias expressas.

Identidade Negra, festa e resistência no Quilombo Urbano de São Benedito

Karollen Lima da Silva
karollensilva@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Identidade negra, Festa, Quilombo Urbano de São Benedito

A festa de São Benedito é um patrimônio familiar que tem sido transmitido há mais de um século na comunidade negra do Barranco, Manaus, Amazonas. A devoção teve início a partir de uma promessa realizada por Felipe Beckman na cidade de Alcântara, estado do Maranhão, devido a uma enfermidade que o teria acometido. Dessa forma, prometeu se ficasse curado, realizaria uma festa com mastro e procissão. Após o alcance da graça, cumpriu a promessa com a ajuda de seus familiares na cidade Alcântara, onde o santo preto era celebrado através do tambor de crioula. A imagem de São Benedito esculpida em pau d'angola era originária de Portugal sendo transportada para o Maranhão, onde passou a ser cultuada por escravos e libertos, posteriormente com a migração para a cidade de Manaus em fins do século XIX, o santo preto foi trazido por Maria Severa Nascimento Fonseca, ex-escrava, que veio com seus três filhos Raimundo, Manoel e Antônio, acompanhada de seu amigo Felipe Beckman e sua esposa Maroca. Instalaram-se no bairro conhecido atualmente como Praça 14 de Janeiro e lá construíram sua moradia delimitando a área para a realização do festejo. Outros migrantes maranhenses se estabeleceram no local, constituindo progressivamente uma comunidade negra que inicialmente será conhecida como colônia dos maranhenses. A festa de São Benedito desempenha o papel de articulação das identidades negras, atuando como um canal de transmissão da herança cultural-religiosa de maranhenses ex-escravos há mais de um século na comunidade, que se constitui por aproximadamente 25 famílias. A tradição festivo-religiosa somada às lutas políticas e sociais dos afrodescendentes possibilitou o reconhecimento da comunidade negra como quilombo urbano pela Fundação Palmares em 2014, através da Portaria N° 104, de 23 de setembro de 2014.

A roça de toco Kalunga: resistência, saberes e tradição quilombola

Dominga Natália Moreira dos Santos Rosa
dominganatalia@uft.edu.br

Gilberto Paulino de Araújo
gilbertopaulino@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVES: Quilombolas, Tradição, Cultura

A comunidade quilombola Engenho II, localizada no município de Cavalcante – GO, integra o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, um dos maiores quilombos em extensão do país. Seu território é composto por diferentes fitofisionomias do Cerrado, elemento fundamental para a sobrevivência das populações dessa região. O modo de produção agrícola do povo kalunga revela técnicas e saberes que fazem parte da trajetória ou história de vida das gerações antepassadas, mas que, numa perspectiva sincrônica, ainda permanecem vivos por meio da oralidade e do próprio registro escrito das novas gerações que passaram a ter acesso à escola/educação formal. Nesse sentido, esses sujeitos têm buscado muito mais do que seu sustento material, oriundo do trabalho na terra, mas em processo de luta pela garantia de seus direitos e melhores condições de vida em seu território. Cumpre ressaltar que o reconhecimento e a valorização dos saberes dos povos tradicionais evidenciam a necessidade de novas metodologias, estudos e pesquisas que estejam, de alguma forma, associados às atividades transdisciplinares e mais participativas, assim como protagonizadas pelos próprios sujeitos históricos desse processo: indígenas, camponeses e, para fins deste trabalho, os quilombolas. Diante disso, este estudo busca investigar se a “roça de toco”, uma das práticas de produção agrícola empregada pela comunidade quilombola Engenho II, permanece presente no cotidiano das gerações atuais (mais jovens) e qual a visão desses sujeitos a respeito dos saberes que envolvem tal técnica. A metodologia utilizada na pesquisa é de base qualitativa, apoiada, sobretudo, na etnografia (observação, registro, geração e análise dos dados a partir da vivência em campo). Como resultado, temos o registro das práticas vivenciadas pelos jovens kalunga, assim como o relato de experiência da própria pesquisadora, graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins/Campus Arraias, quilombola e membro da comunidade em pauta. O trabalho fundamenta-se nos pressupostos da Educação do Campo (ARROYO, 2012; CALDART, 2012, entre outros), vista aqui como área do saber que tem possibilitado o reconhecimento e a ampliação

do olhar para as práticas sociais dos povos do campo, como sujeitos responsáveis pela sua própria trajetória, mesmo diante do permanente cenário de esquecimento que as comunidades tradicionais vivenciam no âmbito do contexto político-econômico brasileiro.

“O vasto teatro civilizatório”: os índios e o problema da mão de obra no Brasil

Renata Ferreira de Oliveira
renata.oliveira@ifnmg.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Índios, Mão de Obra, Regulamento das Missões, Rio Jequitinhonha

O objetivo desta comunicação é analisar o arcabouço legislativo imperial brasileiro a partir do Regulamento das Missões e Catequese dos índios, de 1845, seus desdobramentos e consequências para os indígenas aldeados ao longo do Rio Jequitinhonha nas províncias da Bahia e Minas Gerais. O Decreto Imperial n. 426 de 24 de julho de 1845, estabeleceu uma estrutura geral para os aldeamentos do território brasileiro. O documento foi o resultado das diferentes propostas sobre a integração dos índios à sociedade nacional. Foi ainda, o norteador de toda a administração da política indigenista das províncias imperiais. A questão indígena, a partir de 1850, tornou-se pauta de discussões em diversos âmbitos, como se pode observar no IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em que, românticos indianistas e figuras como Francisco de Adolfo Varnhagen, Presidentes de Províncias e Ministros do Estado Imperial, debateram acerca da possibilidade do índio ser a alternativa para o problema da substituição do trabalho escravo ou a sua incorporação, como trabalhadores e colonos, à recente nação. Ainda, é possível pensar que houve uma relação direta entre a questão da mão de obra e de terras com a política indigenista no século XIX, especialmente a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850. A Lei de terras e o aparato legislativo dela derivado, potencializa, no caso dos indígenas, duas frentes de utilização de suas terras e de sua mão-de obra. A primeira é a necessidade de resolver o problema da mão-de-obra a partir do fim do tráfico de africanos e o índio era uma alternativa, para tanto, aldeamentos transitórios foram erguidos. A segunda é a gradual incorporação do índio aldeado na categoria de nacional colonizado resultando no desmantelamento dos aldeamentos, e na fundação das colônias de imigrantes estrangeiros como alternativa ao trabalho, mas também, como possibilidade de desenvolver o progresso da nação brasileira e nesse caso, o índio representava um empecilho, por esse motivo, ele deveria ser miscigenado. Como resultado desse processo, inúmeros aldeamentos na região estudada foram extintos, mesmo aqueles em que os índios não estavam ainda miscigenados e, em vários casos, seguindo a recomendação da Lei de Terras, em seus lugares foram erguidas colônias tanto de imigrantes quanto de nacionais.

Formação de professores do campo: Programa Escola da Terra em Arraias-TO

Silvaneide Gonçalves Ferreira
silvaneideferreira@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade, Camponês, Educação

Na Educação do Campo no Município de Arraias Tocantins existem peculiaridades contextuais, entre elas, as classes multisseriadas e as condições de trabalho. Entre as iniciativas desenvolvidas pelo poder público para amenizar as dificuldades citadas acima, Programa Escola da Terra é uma delas. Esse programa lançado em 2012, define ações específicas de apoio à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola. Frente a essas pontuações, a presente pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise sobre a relação entre a formação continuada do Programa Escola da Terra e a concepção dos profissionais em relação a estas formações. Buscaremos identificar os saberes e fazeres relacionados à prática em Escolas do Campo e Quilombolas no Município de Arraias Tocantins. Tendo em vista que tal programa se apresenta como uma proposta de fortalecimento e desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas às comunidades atendidas. No sentido de elevar o desempenho do ensino e aprendizagem dos alunos do campo e quilombola atendidos em turmas multisseriadas. Esse estudo é fruto de uma pesquisa de campo realizada nessas Escolas tendo como proposta metodológica, a pesquisa-ação, levantamento bibliográfico, entrevistas e conversas com os sujeitos em pesquisa, neste caso alunos e professores. Embora a proposta de Formação Continuada do programa Escola da Terra contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos, ainda há desafios a serem enfrentados, uma vez que a dicotomia cidade/campo perpassa todo o processo de criação e de desenvolvimento do Programa.

Memória em Paul Ricoeur: música caipira e identidade cultural do homem do campo

Angela Maria da Silva
angelamariasilva@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVES: Musicalidade, Memória, Ensino

Na presente comunicação, temos o intuito de mostrar que a proposta metodológica do ensino de história através da música sertaneja de raiz pode levar o aluno para uma postura reflexiva frente ao conteúdo, pois essa didática pode relacionar sua vivência com o mundo globalizado, por isso, é necessário que o sujeito se reconheça pertencente a uma identidade ligada ao meio. Sendo assim, acreditamos que as representações sociais dos traços refletidos pela realidade local através da memória, possibilita pensar a lembrança do ausente na memória presente. Para tanto, devemos ter em mente que a música com elementos descritos na composição das letras e no estilo melódico trazem elementos do espaço geográfico e sócio históricos, os quais a memória discente pode ser associada ao processo de ensino e aprendizagem. A partir dessa perspectiva, acreditamos que a lembrança serve como caminho para uma compreensão crítica das situações sociais, pela qual os seres dentro do seu contexto e dos grupos vivenciaram. A História é uma das ciências que também trabalha com conceitos sociais e temporais de espaços que influenciam e foram influenciados pelas ações humanas. Indo ao encontro dessa afirmação, a música sertaneja de raiz é um dentre os estilos musicais que retrata de forma marcante o modo e a caracterização cultural do sujeito do campo e possibilita aos que convivem com sujeitos que viveram ou vivem nesse contexto possam reconhecer elementos de identidade e de memória. Associando os elementos da identidade cultural proposto por Stuart Hall, podemos construir um diálogo entre a música sertaneja de raiz e aos conteúdos da disciplina de História no Ensino Médio. Em nossa metodologia é o professor que deve levar o aluno a relacionar a sua memória aos dos próximos e aos dos outros, identificando que a relação entre a tríplice memória está interligada. Por meio dessa proposta, podemos trabalhar conceitos que servirão de base para a compreensão da memória social discutida por Paul Ricoeur. Portanto, a proposta de trabalho nas aulas de história com os alunos do ensino médio – na escola estadual Coronel José Francisco de Azevedo na cidade de Conceição do Tocantins – demonstrará o quanto a memória social desses sujeitos – que são ou estão ligados ao campo – os ligam a

identidade do homem do campo, uma vez que a música é peça chave para que os sujeitos ativem suas lembranças.

Educação campesina e políticas públicas: um olhar sobre as propostas oficiais

Silvania Ferreira Nunes Mandú
silvanianunes@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVES: Educação do campo, Políticas Públicas, Direitos Sociais

A Educação deve ser vista como um direito social aos povos do campo e como garantia de efetivação dos direitos sociais, por meio das políticas públicas, ou seja, a promoção de uma educação contextualizada como meio para a superação da discriminação, do preconceito e estigmatização. Segundo Souza (2006) a política pública demonstra as intenções e ações efetivas do governo, envolvendo os múltiplos atores e níveis de decisão. As políticas públicas devem promover a conscientização do indivíduo e a participação desses cidadãos no processo de tomada de decisões nas demandas sociais em qualquer contexto que o sujeito se encontre inserido. No entanto, percebemos que ao longo da história a educação ofertada para os povos campesinos tem se mostrado incipiente e ineficaz na tarefa de promoção e garantia do direito do cidadão. Para superação de tal condição, é necessário que haja uma educação de qualidade que forneça bases ao educando para a construção de uma postura crítica e autônoma, de modo que esse possa se desenvolver intelectualmente e que seja capaz de tomar suas próprias decisões. Visa-se com o presente trabalho identificar se a educação oferecida aos povos campesinos, por meio das políticas públicas, cumpre os termos definidos nos documentos oficiais. Foram adotados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Foi possível observar que a educação oferecida aos povos do campo desde o início do século XX, não atende as demandas nem as especificidades dos sujeitos do campo. Essa educação, na maioria das vezes, se apresenta como articulação política e econômica a serviço de grupos elitizados e as políticas públicas criadas possuem apenas caráter compensatório. Por outro lado, observa-se um avanço na área de educação escolar do campo com a participação de diversos sujeitos coletivos organizados em prol da aquisição da construção efetiva da identidade pertinente aos povos do campo. Os problemas relacionados a falta de auxílio por parte do governo para a educação do campo resultaram em alguns processos de defasagem no ensino.

Educação do campo: História de Lutas e conquistas de políticas públicas

Lília Reijane Ribeiro dos Santos Menezes
liliareijane@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Cidadania, Camponeses

O presente estudo é resultado da Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Nosso objetivo foi compreender a concepção da Pedagogia da Alternância, a qual vem sendo desenvolvida no âmbito da formação de professores dessa licenciatura. Para tanto, partimos da identificação dos meios pelos quais essa concepção pedagógica orientou o curso de formação de professores para o campo. É importante saber que essa concepção pedagógica divide o tempo formativo em dois momentos: em Tempo-Universidade (termo designado para indicar o tempo em que as atividades pedagógicas são desenvolvidas no ambiente universitário) e Tempo-Comunidade (termo designado para indicar o tempo de desenvolvimento das atividades pedagógicas nos territórios das comunidades do campo). A abordagem metodológica de nosso estudo pautou-se na perspectiva da revisão da Literatura, da Pesquisa de Campo de cunho etnográfico e da Análise Documental. Para tal estudo, foi proposto diálogo com autores como, Caldart (2011), Molina (2009), Sá (2011), Barbosa (2012) Gramsci (2001) e Pistrak (2009). Esses autores foram nossos referenciais teóricos utilizados para estabelecer o diálogo com as informações coletadas durante a investigação. Já a pesquisa de campo de cunho etnográfico foi organizada com o auxílio de entrevistas semiestruturadas. Nossa análise documental partiu da leitura do Projeto político Pedagógico do Curso. Por meio dos procedimentos adotados, foi possível identificar os conflitos, as tensões, as potencialidades e os desafios enfrentados na realização de um curso de nível superior direcionado para os camponeses. Dentre os conflitos percebidos, destacam-se a compreensão de alternância que cada educador constrói, bem como a clareza da intencionalidade político-pedagógica da formação. No que se refere às possibilidades, destacam-se os instrumentos pedagógicos construídos no Curso de Educação do Campo, a experiência de estágio, os cursos de extensões, dentre outros. Sendo assim, percebemos os diversos caminhos possíveis para estabelecer um diálogo entre saberes populares e saber científico, os quais são de suma importância para oferecer às populações rurais a possibilidade de cidadania nesse início do século XXI.

As contribuições de Darcy Ribeiro para a história indígena dos séculos XX e XXI

Matheus Pereira Cabral
matheuspereirac@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Darcy Ribeiro, indígenas, intelectuais, Brasil, cidadania

A produção intelectual de Darcy Ribeiro é de grande importância para as ciências humanas em geral e, especificamente, para os estudos sobre as populações indígenas brasileiras. Esta comunicação tem por objetivo analisar sua obra “Os Índios e a Civilização: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno”, publicado no ano de 1970. Cerne desta comunicação, este livro teve e ainda tem grande importância para os estudos que se interessam pela história indígena, pois trouxe discussões sobre o conflito de terras, inseriu o índio em nossa sociedade e, conseqüentemente, o percebeu como cidadão. Diante disso, nosso objetivo é compreender seu contexto de produção, bem como de que maneira os conceitos abordados nesta obra influenciaram os estudos relacionados às populações indígenas no Brasil durante os séculos XX e XXI. Além disso, tentaremos analisar o motivo da existência de um silêncio na historiografia nacional do século XX em relação às populações indígenas e as razões que levaram a um novo movimento que pensa estes mesmos povos como agentes históricos.

Lazer e Militância em Manaus nos anos 1920

Richard Kennedy Nascimento Candido
richard_lp13@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Manaus, Primeiro de Maio, Lazer, Militância, Bloco Recreativo

Nesta comunicação pretendemos abordar a dualidade militância x lazer na figura de um bloco de carnaval chamado Primeiro de Maio e sua relação com a data maior da classe trabalhadora mundial na cidade de Manaus nos anos 1920. Luciana Barbosa em sua dissertação de mestrado levanta questionamentos do motivo de sociedades beneficentes e associações terem em seus nomes homenagens ao 1º de maio. Uma justificativa para isso é devido sua inauguração ter se dado nesta data, além também de organizar festas em todos os dias do trabalho. Em Manaus conseguimos encontrar este bloco recreativo com o nome Primeiro de Maio em 1928, também um jornal operário chamado Primeiro de Maio em 1928, uma mercearia e botequim Primeiro de Maio e uma Filarmônica Primeiro de Maio em 1911, que podem corroborar com a ideia de prestígio desta data na cidade de Manaus. O Bloco Recreativo Primeiro de Maio ganha destaque nos jornais no ano de 1928 com bailes dançantes divulgados pela imprensa diária da cidade. Ele aparece em dois momentos que aparentemente podem ser distintos, mas que na verdade estão interligados. O primeiro é em fevereiro por conta dos festejos e bailes de carnaval e o segundo em maio devido as mobilizações do 1º de Maio na cidade. Entretanto, o bloco teve duas sedes, a primeira era localizada na rua Dr. Adriano Jorge nº 6 com vastos salões na parte de cima do prédio no centro da cidade. A outra sede era localizada na rua Marechal Deodoro, nº56 a partir dos anos 1930. É importante perceber que a localização de ambas as sedes são importantes pois mostram a proximidade com a grande massa de trabalhadores e suas amplas associações e sindicatos presentes na região central da cidade. Esses blocos recreativos não funcionavam de qualquer maneira ou eram livres para fazer o que quisessem. Pelo contrário, o aparelho repressor da chefatura de polícia estava sempre de olho para tentar coibir qualquer tipo de manifestação mais acalorada por parte dos membros desses grupos. As notas divulgadas sobre o bloco eram quase todas veiculadas pelo Jornal do Comércio por virtude de ser convidado pela direção do bloco para participar das noites dançantes. Em 1927 é divulgado que ocorreria um baile dançante na sede da União Operária Amazonense em que constava nas comissões diversas da festa o nome de nomes que no futuro fariam parte do bloco,

dentre eles o nome de Adalgiso Santos, um carpinteiro negro que possivelmente migrou do Maranhão para o Amazonas nos anos iniciais do século XX.

Redes de sociabilidade num meio rural baiano

Antonio Hertes Gomes de Santana
hertes_historiabahia@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação tem como principal objetivo discutir as relações sociais estabelecidas entre diferentes grupos no contexto da Lei de Terras de 1858, na região de Alagoinhas, Bahia, marcada pela dependência (de grande parcela da população) do poder dos coronéis. Num período marcado por transformações importantes no mundo do trabalho, com a diminuição da mão de obra escrava e com o processo de mercantilização da terra, diversos conflitos no campo ocorriam como uma necessidade de legitimação da posse da propriedade rural ou dos bens nela existentes. Apesar da frequência desses conflitos na região, é notório as negociações de pequenos produtores, posseiros com os grandes proprietários, visando uma possível facilitação desse processo de legitimação da propriedade privada. Analisando os registros eclesiásticos de terras, produzidos a partir da recomendação da lei, bem como outras fontes documentais, observamos que prevaleceu a confirmação, por parte dos vizinhos (ou confrontantes), dos devidos limites entre as propriedades, um dos passos mais importantes para se validar o registro. Nesse contexto, aparece a figura do proprietário abastado Manoel Pinto da Rocha, um dos mais influentes politicamente na região. Partimos do pressuposto de que a partir de Manoel, uma das redes de sociabilidade foi formada visando a diminuição de conflitos e conseqüentemente o aumento de negociações para posse de terras. Manoel aparece, nos registros, como o confrontante mais citado, fato que o torna importante nos nossos estudos.

Formação de professores e o fortalecimento da identidade campesina

Wellison da Silva Rocha
welisonrocha10@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade, Camponês, Educação

Na presente comunicação discutiremos sobre a formação de professores dentro do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Para tanto, trabalharemos com o contexto da criação e a implantação desse curso na Universidade Federal do Tocantins no município de Arraias. A metodologia para essa pesquisa será através pesquisa bibliográfica e a História Oral. A pesquisa será realizada com os alunos da primeira turma do curso de 2014, os quais se encontram hoje no 8º período. É sabido que para ameniza a grande deficiência na formação dos docentes, o Governo Federal elaborou programas vinculados à formação de professores, onde propõe um desenvolvimento para que o docente que atua no campo tenha mais capacidades formativas. Nesse sentido, trataremos sobre os benefícios que o curso trouxe para as pessoas que já tinham uma atividade direta com a docência no campo, pois de acordo com os dados recolhidos durante a pesquisa podemos perceber a grande deficiência na formação dos professores que estão dentro das salas de aula. Veremos, também, o quanto a formação de professores para o campo aborda as questões características da identidade do campo. Sendo assim, essa pesquisa tem o objetivo de dar voz aos alunos do curso, onde os mesmos podem falar sobre suas experiências, vivências e projetos futuros.

A historicidade da Folia de Reis na identidade cultural do homem do campo

Gleis Steliane Fernandes da Silva
gleis_steliane@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade, Identidade cultural, Oralidades

Na presente pesquisa apresentaremos a Folia de Reis como parte da cultura material da comunidade campesina pertencente ao município de Monte Alegre de Goiás. A Folia de Reis é uma festa popular católica, a qual é realizada entre o período do Natal até o dia 6 de janeiro (dia de Reis). Nessa festa popular, grupos organizados de pessoas saem pelas ruas da cidade, visitando as casas, tocando músicas e entoando cânticos religiosos em homenagem aos reis magos e ao nascimento de Jesus. Alguns aspectos tradicionais da Folia de Reis foram trazidos para o Brasil no final do período colonial, provavelmente no começo do século XIX. Vale ressaltar que a Folia de Reis possui características particulares em cada região do Brasil. Na cidade em questão, a folia se inicia no dia 1º de janeiro com a saída da casa do encarregado do presente ano, e tem a sua “recolhida” na casa de uma senhora que faz agradecimentos por uma benção recebida. Para que possamos dar prosseguimento a esse estudo, partimos da perspectiva da História Oral, pois ela possibilita o registro da história de si e o contato com as vozes silenciadas pela história oficial. Consideramos que as oralidades são fundamentais para que possamos entender as interrelações entre os sujeitos e, entre eles e a religiosidades. Sendo uma das festas mais importantes da cultura popular religiosa dessa cidade, esse estudo torna-se um instrumento para a valorização da memória coletiva e da identidade cultural do sujeito do campo. Segundo Stuart Hall (2006, p.7), “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”. Partindo dessa perspectiva, percebemos ao longo dessa pesquisa que manter viva essa tradição torna-se extremamente relevante para esses sujeitos. Sendo assim é importante salientar que a História Oral é uma fonte riquíssima de conhecimento e de práticas culturais que permeiam a identidade cultural de determinados povos. Desta forma, essa pesquisa se torna relevante pois procura registrar as experiências culturais de determinada localidade.

Luta pela terra e oralidades: o processo de formação do assentamento Riacho Seco

Johnny Alves de Araújo
johnnyavlp@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade, história, assentamento

No presente estudo realizaremos uma pesquisa sobre a formação do Assentamento Riacho Seco, localizado no município de Divinópolis de Goiás. Nosso objetivo será dar voz as pessoas que participaram do processo de criação do referido Assentamento. Para tanto, partiremos da metodologia da História Oral, pois ela nos oferece as possibilidades de escutar as pessoas que participaram da organização dos Movimentos dos Trabalhadores sem Terra no estado de Goiás. Pretendemos com essa pesquisa construir a Memória Social dos primeiros habitantes do Assentamento. Esse trabalho está dividido em duas partes: a primeira refere-se a História oficial do assentamento, isto é, quando surgiu, quantos lotes iniciais, o processo junto ao Incra, qual o tamanho da propriedade que foi desapropriada, tamanho dos lotes; já a segunda parte será a pesquisa oral, onde nós vamos elaborar uma lista dos moradores mais antigos, homens e mulheres, assim como, os que participaram ativamente do processo de assentamento. Acreditamos que nossa pesquisa é de suma importância para a construção da História local e da História das lutas camponesas em Goiás. Nesse sentido, nossa pesquisa também contribuirá com o ensino de História e a construção de uma consciência histórica entre as crianças que estudam na escola localizada no interior do assentamento. Esse processo de investigação contribui para a percepção das identidades dos habitantes locais. Sendo assim, conhecer sua própria história e reconhecer os sujeitos construtores da história e, ao mesmo tempo, compreender o processo construtivo da sua comunidade.

Os Comunistas vão à tribo: O PCB e o Caboclo Marcellino

Marcelo da Silva Lins
marceloslins@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Comunistas, Índios, Caboclo Marcellino

Esse artigo trata de como os comunistas brasileiros tratavam a questão indígena até a década de 1930 e uma das poucas experiências de ação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no meio indígena, ocorrido em Olivença, município de Ilhéus na Bahia. São raras as formulações ou ainda relatos que demonstrem o envolvimento dos comunistas do Brasil em atividades no meio indígena na década de 1930. O Bureau Sul Americano da IC apontou as debilidades do Partido, em documento onde apontou a falta de atenção dos comunistas brasileiros com relação aos índios e negros. Seguindo essas orientações do BSA, um dos raros momentos em que o PCB se manifestou com relação a tais questões foi durante a realização da sua 1ª Conferência Nacional, em junho de 1934, quando um dos temas colocados em discussão foi o problema dos “negros e índios escravizados!” Nessa ocasião o PCB convocou a todos para a luta, fez referência à dupla exploração, “como classe e como nacionalidades escravizadas” e ainda que tal exploração se fundamentava no conceito de “raças inferiores”. A partir da constatação da exploração sofrida pelos índios e negros, convocou-os para a luta pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, pela devolução das terras indígenas e, acreditava serem estes “nacionalidades escravizadas” e, por isso, deveriam se organizar para lutar pela constituição de governos próprios, separados dos governos federal e estaduais como o caminho pelo qual poderiam se desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios. Seguindo a linha que preconizava a Revolução imediata e a crença no potencial revolucionário dos camponeses e especialmente dos cangaceiros, os comunistas de Ilhéus, no sul da Bahia, procuraram os indígenas e sua principal liderança, o Caboclo Marcellino, acreditando no seu potencial revolucionário. É desse período (1934-1935) também as formulações do PCB sobre o cangaço e o desencadeamento das guerrilhas no campo, e acreditamos que tenha sido em função dessa compreensão relativa às guerrilhas, que os comunistas de Ilhéus procuraram o Caboclo Marcellino, uma vez que este era visto pelos que lhe defendiam como um sujeito que enfrentava os fazendeiros frente a expropriação das terras indígenas, e pelos seus adversários como um “bandido”, “famigerado criminoso”, “Lampião Mirim”, ou ainda “o homem que se fez bugre”.

O corpo, a estética e a moda nos movimentos negros no Rio de Janeiro

Camila Neves Figueiredo
camilanfigueiredo@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Moda, Estética, Movimento Negro, Corpo

A criação e fortalecimento de movimentos negros que lutam pela igualdade racial, pela afirmação da identidade negra e sua efervescência entre as décadas de 1960 e 1980, nos convida a pensar em suas lutas políticas e sociais, em seus objetivos e pautas. Em um viés pouco usual, observamos que a moda e a estética recebem, na maioria das vezes, um lugar importante na constituição e atuação de movimentos. No caso de movimentos negros, se colocam como questionamento aos padrões de beleza hegemônicos, que refletem uma imagem eurocêntrica como ideal de beleza. Com isso em mente, pretendemos com este trabalho investigar, através das representações dos movimentos sociais negros de cunho identitário na cidade do Rio de Janeiro, o lugar ocupado pelo vestuário, pela estética e pelo corpo na ação política desses movimentos e na afirmação da identidade negra. A partir de representações veiculadas na imprensa escrita, com fotografias e depoimentos dos participantes, buscaremos pensar historicamente o papel de tais elementos nos movimentos negros e, através dessa análise, entender o lugar que ocupam na afirmação da identidade negra.

Terra, trabalho e mobilidade indígena nas fronteiras do Leste mineiro

Romilda Oliveira Alves
romildahis@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho compulsório indígena, Terras indígenas, Aldeamentos, Conflitos fundiários, Mobilidade indígena

O objetivo desta comunicação é estudar o processo de conquista e civilização indígena nos territórios situados entre os limites dos rios Doce, Pomba e Paraíba, na primeira metade do século XIX. O interesse principal é analisar as relações que se estabeleceram entre apropriação territorial e trabalho compulsório dos índios nos aldeamentos e demais espaços da Zona da Mata mineira e Vale do Rio Doce, abordando a agência indígena como elemento fundamental para compreender a expansão das fronteiras e a dinâmica da produção mercantil de alimentos. Na perspectiva dos estudos de Maria Celestino de Almeida (2003), que utiliza o conceito de Steve Stern denominado “resistência adaptativa”, busca-se demonstrar que a integração dos nativos nos aldeamentos e unidades produtivas das localidades em estudo possibilitou que eles alcançassem porções de terras, ferramentas agrárias, proteção contra os inimigos, instrução escolar e cristã e aprendizagem de ofícios mecânicos. Ademais, a pesquisa pretende analisar as fugas temporárias e permanentes dos aldeamentos como mecanismos de sobrevivência física e cultural dos índios, que agiram por escolha própria ou com algum incentivo dos fazendeiros para integrá-los em suas unidades produtivas como trabalhadores compulsórios. Essa mobilidade espacial expressava as estratégias criativas, autonomia e liberdade dos indígenas, mesmo que limitadas, em busca de meios para escapar das epidemias e encontrar melhores formas de viver. Por meio de documentos cartorários e administrativos tais como ações cíveis, registros de compra e venda de terras, petições, requerimentos, relatórios e correspondências serão analisadas a participação ativa dos índios em atividades ligadas à agricultura, serviços públicos e comércio, bem como a dinâmica fundiária e os conflitos sociais. Por fim, a proposta é discutir que o caminho para a “civilização” indígena no século XIX esteve intimamente atrelado ao “mundo” do trabalho e à questão da terra.

Nobres índios: a trajetória da família indígena Mataroã no Brasil Colonial

David Barbuda G. de M. Ferreira
barbuda.david@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Índios, Colônia, São Francisco

A presente comunicação visa analisar a trajetória dos principais indígenas da família Mataroã que durante mais de 50 anos ocuparam cargos administrativos e militares nos sertões do Império Português, especialmente na região do Rio São Francisco, nas Capitanias da Bahia e Pernambuco. Esses índios receberam em retribuição aos seus serviços muitas mercês e benesses da Coroa Portuguesa, tendo ocupado, inclusive, um cargo de governador que dava a eles autoridade sobre os outros sujeitos indígenas na região. O título de "Governador dos índios do Cabelo Corredio do Rio São Francisco de Baixo e de Cima" criado na segunda metade do século XVII, esteve sob o domínio da família Mataroã e foi oficialmente exercido por Francisco Dias Mataroã, Jorge Dias de Carvalho Mataroã entre os anos de 1680 e 1733. Tais índios ficaram conhecidos pelos seus feitos nas campanhas contra os "tapuias", considerados inimigos dos portugueses no Piauí, durante as chamadas "Guerras dos Bárbaros" e também pelo auxílio dado à coroa na expulsão dos holandeses na restauração de Pernambuco. Eram índios da nação dos "Porcaze", naturais do "certão de Rodelas" e segundo o Fr. Domingos do Loreto Couto, lutaram ao lado dos portugueses "havendo deixado celebre o seu nome em todo Brazil por triunfar sempre a sua espada contra os inimigos do estado, e as suas heroicas ações merecerão ser remuneradas com duas tenças pela Augusta Majestade do Fidelíssimo Rey D. João V". O cargo de Governador dos Índios do São Francisco parece ter sido exercido concomitantemente ao de Governador dos Índios de Pernambuco, que esteve sob o domínio dos indígenas das famílias Camarão e Arcoverde. A jurisdição do referido cargo provavelmente estava restrita ao rio São Francisco e os governadores Francisco e Jorge Mataroã estavam submetidos à autoridade dos governadores dos índios de Pernambuco. Contudo, sua atuação na região do São Francisco foi reconhecida a ponto de eles terem sido deslocados para diversas outras regiões da colônia com o objetivo de efetivar o domínio português. Pouco se escreveu sobre esses sujeitos e conclusões mais gerais sobre eles ainda não são possíveis de se fazer, contudo, o que realmente nos interessa no âmbito desse trabalho é analisar a trajetória desses índios e demonstrar o quanto eles adquiriram conhecimento da estrutura política

e cultural portuguesa e como isso possibilitou uma maior inserção desses sujeitos no mundo colonial.

Representações do negro no livro didático do 5º ano em Belém-PA

Priscila Cristina Martins Assunção
priscilamartinsassuncao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, Livro didático, Negro

A Lei 10639/03 que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira traz o debate sobre a forma que conteúdos relacionados, por exemplo, à escravidão e a abolição no Brasil, têm sido abordados nos livros didáticos da disciplina de História. Nesse sentido, tomamos como foco o tema da escravidão e da abolição da escravatura para investigar como se dá a abordagem desses conteúdos em livros didáticos de História das séries iniciais, se os livros reforçam ou desconstroem os estereótipos relacionados aos negros. Dessa forma, utilizamos como fontes livros que são utilizados em turmas de 4º e 5º ano da Escola Estadual Benedito Chaves Mendes Seara, de Belém-PA, como: *Amazônia legal: História e Geografia, 4ºano /5ºano: Volume único*, dos autores Bianca Amaral e Domingos Ferreira, da editora: FTD, do ano de 2014; e o outro do Projeto Coopera destinado para o 5º ano, dos autores Elian Alabi Lucci e Anselmo Lazaro Branco, da editora Saraiva ano 2014. Diante disso venho analisar a desconstrução dos estereótipos enraizados na nossa sociedade através do livro didático. Segundo Carla Pinsky (2004), embora as interpretações historiográficas se sucedam no tempo, percebe-se que as mais recentes conservam diversos conteúdos das anteriores, alguns são vitalizados por releituras, outros permanecem cristalizados na produção de grupos resistentes às novas ideias. Assim, cabe analisar se estes livros estão contribuindo para a aplicabilidade da lei 10639/03, de reconhecer o negro como agente histórico importante para a história do Brasil. Este trabalho faz parte do projeto de iniciação científica intitulado “A História Regional na sala de aula: produção e usos de livros (para)didáticos de História da Amazônia no início do século XXI”, com o apoio financeiro da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA).

O projeto "Mãe Domingas: educação pelas águas do Rio Sabará" e o resgate histórico de Domingas Moreira dos Santos

Ivangilda Bispo dos Santos
ivangildabs@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Domingas Moreira dos Santos, Projeto *Mãe Domingas*, Representatividade

Em 1805, morreu Domingas Moreira dos Santos, crioula forra, mãe solteira e moradora da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Alguns anos depois uma ponte desta localidade recebeu o seu nome, provavelmente como fruto de alguma homenagem ou proximidade com a sua residência. Recentemente, algumas instituições – entre elas o grupo de pesquisa Polis e Mnemosine, o Museu do Ouro/IBRAM e a UFMG – iniciaram o projeto de extensão Mãe Domingas: educação pelas águas do Rio Sabará. Esta iniciativa consiste na conscientização do uso da água e da preservação do rio, e seu entorno, por meio da vivência de várias mulheres que atuaram como lavadeiras no rio Sabará e nas fontes localizadas no bairro Pompeu. Este trabalho tem como objetivo apresentar as informações identificadas até o momento sobre Domingas Moreira, juntamente com o contexto local da época, e demonstrar a relevância do seu resgate histórico como elemento de valorização da mulher como agente social. Para isso, utilizaremos como ponto de partida o inventário deixado por ela e notícias jornalísticas sobre a ponte. Além da divulgação do projeto, que está mobilizando ações no âmbito comunitário e acadêmico, pretendemos contribuir com as discussões que compreendem a relação entre a construção histórica, a educação ambiental e a mulher como agente de mudança comunitária.

Nuestra Raza: cultura, resistência e intelectualidade afro-uruguaia

Jessica Gonçalves Santomauro
jsantomauro@live.com

PALAVRAS-CHAVES: Afro-uruguaios, periódicos, intelectualidade

Entre os anos de 1933 e 1948, uma revista feita por intelectuais afro-uruguaios denominada *Nuestra Raza*, lutou pela inserção cultural, política e intelectual dos negros na sociedade uruguaia. O periódico contrariava o discurso estabelecido de uma nação majoritariamente branco-europeia que se construiu por tanto tempo. Essa construção começou a crescer em meados do século XIX com a modernização do país, e se consolidou, principalmente, com a comemoração do Centenário de Independência da nação em 1930. Gerardo Caetano, grande historiador uruguaio, analisa que o mítico Centenário foi um período de extrema importância para a consolidação dos modelos de nação e cidadania que até hoje podem ser vistos na sociedade uruguaia. “El libro del Centenario del Uruguay”, uma publicação semioficial patrocinada pelo Ministerio de Instrucción Pública, em 1929, expressava que o “tipo nacional” era – dentre outros adjetivos – de raça branca em quase sua totalidade, o que implicaria em uma “superioridade” uruguaia sobre outros países da América cuja população era composta por índios, mestiços, negros, “mulatos”. Dentro desse cenário de negação da presença afro-uruguaia, a revista *Nuestra Raza*, transitando entre o social, político e cultural, buscava um diálogo em contraposição ao discurso empregado. Foi fundada na cidade de San Carlos pelos irmãos Barrios, em 1917, mas teve um curto período de duração, parando de circular no mesmo ano. Foi retomada por Pilar Barrios após um intervalo de dezesseis anos, em 1933, dessa vez, em Montevideú, local onde ocorriam as principais manifestações políticas e culturais do país, e mantendo sua circulação mensal até o seu término, em 1948. O enfoque desse trabalho da-se, principalmente, em sua segunda fase. Nessa, o envolvimento dos grupos de intelectuais negros é muito maior. Além disso, a revista impulsiona o desenvolvimento do “Partido Autóctono Negro” (PAN) um dos três primeiros partidos políticos negros criados na América Latina durante o período. *Nuestra Raza* era a tentativa dos afro-uruguaios de ter voz política e permitir que eles definissem uma noção de imaginário coletivo para a sociedade. A revista foi o berço do PAN e um dos mais importantes centros de pensamento e luta de uma comunidade que buscava uma realidade distinta daquela em que viviam. A criação de uma revista afro-uruguaia no contexto descrito,

pensando no espaço ocupado pelos negros nas camadas sociais, é mais do que uma produção cultural: é um ato político.

ST 26 - História da África e seu ensino no Brasil

Cintia Mary de Oliveira
cintia_mary@hotmail.com
Mestranda em História
UFMG

Felipe Silveira de Oliveira Malacco
fmalacco@hotmail.com
Doutorando em História
UFMG

Lorena Dias Martins
lorenadiasmartins@gmail.com
Mestranda em História
UFMG

Proposta do Simpósio

Este simpósio tem como proposta a continuidade do diálogo entre pesquisadores dedicados ao estudo da História da África e/ou seu ensino no Brasil, iniciado neste evento em 2013. Procuraremos promover e renovar o intercâmbio de visões e recortes distintos ou complementares de temáticas e metodologias dos estudos africanistas, cujo maior crescimento se deu no país nos últimos anos e que, na Universidade Federal de Minas Gerais, encontram-se num processo de desenvolvimento promissor. Após mais de uma década da criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e dos africanos na educação básica, tempo no qual os esforços de se construir uma narrativa histórica por um prisma africanista e não eurocêntrico se multiplicaram nas universidades, pareceu-nos premente a manutenção de uma mesa de debate acerca do tema no EPHIS. A proposta é garantir e perenizar a existência de espaços de troca e diálogo dedicados ao tema da presença dos africanos na construção da história como atores e autores. Entendemos que o crescimento da importância da

área na graduação e pós-graduação em História deve ser parte central da discussão, pois representa dimensão direta da relação entre produção científica e acadêmica e o mundo social. Por se tratar de um campo em formação, cuja expansão encontra-se vinculada à lenta modificação das instituições de ensino superior e básico de todo o país, este simpósio possui propositalmente ampla receptividade de comunicações. Gostaríamos de mantê-lo como um simpósio temático plural, que inclua trabalhos sobre diferentes recortes cronológicos e geográficos e uma esforços de pesquisadores que queiram compreender as culturas africanas em sua historicidade. Propomos, assim, a reunião de variados marcos cronológicos e objetos de pesquisa desenvolvidos em torno da História da África, bem como de seu ensino. Espera-se que diferentes perspectivas temáticas e teórico-metodológicas possam ser incluídas nas discussões a se desenvolverem. Almejamos, por fim, dar continuidade neste VII EPHIS a um simpósio cujo foco central é a História africana, estabelecendo-se um espaço importante de abertura dos campos e dos olhares a perspectivas interdisciplinares, promovendo e afirmando a temática na pesquisa em história na UFMG. Palavras-chave: História da África, ensino de História da África, estudos africanistas.

Comunicações

Alternativa Socialista no Discurso de Kwame Nkrumah e Amílcar Cabral

Felipe Silveira de Oliveira Malacco
fmalacco@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Kwame Nkrumah foi um intelectual e estadista ganense. Nascido em 1909, estudou nos Estados Unidos, onde se graduou em filosofia e obteve mestrado em educação e em filosofia no ano seguinte. Em 1947 retornou à Costa do Ouro. Em Gana, criou o Convention People Party, partido que foi aclamado com a maioria das cadeiras nas eleições coloniais parlamentares de 1951. Ascendendo ao poder, Nkrumah proclamou a independência administrativa de Gana em 6 de março de 1957. Em fevereiro de 1966, enquanto estava em uma visita diplomática ao Vietnã do Norte, seu governo foi derrubado por um golpe militar apoiado pela CIA. Nkrumah nunca voltou a Gana, tendo ido viver na Guiné Conacri, tendo falecido em 1972. Por sua vez, Amílcar Cabral, foi um revolucionário e estadista com atuação em Guiné Bissau e em Cabo Verde. Filho de pais cabo-verdianos, nasceu em 1924 em Bafatá, na Guiné Bissau. Quando completou oito anos, sua família retornou a Cabo Verde, estabelecendo-se em Santiago, onde completou o ensino primário e secundário. Em 1945, após ter conseguido uma bolsa de estudos, ingressou no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. Graduou-se em 1950 e regressou a Bissau em 1952, contratado como adjunto pelo Ministério do Ultramar, para atuar no Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Três anos depois participou da Conferência de Bandung, onde tomou conhecimento das redes de solidariedade que estavam sendo formadas para a libertação afro-asiática. Em 1959 foi um dos fundadores do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde. Em 23 de janeiro de 1963 o PAIGC iniciou a luta armada contra a metrópole. Em 1973 Cabral foi assassinado em Conacri, com provável participação da polícia política portuguesa. Como se percebe por essa breve exposição biográfica, Cabral e Nkrumah foram destacados agentes das independências africanas. Lutaram contra a influência estrangeira no continente africano que, através de um assassinato e de um golpe de Estado, colocaram fim a ação política direta de ambos. Tendo vivido em contextos semelhantes, dentre as várias aproximações possíveis no pensamento dos os autores, encontra-se a posição discursiva da construção do nascente Estado nacional em uma perspectiva política

socialista. A comunicação em tela visará explicitar quais as bases teóricas utilizadas na construção desse discurso, bem como os motivos explicitados pelos dois estadistas para chegarem à essa conclusão.

O debate sobre os impactos demográficos do tráfico na África Centro-Occidental

Carolina Perpétuo Corrêa
carolperpetuocorrea@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O artigo examina como a historiografia respondeu às questões fundamentais relacionadas ao comércio de escravos e a seus impactos na África Centro-Occidental, especialmente no século XIX. Tentaremos ainda, com base no estado atual do conhecimento, estabelecer alguns pontos mais pacíficos quanto à demografia do tráfico na região. Para melhor organizar a exposição, separamos os principais temas tratados pela historiografia em três tópicos: (1) volume dos embarques; (2) o impacto do comércio de escravos no crescimento e na estrutura etária e sexual das populações das regiões envolvidas e no peso dos escravos domésticos nelas existentes; (3) a fronteira da escravização. O artigo combina o exame dos principais trabalhos sobre essas questões complexas e imbricadas com o exame de alguns dados quantitativos colhidos em fontes da época e oriundos do "Voyages: the transatlantic slave trade database".

A política de deportação dos libertos para África: os casos do Brasil e dos EUA

Tainá Elis Santos de Souza
taina.elis@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: emigração; África; Brasil; Estados Unidos.

Antes mesmo da organização completa da American Colonization Society (ACS), em 1817 e dos primeiros colonos, em 1822, uma parcela negros livres, abolicionistas e forros já começaram a se expressar publicamente contra a colonização na Libéria. Eles acusavam a participação de escravistas na Associação e defendiam que a emigração reafirmava a desigualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Para alguns abolicionistas, o movimento de colonização na África era na verdade uma forma de expatriação dos negros, retirando-os do lugar que nasceram e conheceram a vida toda e levando-os para um lugar desconhecido e hostil (MEHLINGER, 1916). Entre 1850 e 1853, o cônsul Hermenegildo Frederico Niterói foi enviado para uma missão na Libéria a fim de fazer um tratado diplomático para o recebimento dos africanos libertos que estavam no Brasil. Esse projeto imperial de deportação dos africanos libertos, concebido logo após a Revolta dos Malês, em 1835, inicialmente tentou negociar o estabelecimento de uma colônia brasileira na África. As mudanças legislativas pós-1835 permitiram o estabelecimento da pena de deportação para os africanos libertos que participaram da Revolta dos Malês e isso foi crucial para a formação dessa política de deportação baseada na concepção de que os africanos libertos eram estrangeiros dentro do território imperial brasileiro (CUNHA, 1985). Este trabalho analisa como a situação de apatridia dos negros libertos, tanto nos EUA, quanto no Brasil, os colocam em um situação de vulnerabilidade social e jurídica que acaba os obrigando a emigrar para África.

BIBLIOGRAFIA
CUNHA, Manuela C. da. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.
MEHLINGER Louis R. The Attitude of the Free Negro Toward African Colonization. *The Journal of Negro History*, Vol. 1, No. 3, 1916, p. 276- 277.
REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835 - Edição revista e ampliada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
ZUBERI, Tukufu. *Swing Low, Sweet Chariot: The Mortality Cost of Colonizing Liberia in the Nineteenth-Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1995

Pelo fim do colonialismo em Moçambique: projetos nacionalistas em disputa

Cintia Mary de Oliveira
cintia_mary@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique; Nacionalismo; Descolonização; FRELIMO.

As narrativas oficiais apontam que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi criada em 1962 como uma frente única, a partir da fusão dos três partidos nacionalistas existentes até então: a Mozambique African National Union (MANU), a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). Deste modo, a criação da FRELIMO teria sido acompanhada pelo fim dos demais grupos nacionalistas, o que corroborou com a ideia de que a frente seria a única guia do povo moçambicano a caminho da libertação nacional. Trabalhos tem questionado esta visão nas últimas décadas, indicando que a FRELIMO assumiu uma posição triunfalista em relação à narrativa histórica sobre a independência. Nessa narrativa, o partido é eternamente visto como vitorioso, e sua história é confundida com a história de Moçambique. Na verdade, o contexto político nacionalista moçambicano teria sido muito mais complexo do que é indicado pela narrativa oficial, com vários projetos políticos em disputa e a atuação de protagonistas que só recentemente tem ganhado mais visibilidade. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo discutir o contexto de luta pela independência em Moçambique, tendo como enfoque a atuação de diferentes grupos nacionalistas e seus interesses. Pretende-se refletir sobre como a atuação da FRELIMO foi evidenciada em detrimento da de outros grupos, bem como quais os motivos que a levaram ao sucesso e à ascensão ao poder em 1975.

A repercussão da atuação da Companhia do Niassa no jornal Notícias – 1926-1929

Lorena Dias Martins
lorenadiasmartins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique, Companhia do Niassa, Jornal Notícias.

Esta comunicação possui o objetivo de analisar como a Companhia do Niassa, empresa concessionária que atuou na região norte da colônia de Moçambique entre 1891 e 1929, e a sua atuação foram representadas no jornal Notícias durante os anos de 1926 e 1929, período em que a oposição contra a presença das companhias concessionárias nos territórios de Moçambique, principalmente a do Niassa, se intensificou. Para isso, utilizamos como fonte o jornal Notícias, periódico diário que circulou entre 1926 a 1975. No entanto, nossa análise se limitará aos anos de 1926 a 1929, últimos anos da concessão da Companhia, por acreditarmos que foi nesse período que o jornal manifestou-se mais intensamente contra a soberania da Companhia e sua forma de administração.

"African Writers Series" e "Coleção Autores Africanos" em perspectiva comparada.

Giovanni Garcia Mannarino
ggmannarino@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A African Writers Series (AWS) foi uma criação da Heinemann Educational Books que, comandada por Alan Hill e Van Milne, publicou, entre 1962 e 1984, 270 livros de autores africanos entre romances, poesia, peças teatrais e biografias. Convidado para trabalhar como consultor editorial da série, o escritor nigeriano Chinua Achebe – autor do já aclamado ‘O Mundo se Despedaça’ (1958) – atuou como um ímã que atraiu autores para a coleção, contribuindo para criar uma espécie de cânone da literatura africana no período pós-independências. Já a Coleção Autores Africanos (CAA) foi lançada, pela Editora Ática, em 1979 e publicou no Brasil 27 livros até ser encerrada no ano de 1991. Foi conduzida em uma parceria entre o dono da editora, Anderson Fernandes Dias, e o professor da USP, Fernando Mourão. Entre as obras lançadas estão desde a literatura oral africana até a literatura pós-colonial, abarcando autores de diversos países do continente, mas com uma grande ênfase nos de língua portuguesa. Entre os objetivos dos organizadores estava a construção um ‘mapa literário’ do continente africano a partir das publicações. Este trabalho tem como proposta fazer uma análise comparada entre a AWS e CAA. Veremos as semelhanças e diferenças entre os dois projetos editoriais; como a escolha de editores - que eram acadêmicos - influenciou o rumo dos projetos; os pontos em comum em relação à seleção dos títulos que seriam publicados, etc. Nosso argumento é que ambas foram responsáveis pela divulgação da literatura produzida no continente africano e pela consolidação deste tipo de produção no mercado editorial de seus países. Argumentamos também que há fortes indícios, a partir da análise da escolha dos títulos, que a AWS tenha influenciado a CAA.

“O povo da caravana”: agentes sociais do comércio sertanejo no Bié (séc. XIX)

Ivan Sicca Gonçalves
ivansiccag@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Angola Colonial; Comércio Lícito; Caravanas de Longa Distância.

Um dos eventos mais importantes para a história de Angola no século XIX foi a proibição legal do tráfico atlântico de escravos em 1836. Mesmo com a continuidade de um intenso contrabando de escravos para as Américas nos anos que se seguiram à proibição, a necessidade de mudança na pauta de exportação abriu espaço para o crescimento da venda de gêneros coloniais, demandados de forma crescente pelos países industrializados. Apesar da metrópole ter planejado inicialmente expandir a agricultura na região, os principais produtos exportados em Angola no século XIX, com a exceção do café, tinham suas produções dominadas pelas chefias africanas do interior do continente. Para a viabilidade desse comércio de longa distância ligando o interior ao litoral, entre as décadas de 1840 e 1860 os comerciantes sertanejos residentes no reino do Bié foram importantes agentes comerciais que organizavam caravanas de carregadores centro-africanos, estabelecendo intensos fluxos que abasteciam o porto de Benguela com marfim, cera e goma-copal. Os sertanejos do Bié, comerciantes de diversas origens sociais e geográficas, residiam e transitavam em regiões distantes da ocupação colonial portuguesa, sendo obrigados a lidar com as lógicas e normas das sociedades africanas para permitir o funcionamento do comércio. Esses esforços consistiam tanto em uma hábil capacidade diplomática em negociar a passagem segura pelos sobados do interior, quanto na negociação constante necessária para recrutar e manter as centenas de trabalhadores africanos que os acompanhavam durante as viagens. Por fim, esse comércio só era possível graças a um complexo sistema de crédito no qual os sertanejos eram contratados pelas grandes casas comerciais de Benguela, que os provinham com um vultuoso investimento inicial, necessário para comprar produtos sob monopólio régio de chefias africanas como o marfim. Este trabalho procura analisar as tensões entre esses diversos atores sociais registradas nos relatos diários do comerciante António Francisco Ferreira da Silva Porto, um dos principais sertanejos do Bié. Seus cadernos possuem um conjunto de reflexões e descrições diárias sobre o cotidiano dessas viagens, apresentando os impasses que eram colocados para os chefes de caravana pelo tensionamento

constante de inúmeros agentes africanos cujas vozes foram pouco exploradas pela historiografia estudou a ascensão do “comércio lícito”.

Além da palavra escrita: acervos orais e imagéticos para História da Guiné

Clara Abrahão Leonardo Pereira
claraalpereira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O objetivo da comunicação proposta é enunciar acervos documentais que contenham relatos orais e fontes imagéticas africanas acerca da História da Guiné, especialmente entre os séculos XVI e XVII, apresentando exemplos selecionados que possibilitem pesquisas na área da história social e da cultura. Tal necessidade surgiu a partir da análise de pesquisas publicadas recentemente sobre a África Ocidental no período pós século XV, momento do alargamento dos contatos diretos entre europeus e africanos por meio das navegações ibéricas. Tais pesquisas exploram, em sua grande maioria, documentos administrativos oficiais, cartas missionárias, ou os chamados "relatos de viagem", o que, apesar de não configurar um problema, pode ser limitante para as pesquisas, já que esses documentos apresentam uma visão eurocêntrica, cristã e intolerante das práticas sociais e culturais africanas, e requerem leitura especialmente atenta caso o objetivo seja acessar a história africana. Assim, a comunicação se concentraria em três momentos principais: em primeiro lugar, analisar de forma quantitativa os principais tipos documentais utilizados em pesquisas sobre a África Ocidental entre os séculos XVI e XVII, demonstrando qual o mais utilizado, e propondo hipóteses que justifiquem os resultados obtidos; em segundo lugar, apresentar onde estão os acervos de fontes orais e imagéticas que possibilitem uma aproximação de uma narrativa propriamente africana para o mesmo local e período, indicando local e contato dos acervos para as pesquisas que aventem trabalhar com tais fontes; em terceiro lugar, apresentar qual a potencialidade desses fundos para a pesquisa sobre a Guiné, por meio de exemplos selecionados. Os três momentos serão permeados por discussões teóricas e historiográficas que embasarão a discussão, centradas especialmente na perspectiva africanista, que prevê, entre outros aspectos, a necessidade de pesquisas que apresentem perspectivas e narrativas africanas na construção da História da África.

Narrativas Oraís em comunidade remanescente de quilombo - Taquaral (MG)

Márcio Eurélio Rios de Carvalho
Eurelio2@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos, História Oral, História Pública.

O projeto tem por objetivo recuperar histórias de vida e a tradição oral de remanescentes de quilombolas da comunidade de Taquaral (Três Corações) que, juntamente com Muzambinho, Três Pontas e Alagoa, constituem territórios étnicos identificados e catalogados pelo CEDEFES como pertencentes à mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais. A pesquisa foi dividida, como prevista no Cronograma de Execução, em três etapas: leitura e análise de material teórico que desse suporte conceitual ao objeto investigado (tradição oral x história oral, memória e identidade), análise da historiografia que vincula a história oral no presente etnográfico com o passado histórico pós-Abolição destes grupos étnicos, e pesquisa empírica, que inclui preparação do roteiro de visitas e entrevistas, elaboração e execução das entrevistas e transcrição e análise dos depoimentos. Se as duas primeiras foram concluídas, a terceira, em curso, tem se voltado para as preliminares de um projeto de memória oral: visitas e reconhecimento do território étnico, e seleção dos depoentes. Temos acompanhado a metodologia da “Tecnologia Social da Memória” (Museu da Pessoa), que reúne “práticas, conceitos e princípios essenciais para que públicos diferenciados, com objetivos diversos, possam se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 12). Essa “tecnologia prioriza as histórias de vida como forma de construção da história de um grupo” (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 41) e tem servido como baliza principal do resgate das histórias de vida da comunidade étnica investigada. Cabe aos historiadores reconhecer as especificidades dessas comunidades quilombolas com relação aos mitos de origem, formas de apropriação das terras, tradições orais, condições sócio-geográficas, crenças e costumes, de modo a produzir fontes visuais e sonoras capazes de registrar as narrativas históricas (individuais e coletivas) e disponibilizá-las ao público.

“Tem uma lágrima no canto do olho”: política e cotidiano nas canções de Bonga.

Alexandre Reis dos Santos
reis.alexandre@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Africa, Música, Política.

O presente trabalho busca analisar de forma panorâmica a trajetória e parte do cancionário do músico angolano, Barceló de Carvalho, mais conhecido como Bonga. Este artista é um dos mais conhecidos e influentes no cenário musical angolano e africano. Usando principalmente suas canções como fonte da investigação, pretende-se lançar luz sobre alguns aspectos da história recente de Angola e se aproximar da experiência destes angolanos e angolanas que viveram os tempos da luta anticolonial e do Pós-independência. É possível identificar nas composições deste artista alguns temas recorrentes como e a valorização que faz dos costumes e tradições elencados por Bonga - e a luta política que o mesmo aderiu - como "genuinamente angolanos". Além disso, transparecem em algumas canções críticas aos rumos do país e ao cenário político daquela conjuntura. Outro objetivo do trabalho é compreender os significados políticos destas leituras do passado que Bonga empreende em algumas composições naquele contexto específico (Angola, 1970-2000).

Representações Sociais e Políticas Educacionais: A Lei10639/2003 em Sala de Aula

Gabriela Moncayo

gabrielamoncayo14@gmail.com

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

marinaportovieira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, professores, Lei 10.639/03.

Atendendo reivindicações de movimentos sociais, a Lei 10.639/03 foi aprovada como uma forma de tentar reverter os estereótipos ainda presentes na sociedade brasileira acerca da África e da cultura africana, bem como da própria cultura brasileira. A referida Lei visa atuar no cerne das representações sociais que foram reforçadas pelos movimentos de eugenia do início do século XX e que procuraram promover o branqueamento da população brasileira e que ainda encontram ecos de propagação. Munanga (2009) destaca a forma como a cultura africana se faz presente em nossa cultura. Ainda assim, persistem os estereótipos forjados no passado, que podem ser ilustrados pelas mais diversas situações, como nos mostram a mídia jornalística, o cinema, as artes, os livros didáticos, entre outros. Esta comunicação visa apresentar os resultados da pesquisa feita junto a professores de História, formados entre os anos de 2005 e 2014, pela UNISANTOS, na qual se procurou identificar qual a representação dos mesmos com relação à Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de África e cultura afro-brasileira e que práticas e recursos vem sendo utilizados pelos mesmos. O conceito de representação social foi entendido na forma proposta por Chartier (1988), como “classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real” (p.17). Assim, acredita-se que a forma como são percebidos os afrodescendentes e sua cultura é atravessada pelas representações sociais da sociedade. Tratou-se de uma pesquisa de Iniciação Científica, vinculada a um projeto mais amplo, Representações sociais e Políticas Educacionais, proposto pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos culturais. A intenção da referida lei foi, através da educação, mudar as representações sociais acerca desses temas, valorizando a contribuição dos povos africanos e sua cultura para a cultura brasileira. Foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa, com dez professores de História que lecionam em cidades da Baixada Santista. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, cujos conteúdos, transcritos e devidamente tratados, foram submetidos à análise de conteúdo, nos moldes sugeridos por Bardin

(2011). Os professores afirmaram ter sido importante a aprovação da lei, embora possamos relativizar isto a partir de outros dados, como as classes com as quais trabalham estes conteúdos e os procedimentos de ensino que utilizam.

A Escola Africana de Egiptologia: Dimensões, Abordagens e Domínios

Jorge Henrique Almeida de Jesus
rick_pitty@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Desde 2017 venho pesquisando sobre a Escola Africana de Egiptologia tendo em vista a elaboração de minha dissertação de mestrado, a ser defendida em 2019 perante o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). A criação da Escola Africana de Egiptologia tem como marco simbólico a publicação do livro "Nações negras e cultura" (1954) pelo egiptólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1923-1986). Essa obra assinala o início de uma abordagem inovadora da história da África como um todo e das antigas civilizações nilóticas em particular, a exemplo do Egito faraônico e da Núbia. Após Diop, egiptólogos e nubiólogos como Théophile Obenga (República do Congo), Aboubacry Moussa Lam (Senegal), Babacar Sall (Senegal) e muitos outros vem desenvolvendo as principais temáticas levantadas por Diop nos anos 1950 e aberto caminhos historiográficos novos. Sendo assim, com esta comunicação pretendo apresentar e problematizar as principais dimensões, abordagens e domínios historiográficos presentes na referida escola egiptológica. Como fontes primárias usarei as teses de doutorado e os livros publicados pelos egiptólogos africanos, bem como os artigos publicados na revista Ankh, criada em 1992 com o objetivo de divulgar os resultados das pesquisas da escola em questão.

O lugar da África na História do Brasil

Fernanda Miranda de Carvalho Torres
fernandamctorres@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Essa reflexão tem por objetivo compreender de que maneira a marca da história africana e o resgate de personagens e personalidades negras da história do Brasil, cuja importância e reconhecimento, enquanto agentes e atores históricos, tornaram-se possíveis a partir da instituição legal do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira, por meio da lei 10639/03, que tornou obrigatórios esses conteúdos. Além disso, discutir formas e estratégias de por essa narrativa em evidência no âmbito de orientações pedagógicas, epistemológicas e curriculares nacionais, calcadas em uma lógica eurocêntrica de constituição social e visão de mundo. Consideramos que esse seja um ponto fundamental, tendo em vista que apesar da força da lei, essa narrativa segue como um tema negligenciado nos materiais didáticos e salas de aula, indesejável para muitos docentes e para a sociedade, em geral, sobretudo, no que concerne ao tratamento das referências culturais de matriz africana, presentes na cultura brasileira. Nessa lógica, é importante problematizar sobre os modos de estruturação dos conteúdos e componentes da História da África, enquanto uma disciplina escolar, dentro dos parâmetros curriculares nacionais para as escolas brasileiras.

Embates discursivos: A FRELIMO e o projeto da nação moçambicana

Camila Lobato Rajão
camilarajao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: História de Moçambique, FRELIMO, nacionalismo moçambicano e literatura moçambicana.

A escrita e a literatura são manifestações políticas que definem e significam as divisões criadas dentro da partilha do sensível, conceito de Jacques Ranciere. Os discursos políticos oficiais da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique - abordados neste trabalho atuam no contexto social e histórico moçambicano das décadas de 1970 e 1980, estabelecendo o que faria parte do comum partilhado entre os cidadãos moçambicanos e o que estaria separado, excluído ou segregado deste comum que aqui entendemos ser a construção da nação e da identidade nacional moçambicana. Para além dos elementos em disputa da partilha, estes discursos versam ainda sobre quem poderia fazer parte e principalmente quem poderia falar em nome da nação moçambicana. Revelando ser a linguagem campo fértil essencial para o desenvolvimento de disputas políticas a respeito da conquista e manutenção do poder e da legitimidade dos porta-vozes de um grupo. O sensível que é partilhado, por sua vez, não se apresenta como unidade livre de ambiguidades, disputas e embates promovidos por diferentes forças dentro do espaço temporal-histórico a que se vincula. Em Moçambique, a FRELIMO sofre ao longo do período estudado diversas contestações e críticas a respeito da forma e conteúdo de seus discursos. Estas críticas aparecem em momento de cerceamento da liberdade política dos moçambicanos e de controle da oposição no contexto de guerra civil. Neste momento delicado, muitas das vozes dissonantes ao discurso oficial da FRELIMO encontram na literatura um campo propício para a abordagem de temas que até então não encontravam espaço para o debate político aberto no mundo social, como a obra Ualalapi, de Ungulani Ba Ka Khosa, que será analisada na pesquisa. Estes temas podem ser incorporados à literatura e ao seu estatuto ficcional, deslocando as verdades fixas do discurso histórico oficial da FRELIMO, possibilitando novas significações, novas possibilidades e novas histórias de pessoas e fatos até então excluídos do debate.

Virgem Margarida: Múltiplas Feminilidades da Mulher Moçambicana Pós Independência

Jacqueline Maia dos Santos
jacqueline.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O projeto da nova nação moçambicana proposto pelo governo pós-independência incluía a construção de um “homem-novo”, fora dos estereótipos e ideias colonialistas. A construção desta nova comunidade homogênea em Moçambique estava imbricada não apenas a uma transformação de ordem econômica, mas também no nível da personalidade individual, sendo necessário, na premissa deste projeto, um rompimento total com tudo representado pelo colonizador português, seus hábitos, culturas, mentalidades e comportamentos. O filme *Virgem Margarida* (2012) dirigido pelo cineasta brasileiro-moçambicano Licínio Azevedo volta à Moçambique de 1975 para narrar a história de um grupo de mulheres que por não se enquadrarem aos padrões do “homem-novo”, são capturadas na capital Maputo e encaminhadas ao interior do país para serem reeducadas e transformadas em “mulheres-novas”. Esses campos de reeducação realmente existiram, porém o filme oferece outra narrativa sobre esses fatos, sob a perspectiva das personagens femininas que foram submetidas a processos de violência e opressão ao longo de toda a história. A partir do entendimento de que o filme pretende fazer uma reflexão crítica sobre os acontecimentos históricos referidos, o presente trabalho o usa como ponto de partida para refletir sobre a atuação das mulheres no processo de independência e sobre possíveis contradições do projeto de nação moçambicana.

Emigração Cabo-Verdiana para o Brasil: segunda metade do século XX (1957-1972)

Gabriela Moncayo
gabrielamoncayo14@gmail.com

Leandro da Silva Alonso
leandro.alonso@unisantos.br

PALAVRAS-CHAVE:

Esta pesquisa visou à compreensão do significado que encontramos na ligação histórica entre Cabo Verde e o Brasil. Para além de territórios físicos, a análise fundamentada por meio do sentido deste movimento emigratório impactado nas pessoas que emigraram para o Brasil. Perceber este elo se faz necessário com base no volume de cabo-verdianos residentes no Brasil, 1.914 cidadãos (Censo de 2010). Mas não apenas em quantidades, e sim, sua colaboração cultural no Brasil, em vista das festividades aqui realizadas remetendo a terra natal, bem como suas participações sócio-políticas, com a atuação da Associação Cabo-Verdiana no Brasil. Qual a motivação para o cabo-verdiano emigrar ao Brasil entre 1957-1972? Qual é a sua representação desse momento histórico? O objetivo central é explorar e analisar as origens e motivações da emigração cabo-verdiana para o Brasil, este será definido com base nas respostas para objetivos secundários, por meio do entendimento histórico do contexto cultural e político de Cabo Verde de 1917-1975, bem como o contexto e significado da emigração para o cabo-verdiano, algo presente em sua concepção e estrutura social. A análise buscou conhecer mais profundamente, por meio da história oral, a representação de cinco cabo-verdianos residentes em Santos, construindo um entendimento do grupo. Verificou-se a história do trajeto da emigração, desde a vida em Cabo Verde, o caminho de chegada ao Brasil, sua recepção pela sociedade brasileira e santista, até sua vida construída em Santos. A História Cultural é o norte para a pesquisa, compreendendo como as representações sociais dos emigrantes analisados podem construir as percepções e motivações da emigração cabo-verdiana para o Brasil. O estudo bibliográfico compõe a pesquisa, e tem como referências básicas as seguintes obras: Os Filhos da Terra do Sol, Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez; A Diluição da África – Uma interpretação da saga indenitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial, Gabriel Frenardes; Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde, João Lopes Filho. Com apoio do Consulado Honorário de Portugal em Santos, foram

analisados os prontuários dos emigrantes entrevistados, a documentação como ligação entre referencial teórico e as entrevistas analisadas. O emigrante faz parte da cultura do país que o abriga, fazendo-se um cidadão ativo e modificando a cultura. O Brasil apresenta essa característica, abrigando muitas nacionalidades que constroem a sociedade brasileira.

Jogos didáticos no aprendizado da História Africana e Afrobrasileira

Renata Lopes
renatalopespinto01@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta comunicação tem como objetivo demonstrar dois jogos didáticos desenvolvidos para o ensino de cultura africana e afrobrasileira para os anos iniciais do ensino fundamental. Os jogos foram pensados e embasados no que tange a lei 10.639/2003, com o intuito de ensinar de maneira lúdica, desmistificando pensamentos culturalmente arraigados na cultura. Desta maneira, objetiva-se discutir assuntos do cotidiano dos alunos que podem ajudar a atenuar os preconceitos entre eles e de si próprio, conscientizando – os a respeito da autoaceitação e do respeito mútuo. As atividades foram desenvolvidas baseadas em mapas mentais realizados com alunos do sexto e sétimo ano, identificando deficiências de informação sobre a cultura brasileira de matriz africana, a África como continente, permanências e transformações dos costumes, entre outras referências deficitárias.

Memórias da Pós-Diáspora e sua Aplicação em Ações Educativas no Sul de Minas

Beatriz Souza Oliveira
biaoliver20166@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Memória e esquecimento; Memórias da Escravidão; Religiosidade afro-brasileira; Ações educativas para o patrimônio.

As atividades realizadas na 15ª Semana Nacional de Museus nos municípios de Baependi, Caxambu e Varginha tiveram como tema principal as histórias que foram silenciadas ou que sofreram uma tentativa de silenciamento ao longo do tempo. Nossas ações educativas tiveram como objetivo apresentar algumas das lembranças relacionadas às comunidades onde os alunos vivem, evidenciando o fato da ausência de contato com as memórias da escravidão remanescentes do seu próprio lugar de origem, ou até mesmo nem imaginavam que elas faziam e fazem parte do seu contexto. Narrar as vivências de vítimas da diáspora transatlântica, e mostrar que esses vestígios aconteceram em uma localidade e temporalidade muito próxima à deles foram os principais objetivos. Já durante a 6ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, promovemos ações envolvendo o município de Ibituruna, apresentando questões sobre a religiosidade popular envolvendo a devoção à Nossa Senhora do Rosário, contextualizando a capela, lugar onde acontecem os festejos de Reinado, e a escultura venerada pelos ternos de congadas, e assim mostrando a importância da preservação, manutenção e registro do patrimônio local utilizando o inventário. Em Campanha, organizamos uma oficina de ritmização de matriz afro-brasileira com pessoas da comunidade, alunos do ensino médio e da própria universidade, introduzindo os toques de tambor e as cantigas das congadas, do coco e do maracatu. Já as atividades que foram realizadas na 11ª Primavera Nacional de Museus (IBRAM) tiveram como objetivo mostrar à comunidade de Ibituruna a grandeza da sua religiosidade e de seu festejo, intensificando assim a importância da herança cultural deixada pela diáspora na região, desta maneira foi possível com que comunidade percebesse a importância da sua história. Abordamos também, o grande número de bens culturais roubados, mostrando a importância do inventário como ferramenta de registro e identificação de esculturas roubadas de igrejas mineiras. Com a totalidade destas ações educativas realizadas no ano de 2017 nesses cinco municípios, conseguimos atingir o número de 618 pessoas participantes.

Diversidade cultural: a reescrita da história do negro na sociedade contemporânea brasileira

Alexsander da Silva Oliveira
alex345silva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Brasileira, preconceito, ações afirmativas

Justificativa de trabalhar a lei 10639/2003 se deu através do artigo: 5 da Constituição Brasileira que diz " todos são iguais perante a lei". Porém a teoria é distinta da prática, pois ao fazermos uma reflexão do passado com influência no tempo presente, podemos notar o quanto os negros foram desprestigiados e ainda são em certos momentos a partir do preconceito enraizado na Cultura Brasileira. Para poder reparar essa dívida histórica com os negros surge a necessidade de criar a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 10639/2003 que tem como objetivo ensinar a cultura Afro-brasileira e Africana dentro das escolas para alunos do Ensino Fundamental e Médio. E a partir de meados de 2008 essa lei passa a ser resignificada e complementada com o ensino da cultura indígena. Outro fator que justifica reparar essa dívida histórica foi criar cotas nas Universidades Públicas criando meios dos negros se qualificarem dando-os melhores condições de proporcionar uma sociedade mais justa e democrática. Diante do respeito às diferenças é que surge a finalidade deste trabalho de criar um debate sadio e aberto, na qual podemos analisar o ponto de vista do outro, mostrando que não existe cultura superior a outra, que tanto a cultura africana indígena e europeia tem suas peculiaridades e seus valores.

ST 27 - História Intelectual em debate: teorias, metodologias e propostas de pesquisa

Simpósio Temático

Fabiúla Sevilha de Souza

fsevilhas@yahoo.com.br

Doutora em História

UFMG

Virgílio Coelho de Oliveira Junior

virgiliocoelhobh@gmail.com

Doutor em História

UFMG

Renan Siqueira Moraes

moraes.renan.s@gmail.com

Mestre em História

UERJ

Warley Alves Gomes

warleyalvesgomes@yahoo.com.br

Doutorando em História

UFMG

Cairo de Souza Barbosa

cairosbarbosa@gmail.com

Mestrando em História

PUC - Rio

Pedro Demenech

p_demenech@yahoo.com.br

Doutor em História

PUC – Rio

Proposta do Simpósio

O simpósio proposto insere-se no campo da História Intelectual que, nos últimos anos, consolidou-se como uma área relativamente autônoma, apresentando debates específicos e instigantes. Em diálogo constante com

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

uma diversidade que abrange História Política, História das Ideias, História Cultural, História dos Conceitos, contextualismo linguístico, História Social e História da Historiografia, a ideia é abrigar discussões que configuram, na atualidade, a agenda de pesquisas específica da História Intelectual em sua diversidade de perspectivas. A análise de objetos de pesquisa sob o prisma da História Intelectual permite também reflexões específicas, possibilitando novos olhares a respeito das relações entre tempo e espaço; entre a multiplicidade de temporalidades e as distintas regiões e/ou grupos políticos/sociais específicos às quais se relaciona; sobre os processos de modernização social, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, bem como dos distintos modernismos aos quais os intelectuais encontram-se profundamente intrincados. Portanto, são bem-vindas tanto propostas de cunho teórico-metodológico, que reflitam sobre a própria área, bem como pesquisas empíricas em andamento, isto é, trabalhos que abordem práticas e representações culturais/sociais/políticas; a construção e o uso de vocabulários específicos na atribuição de sentidos ao mundo sensível; a figura sociocultural do intelectual e sua participação na cena pública, especialmente no cenário brasileiro e latino-americano; a formação de redes nacionais, internacionais e transnacionais, a partir das quais se criam laços que permitem a circulação de ideias em diversos contextos; e os meios e mediações que conformam e dão vida aos discursos intelectuais ao longo do tempo.

Comunicações

Entre a cruz, o compasso e o sigma: Oscar Machado, as divergentes manifestações

Everton Fernando Pimenta
evertonpimenta@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Oscar Machado; Granbery; metodismo; integralismo; maçonaria

Considerando que a Ação Integralista Brasileira (AIB), experiência política de orientação fascista com existência legal no período compreendido entre 1932 e 1937, tenha se transformado no segundo maior partido de massas da história republicana brasileira, se verificou a existência de profundas divergências entre o plano teórico, ou seja, entre aquilo que era prescrito por seus principais ideólogos como uma desejada atuação de seus militantes e ao que, de fato, ocorria no seio de suas atividades políticas cotidianas. Por conseguinte, malgrado seu aparato doutrinário e sua estrutura de imprensa terem elencado como seus inimigos principais o comunismo, o liberalismo e a maçonaria, ao se reconhecer a presença de um profundo hiato entre o prescrito e o real, espaço que não se fazia atingível aos militantes integralistas situados na parte mais baixa de sua hierarquia, pretende-se discutir de que modo parte destes elementos se faziam presentes na AIB, uma vez que, ao invés de lhe trazer algum tipo de enfraquecimento, em alguns casos concorreram para o inverso disso. O caminho adotado para a efetivação de tais intentos é a abordagem de parte da trajetória de Oscar Machado, intelectual do instituto metodista Granbery e primeiro líder integralista da cidade de Juiz de Fora-MG que, concomitantemente à atuação nestas esferas, também foi membro da maçonaria. Assim, recorrendo-se à perspectiva biográfica e ao conceito de intelectual orgânico, ao cotejá-los com algumas das perspectivas oriundas das proposições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, acredita-se ser possível compreender como, sem embargo das interdições que o metodismo dirigiu ao integralismo brasileiro, proibindo que seus fiéis viessem a participar deste, Oscar Machado articulou estes elementos controversos, contribuindo sobremaneira para a consolidação do movimento político na cidade ao mesmo tempo em que ascendia no interior das instituições de ensino desta designação religiosa.

Modernidade, raça e nação. Discursos para um Brasil moderno no final do XIX

Renan Siqueira Moraes
moraes.renan.s@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual; mestiçagem; modernidade.

A tarefa de pensar o Brasil no final do século XIX estava imersa nas preocupações com as mudanças políticas e sociais oriundas da Abolição e da República, os dois eventos marcaram um momento da crise do Estado brasileiro. Os quinze anos que antecederam essas datas e os que sucederam assinalaram uma agitação da sociedade em diversos momentos e lugares, das revoltas escravas que se intensificavam desde meados da década de 1870 à Revolta da vacina em 1904 uma crise contínua aponta para um problema que começa a ganhar bastante relevância: o povo como uma massa anônima e desconhecida que perturbava a ordem. Era necessário compreender quem eram estes sujeitos que compunham o nacional, a tarefa de pensar a nação na década de 1890 estava imersa na definição da população. A miscigenação é, deste modo, parte de uma tônica permanente nas reflexões sobre a brasilidade: ser brasileiro é constituir-se mestiço – quando não no sangue, nas ideias, para remeter a Silvio Romero. Na década de 1890, esses intelectuais lançaram-se à leitura da miscigenação não apenas como elemento biológico, mas da ordem cultural e temporal.

Raça em Gilberto Freyre: aproximação a Ricardo Benzaquen

André Amud Botelho
andreamudbotelho@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento social no Brasil; raça; Gilberto Freyre; Ricardo Benzaquen.

A comunicação consistirá na apresentação de esforço reflexivo de aproximação aos principais livros e às trajetórias de Gilberto Freyre, sociólogo, antropólogo e escritor pernambucano, e de Ricardo Benzaquen, antropólogo e historiador carioca. Mais especificamente, o objetivo do trabalho é o de contextualizar as elaborações de Gilberto Freyre sobre a categoria raça reveladas em seu mais famoso livro – "Casa-grande & senzala", tendo como base teórica fundamental a seminal contribuição de Ricardo Benzaquen, sintetizada sobretudo em "Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30". Já na década de 1930, Gilberto Freyre fez uso peculiar da categoria "raça". Valorizou a experiência da miscigenação na formação social brasileira e, à sua maneira, posicionou o encontro das raças e as soluções a partir da mestiçagem no centro de suas análises. Seu esforço ganhou especial relevância ao destacar a riqueza do processo de mestiçagem para a compreensão do Brasil e as contribuições das raças na composição do sistema social brasileiro. Em razão de circunstâncias várias, sobre as quais refletiremos, a interpretação da obra de Freyre esteve embotada por décadas e o autor de fundamental passou a pouco lido ou pouco levado a sério por parte relevante da intelectualidade brasileira. O movimento de reabilitação da obra de Freyre e a reconfiguração dos seus sentidos encontraram em "Guerra e paz" de Ricardo Benzaquen seu clímax. Tangenciar a complexidade da trajetória de Gilberto Freyre faz mais sentido quando nos aproximamos do processo de reabilitação nos meios intelectuais brasileiros por que passou o autor especialmente a partir de meados da década de 1980. E certamente a atuação de Ricardo Benzaquen de Araújo é das mais destacadas para isso. Por meio da contextualização e reinterpretação da obra de Freyre na década de 1930, Benzaquen reinsere o autor pernambucano no debate brasileiro do início da década de 1990, anos em que eram presentes os ecos da discussão brasileira em torno de uma nova Constituição e nos quais os debates sobre raça, racismo e diversidade cultural no país foram questões cruciais.

Laços de sociabilidade entre escritoras latino-americanas: Gabriela Mistral

Ana Beatriz Mauá Nunes
biamauanunes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gabriela Mistral; Escritas de Si; Redes de Sociabilidade; História das Relações de Gênero

Em 1945, a poetisa chilena Gabriela Mistral (1889 – 1957) conquistou o primeiro Prêmio Nobel de Literatura para a América Latina. O reconhecimento de sua produção poética e ensaística em nível nacional e internacional rendeu a ela um lugar quase sacralizado no panteão de escritores e poetas latino-americanos, consagração reforçada, ainda, por sua atuação como professora e consulesa. “La Santa Mistral”, como ficara conhecida no Chile, destaca-se hoje tanto pelo legado na poesia quanto pela produção de ensaios e críticas a respeito de seu país. Um esforço necessário para compreender sua trajetória enquanto intelectual, entretanto, consiste na investigação do intercâmbio epistolar estabelecido por ela com outras escritoras. A construção de redes de sociabilidade intelectual, dentro e fora do Chile, foi elemento de extrema relevância para o seu reconhecimento intelectual. O propósito não é relativizar a qualidade de seus escritos, e sim, compreender como a trajetória intelectual de mulheres dedicadas à escrita profissional dependeu da criação de laços de sociabilidade e solidariedade com outras escritoras na mesma condição, especialmente por meio de correspondências. O âmbito epistolar constituiu-se enquanto espaço privilegiado para a discussão de temáticas associadas ao cotidiano destas mulheres, assim como um instrumento para negociações, reflexões e mediações. Desta forma, esta apresentação tem por objetivo discutir a conformação de laços de sociabilidade entre mulheres escritoras latino-americanas tendo o caso de Mistral como ponto de partida para o entendimento da especificidade de trajetórias de mulheres dedicadas à escrita profissional.

Tempos de Revolução: a coleção "História Nova do Brasil"

Laura dos Santos Paiva
laurapaiva.rj@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Golpe Militar; Nelson Werneck; História Nova

A coleção História Nova do Brasil, criada a partir do curso homônimo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros em 1963, está ligada ao esforço do ISEB de compreender e analisar criticamente a sociedade brasileira, mas mais especificamente à militância política de seu idealizador, Nelson Werneck Sodré. A iniciativa de Sodré, após o curso, de convidar graduandos de História para criarem dez monografias que abordassem sob essa nova ótica a História do Brasil, desde o Descobrimento até o Florianismo, demonstra o ímpeto em acompanhar, na esfera educacional, as reformas pelas quais passava o país. Publicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), esta coleção foi classificada como subversiva e retirada de circulação após o golpe de 1964. Além disso, um Inquérito Policial Militar no ISEB levou à perseguição e até mesmo prisão e tortura de seus autores. Vivendo hoje a maior fragilidade democrática desde o fim da Ditadura Militar, é fundamental reconhecer o papel da disciplina como campo de batalha e disputa de narrativa, entre aqueles que acreditam na educação de maneira inclusiva e os que a preferem excludente. A proposta dessa pesquisa é analisar o projeto político subjacente à Coleção História Nova do Brasil, buscando os mecanismos utilizados pelos historiadores dentro da escrita e elaboração da coleção. Propõe-se também compreender a repressão e perseguição à coleção e aos seus escritores como reflexo de um período onde a produção intelectual progressista foi duramente penalizada.

Moisés Sáenz e os indigenismos da Revolução Mexicana

Natally Vieira Dias
natyvdias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Indigenismo; intelectuais; história da América

A proposta da apresentação é discutir o lugar ocupado pelo intelectual Moisés Sáenz dentro do chamado “indigenismo da Revolução Mexicana”. Como mostra o historiador Emilio Kourí, esse indigenismo se destaca dentro do amplíssimo e diversificado conjunto histórico de discursos intelectuais sobre “o índio” devido ao seu caráter institucional, expresso em políticas de cunho oficial levadas a cabo pelos governos pós-revolucionários com vistas a integrar as populações indígenas à sociedade nacional e reconhecer, ao menos retórica e/ou simbolicamente, elementos culturais indígenas como base da identidade nacional do novo México surgido a Revolução de 1910. A principal figura intelectual normalmente associada a esse contexto é, sem dúvida, a do antropólogo Manuel Gamio e sua perspectiva de se “forjar a pátria” na forma de uma unidade cultural homogênea é entendida, muitas vezes, enquanto a única posição indigenista decorrente da Revolução no México. Nossa proposta de resgatar a figura de Sáenz, seu pensamento e suas ações práticas dentro do campo indigenista mexicano e latino-americano, é justamente questionar a ideia de que houve um único indigenismo da Revolução Mexicana. Tomaremos a figura de Sáenz em contraposição à de Gamio no sentido de explorar as divergências de suas propostas indigenistas, sobretudo nos anos 30, vislumbrando no projeto indigenista de Sáenz um sentido menos homogeneizante de nação e uma abertura muito mais evidente ao pluralismo cultural, o qual, entretanto, não foi o projeto que se consolidou no México, por diversas razões, que também exploraremos no trabalho.

Nacionalismo e marxismo na obra de Nelson Werneck Sodré (1938-1964)

Helio Cannone

helio.cannone@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História e política; nacionalismo; marxismo; ISEB; nacional-desenvolvimentismo

Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 no Rio de Janeiro. Formou-se em 1933 na Escola Militar de Realengo e na Escola do Comando e Estado-Maior do Exército em 1946. Em 1955, passou a atuar como professor de História do Brasil do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tornando-se chefe da cadeira de História em 1962, onde ficaria até o fechamento do instituto dois anos depois. Entre 1938 e 1955, Sodré publicou 56 livros. Sua obra pode ser dividida entre uma primeira fase estritamente nacionalista, uma segunda marxista (marcada fortemente pelos textos publicados pelo ISEB) e uma terceira, historiográfica. Em cada uma delas, o elemento anterior não é excluído, mas acumulado. Esta pesquisa pretende privilegiar as duas primeiras fases, nas quais se destacam textos de cunho sociológico e político. Nestas, a História serve mais de ferramenta auxiliar para diagnóstico sobre a política e a sociedade brasileira do que como fim em si mesma. Justificamos também este recorte porque não se atentou ainda suficientemente para como se deu a transição de uma fase para a outra na produção de Nelson Werneck Sodré. Será hipótese desta pesquisa que Sodré era um autor nacionalista e marxista, tendo o segundo elemento entrado depois e contribuído para a complexidade do primeiro. A partir do seu comunismo nacionalista, o autor se debruçou sobre a História do Brasil a fim de compreender suas peculiaridades e propor um projeto político que julgava adequado para seu tempo. Nos anos de 1960, Nelson Werneck Sodré deu insumo teórico ao ISEB e à aliança entre comunistas e trabalhistas pelas reformas de base defendidas pelo então presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, o instituto foi fechado e o horizonte de expectativas de todos os envolvidos nele se encerrou. Se o conceito de desenvolvimento era antes polissêmico, os militares deram a ele definição autoritária e afastada de opções democráticas como a de nosso autor. Dentre as influências teórico-metodológicas do trabalho estão a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner. O primeiro para pensar o conceito de Nacionalismo de Nelson Werneck Sodré dentro de uma duração mais ampla no tempo. Já Skinner nos auxiliará tanto a ler os textos de Sodré dentro de sua época como a

entendê-los pelo efeito perlocucionário da linguagem, ou seja, entendendo as ideias políticas como ação política, uma vez que os textos de Sodré buscam intervir na sua realidade.

A hermenêutica entre Huizinga e Nietzsche e as influências da crise da cultura

Natália Médice Faria
nataliamedice1234@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crise da cultura; Arte trágica; História da Cultura; Historiografia

O presente trabalho tem por objetivo propor um diálogo entre a crise da cultura ocidental, traçada por Johan Huizinga, historiador da cultura, no livro “Nas sombras do Amanhã”, de 1935, e as influências estéticas da natureza, com destaque para as categorias apolínea e dionisíaca, trabalhadas pelo filósofo Friedrich Nietzsche no estudo intitulado “O Nascimento da Tragédia”, de 1872. Assim sendo, destacaremos a forma massificada em que a tecnologia vem sendo utilizada atualmente, a dependência do homem em relação a esses aparelhos e o papel do historiador nessa mecanização, na qual informações históricas passadas podem ser deturpadas através de interesses políticos do Estado. Na obra de 1935, Huizinga argumenta que quando os motores tomam o lugar da cultura, perdemos nossa história de espírito. Sendo assim, o que leva o homem a esse estado de enfermidade espiritual? Acreditamos que as categorias empregadas por Nietzsche podem levar o homem a esse estado de crise. Para compreender como esse processo se encaminha, utilizaremos duas obras de Huizinga, a saber, “Homo Ludes”, de 1938, e “Nas sombras do Amanhã”, de 1935, em paralelo com a primeira obra de Nietzsche, intitulada “O Nascimento da Tragédia”, com intuito de problematizar as categorias e conceituações propostas pelos autores, buscando entender as influências que levam o homem à beira da falésia cultural e de que forma a imersão ao passado na busca pela harmonia, proposta por Huizinga, pode ser um caminho para a superação da crise da cultura vivida pelo homem.

Pacifismo e antifascismo em Cecília Meireles (Rio de Janeiro, 1931-1932)

Denilson de Cássio Silva
denicult@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pacifismo; Antifascismo; Cecília Meireles; intelectuais; América Latina

A presente comunicação analisa a perspectiva política da escritora e educadora carioca Cecília Benevides de Carvalho Meireles, em torno das ideias de pacifismo e antifascismo. Tem-se como objetivo principal compreender as tomadas de posição da autora diante do problema da guerra e da paz, com ênfase nos diálogos estabelecidos com intelectuais latino-americanos. Os recortes espacial e cronológico justificam-se por corresponderem à cidade em que Cecília Meireles nasceu, fixou residência e atuou na esfera pública, exercendo a função de cronista e jornalista nas páginas do Diário de Notícias. Exemplares desse periódico constituem as principais fontes de investigação, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A metodologia baseou-se na busca e na identificação de títulos das crônicas, que assinalassem o tratamento de questões relativas à paz e à guerra e à interlocução com intelectuais de países da América Latina. A seguir, os referidos textos foram lidos e analisados, situando-se os mesmos no espaço mais amplo da edição, sobretudo, em relação às manchetes, à seção de política internacional e às páginas em que as crônicas foram inseridas. Os resultados parciais dessa pesquisa demonstram que Cecília Meireles colocou-se contra o fenômeno histórico da guerra e defendeu a uma ideia de paz para além da perspectiva instrumental de desarmamento, destacando a premência de se criar disposições pacíficas, por meio da educação e da cultura. Em consonância com seu pacifismo ativo, Cecília Meireles revelou afinidades com intelectuais como o argentino José Ingenieros, o mexicano Alfonso Reyes e a chilena Gabriela Mistral. Verificou-se que entre esses autores foi estabelecida uma comunicação construtiva, assinalada pela busca de pontos em comum, em termos políticos, ideológicos e culturais, sem, contudo, omitir as especificidades existentes. As conclusões, embora incipientes, apontam para a valorização de uma perspectiva universalista de Cecília Meireles, cujos argumentos destacam possibilidades de entrelaçamento das características regionais e nacionais com a humanidade em geral. Cabe destacar que esse estudo integra um esforço mais amplo de investigação, ligado ao desenvolvimento de uma tese de doutorado, e que as observações aqui discutidas deverão ser estendidas e aprofundadas.

O Novo Materialismo e o conceito de vocação

Gustavo Naves Franco
gnavesfranco@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Novo Materialismo; Max Weber; Vocação

A comunicação apresentará um debate voltado para uma reavaliação do conceito de vocação intelectual tendo como referência algumas propostas teóricas e metodológicas do Novo Materialismo, de modo a verificar sua eventual pertinência em uma moldura distinta da usualmente mobilizada para a compreensão do conceito. Em primeiro lugar, a partir da releitura crítica de textos de Max Weber sobre o tema, pretende-se discutir de que maneira as práticas acadêmicas nele implicadas estão diretamente relacionadas a um processo de “desencantamento do mundo”. Em seguida, por contraste, pretende-se avaliar em que medida a visão de um mundo de materialidades vibrantes e forças não-humanas em interação indica novos caminhos para o exercício da vocação intelectual, a partir de estudos recentes de Jane Bennett ("Vibrant Matter: a political ecology of things", 2010) e William Connolly ("The Fragility of Things: self-organizing processes, neoliberal fantasies, and democratic activism", 2013, e "Facing the Planetary: entangled humanism and the politics of swarming", 2017).

Cultura e Sociedade na Teoria Social: os casos de P. Bourdieu e R. Williams

Carla Baute
carlabaute@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu; Raymond Williams; Sociologia da Cultura; Materialismo Cultural; História Intelectual

Para lidar com a complexidade da relação entre arte e sociedade, elegemos as contribuições de dois autores que forneceram teorias significativas dentro desse campo de estudos no contexto da segunda metade do século XX: o francês Pierre Bourdieu e o galês Raymond Williams. Pretende-se pontuar, grosso modo, argumentos centrais de suas propostas, estabelecer possíveis diálogos e diferenças entre elas, bem como lançar luz em aspectos de seus distintos ambientes intelectuais. Buscamos, assim, eleger características de seus legados que são consideradas como indispensáveis para os estudos da cultura atuais.

Brasil, país do futuro!? Otimismo e sentimento de urgência em Guerreiro Ramos

Gabriel Felipe Oliveira de Mello
oliveiramellogabriel@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; desenvolvimento; intelectuais; ISEB; otimismo

O presente trabalho busca apontar e analisar o sentimento de urgência e necessidade de intervenção pública do intelectual, bem como a percepção de aceleração do tempo e do otimismo acerca do futuro do Brasil na obra do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, ao longo das décadas de 1950 e 1960. Dito isto, compreendemos que o Brasil do pós II Guerra Mundial viveu um período de grandes mudanças, tanto no campo político, quanto no econômico e social. As décadas de 1950 e 1960, em grande medida, representaram o período ápice dessas mudanças, com grande efervescência política e social, o país nesse período viveu momentos de grandes rupturas e continuidades: crescimento econômico e industrial, criação de Brasília, formação de movimentos culturais, efervescência do debate político de cunho nacionalista e de projetos nacionais. É nesse contexto que o sociólogo baiano, Alberto Guerreiro Ramos, está imerso, primeiramente vinculado ao ISEB e a Escola Brasileira de Administração pública da FGV, depois como deputado suplente pelo PTB, atuando na bancada nacionalista do congresso. A obra de Guerreiro Ramos em sua busca pela superação do chamado subdesenvolvimento do Brasil, expressa questões que estavam presentes no contexto das décadas de 1950 e 1960, como a perspectiva de uma aceleração do tempo e da história, a urgência da intervenção no debate público por parte do intelectual brasileiro e a percepção de que aquele período seria o momento propício para mudanças no Brasil, é com esse ponto de vista que procuramos analisar a produção de Guerreiro Ramos.

Cultura política feminista e centros privados de investigação: Brasil e Uruguai

Mariane Ambrósio Costa
mariane.ambrosioc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; História dos intelectuais; Uruguai

O presente trabalho destina-se a analisar a estrutura dos centros privados de investigação que nasceram durante as ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e do Uruguai (1973-1985). Especificamente, procura analisar grupos de mulheres intelectuais que também desenvolveram seus trabalhos através de tais centros, buscando a conexão e circulação de ideias entre intelectuais brasileiras e uruguaias que, inseridas em uma cultura política feminista, formaram uma rede de sociabilidade influenciada pelas ideias que estavam em ebulição mundo afora com a chamada “segunda onda do feminismo”. Os institutos de pesquisa são centros – públicos ou privados – nascidos fora do ambiente universitário, que desenvolveram sua ação na investigação de temas gerais ou aplicados, nas áreas das ciências naturais e também das ciências sociais. A sua organização interna se dava de forma autônoma: os próprios membros decidiam, através de votação, os estatutos, a organização, os planos e programas, a distribuição de recursos e todos os demais assuntos relativos a seu funcionamento e organização. Em um contexto de universidades sob o domínio dos governos militares, a maioria desses centros funcionava como organizações não governamentais (ONG’s), com caráter acadêmico, que reuniam profissionais de diversas áreas tanto das ciências naturais como das sociais com o objetivo de realizar tarefas de investigação, ensino superior, a difusão de conhecimentos e sua aplicação no desenvolvimento das sociedades aos quais estavam vinculados. A proposta central era refletir sobre a realidade de seus países e aliar a teoria científica, através da participação de intelectuais e acadêmicos especialistas, com a aplicação prática dos resultados nos setores sociais os quais suas pesquisas se destinavam. O objetivo do trabalho é demonstrar tais centros de investigação como locais de resistência às ditaduras e estas mulheres como intelectuais como importante atores políticos do período, rompendo com uma historiografia ainda em voga que as relega a segundo plano na construção de novas formas de pensar em épocas de fins de ditadura e construção de novos debates democráticos.

Os caminhos da História Intelectual no estudo sobre o Uruguai do século XIX

Elvis de Almeida Diana
eaediana844@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; História dos intelectuais; Uruguai

Não à toa, o historiador argentino Elias J. Palti afirmou que o século XIX latino-americano representa "[...] um momento de refundação e incerteza, no qual tudo estava por fazer-se e nada era certo e estável. Rompidas as ideias e instituições tradicionais, abria-se um horizonte vasto e incerto. Qual era o sentido desses novos valores e práticas a seguir era algo que somente poderia estabelecer-se em um terreno estritamente político. [...] Esse será, enfim, o tempo da política" (PALTI, 2007, p. 13-14). Considerando as palavras de Palti, de fato, os países latino-americanos foram palco de transformações sociais e políticas profundas, resultantes dos processos de independência, formulação de novas Constituições (em sua grande maioria, republicanas, em detrimento da continuidade dos regimes monárquicos), guerras civis e novos projetos políticos elaborados pelos intelectuais, os quais visavam o futuro e a construção de novas identidades nacionais. Justamente por isso, a História Intelectual tem se mostrado um aporte teórico metodológico norteador muito fértil para a análise das peculiaridades e significados próprios dos processos de formação das "novas" nações latino-americanas do período anteriormente mencionado, inclusive o Uruguai. Este país vivenciou vários conflitos após a sua independência, além dos embates travados entre os setores mais progressistas e conservadores da sociedade em relação à educação pública, à laicização do Estado, às reordenações políticas e jurídicas, etc. Portanto, o nosso objetivo, por meio dessa comunicação, é realizar um breve panorama acerca do percurso traçado pelo campo da História Intelectual e dos Intelectuais para o estudo dos processos políticos, sociais e culturais característicos do Uruguai oitocentista. Partiremos das abordagens mais tradicionais naquele país, ligadas aos estudos estritamente biográficos e à História das Ideias, representados pelos trabalhos de Arturo Ardao e Alberto Zum Felde, por exemplo, até a mais recente e crescente produção que privilegia a História Intelectual propriamente dita, que se utiliza tanto dos postulados da chamada Escola de Cambridge (Quentin Skinner e John Pocock) e da História dos Conceitos alemã (Reinhart Koselleck), abordagem esta que passou a ser muito utilizada por historiadores uruguaios como Gerardo Caetano, Ana

Ribeiro, Ana Frega, entre vários outros, e que tem ampliado as possibilidades de análise e se mostrado muito frutíferas.

Gustavo Gutiérrez e a Teologia da Libertação

Adriano Cecatto
adrianocecatto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Teologia da Libertação; Igreja; pobres

A Teologia da Libertação surgiu na América Latina no final da década de 1960, sendo Gustavo Gutiérrez o seu principal precursor. Na contramão de uma Igreja e teologia centrada em Roma, propõe a práxis social, defendendo um modelo eclesial com base na solidariedade concreta em relação aos pobres da América Latina, vítimas das injustiças provocadas pelo modelo econômico excludente. O objeto deste estudo é a produção teológica de Gustavo Gutiérrez (1973; 1974; 1976; 1977; 1980, 1984). Objetivamos analisar as mudanças semânticas de Teologia da Libertação, Igreja e Pobres. O quadro teórico-metodológico fundamenta-se na história conceitual de Reinhart Koselleck, na investigação dos conceitos e seu desenvolvimento semântico ao longo de uma seqüência temporal, considerando também elementos que se situam para além da língua. Podemos considerar que ocorreram poucas mudanças semânticas, destacadamente o termo Igreja tem apresentado maiores alterações em função de seu posicionamento diante das dimensões social e político. Embora a Igreja Católica, em seus documentos, oficialize a práxis história em relação aos pobres, não significa que a instituição tenha assumido tal compromisso em função da permanência de modelos heterogêneos de Igreja.

Machado de Assis, Capistrano de Abreu e a nova geração de 1870

Daniel Pinha Silva
danielpinha@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A década de 1870 marcou um momento de efervescência do discurso de modernidade no contexto intelectual brasileiro. Silvio Romero, expoente do grupo que ficou conhecido como Geração de 70, afirmou categoricamente: um bando de ideias novas invadia as letras brasileiras daqueles anos, considerando que a condição para a afirmação da experiência moderna brasileira seria o questionamento da vitalidade dos pressupostos românticos, em nome da afirmação de um novo presente, atualizado em relação ao repertório intelectual europeu. Em contraposição a esta perspectiva, uma segunda chave encampada por Machado de Assis, Capistrano de Abreu, dentre outros, enfatiza a necessidade de se levar em conta o contexto de experiência brasileiro e o repertório intelectual nacional – ainda que precário – isto é, uma forma específica de incorporar o “pecúlio brasileiro”, em termos machadianos. A presente comunicação avança sobre estas disputas intelectuais, à luz do que Elias Palti chamou, contemporaneamente, de “história-das-ideias-das-ideias-fora-do-lugar”: as ideias estão sempre fora do lugar porque, em uso, parcialmente desencaixadas de seu contexto matricial de enunciação. A questão deixa de ser a busca de uma aplicação coerente das ideias em seus lugares, para a admissão da lógica do desvio, ampliada a qualquer lugar ou situação histórica.

Gênero, intelectuais e educação: onde estão as teóricas mulheres na História?

Kelly Morato de Oliveira
kellymorat@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Intelectuais; Mulheres; Educação

Concebida no final dos oitocentos e mantida ao longo do século XX, a ideia da figura feminina vocacionada a educar a infância se fez muito presente no imaginário republicano brasileiro. As mesmas mulheres que outrora não possuíam o direito a educação e ao ensino, em uma mudança de perspectiva, não menos excludente e problemática, ligadas as questões de gênero, figuravam como as agentes ideias para o exercício do magistério. Os homens, em contrapartida, ao deixarem as salas de aulas, acenderam aos cargos e questões administrativas relativas a educação. E mais do que isso, figuraram como os principais articuladores de um projeto educacional para o país ao longo do século XX. Ao pensarmos nomes ou mesmo ao analisarmos documentos que marcaram as disputas em torno dos projetos educacionais para o país - como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 - ou mesmo os nomes encarregados de ocupar os Ministérios ligados à Educação, a historiografia pouco nos apresenta nomes de mulheres. Não porque elas não existiram. Sendo assim, em uma versão inicial, meu trabalho busca estabelecer relações entre a História da Educação, a História da Historiografia e as questões de gênero entre 1989 e a primeira metade do século XX. Pretendo debruçar-me sobre o trabalho de mulheres intelectuais - entendendo- as como mediadoras culturais, tal como defende Ângela de Castro Gomes - no campo da educação durante este período e seu consequente apagamento na historiografia.

Questões sobre a afirmação da influência: uma análise histórica

Rhuan Reis do Nascimento
ruanintellect@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Recepção; Apropriação; Ideias Políticas

O presente artigo, que corresponde à parte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, versa sobre o debate teórico-metodológico acerca do tratamento histórico das noções de “recepção” e de “apropriação”, no tocante às ideias políticas. Constitui o eixo central do dito debate os escritos dos historiadores ligados à chamada “História das Ideias”, como Quentin Skinner e John Pocock. Além disso, lança-se mão das abordagens de Roger Chartier, sobre “textos e leituras” e também das contribuições dos teóricos da estética da recepção, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser e Karlheinz Stierle. Com o intuito de demonstrar a possibilidade de aplicação dos métodos propostos, toma-se, como exemplo, a relação entre as ideias políticas de Alberto Torres e o ideário político de Oliveira Vianna. Isso, pois, tornou-se lugar comum afirmar que Vianna, um dos principais ideólogos do primeiro governo Vargas, foi uma espécie de “discípulo intelectual” do escritor, político e jurista, Alberto Torres. No entanto, pouco se estudou o sentido das muitas menções feitas pelo primeiro às ideias do segundo, de modo que, ainda hoje, não existe consenso sobre o assunto. Nesse sentido, Barbosa Lima Sobrinho, ao escrever a principal biografia de Alberto Torres, enalteceu a comunhão intelectual entre os dois pensadores, admitindo-se, porém, inseguro para afirmar que Torres teria influenciado a formulação do pensamento político de Oliveira Vianna. Francisco Iglésias, por sua vez, em prefácio à reedição da obra “A organização nacional”, de Torres, reafirma o “discipulado” de Oliveira Vianna, declarando que este havia sido profundamente influenciado por aquele. Posição distinta tem Teotônio Simões, que, com o intuito de eximir Alberto Torres dos traços autoritários que vê em Oliveira Vianna nega tal influência, realçando as divergências entre ambos. Diante da diversidade com que o assunto vem sendo apresentado, propõe-se uma análise contextualista das principais menções, a fim de compreender seu verdadeiro sentido.

O “equilíbrio de antagonismos” em uma unidade cultural: o Lusotropicalismo

Julia Neves Toledo
julianevestoledo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação tem por objetivo relacionar de que maneira a tese de Ricardo Benzaquen de Araújo e sua interpretação sobre os “equilíbrios de antagonismos” de Gilberto Freyre nos fornecem chaves analíticas para pensar a produção freyreana em seus anos posteriores à década 1930, dando ênfase à teoria do lusotropicalismo. A análise dos “equilíbrios de antagonismos” é um dos pontos centrais da argumentação de Benzaquen em sua tese Guerra e Paz, na qual buscou interpretar a produção freyreana nos anos 1930, mais enfaticamente Casa Grande e Senzala, de 1933, mas também outras obras do escritor ao longo dos anos. Benzaquem buscou entendê-las como um pilar fundamental para a compreensão do pensamento de Freyre. A proposta deste trabalho é realizar dois movimentos de análise: inicialmente, consideramos fundamental uma breve discussão, a partir de Guerra e Paz, sobre a interpretação de Benzaquen acerca da obra mais famosa de Freyre, a saber, Casa Grande e Senzala, procurando principalmente entender como se conforma a ideia de “equilíbrios de antagonismos” e a maneira como ela é recuperada pelo historiador. Em um segundo momento, a partir da análise da teoria lusotropical de Freyre, o objetivo é compreendê-la com uma síntese destes “equilíbrios de antagonismos” em uma unidade cultural de valores e sentimentos partilhados pelo mundo lusófono, o lusotropicalismo.

A justa medida aristotélica da História Intelectual

Cairo de Souza Barbosa
cairosbarbosa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História Intelectual; Aristóteles; Ética.

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles discute a noção de justa medida. Para ele, há de se ter sempre em vista que, no âmbito dos dilemas que envolvem a vida humana, a melhor opção é o meio-termo, o caminho que evita as extremidades. Salvo engano, trata-se de uma atitude que opta pela virtude na tomada de ações e na elaboração de pensamentos, procurando viver sempre longe dos excessos e das faltas. Esta concepção pode servir de aporte para as discussões que envolvem, do ponto de vista teórico-metodológico, a chamada História Intelectual. De difícil definição, conceituação e enquadramento, ela se envolve em dispositivos e protocolos ainda frágeis, mas que aos poucos tentam delimitar um campo/área autônomos. A partir dos apontamentos de Jorge Myers (2016) e Carlos Altamirano (2005; 2007), pretende-se indicar como parte considerável do que hoje é produzido nesta disciplina se situa na fronteira entre duas vertentes diferentes: de um lado, em oposição à chamada sociologia intelectual de corte mannheimiano, que entende a dinâmica da produção de saberes como mero reflexo das condições materiais postas no mundo e que parece vulgarizar os conceitos de ação política e engajamento; de outro, afastando-se da tradicional história das ideias de traço filosófico-idealista, cuja figura central é Arthur Lovejoy. O argumento central aqui, portanto, pretende situar a História Intelectual como uma justa-medida aristotélica que dialetiza os opostos na busca por um equilíbrio epistemológico, operando pelo procedimento de apropriação e recusa das formas de abordagem usuais e anteriores para o estudo das produções de conhecimento no e do passado.

ST 28 - Dinâmicas coloniais e imperiais: poder, administração, instituições e sociedade (1706-1889)

Regina Mendes de Araújo

rearaujo33@yahoo.com.br

Doutoranda em História

UFMG

Pedro Brandão de Sousa Culmant Ramos

pedroculmant@gmail.com

Mestre em História

UFRJ

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

mbporto@gmail.com

Doutoranda em História

UFRJ

Débora Cazelato de Souza

deboracazelato@yahoo.com.br

Doutoranda em História

UFMG

Lucas Samuel Quadros

lucassquadros@yahoo.com.br

Doutorando em História

UFOP

Wélington Rodrigues e Silva

wrsdivmg@hotmail.com

Especialista em Gênero e Diversidade

UFMG

Nara Maria de Paula Tinoco

naratinoco3@gmail.com

Doutoranda em História

UFRRJ

Proposta do Simpósio

O simpósio temático tem como objetivo agregar trabalhos ligados ao período colonial e imperial brasileiro. Neste sentido, nosso olhar recai entre os anos de 1706 (início do reinado de d. João V, em Portugal), até o final do período imperial, estabelecido aqui no ano de 1889 com a proclamação da República. Dessa maneira, o simpósio temático intitulado “Dinâmicas coloniais e imperiais: poder, administração, instituições e sociedade (1706-1889)” tem o intuito de promover um espaço amplo de discussão entre pesquisadores que se dedicam à produção de conhecimento histórico acerca destes períodos, percebendo as múltiplas perspectivas adotadas e suas respectivas chaves interpretativas. O reinado joanino é marcado pela descoberta aurífera na América e a implementação de sucessivas estruturas jurídicas e administrativas de controle do espaço colonial. Essa mesma dinâmica será percebida durante todo o século XVIII, sobretudo no reinado de D. José I e seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Nesse sentido, buscaram-se trabalhos que versassem sobre as várias instituições e as práticas de seus agentes, bem como a análise das trajetórias individuais e de grupos, contemplando suas experiências e as suas inserções nas redes de sociabilidades que conformaram a temporalidade em questão. De igual importância, objetiva-se discutir o final do período colonial, a gênese e os projetos de Nação Brasileira, bem como a reorganização administrativa e sua relação com as autonomias locais, a instituição do ato adicional e as rebeliões regenciais, o código comercial de 1850, as leis antiescravistas, e demais processos políticos e sociais que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. Temas estes que nos ajudam a pensar as políticas e dinâmicas imperiais implementadas no Brasil nos oitocentos. Serão bem-vindos trabalhos que ofereçam reflexões acerca da construção dos corpus documentais e nas escolhas teórico-metodológicas das pesquisas. Pretende-se contemplar estudos que lancem mão das diversas fontes disponíveis como; manuscritas, impressas, imagens, dentre outras. Portanto, este simpósio temático se apresenta como um espaço de trocas de experiência acadêmica com diferentes propostas e objetos de pesquisa. Acredita-se, assim, uma maneira de fomentar debates, pensar novas perspectivas, promover intercâmbios de conhecimentos e reexames da produção historiográfica do período aqui proposto.

Comunicações

(In)eficiência administrativa na Real Extração dos Diamantes (1772-1808)

Régis Clemente Quintão
regis.quintao@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Real Extração, Administração, Distrito Diamantino, Minas Gerais

Na segunda metade do século XVIII, sob o governo josefino-pombalino, o Império Ultramarino português passou por intensas transformações socioeconômicas. Nesse contexto, os princípios de racionalização das práticas administrativas e fiscais tornaram-se patentes e deram origem a instituições que visavam intensificar o controle sobre as receitas e as despesas do Estado. Ao retomar o domínio sobre as riquezas minerais, nomeadamente os diamantes, criou-se a Real Extração, administrada por autoridades residentes em Lisboa e na Capitania de Minas Gerais, mais precisamente no Distrito Diamantino. A partir de fontes manuscritas, em sua maioria inéditas, pertencentes ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, pretendemos evidenciar, em primeiro lugar, como a Real Extração dos Diamantes se enquadra neste complexo sistema de controle administrativo e financeiro. Em segundo, discutir a respeito da eficácia destas práticas no dia a dia da administração instalada no Distrito Diamantino.

A criação do tribunal da Casa da Suplicação do Brasil (1808)

Elizabeth Santos de Souza
ssouza.eliz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem o objetivo de descortinar parte da história do tribunal da Casa da Suplicação do Brasil, que foi criado através do alvará de 10 de maio de 1808. Para tratar dos assuntos relativos à sua estrutura e atribuições, essa instituição de Justiça possui como arcabouço jurídico o regimento da Casa da Suplicação de 1582 e o regimento da Relação do Rio de Janeiro de 1751. Deste último foi mantido aquilo que era compatível com o regimento da Casa. No entanto, tão importante quanto eles, foram uma série de alvarás, decretos e leis que nortearam o funcionamento do tribunal. Esse arcabouço constitui o corpo documental de análise deste trabalho, permitindo conhecer diversas dimensões da Casa, como o seu princípio de justiça, a organização do tribunal e seus mecanismos de ação.

Breve história acerca da criação e instituição do cargo de juiz de fora

Débora Cazelato de Souza
deboracazelato@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Juiz de fora, magistrados, legislação portuguesa

O cargo de juiz de fora foi primeiramente criado no reinado de D. Afonso IV (1325-1357) por volta do ano de 1327. Pouco ou quase nada se sabe acerca dessa função no período do medievo. Estudiosos apontam que a criação do cargo foi estimulada após a Peste Negra, visto que era preciso um juiz que acelerasse os trâmites envolvendo os testamentos advindos da Peste. Por outro lado, há também pesquisas que indicam maior necessidade de intromissão do rei no poder local. Em qualquer um dos casos, o que se sabe é que a criação de tal cargo em Portugal, nos primórdios do século XIV, foi permeada pela insatisfação da população local com a chegada do nomeado. Durante os reinados portugueses, novas compilações de leis foram formuladas de maneira à regular a autoridade e função dos juízes. A figura do magistrado real, isto é, aquele formado na Universidade de Coimbra (doutor em leis ou cânones) que passou por todo um processo de nomeação (leituras de bacharéis, por exemplo) e que se conhece no século XVIII no espaço territorial da América Portuguesa, começou a ser delineado apenas no reinado Manuelino, final do século XV e início do XVI. Nessa comunicação, objetiva-se de forma cronológica, perceber como se deu a criação do primeiro juiz de fora no reino de Portugal e quais as suas principais atribuições, passando pela instituição do cargo na América Portuguesa. Busca-se ainda, analisar quais as justificativas mais utilizadas para a implementação desse cargo no Ultramar e como a chegada de um novo ministro foi percebida pelas autoridades e população do local.

Justiça em primeira instância, provimento dos cargos judiciais e comunicação política em Mariana, Minas Gerais (1711-1750)

Mariane Alves Simões
marianehist@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a justiça em primeira instância na região de Mariana, Minas Gerais e seu aparato na primeira metade do século XVIII. Nesse sentido, utilizaremos como fontes principais a documentação avulsa do Conselho Ultramarino referente a Minas Gerais, a documentação da câmara correspondente ao período delimitado e alguns documentos judiciais. A justiça em primeira instância ocorria nos quadros da Câmara através do desempenho do juiz ordinário ou de fora. Na região de Mariana o cargo de juiz ordinário foi criado em 1711, passando a ocorrer eleição de dois juízes como previsto nas Ordenações Filipinas. Os juízes ordinários atuaram nessa região até 1731, quando foi criado o cargo de juiz de fora. Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através dos processos de pelouros em mandatos de um ano, enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte ao poder real nas colônias. O objetivo aqui é analisar principalmente o provimento dos cargos judiciais locais. Nesse sentido, nossa intenção é demonstrar a evolução do aparato judicial ao longo dos anos, nos atentando onde e como esses cargos eram providos. Desse modo, ao debruçarmos sobre a temática da justiça em primeira instância buscamos nos apropriar da noção de monarquia pluricontinental, cuja dinâmica governativa apoiava-se fundamentalmente na negociação entre o centro e suas conquistas, tentando apreender como se equilibravam as determinações régias e os usos e costumes de uma justiça local.

Os homens de negócio da Praça do Rio de Janeiro: análise de uma categoria social

Lucimeire da Silva Oliveira
lucimeiresoliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O objetivo principal da presente trabalho é compreendermos o processo pelo qual os homens de negócio de grosso trato se consolidam como principal elite social e econômica da capitania do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII. Acreditamos que investigar mais detalhadamente esse grupo é essencial para entendermos como se estabelecia a dinâmica interna do Império ultramarino português. Principalmente devido a centralidade do Rio de Janeiro, que desde meados do setecentos se transformara na principal cidade do Império. Dessa maneira, na presente comunicação pretendemos compreender de quais indivíduos estamos falando quando utilizamos o termo “homem de negócio” para designar o comerciante atuante na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII. E, compreender quais são os critérios específicos existentes para um indivíduo na segunda metade do setecentos ser considerado um negociante de grosso trato na capitania do Rio de Janeiro. Assim como o papel das organizações coletivas como A Mesa do Espírito Santo dos homens de negócio que procuram o Bem Comum do Comércio e posteriormente a Junta do Comércio, e ainda compreender o papel da coroa portuguesa nesse processo.

A Estrada Proibida do Sertão da Bahia: entre confiscos e descaminhos 1701 - 1716

Pollyanna Precioso Neves
pollyanna.neves.87@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Descaminhos; Superintendência; Sertão da Bahia

A relação entre a Metrópole e a Colônia, marcada pela dialética da negociação, se fez presente também nas Minas. O Império Português se encontrou diante de uma realidade completamente nova quando, em 1694, houve o primeiro manifesto oficial da descoberta de jazidas de ouro em abundância. Foi preciso pensar em uma nova forma de controlar e administrar a região, assim como formular meios de organizar e taxar a extração do ouro, através do fiscalismo. As medidas colonizadoras que eram praticadas no Nordeste açucareiro não caberiam para a conjuntura que a descoberta do ouro apresentou. É nesse contexto, portanto, que surge a medida proibitiva de transitar com qualquer tipo de mercadoria pela chamada Estrada do Sertão da Bahia, à exceção do gado. Tudo, a partir daquele momento, deveria adentrar pelos portos do Rio de Janeiro e seguir rumo às Minas, inclusive os cativos. Acontece, contudo, que, mesmo sendo proibida, a via continuou a ser utilizada por descaminhadores, e os homens responsáveis pela fiscalização da estrada nem sempre se mostravam tão zelosos no que dizia respeito aos interesses reais, principalmente quando em detrimento dos próprios. Nesse sentido, outra medida visando ordenar a conjuntura da descoberta do ouro foi a criação das Superintendências, a que nos preocupou foi a das Minas do Rio das Velhas, responsável pela fiscalização do trânsito pela estrada proibida. Portanto, procuramos tentar compreender como se deu a relação entre Metrópole e Colônia como parte do projeto colonizador de Portugal, focando a atuação dos agentes da Superintendência da Minas do Rio das Velhas responsáveis pelo confisco dos descaminhos praticados através da estrada proibida do Sertão da Bahia. Numa tentativa de reconstruir os moldes colonizadores para os primeiros anos da exploração aurífera percebendo e conectando a ação dos bandeirantes, a Guerra dos Emboabas e os conflitos de interesses que envolviam o trânsito por aquela via.

O apanhador de discursos: publicidade e disputas políticas na Assembleia mineira

Kelly Eleutério Machado Oliveira

kelly.eleuterio@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Em 1843, o deputado provincial João de Salomé Queiroga, discursando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, afirmou que “a tribuna e a imprensa são as mais poderosas alavancas da liberdade no governo representativo”. Havia, contudo, uma diferença entre elas. Enquanto um discurso proferido na tribuna tinha um alcance limitado, aquele que era publicado pela imprensa poderia alcançar cada rincão da província e até mesmo do Império. Nas palavras de outro legislador, Quintiliano José da Silva, “o pensamento de qualquer deputado lançado na tribuna é como a pedra que se lança no meio do lago: o seu círculo se dilata indefinidamente”. Isso se dava, sobretudo, pela ação do taquígrafo, o “apanhador de discursos”, aquele que retirava as palavras de dentro do espaço fechado da Assembleia e as lançava na “rua”. Ele tinha, portanto, grande responsabilidade sobre o conteúdo da matéria a ser veiculada. Frequentemente os deputados mineiros reclamaram dos erros cometidos pelo taquígrafo que, alegavam eles, ao invés de reproduzir os debates os estavam interpretando causando embaraços ao público leitor, que, vale dizer, era também um público de eleitores. Se, por um lado, a publicidade dos trabalhos revela uma medida tipicamente liberal, por outro, os deputados sabiam que “divulgar” suas ideias nos jornais era uma forma de garantir projeção política. Assim, são dois os objetivos desta comunicação. Primeiro, discutir como se deu a articulação entre a política e a imprensa na Assembleia provincial mineira, sobretudo, em sua quarta legislatura (1842-1843), utilizando como fonte os debates reproduzidos pelos periódicos O Universal (1825-1842) e o Correio de Minas (1838-1844), jornais de orientações políticas distintas. Em segundo lugar, enfatizar que a instalação de Assembleias Legislativas consolidou as províncias como unidades políticas e administrativas do Império do Brasil, descentralizando o poder e permitindo que grupos locais assumissem a direção “dos negócios mais interessantes” de suas regiões. As disputas que essa situação suscitou apontou, ainda, as dificuldades que estiveram na base da construção do Estado nacional brasileiro.

Conexões jurisdicionais nas capitanias do norte do Brasil (séc. XVII e XVIII)

Iviana Izabel Bezerra de Lira
izabelira82@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Capitanias do Norte, Conflitos, Justiça

Esta comunicação discute a extensão da jurisdição da capitania de Pernambuco a partir da análise das ações dos seus agentes de justiça exercidas em localidades vizinhas, sobretudo no conjunto das Capitanias do Norte, nos séculos XVII e XVIII. A criação da ouvidoria de Olinda foi a primeira instância judicial da extensão Norte do Brasil, assim, surgiu dela o desmembramento para outras instâncias judiciais nas capitanias da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Itamaracá e o território das Alagoas. Entre as novas comarcas, algumas foram instituídas nos limites da espacialidade da jurisdição da capitania de Pernambuco, gerando jurisdições sobrepostas e o surgimento de conflitos. Nossa investigação aponta indícios da centralidade exercida pela capitania de Pernambuco também nas comarcas recém criadas no espaço de outras capitanias no exercício das práticas judiciais visíveis, por exemplo, na tramitação dos processos judiciais oriundos da vizinhança. A centralidade atribuída à capitania de Pernambuco também motivou uma autonomia aparente dos indivíduos que dinamizavam o aparelho judicial, por vezes interferindo em ações para além de sua esfera de jurisdição. Nesta perspectiva, nosso trabalho investiga as atuações e conexões dos magistrados nomeados para Pernambuco na dinâmica judicial nas capitanias do Norte.

Magistrados Régios do Rio de Janeiro

Marina Passos Tufolo
matufolo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os comportamentos e conflitos que envolviam os juízes na sociedade colonial do Rio de Janeiro tendo em vistas as concepções acerca de seu papel como pessoa pública no exercício de sua função como magistrado. Os documentos a serem analisados - cartas, pareceres, requerimentos, decretos, ofícios, avisos, extratos, despachos e consultas - fazem parte do Arquivo Ultramarino disponibilizados pelo Projeto Resgate, e centram-se nos cargos de ouvidores, juízes de fora e desembargadores a partir da instalação da Relação do Rio de Janeiro no ano de 1751. Com base nessa documentação, buscar-se-á construir uma tipologia acerca dos problemas que envolviam os cargos, tendo igualmente em mente as formas de controle e disciplinamento destas autoridades dentro dos padrões existentes nas sociedades de tipo Antigo Regime.

Uma ferrovia em disputa: o caso da Estrada de Ferro Leopoldina (1870-1898)

Walter Alves de Paula Neto
walttternetto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O modal ferroviário foi visto, durante a passagem dos séculos XIX e XX, como um modelo promissor para o avanço tecnológico no setor dos transportes. No Brasil, este tipo de transporte teve importância no processo de diminuição das distâncias entre os centros produtores de bens de exportação para os portos no litoral, facilitando a comunicação entre os sertões brasileiros e os portos no Rio de Janeiro e Santos, levando o “progresso” àquelas comunidades. Neste contexto, a Zona da Mata mineira se caracteriza como uma importante produtora de café no sudeste brasileiro, principalmente na porção sul da região, local de grande interesse para o surgimento de diversos caminhos ferroviários para o escoamento da produção. A Estrada de Ferro Leopoldina foi inaugurada em 1872, com o objetivo de conectar a Zona da Mata mineira ao ramal da Estrada de Ferro Pedro II, na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, facilitando a escoação do café produzido na região. Através desse trabalho é proposta a análise das relações estabelecidas entre as diversas personagens que atuaram na expansão dos ramais da companhia, como membros da sua diretoria e as lideranças políticas das localidades atendidas pelos trilhos da empresa, no caso em questão, as cidades de Leopoldina e Cataguases, e também políticos de outros níveis do poder imperial, discutindo questões sobre as relações de poder existentes entre estas personagens e o processo de expansão da malha ferroviária da Leopoldina pelo território da Zona da Mata. O recorte temporal do trabalho parte do período em que se inicia a discussão sobre os projetos ferroviários nos âmbitos políticos mineiros em meados 1870 e com a chegada da Pedro II em território mineiro, pela província do Rio de Janeiro em 1869 e se encerra em 1898, período marcado pelas diversas falências desta empresa, resultando na transformação da empresa em Leopoldina Railway Company Limited, no mesmo ano e mantida por capital britânico. Assim sendo, lançou-se mão de documentação oficial em diversos níveis do governo imperial, além do uso de periódicos, tanto da província mineira como da fluminense, que, em muitos casos, eram utilizados como divulgadores das disputas que marcavam o processo de expansão dos trilhos, a fim de levantar quais eram essas disputas e como tais ocorriam como desdobramento das demandas políticas locais ou regionais.

José Rodrigues da Costa e sua tipografia: poder e laços de sociabilidade

Thayná Cavalcanti Peixoto
thaynacpeixoto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

José Rodrigues da Costa, natural da província da Parahyba do Norte, assim que completou seus estudos primários se iniciou nos afazeres da arte tipográfica. Em seguida, se aperfeiçoou e trabalhou em outras províncias do império e, no retorno à sua terra natal estabeleceu a Typographia de José Rodrigues da Costa, a qual, entre os anos de 1848 a 1862, imprimiu sucessivamente relatórios dos presidentes de província, além de uma média de 12 jornais e seis escritos de autores paraibanos, além de outros gêneros impressos entre 1848 a 1866 (ano de seu falecimento). Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um importante produtor e difusor da cultura impressa na capital da Província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848 e 1866. Tendo em vista que ao longo do período supracitado, o tipógrafo se tornou quase que o único editor dos documentos oficiais do governo provincial, chancela que conseguiu por meio de relações estabelecidas com personagens políticos influentes à época, é que se pretende adicionar as noções de culturas políticas e redes de sociabilidade, para identificar como as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram na construção do que era ou não publicado. Para tanto, a pesquisa baseia-se em um amplo conjunto de fontes, composto em sua maioria pelos jornais e escritos identificados que foram impressos em sua oficina, bem como pelos indícios apontados por Eduardo Martins no livro intitulado *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978), que é referência sobre a trajetória deste estabelecimento. Foi possível observar que, além do estabelecimento comercial, o tipógrafo também circulou por outros espaços de sociabilidade, cuja agenda interferiu na construção de laços que foram essenciais para sua longa permanência no mercado de impressão na capital. Em consequência da criação e ampliação desses laços sociais, José Rodrigues da Costa chegou ao ápice de sua atuação enquanto um intermediário da cultura impressa, quando lançou, em 1862, um jornal de sua propriedade, *O Publicador*, um periódico de publicação diária que se tornaria um dos mais duradouros jornais da Paraíba no período imperial.

Senado da Câmara e as festas religiosas: administração colonial no Rio de Janeiro

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto
mbporto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Senado da Câmara, festas religiosas, Rio de Janeiro.

A presente comunicação tem o objetivo de apresentar o funcionamento do Senado da Câmara do Rio de Janeiro a partir das celebrações administradas por esta instituição, entre 1800-1828. Festas, religiosas ou profanas, no período colonial são temas frequentemente estudados pela historiografia, justamente por fornecer diversos entendimentos de suas características, sejam elas culturais, sagradas, laicas ou políticas. Assunto ainda mais tratado, as Câmaras municipais tiveram suas dimensões analisadas sob vários espectros, especialmente desde que Charles Boxer consagrou a definição que seriam um dos pilares gêmeos do Império Ultramarino português. A pesquisa propõe uma intercessão de tais temas, buscando a partir da documentação de rendimentos e contas administrativas, expor quanto era gasto nas festividades, especialmente a de São Sebastião, a fim de tratar a importância destas para o Senado da Câmara fluminense, mas também o lugar da religiosidade na reprodução das redes de sociabilidade na sociedade de Antigo Regime.

O poder local nas reformas ilustradas e liberais (Portugal e Brasil, 1790-1820)

Pablo de Oliveira Andrade
pablo.prefeitura@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: poder local, ilustração, liberalismo, reformismo

O cerne principal desse trabalho são as mudanças propostas por ilustrados e liberais na organização do poder local em Portugal e no Brasil entre as décadas de 1790 e 1820. Os ilustrados criticavam a falta de concentração dos poderes locais e suas consequências: fracionamento do poder, do território e do direito – haja vista que cada municipalidade podia publicar as suas próprias posturas e editais. O fracionamento do poder era intolerável em qualquer regime absolutista e contra ele a Coroa já tentava agir havia muito tempo. Já o fracionamento do território e do direito, aliado com o tradicional isolamento dos municípios e com a concentração de amplos poderes administrativos na esfera municipal, impediam a adoção de uma satisfatória administração burocrática do território e que qualquer política de fomento à economia regional ou nacional fosse implantada integralmente. Este impedimento era inadmissível para os ilustrados luso-brasileiros que na altura da década de 1790 já respiravam alguns ares do liberalismo econômico. Em consonância com essas críticas ilustradas, no início do século XIX se propagou nos meios políticos e intelectuais luso-brasileiros o liberalismo político. Segundo este pensamento, o governo deveria ser ativo, centralizador e intervencionista. E para isso necessitava de uma base comum de atuação legislativa para executar as tarefas que lhe cabiam na construção da sociedade civil, não podendo mais conviver com a multiplicidade de direitos e privilégios existentes. Para o liberalismo a uniformidade era um grande bem, por isso deveria haver um direito universal a reger a sociedade. Universalidade que, por sua vez, era incompatível com “os privilégios dos grupos sociais e territoriais fixados por lei”. Segundo Joaquim Romero Magalhães, “o intento de uniformização legislativa dos liberais acaba com a situação anterior de ser ‘cada terra uma nação com a sua lei diferente para se governar’”. Nesse sentido, diversas propostas de mudanças na organização do poder local surgiram nesse período. Algumas dessas propostas serão analisadas neste trabalho, bem como a efetividade de seus resultados nos dois lados do Atlântico.

O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Mariana no século XVIII

Lucas Samuel Quadros
lucassquadros@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: História da Medicina; Boticários; comércio de fármacos.

A presente comunicação tem como objetivo analisar as relações comerciais entre os boticários de Mariana e a praça mercantil do Rio de Janeiro no século XVIII. Tratando-se de resultados parciais de pesquisa de doutorado que investiga o mercado de atuação e o perfil social dos praticantes de cura do Termo de Mariana nos setecentos, se apresentará, como estudo de caso, o provimento de remédios e produtos de botica na sobredita vila/cidade das Minas no período colonial. Para tanto, toma-se como base as ações cíveis de cobrança de dívidas entre os boticários José Rodrigues de Carvalho e Paulo Rodrigues Ferreira, ambos de expressiva atuação na prescrição e comércio de drogas em Mariana na segunda metade do século XVIII. Conseguiu-se mapear 34 detalhados registros de comboios de fármacos e produtos de botica enviados do Rio de Janeiro, por José Rodrigues de Carvalho, e recebidos em Mariana, por Paulo Rodrigues Ferreira, entre janeiro de 1780 e setembro de 1785. Ambos boticários foram proprietários de boticas na sede e arraiais do Termo de Mariana na segunda metade dos setecentos, além de terem sido sócios na década de 1750. No acervo de 1º e 2º ofício do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, apurou-se 789 referências de ações cíveis (cobranças, notificações, justificações, crimes e execuções) em que os autores eram envolvidos com as artes de curar. Paulo Rodrigues Ferreira e José Rodrigues de Carvalho são, respectivamente, o primeiro e o terceiro mais frequentes entre os cobradores. Através dos registros é possível se ter compreensão acerca da teia de comércio de remédios que ligava o Rio de Janeiro e as localidades interioranas da América Portuguesa, os sujeitos envolvidos e a forma como eram guiados os comboios, os principais produtos comercializados e seus custos. Desta forma, pretende-se, por esta amostragem, explorar as potencialidades de uso das ações cíveis nas pesquisas de história social e econômica da medicina no período privilegiado pelo estudo. Visa-se compreender a estrutura organizacional de atuação dos boticários em Mariana no que diz respeito à inserção dos indivíduos no mercado regulamentado de cura, assim como o cotidiano profissional dos sujeitos envolvidos.

Os primórdios da Industrialização na salicultura Fluminense (1848-1889)

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
hm.ribeirocosta@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho tem por objeto de pesquisa a produção salineira no entorno da Lagoa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, e o discurso da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em sua formação. Temos como ponto de partida a investigação da construção das salinas artificiais nas terras salgadas da Baixada Fluminense, atualmente conhecida como Região dos Lagos. A segunda metade do século é caracterizada por inovações importantes para a salicultura na região. Teremos como recorte temporal os anos entre 1848 e 1889. Fundada em 1827, A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tinha como um de seus objetivos incentivar a modernização da produção brasileira. Levando em conta as atividades manufatureiras, os membros da SAIN debatiam-se entorno da questão da modernização da agricultura de exportação e do mercado interno, seu crescimento em busca de produtos de maior qualidade e o domínio sobre o meio natural do país. A investigação do discurso da industrialização presente no final do século XIX e as instituições que o difundiam, servirão como base para traçar nossa exposição acerca da disputa entorno da produção do sal pela classe dirigente dos donos de salinas. Esses homens, que possuíam prestígio político e econômico, estenderam seus investimentos à extração do sal, formando Sociedades Anônimas que fomentavam o avanço tecnológico das manufaturas, da agricultura e de atividades extrativistas. Através de periódicos como; O Auxiliador (Revista mensal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), o Jornal do Comércio e O jornal do Agricultor será possível encontrar o discurso científico empregado na busca do desenvolvimento econômico do Brasil Imperial e mais tarde Republicano. Também utilizaremos como fontes de pesquisa os pedidos de patentes e aperfeiçoamentos de maquinários industriais (Privilégios Industriais). Trabalhando as fontes de forma quantitativa e qualitativa, analisaremos a corrida pela modernização e estabelecimento da salicultura. Além de seu desenvolvimento no âmbito político e científico, em uma escala regional e nacional. Buscamos aqui os primórdios de uma indústria que cresceu na região e teve seu apogeu e decadência durante o século XX.

Perfis de riqueza das elites econômicas sergipanas (1800-1840)

Ana Cláudia Pereira
anaklaudiapereira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: riqueza; elite econômica, inventários post-mortem; Sergipe Del Rei

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada em Sergipe por uma mudança no perfil socioeconômico da região. A criação de gado e as atividades voltadas para o abastecimento alimentar que por dois séculos, XVII e XVIII, foram carro-chefe da economia sergipana, deram lugar, ao longo do XIX, ao cultivo da cana-de-açúcar. De menos de uma centena e meia de engenhos em 1802, Sergipe passou a contar 38 anos mais tarde com 344 e na década de 1860, com a agroindústria açucareira já consolidada, mais de 800. As relações sociais, então, haviam sido redefinidas, formando, consolidando e rearranjando grupos sociais. O presente trabalho, busca compreender como essas mudanças se configuraram na elite econômica, investigando a dinâmica de composição de seu patrimônio, as características de riqueza, seu relacionamento com as atividades produtivas da região, bem como, em alguma medida, sua origem e inserção político-econômica. Para tanto, levantamos todos os inventários abertos em Sergipe, de 1800 a 1840, que distribuídos em grupos de 10%, revelaram faixas de fortuna, cujo último decil foi considerado o escol proprietário. Os procedimentos de coleta e análise das informações seguiram os postulados da chamada História Quantitativa ou Serial, qual seja: a produção de um banco de dados cobrindo determinada série temporal e o uso de técnicas estatísticas para tratá-los e tabulá-los, nesse caso o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Livros de nota, testamentos e outros documentos avulsos também foram consultados no intuito de aclarar a problemática.

Processos de ascensão e trajetórias administrativas: notas de pesquisa

Nara Maria de Paula Tinoco
naratinoco3@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Magistrados- Militares- Trajetórias.

A presente comunicação tem por objetivo explicitar alguns pontos pertinentes sobre a tese de doutorado intitulada, Processos de ascensão e trajetórias administrativas na terceira geração dos Guerra Leal, Godinho e Vieira na América Portuguesa (1777-1813), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, bem como os respectivos resultados e questões a serem tratadas durante o processo de construção do trabalho. Nosso propósito é o de analisar as ações e atividades desempenhadas pelos membros de um extenso ramo parental, composta por três famílias e suas respectivas gerações, fixadas na Capitania de Minas Gerais entre as primeiras décadas do século XVIII até o fim da primeira metade do mesmo período, na região de Mariana e Vila Rica. Em pesquisa anteriormente realizada, analisamos a trajetória de Francisco de Sousa Guerra Araújo Godinho, natural de Mariana. Ele serviu como ouvidor, em Sabará, nos anos de 1790 a 1800. Para essa comunicação, portanto, objetiva-se compreender como se deu a interação do mesmo com os demais componentes de sua família, em particular primos e irmãos de Francisco Godinho.

Imprensa e população negra livre no Rio de Janeiro (1830-1834)

Wélington Rodrigues e Silva
wrsdivmg@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Império; Período das regências (1831-1840); Imprensa cidadã; Raça.

Os debates ocorridos durante o período das regências foram profícuos no que tange à publicização de ideias e identidades de grupos específicos. Vemos surgir, na imprensa, uma série de periódicos destinados a públicos distintos da esfera pública agitada de então. Lançar um periódico era consolidar uma forma de atuação política no interior da sociedade. A liberdade de imprensa fez surgir no palco do teatro da política parcelas da população que viviam nas ruas da cidade e que, todavia, não alcançavam visibilidade política. Nesse conjunto de jornais que surgem na década de 1830 podemos observar uma crescente de títulos que apresentam matizes sociais e políticas típicas do período e da criação de sentimentos políticos compartilhados entre grupos específicos. Nesta comunicação, apresentaremos os traços principais de um modelo de imprensa criado no seio de parte da sociedade que despontava como agente político, a população negra livre, que vivia de uma maneira marginalizada na capital do Império e sofria com recorrentes ataques por parte da população que buscava a restauração e dos que se organizavam em traços políticos conservadores. A população negra livre, estava enredada em uma teia significativa que àquele período discutia a integração da cidadania no império brasileiro. A Constituição de 1824 assimilou de forma bastante ampla a ideia de cidadania dentro das perspectivas nacionais. Problematizando a constituição da cidadania no período regencial, esta comunicação pretende discutir a criação e a circulação das publicações periódicas *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Publicados na capital do Império do Brasil durante o ano de 1833. Estas publicações periódicas podem ser entendidas como tipo de imprensa específica, voltada para a defesa da cidadania universal dos homens livres. A preocupação principal dos periódicos era a luta pelos direitos civis e políticos apresentados em parte na Constituição de 1824. Nosso objetivo principal é compreender o antirracismo e a luta contra o reconhecimento público da categoria de raça no Período da Regência.

Relações entre a Junta da Fazenda e a Intendência da Marinha da Bahia, 1770-1808

Poliana Cordeiro de Farias
policfarias@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A Junta da Real Fazenda foi estabelecida na Bahia em 1761. Subordinada ao Erário Régio tinha como uma das suas atribuições à supervisão das contas e nomeação dos oficiais intermediários dos órgãos a ela subordinados: alfândega, casa da moeda e intendência da marinha e armazéns reais. Devido à importância da construção naval na Bahia, durante os primeiros anos de funcionamento da Junta da Fazenda, a interferência ocorreu, principalmente, na reestruturação da Ribeira das Naus. Os oficiais da Junta da Fazenda informavam ao Erário Régio sobre a sua estrutura e funcionamento da Ribeira, alertando para a necessidade de providências enérgicas, com o intuito de evitarem-se as excessivas despesas que a empresa gerava, devido à confusa escrituração dos seus livros e número excessivo de oficiais. A Ribeira das Naus era controlada pelo provedor-mor, que regia suas receitas e despesas e presidia os diversos oficiais ocupados nas atividades de construção naval e de aprovisionamento e reparo das embarcações que aportavam no porto da Bahia. A necessidade de exercer maior controle sobre a mesma levou o Estado a criar, em 1770, a Intendência da Marinha e Armazéns Reais do Arsenal da Bahia. Após a sua criação, o Marquês de Pombal, presidente do Erário Régio, emitiu ordens se procedesse à sistematização da estrutura administrativo-organizacional da nova instituição, através da reforma da escrituração dos livros das entradas e saídas dos Armazéns Reais e dos Almoxarifados, do método para se observar nas compras e despesas realizadas e do provimento dos ofícios. A reformulação foi realizada pelo escrivão da Junta da Fazenda, Sebastião Francisco Bettamio e o Intendente da Marinha, Rodrigo da Costa e Almeida. Com o intuito de “adquirir maiores conhecimentos dos negócios da Fazenda Real”, solicitou-se ao Intendente, informações gerais sobre a empresa marítima baiana: o número de oficiais empregados nomeados por provisões régias e pelos provedores-mores, seus ordenados e emolumentos; os materiais existentes e aqueles que necessitavam ser adquiridos e a relação de todas as embarcações existentes pertencentes à Fazenda Real. Assim, interessa analisar as hierarquias institucionais na América portuguesa, através das alterações impostas pela Junta da Fazenda às instituições a ela

subordinadas, bem como oferecer uma visão panorâmica de importante setor da economia do império português, a indústria de construção naval baiana.

Aspectos da gênese do projeto jurídico do Brasil Independente

Marcus Vinícius Duque Neves
duqueneves@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Elites regionais, burocratização, clientelismo.

A presente comunicação tem como objetivo apontar impressões colhidas sobre a gênese política do projeto jurídico do Brasil Independente, no que se refere a algumas negociações e práticas políticas em que estiveram envolvidas famílias do centro-sul mineiro, que buscavam expandir suas bases clientelares com um olho na política local e outro na Corte do Rio de Janeiro. Também deseja discutir alguns aspectos do que comumente passou a ser tratado como a “burocratização das elites”, que aparecem de um modo relativamente uniforme na historiografia, mas contém aspectos variados quando se analisa trajetórias particulares, onde aparece desigualmente o acesso ao ensino superior, a ocupação sucessiva (ou concomitante) de cargos públicos, a militância jornalística, os casamentos, etc. Com esse intuito serão comentados alguns casos recuperados a partir do cruzamento de fontes, como correspondências, jornais e biografias. O resultado pretendido é mostrar exemplos de como as questões maiores dos projetos de construção da nação foi compreendido por grupos da elite e como a partir dessas percepções esses grupos construíram suas estratégias de manutenção de seus lugares de poder ou de ascensão a outros espaços institucionais.

Análise da composição social da Câmara de Curitiba, Século XVIII(1799-1800)

João Vitor de Oliveira Silva
jovitoros@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Câmara, análise de redes, homens-bons, colônia

Este trabalho tem o objetivo de analisar as relações sociais presentes entre os membros da Câmara de Curitiba nos últimos vinte anos do século XVIII. Compreende-se aqui a Câmara como uma das instituições de importância bivalente, tanto como braço da administração portuguesa quanto como espaço de legitimação e atuação política das elites locais. Neste sentido temos como referência e precedentes os estudos a respeito das elites locais no período colonial brasileiro, que buscaram traçar o perfil dos indivíduos detentores do poder local em praças como Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Através de levantamento onomástico nas Atas de Vereança da Câmara, busca-se identificar os chamados "homens-bons" que ocuparam cargos na Câmara durante o período. A partir destes dados, a análise tem como objetivo identificar primeiramente as tendências de ocupação dos cargos, prestando particular atenção nas permanências de indivíduos e nas concomitâncias entre diversos homens-bons. Em seguida, consultando fontes de biografia coletiva, serão traçadas as relações sociais entre os camaristas, buscando aprofundar e dar complexidade para as concorrências identificadas. Coadunadas, as informações a respeito das vidas dos camaristas, consultadas em registros de batismo e listas nominativas, permitem delinear indícios da existência de redes sociais. Essas duas fontes são destacadas por conterem informações cruciais para a identificação de redes. Os registros batismais contêm o nome dos pais, padrinhos e da criança, dados importantes considerando a relevância da família e das relações de compadrio na sociedade do século XVIII; enquanto as listas nominativas detalham os "fogos", permitindo localizar desde os cabeças de família até os seus dependentes diretos. A identificação destas redes ajuda a esclarecer a permanência de determinados indivíduos na Câmara, fixando-se como ocupantes do espaço de poder e prestígio locais.

Administração na comarca do Serro Frio: Um magistrado a serviço do rei

Joelmir Cabral Moreira
joelmircabral@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE:

A presente comunicação tem por objetivo analisar aspectos da trajetória de José Pinto de Moraes Bacelar na carreira jurídico-administrativa. Mais especificamente, buscamos entender a atuação de Bacelar como ouvidor na comarca do Serro Frio, capitania de Minas Gerais, no período do terceiro contrato de extração de diamantes, destacando as suas relações de poder, interações e conflitos em um momento de reorganização administrativa na comarca. Para tanto, a ideia foi analisar as estratégias traçadas e os recursos disponíveis para que José Pinto de Moraes Bacelar fosse visto e permanecesse como “homem de qualidade” na sociedade de Antigo Regime. Procuramos ainda compreender o valor norteador de suas ações, ou seja, aquilo que orientava sua busca, assim como os benefícios e ganhos que a carreira na magistratura poderiam proporcionar que, no caso deste estudo, se traduzem nos serviços prestados à Coroa Portuguesa.

Para que “não padeçam os de menos cabedal se de mais justiça”

Jeannie da Silva Menezes
jeanniemenezes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Desde a segunda metade do século XVII temos o registro dos pedidos para instalação de uma Relação na Capitania de Pernambuco. Eles podem ser pensados como indícios da criação de uma sede do que viria a circunscrição judicial no Norte partindo das ações de um grupo de magistrados que atuou neste espaço do Estado do Brasil entre 1655 e 1760. Entre elas destacamos como ações gerais: a realização de correições e o controle efetivo da administração das câmaras e concluímos que as condições para instalação da justiça na América Portuguesa foram desenvolvidas também a partir das articulações locais. E, em segundo lugar, que as dinâmicas das subordinações desenvolvidas entre as comarcas/ouvidorias de Pernambuco/Capitanias do Norte teriam promovido a integração delas como parte de uma circunscrição nos moldes do que havia no Reino. Sugestões estas que serão discutidas nesta comunicação considerando as motivações para aquela instalação capitaneadas pelas elites locais de Pernambuco e sua vizinhança colonial.

Moralidade, Ingleses e o Brasil do século XIX: o caso do navio Flor de Loanda

Pedro Brandão de Sousa Culmant Ramos
pedroculmant@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Com inspiração no tema "Diálogos necessários", essa comunicação propõe uma reflexão junto à Antropologia da Moralidade sobre a questão de como nós, historiadores, abordamos a temática da moralidade. O tema do combate ao tráfico brasileiro de escravos é rico para essa questão, uma vez que a moralidade teve papel importante tanto nos debates da época quanto na historiografia, desde o século XIX até a historiografia recente. Em 1838, a marinha britânica capturou o navio Flor de Loanda com uma carga de africanos destinados à escravidão. Os membros da missão britânica se recusaram a seguir o protocolo político de ceder esses africanos ao governo brasileiro para que esses africanos possam cumprir seu período de aprendizado antes de conquistar a liberdade definitiva e decidem encarregar-se eles próprios da aprendizagem desses Africanos Livres. A legação inglesa cuidadosamente seleciona "homens de confiança", ingleses e brasileiros com o objetivo de mostrar ao governo brasileiro o "correto" tratamento a ser dado aos aprendizes. Embora a experiência tenha sido vista por seus defensores como um sucesso, fica evidente que muitos desses "homens de confiança" são eles próprios ligados a escravidão, e muito provavelmente não forneceram a esses Africanos Livres as "Condições de viverem em liberdade" que a legação inglesa tanto propagandeava às autoridades brasileiras. A questão que pretende se tratar é: como abordar a moralidade enquanto fenômeno na evidência de paradoxos por parte de seus defensores? Faz parte de um justificado senso comum, informado pela historiografia com raízes em Eric Williams, se apoiar nos paradoxos da intervenção britânica contra o tráfico de africanos escravizados pelo mundo atlântico para negar o conteúdo moral de seu discurso. A comunicação abordará a possibilidade de encarar de frente as conotações imperiais e de exploração econômica da cruzada britânica contra o tráfico de forma a não descartar a moralidade enquanto elemento constituinte do fazer político entre Ingleses e Brasileiros e entre os próprios ingleses habitantes do Brasil.

Vereadores da cidade de Mariana: perfil social, redes relacionais e poder local

Regina Mendes de Araújo
rearaujo33@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

A Câmara nas Minas Gerais vai representar um importante órgão de tomada de decisões. Em torno dela, estruturar-se-á um dos pilares do poder político da Coroa Portuguesa no espaço urbano. O órgão municipal organizará a vida coletiva dos colonos, assumindo funções fiscalizadoras, disciplinadoras e, quando necessário, penalizadoras. Além disso, a Câmara, nas Minas, representará um importante espaço de poder para a atuação da elite local, desejosa de privilégios e ganhos simbólicos. Servir em cargos da República rendia reputação no âmbito local e também no centro político, além de viabilizar o estabelecimento de laços relacionais que poderiam contribuir para ganhos futuros. Portanto, ao perceber a câmara não como uma instituição abstrata, meramente integrante do sistema administrativo português, apenas com funções a cumprir, e sim feita de “carne e sangue”, tomando a expressão de Steven Kaplan, entende-se que lançar luz sobre o indivíduo enquanto ator social nos ajuda a dar forma à câmara. A presente comunicação objetiva centrar o olhar sobre os vereadores que passaram pela câmara de Mariana ao longo do século XVIII levando em consideração o perfil social e as redes relacionais nas quais estes indivíduos estiveram inseridos. Para entender quem eram os vereadores serão analisados a inserção na carreira militar, a experiência administrativa, a busca por mercês e as ligações sociais estabelecidas a partir de laços parentais, de amizade e de negócios.

Os bastidores da censura no Brasil Joanino (1808-1821)

Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna
maira.villares@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Censura, Corte Joanina, Sociedade de Corte, Mesa do Desembargo do Paço

Este trabalho propõe analisar a censura durante o período de permanência da corte Joanina no Brasil (1808-1821). Para isso, serão utilizados os pedidos de licença presentes no fundo da Mesa do Desembargo do Paço, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tribunal responsável pela censura naquele momento. A partir da documentação apontada, pretende-se explorar o funcionamento do aparelho censório enquanto um instrumento de controle e de poder da Coroa, mas destacando os atores envolvidos dentro desse processo. Para isso, o papel dos censores régios, homens letrados responsáveis pela emissão de pareceres aos pedidos de licenças, é fundamental para a compreensão da dinâmica interna da censura. Objetiva-se apresentar o espaço da Mesa do Desembargo do Paço como local em que as relações se desenvolviam a partir da lógica da sociedade de corte, apropriando-se do conceito de Norbert Elias e o adequando a corte Joanina. A ação dos censores será privilegiada a partir dos embates identificados nos bastidores da censura, contribuindo para configurar aquele espaço como um instrumento de reafirmação e distinção entre os homens inseridos em tal esfera. Mais do que um mecanismo de controle dos impressos, o interior do aparelho censório reflete a sociedade que se forma ao redor da corte Joanina, caracterizada por redes de interdependência.

Justiça e vingança nos processos-crimes de Mariana/MG, no século XVIII

Douglas de Araújo Bernardes
douglasbernardes.a@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

O presente trabalho propõe a apresentação, parcial, de algumas reflexões sobre a história da justiça, pela perspectiva regional, que foram desenvolvidas em um projeto de iniciação científica. Esta proposta trata da relação entre a vingança e a justiça manifesta nos processos criminais de Mariana que foram abertos e se desenrolaram durante o século XVIII. A aproximação da vingança com a justiça remete a um momento fundamental e mítico que está narrado na tragédia Oréstia, de Ésquilo. Nesta obra, as Fúrias, personagens que representam a vingança, tornam-se Eumênides pela influência de Atena. A deusa da sabedoria, por meio da razão, limita a força punitiva e desregrada que conduzia as Fúrias, transformando-as em justiça. Voltando-se para um tempo e lugar específicos, o projeto em questão quer identificar como as noções de vingança e justiça são apresentadas, utilizadas e relacionadas nos processos criminais movidos no termo de Mariana, durante o século XVIII. Além do trabalho com os processos-crimes, foi utilizada a obra "Prática judicial", do jurista Antonio Vanguerve Cabral, a fim de identificar o movimento das práticas jurídicas e as formas "paralelas", como a vingança manifestada nos casos de injúria, querelas, richa velha entre outros casos. O presente trabalho busca, também, ampliar as abordagens sobre a história da justiça e a sua submissão ao evento manifesta o interesse em receber contribuições para o aprimoramento das ideias aqui apresentadas.

Comunicações Livres

Apontamentos sobre a história da imigração judaica no Brasil

Otávio Pereira Balaguer
otavio.balaguer@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, história, imigração judaica

Segundo o historiador Nachman Falbel, a história contemporânea dos judeus no Brasil está em processo de escrita, devido à dificuldade de acesso a seus documentos – produzidos em idiomas pouco aprendidos e por vezes com problemas de preservação. O autor afirma em “Judeus no Brasil: Estudos e Notas” que os primeiros passos para seu pleno conhecimento ainda estão sendo dados, no entanto, há uma série de publicações oriundas de pesquisas que vêm consolidando uma história da imigração judaica. De modo que, pretendemos por meio da historiografia disponível, traçar algumas linhas para entender o estabelecimento no Brasil de coletivos judaicos, os quais criaram e recriaram memórias e histórias judaico-brasileiras. As comunidades aqui presentes são provenientes dos grandes deslocamentos dos séculos XIX e XX, e estão inscritas no que a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro chama de “moderna imigração judaica”. Os primeiros judeus chegam após a abertura dos portos com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Eram provenientes da Inglaterra, parceira comercial da coroa, e da Alsácia, região francesa com grande presença israelita. Seguidos de outras ondas migratórias para diversas regiões do país, como Belém e Manaus – durante o apogeu da borracha – e tentativas de estabelecimento de colônias agrícolas no Sul por organizações internacionais, a fim de salvar os irmãos de fé dos “pogroms” da Rússia. Além dos refugiados do nazifascismo. Dos grupos que vieram, os asquenazitas da Europa Oriental, falantes do iídiche, têm proeminência numérica. As comunidades acossadas, empobrecidas e sem perspectivas, como aponta Falbel, vislumbraram na emigração a possibilidade de nova vida. Muitos encontraram nos Estados Unidos da América, Argentina e Brasil uma sociedade para se estabelecer na esperança de praticar livremente sua fé e ter garantias constitucionais de cidadania. A chegada destes emigrados russos no continente americano não está simplesmente relacionada com o “fazer a América” tradicional dos europeus que vieram em busca de fortuna. Para eles, o novo mundo é antes de tudo uma luta pela sobrevivência. Percebemos que é por meio de instituições

comunitárias, centralizadas na sinagoga, que os imigrantes constroem redes de apoio mútuo para fornecimento de serviços básicos de educação, saúde e lazer. Elas se formam, ao redor do país, de acordo com as nacionalidades de origem e orientação religiosa.

Na província das Amazonas: uma geografia do maravilhoso de 1541 e 1641

Jéssica Ferreira
jeta.ferreira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

A busca por regiões maravilhosas engendra muitas vezes o resgate de mitos que acabam se realocando em regiões ainda pouco exploradas, como é o caso da região amazônica no século XVI. As narrativas produzidas acerca das viagens ao longo do curso do Rio Amazonas constituem nosso objeto de estudo que busca através das representações desse espaço e do mito amazônico perceber as lógicas de dominação simbólica sobre esse território. A “Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana” do Frei Gaspar de Carvajal a respeito da viagem empreendida em 1541 e capitaneada por Francisco de Orellana, inaugura para essa região o mito das Amazonas americanas. Essa figura narrativa é retomada diversas vezes e irá integrar importantes testemunhos, como o relato de Cristobal de Acuña, “Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas”, e a “Historia general y natural de las Indias, islas y tierra-firme del mar océano” de Gonzalo Fernández de Oviedo. Através do mapeamento de alguns traços do imaginário ibérico acerca dessa região podemos aferir em que medida a reafirmação da ordem social no território da atual região amazônica perpassa o recontamento do mito das amazonas. A figura da Virgo Bellatrix de tradição do período medieval traz elementos para a análise desse imaginário, juntamente com a narrativa de Heródoto, em sua obra “Histórias”, acerca das mulheres guerreiras. A experiência americana dialoga com a tradição clássica e com as donzelas medievais para fundar um espaço de trocas simbólicas e discursivas sobre o novo território. É possível então compreender como as relações entre os sujeitos históricos engendram as representações sociais e como os arquétipos que se apresentam em diálogo com as tradições. Ponderando nas obras selecionadas as representações geográficas e suas relações com o maravilhoso, bem como as relações políticas entre as Coroas portuguesa e espanhola durante o período da União Ibérica e sua influencia na narrativa mítica em estudo.

Espólio Bernardelli: Esboços de nu no Museu Mariano Procópio

Paulo Roberto Franco Ferreira
paulo.r.18@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museu Mariano Procópio, Henrique Bernardelli, esboços, nu, arte brasileira.

A presente comunicação integra-se ao projeto “Nu no museu Mariano Procópio”, orientado pelo professor Martinho Junior. O objeto da pesquisa se constitui na análise dos esboços de nu do pintor Henrique Bernardelli, localizados no próprio Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Henrique Bernardelli compôs um dos grupos de alunos mais importantes da Academia Imperial de Belas Artes no Brasil do final do século XIX, e se tornou, posteriormente, professor de grande prestígio. Podemos apontar que a família Bernardelli se constituiu de artistas diversificados, como o irmão mais velho Rodolfo, que era escultor, e seu irmão mais novo Félix, que fora músico e também pintor. Já Henrique Bernardelli dedicou-se a pintura decorativa, paisagística, retratista, dentre outras. Foi aluno de Zeferino da Costa, Vitor Meirelles, Agostinho José da Mota e João Maximiliano Mafra, conquistando diversas premiações. Na década de 80 foi para a Itália com a ajuda do irmão Rodolfo Bernardelli e lá manteve contato com importantes pintores internacionais, passando também por renomadas escolas europeias. Quando retornou para o Brasil, ajudou na reformulação da Escola Nacional de Belas Artes no início do século XX. Os esboços localizados no museu Mariano Procópio fazem parte de um grande espólio dos irmãos Bernardelli, coleção esta dispersa pelos mais variados museus e arquivos brasileiros. Essa pesquisa abarcando os esboços centra-se na análise de materiais e poses utilizados para a sua composição, bem como as possíveis obras que estes desenhos serviram para compor. Também se fez importante a análise do ensino de desenho e figuração, bem como o estudo das presenças europeias na pintura do Brasil no fim do século XIX e início do século XX. Desse modo, a comunicação visa não só apontar a importância da pesquisa dos esboços a partir da ideia do ensino acadêmico de pintura, mas também compreender o contexto brasileiro e internacional acerca do estudo do nu na academia.

Performance: preservação, documentação e registro

Joseane Alves Ferreira
joseanealfer@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE

Conceituar, definir ou classificar performance, não é simples, devido sua característica híbrida, de fronteira, por estar inserida em diversos campos do conhecimento – antropologia, cultura, música, artes plásticas, dança, teatro. Essa linguagem, assim como as artes contemporâneas, não se pautam em traduzir significações, que para o apreciador em alguns momentos pode não ser claro, mas é habitada por significados, experiências e muitas metáforas. Por outro lado, é sine qua non, manter viva a memória dessa linguagem, seja por arquivo, informações e fatos, experiências orais ou vividas, ações ou por registros. A Performance, linguagem pertencente ao universo das artes contemporâneas enfrenta questões relativas ao seu pertencimento em acervos e coleções nas instituições de arte, bem como sua articulação nesse mercado. O registro tem sido a forma mais recorrente e presente nos acervos, consagrando essa expressão, no sentido de perpetuar e garantir sua história e assegurar essa prática nas páginas da história. São diversos os registros que a performance utiliza: documentos descritivos das obras, resíduos, fotos e filmes, porém é relevante salientar que a fotografia e o cinema também são linguagens artísticas, com sua própria gramática, e muitas performances são finalizadas nessas plataformas. As instituições tradicionais, os museus, galerias, colecionam objetos de artes, e as manifestações imateriais encontram dificuldades de se integrar, colocando a ação performática em poucas coleções. Feiras de artes, galerias, instituições públicas, vem incluindo performances em seus acervos e coleções, ampliando o olhar sobre essa linguagem de aspectos singulares de conservação e preservação. Provavelmente, o maior dilema da sua inclusão em acervos, esteja em seu caráter imaterial, já que não é possível preservar a performance em si, nem o corpo do artista. No Brasil, o interesse pela linguagem e sua inclusão em museus, vem apontando crescimento, bem como o interesse dos curadores. A utilização do corpo, seja numa ação individual, ou coletiva, apresenta questões que compõem um novo panorama, para as instituições, que lidam com o contato direto com o público, mas por vezes são ações efêmeras. A performance sob o olhar de alguns artistas, curadores, não pode ser reproduzida, e se o for, poderá ser considerada outro produto, outra obra, pois cada momento é único, e talvez seja essa sua característica mais relevante (GALLON, 2016).

O tempo de Nelson Rodrigues: construções e temporalidades em Vestido de Noiva

Isabella Santos Pinheiro
isabellapinheiro@hotmail.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Teatro brasileiro, modernidade, Vestido de Noiva; Nelson Rodrigues, temporalidades

Pretende-se analisar a construção da temporalidade dos planos da peça Vestido de noiva, a partir do texto da peça e de suas indicações cênicas. Ressalta-se que por temporalidade entende-se o tempo próprio de cada ação. As relações entre a cena e o que ela projeta e as relações entre tempo e espaço de encenação, também serão investigadas. Vestido de noiva (1943), do dramaturgo Nelson Rodrigues, foi consagrada pela crítica teatral como o marco de início do teatro moderno brasileiro. A peça narra a história de Alaíde, que sofre um acidente e fica entre a vida e a morte. Enquanto os médicos prestam socorro a ela, a peça fica situada entre três planos: o da realidade - plano em que ela está sendo operada pelos médicos -, o da alucinação - que ela encontra uma mulher que já estava morta quando ela achou seu diário e descobriu tudo a seu respeito -, e o da memória - plano que aos poucos vai sendo reconstruído. Ao final da peça, aparece um quarto plano, denominado plano irreal. Conforme Alaíde vai se afastando da vida, o plano da realidade vai desaparecendo e as memórias vão sendo reconstruídas. As narrativas da peça ocorrem a partir do acidente de Alaíde, passam por toda a cirurgia e se encerram algumas cenas após sua morte. Embora o texto não sinalize a duração da cirurgia, muito possivelmente ela durou algumas horas, pois os diálogos dos repórteres dão a entender que eles estão recebendo notícias do estado de saúde de Alaíde no mesmo dia que ocorreu o atropelamento. Uma averiguação, por meio do texto da peça e de suas indicações, da forma de construção da cena em Vestido de noiva, pode ser uma interessante via de estudo das contribuições de Nelson Rodrigues para o teatro brasileiro moderno.

A trajetória de publicação das Notícias Práticas de Cuiabá do padre Diogo Soares

Jean Gomes de Souza
jhamgomes9@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Entre as décadas de 1730 e 1740 foram recolhidas e reunidas pelo padre matemático Diogo Soares as Notícias Práticas de varias Minas, e do descobrimento de novos caminhos, e outros sucessos do Brazil, conjunto de dezenove relatos escritos por homens experientes em percorrer por vias fluviais e terrestres os sertões da porção centro-sul da América portuguesa. Nos séculos seguintes as narrativas concernentes a Cuiabá – oito no total – vieram a público em períodos distintos: duas notícias foram publicadas de forma integral na Revista do IHGB nos anos de 1842 e 1862, seis, de forma parcial, pelas mãos de Afonso d’E. Taunay no tomo XI de História Geral das Bandeiras Paulistas, em 1950, e sete, de forma integral, em Relatos Monçoeiros, volume organizado por Taunay em 1953. O objetivo deste trabalho é traçar a trajetória desses relatos setecentistas até serem reunidos no códice das Notícias Práticas, sob a guarda da Biblioteca Pública de Évora, e compreender as razões pelas quais esses manuscritos foram editados e impressos em cada uma dessas iniciativas citadas. Para isso, a princípio, apresentaremos a origem desse conjunto documental no século XVIII e as intenções que o cercam. Em segundo momento, analisaremos a participação de Francisco Adolfo de Varnhagen, responsável pelo oferecimento de uma das notícias, na missão de recolha de documentos promovida pelo IHGB entre anos de 1839 e 1864, assim como esboçaremos algumas hipóteses referente à publicação de uma segunda notícia pela Revista da mesma instituição. Por fim, focalizar-se-á o trabalho empreendido por Afonso d’E. Taunay como coordenador da coleção da qual os Relatos Monçoeiros fazem parte e a sua ligação com o IV Centenário da Cidade de São Paulo. Enquanto que, no século XVIII, o recolhimento dessas notícias foi motivado pelos litígios territoriais existentes entre a Coroa portuguesa e a espanhola, no século XIX, a publicação pelo IHGB está vinculada não só aos conflitos fronteiriços entre o Império do Brasil e os recém-formados Estados vizinhos, mas também, ao projeto de unificação e centralização do país levado a cabo pelo Imperador, sendo o Instituto um dos seus braços de atuação. Já a publicação desses textos em meados do século XX obedeceu a uma lógica de fortalecimento da imagem do

bandeirante em um momento de resgate e projeção da identidade paulista nas comemorações dos quatrocentos anos de fundação da cidade.

Entre prosas, páginas e concretos: o Palácio dos Esportes, Mineirinho

Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa
lucylages@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Há estudos que evidenciam a existência de diferentes conflitos e interesses, que permearam e permeiam a ação do Estado no campo esportivo brasileiro. Destacando que a presença de disputas nesse setor estão presentes na trajetória política do esporte no Brasil (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005; CASTELLANI FILHO, 2001). Veronez (2005) demonstra inclusive que, incorporados ao Estado, grupos organizados tiveram seus interesses legitimados, criando assim, situações em que setores privados se beneficiaram das estruturas estatais. E, na política de lazer, também é possível identificar tais jogos de poder. Em Belo Horizonte, há evidências de que a ação do Estado no campo do esporte e do lazer também foi marcada por disputas, que atendiam aos interesses de alguns grupos (RODRIGUES, 1996). Essa situação foi recorrente ao longo do século XX. Assim como o crescimento do campo esportivo e do lazer, em especial a partir dos anos de 1960. No panorama de crescimento desses campos, grandes obras foram construídas para tornarem-se palcos do esportivos, em diferentes cidades. E em Belo Horizonte, tivemos a construção de dois grandes espaços para o esporte e o lazer, o Estádio Minas Gerais - Mineirão -, que foi planejado para ser o palco do futebol e do atletismo, e inaugurado em 1965; e o ginásio Palácio dos Esportes - Mineirinho -, que foi planejado para ser o palco de diversas modalidades esportivas e um espaço de lazer para a população. Desse modo, desponta a seguinte indagação: quais os interesses que estariam vinculados à construção do Mineirinho? Esta é a questão central na realização do presente estudo, que é parte da pesquisa de doutorado (em desenvolvimento) e que tem por objetivo identificar e analisar os processos que impulsionaram a construção do Palácio dos Esportes, popularmente conhecido por Mineirinho. A metodologia utilizada compreende a análise de documentos e fotografias do arquivo da Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG), do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo da Cidade e também do Museu Abílio Barreto. Até o momento, identificamos que os processos que levaram à construção do Mineirinho (1959 a 1980), guarda relação com interesses de grupos esportivos. E estamos investigando a relação com os interesses do governo militar, em especial na segunda metade da década de 1970, quando após um pequeno período de interrupção da obra, ela foi retomada e o ginásio foi inaugurado em 1980.

Literatura e imprensa na Corte: o jornal Diário do Rio de Janeiro (1821-1879)

Nayara de Souza Rocha
nayarasr95@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: cultura impressa, literatura, imprensa, folhetim, Brasil Império

O objetivo desta comunicação é discutir uma pesquisa de mestrado em andamento sobre a circulação de textos literários na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. A pesquisa tem como recorte as obras que eram publicadas na imprensa diária do período, especialmente na seção dos jornais denominada folhetim. Como fonte, foi utilizado o periódico Diário do Rio de Janeiro, que publicou textos literários no folhetim entre 1841 e 1879, ano do seu fechamento. Pretende-se, ao longo da pesquisa, entender o papel que a publicação de literatura teve nas mudanças ocorridas no jornal ao longo do tempo, assim como de que forma a imprensa teria contribuído para a formação de um público leitor no período. O Diário do Rio de Janeiro foi fundado como um jornal de anúncios em 1821, tendo mudado de formato, proposta e editor diversas vezes ao longo do tempo. Em 1832, passou a pertencer ao jornalista Nicolau Vianna, que transformou a Tipografia do Diário numa relevante impressora de livros na cidade e foi o responsável por aumentar o espaço dedicado à publicação de literatura no jornal. Em 1840, o editor criou um espaço específico para isso e no ano seguinte a seção passaria a se chamar folhetim, em referência ao *feuilleton* do rodapé da primeira página dos jornais franceses. A ideia do *feuilleton* já vinha sendo copiada pelo Jornal do Commercio desde 1839 e ambos os jornais aumentariam progressivamente o espaço reservado a textos literários. Essa mudança importante marcou o início da década de 1840 nos dois periódicos. O fato dos dois grandes jornais diários da primeira metade do século XIX passarem a publicar textos literários e continuarem investindo nesse tipo de publicação é indício de que os editores dos periódicos consideravam literatura rentável e atraente para o público. Apesar do entendimento comum de que a população do Rio de Janeiro da época era formada por uma maioria esmagadora de analfabetos sem acesso à cultura letrada, é possível observar que textos literários circulavam em publicações baratas e populares, como era o caso do Diário do Rio de Janeiro, e que havia demanda por eles. Os textos que eram publicados no Diário e na imprensa de forma geral contribuíram para que um público leitor de literatura se formasse na primeira metade do século XIX e orientaram as expectativas e gostos daquele público.

Modificações estruturais e paisagísticas no Forte Santo Antônio de Gurupá/ PA

Gabriele de Amorim Botelho
gabiabotelho28@hotmail.com

Helena Pinto Lima
lenalima@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE Paisagem, modificações, cultura material, forte, Gurupá.

A Amazônia é uma região que frequentemente passou por modificações paisagísticas em períodos pré e pós-contato. O Forte Santo Antônio de Gurupá se localiza na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas, e como as demais outras áreas do território amazônico, também passou por períodos constantes de ocupação. Inicialmente em 1616 o forte foi construído por holandeses com o nome Forte Mariocay e mais tarde em 1623 foi tomado pelos portugueses onde os mesmos modificaram seu nome para Forte Santo Antônio de Gurupá. Há relatos que caracterizam um forte fluxo europeu em Gurupá, essa constante presença antrópica na região é justificada a partir do momento que a área se apresenta por sua localização estratégica que beneficiaria a quem a mesma pertencesse tanto em âmbito territorial como em questões da posse indígena, pois através da cultura material e documentação histórica pode-se notar uma constante movimentação de etnias indígenas na região em diversos períodos de ocupação. Existe uma extensa iconografia que registra a paisagem onde se localiza o forte, essas fontes foram produzidas por viajantes em diversos momentos a mando da corte portuguesa, assim também como outros grupos que se interessavam em diversos aspectos pela localidade. Essas iconografias apontam para mudanças paisagísticas nessa localidade, da mesma maneira são observadas documentações históricas que relatam momentos de decadência e reforma do Forte Santo Antônio de Gurupá. Em períodos mais recentes é possível notar remodelações da área e isso se deve muito ao período da borracha com a implementação de seringueiras no local e atualmente a inserção de moradias em áreas correspondentes ao que no passado era o Forte de Gurupá. Nesse trabalho o objetivo mais amplo é compreender esses períodos de ocupações a partir da análise dessas iconografias e documentações históricas de períodos distintos da região com o intuito de avaliar as mudanças paisagísticas da área do Forte Santo Antônio de Gurupá. As informações que se possui são oferecidas pelos indícios arqueológicos, a documentação histórica, iconográfica, bem como os relatos etnohistóricos. É proposta para essa comunicação uma abordagem

interdisciplinar entre a arqueologia, história e antropologia visual, procurando avançar nas questões centrais da temática. Sugerimos que a cultura material pode não somente nos informar sobre as interações entre as culturas europeias e indígenas, mas também como períodos de interação do homem com a paisagem.

Apontamentos sobre a presença holandesa na Amazônia (1600 a 1623)

Pablo Henrique Santos da Silva
pablohenriquess15@hotmail.com

Letícia Pereira Barriga
leticiabarriga@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE Amazônia, holandeses, Gurupá, projeto, processo

A região de Gurupá está localizada na confluência do rio Xingu com o delta do rio Amazonas. Outrora marcada por um processo histórico permeado de interações pré-coloniais e coloniais, um território que envolveu diversas disputas entre as nações europeias durante o período colonial, especialmente entre portugueses e holandeses, e grupos indígenas. Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar a presença holandesa na Amazônia entre os anos 1600 a 1623, buscando compreender a ação colonial holandesa na região de Gurupá-PA, desde a fundação do forte Mariocay até sua expulsão pelos portugueses, em 1623. Os critérios metodológicos usados nessa pesquisa partem da análise de fontes escritas e mapas, e trabalhos que pontuem as atividades holandesas na região amazônica e principalmente na localidade de Gurupá. Por meio desta análise objetiva-se compreender a região, ligada a um contexto colonial holandês no território amazônico no início do século XVII, e dessa forma entender o processo colonialista no delta amazônico. Os estudos que analisam a presença holandesa no território amazônico são recentes, existindo ainda muitas lacunas sobre a ação desses sujeitos na região, o que justifica a importância deste estudo.

Travessia clandestina: diferentes representações sobre o “Coioote”

Carolina Silva Horta Machado
lina.shm@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada para o curso de bacharelado em História/UFMG, cujo tema são as representações sobre o processo de travessia clandestina por terra, do Brasil para os EUA, uma das formas pelas quais se dá a emigração ilegal, de (ex)moradores de Sardoá/MG. Por ser um processo baseado na ilegalidade, o risco aos viajantes é imanente, sendo as relações entre emigrantes e Coiotes fundamentadas em confiar no desconhecido. Nesse sentido essa apresentação tem como objetivo analisar as representações em torno da figura do Coioote, que se apresenta de forma ambígua, possibilitando ou impedindo a realização do sonho dos emigrantes. Para tanto, a pesquisa se valeu da metodologia da História Oral, que nos permite ampliar a compreensão do processo migratório, já que “as narrativas dos migrantes evocam os ‘imaginários culturais’ sobre os futuros locais de destino e explicam como estes imaginários são produzidos, disseminados, recebidos e usados.” (THOMSON, 2002: 345). Assim, foram realizadas entrevistas temáticas com emigrantes retornados, membros de uma mesma família originária da cidade de Sardoá/MG, que realizaram a travessia clandestina entre os anos de 2000 – 2015. A pesquisa conta também com a análise de reportagens jornalísticas sobre o tema, publicadas no período selecionado (2000–2015) e retiradas dos seguintes jornais: a Folha de SP, Estadão e Veja, que nos fornecem um panorama de como estava a questão da migração clandestina no Brasil. Além disso, serão utilizadas também as representações da emigração e do coioote, identificadas na novela América (Rede Globo, 2005, de Glória Perez), que trazia em seu enredo o drama da emigração clandestina para os EUA. Sol, personagem principal interpretada por Débora Secco, fez a travessia clandestina mais de uma vez durante a novela, com a ajuda de Coiotes que a colocaram nas mais perigosas e inimagináveis situações, agindo muitas vezes com violência. Assim, foi possível perceber a existência de diferentes imaginários sociais sobre o Coioote. Midiaticamente, por meio da novela América e das reportagens jornalísticas, o Coioote é representado como um vilão, responsável por cometer atrocidades durante a travessia clandestina. Por outro lado, as narrativas de emigrantes retornados evocam o lado humano do Coioote, que é representado como uma pessoa qualquer, que está apenas realizando um trabalho para sobreviver, e que sem ele o sonho de chegar nos EUA jamais seria alcançado.

História e Relações sociais em análise: Festivais de Arte-Cultura nos Gerais

Guidyon Augusto Almeida Lima
guidyonaugusto@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Sertão, festividades, microhistória

O presente trabalho possui como intuito apresentar alguns resultados do esforço de pesquisa sobre processo de construção histórico de três ambientes de interações entre os sujeitos. Constituídos dentro do "território Arinos-Chapada" (noroeste do Estado de Minas Gerais), o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, o Festival Sagarana e O Caminho do Sertão, operam como espaços de diálogos e disputas entre diversas perspectivas de mundo. As edições dos Festivais, realizadas a partir dos anos 2000, confluíram relações políticas, sociais e econômicas, protagonizadas por agentes (sujeitos e instituições), tendo seus interesses e conflitos expressos tanto nas programações, quanto na dinâmica de contatos propiciados pelos eventos. Neste sentido, vemos alterações na imagem tradicional do "Sertão Mineiro". Tendo por base as perspectivas teóricas da Micro-História, nas linhas de Jacques Revel e Giovanni Levi, o Território Arinos-Chapada conflui o anseio pela experimentação da micro-história, guardando costumes de um "Brasil rural", de uma "terra de fazendas", juntamente com a dinâmica de interrelações propiciadas pelo avanço das tecnologias, sendo coroadado com um imaginário literário construído pelos livros de Guimarães Rosa. A construção das reflexões sobre as experiências dos atores sociais é baseada nos escritos de François Hartog, de mesma forma o olhar sobre o processo de historicidade da região e seus conflitos, baseado em estudos principalmente da sociologia e da geografia crítica. Metodologicamente perpassamos por duas estruturas que orientam a pesquisa de campo, a "perspectiva orientada ao ator", na qual os olhares se atentam as nuances das arenas sociais, seus jogos de poder, as ações dos atores envoltos em teias de relacionamentos e valores. Juntamente, nossa análise etnográfica se baseará em outro pilar para organizar a pesquisa, o estudo sobre a multiplicidade de olhares compreensivos: "um olhar que vê, um olhar que sente e um olhar que reflete". O esforço central da pesquisa é proporcionar um entendimento sobre esse "caldeirão" de ideias e experiências de vida, que convivem no mesmo espaço, pautando discursos ao longo dos anos, confluindo para os poucos dias de Festividades que se tornam uma arena para as relações sociais.

Imigração italiana nos discursos da imprensa de São João del-Rei (1890-1914)

Caroline Marques da Silva
carollmarq@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imigração italiana, São João del-Rei, imprensa

A partir da segunda metade do século XIX, no contexto do processo de transição da mão de obra escrava para livre, imigrantes de diversas nacionalidades vieram para o Brasil devido às políticas imigrantistas. Dentre eles: alemães, suíços, chineses, espanhóis, italianos, entre outros. Grande parte desses imigrantes que chegaram ao Brasil era italiana. O processo de imigração de italianos no Brasil foi expressivo do final do século XIX até a primeira grande guerra. Nos discursos do período, muitas vezes, o imigrante era representado como portador de uma modernização que era pretendida naquele momento. Na cidade de São João del-Rei, situada na região das vertentes em Minas Gerais, se observou nos discursos da imprensa, como em outras localidades, uma preocupação acerca da abolição, bem como argumentos favoráveis à imigração e uma valorização do imigrante europeu. Essa cidade, que após o declínio da exploração aurífera destacou-se na produção de alimentos e no comércio, recebeu uma parcela considerável de imigrantes que em sua maior parte eram italianos. A presente comunicação aborda os resultados parciais da pesquisa em curso que pretende estudar as representações da imigração italiana em São João del-Rei, no período entre 1890 a 1914, por meio dos jornais da cidade. Para assim, analisar se ocorreram mudanças na forma como as políticas de imigração italiana, que eram subsidiadas pelo governo, foram representadas pela imprensa local.

Monsenhor Néelson e sua atuação nas eleições municipais de 1962 em Resende Costa

Ana Luiza Coelho Andrade
analuc.coelhoandrade@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE Política, igreja, história oral, livro do Tombo

O presente trabalho tem como objeto principal a figura de Monsenhor Néelson Rodrigues Ferreira, pároco por muitos anos na cidade de Resende Costa-MG, para além de sua importância na esfera religiosa, mas especialmente em relação à atuação política por ele desempenhada no município. Primeiramente busca-se pensar a ação do sujeito analisado dentro do universo político do ano de 1962 e, através de uma recomposição do cenário da época, identificar quais seriam os limites de sua atuação, bem como, compreender sua influência na cidade na qual atuou como padre. É também objetivo desse trabalho analisar o segundo volume do livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de França, mais especificamente sobre as eleições municipais de outubro de 1962. Juntamente com essa fonte escrita serão relacionadas fontes orais, a fim de melhor compreender os comportamentos eleitorais da época, e qual a efetiva influência e envolvimento do pároco. Para tanto, foram feitas entrevistas com pessoas de que alguma forma se inteiraram do assunto e que puderam fornecer depoimentos significativos.

Moço em estado de sítio: ruptura e experimentação em tempos de ditadura

Luiz Paixão Lima Borges
luizpaixaoteatro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE Política, igreja, história oral, livro do Tombo

A comunicação pretende apresentar alguns aspectos estéticos e dramáticos da peça *Moço em estado de sítio*, de Oduvaldo Vianna Filho – Vianninha. A peça representa um salto qualitativo sua produção dramática de um autor que sempre se debruçou sobre as contradições de nossa sociedade, tentando entendê-las, e a elas respondeu com uma obra consciente e empenhada na luta pela transformação social. Ao confrontar seus personagens com a realidade objetiva, Vianna demonstra que sua vinculação com as forças materiais condiciona dialeticamente seu desenvolvimento humano. As formas dramáticas revelam tais condições, numa relação metonímica, visando a desvendar as contradições sociais e, com isso, revelar o caráter do personagem em seu processo de formação e atuação política. Embora tendo sido escrita em 1965, permaneceu inédita até 1981. A peça inaugura um ciclo (*Moço em estado de sítio*, "Mão na luva", "Papa Highirte" e "Rasga coração") que têm no flashback sua técnica de composição e aprofundamento da utilização das formas do realismo psicológico e realismo dialético..

Fronteiras fluidas no século XVI: indígenas na capitania do Espírito Santo

Gabriel Angra Ghidetti
gabrielghid@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Pensar nos termos “capitania” e “Brasil” entre os séculos XVI e XVII é lidar com categorias extremamente flutuantes nos sentidos de fronteira cultural e política. Quando voltamos nossos olhos à capitania do Espírito Santo, para as cartas jesuíticas e para os documentos deixados pelos administradores, percebemos um jogo de forças que incluía, ademais, o elemento indígena como ponto de disputa entre religiosos e a população não-indígena formada majoritariamente pelos portugueses. Estes grupos encontram-se dispostos em fronteiras imaginadas, que, em todo tempo, estão em conflito umas com as outras sem se excluírem, como no fenômeno da mestiçagem. Os indígenas que viveram sob a cruz católica e sob o comando da espada nessa capitania, ao mesmo tempo em que vistos pela velha historiografia como homens aculturados e passivos, foram grupos fundamentais para que houvesse algum tipo de sucesso no empreendimento lusitano e na catequização, e não meramente como objetos de conquista, mas como personagens históricos. Queremos demonstrar como a participação do índio na capitania do Espírito Santo foi importante e imprescindível para que se sustentassem a empresa e a própria sobrevivência dos europeus que ocuparam o litoral. Essa participação assume formas diferentes e a temos construído historicamente a partir de resquícios europeus, o que demanda maior apuração da crítica das fontes, que são, em sua maioria, jesuíticas. Pelos inicianos, podemos compreender como os índios agiram de maneira a configurar uma resistência adaptativa e como os mesmos ressignificavam os símbolos europeus, ao mesmo tempo em que se mesclavam na trama das conquistas. Ora aliando-se a portugueses, ora aliando-se a franceses ou a holandeses, a fronteira indígena era fluida, e isso os permitiu infiltrar e sobreviver às intempéries trazidas pelo Velho Mundo. Quando nos aproximamos da capitania, esses fenômenos também se apresentam, trazendo o Espírito Santo à lente do pesquisador que se debruça sobre as redes que começavam a ligar o mundo pelo Atlântico.

Movimentos migratórios em Minas Gerais nos séculos XX e início do XXI

Sandra Nicoli
nicolinicoli@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE Território, imigração italiana, emigração dos descendentes

A imigração italiana é caracterizada por ser uma imigração familiar e com a maior procedência vinda, do Vêneto na Itália. Minas Gerais foi destino secundário das famílias de imigrantes italianos. Este estudo analisa os impactos da i/emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto nas Minas Gerais, numa dimensão de mobilidade populacional. Essas localidades foram pontos de chegada de diversas famílias de migrantes italianos, vindos principalmente do Espírito Santo, no início do século XX. Para uma melhor compreensão desse fenômeno e a formação de um território “italianizado”, trabalhamos com a memória dos descendentes de imigrantes italianos. Os sujeitos da pesquisa foram os descendentes mais antigos residentes na região, formando assim o Grupo I, e os descendentes que emigraram para a Itália, formando o Grupo II. A chegada de diversas famílias de imigrantes italianos permitiu nova configuração ao território, inserindo novas técnicas de manejo da terra e novos costumes. No entanto, ao longo dos anos, com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos dos primeiros migrantes, a sobrevivência dos descendentes italianos, no caso, das gerações mais novas, na região, fica comprometida, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Essa situação atrela-se também à busca pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo. Tal circunstância faz com que muitos descendentes, a partir da década de 1990, comecem a buscar o reconhecimento da cidadania italiana com o principal objetivo de emigrar. A partir dos relatos orais, entrevistas em profundidade e revisão bibliográfica, o estudo conclui que enquanto os italianos imigraram com o objetivo de permanecer no destino, seus descendentes emigram com o objetivo de trabalhar, fazer poupança, investir e retornar para a origem. Nesse contexto, a i/emigração são motivadas pela busca da melhoria de vida. Ao chegar às terras brasileiras, os imigrantes italianos buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes, das festas e da ideia transmitida para os descendentes de que ser descendente é ser diferente dos brasileiros. Por outro lado, os descendentes que fazem a emigração inversa dos seus antepassados, ao chegarem às terras italianas percebem-se brasileiros, pois não encontram a Itália reconstruída pela memória.

Análise da produção dos instrumentos de pesquisa no Arquivo Público do Estado do ES

Tiago Braga da Silva
tiagobragadasilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Os documentos de arquivo considerados de valor histórico constitui um dispositivo importante não só para a pesquisa, mas também para a relação que o indivíduo estabelece com um grupo social, com sua memória coletiva e individual. São fontes de pesquisas, visto que são testemunhas de ações e fatos do passado, que interrogados poderão contribuir com a escrita da história. Mesmo depois da constituinte de 1988, que considerou o documento de arquivo como item de referencia cultural e merecedor de preservação, ainda há nuances no cenário político acerca das instituições arquivísticas, que impedem o acesso pleno aos documentos de arquivo. Atualmente vive-se em um momento de expansão da luta pelo direito à memória, chamada pelo pesquisador Pierre Nora como a emergência da memória, onde diversos grupos sociais e étnicos têm reivindicado o seu passado, uma luta na busca pela memória e identidade, que têm múltiplas e diferentes formas, dependendo de cada caso individual. E esse momento desloca os arquivos públicos, instituições democráticas, para o epicentro desta discussão, uma vez que são responsáveis em selecionar, preservar e possibilitar o acesso aos documentos avaliados como de valor cultural, que juntamente com outras fontes, possibilitarão a mobilização da memória para a escrita da história individual e coletiva e, conseqüentemente, representa uma alternativa para afirmação de identidades de grupos e indivíduos até então silenciados. Com o objetivo de refletir sobre essas questões, o presente refletiu sobre o contexto de produção dos instrumentos de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entendo que as práticas realizadas pelos diversos agentes inseridos no campo dos arquivos representa uma estratégia de luta pelo o direito à memória. Foi realizada uma entrevista não estruturada e análise dos instrumentos de pesquisas disponibilizados pelo arquivo. Constatou-se que diversos agentes externos, usando de diferentes estratégias, conseguem operar mudanças e interferir na prática da instituição em questão.

Os porões da pesquisa histórica e o processo de recuperação e preservação do acervo

Luana Perdigão de Sá Bonacchi Santos
luanabonacchi@id.uff.br

Ana Beatriz Siqueira Bittencourt
bia.sbittencourt@gmail.com

Gabriel Vianna Moraes dos Santos
gmoraes@id.uff.br

PALAVRAS-CHAVE Amazônia, holandeses, Gurupá, projeto, processo

O acesso do historiador às fontes escritas dos diversos períodos é imprescindível para uma maior exatidão da pesquisa histórica, proporcionando um amplo panorama do assunto abordado. Para que tal acesso seja garantido, é necessário que os acervos documentais estejam devidamente preparados para receber visitas regulares de historiadores, com documentos em condições de manuseio e de leitura. Sem o devido cuidado para com a documentação presente nos diversos arquivos, a perda de material de pesquisa e a possibilidade de jamais ser possível recuperar importantes informações sobre o passado são patentes. Tendo em vista um horizonte no qual haja uma maior interação entre o profissional historiador e seu local de pesquisa, faz-se necessário uma maior conhecimento tanto das condições do acervo que será alvo da intervenção de pesquisa, quanto dos métodos de acondicionamento, manuseio e conservação de toda a documentação que possa se encontrar no arquivo. A divulgação dessas informações à comunidade acadêmica são imprescindíveis para que se possa compreender a importância de todo o procedimento de conservação e restauração que se efetua nos diversos acervos; da mesma forma se faz relevante a divulgação destas informações ao grande público, em uma proposta de aproximação com o fazer acadêmico, destacando a importância da preservação da documentação original para a sociedade, seu processo histórico e historiográfico. Nesse sentido, a presente apresentação tem por objetivo explorar os fatores de deterioração de acervos de arquivos e bibliotecas brasileiros, enfatizando a metodologia e a política de trabalho do processo de conservação e restauro documental. Além de expor os esforços de instituições em aprimorar as estas técnicas, a fim de tornar público ou facilitar o acesso a informações de cunho histórico, sendo então abordado sob a perspectiva do nosso contato com o trabalho de cofinanciamento

técnico-científico entre SPU-MPOG, UFF e BID para recuperação, preservação, organização, catalogação e disponibilização do acervo histórico do patrimônio da União no Rio de Janeiro.

A escultura de Nossa Senhora do Rosário na 6ª Jornada do Patrimônio Cultural/ MG

Vinicius Olimpio Ramos de Oliveira
viniliveira55@gmail.com

Beatriz Souza Oliveira
biaoliver20166@gmail.com

Tamiris Aparecida Andrada da Silva
tamiris.andrada@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE Arte religiosa, Ibituruna/MG, educação para o patrimônio, inventário

O estado de Minas Gerais é conhecido por seu Patrimônio Religioso, com destaque nas esculturas em madeira policromada. Em contraponto, ainda se encontram diversos bens que não possuem documentação, facilitando roubos e dificultando o rastreamento e devolução desses para suas respectivas comunidades. Esse trabalho trata de uma das poucas esculturas recuperadas e restituídas no estado de Minas Gerais: N. Sr.^a do Rosário, furtada em Ibituruna no dia 23 de junho de 1996, e que só foi restituída devido à memória afetiva de dona Maria do Rosário, zeladora da capela, ao reconhecê-la na TV em uma reportagem sobre uma escultura encontrada pela Polícia Militar de MG. Sem qualquer formação técnica, essa senhora identificou a imagem devocional devido à identificação de elementos formais característicos. Esse episódio nos diz muito sobre a necessidade de interiorização dos debates e formação de agentes locais quanto à conservação preventiva e descrição de bens culturais. A fim de discutirmos essa problemática com a comunidade local, realizamos no dia 23 de agosto de 2017 na Capela do Rosário uma oficina sobre preenchimento de inventário de bem móvel, além do estudo sobre técnicas como a colocação dos olhos de vidro e douramento com alunos do 3º ano do E. Médio da E. E. Prof.º Júlio Bueno. Os discentes receberam previamente um material de estudo incluindo textos e reportagens sobre a temática. A parte prática da atividade consistiu na análise formal da escultura realizada pelos próprios estudantes, acompanhados pela equipe da UEMG. Após a oficina, fomos convidados para colaborar na Mostra Cultural da escola em uma exposição que recebeu o nome de Mostra do Patrimônio onde foram expostos os resultados obtidos até então, além de diversas outras ações voltadas à preservação e identificação do patrimônio. O inventário continua a ser elaborado com os jovens de Ibituruna que demonstraram enorme potencial, e ficaram responsáveis pela Análise Histórica do bem móvel realizando estudos e entrevistas, e está

Caderno de Resumos - VII EPHIS – VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG.

07 a 11 de maio – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2018.

www.ephisufmg.com.br

próximo de ser finalizado. Essas atividades se demonstraram de grande importância, já que o município não possui uma secretaria de cultura que possa promover tais ações..

Os inocentes às portas: análise social dos expostos em Ouro Preto, século XIX

Melissa Lujambio Alves
meli_lujambio@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Este artigo tem por objetivo explorar os registros de inocentes expostos nos assentos de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, de modo a possibilitar reflexões sobre a infância abandonada na Vila de Ouro Preto, Minas Gerais entre os anos de 1803 e 1878, em correlação com a bibliografia sobre o tema. Buscou-se, assim, compreender o lugar social dessa população naquele contexto, visto que não existiam na localidade instituições laicas ou eclesiásticas que se dedicassem a recolher as crianças abandonadas e estas eram deixadas às portas da vizinhança. Foram analisados aspectos sobre a concepção de infância que transparece dessas práticas; a vulnerabilidade desse grupo social por meio de taxas de mortalidade; as altas taxas de crianças expostas em determinados períodos (ilegitimidade, crises econômicas e de alimentos, epidemias); e as causas possíveis que teriam levado ao declínio da exposição como alternativa às famílias que dela faziam uso. Os dados dos registros de batismos e óbitos e lista nominativa foram recolhidos pelo grupo de estudantes da disciplina Técnicas e Métodos de Pesquisa em História, do curso de História da Universidade Federal de Viçosa, ministradas pelo prof. Fábio Mendes, entre os meses de agosto e novembro de 2017.

Lima Barreto, leitor de João Ribeiro: reflexões sobre a escrita da História do Brasil no início do século XX

Carlos Alberto Machado Noronha
calhis2@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto, João Ribeiro, História do Brasil, diálogos

Essa comunicação visa analisar aspectos da cultura histórica brasileira de início do século XX. Como interlocutores, selecionamos o literato Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e o historiador e filólogo João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934). O primeiro apresenta nas suas anotações pessoais projetos de escrita e reflexões que sinalizam o objetivo de, por meio da literatura, rever determinados pontos da escrita da História do Brasil, especialmente quanto à questão da escravidão negra e os modos como as teorias racialistas fundamentavam a historiografia. Essa preocupação de Lima Barreto continua, de certo modo, em alguns de seus textos publicados e na orientação de suas leituras. Entre elas, a obra História do Brasil de João Ribeiro, publicada em 1900, constitui-se numa de suas referências. Lima a utiliza de maneira crítica, levantando pontos polêmicos que servem de base para a criação de certos enredos. Na tentativa de compreender os significados desse diálogo, realizamos um estudo daqueles primeiros projetos de escrita de Lima Barreto, alguns de seus textos publicados como os romances Recordações do escrivão Isaiás Caminha (1909) e Clara dos Anjos (concluído em 1922, publicado em 1948), o livro História do Brasil de João Ribeiro, duas cartas enviadas por Lima Barreto – uma ao próprio João Ribeiro, a outra endereçada a um de seus amigos na qual assinala sua intenção de refutar um trecho daquela obra do historiador sergipano), um artigo de João Ribeiro acerca do lançamento do romance barretiano Numa e a Ninfa (1917). Para aprofundarmos esse estudo e compreendermos o contexto cultural daquela época, apresentamos reflexões oriundas de trabalhos voltados para a análise da escrita da História do Brasil e das trajetórias intelectuais dos autores aqui destacados durante a Belle Époque carioca. Com essa perspectiva, portanto, pretendemos sinalizar as formas como a produção literária barretiana dialoga com a historiografia, contribuindo para o adensamento das discussões em torno da diversidade narrativa acerca do passado brasileiro na Primeira República.

Circulação de ideias: Construção e reforço de uma cultura fascista na rede

Geisiane Souza Camara
geisianesouza.c@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:

As reflexões sobre os fenômenos sociais, políticos, culturais no mundo contemporâneo tem buscado, de forma crescente, mesmo que ainda de maneira tímida, incorporar em suas análises perspectivas que levam em consideração as modificações nas formas de sociabilidade humana, de divulgação e compartilhamento de idéias, trazidas pelo uso e expansão da internet e de suas múltiplas plataformas, como as redes sociais. Os fenômenos relacionados ao mundo virtual tornaram-se objetos a serem historicizados. E a internet apresenta-se como um suporte importante a ser utilizado enquanto fonte para a produção do conhecimento. Seja mobilizada pelas Ciências Sociais, Ciências Políticas, pela História, etc. Nesse sentido, a proposta desta comunicação, debruçada sobre uso das redes sociais enquanto fontes para a produção do conhecimento histórico, é de traçar uma discussão sobre a emergência do Fascismo na internet e nas redes sociais. Discutir o Fascismo não enquanto um sistema político situado em um tempo e espaço específicos, mas como uma forma de organização das idéias, de vivência no mundo. Entendendo enquanto uma cultura que se apresenta disseminada socialmente e que encontra na internet e nas redes sociais um campo, infelizmente, fértil de divulgação e visibilidade. A proposta será a de traçar um sistema de comparação entre as idéias e propostas de ação difundidas por grupos nazistas e as idéias e propostas de ação alguns sujeitos (individuais ou coletivos) entendidos como disseminadores de propostas e comportamentos autoritários e extremistas no meio virtual. Pensar as formas naturalização das ideias fascistas e as especificidades da circulação dessas ideias nas redes. Pensar as similaridades e, também diferenças, encontradas nos discursos desses diversos atores. O recorte será dado à partir da popularização de Jair Bolsonaro enquanto figura publica. Mais especificamente à partir do ano de 2011, onde a postura autoritária dessa figura passou a ser mais difundida, conhecida e compartilhada. Atualmente, Bolsonaro se estabelece enquanto um difusor de ideias extremistas, racistas misóginas, LGBTfóbicas que, como pretende demonstrar a apresentação, não se restringem a ataques pautados apenas no preconceito, mas na mobilização do ódio contra uma série grupos sociais, culturais e políticos e que encorajam o aumento da violência contra esses grupos dentro e fora das redes. A apresentação, contudo, não está restrita a esse ator, mas o estabelece como ponto de partida.

A necessidade de repensar o Museu Regional do Sul de Minas

Bruna Fortunato Pereira
brunafortunatohist@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Museu, patrimônio, memória, identidade, conservação e restauro

O Museu Regional do Sul de Minas, localizado na cidade de Campanha - MG, composto por uma coleção diversa e um acervo de aproximadamente 2.400 bens, é o objeto desta pesquisa. Durante determinado período de estágio realizado, foi identificado uma série de problemas, dentre eles, destaca-se a precária documentação com rasa descrição sobre os objetos nas fichas de inventário/catalogação. A maior parte dessa documentação encontra-se com o mínimo de informação registrada, sem dados sobre autoria, procedência ou foto de identificação. Esses dados também são tão problemáticos quanto à descrição de características técnicas, estilísticas, iconográficas e a ausência de um projeto expográfico. Entende-se por museu, um espaço que estabeleça um vínculo afetivo e dialógico com a comunidade, respeitando a diversidade e a pluralidade, onde todas e todos tenham a possibilidade de acesso aos bens culturais. Sendo assim, quando a estrutura física que se apresenta impossibilita que isso ocorra, é preciso ser repensado o caráter de um museu inclusivo e acessível. Diante disso, torna-se de tamanha importância, a conservação adequada desses objetos bem como a restauração nos casos de extrema necessidade pois, o que se vê no MRSM é o descaso com elementos que são essenciais para a perpetuação da cultura, do conhecimento e para a construção da identidade local. Afinal, são objetos de memória que transmitem ao longo do tempo lembranças de determinados grupos e indivíduos e que, por meio deles, absorvemos as narrativas de nossos antepassados, valorizamos e nos apropriamos de sua história. Portanto, é necessário que haja uma salvaguarda efetiva para que esses objetos não sejam desfacelados pelo efeito do tempo.

Santos, Práticas Alternativas de Cura e Micro-história

Marcos Estevam Vasconcelos Silva
mevs_hist@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Santo do Poço Rico, práticas alternativas de cura, micro-história

A comunicação tem como objetivo divulgar os resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado que investiga, através das repressões que incidiam sobre as práticas alternativas de cura no município mineiro de Juiz de Fora, o papel e a importância dessas atividades no cotidiano da população da cidade no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 a 1941). A proposta é apresentar a trajetória de Francisco Marcio de Paula, um garoto de 16 anos, negro, pobre e analfabeto que ficou conhecido como “O Santo do Poço Rico”. De acordo com as informações contidas no inquérito em que Francisco foi réu e nas reportagens especiais publicadas pelo periódico “Diário Mercantil” na primeira quinzena de outubro de 1932, o “taumaturgo” estava realizando curas “assombrosas” na “humilde” residência em que se achava hospedado. Dizendo-se enviado da famosa “Santa” Manoelina de Coqueiros – personagem que também abordaremos - o menino chegou a atrair, em apenas um dia, cerca de duas mil pessoas que buscavam se livrar das enfermidades da alma e do corpo através de suas benzeções e da água que distribuía. Francisco rapidamente ganhou fama e destaque na cidade por conta de suas práticas de cura e seu sucesso imediato não foi responsável apenas por chamar a atenção daqueles que acreditavam em seus préstimos. Chegando ao conhecimento da polícia que um menor estava “atijando a curiosidade pública”, o delegado local determinou que fossem tomadas as necessárias providências para afastá-lo da aglomeração dos “crentes”, vindo de todas as partes. A história de Francisco Marcio de Paula nos permite discutir, através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de micro-história, algumas questões relevantes como os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da melhor forma de curá-la nos primeiros decênios do século XX e a condenação dos hábitos, dos costumes e das religiosidades populares, vistas pelas classes dominantes como fruto da ignorância e do atraso e que constituíam um sério entrave ao desenvolvimento e ao progresso do país. Em consonância com Roger Chartier, pensamos que “nessa escala reduzida, e sem dúvida somente nessa escala, podem ser compreendidas, sem reduções deterministas, as relações entre sistemas de crenças, de valores e de representações, por um lado, e pertencimento social, por outro”. (CHARTIER, 1987, p. 26 Apud GINZBURG, 2007, p. 264).

A visão católica do pentecostalismo em Campanha – MG no jornal “Voz Diocesana”

Adenilson Domingues Mariano
adenylsondomingues@gmail.com

Vânia Maria Siqueira Alves
vania.alves@uemg.br

PALAVRAS-CHAVE Pentecostalismo, reação católica, "Voz Diocesana", Campanha - MG

O presente trabalho propõe abordar a reação do clero católico ao avanço do pentecostalismo no município de Campanha – MG na década de 1950, através do jornal “Voz Diocesana”, veículo informativo oficial da Diocese criada na cidade em 1907. O periódico “tinha como propósito estabelecer vínculos de união entre a cidade episcopal e as paróquias, entre o assistente diocesano e as organizações paroquiais, comunicando notícias sobre o andamento de suas atividades” (VOZ DIOCESANA, 26/10/47. Ano I, nº 1, p. 01). Para combater missionários estadunidenses protestantes e pentecostais que vieram para o município e fundaram a Igreja Assembleia de Deus em 1954, as publicações desse jornal associaram os protestantes ao comunismo de forma maniqueísta aproveitando-se da condição política dos Estados Unidos e dos países da América Latina no contexto da Guerra Fria. O jornal ainda se utilizou de desqualificações para enfrentar o movimento protestante, referindo-se a seus integrantes como semeadores da discórdia, que dividiam famílias com suas pregações, e propulsores da destruição da integridade e soberania nacional. Soma-se a isso a preocupação com a expansão da doutrina protestante em escolas, hospitais e templos que, na visão católica podia lançar as gerações futuras à incredulidade a partir da infusão da dúvida religiosa. Para esta investigação, além das fontes impressas do periódico, contou-se ainda com depoimentos de indivíduos ligados ao movimento pentecostal no município. A análise dessas fontes evidenciou a intolerância e o combate da Igreja Católica em relação ao movimento protestante, objetivando manter sua hegemonia no meio religioso no município..

A culinária "Labatu" de São José do Triunfo, MG

Paulo César da Costa Pinheiro
pinheiro@demec.ufmg.br

PALAVRAS-CHAVE: Museu, patrimônio, memória, identidade, conservação e restauro

São José do Triunfo é um dos distritos do município de Viçosa, MG, situado à cerca de 8 km do centro. Sua origem está na doação de uma área de 2,5 alqueires que Bento Lopes fez ao Santo São José em meados do Século XIX. Com o fim da escravidão, os escravos libertos procuravam um lugar para se estabelecer e ali chegando obtinham gratuitamente da igreja um lote e construía um barraco. Aos poucos o patrimônio foi se transformando no povoado de São José do Triunfo. A pobreza da população do patrimônio levou ao consumo de alguns alimentos disponíveis no local e o desenvolvimento de uma culinária local, conhecimento oriundo dos antepassados, que se perdeu com o desenvolvimento econômico. Esse trabalho visa resgatar receitas da culinária local que desapareceram com a melhoria econômica da população, e com a introdução de novos alimentos. As receitas foram resgatadas através de entrevistas orais com moradores locais mais idosos, que foram instigados a relembrar alimentos que eram consumidos na comunidade na década de 50 e início dos anos 60 e que atualmente não são mais consumidos, bem como suas receitas.

O Brasil na Liga das Nações: novas fontes e novas propostas

Filipe Queiroz de Campos
filipeqc@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE

O objetivo dessa comunicação é demonstrar a estratégia política do Brasil na Liga das Nações. A Liga das Nações foi a primeira organização internacional criada para firmar a paz após a Primeira Guerra Mundial. O Brasil foi membro do Conselho da Liga, estando entre as grandes potências da época. O governo de Arthur Bernardes desenvolveu uma política ousada: assegurar o lugar permanente nesse Conselho para o Brasil; estratégia tão ousada que o Brasil vetou a entrada da própria Alemanha na Liga, em busca de garantir a posição permanente ao nosso país. A historiografia, porém, é pouco clara sobre as razões para esse veto e para a estratégia política brasileira então adotada. Essa comunicação propõe, porquanto, apresentar novas fontes e novas perspectivas de pesquisa sobre essa temática como resultado de nosso mestrado. Analisaremos um novo corpo documental encontrado no Arquivo Público Mineiro e uma nova perspectiva para compreender a estratégia política brasileira na Liga.

O sino da igrejinha: memórias de mães e pais de santo em São João del- Rei

Rafael Teodoro Teixeira
teixeirarafaelteodoro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Memória, cultura negra, identidade, oralidade

O presente trabalho vem apresentar o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “A voz dos atabaques na cidade onde os sinos falam: trajetória de vida de mães e pais de santo em São João del- Rei”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del- Rei, sob orientação da Professora Doutora Silvia Maria Jardim Brügger – DECIS/UFSJ. Por estar presente em diversas áreas das ciências humanas, a metodologia aplicada nesse trabalho é da História Oral, e em seus métodos encontramos aparatos que dialogam com a nossa temática de pesquisa, pois as religiões de matriz africana e afro-brasileira vêm sendo mantidas a séculos por via da tradição oral, que é passada por filhos e filhas de santo, adeptos das religiões e sobretudo pelas mães e pais de santo, esses últimos que carregam consigo os ensinamentos fundamentais para preservação dessas religiões. Nesse sentido, para essa pesquisa, a escolha de entrevistar as mães e pais de santo se justifica a partir de suas histórias de vida que se confundem com a própria história das religiões de matriz afro-brasileira e africana, e é por isso que um dos objetivos desse trabalho é contribuir no sentido de ressaltar a importância da preservação da memória das mães e pais de santo bem como dos terreiros, em resposta aos confrontos sociais que se impõem às práticas religiosas destes grupos com a intenção de deslegitima-las. Para que essa pesquisa tenha um melhor andamento, está sendo elaborado uma catalogação dos terreiros da cidade de São João del- Rei, está que é conhecida por manter viva em sua história, as tradições dos rituais católicos, que estão presentes no cotidiano e na memória da cidade e é por isso também que justifica a escolha da temática do projeto, pois na cidade “onde os sinos falam”, também os batuques dos atabaques e tambores ecoam um canto de resistência aos anos de escravidão, mas permanecem inaudíveis, mesmo que os terreiros tenham se multiplicado no entorno de toda a cidade.

O processo inquisitorial 8064 à luz da micro-história

Guilherme Marchiori de Assis
guilherme1marchiori@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História do Direito, micro-história, inquisição portuguesa

A seguinte proposta se inscreve na relação entre a História e o Direito, buscando avaliar de que forma um indivíduo específico, sua trajetória e sua teia de relações e significados sociais nos informam sobre as transformações na relação entre as instituições seculares e a Igreja no Portugal do Setecentos. Seu personagem central é o jesuíta italiano Gabriel Malagrida, religioso inaciano que dedicou grande parte de sua vida às missões nos quadros da colonização portuguesa, tendo atuado como missionário no Brasil por trinta anos. Assim como Domenico Scandella, vulgo Menocchio, da obra "O queijo e os vermes" do historiador italiano Carlo Gizburg, Malagrida foi réu em processo inquisitorial, do qual saiu condenado à morte. A sentença do processo inquisitorial de Menocchio era vasta e com atributos próprios, tal qual o processo de Malagrida. O processo deste foi bem distribuído, vez que seguiu o Regimento de 1640, aprovado ao tempo de D. João IV (1640-1656), "o Restaurador", sob a ordenação de D. Francisco de Casto, inquisidor-geral nesse período. Outro ponto de equiparação é a relação que a micro-história fornece: o mundo é equiparado ao queijo e aos vermes. Isso porque estes, por atributos próprios, consome aquele. Sob foco similar, Malagrida afirma que o terremoto de primeiro de novembro de 1755 fora fruto do pecado atribuído ao povo lisboeta. Ao contrário de Menocchio que não deixou escritos, apenas suas palavras nos autos inquisitoriais, Malagrida redigiu o opúsculo denominado "O Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a côrte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755", além da "Heróica e admirável vida da gloriosa Santa Anna mãe de Maria Santíssima, ditada pela mesma Santa, com assistência, aprovação e concurso da mesma Soberaníssima Senhora e seu Santíssimo Filho" e "Tractus de vita et Imperio Antichristi", todos os escritos anexados aos autos 8064 de 1761. O ponto mínimo de sua argumentação, qual seja, a ligação direta entre o pecado e o terremoto, gera um processo de 2033 laudas. Processo esse sob o Tribunal da Inquisição durante o reinado de D. José I (1750-1777). De outro modo, Menocchio faz apontamentos vistos como contrários aos dogmas da Igreja e ao Cristianismo. Condenado ao garrote vil e queimado na Praça do Rossio, em Lisboa, Malagrida é publicamente supliciado em 1761. Menocchio é condenado a usar o sambenito e sofre a pena de restrição de deslocamento, ou seja, não poderia sair de Montereale.

Os diálogos entre História e Literatura: neoindigenismo e resistência na obra do escritor peruano Manuel Scorza

Maria Thereza Magalhães Gomes de Santana
maria.thereza.97@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: História, literatura, peru, neoindigenismo

O presente projeto de pesquisa pretende estudar a primeira obra literária que compõem a pentalogia do escritor peruano Manuel Scorza, nascido em Lima em 1928, pertencente ao neoindigenismo, movimento que marcou a novela peruana a partir dos anos 1940. A pentalogia ocupa-se de narrar a luta dos camponeses dos Andes Centrais nos anos 60 do século XX contra os interesses econômicos de uma companhia mineira norte-americana, que tentava expulsar os lavradores de suas terras. É composta pelos livros “Bom Dia para os Defuntos” (1970), “Garabombo, o Invisível” (1972) – sendo que estes dois primeiros relatam os primórdios da luta camponesa –, “Cavaleiro Insone” (1977) – que relata a reorganização para uma grande batalha após o massacre de Chince –, “Cantar de Agapito Robles” (1977) e “A Tumba do Relâmpago” (1979) – que retratam a batalha final e o desfecho dessa guerra. Alicerçado no realismo mágico – escola literária latino-americana do século XX – Scorza se encarrega de narrar esta “guerra silenciosa” em tom de denúncia política e social, uma vez que a população indígena andina havia enfrentado este massacre sem o auxílio do Estado e sem registros por parte também deste Estado. Segundo o autor, a luta narrada é representativa de uma luta nacional contra o latifúndio e o neocolonialismo dos grandes cartéis que dominavam o Peru desde a colonização. Seu objetivo é, portanto, narrar o drama que a história oficial – termo utilizado pelo autor e passivo a críticas, conforme faremos no desenvolvimento desta pesquisa – não conta e que os índios não falam, evidenciando a resistência e coragem destes indígenas. O estudo, pois, se limitará à Província de Serro de Pasco no Andes Centrais e aos pequenos povos que lá habitam, onde ocorre o primeiro dos muitos massacres que vão acontecer durante “a última rebelião quéchua” de 1959-60. Este tema, portanto, se enquadra no atual panorama historiográfico e também apresenta a relevância de tentar responder lacunas deixadas pela História as quais a literatura se ocupou em repontar. O objetivo deste trabalho, então, é o de repensar os diálogos – limites e possibilidades – entre a narrativa literária e a narrativa histórica em diálogo com a historiografia contemporânea, refletindo em que medida um pode valer-se do outro ou, até mesmo, ocupar seu

espaço, como neste caso, em que a História não se preocupou em relatar as guerras silenciosas que, por outro lado, foram o objeto de pesquisa central do romancista peruano.

Opulência e ruínas: a fazenda do Mau Cabelo num contexto de longa duração

Márcio Mota Pereira
drmmota@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Estrada Real, Fazenda do Mau Cabelo, fazendas históricas, patrimônio histórico

Estabelecida às margens do Caminho Novo da Estrada Real, nas proximidades do encontro deste com o Caminho Velho, a antiga Fazenda do Mau Cabelo foi, nas primeiras décadas das atividades mineradoras, um dos principais estabelecimentos destinados ao pouso, descanso e reabastecimento dos viajantes que percorriam os caminhos de Minas com direção à região de Vila Rica e Vila do Carmo, bem como o fluxo que se dava no sentido contrário. Ao longo de todo o século XVIII, assistiu a um grande período de opulência, transformando-se em propriedade produtora de gêneros alimentícios que tinham como destino as vilas do ouro. Mais para o fim do século, foi adquirida por um importante naturalista luso-brasileiro, Joaquim Veloso de Miranda, que a partir de seu cabedal intelectual a transformou em um grade laboratório para o estudo de distintos gêneros da História Natural. Ao longo do século XIX, a opulência que durante tanto tempo caracterizou tal propriedade deu lugar ao abandono, que culminou com o fim da propriedade em tempos mais recentes. É, pois, objetivo deste estudo analisar a importância da antiga fazenda do Mau Cabelo no contexto da produção de gêneros para as regiões mineradoras, bem como constatar os motivos que levaram ao colapso desta importante propriedade rural mineira.

Recriando a escrita da História no modernismo artístico brasileiro dos anos 1940

Milena Guerson Lamoia
milenaguerson@uft.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Acervo de poeta, Vieira da Silva e Arpad Szenes, História e Memória.

Este trabalho aborda o desenvolvimento de um percurso de pesquisa em História da Arte que se deu a partir do contato com o Acervo do Museu de Arte Murilo Mendes, em Juiz de Fora/MG. Busca-se apresentar como a atitude colecionista de um poeta e crítico de Arte serviu de base para a construção de uma abordagem singular em História da Arte, com ênfase nas sociabilidades do Modernismo. Trata-se de enfatizar a relação de amizade entre o poeta Murilo Mendes e o casal de pintores naturalizados franceses Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes. O vínculo entre os dois artistas e o literato surgiu na década de 1940, no Rio de Janeiro, momento em que Vieira e Szenes encontravam-se em exílio, devido aos desdobramentos da 2ª Guerra Mundial no contexto europeu. Desse momento de instabilidade econômica, social e afetiva surgiriam relações de compartilhamento artístico-cultural entre poetas, críticos e artistas, nas conjunturas de um sistema de Arte ainda incipiente/emergente na cena carioca. As obras de Artes Visuais e os registros escritos (correspondências) hoje existentes no acervo do MAMM espelham essas relações, fazendo ressurgir, via "escrita da História", o convívio cosmopolita e intersemiótico, próprio à época. Em outros termos, o caráter fragmentário dos documentos em evidência ressoa na instabilidade daqueles "tempos de guerra", nos facultando construir interações peculiares entre História e Memória. Ao retratar Vieira da Silva em seus momentos de ateliê, Arpad Szenes traduz o pensamento plástico da artista sob seu olhar, na criação de um "mito" que reconta a sua história junto com a esposa, viabilizando a construção de uma pintura compartilhada. Tal compartilhamento se origina no diálogo da obra do casal entre si, mas se reforça nas produções de poetas, críticos e escritores, os quais constituem um círculo de convivência em torno dos dois artistas. Na riqueza das trocas de experiências e produções, a Arte revela sua melhor interface, pela valorização do instante cotidiano. É dessa forma que o dueto de poéticas empreendido pelo casal, além de promover um questionamento metalinguístico da Pintura entre o tradicional e o moderno, nos permite tecer ressignificações sobre a interface

Arte/vida. Arma-se um cenário teórico em que a materialidade do espaço se une à temporalidade subjetiva da memória, de onde a obra de Vieira e Szenes emerge como caso exemplar.

Representações e usos das inovações de indumentária de Maria Antonieta

Felipe Bernardo da Silva Goebel
goebel.felipeb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Antigo Regime, monarquia absolutista, Maria Antonieta, história da indumentária

A presente comunicação analisa as inovações de indumentária e comportamento feminino realizadas pela rainha Maria Antonieta (1754-1793) para ter sua posição e influências firmadas na Corte de Versalhes. Para tal, examinamos, inicialmente, os quadros oficiais e as polêmicas que alguns deles geraram na rígida sociedade de corte francesa e nos salons artísticos e filosóficos de Paris. Mobilizaremos ainda a revista *Cabinet des Modes*, a qual tinha a rainha como patronesse, e que serviu como divulgadora das tendências de vestimenta, ornamentação e comportamento cotejados pela rainha e seu grupo seletivo, e por isso considerado a *la mode* e copiado e adaptado por diversos setores sociais. Além disso, nos debruçamos sobre os panfletos políticos e pornográficos contrários à sua ascensão no interior da política cortesã buscando respostas negativas a essas inovações, centrando nosso olhar nas charges e caricaturas do período que mobilizam o vestuário e o comportamento feminino. Ao se posicionar com irreverência e rebelião frente às rígidas regras de vestimenta e comportamento da aristocracia do regime Bourbon, esperamos demonstrar de que forma Maria Antonieta e seu entourage foram capazes de operar mudanças significativas no vestir e agir feminino do período pré-revolucionário e como essas transformações foram divulgadas e adaptadas por diversos setores da sociedade francesa, dentro e fora de Versalhes, e apropriadas pelos críticos da monarquia. Dessa forma, analisamos o conjunto de representações e usos dados as inovações do vestir e se portar da aristocracia cortesã e, também, as declarações políticas contidas nessa atitude no período imediatamente anterior à Revolução. Tal subversão, além de gerar mudanças significativas na vestimenta e comportamento feminino, parece tê-la transformado na personificação do que havia de mais vicioso na monarquia absolutista, unindo as mais diversas críticas, desde as advindas das intrigas cortesãs até a dos libelistas populares de Paris e dos líderes *sans-culotte*, e por isso mesmo o que deveria ser totalmente aniquilado em conjunto com o regime.

O filtro de argila como patrimônio imaterial do Brasil

Karina Avelar de Almeida
kavelar44@gmail.com

Dalila Varela Singulane
dalilavarela.s@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

A fabricação de filtros de argila remonta a vida social de habitantes de núcleos urbanos do final do século XIX e início do século XX. O aumento da urbanização e o crescimento das cidades sem o acompanhamento de uma boa infraestrutura de saneamento básico criaram condições para o surgimento de um grande número de doenças e surtos. Nesse contexto surgiu o filtro de argila, em função da necessidade de purificar a água para o consumo e evitar a proliferação de doenças. Consideramos os filtros de barro uma invenção brasileira pois, embora recipientes de cerâmica já tivessem seu uso difundido e o emprego de velas filtrantes já fosse conhecido pelos europeus, a junção desses dois elementos se deu no Brasil. A combinação das técnicas de filtração conhecidas por imigrantes, sobretudo italianos e portugueses, com os recipientes de argila, matéria prima de baixo custo e muito abundante no país, resultou na criação de um novo produto e garantiu sua difusão. Desse modo, atualmente o filtro de argila é considerado um dos meios mais acessíveis e eficientes para a purificação da água. Sendo assim, o presente artigo busca elucidar e debater a origem dos filtros, bem como analisar a permanência e a preservação do seu modo de fazer. Para tanto, relatamos o caso da família portuguesa Souza e Silva que imigrou para o Brasil na primeira metade do século XX e fundou, na cidade de Juiz de Fora, uma oficina de fabricação artesanal de filtros e que preserva essa tradição até os dias atuais.

Prostitutas e prostituição: a opinião pública em jornais do Rio de Janeiro

Beatriz do Nascimento Prechet
biaprechet@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição, jornais, Rio de Janeiro

O presente trabalho consiste em uma tentativa de analisar a prostituição feminina através dos jornais que circulavam na Primeira República (1889-1920), tendo como intenção iluminar as práticas de resistência dessas mulheres frente ao cerceamento policial e da opinião pública, aliando as categorias de luta por direitos, relações de gênero, raça e classe para conseguirmos enxergar as disparidades entre o grupo de mulheres existentes no período em questão. Além disso, o que se almeja é apresentar o ambiente do meretrício carioca, construindo uma reflexão acerca de como a prostituição estava inserida na sociedade. Importante dizer que por mais que esta prática tenha sido perseguida, visando o ordenamento social e saneamento moral do território, ela também se constituiu como um “mal necessário” que garantia a higienização do casamento e a satisfação sexual masculina. Além disso, o que se pretende é repensar a prostituição compulsória da mulher negra e sua localização dentro da hierarquia da prostituição levando em consideração conceitos como vulnerabilidade e consentimento.

O legado e a fé: A construção da religiosidade na Capitania de Minas (1750-1780)

Yasmin Caroline de Souza Araújo
yasmincsouza@yahoo.com.br

Natália França Marinho
natalianatimarinho30@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Este trabalho visa analisar e compreender o processo de construção da religiosidade mineira atual, por meio da formação peculiar da religiosidade na Capitania de Minas Gerais, e como esse fenômeno é representado pelos oratórios, e elementos sincréticos durante o auge da mineração (1750-1780). Explicando a materialização da religiosidade mineira por meio dos oratórios, resgatando os aspectos formadores da religiosidade mineira que foram consolidados durante a segunda metade do século XVIII. Em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico embasará a contextualização do estudo, bem como fornecerá os pressupostos conceituais e teóricos necessários para a materialização eficaz dos objetivos dessa proposta, através do levantamento de fontes primária e análise documental e iconográfica. Projeto esse que será desenvolvido durante o ano de 2018.

Atuação política dos padres residentes em São João Del Rei (1828 - 1837)

Júlia Lopes Viana Lazzarini
jllazzarini@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Política imperial; padres políticos; imprensa são joanense

No Brasil o catolicismo se deu nos moldes do antigo regime e desde o padroado régio, vindo da herança portuguesa, a Igreja se confundia com o Estado e o poder político e o religioso se mesclavam. Assim, religião impregna todos os âmbitos da sociedade, desde a política, a cultura, a moral, intervindo tanto na vida pública quanto na vida privada. A Igreja teve, a capacidade de atingir a todas as classes sociais, desde as populações pobres camponesas e urbanas até a legitimação dos poderes monárquicos, ou seja, influenciando desde a esfera familiar e comunitária até a esfera do poder estatal e governamental. A religião se dava também como uma forma de socialização, onde grande parte dos indivíduos e famílias se encontravam. As missas, as festas e os cortejos para além de uma representação simbólica e mental são também espaços onde as pessoas e ideias circulam. As pessoas em geral passavam suas vidas ligadas a instituição religiosa, quando nasciam já eram inseridos nessa rede, passavam pelo batismo e se tornavam parte formadora da comunidade religiosa; quando se casavam e quando se preparavam para a morte a religião lhes servia a mesa. O Estado se utilizou desse caráter da Igreja e do clero para se legitimar e para alcançar a população. O Estado se via com dificuldades logísticas quanto a cobrança de impostos, inventários, publicidade das decisões administrativas e eleitorais e pela manutenção da ordem social, a paróquia servia dessa forma como centro eleitoral durante o Império. Todo esse contexto propiciou para a entrada dos padres na vida política, os padres políticos atingiram seu auge justamente durante o período regencial. Desde a Independência até 1841, há um destaque de clérigos atuantes no movimento político, não somente dentro dos cargos, mas também em movimentos intelectuais e revolucionários por todo o país. Sendo assim, pensamos que o padre, acaba por se inserir em uma ordem de dominação justamente por ser padre e por possuir um carisma relacionado ao Sagrado. Como forma de facilitar a comunicação procuraremos delimitar a discussão à Vila de São João Del Rei, sem nos esquecermos do contexto geral existente, dentre o período do final do primeiro reinado e durante as regências. Para isso analisaremos a disseminação das ideias, discursos e relatos desses clérigos por meio dos periódicos são joanenses.

O editorial de periódico científico: um espaço de construção da narrativa científica

Letícia Alves Vieira
leticia.alves@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso, comunicação científica, editorial, narrativa científica, periódico científico

Essa comunicação tem como objetivo trazer reflexões acerca do papel do editorial de periódico na construção das narrativas científicas na área de Ciências Humanas, com foco na disciplina História. Para consecução desse objetivo, realizou-se uma análise discursiva dos editoriais da revista *Varia Historia* no recorte temporal de 2007 a 2016. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma Análise de Conteúdo (AC) a fim de se organizar o corpus analisado em Análise do Discurso (AD), tendo como escopo a Teoria Semiolinguística (TS) de Patrick Charaudeau. Em síntese, com a análise dos editoriais, foi possível compreender o potencial desse novo objeto como instância político-científica e o fazer científico de um domínio de conhecimento. O modelo de combinação teórico-metodológica, entre AC e AD, e um novo objeto - o editorial científico - mostrou-se profícuo para a compreensão dos elementos discursivos presentes nos editoriais, desvelando o conceito de ciência construído segundo as discussões acerca da neutralidade da própria ciência, a construção do saber acadêmico e suas relações com os saberes leigos, a política como assunto histórico, e, por fim, a preocupação com a internacionalização do periódico, e a circulação do conhecimento científico em História. Dessa forma, foi possível iniciar a construção de um diálogo entre as disciplinas História, Linguística e Ciência da Informação, através da metodologia, objeto de pesquisa e referencial teórico para a realização do estudo..

MC 1 - História do Esporte e das Práticas Corporais

Marcus Vinícius Costa Lage

mvclage@gmail.com

Doutoranda em História

UFMG

Raphael Rajão Ribeiro

raprajo@gmail.com

Doutorando em História

CPDOC/FGV

Sarah Teixeira Soutto Mayor

sarahtsouttomayor@hotmail.com

Doutora em Estudos do Lazer

UFMG

Thiago Carlos Costa

thiagc_costa@yahoo.com.br

Doutorando em Estudos do Lazer

UFMG

Proposta do Minicurso

O objetivo deste simpósio temático é promover a troca de ideias e experiências de pesquisas que têm o esporte e as práticas corporais como objeto de investigação. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a História do Esporte e das Práticas Corporais vem se consolidando no âmbito do campo acadêmico da História. A complexidade do campo esportivo e a aderência da população global despertaram o interesse de pesquisadores que vislumbram em tais fenômenos a possibilidade de ampliar a compreensão de contextos sociais complexos. Hoje, o tema encontra-se disseminado em programas de pós-graduação de diversas áreas, tais como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Letras, Educação Física e História. Destaca-se, sobretudo na última década, a criação de grupos de estudo e

laboratórios em universidades de São Paulo, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que potencializou a publicação de livros, capítulos e artigos em periódicos. Nesse percurso, é fundamental a troca de experiências, debates e o compartilhamento de pontos de vista teóricos, metodológicos e epistemológicos entre os pesquisadores. Nos encontros nacionais e regionais de História, os simpósios dedicados ao tema estão estabelecidos desde o início dos anos 2000. Nesse mesmo sentido, desde a V edição deste Encontro de Pesquisa em História realizamos o presente Simpósio Temático congregando os pesquisadores interessados no esporte e nas diferentes práticas corporais institucionalizadas: dança, educação física, ginástica, atividades físicas “alternativas” (antiginástica, eutonia, ioga etc.), alguns fenômenos análogos de períodos anteriores à Era Moderna (as práticas de gregos, os gladiadores romanos, os torneios medievais, um grande número de manifestações lúdicas de longa existência), entre outras (como, por exemplo, a capoeira). Estudos do lazer também têm sido contemplados, especialmente em suas articulações com os usos do corpo. Trabalha-se, assim, com a perspectiva de utilizar o esporte e as práticas corporais como uma chave para compreender, interpretar e/ou explicar cenários culturais, políticos, econômicos e sociais, sobretudo dos séculos XIX e XX.

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
•MATOS, Cláudia Neiva de. Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. • PARANHOS, Adalberto. “Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo”. Nossa História. Ano 1, nº 4. São Paulo: Vera Cruz, fevereiro de 2004. Pp. 16-22. • _____. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. • VASCONCELLOS, Gilberto; SUZUKI JR., Matinas. “A malandragem e a formação da música popular brasileira”. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III, 4º vol. São Paulo: Difel, 1984. Pp. 503-523.

MC 2 - Reflexões sobre a Era Vargas

André Barbosa Fraga

andrebfraga@yahoo.com.br

Doutor em História

UFF

Proposta do Minicurso

Este simpósio objetiva reunir pesquisas sobre as transformações significativas operadas no Brasil de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, quando Getúlio Vargas ocupou a presidência da República. Poucos períodos da história do Brasil deixaram uma herança tão extensa e duradoura. O intuito do ST é o de fomentar a troca de experiências entre os historiadores que abordem esse período a partir de análises culturais, políticas, econômicas ou sociais. São bem-vindos trabalhos que versem sobre qualquer aspecto relacionado às ações empreendidas pelos governos provisório, constitucional, ditatorial do Estado Novo e democrático de Vargas, bem como sobre os reflexos que essas medidas tiveram no âmbito regional dos diferentes estados. Além disso, poderão participar também pesquisadores que estudem as oposições e as resistências aos projetos apresentados pelo grupo político de Vargas nos quase vinte anos em que o político gaúcho esteve no cargo de presidente, tais como análises a respeito das disputas pelo poder e das perseguições sofridas por lideranças sindicais, escritores e jornais.

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: RIBEIRO, Márcen de Pádua. Contribuição da psicanálise para a educação: a transferência na relação professor/aluno. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 39, p. 23-30, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 nov. 2017. CORDIÈ, Anny. Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência, (1912a). In: *Obras Psicológicas Completas*

de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. FREUD, Sigmund. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar (1914a). In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. KUPFER, Maria Cristina. Freud e a educação o mestre do impossível. São Paulo, Scipione Editora, 2005 LACAN, Jacques. O seminário - livro 8: a transferência (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MC 3 - A construção do imaginário ocidental acerca do homem muçulmano

Luiz Gustavo Soares Silva
gustavohistoriador@hotmail.com
Mestrando em História
UNIMONTES

César Henrique de Queiroz Porto
cesarportoporto@hotmail.com
Doutor em História
USP

Proposta do Minicurso

A forma como o Islã tem sido apresentado através dos meios de comunicação e expressão contemporâneos tende a tipificar a cultura muçulmana enquanto inferior ao modo de vida Ocidental. Sobretudo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 a retórica que polariza as relações entre o Oriente e o Ocidente foi intensificada. Assim, o homem islâmico passou a ser descrito como uma ameaça em potencial. Através deste minicurso propomos apresentar as diversas maneiras pelas quais os muçulmanos foram descritos em diferentes épocas e lugares pelo homem ocidental a partir das contribuições de Edward Said e Sophia Rose Arjana em *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* e *Muslims in the western imagination*, respectivamente. Além disso, evidenciaremos como esse conjunto de tradições imagéticas que deu vida a personagens como Drácula, Vathek e Frankenstein, passou a influenciar nossa percepção atual acerca do Outro.

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: ARJANA, Shophia Rose. *Muslims in the Western Imagination*. Oxford University Press, 2015. DANIEL, Norman. *Islam and the West*. Oxford: One World Publications, 2003. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016. HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio

de Janeiro: Objetiva, 2010. IRWIN, Robert. Pelo amor ao saber. Rio de Janeiro: Record, 2008. PORTO, Cesar Henrique de Queiroz. Uma Reflexão do Islã na Mídia Brasileira: Televisão e Mundo Muçulmano, 2001-2002. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2012. SAID, Edward W.. Cubriendo el Islam: Como los medios de comunicación y los expertos determinan nuestra visión del resto del mundo. Barcelona: Debate, 2013. SAID, Edward W.. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. WAINBERG, Jacques A. Mídia e terror: Comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

MC 4 - Proibição e continuidade do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil

Silvana Andrade dos Santos

silvanaandradeh@gmail.com

Doutoranda

UFF

João Marcos Mesquita

joaomarcosmesquita@gmail.com

Mestrando

UNIRIO

Proposta do Minicurso

A dinâmica e o funcionamento do comércio transatlântico de africanos escravizados para o Brasil é um tema bastante visitado pela historiografia. Nos últimos anos, é possível observar, no entanto, a intensificação de abordagens historiográficas sobre esta temática que tomam como perspectiva o contrabando ilegal, existente após a promulgação da lei de 7 de novembro de 1831. Em consonância com esses estudos, este minicurso abordará o processo de proibição do comércio negreiro para o Brasil e a continuidade do tráfico após 1831. Nele, discutiremos aspectos da conjuntura nacional e internacional da primeira metade do século XIX que levaram à promulgação da lei de 1831; o fluxo de desembarques de escravizados durante o processo de proibição do comércio negreiro; as estratégias utilizadas pelos traficantes; e as implicações socioeconômicas do recrudescimento desta atividade. Por fim, problematizaremos os fatores que possibilitaram que o tráfico permanecesse ativo até a década de 1850.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BETHELL, Leslie. A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: O funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: Revista de História. São Paulo. nº 167, jul-dez 2012. CONRAD, Robert. Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres. A abolição do tráfico de

escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000. TOMICH, Dale. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MC 5 - Teoria Queer & História: estranhando a história

Cássio Bruno de Araujo Rocha

caraujorocho@gmail.com

Doutorando em História Social da Cultura
UFMG

Gustavo Henrique Ramos Silva

gustavoramoscontato@gmail.com

Mestrando em História Social
UNIMONTES

Proposta do Minicurso

Este minicurso investiga as relações possíveis – mas ainda pouco pensadas – entre a Teoria queer e a História. Ao refletir sobre tais relações, objetivamos estranhar a forma como a História tem sido constituída em discurso na Academia brasileira. “Estranhar” tem tudo a ver com o queer, pois o fora da regra, o incômodo, são traduções possíveis para essa complexa expressão. Assim, estranhar a História é pensar como fazê-la de outro modo, fugindo à regra do Pensamento Heterossexual, invertendo-a, subvertendo ideias de sujeitos e objetos históricos, dissolvendo periodizações e possibilitando a entrada em cena de outros corpos. Para tanto, partiremos da trajetória político-social e acadêmica do movimento queer, abordaremos suas principais influências intelectuais, bem como seus expoentes nos Estados Unidos da América, na Europa e na América Latina, e, finalmente, apresentaremos as possibilidades de pesquisas históricas feitas de um lugar queer, tomando como ponto de partida nossa produção.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. CARRASCOSA, S.; SÁEZ, J. Pelo cu: Políticas anais. COLLING, L. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia 1. 2 DERRIDA, J. Gramatologia. DESPENTES, V.

Teoria King Kong. FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. PERLONGHER, N. O negócio do michê. A prostituição viril em São Paulo. PRECIADO, B. Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual. PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. PRECIADO, B. Terror Anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. El deseo homosexual RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. RUBIN, G. Políticas do sexo. SEDGWICK, E. A epistemologia do Armário.

MC 6 - Histórias em Quadrinhos e História: teoria, metodologia e leitura documental

Márcio dos Santos Rodrigues
marcio.strodrigues@gmail.com
Doutorando em História Social
UFPA

Proposta do Minicurso

O minicurso apresenta e examina, por meio de bibliografia específica, as metodologias e teorias referentes à análise de Histórias em quadrinhos (também conhecidas pela sigla HQ) no campo da pesquisa histórica. Propomos discussões que estabeleçam interseção entre o campo de estudos dos quadrinhos (comic studies) e suas correlações e seus usos no campo da história social e cultural. Haverá assim espaço para revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre quadrinhos já realizados, indicando obras teóricas nacionais e estrangeiras que versam sobre a utilização dessa modalidade artística/forma de expressão como objeto do conhecimento histórico. Partimos do pressuposto de que não existe uma metodologia única para a análise de HQs e, para tanto, apresentamos um repertório de opções possíveis para estudá-las. Refletimos ainda sobre os diferentes usos históricos, aspectos transnacionais e peculiaridades construtivas e de recepção dos quadrinhos.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BRIENZA, Casey. Manga in America: transnational book publishing and the domestication of Japanese comics. London: Bloomsbury, 2016. DANNER, Alexander; MAZUR, Dan. Quadrinhos: História moderna de uma arte global – De 1968 até os dias de hoje. São Paulo: Martins Fontes, 2014. GABILLIET, Jean-Paul. Des Comics et des hommes: histoire culturelle des comic books aux Etats-Unis, Nantes, Editions du Temps, 2005. GOMES, Ivan. Os novos homens do amanhã: o mundo dos quadrinhos na América Latina (Brasil e Chile, anos 1960-1970). Curitiba: Prismas, 2016 [no prelo]. GROENSTEEN, Thierry. História em Quadrinhos: essa desconhecida arte popular. Col. Quiosque 1. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2004. _____.

Système de la bande dessinée. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. STEIN, Daniel; DENSON, Shane; MEYER, Christina (org.). Transnational perspectives on graphic narratives. Comics at the crossroads. London/New York: Bloomsbury, 2013.

MC 7 - Homens em tempos sombrios: para compreender a filosofia de Hannah Arendt

Maria Visconti

mariavisconti92@gmail.com

Doutorando em História e Culturas Políticas
UFMG

Proposta do Minicurso

O minicurso propõe-se a uma discussão mais aprofundada de alguns dos conceitos fundamentais na obra da filósofa política Hannah Arendt tendo como base o recorte histórico do fenômeno do totalitarismo. Pretende-se inicialmente trabalhar com quatro conceitos chave, sendo estes: liberdade; totalitarismo; responsabilidade; banalidade do mal. Através destes conceitos, a discussão se voltará para outros tópicos como: a culpa, a responsabilidade política, a moralidade, o julgamento, as formas de governo, etc. Os conceitos trabalhados serão divididos em três tópicos: Liberdade, política e história; Totalitarismo; Banalidade do mal e Responsabilidade. O objetivo é mapear a teoria de Hannah Arendt acerca de múltiplos temas políticos, filosóficos e, obviamente, da condição humana, buscando uma maior compreensão de seu papel como pensadora dos tempos modernos.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011. _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. _____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. _____. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. _____. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 2010. _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. _____. *The life of the mind: the groundbreaking investigation on how we think*. Harcourt, Inc., 1978. _____. *A promessa*

da política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010. BIGNOTTO, Newton; MORAES, Eduardo Jardim de (orgs). Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MC 8 - A história oral, a oralidade, o testemunho e o discurso na história: narrativas e possibilidades

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz

glauberduardoribeirocruz@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Ângelo Anderson Andrade Coimbra

angelocoimbra25@yahoo.com.br

Mestre em História

UFMG

Moisés Ferreira Geraldo

profmoisesgeraldo@gmail.com

Mestre em Educação

UFMG

Proposta do Minicurso

O A história política, social e cultural são campos profícuos para o historiador, principalmente com o uso de fontes como o testemunho, o discurso e a oralidade que contribuem para a ampliação das pesquisas em torno de temáticas sensíveis e de experiências em cada tempo histórico. O objetivo do minicurso é promover um debate ampliado sobre a compreensão do vocabulário e da temporalidade do testemunho, do discurso e da oralidade na ação dos atores políticos, sociais e culturais. O destaque dado à história oral – por meio da oralidade e do testemunho – como ponte entre teoria e prática suscita questões sensíveis como a busca pela identidade e a relação de poder construída entre os atores. Por sua vez, as concepções de discurso político definidas envolvem o contexto político e as transformações discursivas na prática e no tempo; a análise interna e externa do discurso por meio de regularidades e temas; e as ações efetivas da linguagem relacionadas à hermenêutica.

Carga Horária: 6 horas/aula

Bibliografia: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 223-249. MAESO, Silvia Rodríguez. O contexto da denúncia na Comissão da Verdade e Reconciliação peruana: a política do testemunho e o conhecimento científico. Meritum: Belo Horizonte - v. 6, n. 2, p. dez. 2011. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996. MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos Penesb, Niterói, Editora da UFF, no 5, p. 15-34, 2004. POCOCK, John. G. A. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003. Repressão e Memória Política no Contexto Ibero Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

MC 9 - História do Tempo Presente: teoria, metodologia e perspectivas

Pedro Carvalho Oliveira
pedro@getempo.org
Mestre
UEM

Proposta do Minicurso

A História do Tempo Presente é um campo do conhecimento histórico envolto por dúvidas e polêmicas. Alguns debates contestam a sua existência associando-o a uma história imediata ou feita "no calor do momento", algo supostamente inviável para uma análise mais precisa dos acontecimentos históricos, portanto gerador de problemas. Outros a aproximam em demasia do jornalismo ou da sociologia. Com isso, surgem especulações equivocadas sobre sua validade historicista e sua dita superficialidade em relação aos fatos. No entanto, esta é uma área do conhecimento histórico em crescimento e apta a examinar o presente não de forma isolada, mas intimamente ligada aos processos em desenvolvimento desde o passado, seja ele mais recente ou não. Desta forma, propomos a discussão da teoria e da prática pertinente a esta disciplina a fim de elucidar sua necessidade e importância, bem como desfazer presunções que desconsideram sua utilidade.

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945: como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. Revista Eletrônica Boletim do Tempo Presente, Rio de Janeiro, vol. 1. n. 15, 2009. NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.) História: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976, p. 179-193. FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). Questões para a História do Presente. Bauru: Edusc, 1999, p. 103-118. FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 43-59. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco

Carlos. A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente, Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, vol. 42, n. 2, mai./ago. 2016, p. 744-772.

MC 10 - Os diálogos da História com outras áreas: o caso da História Ambiental

Jamerson de Sousa Costa
jamersonscosta@gmail.com
Mestrando em História
UFMG

Proposta do Minicurso

Temas ambientais enquanto temas transversais: os exemplos da Conferência de Belgrado (ONU, 1975), Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e Política Nacional de Educação Ambiental (1999). A entrada da pesquisa histórica na discussão a partir da História Ambiental. A historiografia da História Ambiental e o reforço dos conceitos de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. O diálogo com outras áreas de conhecimento encontrados nas obras de referência da História Ambiental. As principais áreas e campos em diálogo das obras de referência da História Ambiental. As dificuldades e as soluções/ inovações da História Ambiental enquanto aprendizados sobre os diálogos necessários da História com outras áreas e campos. Sugestão de aplicação em outros campos - construção a partir dos participantes. Comentários.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: CARVALHO, E.B. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de A ferro e fogo. Esboços, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 107-124, 2005. DEAN, W. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. DRUMMOND, J.A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. DUARTE, R.H. História & Natureza. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. LEFF, E. Construindo a História Ambiental da América Latina. Esboços, Florianópolis, v.13, p. 11-30, 2005. PÁDUA, J.A. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados (online), v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução João Roberto

Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

MC 11 - Sobre o conceito de passado

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

augustobrunoc@yahoo.com.br

Doutor em História

UFMG

Proposta do Minicurso

Este minicurso tem como tema e problema o conceito de "passado". A partir do estudo da história do conceito de passado dentro da tradição ocidental, bem como da história da ideia de tempo em geral, o ser do passado será devidamente elaborado. Para tanto, este curso contém três movimentos: primeiro, a exposição do conceito de passado que se sedimentou junto a tradição ontológica da ideia de tempo; depois disso, o curso se volta para a apresentação de um paradoxo que essa ideia de tempo tradicional carrega, fato que explicaria alguns dos problemas teóricos e impasses lógicos próprios a reflexão sobre o conceito de passado; por fim, como conclusão, em um diálogo direto com a filosofia da existência, proponho uma meditação sobre a constituição ontológica do conceito de passado que ultrapassa o seu significado tradicional a partir das obras de três pensadores: Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud.

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: Aristóteles. Física. [livro IV, capítulos 10-14]. Agostinho. Confissões. [Livro XI] Walter Benjamin. Sobre o conceito de história. [trechos selecionados] Martin Heidegger. Ser e Tempo. [trechos selecionados] Sigmund Freud. Ensaios de Metapsicologia. [trechos selecionados]

MC 12 - Introdução à história das mulheres no Medievo: imagens e textos, temas e espaços

Luciano José Vianna

luciano.jose.vianna@gmail.com

Doutor em História Medieval - Universitat Autònoma de Barcelona

UFPE- Petrolina

Proposta do Minicurso

Este minicurso tem como objetivo trabalhar, de forma introdutória, alguns aspectos da história das mulheres no Medievo. Para isso, serão utilizados documentos primários e secundários no que diz respeito à história das mulheres, destacando sua participação e influência em diversos âmbitos, tais como: educação, guerra, casamento, amor, literatura hagiográfica, espiritualidade e escrita da história. Esta proposta fundamenta-se em três campos: o campo historiográfico (através do qual podemos compreender historicamente a construção da história das mulheres na cultura ocidental medieval), o campo da pesquisa em História (onde observamos os âmbitos de atuação das mulheres, principalmente como protagonistas) e o campo do ensino de História (destacando a abordagem presente na última versão da Base Nacional Comum Curricular). A metodologia a ser aplicada será a exposição oral com a apresentação em slides de fragmentos de textos e documentos (textuais e visuais).

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: Correspondência de Abelardo e Heloísa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. CHRISTINE DE PIZAN. A cidade das damas. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2012, p. 58-60. JACOPO DE VARAZZE. Legenda Áurea – vidas de santos (1253-1270). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. ANDRÉ CAPELÃO. Tratado do Amor Cortês. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DUBY, Geroges e PERROT, Michele. História das Mulheres. A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1992. MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. São Paulo: Contexto, 2002. RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique. El despertar de las mujeres. La mirada femenina en la

Edad Media. Barcelona: Península, 1999. SCOTT, Joan. História das mulheres. In: A escrita da História. Novas perspectivas. Peter Burke (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 63-95.

MC 13 - História, descolonização e alteridade: percursos intelectuais e historiográficos

Felipe Silveira de Oliveira Malacco
fmalacco@hotmail.com
Doutorando em História
UFMG

Guilherme Bianchi
guilhermebianchix@gmail.com
Doutorando em História
UFOP

Lídia Maria de Abreu Generoso
generosolidia@gmail.com
Mestranda em História
UFOP

Proposta do Minicurso

Os movimentos de crítica e combate ao colonialismo, ao imperialismo e ao neocolonialismo foram responsáveis por uma produção intelectual expressiva, que se apropriou de ideias, conceitos e teorias para criticar não só essas estruturas de dominação, mas também muitas das categorias eurocêntricas que orientavam a produção de conhecimento. Mais tarde, o termo guarda-chuva “pós-colonialismo” passa a abarcar trabalhos que – se bem distintos entre si – apontam para um processo de institucionalização do estudo das relações entre colonização, imperialismo e cultura. Recentemente, o avanço do neoliberalismo, a crise climática global e o diálogo com os movimentos indígenas suscitam novas reflexões sobre o papel da História e das humanidades. Este minicurso tem como objetivo discutir e articular essa bibliografia à luz de uma análise historiográfica, refletindo acerca dos desafios que a descolonização interpela às práticas, teorias e metodologias empregadas na produção historiográfica.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: Aula I CABRAL, Amílcar. Unidade e Luta. Disponível em: <https://goo.gl/TAUbCS>. Acesso em: 26/10/2017. CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. _____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. NKRUMAH, Kwame. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967. MARIATÉGUI, Carlos José. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Alfa-Omega, 2004. RETAMAR, Roberto Fernández. Caliban e outros ensaios. São Paulo: Busca Vida, 1988. Aula II BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. CHAKRABARTY, Dipesh. A pós-colonialidade e o artifício da história: quem fala em nome dos passados “índios”? Disponível em: <https://goo.gl/pXEYND>. Acesso em: 20/11/2017. SAID, Edward. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. MUDIMBE, Valentin-Yves. A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda/Mangualde: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013. MIHESUAH, Devon; WILSON, Angela. Indigenizing the Academy: Transforming Scholarship and Empowering Scholarship. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004 Aula III APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Sopro 91, jul. 2013, p. 3- 22. DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. Expedições: Teoria da História & Historiografia, v. 4, n.1, jan-jul 2013: p. 9-25. GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 115-147. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014. MIGNOLO, Walter, Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom. Theory, Culture & Society, vol. 26, no. 7–8, 2009. VIVEIROS DE CASTRO, E. Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. The Journal of the Royal Anthropological Institute, 4, 3, 1998.

MC 14 - O exílio nas ditaduras do Cone Sul: possibilidades para a análise do tema

Débora Strieder Kreuz

debora_kreuz@yahoo.com.br

Doutoranda

UFRGS

Proposta do Minicurso

O presente minicurso visa analisar um fenômeno que só recentemente tem ganhado a preocupação dos historiadores: o exílio derivado do Terrorismo de Estado praticado pelas ditaduras de Segurança Nacional nos países do Cone Sul, mais especificadamente nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, buscar-se-á discutir o conceito de exílio, apresentando suas especificidades de configuração naquele momento histórico. Da mesma forma problematizar o seu uso pelas ditaduras para fazer com que saíssem do território nacional aqueles indivíduos considerados “inimigos internos”. Por fim, serão analisadas brevemente as formas pelas quais deu-se o exílio nos países do Cone Sul, a saber: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, atentando para o caso brasileiro (formas de saída, quem saiu, países de destino, experiências no exterior e retorno).

Carga Horária: 4 horas/aula

Bibliografia: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. Memórias do exílio, Brasil 1964- 19???. São Paulo: Livramento Ltda, 1978. COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. FERNANDES, Ananda Simões. O controle da resistência e da solidariedade dos refugiados políticos no Brasil pela comunidade de segurança e informação da ditadura civil-militar brasileira: A comunidade de informação e segurança da ditadura brasileira. TALLER (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, Vol. 4, N° 5, pp. 144-155. FERNANDEZ, Jorge Christian. Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989). 2011. 618f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. JENSEN, Silvína. Exílio e

Historia Reciente. Avances y perspectivas de un campo em construcción. Aletheia, vol.1, número 2, maio 2011. MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). 2011. 272f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36. RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Militância e Exílio: as trincheiras subterrâneas de Luta. FAHCE-UNLP / FHCE-Udelar, 2014, Montevideu. II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 2014. ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.451-467. SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luiz. La política del destierro y el exílio em América Latina. México: FCE, 2013. YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.11-30.

MC 15 - “A Carne Mais Barata do Mercado”: Representações sobre a negritude

Rogéria Cristina Alves
rogeriaufmg@gmail.com
Doutoranda em História
UFMG

Andréia Martins da Cunha Moura
andreia.cunha@educacao.mg.gov.br
Mestre em Educação
UFMG

Iara Pires Viana
iara.viana@educacao.mg.gov.br
Mestre em Geografia
UFMG

Proposta do Minicurso

Este minicurso abordará as representações em torno da negritude divulgadas nos últimos dez anos, pela mídia e por materiais didáticos. O principal objetivo desta proposta é promover reflexões sobre as mudanças ou permanências de estereótipos, racismo e outras discriminações que, por ventura, ainda circulem nos meios de comunicação em massa, bem como nos materiais didáticos utilizados pelas escolas públicas de nosso país. Pretende-se, dessa maneira, mensurar e vislumbrar os efeitos da lei de número 10.639/2003 – que alterou a lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB), ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras, ainda no ano de 2003. O que mudou de lá para cá? A convicção posta pela lei, de que a educação é a chave para mudança das visões racistas sobre a população negra no Brasil, têm seus efeitos visualizados no atual contexto sócio-político brasileiro? O que nos dizem as imagens e textos?

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, [2005] 2011. DIWAN, Pietra. *Raça pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007. FANON, Frantz; DA SILVEIRA, Renato. *Pele negra*,

máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008. GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995. GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. Cadernos Pagu, vol. 6-7, pp.67-82, 1996. Disponível em: </cadpagu_1996_6.7_5_GOMES.pdf>. Acesso em 16 Abr. 2014 GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In, MOREIRA, Antonio F; CANDAU, Vera M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 67-89. MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. OLIVEIRA, Reinaldo José de & OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. In: Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, 2015. Disponível em <http://alhim.revues.org/5191>. Acesso em 04/12/2016. SANTOS, Joel Rufino. A Questão do Negro na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 1990, Coleção "Na Sala de Aula". SANTOS, Milton. O espaço do Cidadão. São Paulo, Studio Nobel, 1993. Silva, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático : o que mudou ? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011. SCHWARCZ, Lília M. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. _____. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. Ciência e Cultura, v. 64, p. 48-55, 2012. _____. Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012. v. 1. 148 p.

MC 16 - Introdução à História das Religiões: Aspectos Práticos e Teóricos

Tomaz Pedrosa de Tassis
tomaztassis@gmail.com
Mestrando
UFMG

Proposta do Minicurso

A religião como fenômeno inserido no tempo e na história gerou um campo de debates riquíssimo em possibilidades exegéticas, fenomenológicas e epistemológicas, sendo que as inúmeras formas de se abordar o fenômeno religioso muitas vezes se colocaram em franca oposição; é com o objetivo de analisar algumas de suas correntes teóricas e elementos analíticos que nosso curso pretende abordar a História das Religiões. Passando por um primeiro eixo fundamental de explicitação dos fundamentos teóricos e de elementos fundadores da disciplina, nos voltaremos a elucidar de três abordagens para o estudo do fenômeno religioso: Fenomenologia (Otto, Eliade, Van der Leeuw, Meslin), a escola "italiana" (Pettazzoni, Brelich, De Martino, Massenzio) e a "escola de Paris" (Vernant, Dettiene, Borgeaud). No segundo movimento, vamos analisar como as "escolas" previamente mencionadas se dedicaram ao escrutínio de religiões específicas tais como as tradições greco-romanas, semíticas, irânicas e indianas.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: Fundamentos Teóricos Fenomenologia: ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992. MESLIN, Michel. Fundamentos de Antropologia Religiosa: A Experiência Humana do Divino. São Paulo: Vozes, 2014. OTTO, Rudolf. The Idea of Holy. Londres: Oxford University Press, 1923. Escola Italiana: BRELICH, Angelo. Prolegomeni a una Storia delle religioni. In: PUECH, E.C. (Org.) Storia delle religioni. Bari: Laterza, 1970. MASSENZIO, Marcelo. A História das Religiões na Cultura Moderna. São Paulo: Hedra, 2005. PETTAZZONI, Raffaele. Monoteísmo e politeísmo: saggi di Storia delle religioni. Milano:

Edizione Medusa, 2005. Escola de Paris: BORGEAUD, Philippe. Exercícios de Mitologia. São Paulo: Edições Loyola, 2009. DETIENNE, Marcel. A Invenção da Mitologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. VERNANT, Jean-Pierre. Mito e Religião na Grécia Antiga. São Paulo: Martins fontes, 2006 Observações: A bibliografia para o segundo movimento do curso será divulgada no primeiro dia de aula.

MC 17 - Espaços Urbanos Esquecidos: A Sala de Aula é a Cidade - História e Patrimônio

Augusto Moutinho Miranda
guto_moutinho@yahoo.com.br
Mestrando em Arqueologia
UFS

Rafaela Fonseca de Oliveira
rafaelafonoliveira@hotmail.com
Graduada em Arqueologia e Preservação Patrimonial
UNIVASF

Bruno Vitor de Farias Vieira
bvturismologo@gmail.com
Doutorando em Arqueologia
UFS

Proposta do Minicurso

Discutir os diferentes espaços urbanos que podem ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que inúmeros lugares dentro das cidades são detentores de memórias coletivas, que muitas vezes não são reconhecidas.

Apresentar possibilidades de trabalhar com os espaços não formais não institucionalizados, uma vez que muito tem se discutido sobre os espaços institucionalizados, como os museus. Desenvolver a percepção dos espaços sensoriais, como lugares que guardam memórias e histórias de grupos que não estão relatadas nas falas oficiais. Problematizar as percepções sobre o Patrimônio, que reproduzem o discurso da história oficial.

- Unidade I – Espaços Urbanos Esquecidos e Memória
- Unidade II – Espaços Não Formais: Não Institucionalizados e Institucionalizados
- Unidade III – Sensorialidade e Memória
- Unidade IV – Patrimônio de Quem e Para Quem.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BUCHLI, V.; LUCAS, G. Archaeologies of the Contemporary Past. Londres: Routledge, 2001 FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2007 HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004 KNAUSS, P. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. In Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.151-168. 2008 _____ Grafite Urbano Contemporâneo. In TORRES, S. (org.). Raízes e Rumos. Rio de Janeiro p.334- 353, 2001 LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.i.:s.n.], 2007 LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994 PELLINI, J. R. Onde está o Gato? Realidade, Arqueologia Sensorial e Paisagem. Habitus, Goiânia, v. 9, n.1, p. 17-31, jan./jun. 2011 POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989 VOGEL, A; MELLO, M. A. S. Sistemas construídos e memória social: Uma arqueologia urbana? Revista de Arqueologia, Belém, v. 2, n.2. 1984.

MC 18 - A pesquisa histórica em saúde e doenças: fontes, metodologias e trajetórias

Eliza da Silva Vianna
eliza.vianna@gmail.com
Doutoranda
PPGHCS/COC/Fiocruz

Rodrigo Ramos Lima
contatomagisterio@hotmail.com
Doutorando
PPGHCS/COC/Fiocruz

Luiz Alves Araújo Neto
luizalvesan@hotmail.com
Doutorando

Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto Nacional do Câncer

Proposta do Minicurso

A história das doenças, saúde e medicina tem recebido cada vez mais atenção dos historiadores, consolidando-se como campo de estudo. A multiplicidade de abordagens e diálogos para a investigação histórica sobre saúde e doenças traz aproximações com a Filosofia, a História Social e Cultural, a Antropologia, os saberes Psi, a Sociologia, a História das Ciências, Saúde Coletiva, e a própria Medicina. Os procedimentos de pesquisa histórica ampliam-se, contemplando novas questões, métodos e fontes para o ofício da história. O minicurso trará discussões sobre tipologias de fontes úteis e interessantes à pesquisa em história das doenças e saúde, em suas várias perspectivas. Partindo da bibliografia especializada e da prática de pesquisa, os encontros abordarão os usos de fontes como materiais de campanhas preventivas; acervos audiovisuais; produção técnico-científica da medicina e saúde pública; narrativas de pacientes; literatura; música; prontuários médicos etc.

Carga Horária: 6 horas/aula

Bibliografia: FERNANDES, Tânia. Ouvindo histórias e memórias: o depoimento oral como fonte. In: Franco, SP, NASCIMENTO, DR, SILVEIRA, AJT (orgs). Uma história brasileira das

doenças, volume 6. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016, pp: 53-71. HERZLICH, Claudine. “Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Vol.14, nº 2, 2004. HUISMAN, Frank and WARNER, John Harley. *Locating Medical History. The Stories and Their Meanings*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2006. LE GOFF, Jacques. *As Doenças têm História*. Lisboa: Terramar, 1997. Apresentação e “As doenças dos reis de França” (pp.231-240) LECOURT, Dominique (org.). *Dictionnaire de la pensée médicale*. Paris: PUF, 2004. MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Rev. Bras. Hist.* vol.23 no.45 São Paulo July 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002> NASCIMENTO, Dilene R. Um caminho positivo: enfrentando o estigma da Aids. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul (orgs). *Uma história brasileira das doenças*, volume 1. Brasília, Paralelo 15, 2004, pp.323-335. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. As imagens do Mal. In: *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil - uma história comparada*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005. PORTER, Roy. The patient’s view: doing medical history from below. *Theory and Society*. Vol.14, Nº 2 (Mar, 1985), pp.175-198. RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). *Possibilidades de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2017. ROSENBERG, Charles E., *Explaining Epidemics and other studies in the History of Medicine*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995. [cap. 13 e 14] WADI, Yonissa Marmitt. “Eu gostaria que estas cartas fossem tudo num jornal, para todo o povo saber...”: a escrita epistolar como fonte para a história da loucura. In: Franco, SP, NASCIMENTO, DR, SILVEIRA, AJT (orgs). *Uma história brasileira das doenças*, volume 6. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016, pp.73-98.

MC 19 - Comida e cultura: uma introdução aos estudos de História da Alimentação

Carolina Figueira da Costa
carolinafigueirac@gmail.com
Mestre
Universidade de Coimbra

Amanda Alexandre Ferreira Gerales
amandaalexandre@gmail.com
Mestre
PUC-SP

Lays Silva de Souza
lassouza3@gmail.com
Especialista
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Proposta do Minicurso

O curso propõe discutir questões introdutórias acerca dos estudos de História da Alimentação. A alimentação é um ato social, cultural e político, de acordo com os estudiosos do tema. Sendo um elemento material da cultura, indica representações e imaginários, já que implica em escolhas, classificações e símbolos que ordenam e organizam as diversas visões sociais coletivas de mundo. A alimentação é também entendida como um sistema simbólico que comunica os códigos sociais e culturais presentes nas relações humanas. Para o desenvolvimento dessa discussão, abordaremos inicialmente o tema a partir de uma perspectiva teórica para compreender que colocar um alimento na boca é mais que um simples gesto. Em um segundo momento serão apresentados três estudos de caso que são elucidativos das expressões sociais, culturais e políticas. Os eixos abordados são: a construção de uma história do gosto, o alimento ritualizado em festas populares e políticas públicas alimentares em Belo Horizonte.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

CONTRERAS, Jesús. GRACIA, Mabel. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

COUTO, Cristina. *Arte de cozinha: Alimentação e Dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da Alimentação*. Tradução de: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a gourmet. Uma história da gastronomia*. São Paulo: Senac, 2010.

LE MOS, Mauro B., CUNHA, Altivo R. A. A. Os fluxos de Abastecimento no Sistema agroalimentar de Minas Gerais: O caso de Belo Horizonte. In: *Seminário de Economia Mineira*, 7, 1995, Diamantina. *Anais do VII Seminário de Economia Mineira*, v. 2, Diamantina, 1995.

LODY, Raul. *Brasil bom de boca: temas da antropologia da alimentação*. São Paulo: SENAC, 2008.

MACIEL, Maria Eunice. “Uma cozinha à brasileira.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 33, janeiro-junho de 2004, p. 25-39.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. 1. ed. Diamantina, MG: Maria Fumaça ed., 2000.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação: Culturas alimentares, práticas e artefatos. In: *Varia História*. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 32, n° 58, jan/abr 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. *A História da Alimentação: balizas historiográficas*. *Anais do Museu Paulista*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 9-91, jan. 1997.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PERULLO, Nicola. *O gosto como experiência. Ensaio sobre filosofia e estética do alimento*. Col. *Memória e Sociedade*. Editora SESI-SP, 2016.

SHAPIN, Steven. *A mudança nos gostos: que gosto as coisas tinham no começo da era moderna e que gosto têm agora*. *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 95, mar. 2013.

MC 20 - Patrimônio cultural: teoria, prática e atuação no mercado de trabalho

Hugo Mateus Gonçalves Rocha
hugogrocha@hotmail.com
Bacharel em História
UFMG

Maria Letícia Silva Ticle
leticiaticle@gmail.com
Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
UFMG

Raul Amaro de Oliveira Lanari
ralanari@gmail.com
Doutor em História
UNI-BH

Proposta do Minicurso

O minicurso foi elaborado com base na percepção de uma lacuna na formação em História relativa às possibilidades de atuação profissional no campo do Patrimônio Cultural. Dividido em uma parte teórica e outra prática, no minicurso exploraremos a trajetória histórico-social da noção de patrimônio, para melhor compreender o conceito contemporâneo de patrimônio cultural, que acompanha as políticas de preservação e salvaguarda em MG e no Brasil. Em um segundo momento teórico, trataremos sobre o Programa ICMS Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), proporcionando a análise da Deliberação Normativa que rege a política, categorias de bens, modelos de apresentação dos trabalhos e outros temas. A parte prática consistirá na realização de um trabalho de campo e a execução de fichas de inventário de bens culturais de interesse de preservação localizados no Campus Pampulha da UFMG. Por fim, os trabalhos e experiências serão compartilhados.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: ARIMATEIA, Karine. O ICMS cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v12, n18, p165-201, jan/jun 2010. BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; CARSALADE, Flávio Lemos. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v16, n25, p133-179, jan/jul 2014. CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de; KULEMEYER, Jorge (comp.). El lado perverso del patrimonio cultural / - 1a ed. - San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy - EDIUNJU, 2017. CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 23, 1994, p. 91-111 CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set./dez. 2007 CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009 CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, 2009 FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, 2009 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003a IPHAN. Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. __ Brasília, DF: Iphan, 2008. MURTA, Marcelo Lages. ICMS Cultural: atores e problemas. In: Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História; Luiz Carlos Villalta, Kátia Gerab Baggio, João Pinto Furtado (Orgs.) Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008 NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e Inventário. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005 QUEIROZ, Helaine Nolasco. Vinte anos da lei robin hood: um balanço da proteção do patrimônio cultural em minas gerais (Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural). e-hum, [S.l.], v.7, n.2, p.132-146, jun. 2015.

MC 21 - Violações de direitos dos povos indígenas durante a ditadura militar

Juliana de Souza Ventura Fernandes

julianavsf@yahoo.com.br

Doutoranda

UFMG

Pedro Berutti Marques

pberutti@hotmail.com

Mestre

UFMG

Marco Túlio Antunes Gomes

mtantunesgomes@hotmail.com

Mestrando

UFMG

Proposta do Minicurso

O curso objetiva apresentar as violações de direitos humanos contra os povos indígenas em Minas Gerais perpetradas durante o período 1946-1988, com ênfase na Ditadura Militar. Para tal, inicialmente serão apresentadas, de modo comparativo, as apurações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e das comissões estaduais a respeito das arbitrariedades perpetradas pelo Estado contra os indígenas. Em seguida, será abordado o uso de fontes primárias, seus arquivos, assim como as principais referências teóricas da área. Por fim, analisaremos as instituições repressoras em Minas Gerais – Reformatório Krenak, Guarda Rural Indígena e Fazenda Guarani – e as violações cometidas contra os povos Xakriabá, Maxacali e Krenak.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Texto 5: Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014. p. 198. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2) CORRÊA, José Gabriel Silveira. A Ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório

Agrícola Indígena Krenak. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000. DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. DIAS FILHO, Antônio Jonas. Sobre os viventes do rio Doce e da Fazenda Guarany: dois presídios federais para índios durante a ditadura militar. Doutorado em Ciências Sociais. PUC-SP. 2015. FERNANDES, Juliana de Souza Ventura. As relações entre a política indigenista e a repressão a povos indígenas em Minas Gerais durante a ditadura: Notas sobre a experiência Xakriabá. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (Orgs.). A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 171-192. FREITAS, Edinaldo Bezerra de. A Guarda rural Indígena - GRIN. Aspectos da militarização da Política Indigenista no Brasil. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH 50 anos. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-26. GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo entre narrativas. In: _____. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social/Programa de Pós Graduação em Memória Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 66-104. HECK, Egon Dionisio. Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985. 1996. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. pp. 155-172. VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Arquivos da repressão no Brasil)

MC 22 - Meios de comunicação: rememoração e historicidade mediada

Humberto Junio Alves Viana

beto92beto@gmail.com

Graduado em História / Mestrando em Comunicação Social
UFJF

Valéria Fabri Carneiro Marques

valeriafcarques@gmail.com

Mestrando em Comunicação Social
UJFJ

Proposta do Minicurso

A relação entre os meios de comunicação e a história pode ser pensada a partir de diferentes óticas como, por exemplo, o utilização de fatos sociais como fontes para a construção de um determinado discurso. O campo constituído a partir do encontro entre as duas áreas é um terreno de disputa simbólica que oferece diversas possibilidades para a investigação acadêmica. A proposta deste minicurso é proporcionar um aprofundamento na discussão sobre os possíveis diálogos entre os campos da comunicação e da história. Em um primeiro momento os proponentes trabalharão com a conceituação de temas essenciais para o desenvolvimento do minicurso, tais como: diferença entre fato histórico e fato jornalístico, mídia, memória, historicidade mediada, entre outros. A partir da articulação destes conceitos, os proponentes apresentarão suas pesquisas atuais, que se localizam nos limiares entre os dois campos, abrindo espaço para discussão e reflexão ampla sobre o tema.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; HERSCHMANN, Micael. Comunicação e História: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008. _____. Meios de comunicação e história: elos visíveis e invisíveis. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo, Anais... São Paulo:

Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. _____.

Meios de comunicação: lugar de memória ou da história? *Contracampo*, Niterói, v.35, n.01, pp.07-26, abr./jul. 2016. _____.

Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p. 13 – 26, dez 2006.

CRUZ, Lúcia Santa. 50 anos de jornalismo da Globo. recordar para reafirmar. *Revista Observatório*, Palmas, v.3, n.2, pp.365-391, abr./jun. 2017.

DIAS, André Bonsanto. O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'. 2007. 204 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. _____.

Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *São Paulo: Projeto História*, n.10, 1993. _____.

O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. (Orgs.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp.179-193.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v.2,n.3,pp. 200-212, 1992.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2011.

VICENTE, Maximiliano Martín. *História e Comunicação na nova ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MC 23 - História e Teatro: diálogos possíveis

Henrique Brener Vertchenko

henriquevertchenko@yahoo.com.br

Doutorando em História

UFMG

Proposta do Minicurso

O minicurso se propõe a abordagem de relações possíveis entre história e teatro, a partir de eixos temáticos que considerem distintas localizações espaciais e temporais. Pretende-se a compreensão da atividade teatral e da história do teatro como uma ampla e complexa rede que envolve relações dinâmicas e múltiplas, o que se dará por meio da abordagem de cinco eixos temáticos: Escrever a história do teatro; A elaboração das tradições: a construção do cânone teatral; O teatro e os caminhos do moderno; Teatro e Política; O teatro nacional e a interpretação do Brasil. Dessa maneira, objetiva-se analisar como operam as construções em torno das experiências artísticas, em quais circunstâncias elas se inscrevem e quais discursos são criados. Tais perspectivas servirão para demonstrar como a atividade teatral pode se inscrever na história enquanto prática artística e social detentora de múltiplas significações, em diálogo com redes intelectuais, correntes estéticas e escritas historiográficas.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2000. BRANDÃO, Tania. Ora, direis ouvir estrelas: historiografia e história do teatro brasileiro. Sala Preta, PPGAC, USP, São Paulo, v 1, p. 199-217, 2001. COSTA, Iná Camargo. “Teatro na luta de classes”. In: Nem uma lágrima : teatro épico em perspectiva dialética. São Paulo: Expressão Popular: Nankin Editorial, 2012. p. 9-54. FARIA, João Roberto; GUINSBURG, Jacó (dir.). História do teatro brasileiro. V. I e II. São Paulo: Perspectiva, 2012. FLETCHER, John; MCFARLANE, James. “O teatro modernista: origens e modelos.” In: BRADBURY, Malcolm; MACFARLANE, James (Orgs.). Modernismo: guia geral 1890-1930. Tradução Denise Bottmann.

São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 410-422. GARCIA, Silvana; GUINSBURG, J. “De Büchner a Bread & Puppet: Sendas do Teatro Político Moderno”. In: SILVA, Armando Sérgio da (org.). J. Guinsburg: Diálogos sobre Teatro. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2002. p. 131-154. GUÉNOUN, Denis. A exibição das palavras: uma ideia (política) do teatro. Rio de Janeiro: Teatro do Pequeno Gesto, 2003. GUINSBURG, J.; PATRIOTA, Rosângela. Teatro brasileiro: ideias de uma história. São Paulo: Perspectiva, 2012. GUSMÃO, Henrique Buarque de. “Nelson Rodrigues leitor de Gilberto Freyre: o projeto teatral rodriguiano em aliança com a sociologia freyreana”. Sociedade e Estado, Brasília, v 23, n 1, p. 89-112, jan-abr 2008. _____. “O sentido do teatro: contribuições para uma história cultural de programas teatrais contemporâneos”. Topoi, Rio de Janeiro, v 15, n 28, p. 209-222. MAGALDI, Sábado. Panorama do teatro brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. NAPOLITANO, Marcos. "Arte e Política no Brasil: história e historiografia". In: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). Arte e Política no Brasil: modernidades. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. XV-XLVI. PICON-VALLIN, Beatrice. A arte do teatro: entre tradição e vanguarda. Editora 7 letras, 2013. ROSENFELD. Teatro Moderno. São Paulo: Perspectiva, 1997. ROUBINE, Jean-Jacques. Introdução às grandes teorias do Teatro. RJ: Zahar, 2003. SZONDI, Peter. Teoria do drama moderno (1880-1950). Tradução: Raquel Imanishi Rodrigues. São Paulo: Cosacnaify, 2011..

MC 24 - Viagens, ciências do homem e a descoberta de si no século XVIII e início do XIX

Nathália Sanglard de Almeida Nogueira
nathaliasanglard@gmail.com
Doutora em História
UFF

Daniel Gongalves da Silva
silva.danielgoncalves@gmail.com
Mestre em História
PUC-RJ

Proposta do Minicurso

No Setecentos, a consciência da amplidão do horizonte terrestre e a ênfase na observação como vias privilegiadas de instrução impulsionaram deslocamentos, transformando as viagens em experiência do mundo e descoberta de si. Ademais do Grand Tour, as viagens espalharam-se para demais domínios do globo, proporcionando uma abertura geográfica e antropológica para o outro, como condição epistemológica para o florescer das ciências do homem. O descentramento promovido pelo trânsito e a percepção da plasticidade do saber possibilitaram, além dos relatos sobre o outro, a emergência do indivíduo como objeto da escrita de si. Porque singular, o homem podia narrar a si mesmo, personalizando sua escrita e circunscrevendo-se no tempo e espaço. Assim, esse minicurso visa a explorar as relações entre as viagens, o alvorecer das ciências do homem e a autobiografia, tomando as obras goethianas *Viagem à Itália*, *Metamorfose das plantas* e *Poesia e verdade*, como exemplos bem acabados desse imbricamento.

Carga Horária: 6 horas/aula

Bibliografia: BERTRAND, Gilles. « La place du voyage dans les sociétés européennes (XVI-XVIII siècle) ». In : *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*. Presses Universitaires de Rennes, nº 3, 2014. CLASTRES, Hélène. “Primitivismo e Ciência do Homem no Século XVIII”. In:

Discurso, n. 13, 1980, p. 187-208. FILHO TORRÃO, Amilcar. “Imago Mundi: as instruções de viagem como educação do olhar e revelação do mundo, séculos XVIII e XIX.” In: História, São Paulo, v.34, 2015, p. 286-309. GOETHE, Johann Wolfgang von. A metamorfose das plantas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993. _____. Poesía y verdad. Barcelona: Alba, 2010. _____. Viagem à Itália. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. MORAVIA, Sergio. “The Enlightenment and the Sciences of Man”. In: History of Science, 1980, vol. 18, p.247-268. TAYLOR, Charles. As fontes do self: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 2013. TRILLING, Lionel. Sinceridade e autenticidade: a vida em sociedade e a afirmação do eu. São Paulo: É Realizações, 2014.

MC 25 - Introdução à Paleografia portuguesa Moderna

Fabiana Léo Pereira Nascimento

fabianaleohistoria@gmail.com

Mestre em História

UFMG

Flávia Gomes Chagas

flaviavchagas@gmail.com

Graduada em História

UFMG

Proposta do Minicurso

Este minicurso pretende oferecer uma introdução aos princípios da paleografia e da diplomática portuguesas, exercitando a habilidade de ler e compreender documentos da época moderna, transcrevendo-os de acordo com as Normas Técnicas para Edição e Transcrição de Documentos Manuscritos. No ofício do historiador, a leitura e a transcrição paleográfica são fundamentais. Primeiramente, pelo seu caráter propedêutico: o de possibilitar o acesso direto às fontes de pesquisa, sem depender da publicação de transcrições e/ou comentários. Além disso, podem se constituir como campo de atuação profissional e como fonte de renda para aqueles que as dominam. Este minicurso se destina, portanto, a estudantes e profissionais ligados à área de História, além de outras áreas que trabalham diretamente com fontes manuscritas em língua portuguesa produzidas entre os séculos XVI e XIX, com diferentes níveis de experiência.

Carga Horária: 8 horas/aula

Bibliografia: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: Um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994. BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: Centro de Ciências Sociais e Humanas-UFSM, 1991. BLUTEAU,

Raphael. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico(...). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: . Acesso em novembro de 2063. COSTA, Avelino Jesus da. Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976. DIAS, João José Alves; MARQUES, A.H. de Oliveira; RODRIGUES, Teresa F. Álbum de Paleografia. Lisboa: Estampa, 1987. FACHIN, Pablo Roberto Marchis. Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII. Goiânia: Trilhas Urbanas/FAPESP, 2008. FERREIRA, Tito Lívio. A Paleografia e as suas Dificuldades. Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, v. 10, fev. 1953. p. 165-199. FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar: primeira parte. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: . Acesso em dezembro de 2016. FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. LEAL, João Eurípedes Franklin. Glossário de Paleografia. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994. LIMA, Yedda Dias. Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX. São Paulo: ARQSP/Arquivo do Estado, 2000. MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (Orgs.). Por Minha Letra e Sinal: Documentos do ouro do século XVII. Cotia: Ateliê Editorial/ FAPESP. 2005. NORMAS Técnicas Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos. Disponível em: . Acesso em novembro de 2063. SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: . Acesso em novembro de 2016. PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: . Acesso em novembro de 2016.

MC 26 - Artes Visuais na África do século XX

Sandra Mara Salles

sandra.nangadef@gmail.com

Mestre em Antropologia Social e Etnologia; Doutoranda em História

UNICAMP

Proposta do Minicurso

Esse minicurso busca fornecer um panorama das artes visuais no continente africano a partir de suas conexões com as transformações ocorridas durante os últimos anos do domínio colonial europeu, o período das independências e as primeiras décadas do período pós-colonial. Partindo da análise de diferentes aspectos da realidade colonial africana, das transformações ocorridas na estrutura de produção da arte chamada “tradicional” e do surgimento de novas expressões visuais associadas à urbanização, aos movimentos de liberação e à efervescência cultural e política no período pós-independência, serão apresentadas (os) artistas, obras e movimentos artísticos que permitem uma aproximação da história contemporânea do continente africano por meio da arte. A abordagem será fundamentada na literatura produzida no campo da historiografia da arte e na história social e política africanas, com ênfase na África subsaariana e nos países: Senegal, Nigéria, República Democrática do Congo e África do Sul.

Carga Horária: 6 horas/aula

Bibliografia: ACHEBE, Chinua. O mundo se despedaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. APPIAH, Kwame Anthony. Na Casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997, pp. 19-51. ARAEEN, Rasheed. "Modernity, Modernism, and Africa's Place in the History of Art of our Age," in *Third Text*, Vol. 19, Issue 4 (Jul. 2005), pp. 411–417. 11–417. ENWEZOR, O.; OKEKE-AGULU, C., Situando a arte contemporânea africana. In: Araujo, E. (org.) *Africa Africans: arte contemporânea*. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2015. pp. 23-29. [Tradução do original publicado em ENWEZOR, Okwui; OKELE-AGULU, Chika. *Contemporary African Art Since 1980*. Bolonha, Damiani, 2009. pp. 10-12] KASFIR, Sidney. *Arte*

africana e autenticidade: um texto com uma sombra. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/27931943/arte-africana-e-autenticidade-um-texto-com-uma-in-artafrika>. Acessado: 30 nov. 2017. [Tradução do original publicado em Oguibe, Olu (Ed.). *Reading the Contemporary. African Art from Theory to the Marketplace*. London: Institute of International Visual Arts; Cambridge, MA: MIT Press, 1999. p. 88-113] KASFIR, Sidney L. *Contemporary African Art*. London: Thames and Hudson, 1999. M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias. Tomo II*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. MANDANI, Mahmood. *Citizen and subject. Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996. MBEMBE, Achile. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, no 1, 2001, pp. 171-209. MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África. Concinnaitos*. Ano 11, vol. 1, no16 (2010): 73-81. MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (org.) *História Geral da África – VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. OKEKE-AGULU, Chika. *Arte Africana Moderna*. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Arte-africana-moderna.pdf>. Acessado: 04/03/2017. [Tradução do original publicado em Enwezor, O. *The Short Century: Independence and Liberation Movements in Africa, 1945-1994*. Munich: Prestel, 2001. pp. 29-36] OKEKE-AGULU, Chika. *Postcolonial Modernisms: Art and Decolonization in Twentieth-Century Nigeria*. N.C.: Duke University Press, 2015. PICTON, John. *Modernism and Modernity in African Art*. In: Salami, G. Visoná, M.B. *A Companion to Modern African Art*. Wiley-Blackwell, 2013. pp. 311-318. PRICE, Sally. *Arte Primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.1



realização:



EPHIS UFMG
2018

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

apoio:



apoio:



patrocínio:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS